

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

ROSALIA DE OLIVEIRA LEMOS

**DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL À MARCHA DAS
MULHERES NEGRAS 2015: UMA ANÁLISE DAS
FEMINISTAS NEGRAS BRASILEIRAS SOBRE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Rio de Janeiro

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA
SOCIAL DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL

ROSALIA DE OLIVEIRA LEMOS

DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL À MARCHA DAS
MULHERES NEGRAS 2015: UMA ANÁLISE DAS FEMINISTAS
NEGRAS BRASILEIRAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Política Social.

Orientadora: Nivia Valença Barros

Rio de Janeiro

2016

L557 Lemos, Rosalia de Oliveira.

Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha das Mulheres Negras-2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas / Rosalia de Oliveira Lemos. – 2016.

398 f; il.

Orientadora: Nivia Valença Barros.

Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2016.

Bibliografia: f. 342-364.

1. Marcha das mulheres negras – 2015. 2. Feminismos negros. 3. Pesquisa ativista feminista negra. 3. Estatuto da Igualdade Racial. 4. Políticas públicas. 5. Relações raciais. I. Barros, Nivia Valença. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

ROSALIA DE OLIVEIRA LEMOS

DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL À MARCHA DAS
MULHERES NEGRAS 2015: UMA ANÁLISE DAS FEMINISTAS
NEGRAS BRASILEIRAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Política Social.

Avaliada em 29 de agosto de 2016

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Nivia Valença Barros
UFF – Universidade Federal Fluminense (orientadora)

Professora Dra. Sonia Beatriz dos Santos
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Professora Dra. Jaqueline Gomes de Jesus
IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Professora Dra. Joselina da Silva
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Professora Dra. Isabel Fonseca da Cruz
UFF – Universidade Federal Fluminense

TE DEDICO

Rudá Lemos Branco e Teule Lemos Branco, filho e filha amados, que sempre me desafiam a estar atenta para o mundo dos jovens;

Nivia Valença Barros, minha querida orientadora, por seu comprometimento com a pesquisa e com a construção de novas (os) pesquisadoras (es), e pela generosidade e carinho na atuação acadêmica;

Nilma Bentes, Piedade Marques, Valéria Porto, Cristiane Mare da Silva, Iêda Leal, Zélia Amador de Deus, Giselle dos Anjos Santos, Ana Beatriz Silva (Bia Onça) e Maria Malcher feministas negras que colaboraram na construção desta tese, ao participar da pesquisa na qualidade de colaborados, e assim, iluminaram iluminar meu caminho com carinho e cumplicidade ao viajar para seus territórios;

Isabel Fonseca Cruz, Sonia Maria Santos, Joselina da Silva e Jaqueline Gomes de Jesus, professoras doutoras, que atuam com excelência em diferentes universidades reafirmando o papel da mulher negra acadêmica, e pela participação na Banca Examinadora;

Rafael de Souza e Simone Arlindo, sobrinho (a) e afilhado (a) querido (a); **Viviane Batista, Naila Cristina de Souza, Carolina Soares, Daniela Souza dos Santos, Tayná Souza dos Santos**, sobrinhas amadas, as quais acompanho o crescimento profissional e pessoal comprometidos com a dignidade humana;

Rita Freitas, por sua dedicação à reflexão das mulheres em situação de violência e por seu compromisso com a pesquisa acadêmica implicada com a realidade social, e pelo acolhimento em muitos momentos, que otimizaram minha caminhada acadêmica;

Luciene Burlandy, por ser uma mestra no amplo sentido, ao estabelecer trocas de saberes com muita generosidade e dedicação;

Isabel Fonseca Cruz, amiga de longa data, pelas trocas que me ajudaram crescer intelectualmente, **Denise Soares**, pelos laços permanentes desde os tempos da Faculdade de Química e **Ângela Freitas**, comadre amiga e dedicada;

Glória Queiroz, por tudo que a vida reservou de maravilhoso em nossos caminhos que se cruzaram há mais de 40 anos;

Verônica Lima em nome das mulheres negras que rompem as barreiras da representação política no parlamento, assumindo o protagonismo contra a heteronormatividade, a violência contra a mulher e o racismo com esperança e entusiasmo na construção de uma nação democrática;

Fabricia Corrêa, Sandra Martins, Rita Diirr, Alcinea Souza, Eleonora Abad, Tatiara Souza, Roberta Martins, Marcilene Souto, pela amizade consolidada na construção do Comitê Impulsor da Marcha das Mulheres Negras de Niterói;

Luiz Edmundo Aguiar, Aline Moraes, Andréa Motta, Aline Dantas, Rachel Oliveira Nasser, Wanderley Henrique da Motta, André Bispo, Gleyce Figueiredo, Carlos Henrique Silva, Pâmela Passos, Andrea Motta, Mônica Romitelli de Queiroz, Janaína de Azevedo Corenza, pelas parcerias no IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro, que revelam o poder transformador da educação.

Juciara Branca Oliveira Souza e Catherine Vanessa Silva Peres, amigas que conquistei no Programa Pós-Graduados em Política Social da UFF, por nossas trocas, cumplicidades, cervejas e risos e **Liandra Lima Carvalho, Gildete Ferreira, Heloísa**

Mesquita, Patrícia Camacho Dias, André Luiz Gomes e Joice da Silva Brum, pela convivência, enquanto alunas e aluno do Programa Pós-Graduados em Política Social da UFF;

Raquel Silva Marques Rodrigues, Luzia Helena de Resende e Flávia Umbelino Nenee, pelo profissionalismo como servidoras na secretaria do Programa de Pós-Graduados em Políticas Sociais da UFF, carinhosas e dedicadas, sempre empenhadas no acolhimento e orientação quanto aos compromissos e prazos durante todo curso;

Laura Padilha, Jeruse Romão, Maria Alice dos Santos, Mirian Alves Leite, Lilly Paiva, Efigênia Duarte, Mira Floriano, Glorya Ramos, Tatiara Souza, Tânia Müller, Carolina Pires Câmara, Vilma Piedade, Mara Ribeiro, Inaiá Saraiva, Sandra Bello, Elizabeth Ribeiro, Rosangela Valle, Pedrina de Deus, Denise Góis, Elizabeth Viana, Maria Christina Ramos Silva, Claudia Ferreira Pinto, Dulce Pereira, Adélia Azevedo, Rute Sales, Sueli Carneiro, Alzira Rufino, Urivanir Rodrigues de Carvalho, Valdecir Nascimento e Ruth Pinheiro, pelo compromisso no combate ao racismo, nos estudos acadêmicos que transcendem o lugar comum no ativismo e no movimento de mulheres negras;

Filinto Branco, pai zeloso dos nossos filhos, Silvio Valle Helt, Wilson Prudente, Paulinho Ganê, Fernando Paulino, Jayro Pereira de Jesus, Marcos Romão, Luiz Fernando, Jorge da Silva e Januário da Garcia, Paulo Roberto dos Santos e Ralderes Bonifácio, pela amizade e parceria em diferentes momentos na minha história vida;

Suely Gomes, por tantas conversas que sempre renderam bons papos sobre o feminismo negro e o feminismo branco, que tornavam suaves as inúmeras diferenças e discordâncias políticas;

Rosilene Torquato, Adriana Baptista, Aparecida Vicente dos Santos, Claudia Vitalino, Dolores Lima e Lúcia Xavier, pela participação na pesquisa que originou o artigo O Carnaval Axé-Nkenda e Marcha das Mulheres Negras – 2015;

*Lia Vieira, Conceição Evaristo e Cidinha Silva, escritoras negras da atualidade, pela contribuição ao produzir textos maravilhosos sobre o cotidiano do povo negro e às **Blogueiras Negras**, pelo compromisso do Blog na veiculação do pensamento a mulher negra contemporânea;*

Giselle Nunes, Arinilta Caetano, Cecília Luiz, Alcinea Souza, Rosangela Maria Souza e Silva Gomes, companheiras ativistas da E'LEÉKÒ: Gênero, Desenvolvimento e Cidadania pela garra e determinação;

Ivonete de Sousa de Azevedo, em nome das trabalhadoras domésticas e babás, por ter atenuado minha exaustiva tarefa com o cuidado da casa;

Democracia Racial, escrevi essa tese num momento de turbulência política e te dedico, com a esperança e muita determinação em ver um Brasil que elimine o racismo, o sexismo (misoginia), a miséria, a pobreza, a lesbofobia e a agressão ambiental, antes que eu entre no Orún.

Asè!

AGRADECIMENTOS

Ao tempo, à paciência, ao desapego, à perseverança, à determinação, à sorte, à
esperança, aos embates políticos, às escolhas conscientes, aos equívocos revisitados,
às amigas, aos amigos, aos mestres e mestras, à ética, aos meus filhos, aos que
iluminaram minha consciência e aos que estão no Orù: *Sebastiana de Oliveira*
Lemos (mãe determinada), Gumercindo de Souza Lemos (pai querido),
Mariazinha (irmã amada), Maria José Lima da Silva (Zezé), Malu
Carvalho, Cristina Dorigo, Lélia Gonzalez, Marilza Medina, Ângela
Fernandes, Marlene de Oliveira Cunha, Beatriz Nascimento,
Neuza dos Santos Souza, Azoilda Trindade, Abdias do
Nascimento e Togo Ioruba, mentes brilhantes que
continuarão presentes em nossas vidas; à superação, ao
recomeço e
aos Òrìṣàs!

19 DE MAIO Deixei o leito as 5 horas. Os pardais já estão iniciando a sua sinfonia matinal. As aves deve ser mais feliz que nós. Talvez entre elas reina amizade e igualdade. (...) O mundo das aves deve ser melhor do que dos favelados, que deitam e não dormem porque deitam-se sem comer.

...O que o senhor Juscelino tem de aproveitável é a voz. Parece um sabiá e a sua voz é agradável aos ouvidos. E agora, o sabiá está residindo na gaiola de ouro que é o Catete¹¹. Cuidado sabiá, para não perder esta gaiola, porque os gatos quando estão com fome contempla as aves nas gaiolas. E os favelados são os gatos. Tem fome.

RESUMO

DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL À MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015: UMA ANÁLISE DAS FEMINISTAS NEGRAS BRASILEIRAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Esta tese investiga o ativismo e o protagonismo social e político das feministas negras brasileiras estabelecendo como ponte para a análise, o Estatuto da Igualdade Racial e a organização da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver. Esta pesquisa é uma fração do meu ativismo acadêmico e sociopolítico, nos estudos de gênero, relações raciais e educação. Tem como meta o registro histórico de exemplos de autodeterminação e colaborar na ampliação de referenciais teóricos sobre mulheres negras e sobre os feminismos negros, para maior visibilidade desta temática e assuntos relacionados na Academia. Na introdução, tecerei considerações sobre as motivações para a pesquisa. No primeiro capítulo, o método da pesquisa ativista feminista negra será desenvolvido estabelecendo a dialética entre a pesquisadora ativista e as colaboradoras da pesquisa, tendo como recurso a metodologia a história oral para o tratamento das informações, a análise documental, a pesquisa ativista, a análise do discurso e do discurso político para o tratamento dos dados. No segundo capítulo, as colaboradoras da pesquisa se apresentarão, através de fragmentos de suas vidas, com o foco na inserção social e política nas regiões de atuação. Apresentarei reflexões sobre as dimensões do racismo na vida das mulheres negras, os feminismos negros e a reação aos sistemas de opressão, através das vozes das colaboradoras da pesquisa. No terceiro capítulo que disserto sobre as razões para marchar. No quarto capítulo, serão refletidas as Políticas Públicas, a partir dos indicadores sociais e da perspectiva das colaboradoras da pesquisa. No quinto capítulo o Estatuto da Igualdade Racial será analisado, assim como sua trajetória na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, registrando as críticas e comemorações ao processo e, também, as colaboradoras da pesquisa apresentarão suas percepções. No sexto capítulo, a Marcha das Mulheres Negras 2015, e o diálogo com as colaboradoras da pesquisa, observando o processo de engajamento, o relato das atividades organizadas de formação política e de mobilização das mulheres negras nas diferentes regiões do país, além de refletir sobre as relações estabelecidas com as feministas brancas, os movimentos negros, os partidos políticos e os sindicatos, assim como o papel da mídia. Ainda neste capítulo, os feminismos negros no Pós-Marcha, as ações em curso e as perspectivas futuras serão debatidas. Na conclusão, vou destacar a baixa apropriação do Estatuto da Igualdade Racial pela comunidade negra e ressaltar sua relevância na reafirmação de direitos da população negra. E, ainda, a importância histórica da Marcha das Mulheres Negras 2015, que auxiliou a rearticulação de entidades das mulheres negras e para o surgimento de outras; mobilizou mulheres negras das diferentes regiões; potencializou a juventude feminina negra e os feminismos negros, que têm assumido novas nuances. Por fim, a importância da ação ativista das feministas negras colaboradoras da pesquisa, que assumiram o protagonismo político na luta por transformações sociais de equidade de raça, de gênero, de classe, de orientação sexual e religiosa no Brasil.

Palavras-chave: Marcha das Mulheres Negras 2015, Feminismos Negros; Pesquisa Ativista Feminista Negra; Estatuto da Igualdade Racial; Políticas Públicas e Relações Raciais.

ABSTRACT

OF THE STATUTE OF RACIAL EQUALITY TO THE March of Black Women 2015: AN ANALYSIS OF THE BLACK FEMINISTS BRAZILIANS ON PUBLIC POLICY

This thesis investigates the activism and the social and political role of Brazilian black feminists establishing as the bridge to the analysis, the Statute of Racial Equality and the organization of the March of Black Women in 2015 against Racism, Violence and For Good Living. This research is a fraction of my academic and sociopolitical activism in gender studies, race relations and education. Its goal is the historical record of self-determination examples and collaborate on the expansion of theoretical references about black women and about the black feminisms, for greater visibility of this issue and related matters at the Academy. In the introduction, I will make considerations about the motivations for the research. In the first chapter, I the method of black feminist activist research will be developed and establishing of the dialectic between the activist researcher and collaborators of the research, having oral history methodology as a resource for the processing of information, document analysis, the activist research, discourse analysis and the political discourse for the treatment of the data. In the second chapter, the collaborators of the research will be presented by fragments of their lives, with the focus on social insertion and policy in the regions of acting. I will present reflections on the dimensions of racism in the lives of black women, the black's feminisms and reaction to systems of oppression, through the voices of research collaborators. In the third chapter, I discuss about the reasons for marching. In the fourth chapter, the Public Policy will be reflected, from the social indicators and of the prospect of the black's women. In the fifth chapter, the Statute of Racial Equality will be analyzed, well as the trajectory in the House of Representatives and the Senate, to register of the register criticism's and the celebrations of the process, and also, the black's women will present their perceptions. In the sixth chapter, the March of Black Women 2015, and dialogue with the collaborators of the research, noting the process of engagement, the report of the activities organized for political education and the mobilization of black women in the different regions of the country, and besides reflect on the relationships with white feminists, the black movements, the political parties and the trade unions, as well as the role of media. Also in this chapter, the black's feminisms in the post-march, the actions in development and future prospects will be discussed. In the conclusion, I will highlight the low appropriation of the Statute of Racial Equality by the black community and highlight its relevance in the reaffirmation of rights of the black population. And yet, the historical importance of the March of Black Women in 2015, which helped the re-articulation of black women's institutions and the emergence of others institutions; mobilized black women in the different regions; potentiated the black female youth and black feminists who have taken on new nuances. Finally, the importance of activist action of black feminist research collaborators, who have made a political role in the struggle for the social transformation race equity, gender, class, sexual orientation and religion in Brazil.

Keywords: March of the Black Women - 2015; Black's Feminisms; Research Black Feminist Activist; Statute of Racial Equality; Public Policies, Sorority.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 01** – A “Cinderela do Mito da Democracia Racial, 22
- Figura 02** – Boletim Informativo N’zinga – julho de 1985, 24
- Figura 03** – Bia Onça, 55
- Figura 04** – Cristiane Mare da Silva, 59
- Figura 05** – Iêda Leal, 61
- Figura 06** – Giselle dos Anjos Santos, 66
- Figura 07** – Maria Malcher, 72
- Figura 08** – Nilma Bentes, 76
- Figura 09** – A criação e a criatura – Nilma Bentes na Marcha, 76
- Figura 10** – Piedade Marques, 77
- Figura 11** – Valéria Porto, 84
- Figura 12** – Zélia Amador de Deus, 90
- Figura 13** – Retrato de um Negra e de uma Menina, 109
- Figura 14** – Logomarca da telenovela “Da Cor do Pecado” – Rede Globo de Televisão/2004, 111
- Figura 15** – Governo Temer e a Branquidade Brasileira, 118
- Figura 16** – Pioneiras do Feminismo Negro Norte-americano – Sojourner Truth, 133
- Figura 17** – Pioneiras do Feminismo Norte-americano – Ida B. Wells, 136
- Figura 18** – A imagem da revolta e da resistência de uma mãe, 157
- Figura 19** – Audiência Pública do Senado sobre o Estatuto da Igualdade Racial em Salvador, 194
- Figura 20** – Senador Paulo Paim e deputados durante aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, 202
- Figura 21** – A Marcha das Mulheres Negras – 2015/Brasília, 231
- Figura 22** – Alojamento no Ginásio Nilson Nelson, 237
- Figura 23** – Mulheres de Belém na Marcha. 258
- Figura 24** – Mulheres Quilombolas da Bahia na Marcha, 262
- Figura 25** – Mulheres Quilombolas de Pernambuco em Marcha, 264
- Figura 26** – Mulheres de Pernambuco em Marcha, 266
- Figura 27** – Comitê Impulsor da Zona Leste de São Paulo em Ação, 270

Figura 28 – Comitê Impulsor da Zona Leste de São Paulo na Mobilização para a Marcha. 275

Figura 29 – Comitê Impulsor do Rio de Janeiro Construindo a Marcha, 277

Figura 30 – A Delegação do estado do Rio de Janeiro na Marcha, 279

Figura 31 – Mulheres Negras de Goiânia em Movimento, 283

Figura 32 – Mulheres Negras de Goiânia em Movimento, 284

Figura 33 – A organização da Marcha em Santa Catarina, 286

Figura 34 – Comitê Impulsor de Niterói/RJ Mobilizando, 295

Figura 35 – Cartaz do Seminário Empoderamento de Mulheres Negras, 318

Linha do Tempo – Marcha das Mulheres Negra 2015, 334

Quadro 01 – Objetivos da Marcha das Mulheres Negras – 2015, 26

Quadro 02 - Estatuto da Igualdade Racial: principais propostas, 199

Quadro 03 – Explorando Preconceito Racial no Brasil no GoogleTrends, 336

Quadro 04 – Explorando marcha das mulheres negras-2015 no GoogleTrends, 337

Quadro 05 – Explorando marcha das mulheres negras-2015 no GoogleTrends, 337

Gráfico 01 – Pesquisa Ativista Feminista Negra, 44

Gráfico 02 – População Brasileira – Raça/Cor, 103

Gráfico 03 – Composição da Câmara Federal/Brasil, segundo sexo e raça (2014, 22

Gráfico 04 – Percentual de Mulheres no Poder Executivo, segundo Raça/Cor, por Órgão – 2014, 116

Gráfico 05 – Distribuição por Raça/Cor – População Brasileira X Ocupantes de Cargos no Poder Executivo – 2014, 116

Gráfico 06 – Distribuição por Raça/Cor – População Brasileira X Ocupantes de DAS, 22

Gráfico 07 – Distribuição percentual da população feminina por cor ou raça – Brasil – 2012, 117

Gráfico 08 – Distribuição dos Estudantes de 18 a 24 anos de idade, por nível de ensino frequentado, segundo a cor ou raça – Brasil – 2001/2011, 151

Gráfico 09 – Mortalidade materna, total e distribuição, por cor ou raça – Brasil, 2012, 152

Lista de Abreviaturas e Siglas

- ACONERUQ** – Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão
- ALEPA** – Assembleia Legislativa do Estado do Pará
- AMNB** – Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras
- ARENA** – Aliança Renovadora Nacional
- ARQUINEC** – Associação de Remanescentes de Quilombo de Nova Esperança de Concórdia do Pará
- ATER** – Assistência Técnica de Extensão Rural
- BEMFAN** - Programa Bem-Estar Familiar no Brasil
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CAE** – Comissão de Assuntos Econômicos
- CAS** – Comissão de Assuntos Sociais
- CCJ** – Comissão de Constituição e Justiça
- CDDF** – Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
- CE** – Comissão de Educação
- CEB** – Comunidade Eclesial de Base
- CEDENPA** – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
- CEERT** – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
- CERA** – Comissão Estadual de Reforma Agrária
- CETA** – Movimento dos (as) Trabalhadores (as), Assentados (as), Acampados (as) e Quilombolas
- CF** – Comissão de Finanças
- CIN** – Comitê Impulsor Nacional
- CLACSO** – Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais
- CNMP** – Conselho Nacional do Ministério Público
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CNTE** – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação
- COJIRA** – Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial
- CONAPIR** – Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial
- CONAQ** – Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas
- CONEN** – Coordenação Nacional de Entidades
- CRQ** – Central Regional Quilombola

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CTLS – Comissão de Trabalho e Legislação Social

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DETRO – Departamento de Estradas e Rodagens

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

EIR – Estatuto da Igualdade Racial

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública

EREC – Espaço de Ressocialização Reviver

FAN – Fundação de Arte de Niterói

FEMN-RJ – Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro

FIPIR – Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial

FOJUNE – Fórum da Juventude Negra

FORPIR – Fórum de Promoção Permanente da Igualdade Racial

FULANAS – Articulação de Mulheres Negras da Amazônia

FUNAP – Fundação de Apoio à Pesquisa

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFBA – Instituto Federal da Bahia

IFGO – Instituto Federal Goiano

IFPA – Instituto Federal do Pará

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPES – Instituições Públicas de Educação Superior

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MALUNGU – Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MNS – Movimento Negro Socialista

MNU – Movimento Negro Unificado

MOCULTA – Movimento Cultural do Tapanã

NEAB – Núcleo de Estudos Afrobrasileiros

NEDET – Núcleo de Pesquisa e Extensão de Desenvolvimento Territorial

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSPB – Organização Social e Política do Brasil

PAFN – Pesquisa Ativista Feminista Negra

PARFOR – Programa de Formação de Professores da Educação Básica

PDE – Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PIC – Pré-Vestibular para Descendentes Indígenas

PL – Projetos de Lei

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE – Plano Nacional de Educação

PNSIPN – Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

Populações Negras

PPA – Plano Plurianual

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RMN – Rede Mulheres Negras

SEAFRO – Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras

SEDEPRON – Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das

SEMOB – Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém.

SEPPIR – Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial

SIM – Sistema de Informações sobre Mortalidade

SINAPIR – Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial

SINDESP – Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo

Sindsep - Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo

SINTEGO – Sindicato dos Trabalhadores em Educação De Goiás

SINTEPE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco.

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

STF – Superior Tribunal de Justiça

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

THE – Teste de Habilidade Específica

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UGT – União Geral dos Trabalhadores

UNB – Universidade Nacional de Brasília

UNEB – Universidade Estadual da Bahia

UNEGRO – União de Negros Pela Igualdade

Sumário

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO I.....	30
OLHARES CRUZADOS E AÇÕES INTERLIGADAS: OS DESAFIOS DA METODOLOGIA	30
I. 1. A Epistemologia Feminista Negra	38
1. 2. A Pesquisa Ativista Feminista Negra	41
CAPÍTULO II	50
QUEM SABE FAZ A HORA	50
II. 1. Bia Onça	55
II. 2. Iêda Leal	61
III. 3. Cristiane Mare da Silva.....	59
II. 4. Giselle dos Anjos Santos	66
II. 5. Maria Malcher	72
II.7. Piedade Marques.....	77
II. 8. Valéria Porto	84
II. 9. Zélia Amador de Deus	90
CAPÍTULO III.....	95
RAZÕES PARA LUTAR E MARCHAR.....	95
III. 1. As Dimensões do Racismo na Vida das Mulheres Negras	103
III. 2. Percepções das Colaboradoras da Pesquisa.....	119
III. 3. Os Feminismos Negros: reações aos sistemas de opressões	132
CAPÍTULO IV	145
AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	145
IV. 1. Os Ecos da Realidade.....	155
IV. 2. Vozes das Colaboradoras da Pesquisa	159
IV. 3. Uma Política Social em Análise: O Estatuto da Igualdade Racial.....	171
CAPÍTULO V	178
O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL	178
V. 1. Na trilha da Lei Nº 12.288/2000.....	183
V.1. i. Na Câmara dos Deputados	187
V.1. ii. No Senado Federal	190
V.1.iii. O Retorno à Câmara dos Deputados	194
V.1. iv. A Volta ao Senado Federal	201
V.2. Euforia, Decepção, Ação e Esperança.....	202
V.3. Sentidos e sentimentos na análise das Feministas Negras sobre o Estatuto da Igualdade Racial.....	206
CAPÍTULO VI.....	226
A MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015 CONTRA O RACISMO E A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER	226
VI. 1. A Marcha das Mulheres Negras 2015: um contramovimento Feminista Negro.	231
VI. 2. A Inserção das Colaboradoras da Pesquisa	235

VI.3. Missão dada, missão cumprida: relatos das Regiões.....	253
VI.3.i. Região Norte.....	256
VI.3.ii. Região Nordeste.....	261
VI.3.iii. Região Sudeste.....	267
VI.3.iv. Região Centro-Oeste.....	281
VI. 3.v. Região Sul.....	286
VI. 4. Análise das Parcerias.....	289
VI.4.i. Homens Negros e Mulheres Brancas.....	293
VI.4. ii. Partidos Políticos.....	299
VI. 4. iii. <i>Sindicatos</i>.....	301
VI. 5. Reflexões sobre o Papel da Mídia.....	304
VI. 6. Os Feminismos Negros no Pós-Marcha.....	308
VI. 7. Para Além do Ato de Marchar: Ações em Curso.....	317
CONCLUSÃO.....	331
REFERÊNCIAS.....	341
ANEXOS	
Anexo 01 - Dinâmica Do Comitê Impulsor do Município de Niterói –Abril/14.....	364
Anexo 02 – Roteiro do Questionário.....	370
Anexo 03 – Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver.....	371
Anexo 04 – Carta da Marcha das Mulheres Negras Brasileiras em Curitiba – PR.....	373
Anexo 05 – Carta de Recife: Compromisso com a Marcha das Mulheres Negras Brasileiras.....	374
Anexo 06 – Carta do Rio de Janeiro: Compromisso com a Marcha das Mulheres Negras Brasileiras.....	375
Anexo 07 – Carta de Brasília - Compromisso com o Processo de Construção da Marcha das Mulheres Negras Brasileiras.....	376
Anexo 08 – Atividades das Regiões.....	377
Anexo 09 – Mapeamento das Plenárias da Marcha das Mulheres Negras – 2015 - RJ398	

INTRODUÇÃO

Não podemos aceitar que a História do Negro no Brasil, presentemente, seja entendida apenas através dos estudos etnográficos, sociológicos. Devemos fazer a nossa História, buscando nós mesmos¹, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os enganando². Só assim poderemos nos entender e fazer-nos aceitar como somos, antes de mais nada pretos, brasileiros, sem sermos confundidos com os americanos ou africanos, pois nossa História é outra como é outra nossa problemática. Num país onde o conceito de raça está fundado na cor, quando um branco diz que é mais preto do que você, trata-se de manifestação racista bastante sofisticada e também bastante destruidora em termos individuais. Naquele instante, a partir da minha reação, ao perguntarem-me se eu tinha complexo, surpreendi-me dizendo que sim, com um orgulho jamais sentido. Justifico: se minha cultura é considerada como “contribuição à...”; se minha raça nunca teve acesso conjuntamente nem representativamente às riquezas deste país: se a maioria de nós está dispersa por força de uma incomunicabilidade que deve ser posteriormente estudada (o negro brasileiro, com raras exceções, não se agrupa); se nossa manifestação religiosa passa a ser folclore, ou o que é pior, consumida como música na TV (vide música de Vinícius de Moraes e Toquinho cantando o nome de Omulu), quando um branco quer retirar minha identidade física, único dado real da minha História viva no Brasil – só me resta o que está dentro de mim, só me resta assumir o meu complexo não resolvido.

Resta-nos somente nosso inconsciente, que só através da História poderá ser compreendido e solucionado.

(Beatriz Nascimento)³

A tese Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha das Mulheres Negras 2015: uma Análise das Feministas Negras Brasileiras sobre as Políticas Públicas investiga o ativismo e o protagonismo social e político das feministas negras brasileiras estabelecendo como

Racial e a organização da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver⁴.

¹ Incluí a deflexão no gênero devido a autora ter se referenciado no gênero masculino apenas.

² Este é um problema que é identificado até os dias atuais, em virtude de desafios que a serem enfrentados no ativismo, quando desaprova o debate público sobre as contradições e conflitos.

³ Segundo Ratts (2017, p. 98), este artigo “Negro e racismo” foi publicado originalmente em: Revista de Cultura Vozes. 68 (7), pp. 65-68, Petrópolis, 1974.

⁴ Será adotada a redução do nome do evento para Marcha das Mulheres Negras 2015.

A pesquisa tem como meta o registro histórico de exemplos de autodeterminação e colaborar na ampliação de referenciais teóricos sobre mulheres negras e sobre os feminismos negros, para maior visibilidade desta temática e assuntos relacionados na Academia. O ativismo político das mulheres negras, as Políticas Públicas em desenvolvimento no Brasil, que incidem diretamente na vida das mulheres negras e o debate sobre os feminismos negros, refletidos sob a perspectiva feminista negra compõem o corpo do trabalho.

Esta tese é mais um estudo de parte da história do ativismo das mulheres negras para busca de transformações sociais de equidade de raça, de gênero, de classe, de orientação sexual e religiosa no Brasil. Encontrei inspiração nas expectativas desenvolvidas por intelectuais negras que contribuíram com análises relevantes sobre a situação da população negra e das mulheres negras, em especial.

Na epígrafe que introduz esta pesquisa, o compromisso ressaltado por Beatriz do Nascimento (1974, p. 97, 98) transforma este trabalho em prestação de cotas de uma militante, uma vez que a autora pontuou o fato de que:

Devemos fazer a nossa História, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os enganando. Só assim poderemos nos entender e fazer-nos aceitar como somos, antes de mais nada pretos, brasileiros, sem sermos confundidos com os americanos ou africanos, pois nossa História é outra como é outra nossa problemática. (NASCIMENTO, 1974, p. 97, 98).

E, é isso que me comprometi desenvolver aqui. O processo de construção da tese me transportou a muitos sentimentos submersos, como se estivesse fazendo uma *selfie* das experiências vividas, enquanto uma mulher negra brasileira. Sentimento semelhante ao qual foi manifestado em mim ao o livro de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de Despejo* (1960), por outro lado o pensamento de Beatriz do Nascimento (1974) provocou muita inquietação ao ter abordado inúmeros desafios há 42 anos. Estas literaturas contribuíram para aumentar este estado de encantamento pelo poder do conhecimento. Este processo construtivo me fez reviver o percurso no mundo das letras até chegar ao doutoramento.

Lembrei-me da vela que iluminava minhas primeiras letras sobre um pedaço de papel de pão roseado, amparado na lateral do armário de solteiro, que ficava ao lado da cama de solteiro dos meus pais, em uma casa-cômodo de zinco. Aprendi a escrever com minha mãe, dona Sebastiana, quando tinha 6 anos. Era um casebre de 2,5 m por 2,5 m, no final do Morro do Andaraí, no Rio de Janeiro, ocupado por dez pessoas. Com esse exercício doméstico, ao ingressar na Escola Municipal Eptácio Pessoa, com sete anos e

meio, a professora, Dona Terezinha, percebeu que eu já estava “adiantada” e fui remanejada para a classe do primeiro ano adiantado. Que felicidade!

Nem percebia que era a força daquela luz à vela, que começava a guiar meus passos, não só na busca da afirmação da identidade de negra e moradora de favela, com o início de uma atuação determinada na esfera política, visando às transformações deste mundo racista, sexista e demarcado pelas classes sociais, ao longo dos meus 56 anos de idade. Este prazer e gosto pela escrita me conduziram até este momento em que apresento esta tese, após os quatro anos de dedicação ao Doutorado em Política Social, da Universidade Federal Fluminense.

Eu oscilava entre a ânsia e a urgência em almejar o sucesso profissional e lutar pela superação das dificuldades locais, típicas das áreas faveladas nos anos de 1960-1970. Com a inserção no mercado de trabalho, aos 15 anos, como babá, passei a apostar que a situação na qual me encontrava seria provisória. Crescia em mim a certeza de que com os estudos superariam todas as desvantagens materiais, mas sempre obstinada em aliar à satisfação pessoal, o bem público, a organização e o desenvolvimento de minha comunidade. Com isso, daria um passo importante para ingressar na luta comunitária das favelas do Rio de Janeiro.

Em seguida, iniciei minha atuação no movimento negro, movimento feminista e movimento de mulheres negras. Paralelamente, continuava na condição de babá, mas, sem perceber, era uma *outsider within*, conceito definido por Patrícia Collins (2016). Isso porque, as conversas noturnas com meu patrão – ele chegava em torno de meia-noite e tinha a tarefa de fazer o chá e passar manteiga no biscoito cream crack – me fazia sentir pertencendo àquela estrutura social, por eu também tomar o chá, comer os biscoitos com manteiga, sentada com ele no sofá da sala. Era “como se eu fosse da família”.

As conversas sobre temas universais, muitas vezes me transportavam para o Egito Antigo e para toda a cultura europeia. Hoje, se há Museus Virtuais, em 1978 era a vivência do Outro que materializava as paisagens para compor nossas memórias. Assim, o Egito já me era familiar por fazer parte do meu imaginário.

O que tornou esse chá e biscoito algo significativo e marcante em minha vida, era de fato a conversa que adornava o ritual. Pois, apesar de, o meu patrão falar sempre sobre o Egito, ele nunca fez nenhuma associação à grandeza e a beleza do Continente Africano e muito menos mencionava o africano como um povo pioneiro nas descobertas científicas.

O curioso foi o que aconteceu em uma dessas noites de “Cinderela do Mito da Democracia Racial”. Meu patrão, usando as mãos, mostrou que de um lado estava o povo

negro, do outro o branco, e apontou com o dedo indicador mostrando que eu me encontrava na fronteira e que deveria escolher um lado. O lado do negro ou o lado do branco, e me sugeriu que escolhesse o lado branco para construir a minha trajetória de vida – minha linhagem é mãe negra e pai branco –, argumentando que eu teria mais vantagens se assim o fizesse. [Figura 01]. No entanto, nessa época já havia desenvolvido minha consciência sobre a perversidade que o racismo provocava, ainda mais porque eu nunca tive dúvida de que era negra e pobre.

Figura 01 – A “Cinderela do Mito da Democracia Racial”⁵



Fonte: Fotografia de Charis Tsevis no Behance: African Bricks for Sasi's

Este episódio fez acender a luz da consciência e me transportar para minha infância, então entendi o que era o processo de embranquecimento no Brasil. Entendi, também, a crise existencial dos mulatos e aprendi como são cruéis os sinais do racismo e o poder de cooptação dos brancos sobre nosso poder de luta contra o racismo. Compreendi então, que para eu pertencer e ter acesso aos direitos da “civilização” deveria negar meu lado negro. Como isso seria possível, se já era uma negra consciente? Foi neste momento, que me vi como uma “emprestada”, uma “forasteira”, segundo a correspondência da palavra *whitin* assume, quando interpretada em português (COLLINS, 2016).

Imediatamente, fiz a associação sobre o que acontecia com minha mãe desde a minha infância. Nas vezes em que ela nos levava ao médico ou em qualquer atividade fora do Morro do Andaraí, ela “batia Macel”⁶, isso demonstrava, não só a negação de seu

⁵ Imagem: disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/507077239275812959/>. Acesso em 14 de jun. de 2016.

⁶ Segundo o Manual do 171 do Movimento Negro, material produzido e circulado entre alguns militantes do movimento negro do Rio de Janeiro, elaborado por Isabel Fonseca e Rosalia de Oliveira Lemos - 1995 (em comemoração ao centenário Zumbi dos Palmares) que definiram verbetes relacionados às questões raciais, recorrendo ao humor para abordagem dos temas. Segundo as autoras, Marcel - era tortura de todo sábado antes do baile, onde as orelhas e a testa ficavam chamuscadas. Depois da invenção da energia elétrica o marcel passou a se chamar baby lizz. (1995, pág. 08). Antes de bater marcel, minha mãe passava o pente quente para facilitar o enrolamento dos cabelos depois de alisados.

cabelo duro, mas deixava aparente o sentimento de “não pertencimento” àquela sociedade, uma vez que para estar nos espaços ditos “de branco”, ela deveria tentar amenizar os sinais da negritude em seu corpo – nessa época era comum o uso de peruca; o uso do henê⁷ (eu usei por um período) ou pasta Miriam (em uma época também fiz uso).

Ao mesmo tempo em que observava a conduta da minha mãe, dentro e fora da favela, outra coisa muito me intrigava – a presença predominante de negros na favela. Este contexto me obrigava a perguntar: qual motivo nos levava a morar naquele lugar, com tantas ausências – de banheiro, água, iluminação e mesmo alimentação?

No início dos anos 1980, constatei que as bandeiras das feministas brancas não tinham nada a ver com o que eu vivia na minha comunidade e, muito menos, com a percepção das questões relacionadas às especificidades das mulheres negras. Em uma das reuniões do movimento feminista, elas contestaram nossas falas sobre a importância da luta por creches comunitárias, por exemplo. Ora, como éramos as babás e as empregadas domésticas de suas casas e, as nossas crianças ficavam “soltas” nas favelas quando trabalhávamos, justificava a não adesão a essa reivindicação: elas não viviam essa preocupação. Entretanto, a luta por creches comunitárias era uma bandeira tão importante para as mulheres negras moradoras das áreas pobres, que assumíamos com toda a força de nossa ação política.

Por outro lado, a participação nos movimentos negros⁸ agregaria outra dimensão, que era a percepção de que não bastaria priorizar a luta contra o racismo, se não fossem questionadas as práticas sexistas e machistas dos homens que lideravam as instituições dos Movimentos Negros. Nossa participação era usualmente secundarizada, uma vez que as tarefas assumidas pelas mulheres negras, no processo da luta política contra o racismo, reservavam e reafirmavam o lugar da subalternidade. O ápice da tensão se dava diante da negação no ato de compartilhar o microfone. E as coisas pioravam quando disputávamos a representação política. Nossas intervenções nas reuniões eram desqualificadas, tendo em

⁷ Henê: substância nojenta, quando colocada no cabelo após secar dá um cheiro de mato podre. Agora têm uma vantagem se não servir para “embelezar, serve ao menos dar um toque Francês a quem pronuncia. Falando Heeeenêêê (com biquinho)! (FONSECA E LEMOS, 1995, pág. 08).

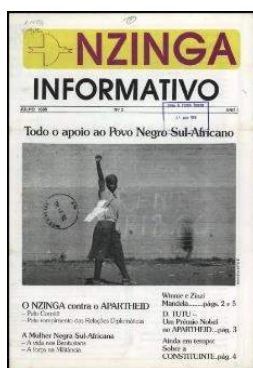
⁸ Vale ressaltar que, no que diz respeito aos movimentos negros, nesta tese, adotei o conceito no plural, tendo em vista a diversidade na estrutura de suas organizações e entidades, justificado por Gonzalez (1982): “Na verdade, falar do Movimento Negro implica no tratamento de um tema cuja complexidade, dada a multiplicidade de suas variantes, não permite visão unitária. Afinal, nós negros, não constituímos um bloco monolítico, de características rígidas e imutáveis. Os diferentes valores culturais trazidos pelos povos africanos que para cá vieram (iorubas ou nagôs, daomeanos, malês ou mulçumanos, angolanos, congolezes, ganenses, moçambicanos, etc.), apesar da redução à “igualdade”, imposta pela escravidão, já nos levam em pensar em diversidade”. (GONZALEZ, 1982, p. 18).

vista que a expectativa e as solicitações dos homens negros eram para que assumíssemos as tarefas, tradicionalmente, reservadas às mulheres. Este cenário deixava evidente a estrutura patriarcal reproduzida pelos militantes. Sem contar que ainda eram constantes apelos à nossa sexualidade, configurando outro ponto de tensão, tendo em vista as constantes investidas, cantadas e a declarada crítica e aversão, por parte de alguns homens negros, contra as lésbicas negras.

Alguns destes conflitos, ainda se fazem presentes e se manifestam ocasionalmente, ora velados ora são explícitos, como será visto nesta tese quando for analisado o papel dos homens negros no processo da organização da Marcha das Mulheres Negras – 2015, no Capítulo VI.

A atuação nesses espaços políticos contra as desigualdades de gênero e de raça me conduziram para o encontro com o feminismo negro – mesmo que essa terminologia não fosse adotada na época –, que foi materializada no ano 1983, durante meu ingresso no NZINGA: Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro [Figura 02], ao lado de Lélia Gonzalez, Jurema Batista, Sandra Bello, Elizabeth Viana, Jane Thomé, Miramar Correa, dentre outras.

Figura 02 – Boletim Informativo N’zinga – julho de 1985



Fonte: Arquivo pessoal de Rosalia Lemos

Ao ingressar, no ano de 1994, no mestrado⁹, refleti sobre o processo de organização das mulheres negras no estado do Rio de Janeiro identificando os motivos que levaram à sua criação e autonomia tanto dos Movimentos Negros como do Feminismo Tradicional⁷,

⁹ Concluí o mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, na UFRJ, no ano de 1997, com a dissertação: O Feminismo Negro em Construção: a organização do movimento de mulheres negras do Rio de Janeiro.

⁷ Chamo de Feminismo Tradicional, aquele que como definiu Suplicy (in Massi 1992:14), “provavelmente fruto da ideologia introjogada e da identificação com o opressor, tentava provar que a mulher pode ser igual ao homem, repudiava o sem-valor do feminino, e vivia o masculino como o superior a ser almejado e

cujo o título trazia o termo: Feminismo Negro⁶. A dissertação contou com a orientação da professora Dra. Maria Lúcia Rocha-Coutinho. Com este trabalho, literalmente, “a ficha caiu”, e passei a desenvolver minhas produções comprometidas com o ativismo na academia em uma época de raras iniciativas similares.

Assim, meu caminho acadêmico sempre esteve iluminado no sentido de articular o conhecimento científico, com a autodeterminação das mulheres negras inseridas no sistema de opressão instalado no país. De acordo com Radha D’Souza (2010):

... é preciso que a qualidade do conhecimento produzido pela pesquisa seja avaliada em função do seu poder transformador —, ou seja, de sua capacidade de transformar as relações injustas e desiguais existentes no mundo tal como ele é hoje, bem como de transformar radicalmente as estruturas geradoras de opressão, das desigualdades e das injustiças. (RADHA D’SOUZA, 2010, p. 146).

Assim, o compromisso foi o de buscar o poder transformado nas pesquisas desenvolvida. E a investigação da Marcha das Mulheres Negras – 2015 é um evento tem o potencial de gerar conhecimentos que possam potencializar as transformações das estruturas geradoras de opressão, como sugere D’Souza (2010).

O foco central da Marcha das Mulheres Negras – 2015 foi o de valorizar a memória de lutas de mulheres negras, visando fortalecê-las na atualidade, com o resgate histórico, partilhando conhecimentos e inspiração, rumo à uma sociedade mais igualitária e democrática. Resultou ainda do processo de luta por visibilidade, resgate, defesa de políticas e afirmação das mulheres negras em toda a América latino-caribenha, em especial no território brasileiro.

A organização da Marcha das Mulheres Negras – 2015 se estruturou por meio de um Comitê Nacional e, nos estados da Federação, em Comitês Impulsores Estaduais, com suas respectivas comissões. O mesmo acontece nos municípios com seus Comitês Impulsores Municipais. Os objetivos definidos pelo Comitê Impulsor Nacional do movimento estão resumidos no quadro 01.

copiado”. Assim, percebíamos que em determinados momentos, preconizava também, os valores da raça hegemônica não estando imune às práticas que não levavam em conta as diferenças étnicas/raciais.

⁶ Refiro-me ao Movimento Negro misto, laico, pluripartidário, porém com conotações partidárias. Outra abordagem poderia dar resultados diferentes se fosse estudado movimento negro ligado à igreja, como as confrarias e movimentos eclesiais de base.

Quadro 01 – Objetivos da Marcha das Mulheres Negras – 2015

ESTAMOS EM MARCHA
- pelo fim do femicídio de mulheres negras e pela visibilidade e garantia de nossas vidas;
- pela investigação de todos os casos de violência doméstica e assassinatos de mulheres negras, com a penalização dos culpados;
- pelo fim do racismo e sexismo produzidos nos veículos de comunicação promovendo a violência simbólica e física contra as mulheres negras;
- pelo fim dos critérios e práticas racistas e sexistas no ambiente de trabalho;
- pelo fim das revistas vexatórias em presídios e as agressões sumárias às mulheres negras em casas de detenções;
- pela garantia de atendimento e acesso à saúde de qualidade às mulheres negras e pela penalização de discriminação racial e sexual nos atendimentos dos serviços públicos;
- pela titulação e garantia das terras quilombolas, especialmente em nome das mulheres negras, pois é de onde tiramos o nosso sustento e mantemo-nos ligadas à ancestralidade;
- pelo fim do desrespeito religioso e pela garantia da reprodução cultural de nossas práticas ancestrais de matriz africana;
- pela nossa participação efetiva na vida pública.

Fonte: Manifesto da Marcha das Mulheres Negras – 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver.

A organização da Marcha das Mulheres Negras – 2015, no Estado do Rio de Janeiro, teve início em 05 de julho de 2014, quando foi realizada uma Plenária no município do Rio e contou com a presença de diversas mulheres do estado. Na oportunidade, foi constituída uma Coordenação Estadual, sendo ampliada até a realização da III Plenária, em Resende. Depois de alguns meses, esta coordenação passou a ser denominada como Comitê Impulsor da Marcha das Mulheres Negras – 2015 do Rio de Janeiro. Foram definidas as comissões de trabalho, que se estruturaram e ampliaram com o trabalho de mobilização nos municípios do estado. (LEMOS, 2015, p. 220).

Minha inserção na organização da Marcha das Mulheres Negras – 2015 aconteceu em 22 de agosto de 2014, na II Plenária de Mobilização realizada em Niterói, na qualidade de ativista da E'LEÉKÒ: Gênero, Desenvolvimento e Cidadania¹⁰ e a partir de então, não só passei a acompanhar o processo no Brasil como atuei na Comissão de Metodologia do Comitê Impulsor do Rio de Janeiro [agosto de 2014/abril de 2015]. A partir do mês de maio, concentrei o ativismo na organização do Comitê Impulsor de Niterói, que desenvolveu diversas atividades [março de 2015/novembro de 2015], cujo resumo das atividades compõe o Anexo 01.

Por isso meu interesse pelo tema, uma vez que na época da elaboração da dissertação de mestrado, estudo relacionados aos Feminismos Negros eram escassos, assim como eram poucas as referências acessíveis. Lembro-me que tive contato com o texto de

¹⁰ E'LEÉKÒ é uma ONG fundada em abril de 1996 com foco de ação nas relações de gênero na educação antirracista e antissexista, desenvolveu do Projeto Etnociências/Fundação Abrinq; na educação de jovens de favelas o Projeto Um Pé no Terceiro Milênio/Programa Comunidade Solidária (informática-cidadania); Projeto Quando o Negro é Tese e faz Tese, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão da UFF.

bell hooks (2005), na versão digitada, no ano de 1994, por indicação de Jurema Werneck, o que possibilitou a construção do metadiscorso, para construção da pesquisa.

O tempo passou, e esta tese foi concebida em um momento, no qual o país se encontra num mar de incertezas e sobressaltos políticos. Tenho me perguntado, insistentemente, para onde caminha o Brasil? Vive-se hoje sob um sentimento de perda e derrota. É o medo, a inquietude, a frustração, a decepção e a preocupação com os rumos políticos, tendo em vista as perdas significativas de direitos sociais, econômicos, políticos, culturais e humanos, arduamente conquistados. As conquistas sociais estão sendo, sistematicamente, subtraídas e em constante ameaça de subtrações e retrocessos. Somando-se tudo, se tem a sensação de que todo o trabalho realizado, tanto pelas gerações passadas como pelas gerações atuais, corre o risco de “cair por terra”, o que leva a indagar se a luta foi em vão... Foi muito desafiador encontrar a serenidade para concluir minha missão no Programa de Pós-Graduados em Política Social, da Universidade Federal Fluminense.

Encontrei um pouco de alento com as companheiras do Comitê Impulsor de Niterói e em algumas parceiras do estado, mas quando presenciei a força das mulheres negras que realizaram a Marcha das Mulheres Negras 2015 em Brasília, sensibilizando mulheres com histórias de vida tão singulares. Então, reconheci que a frase, “não desistimos nunca”, era real e palpável.

Assim como Ana Beatriz Silva¹¹, Cristiane Mare da Silva, Iêda Leal, Giselle dos Anjos Santos, Maria Malcher, Nilma Bentes, Piedade Marques, Valéria Porto e Zélia Amador de Deus nunca desistiram da luta e compartilharam suas percepções sobre os processos analisados nesta pesquisa, enquanto feministas negras, durante as entrevistas que me concederam. E, por ter optado por desenvolver a metodologia Pesquisa Ativista Feminista Negra, entrevistei essas companheiras em seus locais de moradia e de ativismo. Viajei por todo o Brasil nas diferentes regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Nossos encontros foram ricos e emocionantes. A elas, minha gratidão pelo carinho, disponibilidade e sinceridade.

Todas as feministas negras entrevistadas, partilharam suas percepções contidas nos arquivos da resistência negra, apreendidos ao longo de suas vidas e resgatam seus ativismos nas lutas antirracistas e antissexistas no Brasil. Mulheres transformam o Brasil, cada uma à sua maneira. Todas foram fundamentais para a pesquisa.

¹¹ Ana Beatriz Silva solicitou ser denominada por Bia Onça.

No primeiro capítulo, *Olhares Cruzados e Ações Interligadas: Os desafios da Metodologia*, apresentarei o detalhamento da metodologia da pesquisa, com a apresentação da Pesquisa Ativista Feminista Negra, que estabelece a dialética entre a pesquisadora ativista e as feministas negras entrevistadas – denominadas como colaboradoras da pesquisa.

A metodologia História Oral foi utilizada para o tratamento das informações captadas nas entrevistas, e a Análise Documental, a Pesquisa Ativista, a Análise do Discurso e do Discurso Político auxiliaram no tratamento dos dados.

No segundo capítulo, *Quem Sabe Faz a Hora*, tecerei breves considerações sobre o encontro com as colaboradoras da pesquisa e a cronologia das entrevistas. Por fim, as feministas negras que organizaram a Marcha das Mulheres Negras 2015, darão a atuo apresentação, através dos fragmentos de suas vidas extraídos dos depoimentos, com foco na inserção social e política nas regiões de atuação.

No terceiro capítulo, *Razões para Lutar*, pautarei as reflexões em torno de três questões fundamentais para se compreender a relevância da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver: o racismo, o sexismo e a violência contra as mulheres negras, que têm sido algumas das principais modalidades de opressão com incidência sistemática sobre as mulheres negras, que tem no feminismo negro, que se configura em um contramovimento¹² de estratégia de luta.

Em seguida, no quarto capítulo, serão refletidas as Políticas Públicas a partir dos indicadores sociais e uma breve reflexão sobre os conflitos raciais no Brasil contemporâneo; a ação do Feminismo Negro na perspectiva das colaboradoras da pesquisa, assim como suas reflexões sobre as Políticas Públicas em curso e; por fim relevância da avaliação de políticas públicas, tendo como exemplo o Estatuto da Igualdade Racial.

O foco do quinto capítulo será o Estatuto da Igualdade Racial, com o resgate de sua tramitação legal na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, até a promulgação da Lei nº 12.288/2000. Farei o registro das críticas e das comemorações do processo político e do conteúdo final do texto. Dialogarei, com as colaboradoras da pesquisa sobre suas análises deste marco legal.

Em seguida, no sexto capítulo, a Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e Pelo Bem Viver será analisada na perspectiva de um exemplo de

¹² Conceito desenvolvido referenciado em Polany (2012), que será discutido mais adiante.

contramovimento. Será apresentada a inserção das colaboradoras da pesquisa na organização da Marcha, assim como o relato das atividades desenvolvidas para a mobilização e formação das mulheres negras nas diferentes regiões do país. Depois, a reflexão sobre as relações estabelecidas com as feministas brancas, os movimentos negros, os partidos políticos e os sindicatos serão apresentados e, por fim as análises sobre o papel da mídia no registro e visibilidade do evento. No último item deste capítulo, terá destaque o Feminismo Negro no Pós-Marcha, assim como ações em curso e perspectivas futuras.

Por fim, as considerações finais, que sistematizará a pesquisa que foi baseada nos ideais de justiça, desenvolvimento, democracia racial, empoderamento das feministas negras e progresso, como as bases fundamentais para uma nação inclusiva, que alimentam e renovam as esperanças por um mundo melhor – apesar do histórico do racismo e do sexismo como práticas estruturantes da sociedade brasileira e pelo recrudescimento no Brasil.

Finalizando as reflexões iniciais que justificam a pesquisa, a seguir apresento a metodologia da Pesquisa Ativista Feminista Negra, que foi sistematizada ao longo dos anos de dedicação e de ativismo acadêmico.

CAPÍTULO I

OLHARES CRUZADOS E AÇÕES INTERLIGADAS: OS DESAFIOS DA METODOLOGIA

A Consciência Negra é uma atitude da mente e um modo de vida, o chamado mais positivo que num longo espaço de tempo vimos brotar do mundo negro. Sua essência é a conscientização por parte do homem negro e da mulher negra¹³da necessidade de se unir a seus irmãos em torno da causa da opressão – a negritude de sua pele – e de trabalharem como um grupo para se libertarem dos grilhões que os pendem a uma servidão perpétua. Baseia-se num autoexame que os levou finalmente a acreditar que, ao tentarem fugir de si mesmo e imitar o branco, estão insultando a inteligência de quem quer que criou negros. A filosofia da Consciência Negra, portanto, expressa um orgulho grupal e a determinação dos negros de se levantarem e conseguirem a auto realização desejada. (...) Por isso, pensar segundo a linha da Consciência Negra faz com que o negro se veja como um ser completo de si mesmo. Torna-o menos dependente e mais livre para expressar sua dignidade humana. Ao final do processo, ele não poderá tolerar quaisquer tentativas de diminuir o significado de sua dignidade humana.

(Steve Biko)

A construção da metodologia da tese *Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha das Mulheres Negras 2015: uma Análise das Feministas Negras Brasileiras sobre as Políticas Públicas* agregou diferentes modalidades.

Para o levantamento dos documentos relativos ao Estatuto da Igualdade Racial, assim como a produção intelectual e ativista no desenvolvimento da Marcha das Mulheres Negras 2015 seguiram as orientações da pesquisa documental. Quanto ao tratamento das entrevistas, priorizei a análise do discurso político, a história oral e, por fim, eleita como a principal das metodologias interseccionadas nesta tese, a pesquisa ativista feminista negra.

Na fase de definição do tema a ser pesquisado, as perguntas recorrentes eram:

1. A implementação das políticas públicas, previstas no Estatuto da Igualdade Racial, contempla as reivindicações históricas do feminismo negro e do movimento de mulheres negras?
2. No estágio atual, o Estatuto responde aos anseios das mulheres

¹³No texto original, Steve Biko, líder negro na luta contra o Apartheid, na África do Sul, usa o termo “por parte do negro”, no entanto considerando o protagonismo das mulheres negras fiz a atualização a partir do referencial teórico feminista para as citações.

negras?

3. A atuação das mulheres negras brasileiras, no processo de organização, foi suficiente para a realização da Marcha das Mulheres Negras 2015?

Tais questionamentos tinham relação com as reflexões apresentadas na parte inicial da introdução desta tese, sobre os processos vividos nos Movimentos Negros e no Movimento Feminista Tradicional que contribuíram para formar minha Consciência Feminista Negra. E, por muito tempo tive o feminismo negro como foco de estudo e de ativismo, meu interesse em aprofundar os estudos foi sendo estruturado visando ampliar meu conhecimento científico. Nesta fase, investi na crítica sobre o uso de métodos de tradição acadêmica, que dão ênfase aos (às) escritores (as) brancos (as) norte americanos e europeus.

Sobre a ausência de referenciais de intelectuais negros e negras, a cultura, na forma de se produzir ciência na academia, tem acentuada crítica em Guerreiro Ramos que se dedicou ao estudo da questão. No livro *A Redução Sociológica* as críticas a esse modelo são contundentes:

Até agora, considerável parcela de estudiosos se conduziu sem se dar conta dos pressupostos históricos e ideológicos do seu trabalho científico. Sua conduta era reflexa e se submetia passiva e mecanicamente a critérios oriundos de países plenamente desenvolvidos. Ora, na medida em que os nossos especialistas em ciências sociais não pretendam ficar indiferentes ao sentido centrípeto que a vida brasileira está adquirindo, terão de acrescentar ao esforço de aquisição do patrimônio científico universal o de iniciação em um método histórico de pensar que os habilite a participar ativamente do novo sentido da história do país.

À assimilação literal e passiva dos produtos científicos importados ter-se-á de opor à assimilação crítica desses produtos. Por isso, propõe-se aqui o termo “redução sociológica” para designar o procedimento metódico que procura tornar sistemática a assimilação crítica (RAMOS, 1996, p. 68).

O pensamento de Guerreiro Ramos traduz o sentido da pesquisa ativista feminista negra e justifica sua proposição nesta tese. Foquei nas análises das experiências das mulheres negras, inseridas em determinado campo de ação, que apresentam leituras tanto para analisar a tramitação do Estatuto da Igualdade Racial, quanto para significar a Marcha das Mulheres Negras 2015.

As interações no campo de pesquisa e a cumplicidade entre a pesquisadora ativista e as colaboras da pesquisa, estabelecidas no compartilhamento dos mesmos ideais de transformação social, se deram através da imersão no movimento de mulheres negras e no feminismo negro. Este aspecto, colaborou para realizar o desenho metodológico aqui apresentado: a Pesquisa Ativista Feminista Negra.

Com a preocupação em manter a conexão com as diferentes formas de implicação, presentes no contexto social vivido por mulheres negras, me pauto, mais uma vez, nas reflexões do sociólogo, político e ativista do Teatro Experimental do Negro, Alberto Guerreiro Ramos (1954), na segunda metade do século XX, que conseguiu trazer para o cenário inquietações, que também são as minhas, sobre a tradição acadêmica, que muitas vezes engessa a criatividade nas ciências sociais. O autor ressaltou a importância de uma pesquisa implicada, de uma pesquisa que trouxesse a realidade brasileira para os textos, para as teses e para toda a produção intelectual, numa tentativa de se desvencilhar do processo de aculturação:

A aculturação supõe o valer mais de uma cultura em face de outra, do mesmo modo como a superioridade de certas raças em face de outras, suposta pela antropologia racista. A aculturação não se faria, assim, pela eugenia, pelo controle de nascimentos e de casamentos; faz-se pela inculcação de estilos de comportamento através de processos sociais formais e informais, diretos e indiretos, mas, em tais processos, admite-se sempre uma variável cultural quase independente e outra ou outras dependentes (RAMOS, 1954, p. 04).

Nesse sentido, a metodologia da pesquisa ativista feminista negra, se insere no contexto de independência da norma que domina as pesquisas sociais de uma maneira geral nos diferentes centros acadêmicos. Fato constatado com as análises de Ana Cláudia Lemos Pacheco (2011):

Quando a mulher negra aparece como objeto de estudo das Ciências Sociais e Humanas no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, não havia uma problematização central sobre sua existência, ao contrário, este tema subsumia-se aos debates considerados de grande relevância para as Ciências Sociais brasileiras da época¹⁴: a questão da miscibilidade; a questão da identidade nacional; as relações raciais, a colonização; a sexualidade; a intimidade, o sistema escravocrata, etc. eram temas prementes (PACHECO, 2011, p. 04).

Assim, ao longo dos tempos, foi possível identificar a necessidade de se alterar o quadro de invisibilidade e o contexto de dominação, mas para que a mudança ocorra, se faz necessário, que os centros acadêmicos estejam receptivos às proposições de construção de novas condutas de pesquisa, comprometidas com a realidade social. O que tornou realidade, após a aproximação das universidades com os movimentos sociais e vice e versa.

¹⁴ Nota da autora: com exceção dos estudos de Landes (1967).

No Brasil, se observa o crescimento no número de intelectuais ativistas negras, que tem tencionado por mudanças nos centros universitários como Ana Cláudia Lemos Pacheco registra que:

Nas últimas décadas do século XX e nesta primeira década do século XXI, o aparecimento de estudos e pesquisas na academia sobre as mulheres negras cresceu significativamente. Entretanto, numa análise bastante realista, o reconhecimento e a legitimação das intelectuais negras nas academias brasileiras, ainda continuam “marginalizadas”. Retomamos a pergunta de Spivak, com relação a intelectuais negras do “terceiro mundo”: pode o subalterno falar? (PACHECO, 2011, p. 05)

A partir do período citado por Pacheco (2011), compreendido nas últimas décadas do século XX e início do XXI, tem sido superada essa visão, diante de novas produções que priorizam a voz das oprimidas na academia. Um exemplo a ser citado, tem relação com a experiência das indianas, que há 25 anos fizeram um movimento osmótico, entre o ativismo e a academia, através dos trabalhos de Radha D’Souza (2010), em um momento em que havia tensionamentos sociais provocados pelo processo acelerado da globalização. De certa forma, a necessidade de se produzir conhecimentos científicos sobre o problema, contribuiu para diminuir as barreiras existentes entre a ciência dos movimentos sociais e a resistência dos centros acadêmicos.

Pesquisadoras de outras regiões da América Latina tem se dedicado em repensar o fazer ciência na academia e, estão contribuindo para a materialização de novas propostas metodológicas. No campo dos estudos da descolonização, visando ao aprimoramento das produções intelectuais. Um exemplo a ser citado é o da professora Ochy Curriel Pichardo (2014), que desenvolveu uma proposta cujo conceito é a Metodologia Feminista Descolonial, na qual propõe o desprendimento da colonialidade do poder, do saber e do ser que justifica a retórica da modernidade, o progresso e a gestão democrática imperial. A autora defende uma nova postura diante do conhecimento produzido:

Una postura decolonial significa entender que categorías centrales del feminismo como, entre otras: género, mujeres, intervención social, cooperación internacional al desarrollo, grupos minoritarios, pobres y una serie de conceptos y categorías que reflejan la colonialidad, forman parte de lo que Lugones (2008) denominó el *sistema de género/moderno/colonial* que ha afectado nuestras interpretaciones, teorizaciones, investigaciones, metodologías, prácticas políticas, reproduciendo en el feminismo lógicas racistas y neocoloniales. (PICHARDO, 2014, p. 52-53).

Para que a transformação ocorra, é necessário que o espaço acadêmico flexibilize sua cultura de produção do conhecimento. Apesar de alguns avanços neste sentido, os

desafios ainda persistem transformar o fazer ciência na academia brasileira, conforme sinalizou Claudia Pons Cardoso (2012):

A investigação feminista negra realizada a partir de um posicionamento epistemológico de forasteira de dentro (*outsider within*) requer que intelectuais aprendam a confiar em suas próprias biografias pessoais e culturais como importantes fontes de conhecimento. Assim se faz emergir as experiências das mulheres negras, na medida em que a omissão e a distorção serão confrontadas fazendo com que os feminismos, nesta perspectiva, surjam como diferentes lutas e falem de experiências subjetivas historicamente construídas de diferentes mulheres. (CARDOSO, 2012, p. 86).

É oportuno registrar o baixo investimento na circulação e na adoção da literatura negra em suas disciplinas obrigatórias impedindo maior visibilidade dessas produções. Penso que só foi possível desenvolver a metodologia feminista negra nesta tese, porque o Programa de Pós-Graduados em Política Social, através da professora orientadora, Dra. Nívia Valença Barros, identificou a relevância e seu comprometimento com esta modalidade neste estudo.

Inserida nessa efervescência desse importante momento histórico, iniciei o processo de pesquisa. Quando fui para o campo, tinha definido que a pesquisa seria a pesquisa ativista. Por que esta escolha? O motivo foi bem elementar e orgânico. Como ativista do feminismo negro e pesquisadora estaria estudando uma determinada ação deste movimento social, logo, teoria e prática se interligariam e poderiam – ou não – produzir um novo campo conceitual para as pesquisas na área social.

A pesquisa ativista feminista negra se constitui como um ramo de estudo no campo da pesquisa qualitativa, cujo o subgrupo é a pesquisa ativista numa perspectiva descolonial. É orientada no sentido de considerar que o pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que constroem um ponto de vista sobre temas comuns, tendo como referência a mulher negra e direcionando-o a outras mulheres negras visando a transformação social, através da reforma do estado brasileiro. E como se inscreve no campo da Análise Qualitativa, segundo Flick (2009), prioriza:

A utilização de conceito-chave para a obtenção do acesso a processos relevantes, e o uso da triangulação de perspectivas para revelar a maior diversidade possível de aspectos, aumentam o grau de proximidade ao objeto na medida em que os casos e os campos são explorados (FLICK, 2009, p. 102).

Como a pesquisa qualitativa de uma forma geral, Bourdieu (2008, p. 695) chama a atenção para que seja desenvolvida uma escuta ativa e metódica. Entretanto, na pesquisa ativista feminista negra esta escuta ativa guarda uma singularidade, uma vez que se reporta

a fatos comuns e familiares tanto descritos pelas colaboradoras como pela pesquisadora. Sendo assim, o mimetismo se torna indispensável, tendo em vista que o campo de pesquisa é o espaço no qual a vida imita a arte das ativistas que estão por compartilhar, dialeticamente, impressões das quais a pesquisadora também partilha, uma vez que o objeto investigado que se conforma no âmbito da realidade focado nas experiências ativistas das duas.

A pesquisa ativista contribuiu para o registro de um determinado momento histórico que vai da implementação do Estatuto da Igualdade Racial até a Marcha das Mulheres Negras 2015, visando ampliar o debate diante da multiplicidade de falas, registros e sentidos expressos pelas colaboradoras – as informantes entrevistadas em nossa pesquisa –, como também apresentar as experiências vividas por mim no ativismo, como preconiza D’Souza (2010, p. 163). O ativismo desenvolvido pelas mulheres negras promoveu uma mobilização do tipo reativa, isto é, que provoca uma reação e este processo ocorreu “a partir de baixo”, levando as mulheres negras a questionar os ideais e os valores da ordem vigente, assim como buscar formas de substituí-los por algo novo e melhor (D’SOUZA, 2010, p. 160).

Fui amadurecendo minhas reflexões com o decorrer da pesquisa, mas questionava se eu estaria ou não diante de uma nova metodologia de pesquisa. Não pude perceber a princípio que teria a responsabilidade em me desafiar para transformar pensamentos e que estes processos provocavam outras infinitas indagações sobre o que estava se configurando em minha frente, algo concreto – real –, que pudesse contribuir para um ensaio de um campo de investigação que se encontra em expansão, que é a pesquisa ativista. Neste momento estava realizando a transição entre o empirismo e a pesquisa científica, que segundo Bourdieu (2010):

Defender juntamente com Bachelard que o *fato científico é conquistado, construído, constatado*, e recusar, ao mesmo tempo, o empirismo que reduz o ato científico a uma constatação e o convencionalismo que lhe opõe somente as condições prévias da construção. A força de lembrar o imperativo da constatação, contra toda a tradição especulativa da filosofia social da qual tem de se liberar, a comunidade sociológica tende, atualmente, a esquecer a hierarquia epistemológica dos atos científicos que subordina a constatação a construção e a construção a ruptura: tratando-se de uma ciência experimental, a simples referência à prova experimental não passa de uma tautologia, enquanto não for acompanhada por uma explicação dos pressupostos teóricos que servem de base a uma verdadeira experimentação; ora, tal explicitação permanece em si mesma desprovida de virtude heurística enquanto não for acompanhada da explicitação dos obstáculos epistemológicos que se apresentam, sob uma forma específica, em cada atividade científica (BOURDIEU, CHAMBOREDON e PASSERON, 2010, p. 22).

E foi no caminho do empirismo que os “problemas” vividos por ativistas quando ingressam na academia tentam fazer uso de suas experiências para realização a produção acadêmica. Isso será refletido no Capítulo III desta tese, que ressalto que a construção do conceito de feminismo negro não se deu nos bancos acadêmicos ocupados por feministas negras na década de 1970, mas sim por um processo histórico envolvendo mulheres negras pobres afroamericanas, faveladas como Carolina Maria de Jesus, das mulheres negras que escreviam em jornais produzidos pela população negra. Foi construído também, através dos olhares críticos das mulheres negras da América Latina e do Caribe e pelas experiências das indianas, que colocaram a experiência do ativismo contra a globalização, como temas científicos na academia, e por tantas outras iniciativas anônimas.

Foram dezenove anos para concluir o amadurecimento formatado na dialética tanto no ativismo nos movimentos de mulheres negras e feministas negros; pela atuação na esfera governamental, na coordenação de organismos de promoção de políticas para as mulheres¹⁵ e negros e negras¹⁶ e na área de educação extensionista no IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro¹⁷. As leituras realizadas desta área de estudo, auxiliaram na configuração desta metodologia, que poderá contribuir para outros estudos nesta área. Decerto, promoverá o crescimento intelectual para demais ativistas pesquisadoras. Portanto, este conjunto de fatores me empoderaram diante da coerência, persistência, confiança conquistada no aprimoramento do método de pesquisa que está integrado ao acúmulo das reflexões de demais ativistas acadêmicas e das ativistas dos movimentos de mulheres negras. E esta persistência corrobora a linha de continuidade na construção de um conhecimento científico.

E busca das respostas às perguntas da pesquisa, foi possível identificar a conceituação de feminismo negro que emerge através das produções desenvolvidas pelas

¹⁵ No artigo “A Intersetorialidade na política de gênero”, encontra-se o relato de experiência na formulação e implantação da Coordenação dos Direitos das Mulheres da Prefeitura de Niterói, no período de 2003 a 2008 (LEMOS, 2013, p. 01-13). Disponível em: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X. Acesso em 28 de dezembro de 2013.

¹⁶ No ano de 1999 atuei na formulação do Centro de Referência Nazareth Cerqueira Contra o Racismo e o Antissemitismo que contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, com a concessão de uma bolsa de pesquisador mestre. Outra parceria se deu com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, que aprovou o projeto de criação do serviço DISQUE RACISMO, aberto ao público visando atender denúncias de racismo, com o devido acompanhamento jurídico e psicológico, para pessoas vítimas de racismo, que acionavam o serviço através do telefone: 3399-1300 (LEMOS, 2014, p.99).

¹⁷ No ano de 2009, na qualidade de Coordenadora de Extensão do Campus São Gonçalo participei da formulação do Curso de Extensão Brasil-África em Sala de Aula ao lado de uma equipe de professores e em 2010 na formulação da Coordenação da Diversidade da Pró-Reitoria de Extensão, quando fui contemplada com o PROEXT 2010 e reformulamos a base curricular para o cumprimento da obrigatoriedade do ensino da História da África e Afrobrasileira nos cursos ministrados, definido na Lei 10639/2003.

feministas negras e lésbicas através da Declaração Feminista Negra. Percebi que nas décadas de 1970 a 2000 se consolidou o Feminismo Negro no Brasil, a partir de temas sociais que inquietavam diversas mulheres negras originados pela percepção do racismo na sociedade brasileira, seja na relação entre mulheres brancas e negras; no sexismo pragmático do Movimento Negro ou nas diferenças entre os projetos políticos de mulheres brancas e dos homens negros, que conflitavam com a epistemologia feminista negra.

Una de las críticas feministas clásicas a la ciencia es que *los varones*, erigiéndose en modelo, han representado a *las mujeres* sin ni siquiera pedir su permiso. Además, las feministas “negras” y lesbianas han denunciado que, mientras los académicos blancos tienen derecho a elaborar teorías acerca de todas y todos los demás, los grupos oprimidos tienen que luchar para que sus conocimientos adquieran el reconocimiento de teorías. De hecho, las aportaciones de los grupos minorizados tienden a ser consideradas solo como ejemplos prácticos de abstracciones teóricas acriticamente conectadas con los espacios de enunciación de las y los blancos. En el contexto de las producciones de conocimiento feministas, esto implica también la crítica a la codificación de las investigaciones de las feministas blancas occidentales en términos racializados. Por ello, es fundamental apostar por que las colectividades minorizadas sean protagonistas en los procesos de producción de conocimientos (BIGLIA, 2014, p. 32).

A citação no final do parágrafo acima, de Barbara Biglia (2014) consegue sintetizar problemas que as intelectuais negras têm enfrentado quando definem como campo de pesquisa os estudos de gênero, em especial, o estudo das mulheres negras.

No entanto, investimentos para a ampliação de grupos de pesquisa sobre a temática feminista são necessários diante dos dados apontados na tese em andamento de Elismênia Aparecida Oliveira (2013):

As buscas na web e no portal CNPq, no Diretório de Grupos de Pesquisa e busca geral por currículos de pesquisadoras e pesquisadores apontam diferenças sistemáticas em relação às palavras-chave: feminista/feminismo e gênero. Em pesquisa exploratória na Plataforma Lattes, no primeiro semestre de 2012, com as palavras chave feminismo, gênero e mulher no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, Sardinha (2012) aponta que nos sentidos de 2000 a 2010, apenas 9 grupos estão correlacionados por nomeação a feminismo, já os grupos que têm a palavra gênero, ligados a mulher, saúde, trabalho, esporte, sexualidade, mulher são 79. Em uma busca geral, considerando o ano 2012 como base, aparecem apenas 5 grupos que têm no nome a palavra feminismo e 1 com feminista, já a busca por gênero vinculada a mulheres/sexualidade/raça/saúde resulta em 63 grupos (OLIVEIRA, 2013, p. 03).

Como se pode observar, estudos na área feminista ainda estão em desvantagem na academia e quando se faz a análise da concessão de bolsas pelo CNPQ, constata-se que o apoio à população negra está em desvantagem, mais uma vez. De acordo com o

levantamento realizado por Isabel Tavares, Maria Lúcia de Santana Braga e Betina Stefanello Lima (2015):

Dos 91.303 bolsistas no País, 46.232 são mulheres e 45.069 homens. A maior participação feminina ocorre em todas as raças/cor, com exceção das indígenas. Os homens indígenas somam 195 indivíduos e as mulheres indígenas, 129, entre os bolsistas do CNPq no País.

É interessante destacar que o número de homens que não desejam declarar sua cor/raça é superior ao das mulheres, assim como o número dos que estão com o currículo desatualizado.

As mulheres brancas representam 59% do total de mulheres bolsistas e as negras pardas e pretas) 26,8%. Entretanto, a participação das pretas é pequena: 4,8%. Entre os homens, os brancos representam 56,3%. Os negros, 24,3% e os pretos são 4,7%. (TAVARES, BRAGA e LIMA, 2015, p. 03-04).

Apesar desta situação desvantajosa, mesmo que aqueles que por opção não declararam a sua raça, isso pode indicar a evidência da força do racismo institucional. Nesse ponto, reitero o crescimento na participação de estudos sobre o feminismo negro, que colaboraram para seguir a construção da epistemologia feminista negra, como mostrarei à frente.

A epistemologia feminista negra, estava em curso também no Brasil. Feministas negras como Beatriz Nascimento (1974), Marlene de Oliveira Cunha (1986), Lélia Gonzalez (1982), Luiza Bairros (1994) e Carneiro (2003), ao desenvolverem seu ativismo no movimento de mulheres negras no Brasil, já refletiam as implicações sobre a percepção dos problemas vividos pelas mulheres negras. Carneiro (2003) acentuou que o atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promoveu a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelo movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (CARNEIRO, 2003, p. 51).

I. 1. A Epistemologia Feminista Negra

Em termos de movimento negro e no movimento de mulheres se fala muito em ser o sujeito da própria história; nesse sentido eu sou mais lacanianiana, vamos ser os sujeitos do nosso próprio discurso. O resto vem por acréscimo. Não é fácil, só na prática é que vai se percebendo e construindo a identidade, porque o que está colocado em questão

também, é justamente de uma identidade a ser construída, reconstruída, desconstruída, num processo dialético realmente muito rico.

Lélia Gonzalez (1994, p. 02).

Em um passado recente, o conjunto das produções sobre a temática racial trazia a mulher negra inserida no contexto geral das análises. Estas análises, de uma maneira abrangente, retratavam a vida cotidiana da população negra no sistema escravista, e suas manifestações culturais e religiosas. O abolicionista e fundador do Partido Operário e da Liga Operária Baiana, Manuel Querino, já em 1911, traz a voz, a dor e a resistência de Homens e Mulheres africanos escravizados, que empreendem lutas e desenvolvem formas alternativas, não conformistas, às desigualdades raciais impostas no período colonial e que ainda contribuem para a construção dessa nação.

Os estudos de Silva (2005) vão resgatar as primeiras reflexões sobre a especificidade das mulheres negras a partir do olhar das escritoras negras entre 1945 e 1964, dando luz ao protagonismo do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. A autora faz a análise das ações políticas de Maria de Lurdes Nascimento, Nair Theodoro de Araújo e Antonieta de Barros, que já naquela época escreviam sobre a interseção de raça e gênero realizando, assim, uma epistemologia feminista negra, ampliou as fronteiras do aspecto só racial, para situar as mulheres negras em diferentes zonas de confluências de opressão, como as moradoras das áreas territoriais discriminadas.

No entanto, será Carolina Maria de Jesus, mineira que se insere no cenário nacional como uma grande escritora, que traz ao público o cotidiano de uma moradora da favela do Canindé, zona norte de São Paulo. Carolina de Jesus expressou a visão de uma catadora de lixo e produziu um clássico da literatura brasileira, que é o livro *Quarto de Despejo*. Neste livro, encontram-se relatos sobre as opressões de classe, a relação com a vizinhança, a denúncia da classe política, a jornada de trabalho sub-humano em que as mulheres negras estavam submetidas e o compromisso de uma chefe de família na educação e nos proventos aos filhos. Com isso, as contribuições de Abdias do Nascimento (1982) e Guerreiro Ramos (1981) iriam somar a esse panteão de escritores negros e negras para dar forma ao pensamento negro no Brasil.

A ativista, professora mestre e a política, Lélia Gonzalez trouxe importantes contribuições ao pensamento feminista negro e fez de sua produção intelectual sua militância por democracia racial no Brasil. Em seus textos encontram-se a denúncia do racismo, do sexismo, das discriminações por orientação sexual e suas incidências sobre as mulheres negras. Assim como as escritoras dos anos 1940 e 1950, Lélia pensava nos

sistemas de opressão interseccionados, conceito que estarão presentes nas produções das afroamericanas, tais como Sojourner Truth (1951), Ida B. Wells (1951), Patrícia Collins (1990), Ângela Davis (1982), bell hooks (1981), dentre outras, cujas contribuições serão refletidas no Capítulo III.

As produções intelectuais de Lélia Gonzalez contribuem para dar visibilidade acadêmica à epistemologia feminista negra no Brasil. Seus textos, para além de descrever situações de opressões impostas por um sistema racializado, acrescentam a reflexão sobre a importância do ativismo na transformação da realidade da mulher negra brasileira. Há um legado de luta em seus textos que vão além da constatação das situações cotidianas de embates no feminismo tradicional, nos partidos e no movimento negro, já que elaborava seus pensamentos a partir do olhar de quem, nas ciências sociais, é visto como o objeto de pesquisa. Lélia defendia a importância de que a oprimida seja o sujeito de sua pesquisa e não o objeto. Vale ressaltar que nesta tese, o objeto a ser investigado é o Estatuto da Igualdade Racial, a Marcha das Mulheres Negras 2015 e das políticas públicas direcionadas para as mulheres negras. Como temas convergentes, o racismo e o feminismo negro.

Dessa forma, a construção do conhecimento sobre mulheres negras demarca um campo nas ciências sociais, que, de acordo com inúmeras produções acadêmicas, estão sistematizadas baseadas em uma epistemologia europeia/norte-americana e, em contrapartida, a pesquisa ativista feminista negra corrobora os objetivos da perspectiva da pesquisa decolonial de Ochy Curiel Pichardo (2014):

Este reconocimiento no puede ser solo un insumo para limpiar culpas epistemológicas, no se trata de citar feministas negras, indígenas, empobrecidas, para dar el toque crítico a las investigaciones y a los conocimientos y pensamientos que se construyen. Se trata de identificar conceptos, categorías, teorías que surgen desde las experiencias subalternizadas, que son generalmente producidas colectivamente, que tienen la posibilidad de generalizar sin universalizar, de explicar distintas realidades para romper el imaginario de que estos conocimientos son locales, individuales, sin posibilidad de ser comunicados (PICHARDO, 2014, p. 57).

Portanto, quando se fala de uma epistemologia feminista negra, para compreender a sociedade e a vida das mulheres negras, o conhecimento sobre suas preocupações na análise dos dados é extremamente valoroso, já que na ciência social clássica, o argumento que prevalece é o da remoção das preocupações dos “sujeitos” nos dados de um estudo, sendo transformados em *objetos de estudo*, o que para esta pesquisa seria um reducionismo

diante do protagonismo que assumem numa posição no mundo diante das adversidades as quais, enquanto um grupo, estão submetidas.

No que se diz respeito às reivindicações das mulheres negras no Brasil por políticas públicas contidas no Estatuto de Igualdade Racial e as denúncias visibilizadas pela Marcha das Mulheres Negras 2015, constatei o diálogo com a sociedade atingindo diferentes grupos que partilham experiências diversas. O olhar privilegiado – por ter participado do processo – foi materializado sob a luz das suas experiências de vida, pois contribui para identificar as tensões geradas no processo de negociação para a implementação das políticas prioritárias.

Todas as mulheres que foram entrevistadas estão nominadas como colaboradoras das reflexões sistematizadas por mim e transformadas neste documento, que retrata um momento histórico/geográfico: a organização e realização da Marcha das Mulheres Negras 2015 e o processo de implementação do Estatuto da Igualdade Racial, através das percepções sobre esta realidade e as formas de superação e transformações da estrutura social, que tem a conceituação da metodologia da pesquisa ativista feminista negra, aplicada no desenvolvimento de estudos nesta área, como será visto a seguir.

1. 2. A Pesquisa Ativista Feminista Negra

É preciso que a qualidade do conhecimento produzido pela pesquisa seja avaliada em função do seu poder transformador – ou seja, da sua capacidade de transformar as relações injustas e desiguais existentes no mundo tal como ele é hoje, bem como transformar radicalmente as estruturas geradoras da opressão, da desigualdade e da injustiça.

(Radha D’Souza)

A metodologia da Pesquisa Ativista Feminista Negra tem como referencial a Pesquisa Ativista em Radha D’Souza (2010), que assume o compromisso com a construção de conhecimentos científicos a partir das experiências de opressão, de desigualdade e de injustiças vividas por determinados grupos sociais.

Nos encontros de orientação foram definidos os critérios¹⁸ para a escolha das mulheres negras que iriam ser entrevistadas, ressaltando o fato de que na definição clássica das ciências sociais, este universo seria denominado de amostra e, nesta tese, são definidas como colaboradoras da pesquisa, por refletir dialeticamente com a pesquisadora ativista, os

¹⁸ Vale destacar, que não segui a rigidez de hierarquizar segundo critérios de longevidade nos movimentos sociais, muito menos avaliar o currículo de ativismo ou acadêmico.

valores presentes em um objeto de estudo, que de acordo com Alberti (2004, p. 31-32) são denominadas “*informantes*” em *antropologia*. Decidiu-se que os seguintes aspectos deveriam ser atendidos:

1. Ter atuado na estrutura dos Comitês Impulsores durante a construção da Marcha das Mulheres Negras 2015, bem como no desenvolvimento de ações que contribuíram para mobilizar outras mulheres a participar das atividades e ter contribuído para organizar a viagem à Brasília;
2. Ter desempenhado o papel de liderança local no desenvolvimento das ações organizativas [foi avaliado o conjunto de atividades desenvolvidas no processo de organização da Marcha das Mulheres Negras 2015];
3. Ter demonstrado, nas ações desenvolvidas e nas produções intelectuais realizadas, a consciência feminista negra e fazer dela sua militância;
4. Sobre o quantitativo, ficou definido que seria uma mulher por região do Brasil¹⁹ – Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul;
5. A entrevista seria realizada em suas regiões, tendo em vista a importância de preservar o referencial territorial no qual as ações aconteceram e o ativismo se estabelece.

A parte mais desafiadora da metodologia da pesquisa ativista feminista negra foi a definição final dos nomes, uma vez que existiam diversas mulheres negras comprometidas com o processo²⁰. Foi considerada representação política em suas regiões, como a diversificação no ativismo político e da especificidade temática. Por exemplo, a escolha de uma feminista quilombola prevaleceu em detrimento de outra residente no centro urbano da Bahia. Além disso, fui guiada não só por uma consciência de feminista negra, como também pelo ativismo e no processo de organização da Marcha das Mulheres Negras 2015.

As entrevistas foram realizadas nas regiões, colocando em prática o conselho de Guerreiro Ramos, que disse que não se faz ciência social em gabinete. E por estar no ativismo, o processo para a definição foi facilitado, já que identifiquei potenciais colaboradoras da pesquisa, que atendiam aos critérios previamente definidos.

No entanto, o quantitativo de mulheres por região não foi cumprido. O motivo se deu por eu não ter verificado, antecipadamente, que em algumas regiões, determinados estados apresentavam um conjunto de fatos pertinentes e fundamentais para a pesquisa. Como foi o caso do Nordeste, com Recife e Bahia, que apresentaram singularidades que enriqueceram a pesquisa.

¹⁹ Na Região Norte entrevistei três colaboradoras da pesquisa; no Sudeste e Nordeste foram duas; no Sul e Centro-Oeste uma.

²⁰ Em razão disso, aqui a lembrança dos trabalhos desenvolvidos não só pelas mulheres negras do Maranhão, como as do Paraná, de Salvador, de Aracaju, do Acre e todas que mantive contato em demais cidades e municípios, que, de fato, fizeram a Marcha se tornar uma realidade.

Existiu ainda, a questão específica com a Região Norte. Foi ampliado numericamente, por indicação das lideranças locais, aceita devido o pioneirismo da região no desencadeamento do processo de organização da Marcha das Mulheres Negras 2015 e, por abrigar a mulher negra que sugeriu a realização da Marcha no ano de 2011, que foi a Nilma Bentes, como será detalhado no Capítulo VI.

A consequência das decisões, provocou uma sobrecarga de trabalho e de tempo para a análise dos registros das percepções individuais, com isso a “coleta de dados”, influenciou no tempo dedicado às transcrições, que foram realizadas por mim, tendo em vista a singularidade da pesquisa ativista feminista negra, que opera na esfera da confiança e da cumplicidade construídas no espaço do ativismo. Assim, as entrevistas gravadas, por guardarem informações de cunho pessoal, algumas de caráter sigiloso, não é recomendável que seja processada por outra pessoa.

Algumas ativistas que tomaram conhecimento do desenvolvimento da pesquisa, indagaram os motivos de não fazerem parte da relação das colaboradoras da pesquisa. Teve cobranças que aconteceram de forma direta em eventos políticos do movimento das mulheres negras e do feminismo negro, outras de modo enviesado, com mensagens para intelectuais ativista, de minhas relações pessoais. Contudo, esse comportamento é esperado por quem opta em um método que atua num campo tão amplo de pessoas que desenvolvem trabalhos e atuação política relevantes.

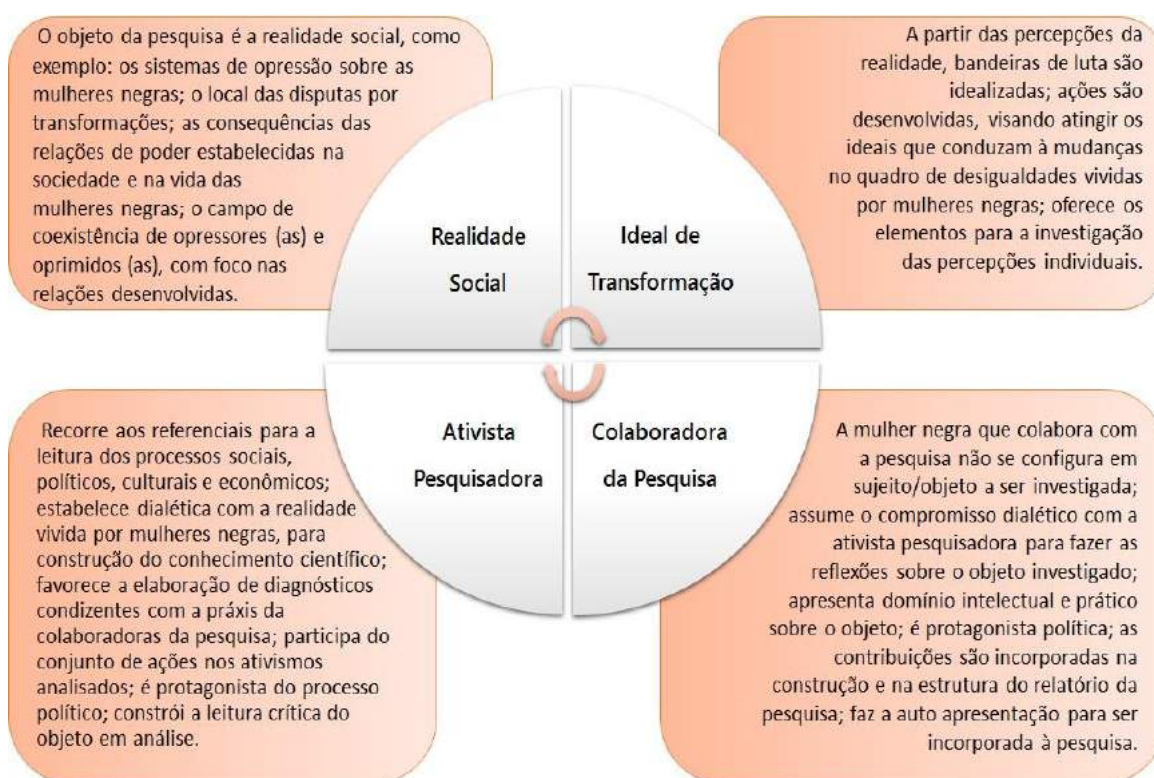
Vale lembrar, que nas pesquisas qualitativas a afinidade ente as partes é algo que poderia estar incluído nos critérios, tendo em vista que, em outras modalidades de pesquisa, se pode perder um tempo enorme com a inserção do (a) pesquisador (a) no campo até adquirir confiança do grupo. Mas, esse não é o caso na Pesquisa Ativista Negra, uma vez que a definição das colaboradoras da pesquisa obedeceu exclusivamente às minhas escolhas, por entender que as escolhidas representariam, dentro do meu referencial teórico, a melhor tradução das resistências nos embates contra o racismo e o sexismo, e por terem desenvolvido ações que apontavam para a transformação social.

E como preconiza Fonseca (1999, p. 65), ninguém nega que somos parte da realidade que pesquisamos, sendo este aspecto relevante para a pesquisa ativista feminista negra, por estabelecer a dialética entre a ativista pesquisadora e as colaboradoras da pesquisa, uma vez que no processo da construção do conhecimento científico, também se realiza um exercício pessoal, tanto para entender como para partilhar as impressões sobre o objeto de estudo, que neste trabalho é o Estatuto da Igualdade Racial e a Marcha das Mulheres Negras 2015. Assim, colaboras da pesquisa, a partir de suas próprias histórias,

colaboram para ressignificar o lugar da exclusão, transformando-o em espaço de luta, de práticas emancipatórias e em cenário para reflexões teóricas e produção de conhecimento (CARDOSO, 2012, p. 29).

A técnica da pesquisa ativista feminista negra [gráfico 01], talvez ofereça um instrumento ou roteiro que auxilie a (o) pesquisadora (or) a entender as tensões e a disputa por poder endógeno. Pode, ainda, ser um guia para a diminuição do desencantamento e de sentimentos de desistências em continuar a pesquisa ou no ativismo em grupos sociais. Isso porquê, muitas vezes, se reproduzem opressões similares as realizadas pelo sistema dominante. Destarte, o caráter revolucionário da pesquisa ativista negra está em ela não só busca entender o protagonismo das mulheres negras, como também procura transformar a realidade social, econômica, política e cultural a que estão submetidas, assim como a reprodução de opressões a que todas (os) estão sujeitos.

Gráfico 01 – Pesquisa Ativista Feminista Negra



O conteúdo do gráfico acima já foi abordado anteriormente, porém alguns detalhes ainda se fazem necessários. Em relação ao registro das percepções individuais foi priorizado o detalhamento das atividades, das parcerias envolvidas, as tensões e os conflitos, estabelecendo-se no processo de análise as relações das questões locais com as questões globais.

No que diz respeito ao registro em áudio, há que se tomar muito cuidado, uma vez que se configura em uma etapa imprescindível, todo cuidado com o equipamento a ser usando é pouco. Teste aparelho antes de ir para o campo. Tenha o domínio quanto ao seu funcionamento, tendo em vista que os gravadores atuais são digitais. Faça a gravação em dois aparelhos, como segurança, ainda mais quando a entrevista é feita em locais distantes. Minha advertência se baseia no problema que aconteceu com a entrevista de Nilma Bentes, que apesar de ter gravando no celular e no gravador portátil de voz digital, nos dois locais de gravação a entrevista não foi salva. A alternativa foi o preenchimento das questões, contidas no roteiro semi-orientado [Anexo 02] e o envio por e-mail, uma vez que não foi possível voltar à Belém do Pará.

Os registros das percepções individuais contribuíram para manter o foco da pesquisa ativista feminista negra, com vistas a não incorrer em muitas divagações, tão comuns quando o objeto da pesquisa não são as pessoas, mas sim a realidade social comungada pelo mesmo grupo de atuação política da pesquisadora. Segui as orientações de Queiroz (1983, p. 47), que alerta para que, de tempos em tempos, se efetue intervenção para conectar os fatos relevantes para a pesquisa e a memória das mulheres negras convidadas aos assuntos que pretendo investigar de forma interativa e dinâmica.

No momento da análise do registro das percepções individuais, se estabelece o diálogo entre a colaboradora da pesquisa, a ativista pesquisadora e com o referencial teórico. É um momento que se caracteriza no encontro com a diversidade sobre a visão de mundo, com as alternativas para transformação social, de pensamentos que viajam por situações que, aparentemente são similares, mas guardam singularidades não só pelas respostas práticas a elas, como nas expectativas que são formuladas pelas experiências de vida de cada uma, uma vez que:

Pensamento e ser habitam um único espaço, que somos nós mesmos. Mesmo quando pensamos, também temos fome e ódio, adoecemos ou amamos, e a consciência está misturada ao ser; mesmo ao contemplarmos o "real", sentimos a nossa própria realidade palpável. De tal modo que os problemas que as "matérias-primas" apresentam ao pensamento consistem, com frequência, exatamente em suas qualidades muito ativas, indicativas e invasoras. Porque o diálogo entre a consciência e o ser torna-se cada vez mais complexo - inclusive atinge imediatamente uma ordem diferente de complexidade, que apresenta uma ordem diferente de problemas epistemológicos - quando a consciência crítica está atuando sobre uma matéria-prima feita de seu próprio material: artefatos intelectuais, relações sociais, o fato histórico (THOMPSON, 1981, p. 27).

E este conjunto de artefatos intelectuais, as relações sociais, o fato histórico que foram captados pela formulação e aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e a Marcha

das Mulheres Negras 2015 compõem os elementos essenciais para se encontrar as respostas às perguntas previamente definidas no momento da formulação do projeto de pesquisa. Logo, a imprevisibilidade está presente constantemente na metodologia da pesquisa ativista feminista negra, necessitando de pesquisa constante de documentos para fundamentar o conhecimento sobre os fatos e para criar um acervo sobre a temática.

Neste sentido, a Análise Documental cumpre o papel em ser um instrumento para orientar no levantamento de documentos relativos aos temas abordados no processamento da pesquisa, uma vez que nos tempos atuais existe grande diversidade de documentos disponíveis na internet, para fundamentação de pesquisas. Recorrendo a diferentes sites e publicações impressas, fiz um levantamento bibliográfico das documentações sobre o Estatuto da Igualdade Racial, que foram imprescindíveis, para reconstruir os caminhos percorridos durante toda a tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O mesmo aconteceu em relação aos registros documentais sobre a Marcha das Mulheres Negras 2015. Estes documentos serviram para auxiliar na definição da relação das colaboradoras da pesquisa, além de compor o acervo sobre o evento. Por isso, seu caráter permanente, pois se no início ela ajuda em dar pistas importantes sobre o assunto a ser pesquisado, o Estatuto da Igualdade Racial, Marcha das Mulheres Negras 2015, Políticas Públicas e Feminismo Negro; por outro lado, fornece elucidação de termos e eventos citados nos registros das percepções individuais que aparecerão quando iniciar sua análise.

A História Oral foi um importante método utilizado em nossa pesquisa ativista negra. De acordo com Alberti (2005), através da história oral se privilegia entrevistar as colaboradoras, pois estas viveram os acontecimentos que se estuda, e seus testemunhos tornaram vivas as histórias apresentadas. Assim, se tornou possível compartilhar suas visões de mundo e os contextos apresentados, e nos aproximar de nosso objeto de estudo. Desse modo, a história analisada se concretizou enquanto uma história viva, pautada nas reflexões de Halbwachs (2006) sobre a percepção dos fatos se apoiarem mais na história que se vive do que na história que se aprende. Assim, a história viva, “se perpetua ou se renova através do tempo, na qual se pode encontrar novamente um grande número dessas correntes antigas que desaparecem apenas em aparência” (HALBWACHS, 2006, p. 86).

Na etapa da análise dos registros das percepções individuais, fiz uso da Análise do Discurso Político tendo o compromisso de preservar a linguagem utilizada – por serem de Regiões diferentes este aspecto mereceu maior atenção – e, em alguns momentos, me

deparei com muitos termos novos que exigiram pesquisar para o fiel entendimento do depoimento.

É importante destacar que a metodologia de Análise de Discurso implica em um movimento interdisciplinar registrado na investigação em sociologia, antropologia e outras ciências para os fenômenos comunicacionais e linguísticos (AZEVEDO, 1998, p. 107). Em se tratando da pesquisa ativista feminista negra, ela permite a fluidez e maior entendimento da interpretação dada à uma questão, o que torna a leitura da realidade próxima, tanto para a ativista pesquisadora quanto para a colaboradora da pesquisa. Por isso, nesta tese, destaco meu compromisso em não interferir no discurso a colaboradora da pesquisa, mas sim procurar registrar, a partir de suas falas, as formas de expressar os diferentes sentidos do mundo em relação a um determinado tema ou questão e tecer meus comentários, após a explanação de seus pensamentos.

Para Orlandi (2001, p. 15), a análise de discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é, assim, palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem e a mulher²¹ falando. Isso porque:

O discurso é constitutivo do político. Ele está intrinsecamente ligado à organização da vida do social como governo e como discussão, para melhor ou pior. Ele é, ao mesmo tempo, lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia segundo as circunstâncias de comunicação, o que tornaria mais justo falar de discursos do conceito político do que do discurso político. (CHARAUDEAU, 2008, p. 42-43).

As colaboradoras e as ativistas do movimento de mulheres negras dominam a temática estudada e têm discursos próprios. Suas concepções sobre os eventos estudados nesta pesquisa, suas visões acerca das implicações das políticas públicas em suas vidas e suas bandeiras de luta por melhorias são fundamentadas em suas *práxis*. E, as análises por elas realizadas, a partir da implementação do Estatuto da Igualdade Racial, como também das motivações que as levaram a organizar a Marcha das Mulheres Negras 2015, foram determinantes na composição desta tese, além de suas impressões sobre o feminismo negro, sobre as políticas públicas e suas perspectivas no Pós-Marcha.

²¹ No texto original não consta a referência à mulher, mas adicionei para seguir a atualização na perspectiva de gênero.

Em relação à imersão nas reflexões sobre o Estatuto da Igualdade Racial, foi adotado o seguinte procedimento: 1) Levantamento bibliográfico nas bibliotecas digitalizadas do Congresso Nacional, através da metodologia da Análise Documental; 2) Traçar a linha de tempo tanto na Câmara Federal, quanto no Senado Federal das idas, vindas e paralizações que somaram 10 anos para a aprovação final; 3) A Análise Documental propiciou tomar conhecimento de iniciativas anteriores, com o foco em projetos de lei de política de ação afirmativa, como exemplo o PL Nº 1.332/1983, de autoria do deputado federal Abdias do Nascimento (PDT/RJ); assim como realizar um inventário sobre os documentos produzidos pelas duas casas legislativas, onde fica evidente a pouca relevância na aprovação de matérias relacionadas às populações tradicionalmente oprimidas, mas, por outro lado, identifiquei documentos preciosos produzidos por mulheres negras, na audiência pública e nas redes sociais, que demonstraram a preocupação com a inclusão de um capítulo específico sobre as mulheres negras, que foi derrubado; 4) Na análise das perspectivas das colaboradoras da pesquisa, usando a Pesquisa Ativista Feminista Negra, captei as críticas ao texto final e à postura de alguns parlamentares que protagonizaram cenas públicas de racismo e de sexismo no Plenário da Câmara dos Deputados, que pode ser identificado nas reflexões de Iêda Leal sobre a postura do Deputado Demóstenes Torres, por outro lado, Cristiane aponta para a importância do uso do EIR como ferramenta de educação na luta antirracista para estudantes, que influenciará a família. 5) Analisando o aspecto sobre sua utilidade na superação e transformação do quadro existente tanto Zélia Amador de Deus, Iêda Leal e Valéria Porto destacam as perdas das comunidades quilombolas, mas Piedade Marques destaca o SINAPIR como importante instrumento para o acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas de promoção da igualdade racial e 5) Em relação à divulgação e apropriação por parte de ativistas (homens e mulheres) negras destacam para a necessidade de ampliação para que o EIR seja um documento que possa sustentar legalmente as bandeiras de luta dos movimentos de mulheres negras e dos feminismos negros. Valéria Porto e Bia Onça e Giselle dos Anjos Santos pontuaram este aspecto importante.

A análise documental e do discurso político permitiu concluir que há urgência em divulgar para a população em geral o teor do EIR, uma vez que não basta a existência de marcos jurídicos relevantes, sem que a população a ele tenha acesso ou conhecimento, para usá-lo como ferramenta antirracista. Possa ser que, mesmo que toda a população tenha conhecimento dessas legislações, ela não acione a justiça para a garantia de direitos, porém

pode contribuir para inibir violações de direitos, pode vir a construir e efetivar os ideais de “justiça”, “desenvolvimento”, “empoderamento das mulheres negras”, “ações afirmativas” e “progresso”, como bases seguras para atingir as transformações necessárias e o fim do racismo, do sexismo e todos os ismos que tentam nos subalternizar.

Assim, a pesquisa ativista feminista negra é um método que reúne um conjunto de recursos metodológicos, para produzir um determinado conhecimento científico que emerge no seio dos feminismos negros, onde o processo de construção do saber é produzido com colaboradoras da pesquisa, que promovem o encontro da academia ativista, com o ativismo dos movimentos sociais de forma complementar.

A seguir, no próximo capítulo, que tem como objetivo partilhar parte da biografia das colaboradoras da pesquisa, tendo em vista o papel relevante e imprescindível desempenhado na pesquisa ativista feminista negra.

CAPÍTULO II

QUEM SABE FAZ A HORA

A escolha dos entrevistados (as) não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do (a) entrevistado (a) no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os (as) entrevistados (as) entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos. O processo de seleção de entrevistados (as) em uma pesquisa de história oral se aproxima, assim, da escolha de "informantes" em antropologia, tomados (as) não como unidades estatísticas, e sim como unidades qualitativas - em função de sua relação com o tema estudado -, seu papel estratégico, sua posição no grupo etc.

(Verena Alberti)

Neste capítulo apresento fragmentos das histórias de vida das colaboradoras da pesquisa captadas durante as entrevistas que primou pelo estabelecimento de uma comunicação “não violenta”, segundo as reflexões em Bourdieu (2008, p. 695), que tem como objetivo a manter a coerência dos pressupostos da pesquisa ativista feminista negra – que foi apresentado no capítulo I, uma vez que o método define as entrevistadas como colaboradoras da pesquisa, Logo suas *herstórias*, visões de mundo são relevantes para o entendimento do processo político e do ativismo político em análise.

Por outro lado, as relações estabelecidas no campo são indicadores para o aprimoramento do processo de construção de saberes acerca da própria metodologia da pesquisa ativista feminista negra. Como exemplo, relato minha experiência com a Professora Zélia Amador de Deus que, de início, falou que iria me entrevistar, antes que começasse meu trabalho de ativista pesquisadora. Devido a sua personalidade acadêmica como pesquisadora, fiquei por 20 minutos falando da minha história de vida, dos caminhos que percorri até então para a construção desta tese, dos meus sentimentos em relação às disputas internas dos movimentos de mulheres negras. Foi um momento muito especial, uma vez que eu sempre quem iniciava os questionamentos com as demais colaboradoras da pesquisa. Esta experiência deslocou o meu papel no campo da pesquisa: estava eu lá, na

casa de Nilma Bentes, sendo entrevistada pela professora Zélia e foi um excelente exercício para o desenvolvimento dos registros.

Assim, a atenção feita por Pierre Bourdieu (2008) para evitar desconfortos no trabalho de campo se atenua no caso da Pesquisa Ativista Feminista Negra em função dos laços construídos no espaço do ativismo político e, como bem observa o autor, a prática comum entre pesquisadora e entrevistada em geral:

É o pesquisador que inicia o jogo e estabelece a regra do jogo, é ele quem, geralmente, atribui à entrevista, de maneira unilateral e sem negociação prévia, os objetivos e hábitos, às vezes mal determinados, ao menos para o pesquisado. Esta dissimetria é redobrada por uma dissimetria social todas as vezes que o pesquisador ocupa uma posição superior ao pesquisado na hierarquia das diferentes espécies de capital, especialmente do capital cultural. O *mercado dos bens linguísticos e simbólicos* que se institui por ocasião da entrevista varia em sua estrutura segundo a relação objetiva entre o pesquisador e o pesquisado ou, o que dá no mesmo, entre todos os tipos de capitais, em particular os linguísticos, dos quais estão dotados. (BOURDIEU, 2008, p. 695).

Na Pesquisa Ativista Feminista Negra, a violência simbólica, presente em algumas posturas de pesquisadoras (es), é reduzida ao mínimo. Fato que foi também comprovado durante as demais entrevistas realizadas de acordo com a perspectiva da pesquisa ativista. (D'SOUZA, 2010). Tal postura no campo de investigação facilita a interação e a captura de informações relevantes para o trabalho, uma vez que a pesquisadora ativista também partilha ideais comuns aos das colaboradoras da pesquisa.

A parte mais trabalhosa deste processo está no agendamento das entrevistas, uma vez que todas são ativistas e comprometidas com suas instituições, além de todos os componentes que estão inclusos no processo das viagens. Entre outros fatores, incluía questões econômicas, políticas locais, nacionais, estudos e filhos. Para fazer a agenda com as colaboradoras desta pesquisa, fiquei dois meses tentando equacionar as viagens, pois quanto mais tarde compradas as passagens de avião, mais caras ficariam.

Meu primeiro destino foi São Paulo, para encontrar Giselle dos Anjos Santos, 17 de fevereiro de 2016, uma vez que não consegui agenda compatível para realizar a primeira entrevista no Rio de Janeiro, com Ana Beatriz Silva (Bia Onça), pelos motivos acima citados, que impediram a realização do cronograma de trabalho inicialmente definido. Conheci Giselle dos Anjos Santos foi no I Congresso Internacional sobre o Pensamento das Mulheres Negras no Brasil e na Diáspora Africana e I Workshop Mulheres Negras Pensando as Práticas Sociais, Culturais e Políticas.

Em seguida, dia 19 de fevereiro de 2016 fui à Florianópolis para entrevistar Cristiane Mare da Silva – a conheci em Santiago do Chile, no Congresso del Conociemento, apresentando uma comunicação oral, assim como eu. Neste evento, aproveitei para rever Jeruse Romão²², companheira e amiga especialista em relações etnicorraciais no Brasil e Jayro Pereira de Jesus²³ ativista negro dos tempos do IPCN, que atua na área da religiosidade, um griô²⁴.

Depois viajei para as comunidades quilombolas de Pau D’Arco e Parateca, no Oeste da Bahia - Região do Velho Chico e entrevistar Valéria Porto. Meu encontro com Valéria Porto se deu ao acaso, a vi pela primeira vez quando estava assistindo aos Programa Profissão Repórter²⁵, após pesquisa nas redes sociais e na internet conversamos várias vezes por telefone e trocamos mensagens do Facebook. Nos encontramos no dia 05 de março de 2016, em Bom Jesus da Lapa. No dia 06 de março e fizemos a primeira parte da entrevista e fomos para a comunidade quilombola de Nova Batalhinha para o casamento de Leiliane Borges de Almeida integrante do Comitê Impulsor da Marcha das Mulheres Negras 2015 na região. No dia seguinte chegamos em Pau D’Arco e Parateca, seu local de nascimento, para a proferir palestra no Seminário Empoderamento de Mulheres Negras. A segunda parte da entrevista foi feita na madrugada do dia 07 de março.

Em Goiânia comemorei o Dia Internacional da Mulher – 8 de Março, com a líder sindical e ativista negra Iêda Leal, que conhecia há tempos em função do ativismo. Foi muito emocionante o reencontro com a querida Ivana Leal²⁶, sua irmã, e revivemos momentos inesquecíveis da Jornada Cultural Lélia Gonzalez²⁷, realizada em dezembro de

²² Jeruse Romão é mestre e pedagoga especializada em educação, teatro experimental do negro, ensino profissional, currículos e políticas educacionais. Feminista Negra.

²³Jayro Pereira de Jesus é teólogo e especializado em educação: povos e comunidades tradicionais de matriz africana, comunidades tradicionais de terreiro é ativista do Movimento Negro.

²⁴ “O termo Griô é universalizante, porque ele é um abasileiramento do termo Griot, que por sua vez define um arcabouço imenso do universo da tradição oral africana. É uma corruptela da palavra “Creole”, ou seja, Crioulo a língua geral dos negros na diáspora africana. Foi uma recriação do termo gritadores, reinventado pelos portugueses quando viam os griôs gritando em praça pública. Foi utilizado pelos estudantes afrodescendentes que estudavam na língua francesa para sintetizar milhares de definições que abarca. O termo griô tem origem nos músicos, genealogistas, poetas e comunicadores sociais, mediadores da transmissão oral, bibliotecas vivas de todas as histórias, os saberes e fazeres da tradição, sábios da tradição oral que representam nações, famílias e grupos de um universo cultural fundado na oralidade, onde o livro não tem papel social prioritário, e guardam a história e as ciências das comunidades, das regiões e do país”. Disponível em: <http://www.leigrionacional.org.br/o-que-e-griio/>. Acesso 24 de junho de 2016.

²⁵ O programa “Mulheres Feministas em Ação” foi ao ar no dia ... Disponível em: <http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2015/12/mulheres-feministas-em-acao.html>. Acesso em 11 de dezembro de 2015.

²⁶ Ivana Leal é ativista do MNU em Goiânia.

²⁷ Jornada Cultural Lélia Gonzalez, foi um espaço para o diálogo, convivência, reflexão, de lazer e troca entre 70 mulheres negras intelectuais, artistas, militantes e profissionais de diversas áreas. Idealizada por Dulce Pereira, presidente da Fundação Palmares, Centro de Cultura Negra do Maranhão e Grupo de Mulheres

1997, no Maranhão organizada pela Fundação Cultural Palmares, cuja presidente era Dulce Pereira, que promoveu o encontro de 70 mulheres negras brasileiras com a ativista afroamericana Angela Davis.

O estado do Rio de Janeiro viria na sequência e desta vez, Bia Onça foi à minha casa, na cidade de Niterói/RJ, em 15 de março de 2016, depois de inúmeras tentativas de agendamento, e ficamos por horas resgatando nossas experiências no ativismo em nosso estado. A conheci no ativismo no Rio de Janeiro.

Na sequência, cheguei à Recife, em plena efervescência política, onde participei do Ato pela Democracia, no dia 18 de março e Piedade Marques reservou uma surpresa para mim, ao escolher a casa de uma amiga na Praia de Gaibu²⁸, no Cabo de Santo Agostinho, Região Metropolitana, para conceder a entrevista, a mais longa, que duraria quatro horas e meia de muita emoção. Conheci Piedade pelo trabalho que desenvolvia em Pernambuco de organização da Marcha.

O último destino foi Belém do Pará, porém meu primeiro contato com a região Norte que se destaca pela consciência ecológica. A agenda foi intensa. Entrevistei Nilma Bentes, a mulher que, de forma iluminada, lançou a pedra fundamental para a construção da Marcha das Mulheres Negras 2015, que aprofundaremos no capítulo VI, pois foi ela quem sugeriu a realização do evento. A entrevista foi no dia 26 de março de 2016. Mas, no dia anterior, dia 25 de março, entrevistei Zélia Amador de Deus professora e incansável no combate ao racismo no Brasil. No mesmo dia, entrevistei Maria Malcher, uma jovem ativista que trabalhou incansavelmente a partir 2012, no processo de organização da Marcha na Região Norte. Todas as entrevistas foram realizadas na casa de Bentes e Malcher.

Todas as colaboradoras da pesquisa reservaram espaços em suas vidas, mesmo tendo muitos compromissos e causas importantes em prol das mulheres negras brasileiras. Em nossos encontros, compartilharam suas percepções acerca desta parte da história que é o objeto de seus ativismos, mulheres negras que escrevem e reescrevem no dia a dia a resistência negra com seus ativismos nas lutas antirracista e antissexista no Brasil.

Foram encontros nos quais todas “abriram seus corações” e seus olhos refletiram entusiasmo, tristeza, solidariedade, contentamento, esperança, raiva, amor,

Negras Mãe Andreza. A convidada especial foi Angela Davis. Maiores detalhes: (DAVIS, 1997) e BAIRROS (2000).

²⁸ Nas conversas que antecederam a viagem para Pernambuco, comentei com Piedade que amava a Praia de Gaibu e a considerava umas das mais belas do Brasil. Estivera lá em 1987 e desejava voltar. Ela muito sensível, providenciou a casa de uma amiga para fazermos a entrevista e aproveitar a beleza do lugar.

comprometimento e tantos sentimentos que nos fizeram sorrir, chorar, imaginar, sonhar... Foram momentos de muita intimidade. Algumas passagens não constarão desta tese, mas ficarão na memória individual, ou quem sabe farão parte no futuro de um novo produto que registrará parte de uma memória coletiva?

Corroborando Steve Biko (1990), líder negro na luta contra o Apartheid, a Consciência Negra, fato inquestionável em todas as mulheres que entrevistei, todas viveram processos de superação da negação imposta pelo poder branco, que tenta exaurir as autoestimas, são mulheres que perceberam que a união com suas irmãs negras as empoderavam e as tornavam fortalecidas para reagir à opressão, mulheres cômicas da certeza de que foram protagonistas de um processo política que aglutinou, sensibilizou e empoderou outras mulheres negras, e mesmo, muitas mulheres não estiverem presentes em Brasília mesmo assim, se fortaleceram para marcharem diariamente por uma sociedade sem preconceitos e discriminações e pela dignidade humana.

Algumas foram empregadas domésticas, como eu, e outras não. Todas têm algo em comum: a consciência do investimento em projeto político coletivo para o enfrentamento do racismo, das discriminações e dos preconceitos no Brasil. Escolhi as partes que considero fundamentais para esta tese, pois as contribuições suas vidas denotam o compromisso por um Brasil melhor. Todas pulsam no dia a dia, o sentido de serem negras: O Ser Negra, e não, o se tornaram negras! Algumas, ainda oscilam em se denominar feministas negras, no entanto a luta diária, a ação política-intervencionista, seja no meio urbano; no quilombo; no meio rural; nas escolas; nos partidos ou sindicatos atestam a importância de sua ação que nem precisaria de qualquer categoria de quão poderosa é. Mulheres que pulsam! Mulheres que Fazem! Todas, ativistas que lutam por mundo melhor mirando o Bem Viver.

Então, vamos ver o que elas falam sobre suas histórias de vida!!!

II. 1. Bia Onça

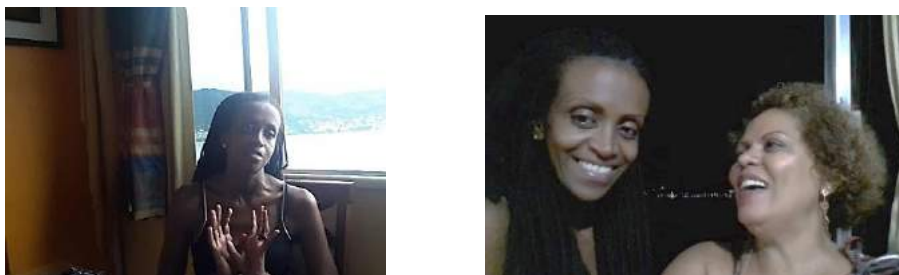


Figura 03: Arquivo pessoal Rosalia Lemos

Sou filha de Magna da Silva e Orlando dos Santos Guilherme, meu pai era um fofo, um querido, mas ele não me registrou. [Figura 03]. Coisas da nossa família...Só que eu sou igual a ele... fui a filha mais querida e ele tem 14 filhos. Sou a caçula e logo depois que nasci que meu pai se separou da minha mãe. Minha mãe sempre foi muito trabalhadora, ela foi babá ainda criança com 11 anos, nessa idade e já cuidava de criança. Ela ficou em uma casa de família em Copacabana até 23 anos e aí começou a estudar. Morava no Parque da Catacumba, no morro da Catacumba com meus avós. Minha mãe fez a prova e passou para auxiliar de serviços gerais no Hospital do Andaraí e foi crescendo lá dentro e morreu 2, 3 anos antes de se aposentar. Trabalhava na patologia clínica, era chefe do departamento. Ela estudou enfermagem e sempre tinha essas coisas da educação com os filhos. Eu estudei em colégio particular a vida toda. Ela dizia que tinha que estudar muito. O meu primeiro arroz, fiz com 22 anos, porque minha mãe só queria que a gente estudasse. Minha mãe no emprego público conseguiu uma casa pelo governo, comprou em Caxias. Minha mãe vivia naquela coisa, de trazer comida de madrugada, de acordar cedo e não ver a gente indo para escola. A minha criação foi com meus tios que eram mais novos que minha mãe e tomavam conta da gente, para minha mãe trabalhar. Minha mãe sustentava os filhos e meus tios. Ela era a chave máster da casa, da família. Eu sou formada em Geografia na UERJ. O meu estímulo para a geografia foi dado por um professor negro e eu era encantada pelas coisas que ele falava. Eu falava, "como ele consegue?" Só tinha gente branca. Ele era professor de Geografia, olha que lindo! E ele falava que eu era muito estudiosa e eu ficava encantada, falava "eu acho que vou ser professora de Geografia", olha isso. Na 7ª ou 8ª ano eu já sabia. E era um professor que gostava de Carnaval. Imagina, um colégio evangélico e eu "ele gosta de falar de Carnaval. Aqui não pode e ele pode tudo. Achava que ele podia tudo no colégio". E ele podia falar de Carnaval, né? Aí ele me ensinou a gostar do Império Serrano, ele desfilava,

e aí hoje em dia ele é meu amigo, professor Jairo. Eu com 15, 16 anos, minha mãe fala: "não, agora vocês vão morar comigo. Sou a mãe de vocês, vão morar comigo". E aí é outra coisa nas nossas vidas. Ela fez um quarto lindo para mim e para meu irmão. É uma outra realidade daquilo que eu não vivi. Minha mãe falou "agora vocês vão estudar sério". Ela tinha um sonho que eu estudasse música eu fiz todos os sonhos dela, na verdade. Eu estudei música. E quando eu fui fazer o vestibular, eu gostava tanto de Geografia que ficava, "ai meu Deus do céu, como é que eu vou falar isso para minha mãe?" Minha mãe era uma Deusa para mim, mas eu não fui fazer a prova, o THE²⁹ da UFRJ. Disse "caraca, minha mãe vai ter que um dia descobrir". Ela descobriu, ficou chateada e ficou quieta. E eu falei: "ó mãe, eu queria fazer para Geografia, eu gosto de Geografia". E ela entendeu e eu fiz o vestibular para Geografia em todas as faculdades. Fiz vestibular para a Rural também, mas não tinha Geografia, só tinha Economia. Passei para Economia e fiquei por um ano estudando, mas aquela coisa da Geografia na minha cabeça. Passei de novo vestibular e fui fazer Geografia na UERJ. Aí minha mãe fica doente com câncer. Minha mãe sofreu um acidente indo trabalhar, o ônibus bateu, todo mundo achava que era uma coisa ligada ao tornozelo, nunca o quadril. Minha mãe vinha fazendo tratamento, tinha plano de saúde. Todo mundo não entendia a dor infernal que ela sentia no quadril. Até que a gente, um dia, vamos no hospital em que ela trabalha e o cara pegou o Raio-X assim e falou assim: "ela já passou pelo oncologista?" Deram a medicação que ela parou... falaram... "Olha, a sua mãe está com metástase no quadril" ... E aí o médico conversou – chamou a mim, minha avó, meus tios e aí falou "ó, ela pode até melhorar, pode dar uma amenizada nisso arrancando a perna dela". Minha mãe disse: "Querido, eu nasci com a minha perna, eu vou morrer com ela". A perna dela foi travando, travando e travando. Fez quimioterapia, radioterapia. Tudo no INCA. E aí foi para casa, e depois o INCA foi tratando em casa. Foi 1 ano de tratamento. Ela fez uma festa e sentou comigo e com meu irmão, muito lúcida, "olha, eu vou morrer, vocês já são de maiores" e aí meu irmão chorando, e eu quieta. Ela foi muito dura, ela falou "eu tenho muita preocupação, você sabe que eu te amo minha filha, mas a minha preocupação é com teu irmão, "você, mal ou bem, está encaminhada, mas o teu irmão". Minha mãe morreu em dezembro 98, ela ainda chegou a ver eu ir na faculdade, ela gostava de me ver indo pra faculdade, morreu do meu

²⁹ O THE – Teste de Habilidade Específica é aplicado pelos próprios professores da Escola de Música e consta de uma prova teórico-prática; uma prova de emissão (solfejo e leitura rítmica a uma voz); uma prova de percepção com grafia ao piano (reconhecimento auditivo); e uma prova de conhecimentos teóricos (notação musical, acordes, intervalos, tonalidades e modulação a tons vizinhos). Disponível em: http://www.musica.ufrj.br/index.php?option=com_content&view=article&id=105%3Ateste-de-habilitacao-especifica&catid=36&Itemid=82. Acesso em 09 de jun. de 2016.

lado, na semana do Natal. Foi punk, tinha 47 anos. Era bonitona, negona, bonitona. Meu pai morreu antes de acidente de carro no túnel Rebouças em 94, no Carnaval. Meu pai sempre estava lá em casa. Minha mãe foi uma pessoa muito só, não que ela fosse infeliz, mas ela viveu para o trabalho a vida toda, não lembro a minha mãe namorando alguém. Viveu em função dos filhos. Acho que ela morreu apaixonada pelo meu pai, um amor eterno que ela não conseguiu transferir para outra pessoa. Minha avó, que também era o meu porto seguro, morreu 9 meses depois, de amor. Em janeiro meu irmão casou. E aí fui morar sozinha e tive que trabalhar. Eu tranquei a faculdade 3 vezes. Foi difícil terminar... a vida né leva a gente para tantos cantos. Foi aí que eu conheci o Marcelo, que é meu companheiro, vamos fazer 10 anos juntos. Conheci ele em um pré-vestibular comunitário. Ele era o professor de física e eu de geografia (Ele fala "Bia, tu era demônia" (risos), "ela que me cantou"). Nessa questão de idas e vindas na faculdade, na última falei assim "não, agora eu vou ficar aqui e vou terminar isso". Em 2004, conheci na faculdade, uma professora, Janice Pelma, do mito da marginalidade das ciências sociais. Ela passou e falou "vai ter uma palestra", aí entrei. Ela abriu um slide, que o slide era o Morro da Catacumba. "O que é aquilo?" Minha mãe saiu grávida da Catacumba e teve meu irmão nesse percurso. E aí eu fiquei "o que essa mulher tá falando de morro de Catacumba?". A imagem daquele slide me chamou atenção. A professora trabalhava com a questão de remoções de favela, com a questão da dinâmica social dessas pessoas, para onde o governo tinha levado. Quando acabou a palestra tinham algumas pessoas negras em volta, que trabalhavam com ela e como sou curiosa, eu fui perguntar o que se tratava aquela pesquisa e me falaram: "é uma ONG chamada Mega Cidade/City, fica lá em Santa Teresa, e está aqui no Brasil para trabalhar fazendo entrevistas com os antigos moradores de algumas comunidades que foram removidas na década de 70". Eu disse: "engraçado, a minha família é de lá e foi removida de lá para a Penha". Todo mundo me olhou e a professora americana falou: "você é do conjunto do Quitungo?" e falou das pessoas que entrevistou na década de 70. Disse que queria ver o que aconteceu com aquelas pessoas. Citou uma pessoa que era simplesmente a sogra do meu irmão, dona Margarida.... Todos ficaram encantados. Eles estavam precisando de estagiária, aí eu entrei. Assim minha vida tomou um rumo 100. Fui trabalhar na Mega Cidade, em Santa Teresa, como estagiária de geografia, isso também me ajudou muito. Eu comecei a trabalhar com sociólogos, eu trabalhava com dados. Trabalhei com SPCS, com os domínios em inglês, o que me ajudou no meu inglês. Tudo isso me ajudou muito. Fiquei lá de 2004 até 2008. Lá conheci Mary, que é do Coisa de Mulher. A Mary falou "eu trabalho em uma ONG de mulheres negras,

queria que você conhecesse. Ela me convidou em fevereiro de 2005 para eu participar do Coisa de Mulher, no projeto chamado "Mulher Ação". Foram 2 anos e fui ficando no Coisa de Mulher. Falei "gente, é isso que eu quero para mim". Porque eu nunca tinha visto tantas mulheres pretas empoderadas. Eu nunca tinha ouvido falar. Ao mesmo tempo que eu queria alguma coisa, eu era diferente na minha casa, eu era diferente. A acho que a mulher feminista é diferente... é à frente do seu tempo em alguma coisa e todo mundo pontua isso para você. Assim: "Ana Beatriz, desde criança foi diferente dos meninos", quando eu brigava, porque eu fui criada com muitos homens. Quando eu falava "eu quero futebol também" e meus tios deixavam. Meu tio sempre falava: "Beatriz você sempre foi diferente". Tinha uma marca não só libertária, mas uma marca também de protagonismo na vida, de ser um diferencial, eu sempre tive isso... ser feminista na ONG Coisa de Mulher florou. Florou e aí tem a questão racial, que você não é só uma feminista, você é uma mulher negra feminista. Isto para mim tem uma grande diferença. Tem essas particularidades sobre a questão de ser negra. Enquanto as mulheres brancas estavam lutando, queimando o sutiã, nossas mulheres já lá na frente há muito tempo. No Coisa de Mulher eu pude ter acesso à livro de mulheres negras. Ninguém nunca tinha me falado sobre feminismo negro. Falei: "gente, essa mulher, a Rosalia, está escrevendo tudo o que alguém poderia ouvir e sobre o que me segura". Para mim, encontrar essa discussão no Coisa de Mulher, foi foda. Fiquei mais diferente ainda para a minha família. Radical é a palavra. Tenho prazer em dizer que eu consegui. Agora que eu passei no mestrado, esse meu tio que a gente tem um diálogo muito bom, falou no Natal para mim: "Eu tenho muito orgulho da minha sobrinha por que...", aí, vontade de chorar (e choramos juntas). "a Ana Beatriz, cara, ela sempre foi...". Hoje em dia eu tenho meus primos todos fazendo faculdade, minha tia está fazendo por causa de mim, não que é "por causa de mim", entendeu? Minha mãe criou essa possibilidade. Isso para mim é um diferencial, sabe? Isso já era um apontamento que o feminismo negro dá para gente. Eu acho que dá nesse sentido, não só de se empoderar, empoderar os outros e os outros são os seus irmãos. Eu vejo a minha prima que mora lá em Seropédica, falando de feminismo negro. Ela está com um Black lindo e ela quer fazer nutrição e adora esse discurso de feminismo negro. Na 1ª aula do mestrado, semana passada, eu me coloquei como mulher negra feminista. Todo mundo ficou quieto, escutou, fez cara de paisagem. Eu sou da UniRio, da turma da Ana, minha orientadora é Claudia Miranda. No final uma menina branca falou: "Você se colocou como feminista, que legal", eu disse: "não, como feminista negra". Ela: "Eu sou

de um grupo feminista e queria te convidar, falei "beleza, anota meu e-mail aí e me manda o convite, aí eu vou ver". (ONÇA, 2016).

III. 2. Cristiane Mare da Silva



Figura 04: Arquivo pessoal Rosalia Lemos

Eu venho de uma família inter-racial eu digo para a minha mãe que ela é indígena, mas ela se diz que é uma mulher branca. [Figura 04]. Eu morei com meu pai até os seis anos, meu pai é negro. E depois a gente se separou e eu vim para o Sul. Eu nasci no Sul, no Paraná, mas a gente foi para Mato grosso, a gente morava em Cuiabá e depois voltou. A família da minha mãe é toda uma família branca. Por exemplo, Floripa é afro show, principalmente nessa região do Oeste, porque é uma região branca. Eu me descobri negra ali, porque até então eu era uma criança, né? Entrei na escola e todo mundo começou a me chamar de negra, negra, negra. De uma forma horrível, muito violenta. Então eu não queria ir para a escola, porque aquilo era horrível. Minha mãe não tinha ferramentas para lidar com essas questões. Em casa sempre trabalhava o racismo universalista. Neste sentido de que "somos todos iguais, desse antirracismo universalista, então nós somos todos iguais essa coisa do sangue, tudo igual. A minha família é uma família branca racista, muito racista... A minha mãe, é uma pessoa sem formação, mas ela não só foi uma mulher que gostava de homens negros. A minha sorte é que ela gostava dos filhos. Ela gostava do nosso cabelo, ela nunca deixou a gente alisar o cabelo. A imagem de pessoas positivas para ela eram pessoas negras, por exemplo quando passava uma um artista negro na TV era uma loucura, ela chamava todos para ver. A referência que ela passava para gente era uma coisa positiva, embora da família em geral não era. Minha mãe era empregada doméstica; aos nove anos de idade eu já era uma empregada doméstica e

depois, uma coisa que mudou muito a minha vida foi o filme Amistad³⁰, eu tinha nove anos, aquele foi um momento que eu sempre trago – Eu tive essa relação assim, de brancos e negros, eu via tudo sempre como negra, eu sabia que aquelas pessoas me faziam sofrer. Eu lembro que passei duas semanas maltratando muito a minha mãe, porque pensei que ela fosse igual a todos. Sabe aquela coisa da imagem? Ela é igual as pessoas que me fazem sofrer! Aí depois eu pensei: Putz, mas a minha mãe é minha parceira ela é legal para caramba comigo. Como é que eu vou fazer sofrer a única pessoa que gosta de mim de fato? Minha avó me maltratava, minhas tias batiam em mim pra caramba e a brancas eram as minhas patroas, né? São as pessoas que estão sempre revirando a sua bolsa, para ver se você não está levando alguma coisa delas, ou seja, te pagando 50 reais para tu limpar a casa delas e cuidar dos filhos e fazer tudo, né? E é sempre uma ajuda. Eu era uma criança, mas eu trabalhava. Trabalhava pra caramba, dava conta de uma casa de 8 cômodos, mais 2 filhos dela. Eu comecei aos 9 anos. Na verdade, minha mãe trabalhava na primeira casa que eu trabalhei e, eu ajudava ela em tudo, depois ela saiu para trabalhar de diarista e a senhora pediu para eu ficar ali. Minha mãe ficou um pouco assim... mas eu tinha a consciência que eu precisava ajudar, porque era uma vida bastante difícil. Ela nunca deixou, mesmo quando, tinha vontade de parar de estudar ou de mudar, por exemplo para a noite. Ela dizia que eu não podia fazer isso. Isso era uma coisa que ela sempre cuidava. Uma coisa também que me marcou muito foi que eu sofri abuso do meu tio, que morava no mesmo canto com a gente. Aí passei por esse processo, que as meninas passam, né? Que a culpada é você. Então, tu tens 7 anos e culpada do abuso sexual é você, né? A culpada é você e tal (muita tristeza). Então minha mãe, também como ela morava naquele lugar, numa relação muito de subordinação, não era uma casa dela, a gente estava ali de favor, então era uma relação de muita subordinação. Ou seja, tem coisas que tu podes dizer, tem coisas outras que você tem que silenciar, né? Em prol daquela moralidade da família toda. Então, eu só fui mesmo ter um questionamento mais

³⁰ SINOPSE E DETALHES: Costa de Cuba, 1839. Dezenas de escravos negros se libertam das correntes e assumem o comando do navio negreiro La Amistad. Eles sonham retornar para a África, mas desconhecem navegação e se vêem obrigados a confiar em dois tripulantes sobreviventes, que os enganam e fazem com que, após dois meses, sejam capturados por um navio americano, quando desordenadamente navegaram até a costa de Connecticut. Os africanos são inicialmente julgados pelo assassinato da tripulação, mas o caso toma vulto e o presidente americano Martin Van Buren (Nigel Hawthorn), que sonha ser reeleito, tenta a condenação dos escravos, pois agradaria aos estados do sul e também fortaleceria os laços com a Espanha, pois a jovem Rainha Isabella II (Anna Paquin) alega que tanto os escravos quanto o navio são seus e devem ser devolvidos. Mas os abolicionistas vencem, e no entanto o governo apela e a causa chega a Suprema Corte Americana. Este quadro faz o ex-presidente John Quincy Adams (Anthony Hopkins), um abolicionista não-assumido, sair da sua aposentadoria voluntária, para defender os africanos. Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-16168/>. Acesso em: 12 de jan. de 2014.

profundo já adulta. Quando fiz 18 anos eu fugi deles. Fui morar com um namorado, estava fazendo faculdade, eu gostava dele, mas eu queria um lugar para morar que eu pudesse ter, por exemplo, paz para terminar a faculdade. Consegui, entrar na faculdade, foi bem legal e, as minhas 3 tias, dizendo que não era para a gente. Aos 14 anos eu prometi para mim que eu nunca mais ia lavar privada. E não voltei. Eu parei de trabalhar de empregada doméstica e fui trabalhar no Mercado aos 18, fui despedida quando estava terminando o ensino médio, foi uma coisa bastante dolorosa, só que eu acho que, se eu tivesse ficado naquele Mercado, ia querer virar gerente do Supermercado, ao invés de ir para a faculdade. Bem, aquele sofrimento me fez ter outra perspectiva, que era a faculdade, neste período eu voltei a ser babá, eu trabalhava de babá pela manhã e à tarde eu ficava na Biblioteca faculdade estudando, estudando, estudando. Passei para a UNIOESTE, Universidade Estadual, do Paraná. (SILVA, 2016).

II.3. Iêda Leal



Figura 05: Arquivo pessoal Rosalia Lemos

Eu venho de uma família grande, nós somos seis irmãos. [Figura 05]. Meus pais mineiros, um casal de negros, uma família de negros muito grande, muito numerosa. Então, essa referência da família, do pai, da mãe, de crescer do lado do irmão, de fazermos coisas de criança, de gente negra, sempre foi muito marcante na minha vida. Isso não era evidenciado. Depois, quando eu volto é eu percebo que as coisas eram feitas de uma outra forma. Sempre fomos muito diferentes de todo mundo lá no bairro – é a festa, o jeito de comer, o jeito de vestir, o gosto pela música, o tipo de música, aquilo que se toca, o batuque, o som mais forte de alguns ritmos. Tudo isso era uma coisa muito natural. Meu pai depois de 40 anos se formou em direito. Nós viemos do interior, eu nasci em Pires do Rio, mas meu pai veio de Juiz de Fora para Pires do Rio. Lá teve mais filho e teve o último filho aqui em Goiânia. Então é assim, não tem essa de quando é que você se descobriu. É uma família que vem, é nossa convivência com meus primos, eram seis também e meu tio e

minha tia, e a gente cantava ... nós aprendemos música, cantávamos música, cantar samba, tocar os ritmos em casa, pois quando a gente junta uma família de negros é muita gente. Alguns brancos vinham, mas nossa população era 90%. Dominava tudo! e aquela obsessão de meu pai de garantir a escola para a gente. Ele teve êxito, dos seis, cinco conseguiram. Eu fui para a Universidade, antes da universidade, a minha irmã mais velha, a Iara, que era uma referência. Ainda tinha aquela história de estudar numa escola particular, ela tinha um núcleo de amigos, ela passa na Universidade e os colegas iam lá para casa e eles escutavam Chico Buarque, no auge era Cálice eu ficava olhando. Gente... eu quero ter uma coisa assim, porque eu achava eles o máximo, eles falavam e cantavam “Pai afaste de mim este cálice”, eu pequena observando, início de 1980. E a gente, sobrevivendo, trabalhando, estudando, lendo muito. Meu pai tinha uma referência: livro, escola, esporte, Era um homem pobre que queria que os filhos fossem alguma coisa, então ele tinha que cuidar disso, manutenção. Minha mãe, dona de casa, com muita referência. Eu falo que minha mãe era química, física, matemática porque ela fazia tudo. Ela fazia mágica, a química lá, para os alimentos darem certo. Nós nunca passamos fome, de fazer as roupas servirem na gente, somente uma mulher para fazer isso tudo... A casa era sempre bonita, muito verde, muitas plantas. A gente aprendia comer algumas coisas, ela fazia altas alquimias. Não tinha nada em casa e de repente surgia um bolo, que ela chamava de broa. Broa era tudo aquilo que coloca no bolo e o bolo cresce e todo mundo come. Muito chá. Fui para a Universidade, muito impulsionada pelo meu pai. Eu participava de tudo: teatro, dança, esporte, mas nunca com uma posição muito da questão racial, eu nunca me impunha. Não sei se era dificuldade, a gente parecia um pouco nessa história da questão racial, meu pai, achava que a gente tinha que se matar para provar que era o melhor, sem muito falar. Depois a gente foi percebendo, acho que os livros foi me dando essa condição, a experiência, meus irmãos também. Com 18 anos passei no Vestibular, fui fazer Pedagogia e lá encontrei o Movimento Estudantil. Me apaixonei! Fui ser representante do Centro Acadêmico, já fui tomando conta de outras coisas, abrindo o Centro Acadêmico, lendo mais. Todos meus professores elegeram a nossa turma e, eu estava no meio dessa turma. Eles falavam para a gente ir ao teatro, nós íamos. Eles falavam que tinha uma manifestação, que tinha um debate. E, eu fui aprendendo essas coisas, mas muito insatisfeita com algumas coisas ainda. Aí, conheço a Sylvani Euclênio e, ela me chama para o Movimento Negro. Eu fiquei muito dividida entre o Movimento Estudantil e o Movimento Negro. Isso foi em 1982. Comecei a perceber que o meu grupo não discutia a questão racial, então comecei a colocar para eles: “Olha, tem isso...”, a

pauta da reunião tinha que ter alguma coisa e comecei a incomodar os meus amigos. Porque aí, eu era a menina que queria falar demais, que queria botar negro demais, comecei a formação do MNU, formação mesmo, sábado à tarde, me emprestaram um livro, pois teria debate. Sabe qual foi o livro? Malcolm X. Eu li o livro em 3 dias e chorei, chorei, chorei.... Queria saber, porque tinham matado aquele homem. Depois outras coisas que me tocaram mais, daquele impacto, tinha a divisão do movimento estudantil, de ser de um partido que não discutia a questão racial, já era militante do partido, mas não era filiada. Aqui em Goiânia, no setor universitário, era muito fácil discutir essas questões todas. Resolvi largar o movimento estudantil e me dedicar à militância no MN. Fui ser bolsista do Centro de Estudo Brasil África, militar com a Sylvani e fui chamar Ivana para militar com a gente também. Criamos um Núcleo, estudávamos terças e quintas-feiras à noite e sábado o dia todo! Estudava, lia livros, lia os documentos do MNU, nós fazíamos formação, nós íamos para outros espaços para formar outras pessoas. Eu me tornei uma militante, me transformando, usando as camisetas. Fui para “O Negro e a Constituinte”, para Brasília, conhecer a Benedita da Silva, eu fiquei enlouquecida, eu achei que tinha demorado demais. Muitas coisas aconteceram, muitas pessoas fizeram interferências na minha vida para eu melhorar. Na faculdade já era uma outra conversa. E aí, essa menina, que poderia ter sido uma liderança no Movimento Estudantil, passa a ser mais uma integrante do MNU. Foi quando a gente começou a trazer a Lélia. Ela vinha para Goiânia fazer palestra no Dia da Mulher. Luiza Bairros também, teve um papel fundamental. Aí eu fui ser da CON – Coordenação Nacional do MNU. Comecei a levar isso para dentro da família e foi muito legal e essa era outra relação e as coisas ficaram mais sólidas. Eu fiquei com mais vontade de falar mais sobre isso com eles, tive uma receptividade muito boa e, em determinados momentos, eles não aguentavam mais. Eles falavam: “ô Iêda, você está muito chata, só fala isso, aí, já vem mais uma feijoada, mais uma camiseta, tem que comprar rifa”. Depois me envolvi no Sindicato. Em 1992 fui ser sindicalizada, era natural de quem milita, participava das coisas, mas eu era da base. Então, me chamaram para compor uma chapa, de repente, eu estava na vice-presidência, mas passei para a presidência, pois o presidente se afastou. Uma loucura! Não escolhi, mas aonde eu estava, eu nunca desisti. Eu tive muito medo, ser presidente do Sindicato, maior Sindicato do estado de Goiás, SINTEGO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás, mulher negra, você vê aquela carga, tipo assim: ela não vai dar conta, é uma mulher negra! Nós tivemos uma que ficou muito pouco tempo. Temos muitos negros na educação e, temos muitos negros que também não acreditam na gente, por conta desta questão de que... O

racismo é muito perverso, né? Ele faz com que o outro não acredite na gente: “não, ela não dá conta”! E, eu colocar na pauta do Sindicato como prioridade a discussão da questão racial, eu não abria mão. Eu disse: para eu ir para lá, eu vou, mas eu tenho herança. Eu não vou divorciada! Eu vou com herança, e minha herança é forte! Quero discutir mulher, negro, quero discutir a população LGBT e quero discutir meio ambiente! O povo disse: “ah, vamos discutir isso tudo?” Eu disse: vamos discutir, e tudo isso está na pauta sindical, tanto é verdade que a CUT e a CNTE, que é a Confederação nossa, que organiza mais de dois milhões de trabalhadores da educação, tem essa pauta. E, eu tenho certeza que eu não propus loucura, porque agora, o que movimenta também a nossa vida sindical são essas pautas que pareciam ser pautas secundárias. Aí vou para a CUT, lá eu fiquei um tempo na direção, depois fui Secretária de Combate ao Racismo na CUT-Goiás, participando da CUT Nacional e, agora sou vice-presidente da CUT-Goiás e vice-presidente do SINTEGO e Secretária de Combate ao Racismo da CNTE. Nós gestamos esta secretaria e quando se configurou a secretaria, eu me senti muito reconhecida sendo a primeira secretária de Combate ao Racismo da CNTE. A tarefa não é fácil, pois as pessoas ficam olhando para você assim, “a hora que ela cair...” Falei: eu não caio, porque a gente tem que ter responsabilidade e, eu me organizo com outras forças. Tenho outras pessoas que eu converso do movimento negro, tenho pessoas que são do Partido, mas também são pessoas que conseguem fazer uma leitura para além disso e dão suporte para minha vida, porquê sozinha a gente não dá conta. É muita loucura. Eu participei quando eu era do Ensino Fundamental, do Centro Acadêmico, como uma menina negra, mas o meu empoderamento dessa questão racial, da luta, se deu na Universidade. Pena que eu não consegui, lá no início, dar esse caráter. Por onde eu passei, todo mundo sabe que passou uma mulher negra, isso eu não posso deixar. Todas as vezes que eu sentei no Sindicato, quando eu tinha que ir para as ruas, para pedir votos para nossa chapa ganhar, eu dizia: eu vou, mas eu sou uma mulher negra! Eles diziam: “não, não, a discussão vai ser feita!” E não era só promessa. Com muita dificuldade, porque no mundo sindical é assim: extremamente machista, muito racista e, pior são aquelas pessoas que acreditam que não são racistas. Eu perguntava: você foi além do 13 de maio? Você foi para o 20 de novembro? Então você não discute! Eu não sou uma data na sua vida! E, quando tem a tarefa de ter na pauta das instituições a questão racial, aí é meio caminho andado, né? Tem que ter alguém que faça! Chegar ao feminismo negro realmente não sei qual será o momento! Eu tenho muito das experiências que eu convivi com a minha mãe, de uma forma muito silenciosa, pois minha mãe nunca foi de pegar bandeira nenhuma. Eu tenho

uma experiência na universidade de contanto com as feministas brancas e descobrir que não era aquilo que eu queria. Lembro de conversas com a Lélia, dela com as mulheres feministas brancas... que era muito engraçado elas falarem aquilo tudo, enquanto nós ficávamos nas cozinhas delas. Eu dizia, minha mãe ficou na cozinha desse povo quando ela era jovem. Eu, por alguns momentos, também passei por lá, porque nós morávamos em um conjunto habitacional, em Goiânia e aquelas pessoas pediam para a gente olhar os meninos delas, nós éramos de dez a quinze meninas. Nós fazíamos tudo isso, lavávamos vasilhas, não eram todos os dias, minha mãe não deixava. Lembro de fazer isso e ganhar dinheiro, Fulana está de resguardo, falou para eu ir lá, eu posso lavar vasilha? Minha mãe falava, pode ir! A forma que a gente era tratada, porque todos nós, morávamos no mesmo local, as casas eram as mesmas, só que tinha uns mais pobres, e tinha uns que eram menos pobres, né? As negras, e umas meninas que não se achavam negras, mas a gente trabalhava para essas mulheres que se achavam brancas. Para mim foi passageiro, quando a gente veio para cá do interior, minha mãe dizia que tínhamos muitas dificuldades. Minha mãe fazia sabão, fazia as químicas lá, as roupas davam para todo mundo e continuou lavando roupas. Meu pai trabalhava no DETRO e conseguiu comprar uma casa, aquelas casas de conjunto d estuda à noite. Percebia a mudança lá em casa, porque todas as casas eram iguais e tinha um muro. O muro lá de casa subiu, aí mudou o portão, aí mudou o muro para um metro e vinte. Quando meu pai põe um muro mais alto, eu pensava que nós melhoramos um pouco mais. E, era verdade, minha vida era um muro! Aí, quando meu pai derruba o muro, põe a grade e faz outra reforma, eu via que meu pai já estava formado, já faz a garagem, já compra um carro – a minha ligação com o muro era muito engraçada –, se mudou o muro a gente está melhorando e, se esse muro crescesse, vai melhorar mais ainda. Que venha o muro! Quando meu pai botou a grade, que era chique ter grades, então, o que que melhora? É uma família negra e ele tendo condições de ter as coisas. E os outros que não tinham o muro? Muros que não subiam? Eu falava assim, ih, eles não têm o muro, estão ferrados. Então essa coisa de trabalhar na casa dos outros foi mais ou menos isso. Minha irmã foi ser professora de uma escolinha particular perto de casa, aí, ficou chique, né? Ela saiu desse emprego, para ir para outro e, eu vou dar aula. Na escola particular Le Petit Infant, olha o nome da escola que eu dava aula (risos) com 13 anos teve um episódio que eu acho que vou escrever em um livro e contar: um homem, já velho assim (uns trinta anos) foi lá em casa e pediu para eu ensinar ele a ler, ele morava em uma invasão perto de casa. Ele foi meu aluno durante seis meses em casa, e eu alfabetizei esse homem. Pensa: uma pessoa com quatorze – quinze

anos, eu dava aulas para os sobrinhos dele. Ele queria aprender a ler e escrever o nome e, ele desenhava o nome com tanta alegria! Assim, fui caminhando, nos movimentávamos como uma família negra. Éramos discriminados, só que vai estudar, é a professora, é o Dr. Moacyr, já não era o Moacyr, porque era advogado, minha mãe já tinha mais crédito. O que me libertou desse feminismo branco, o que me chamou atenção para o movimento de mulheres foi uma vez, que fomos fazer uma campanha conjunta, da Secretaria da Condição Feminina, banner, out door e uma campanha na televisão e a vinha caindo uma mancha negra, e o homem falava: “então essa mancha negra que cai sobre a condição da mulher”. Eu, Ivana, Sylvani, Juraci e essa outra levantamos! Gente, foi uma cacetada na cabeça desse povo: a mancha negra? É isso? Nós vamos é processar vocês. Quem éramos nós? Meninas. Olha, se não mudar a propaganda, vocês terão problemas com as mulheres negras! Vamos embora juntar mais gente, na próxima reunião tem que ter mais, saímos juntando todo mundo. Chegaram com outra coisa, que era da dor, do sangue, do vermelho e pediram mil desculpas. Chamaram a gente para uma reunião, não nos chamaram de loucas, pois eles têm a mania de chamar a gente de louca, de falar que estamos alteradas. Mudamos a concepção e eles começaram a olhar para a gente diferente. Não íamos lá só pedir passagem, local para poder fazer reunião, éramos chamadas para fazer discussão. Eu disse assim: Se a Lélia visse isso ela ia gostar, se a Luiza visse isso ela ia gostar! Ela chamava a atenção da gente para esse feminismo negro, para esse movimento negro de mulheres, que começou muito tempo atrás, aí eu começo a perceber que é isso mesmo, eu não nasci na cozinha. (LEAL, 2016).

II. 4. Giselle dos Anjos Santos



Figura 06: Arquivo pessoal Rosalia Lemos

Eu me chamo Giselle dos Anjos Santos, [Figura 06], tenho 29 anos, nasci na grande SP, nasci, me criei e ainda vivo na grande SP, Região Metropolitana. Eu sou a filha mais velha de uma família de 2 irmãos. Minha mãe foi mãe já com uma certa idade, ela me teve com aos 36 anos e o meu irmão aos 38 anos. Ela foi a filha mais velha e aí, esperou todos os irmãos se casarem, e resolverem na vida e só depois que ela se casou. Ela cuidava dos irmãos e por ter que começar a trabalhar e ajudar a família desde muito cedo. Ela era a mais velha de todos e todas as filhas, todas as mulheres as 4, trabalharam como empregadas domésticas. Só depois de muito tempo, tanto minha mãe como algumas das minhas tias começaram a trabalhar como costureira, etc. Ela estudou até a quarta série, fez o primário. Depois que se casou e depois que eu nasci ela parou de trabalhar. Quando eu entrei na escola e tinha que fazer o ensino de casa, minha mãe tinha muita dificuldade de me auxiliar, porque ela não lembrava mais e muita coisa ela nem tinha chegado a aprender. Quando eu estava fazendo o ensino fundamental, 1ª ou 2ª série, ela voltou a estudar. Eu costumo mencionar essa história porque eu acho que é muito importante, o sentido de que eu tive dentro de casa... por mais que a minha mãe não vá se intitular enquanto feminista ou qualquer coisa do tipo, é uma referência muito importante, no sentido de ter ali um exemplo, de uma mulher que, antes de mais nada, se superou no sentido daquilo que estava colocado para ela, no sentido de uma mulher de mais de 40 anos voltar a estudar etc. Ela fez o supletivo e entrou no magistério e se tornou professora. Ela trabalhou bastante tempo com crianças, mas hoje em dia ela trabalha especialmente com alfabetização de jovens e adultos, e trabalha com isso já há muitos anos, até, por uma questão de comprometimento político e também de sua inserção dentro da igreja católica. É um trabalho que eu acho sensacional, porque transforma a vida de muita gente. Enfim, dentro de casa eu não tive referências no sentido de uma construção a respeito da minha identidade racial, isso não era problematizado, não era discutido, apesar de ter um pai negro e uma mãe negra. Fui me descobrir negra, a partir dos conflitos que eu passei a vivenciar, especialmente, no ambiente escolar. Eu acho que esse lugar de descoberta vem marcado pela dor, nesse primeiro momento só muito depois que eu cheguei na universidade. Enfim, que eu tive condições de realmente ressignificar essa identidade e desconstruir esse lugar da dor, para um lugar realmente de fortalecimento, um lugar de luta, um lugar de construção de um discurso com reivindicações etc, contudo, eu já militava, já tinha uma experiência de militância desde os 16 anos, no movimento social. Fiz um caminho bem diferente da maioria das pessoas, pois geralmente é o partido político, ou do movimento de comunidades de base da igreja, mas as pessoas podem ter

diversos caminhos. Eu comecei a minha militância por meio do Anarquismo, fiquei uns 2 anos e meio enquanto militante. Com 16 anos eu conheci algumas pessoas que me trouxeram referências totalmente novas: como pensar o anarquismo, como pensar o vegetarianismo.... Eu me tornei vegetariana aos 16. Comecei a pensar sobre a construção de relações, inclusive a construção de relações de amor livre, então meu caminho foi esse. Foi superimportante, não nego, a construção dessa experiência, mas num determinado momento eu me dei conta de quanto excludente, em alguma medida, também era esse local. Por mais se defenda um discurso libertário, sem hierarquias, as hierarquias estão colocadas e são nítidas para quem se permite enxergá-las e no caso da questão de gênero e a questão racial elas são muito fortes, isso que é bastante complexo, né? Desde que eu me entendo por gente, sempre questioneei essa questão da desigualdade de gênero, porque para mim isso era muito visível e aparente. Isso estava colocado dentro do meu ambiente familiar, por exemplo, sou a filha mais velha, tem 2 anos de diferença entre eu e meu irmão, na verdade um ano e dez meses, mas ele sempre pode fazer muitas coisas que eu não tinha o direito de fazer e, isso me deixava indignada. Mas, pera aí, porque ele pode sair e eu não posso? Por que ele pode fazer isso e, eu não posso? E aí, ariana que sou, (risos) que gosta de questionar, então desde muito cedo eu me percebi nesse lugar e, é obvio, não tinha entendimento do que era o feminismo, não tinha elaboração a respeito disso, mas era uma questão para mim, tanto é que, na maioria dos espaços, seja na escola e nos lugares as pessoas sempre me atribuíam esse rótulo de feminista, mas que sempre naquele sentido muito pejorativo. Você faz uma colocação e a pessoa vira: "Ah, você é feminista"! E sem entender o significado disso, eu sempre recuava eu falava: não. Porque eu entendia que aquilo lá era uma ofensa. E no final das contas as pessoas utilizavam essa colocação com essa finalidade, com esse intuito. Tive muito essa experiência de negar esse lugar, negar o feminismo, negar essa identidade. Dentro do anarquismo já estava falando da questão de gênero, mesmo sem me dar conta. A gente criou um Coletivo Anarquista na cidade, vários jovens, criamos a Alternativa Anarquista, tínhamos um Fanzine³¹, nosso primeiro Fanzine, eu escrevi um texto sobre a exclusão, a opressão das mulheres, então assim, essa sempre foi uma pauta para mim. Num determinado momento, todas essas tensões – eu entrei depois em outra organização anarquista etc -, que estavam colocadas especialmente no gênero que eu identificava, mas que também era racial, começaram a me

³¹ O termo de expressão da língua inglesa, Fanatic magazine, significa revista de fanático, publicação desprezível, comumente relacionada à jovens.

incomodar muito, acabei saindo. Nessa época eu já estava entrando na universidade, eu completei 19 anos na universidade. Me aproximei, nesse momento, de pessoas que discutiam a pauta racial e, a partir disto. Eu acabei me complexificando mais o meu discurso até esse momento era muito do lugar de colocar, como eu ouvi muitas vezes, qual das duas questões é mais importante, porque tem uma hora que você está falando da importância das mulheres, da importância dos negros”, como eu já ouvi muitas vezes de muito militante homem, negro: “Mas, o que é mais importante, é a questão de gênero ou é a questão racial, pois você sabe muito bem que a questão racial é mais devorativa”? Você começa a se sentir, pressionada para definir uma coisa ou outra, mas na verdade, caiu a ficha de que eu não deveria definir uma coisa ou outra, até porque a opressão de gênero e raça me atingem enquanto mulher negra, aliás como a todas as mulheres negras. Não tem essa história de fatiar as identidades e hierarquizar essas diferentes formas de opressão. Então, acho que foi tudo muito conjuntamente, o momento onde eu me sentir segura o suficiente, para não entender que feminismo não era sinônimo de ofensa, o momento onde eu comecei a discutir a questão racial. Foi fundamental para ressignificar a minha identidade. Por exemplo, eu parei de alisar o cabelo aos 16 anos, essa época que eu me envolvi no anarquismo, só que eu era uma das únicas, para não dizer a única garota negra que tinha nesse espaço, então não tinha uma referência de falar: “Olha tem aquela outra mulher negra que não alisa o cabelo”... Então é nisso que vou me espelhar então, por isso que vou me espelhar nela e fazer dessa forma. Fazia isso de forma intuitiva, autônoma e solitária, eu entendo que já é diferente daquilo eu enxergo na experiência de muitas jovens negras hoje, que tem essa história de boom aí, da questão do cabelo natural e da militância mesmo, que tem atingido um número significativo de jovens hoje, não que eu não seja jovem (muitos risos, pois ela está tirando onda!). Lembrar que já fazem anos que eu parei de alisar o cabelo, que eu tive contato com vários elementos, me faz ter esse entendimento, querendo ou não, aos trancos e barrancos, que eu já tenho um percurso aí, ne? Ser chamada de feminista, antes de mais nada, a forma como era mencionado isso, vinha no sentido da crítica, no sentido mesmo deste entendimento pejorativo do que é o feminismo, no sentido realmente de deslegitimar a fala de uma mulher que se coloca a partir desse lugar, eu não tinha um entendimento aprofundado do que era etc. eu acho que a foram como era colocado, em torno do que quer que seja, ou o rótulo mesmo, já me faziam ter essa reação de falar: Não, não esvazie a minha crítica. Quando eu tinha 16 anos, talvez nessa fase que eu já estava me relacionado com o anarquismo, eu já tinha uma noção muito incipiente, talvez tenha essa crítica da esquerda

com relação ao feminismo, que é algo desnecessário até porque a libertação ela é maior, né? Seja da esquerda da juventude socialista, seja na vertente anarquista como a gente tem os textos de tantas referências que vão apontar que o feminismo é burguês, é uma pauta burguesa etc., etc. etc. Anteriormente a isto, eu acho que tinha muito mais o entendimento que feminista é uma mulher brava, louca, que está esbravejando e querendo brigar com o mundo. Quando me chamavam de feminista, aí que eu esbravejava e resmungava e falava: “eu não sou feminista porra nenhuma e não sei o quê. Enfim, eu acho que bem nesse sentido de ataque de ofensa e, eu entendi dessa forma, não vou dizer que entendia de outra forma não, mas a partir dessa experiência de militância no anarquismo eu acho que mudou, mas não deixou de ter o caráter pejorativo, exatamente, por esse entendimento da hierarquização das lutas mesmo. Essa noção de que muito superficial a respeito de uma vertente do feminismo, como se ela fosse única e não existisse outras experiências etc. Assim que eu finalizei a graduação eu já estava envolvida em várias coisas, mas de forma muito pontual. Em 2009, eu já estava totalmente colocada tanto dentro da pauta do feminismo como da pauta da militância no Movimento Negro, só que de forma autônoma sempre, e também trazia a questão da mulher negra [...], mas quando terminei a graduação fui convidada a fazer parte de uma pesquisa, a História da Mulher Negra no Brasil, né? Feita pela Associação Frida Kahlo, que é um grupo de jovens feminista aqui de São Paulo e elas estavam desenvolvendo um projeto sobre mulheres negras etc. Chegou num momento que elas emperraram foi, justamente, no momento de escrever a publicação e convidaram a mim, pelo fato de eu ser historiadora. Eu acabei reformulando muito da ideia inicial, a respeito de o que seria essa publicação sobre a história das mulheres negras, exatamente por entender que não dá para falar de 500 anos de história em uma publicação. E nossa história também está num patamar outro, e eu não deixaria de dizer que é um patamar de inferioridade, aí cabe tudo, aí você enche um livro de fotos e está tudo resolvido (risos).Enfim e acabou saindo essa publicação que se chama Somos Todas Rainhas³², sobre a história das mulheres negras no Brasil, que não parte do contexto escravista pura e simplesmente, pelo menos dentro do meu entendimento, não dá para falar sobre a história das mulheres negras no Brasil, sem entender qual era a condição delas em África, até porque elas trazem as suas referências culturais, de língua, religiosa etc. etc. etc. Então ficou, na verdade, o foco em 7 rainhas

³² Para ter acesso a cartilha na versão digital acesse o site: <http://www.afrika.org.br/str-web/index.html>. Realização: Associação Frida Kahlo e Articulação Política de Juventudes Negras. Acesso em 20 de jul. de 2016.

africanas e afrobrasileiras, algumas que cruzaram o Atlântico na condição de escravizados, mas que não deixaram de ser rainhas. O argumento e também é uma publicação com foco no público jovem, assim. Esse momento foi, assim, total divisor de águas falar, realmente, não dá para ficar nesse lugar subalterno, que tanto o MN oferece para a mulher negra, como o movimento feminista oferece para a mulher negra, ou a gente se articula de fora, a construir um espaço que a gente tinha condições de ter um discurso, de ter as nossas pautas colocadas, ou não tem lugar nenhum, porque historicamente, foi isso esse lugar de, ou entregar o cafezinho ou segurar a bandeira, porque tinha alguém que ia subir no palanque, ou porque tinha alguém que ia sentar na mesa de decisão, porque a nossa participação é para a construção do processo, não para o momento de decisão, não para o momento de visibilidade. Então, ter contato com essas referências e com essa bibliografia, com essa pesquisa de um modo geral, a construção da pesquisa foi muito importante porque eu me dei conta, inclusive, da grande violência que foi que é o nosso processo de formação. Você passa tantos anos na escola e, aí considerando mais de uma década que você fica na educação básica, depois você entra no ensino superior. Eu fiquei quatro anos e meio num curso de História, eu não ouvi praticamente nada sobre a história as mulheres negras no Brasil, não ouvi nenhum nome de mulher negra que liderou quilombo no Brasil e existem várias. Então isso me fez compreender exatamente a urgência de ressignificar esse lugar ocupado pela mulher negra na nossa sociedade. Eu lecionei, mas foi um período curto, teve um momento onde eu fiz o estágio, mas eu vivi o período da universidade de maneira muito intensa, seja na construção das relações, de vínculos, né? Você acaba se identificando com as pessoas que estão no mesmo espaço, até porque que foram elas que me apresentaram muitas coisas que eu nunca tinha tido contato. Os laços que eu construir nesse espaço, passaram a permear os diferentes lugares de atuação, seja realmente dentro da academia em si, como os desdobramentos a partir desses vínculos. Todos os laços que eu construí a partir disso está muito vinculado à todas essas questões, por exemplo, na PUC, por meio do movimento dos cursinhos populares. Fiz parte da EDUCAFRO, por um tempo, fiz parte dessa movimentação que foi a conjunção de vários cursinhos de diferentes áreas periféricas de SP que se articularam para garantir, tanto a isenção da matrícula, como a garantia de bolsas... Querendo ou não, já entrei na universidade fazendo militância, essa movimentação dos cursinhos populares, a gente ficou uma semana acampado na PUC, antes das aulas começarem, no período da realização das matrículas, a gente se acorrentou na frente da universidade e falava: ou a gente consegue a isenção da matrícula

ou ninguém ai fazer a matrícula. Tinha a pauta política muito relacionada à questão de classe, no sentido da falta de renda dos alunos para se matricular, mas também a questão racial era nevrálgica dentro desse processo. Então, essa forma de inserção já traz realmente um caráter outro. (Perguntei se ela se considerava uma ativista acadêmica) quando a gente desconstrói e entende que existem várias possibilidades dentro desse espaço, a gente fala: “Ah, também era uma militância acadêmica (muitos e muitos risos). É interessante que a gente fica pensando muito, a gente tem coisa que não pensava fazer o link, por exemplo, não tinha falado dessa coisa que eu acho fundamental que, foi a sua inserção nos cursinhos pré-vestibulares de negros e carentes, como era chamado, ou pré-vestibulares sociais. (SANTOS, 2016).

II. 5. Maria Malcher

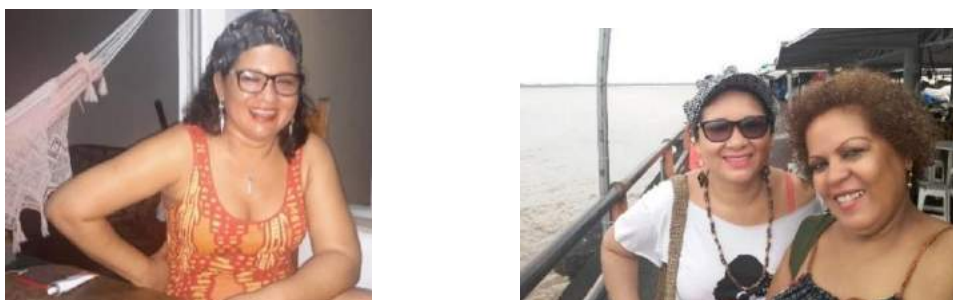


Figura 07: Arquivo pessoal Rosalia Lemos

Eu nasci em São Miguel do Guamá, [Figura 07], que fica há aproximadamente 3 horas aqui de Belém. Minha infância foi relativamente boa, porque quando você mora numa cidade com características rurais, você tem ausência de algumas coisas, de política pública, saúde, educação, mas por outro lado você tem fartura de alimentos. Tem essa questão da troca, muito peixe... Mesmo eu morando na cidade, eu tinha aproximação com o espaço rural, com uma comunidade quilombola chamada Santa Rita das Barreiras e também outras comunidades. Minha infância foi relativamente boa nesse sentido. O meu avô, o pai da minha avó ele era de uma comunidade quilombola e a minha avó materna era filha de Tembé, que é uma tribo indígena. Tem os Tembés do Alto Guamar e do Gurupi. Eu fui criada pelos meus avôs, porque minha mãe me teve com 16 anos e ela já trabalhava. O meu avô era funcionário da Prefeitura e disse: "então a gente vai adotar". Nunca morei com a minha mãe na infância. Fui morar com a mãe quando eu tinha 29 anos. Essa questão sempre me tocou porque a família de meu pai tinha aquele demarcador

de não ter relação inter-raciais. Quando papai casa, gera conflito na família dele. É uma família negras e que a minha bisavó, mãe do meu pai, ela queria que os filhos sempre casassem com negros. Uma tia minha casou com um senhor branco e também foi conflito, a minha avó era muito matriarca, muito centralizadora da família. Meu avô casou com uma índia. Ela era muito resistente à questão inter-racial. A questão racial para meu pai foi muito forte que não era uma liderança política, não militava contra o racismo, mas sempre falava, que o negro sempre tinha que se valorizar, tinha que dar o seu valor. Meu pai-avô, me criou dessa forma. Eu tive sorte, porque eu acabei sendo a caçula da família. Numa família de 8 filhos se você é a caçula, tem certos privilégios, porque os mais velhos passam a trabalhar e depois acaba ganhando presentinhos, primeira neta. Então eu me sinto muito privilegiada nesse sentido de não ter morado com a mamãe, mas de ter ficado com meus avós e sendo criada como filha. Fui registrada no cartório e tudo, fui criada como filha mesmo. Em 1994 eu e minha avó, viemos morar para Belém, para minha avó ficar mais perto da minha mãe, que ficou um pouco doente. Era uma adolescente do espaço rural, mesmo morando na cidade. Minha ligação sempre foi muito forte com o rural, muito forte nesse sentido. A minha história era assim: eu chegava da escola, ia fazer farinha, lá na Santa Rita das Barreiras, uns 10 km, pegava minha bicicletinha e ia. Mas tinha essa questão da pobreza da periferia, que era diferente de São Miguel do Guamá. Quando eu cheguei, passei a morar em Tapanã, aqui em Belém. Lá em São Miguel eu sempre participava de comunidades, ligada à Igreja Católica. Mas não era só a questão religiosa, tinha também a questão social. Lá na Barreira tinha um grupo de mães e aqui eu passei a participar das CEBs - Comunidades Eclesiais de Base. Comecei também a participar da Pastoral Social, da Pastoral do Menor. Eu tinha trabalho com adolescente e criança, passei 10 anos na Pastoral do Menor até 2006. E 1996 é fundada a Pastoral Afro Brasileira a nível nacional. Em 1999 a gente começa a refletir sobre criar um grupo de Consciência Negra. A gente chamou de Grupo de Consciência Negra, eu tinha lá meus 21 anos. A gente cria na Paróquia do Tapanã, e aqui no Regional Norte II, Pará e Amapá, a Pastoral Afro para trabalhar essa questão da consciência negra, uma coisa assim, bem ligada à Igreja, mas refletia a questão da Teologia Negra. Eu passei por todo esse processo de formação da Igreja e vinha estudando. Terminei em 1999 meu ensino médio e fiquei um tempo fazendo vestibular, porque aqui era só uma Universidade Federal e era muito concorrido. Existiam as particulares e o IFPA - Instituto Federal do Pará. Fiz o IFPA, em 2003, e comecei a cursar Geografia, fui da turma de 2003 e estava quase saindo da Pastoral Afro para fazer um trabalho com Comunidades Quilombolas, com a Pastoral

Afro. A gente fazia muitas visitas à alguns quilombos e participava também das atividades do CEDENPA. Em 2011, antes da Nilma lançar a proposta da Marcha, fui me envolvendo. Mas, a associação MALUNGU – Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará. Associação da Comunidades Remanescentes do estado do Pará estava se fortalecendo e eu sempre os ajudava elaborar um projetinho para mandar para a Ford, bem barato para ajudar a comunidade. Eu terminei minha graduação e eu comecei mesmo a estudar nessa questão da militância, que está sempre a falar, pesquisa participante. Na época da minha graduação eu era professora-bolsista de geografia um Pré-Vestibular para Afrodescendentes e Indígenas, que foi em 2005. Em São Miguel do Guamá eu não trabalhava, fui poupada... os meus tios trabalhavam, mas aí eu não trabalhava eu fazia mais serviços domésticos em casa ou então aos domingos. Era tudo muito coletivo, eu trabalhava coletivamente. Aqui eu fui trabalhar em casa de família. Às vezes, quando eu ia ajudar em alguma função, eu ia reparar um menino, ganhava coisas, por exemplo, higiene pessoal, uma roupa o dinheiro da passagem para ir para escola, roupa nova e as vezes roupa usada, então era muito essa relação. Muitas amigas minhas passaram isso que eu passei. Por exemplo, eu passei 2 anos, um ano na casa de uma mulher, porque estava muito difícil a situação lá em casa. Fui morar na casa dessa mulher, até aqui na municipalidade, aí ela me dava as coisas, higiene pessoal e me dava o dinheiro para ir para a escola, assim, o dinheiro da passagem. Eu morava na casa da mulher e aí eu não aguentei. Quando eu terminei o ensino médio, fui dar aula numa escolinha, aquela clássica, ne? Para ganhar alguma coisa e aí eu parei de fazer esses serviços domésticos. Mas, não tinha salário na escolinha, atrasava. [...] teve uma seleção para Agente Comunitária de Saúde na minha rua, aí eu fui e fiz a seleção e aí passei e fiquei como Agente de Saúde na minha rua, isso em 2001. De 2001 pra cá eu parei de fazer serviços domésticos, trabalhar como diarista. Eu já rompi com amigas minhas que fizeram esse processo, vieram lá do seu município para trabalhar aqui, aí trabalhava, morava. Aí "ah, é da família!", da família não", porque você não tem horário, não fica de perna para o ar, aqui eu fico de perna para o ar na minha casa. Eu já tive vários embates com amigas minhas, não é da família, elas me acham um pouco radical. Tem de uma colega minha que ela trabalha, ela é quilombola e hoje ela é Secretária Administrativa da MALUNGU, grande liderança quilombola e ela veio trabalhar pra cá, ela é de Salvaterra, ganhando R\$ 50,00 reais. A história dela está

naquele Mulheres Negras em Primeira Pessoa³³, Jaqueline Alcântara. E, isso, ainda se reproduz. Quando eu passei a ser agente de saúde, também passei a ser uma liderança comunitária lá no Tapanã de 2001, onde foi a base de minha formação. Em 2005 tenho a experiência como bolsista do PIC³⁴ Pré Vestibular para Descendentes Indígenas. Em 2006 vou fazer meu TCC na comunidade quilombola lá em Concórdia do Pará, eu sabia que Santa Rita das Barreiras era uma comunidade quilombola, já estavam assim pelo processo de formação e Titulação, mas aí eu falei assim: eu não vou influenciada pela antropologia, por um lado foi bom e por um lado não foi porque eu cresci muito. Ah, eu não vou me envolver, né? Lendo Gertz, meio tortamente (muitos risos). Então eu vou procurar um outro lugar, fui fazer um trabalho com os quilombolas. Esse trabalho ficou bem intenso, até hoje, tenho esse trabalho com os quilombolas de Bugeri Concórdia do Pará, uma comunidade que é bem interessante. Existe um feminismo nos contextos rurais, a mulher que está lá, ela pode não se indicar "eu sou feminista negra", "você não falam coisa com coisa, quando a gente debate alguns assuntos que não é do cotidiano delas", mas, existe um feminismo negro no contexto rural e isso está muito evidente aqui na Amazônia. A minha vida foi assim e quando eu terminei a graduação, eu me inscrevi, eu fiz o TCC: A Geografia na Territorialidade Quilombola em Concórdia do Pará, estudando o processo de territorialização das comunidades que se associaram à ARQUINEC - Associação de Remanescentes de Quilombo de Nova Esperança de Concórdia do Pará. Em 2007, fui para o Programa de Bolsa da Fundação Ford e fui selecionada, para fazer o mestrado. Quando eu me formei, deixei meu currículo na SEDUC e viram que meu perfil de líder, de educadora, trabalhava com criança e adolescente falaram que tinha vaga lá para o EREC³⁵, a FEBEM de vocês, fui trabalhar até metade de 2008, como professora e fala da compra de panelas antiaderentes com o primeiro salário. (MALCHER, 2016).

³³ Mulheres Negras em Primeira Pessoa. Disponível em:

<https://escrevivencia.files.wordpress.com/2014/03/mulheres-negras-na-primeira-pessoa.pdf>. Acesso em: 22 de junho de 2016.

³⁴ O Programa, através da seleção pública de projetos, apoia a instituição que promove o curso e oferece bolsas aos estudantes. São os PIC's projetos inovadores de curso, que se iniciaram em 2002, em três estados da federação e com 900 estudantes participantes. Em 2005, alcançamos mais de 5 mil alunos, distribuídos em sete estados da federação. Disponível em: Acesso em: 22 de junho de 2016.

³⁵ Espaço de Ressocialização Reviver

II. 6. Nilma Bentes³⁶

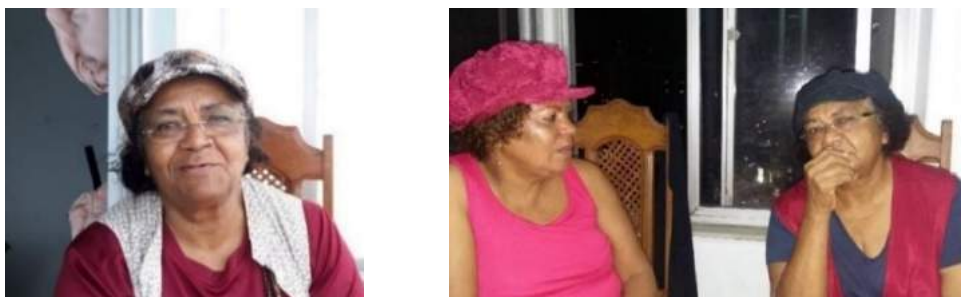


Figura 08: Arquivo pessoal Rosalia Lemos

Fui a sexta filha entre oito (8) irmãos [Figura 08], fiquei um tanto apagada no meio de todos. Tive consciência do racismo desde criança, pois minha avó paterna não gosta de negros. Assim sofri desde cedo com o racismo e até me revoltava com meus pais, pensava: “ se sabiam que eu ia sofrer por que me colocaram no mundo? ”. Quando estudante, fui uma atleta e pratiquei quase todas as modalidades esportivas no Colégio Estadual Paes de Carvalho, onde tentava, também, neutralizar o racismo estudando muito, muito, muito. Fiz graduação em Engenharia Agrônoma e trabalhei por 26 anos em um banco regional (Banco da Amazônia S.A, de onde saí aposentada como analista de projetos agropecuários. Todas as minhas vivências e militâncias contribuíram, entre tantas ações, para organizar a Marcha das Mulheres Negras 2015³⁷. (BENTES, 2016).

Figura 09 – A criação e a criatura – Nilma Bentes na Marcha



Fonte: Arquivo pessoal de Nilma Bentes

³⁶ É oportuno reafirmar que a entrevista de Nilma Bentes foi perdida, mesmo tendo sido gravada em dois aparelhos e contar com a mesma técnica no momento de sua execução.

³⁷ Minha homenagem especial à Nilma Bentes por toda sua trajetória no ativismo feminista negro, Axé, minha irmã! Reproduzido da página de Nilma Bentes no Facebook. 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1647722125491574&set=a.1647722445491542.1073741837.100007614066652&type=3&theater>. Acesso em 25 de jun. de 2016.

Às ancestrais: Quinhentos anos em um dia.
 Havia ameaça, mas não choveu.
 O que era um tantinho de mulher negra virou um tantão e comoveu.
 Lembrava um rio onde flutuavam milhares de flores coloridas.
 As dezenas de faixas traziam mensagens; traduziam anseios de vidas doloridas.
 As falas emocionadas alternavam com as melodias cheias de ginga e exalavam alegria.
 Nem os fascista pró-ditadura, empanaram ou reduziram nossa energia.
 No todo, um Estado um tanto indiferente, embora um governo reticente.
 Os meios de comunicação não comunicaram, omitiram, silenciaram – mídia de brancos para brancos e brancas -, mas com o silêncio, não nos calaram.
 Sim, mulheres negras se importam com outras e repudiam o extermínio de seus rebentos fêmeas e machos, pela mão do Estado que é o primeiro a violar a Lei das Leis.
 Nunca poderemos sair deste 'buraco' puxando-nos por nossos próprios cabelos. Algo tem de acontecer além de nossos apelos.
 Capitalismo só é bom para capitalistas.
 Sim, quem lá esteve sabe que o tudo que fizerem ainda será pouco, neste país encharcado de racismo e machismo; 'desnaturalizá-los' é apenas um item das listas.
 A maioria das que atenderam a 'convocação', pôde fazer uma catarse racial e aliviará o coração.
 Pode ter sido só cócegas no poder, mas, é sabido que quando o piso se move, a estrutura da pirâmide trinca.
 E ... com mulheres negras não se brinca.
 Rimas pobres na língua do colonizador; não dá para roçar minha língua na língua de minha afro-etnia desconhecida por força da dor.
 Crianças, adolescentes, jovens, adultas, idosas; cadeirantes, lésbicas, não-alfabetizadas, doutoras, empregadas domésticas, professoras e todas que lá estiveram, fizeram desse 18 de novembro de 2015, um dos dias mais significativos para a luta de nossa gente negra, contra a opressão, subalternização secular. A AMNB –Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras e as demais organizações do Comitê Impulsor da Marcha de Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, podem reivindicar a autoria desse 'atentado' em favor da democracia racial, de gênero e amplamente participativa.

Nilma Bentes

30 de novembro de 2015.

Uma das fundadoras do CEDENPA-Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará; uma das atuais coordenadoras da AMNB e proponente da MMNegras 2015.

II.7. Piedade Marques



Figura 10: Arquivo pessoal Rosalia Lemos

Sou Piedade Marques. [Figura 10]. Sempre digo que sou a jovem de 29 nascida em 69. Não adianta fazer outro cálculo por que não vou completar 30 no próximo ano, ponto. Isso, às vezes, deixa pessoal meio doido. Oxe, então você nasceu com que idade? Com uns 20, 21, mas tenho 29. Contando de outra forma, estou com 47. É assim que hoje fico tirando onda. Tenho a vantagem de ser relativamente suave, pessoal sempre diz. Sou filha de Oyá. Então também não dá para achar que a suavidade é constante. Sou filha de Naldo do Fugão e Toinha. Minha mãe era doméstica, depois foi ser manicure. E, praticamente, junto com meu pai, criou; somos 7, 3 homens e 4 mulheres e mais uma irmã agregada, que na verdade era neta de um primo da minha avó. A gente traz um sentido muito próprio de família. Sou a caçula, com tudo de direito, sou a mais manhosa, tenho o direito de ser a mais chorona, acho que o choro ajuda para além do físico, ajuda a alma. Minha família toda é de negro. Na adolescência, eu comecei a participar da pastoral. Era católica na época, minha família é de uma formação católica. Estar na rua, estar no mundo, estar no movimento, sempre foi uma coisa minha. Acho que tinha 11 anos, quase fui ser uma empregada doméstica, na época era ser escrava mesmo, porque ser empregada aqui é para se fuder. Tinha uma mulher que estava precisando de babá e como sempre gostei muito de criança e tal, fui lá. Lembro-me que eu ainda fui na casa dela, passei um dia, em Afonso Carvalho mesmo, mas painho e mainha não concordaram. Isso foi uma outra coisa boa, eles sempre preservaram a história da gente estudar. Sempre foi uma coisa que eles nunca abriram mão. Meu pai não sei se chegou até o 3º ano, a antiga 4ª série, mas acho que mainha chegou. Eles basicamente fizeram o fundamental. Eu gostava de movimento, da possibilidade de falar. Quando as pessoas, às vezes, dizem que sou muito inteligente, por que não era, nunca fui. Olha só, não era muito inteligente. Uma criança de 6 anos, porra. (risos) Mas por exemplo, nessa fase de adolescência, por que na verdade é uma característica minha, sou muito de observar e sou muito calada. E dependendo do ambiente, chego e saio sem falar. Hoje, desenvolvi uma capacidade de ser à francesa mais africana do mundo. Eu trabalho, tenho que ir para um lugar, tenho que ser vista, aí todo mundo me vê, depois sumo e ninguém me vê quando saio. Saio à francesinha assim. Aí eu fico, às vezes, tirando onda com meu chefe, assim: "aprenda comigo, você chega mais cedo, você circula, senta no lugar estratégico e puf!, quando o negócio começa, que holofote muda, aí você não deve ficar junto de quem vai ficar no holofote. Fica para algumas fotos né? Porque você aí você sai e não sei o que, mas depois ó, vai tirando o seu da reta". Eu sempre relaciono minha atividade de militância. Porque sou militante. Gosto de ser militante de estar gratuitamente, pensando assim, considerando o coletivo. Na

pastoral, o fato de sair do grupo, pequeno, de comunidade. Comecei a participar de um coletivo que era, um grupo de jovens na época, a gente tinha média entre, sei lá 15 a 20 anos, e era o momento da Teologia da Libertação, então a gente se movia fazendo o debate político à luz da fé. Nunca consegui me ver em uma relação aonde o divino não tenha a ver com a realidade, o real, o dia a dia. E foi aí que terminei me filiando ao PT. Só que em um determinado momento eu e mais alguns amigos negros começamos a ficar incomodados como as coisas funcionavam. A gente já estava dentro do partido, já tinha essa dificuldade da discussão racial e de gênero dentro do partido. Mesmo sendo muito nova, já tinha 19 anos, e a gente já ia para o Alafim³⁸. Foi o espaço que era para além de você encontrar a negada e tinha a história do cabelo. Minha mãe nunca soube muito fazer trança de raiz. A gente começou a trazer a discussão para dentro da pastoral e foi quando a gente começou a sentir a dificuldade da discussão de raça dentro da pastoral também. Nesse período da Marcha em Brasília, fiquei uma semana lá, encontrei o Edson Cardoso, ele disse: "Piedade quando entrou no MNU ela era mulher livre e isso deixaria as criaturas, as pessoas que eram tão amarradas em pânico, porque quando cheguei era exatamente isso. Mandava para puta que pariu. A primeira experiência com o MNU foi horrível. Teve um encontro, acho que foi isso, 88, de negros do Norte e Nordeste, em Pernambuco, foi sobre educação, foi lá na Rural. Na época, já estava dando aula, era professora, 17 ou 18 anos terminei o meu magistério, logo depois fui ser professora da Prefeitura. Eu já tinha meu dinheiro. Eu já era independente, depois disso fudeu, ninguém me segurava mais, porque eu quero ir, tenho dinheiro, não preciso mais de autorização. Apesar de sempre fazer o charminho com meus pais e tal, para não criar, já que eles se preocupavam tanto. No encontro de Salvador eu fui, não consegui passagem direto. Fui para Aracaju e de Aracaju fui para lá. Quando a gente estava lá, Mônica Oliveira do Alafim disse: "Pipa, tem duas vagas no ônibus, acho que dá para organizar e tu voltar, conversa com Josefá", que era um dos ativistas do MNU. Tinha dinheiro para me locomover, era garantido a alimentação e tinha o dinheiro da volta. Fui conversar com Josefá, a primeira coisa que ele pergunta: "tais fazendo o que aqui?" Aí, minha irmã, quando ele disse isso, me bateu uma raiva, fiquei tão puta da vida que eu não disse mais nada, só disse assim: "eu vim dar o cu, mas não é para você", me virei e fui embora. Fazer uma pergunta idiota dessas.... Entrei no MNU uns anos depois, e ele era lá. Hoje eu até me relaciono com ele, gosto dele (risos). E acho que o movimento traz isso, as

³⁸ Afoxé Alafin Oyó. Disponível em: <http://alafinoyo.blogspot.com.br/>. Acesso em 14 de jun. de 2016.

contribuições, os caras são sacanas, os caras são escrotos, com as mulheres. Continuei fazendo minhas coisas, aí depois engravidei, acho que eu tinha entre 15 e 16 anos. Quando entrei no MNU eu já estava com meus filhos. Assim, de alguma forma, tinha a coisa do assédio. Como Edson dizia, eu era a menina, a gostosa e liberta. Todo mundo queria dar uma totadinha (risos). Dizia, "com você nem pensar; com você podemos conversar" (risos). Meu primeiro trabalho foi em um programa da antiga LBA. Era estudante secundarista. Foi a minha melhor experiência e, na questão de relações de gênero, eu me deparei com coisas do tipo, encontrar senhoras bem mais velhas do que eu que olhavam para mim e diziam "eu nunca gozei". Meu marido vem e faz, e eu achava aquilo surreal. Ia para casa das pessoas e depois quando eu entrei na universidade, a minha militância e esse feminismo negro vem disso. Dessa minha memória do cuidado. Eu lembro que mainha levava para casa umas revistas e, obviamente de famílias brancas e, a gente quando olhava aquilo não conseguia se ver, começava a criar uma nova versão para aquilo, botando a negritude ali e enumerando quem éramos nós ali. Esse exercício eu lembro que a gente adorava fazer. A gente enegrecia todas as publicações. E ficava perguntando "e cadê fulano, e cadê beltrano?". Porque não estavam, porque famílias brancas são famílias curtas, pequenas, um negocinho assim. Meu primeiro vestibular foi para Serviço Social, meu desejo. Saiu o resultado, olhei e meu nome não estava, ponto. Mudei de página, fui fazer Administração. Me matriculei, numa particular, quando eu estava estudando, encontro uma amiga me dando parabéns que eu tinha passado em Serviço Social para a Católica. Só que era tipo 6 meses depois. (risos). Eu tinha ficado no remanejamento. No 2º semestre desisti, abandonei o curso. Adoro abandonar. Uma coisa não me serve, acabou, tchau, fui. Fui fazer pedagogia, até então não tinha filho e fiquei grávida. Olhava para as habilitações da Pedagogia e não me via. Foi em uma época em que eu não depilava o sôco, andava de havaiana, era hippie. Isso deixaria as pessoas em pânico. Eu era novinha, tava com 18, 19 anos. Em meu primeiro concurso eu fui demitida porque usava havaiana. No município. Todos os meus concursos foram do município. Eu fiz 3 concursos para poder estar ainda hoje no município. Teve uma greve de uma fábrica que foi uma coisa que mexeu com todo mundo. Primeiro, porque tinha gente muito próxima que trabalha lá e foi quando eu me aproximei do movimento sindical, no ano passado, eu sou do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial do município. Estou no final de mandato de coordenação e aí chamaram para gente ir lá na secretaria de educação. Têm umas coisas na educação que eu nunca vi, um bando de mulheres, principalmente na educação básica, majoritariamente mulher. São poucos

professores do 1º ano ou da pré-escola até o 5º ano e de tudo está ali: homofobia, racismo, é um negócio absurdo. Algumas pessoas conseguiram me suportar, tem outras que é uma falsidade que a gente sabe. E aí as pessoas meio que se olhavam assim, "quem eram essas?". Eu senti na pele, no ambiente do trabalho, essa coisa do racismo, sobre o cabelo que não fosse alisado, sobre usar o cabelo solto. A roupa, o sapato, qualquer coisa que da estética afro, e eu sempre usei, as pessoas relacionavam com essa história do hippie. Para mim sempre ficou muito nítido que tinha a ver com essa estética, que foi uma estética que em me apaixonei quando eu me aproximei do Alafim, do ambiente, que era lá que eu encontrava a negra, era lá que as roupas estampadas, as roupas Afro, as sandálias rasteiras.

[..]. No MNU, nós, nessa reestruturação do MNU [...] um dos GTs era GT Mulher. Eu não era, até em função do grupo que compunha. Eu circulava entre o GT de educação e de cultura. O MNU criou o Ominira, acho que foi o primeiro grupo de mulheres, dos anos 90 para cá, aqui em Pernambuco. Eu participava de todas as ações. O MNU tinha um processo massa de formação, de fazer grupos de estudos, de fazer seminários. Marcava o final de semana, sexta e sábado, para discutir textos, para fazer reunião. Todas as rodas de conversa que a gente tinha, todo mundo saía com o cabelo trançado. E eu me lembro que o MNU foi as organizações do movimento negro misto, que realizou o encontro de mulheres negras com a participação dos homens. Foi no Sindicato dos Bancários e para mim, acho que foi a última participação na Lélia como convidada, Luiza Bairros. Todo esse pessoal das antigas, a Valdeci, a Iêda, a Ivana, a Silvani, as meninas de Salvador, assim, foram 3 dias. Olha o que acabou acontecendo, mais ou menos, até a Marcha de 95, eu acho que praticamente tava todo mundo. E aí aconteceu umas coisas. Do tipo, desses companheiros, referência, neste encontro, algumas coisas começaram a rolar que fizeram travar algumas coisas dentro do MNU. Inclusive, companheiros que vieram comigo, que eram gays. Inclusive foi quando eles assumiram, estavam morando juntos e não sei o quê. Essa coisa, desse contexto, terminou pegando, porque de alguma forma. Esse grupo meio que se solidariza com essa dor, depois de 95 algumas pessoas foram para governo. Logo um pouco depois dessa crise, um grupo de pessoas ligadas ao PT entra e um grupo ligado ao PCdoB se aproxima. Lembro que foi extremamente fatídico, eu era da coordenação nacional do MNU na época, estava já no finalzinho do mandato, teve uma eleição da coordenação aqui e, a coisa da prática da coisa de partido, que o MNU não tinha, e aí, por exemplo, mandar representação para a votação. O feminismo negro, ele entra para mim, a partir muito dessa forma sistemática, inclusive de discutir. A gente começou a

construir, acho que foi a primeira tentativa, de um Fórum de organizações negras. Começou meio que legal, mas a necessidade de algumas criaturas, pensar que ser referência é ganhar dinheiro com a discussão racial, terminou por água abaixo essa primeira tentativa. Tinha umas pessoas mesmo, individuais, que estavam cá, mas eram forma de garantir em seu currículo, essa coisa de participação, mas era para ganhar dinheiro. Mais ou menos, quando a SEPPIR começa a existir e as pessoas começam a ganhar dinheiro, inclusive indiretamente. Tinha um jornal, e saiu ganhando dinheiro por muito tempo e era um povo muito sacana. Depois disso, nessa coisa da militância advento do feminismo negro, começou-se a discussão da articulação nacional das mulheres negras. A gente começou a participar de uma construção de uma outra tentativa de organização do movimento negro, algo mais coletivo. Depois, veio a história de Durban, na verdade é nessa época que tem aquele encontro lá em São Paulo. E acho que foi o primeiro choque que essa história de ter as vagas e de sacanear, que só uma pessoa vai. Pernambuco tinha duas vagas. Eu fiz o magistério. Fiz administração, saí, fui para pedagogia, não me encontrei. Aí lá, tive uma professora de Filosofia que me encantou com a Filosofia. Aí em outra instituição, em outro ano, abriu o vestibular e eu fui fazer e passei. Agora eu tenho uma história engraçada, eu fui, só que eu já tinha feito 4, já tava no 5º período já de Pedagogia, aí eu estava iniciando. Aí perguntaram lá, eu tinha comentado que já tinha começado. "Pega o histórico", só que eu era bolsista e eu não tranquei, eu abandonei. Significa dizer que o débito estava lá. Uma grana. A faculdade já tinha mudado de lugar e tal, e vou eu. Mas era a mesma freira chata que administrava. Quando eu chego na FACHO, Faculdade de Ciências Humanas de Olinda. Eu sou negociadora, eu vou por baixo, eu vou bem humilde para poder crescer mais na frente. O povo adora sentir pena para poder dar as coisas. A freira olha pra mim, porque aí também elas fazem isso, elas primeiro botam para foder em você, para depois lhe dar. "É que você aqui tinha bolsa, não sei o quê e papapá", aquilo foi me enchendo. Aquela coisa de você humilhar demais, botar para foder, para depois dizer que dá. Antes dela dizer que ia dar, eu olhei para cara da freira e disse: "só que no cu, porque eu não quero essa porra mais não", dei as costas e fui embora. Cheguei na outra, eu já trabalhava, obviamente, ir para negociação é sempre. Eu sou ruim para negociar essa história de dinheiro, sabe? Seja qual for, baixar, não sei o quê. Eu não tenho esse dom. Ela tomou um susto, ficou vermelha assim, foi a minha última visão, saí feliz que só a porra. Fui embora, peguei o ônibus, peguei os documentos que eu precisava, dei entrada e fui fazer. Eu peguei como se fosse iniciar o curso novamente. Aí fui, me matriculei e tal fui pra FAFIRI. Quando eu

estava no 2º semestre, um colega que tinha sido seminarista, tinha dado a entrada para transferência para a federal. Era uma época que na federal, o curso de filosofia quase não tinha alunos, então eles abriam com muitas vagas, praticamente uma turma e tal. E aí a gente foi descobrir. O histórico era um custo, mas os programas terminavam dando um volume de valor grande. Eu lembro que eu fui, cada mês eu pedia, sei lá, 2, 3. Quando eu peguei tudo, abriu e um grupo enorme mais de 15 pessoas, deram entrada lá na federal, todo mundo foi para federal. O mestrado eu tentei várias vezes, pois, para mim, o mestrado tem a ver com a minha carreira pública. A gente recebe pouco, pelo menos na aposentadoria vai um pouquinho maior. Além de dar um status, de um lado, do outro, tem uma outra coisa também que é, eu comecei na carreira pública muito cedo. Eu me aposentaria há dois anos atrás se eu tivesse idade, ou se não tivesse essa frescura de ter que ter essa idade, e aí uma coisa que eu particularmente quero para mim é poder estar fazendo um outro tipo de serviço, pensar em outra carreira mais ligado a assessoria. Há uns 15 anos atrás, especialização já lhe deixava em um patamar, mas hoje não. Já estava numa fase de "não tô mais afim não, essa academia do Brasil que é muito filho da puta, é arrumadinho para cacete e aí você não é daquela universidade, você tem que chegar, fazer disciplina. Você tem que fazer tudo para que alguém lhe olhe, lhe queira, para você querer participar". Na verdade, a grande questão é essa. Aí, eu comecei a olhar e estava afim meio de mudar de cenário, vi alguns mestrados em Portugal na área de estudos africanos. Entrei em contato com as três, e uma me deu um retorno. O valor para fazer o mestrado, dos pagos daqui que aí você já tinha alguns mestrados que dava para você fazer pagando, dava praticamente a mesma coisa. Criei uma estratégia, peguei a grana de um, guardei, e sobrevivia com meu salário normal. Aí juntei o processo de inclusão no mestrado, como ele é muito diferente do daqui, também me facilitava. Porque o mestrado lá, eu fiz todo o processo online. Encaminhei documentos. Eles avaliavam a sua produção, a sua vida acadêmica, inclusive um pouco do que o tu faz de militância, dessa coisa mais pública e tal. E em cima disso, sai sua nota. Fui, passei um ano. Apesar de ter chegado um ano depois, o meu mestrado é de 2011. Paguei a disciplina, detestei Portugal. Morei em Lisboa. Cheguei lá, sai daqui assim: "vou passar um ano fora, ponto". Minha irmã, quando cheguei, nesse semestre que entrei. Ele ia até julho, só que praticamente todas as disciplinas a gente encerrava em junho, o resto do prazo era para entregar e tal. Como eu só estudava, eu fui, passava o tempo estudando, entregando tudo e tal e também porque eu não me sentia feliz. Porque era assédio de todos os lados, as pessoas sabendo que você é brasileira, já te tratavam como puta. Como eu sou extremamente expansiva, gosto de tirar

onda. Eu tinha que estar o tempo todo me vigiando, isso acabou comigo. Eu preferia estar em casa estudando do que estar na rua. Eu ia para rua porque precisava ir para universidade. Eu ia para rua porque precisava comprar comida. Eu ia para rua porque precisava pagar alguma coisa. Ponto. O resto do tempo foi acho que uns 4 meses, infeliz. Foi um período infeliz. Voltei para o Brasil, e aí fiz umas pesquisas e tal. Voltei para um 2º, e aí mudei de casa, porque não tinha um lugar certo para ficar, que é uma coisa fácil fora do Brasil. Você consegue lugar para dividir de forma muito mais rápida e tranquila. Você cata no site. Eu já tinha passado pela experiência de ir para Inglaterra e aí eu já estava mais tranquila em relação a isso. Encontrei umas meninas que eram de São Tomé e Príncipe e aí era minha alegria, eram umas negonas e a gente conseguiu. A casa era de um casal brasileiro, de Goiás, eles alugavam quartos. Eu estava com um e tinha uma já, depois chegou uma irmã. E a gente conseguiu se divertir muito. Eu tinha um quarto só meu, que era uma coisa que, como eu estive na Inglaterra e dividi com mais gente o quarto, quando eu fui para Portugal eu disse assim "não, eu quero um quarto só para mim". [...] E aí foi muito legal, muito legal. (MARQUES, 2016).

II. 8. Valéria Porto



Figura 11: Arquivo pessoal Rosalia Lemos

Sou uma jovem, [Figura 11], que nasci lá no Quilombo Pau D'Arco e Parateca, pertencente à Malhada, que fica em torno de uns 900 quilômetros da capital, Salvador, dentro de uma comunidade quilombola que fica distante de tudo. Eu tenho um entendimento que esta distância foi estratégia que deu certo! Meus pais são agricultores e pescadores, mas sempre fizeram o que eles puderam pra me ajudar, no sentido de crescer e poder ter acesso à educação. Eu fiquei até os 14 anos de idade, consegui estar e nesse período que eu estudava. Ajudava muito os meus pais aos 8 anos na lavoura, eu catava feijão, não só para o meu pai, mas pra a família em geral, no sentido mesmo de ajudar na

renda da família e também como uma forma de sustentabilidade. Quando eu cheguei no nono ano, minha mãe achou por bem eu ir pra São Paulo, pois lá só fazia até o nono ano. Ela só tem até a quarta série e tinha o entendimento que é através da educação que eu poderia minimizar um pouco aquela situação. Crescer, estudar, e quem sabe conseguir algo melhor do que aquilo? Não que fosse ruim. “Precisa estudar para ser alguém na vida”. Minha mãe quem me ensinou a ler, ela me ensinava soletrando... b-a-bá, b-o-bó, aprendi foi com a minha mãe e, não na escola com a professora. Eu aprendi foi com a minha mãe e eu tenho me orgulho muito dela. O nome da minha mãe é Almindia Rodrigues Porto. Fui para São Paulo, fiquei um ano com um tio e terminei o ensino fundamental. Não gostei da grande capital. Não me identifiquei, não me achei lá. Quando eu retornei à Bahia e tive que ir para a cidade, para poder estudar. Acabei indo para Palmas de Monte Alto, eu tinha 16 anos e uma tia arrumou trabalho para mim na casa de família para mim e estudar à noite. Eu cuidava da casa e ainda cuidava da menina, ganhava R\$ 50, 00 (cinquenta reais) ao mês. Estudava a noite e durante o dia eu ficava na casa da mulher. E tinha essa coisa do curso tal que eu estava. Isso foi em 2004. Eu precisava estudar! Então, eu aceitei isso, não era bom, mas o pessoal, digamos me tratava bem, mas não era legal, porque realmente era um nada. O que me encorajava estar ali e o que me fazia estar ali era o fato de estar estudando e foi assim os três anos. No segundo ano, minha tia foi morar nesta cidade, aí fui morar com ela. Eu me lembro que já em 2005. Eu me lembro que aumentou R\$ 10,00 reais o meu dinheiro. R\$ 60,00 reais! Só mudou um pouco. Aí nessa outra casa eu só limpava, varria, passava pano, lavava louça e à 13:00 h. - 13:30 h e ia pra casa. E eu estudava à noite. No terceiro ano foi a mesma e eu fui para outra casa. A diferença é que aumentou bem pouca coisa, mas, assim, deu pra terminar o ensino médio. Eu me virava nestes 3 anos de minha vida sozinha com o dinheiro que eu ganhava, que era muito pouco, mas eu conseguia me virar. Realmente, não dá para imaginar como uma pessoa possa viver ganhando apenas R\$ 60,00 reais. Eu me lembro que chegou em torno de R\$ 90,00 em 2006, não chegou a R\$ 100,00 em 2006. Eu trabalhei 3 anos, todos os dias. Menos domingo! Eu só não trabalhava sábado quando ia pra comunidade. Digamos, Semana Santa, eu ia pra comunidade. Final de Ano eu geralmente saía da casa, e ia pra comunidade... e quando eu voltava ia pra outra casa. Isso me ajudou enquanto ser humano, enquanto pessoa no sentido de que, quando a gente quer uma coisa a gente realmente consegue, a gente dá um jeito. E só fiz isso porque realmente eu queria estudar. Sabia que os meus pais não tinham condições de alugar uma casa, pagar uma feira, de comprar as coisas para colocar lá para eu ficar, então eu tinha que fazer isso. Assim que

terminou o ensino médio em 2006 disse assim: “Não, agora vou voltar para a minha comunidade”. E quero ser professora na minha comunidade. Voltei para Pau D’Arco e Parateca. E aí e tentei muita coisa de Prefeitura... de contrato. Tentei entrar para dar aula na minha comunidade. Acabei não conseguindo. Aí o que aconteceu? Eu comecei a participar das reuniões da comunidade, da associação pela comunidade. Isso, com 18 anos. Fui percebendo que tinha este instinto de participar das discussões da comunidade que eu gostava e que me atraía, então eu me associei na Associação Agroextrativista das Comunidades Quilombolas de Pau D’Arco e Parateca. A partir do momento que eu me associei. Comecei a participar das reuniões não só da comunidade, mas das reuniões que aconteciam aqui em Bom Jesus da Lapa. Comecei a ir para Brasília. Eu me lembro que em 2007 fui para a I Conferência de Promoção da Igualdade Racial, senão me engano, 2007, eu fui representando a presidente da Associação. Ela falou assim: “Eu quero que você vá e vá em me nome”, tinha 19 anos. Foi muito bom, inclusive eu tive o prazer de conhecer o Lula, eu cheguei perto dele, tirei foto com ele. Foi muito interessante! E eu vim de lá pra cá: Pronto! Aí eu me identifiquei, pronto! Eu sou militante agora e é isso que eu quero pra vida! Então, assim, em 2007, fiz o Vestibular, e fui indicada pra fazer um cursinho, que depois faria uma prova do processo seletivo do Curso de Agronomia, que foi uma conquista do Movimento CETA - Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia, do MST, um projeto aí do PRONERA – Programa Nacional de Reforma Agrária. Fui indicada pelas lideranças de minha comunidade e, assim, naquele momento eu disse meio que não. Não quero fazer... eu tinha muito assim em mente que eu queria fazer Direito ou Letras e era uma oportunidade de estar entrando na faculdade naquele momento. Fiquei um dia e uma noite pensando que realmente eu queria fazer esse cursinho para fazer a prova. Tinha vindo para Bom Jesus da Lapa com 3 peças de roupas apenas para ficar 3 dias numa Assembleia e acabei ficando 15 dias. Fiquei em Bom Jesus da Lapa para fazer o cursinho, não tinha nem como voltar na comunidade. Comprei algumas coisinhas, fui me virando. Logo depois veio o resultado do processo seletivo e eu fui aprovada. Em 2008, eu comecei o Curso de Agronomia e aí fui fazendo o Curso de Agronomia e militando. Ficava 3 meses em Barreiras, oeste da Bahia, na UNEB – Universidade Estadual da Bahia – Campus Barreiras. Ficava 3 meses lá e 3 meses na comunidade. E foi assim por quase 6 anos! Eu trabalhava na minha comunidade voluntariamente, ajudava minha avó, lá em casa e a minha avó (paterna) me dava uma ajuda de custo, porque nesse caso foi bacana, foi interessante e eu agradeço muito ao PRONERA, agradeço muito ao Movimento CETA, CRQ – Central Regional Quilombola.

Porquê? Por conta desse projeto a gente tinha recurso. Eu comecei a participar desses movimentos. Eu agradeço porque eu tinha passagem, tinha alimentação, então não foi tão sofrido igual ao ensino médio, que eu tinha que trabalhar ralar na casa de família. Já deu para focar mais nos estudos e na militância. Então, quando eu voltava eu ia fazer trabalho em minha comunidade e, depois eu ia militar e ajudar minha família nos afazeres de casa e na lida do dia a dia da agricultura, que a gente lá o nosso foco historicamente é a agricultura e pesca, por mais que hoje a questão climática venha dificultando muito, né? A questão do cultivo e o peixe também tem caído, bastante: a questão da pesca, mas ainda predomina, ainda são as principais atividades. Terminei o curso de agronomia em 2103. Comecei a militar no PT. Tive que ir para o embate com meu pai (risos). Ele não entendia algumas questões que eu colocava. Meu pai também era machista, né? Na verdade, ele ainda é. Ele só não consegue hoje interferir da mesma forma que ele interferia antes. (muitos risos) Ele não aceitava algumas coisas e eu tive que bater de frente com ele para poder defender meu ideal. Eu dizia a ele: “sou maior de idade, tenho uma ideologia, tenho uma bandeira e, é isso”! Então, foi um momento de formação, um momento que parece que eu me libertei de uma vez por todas, que eu estava ali pra decidir. Perdendo as eleições, em 2008, beleza, continuei, eu estava ali na militância. Em 2012, ganhamos as eleições, que é a gestão que está lá hoje. Acabei me desvinculando um pouco do grupo, acabou não sendo o que eu esperava. A gente pensou num projeto, num projeto social, num projeto coletivo, a gente não pensou no individual. Ninguém me prometeu nada! Eu não briguei com meu pai, não evitei meu pai, porque eu ia ter um cargo lá depois, ganhar x não foi isso. Foram lideranças das comunidades quilombolas, inclusive o PT foi fundado na minha comunidade. O PT do município de Malhada (várias batidas na mesa) foi fundado na minha comunidade! Por lideranças da minha comunidade. Então, a gente pensou juntos e depois, infelizmente, a gente viu que não era isso. Fiquei chateada e acabou que o grupo se distanciou muito daquilo que a gente esperava. A mudança que a gente esperava acabou não vindo. Então por isso, eu procurei me afastar eu não tive o reconhecimento que eu merecia enquanto mulher, enquanto profissional. Enquanto mulher que teve a coragem de peitar o pai, teve coragem de subir em palanque para discursar, que teve a coragem de falar em nome de uma comunidade de 700 famílias, entendeu? E assim, para eu ficar ali, balançando a cabeça, concordando com coisas que no fundo, no fundo eu não concordava, para mim não era e não é viável. Então eu preferi me afastar. Fiquei mais um ano na minha comunidade depois que eu me formei... de 2013 pra 2014... até final de 2014 pra início de 2015 eu fiquei direto! Estava morando lá. [...] hoje, eu fico

lá e cá. Fico lá na comunidade e em Bom Jesus da Lapa, por conta do trabalho e do estudo, mas assim, foi uma experiência bacana para o crescimento. Eu acredito que tem coisas que são ruins, que você acaba se envolvendo, que você vai ver que não era aquilo que você esperava, mas que cresce e que soma para o seu amadurecimento. Eu entendi que era um processo de amadurecimento na minha vida. Possa ser que eu esteja equivocada, mas, em nenhum momento se priorizou e nem se prioriza hoje. Não prioriza essa questão de ter mulheres, mulheres negras quilombolas, que tem a coragem levantar a bandeira e defender o partido. Entendeu? E quando eu falo de priorizar, não é uma questão de privilégio, priorizar na questão do respeito, entendeu? De reconhecer a coragem da pessoa e de respeitar e fazer com que não só o desejo individual, mas principalmente o desejo coletivo, né? E ele se tornar uma pauta extremamente importante no grupo. A avaliação que eu fiz depois, é que aquela construção que eu já estava ali, como feminista, como ativista, mas eu não tinha me dado conta. Só depois que eu vi o que eu estava fazendo. Eu acho que desde o primeiro momento que eu comecei a discutir, que eu tive digamos, esse discernimento de começar a participar das discussões, acho que já estava ali como feminista, levantando a bandeira das mulheres quilombolas. As pessoas começaram a me olhar com outros olhos! Com outro olhar: “Poxa, Valéria, né? Valéria tem coragem de falar”. “Poxa, Valéria falou na reunião”!; “Você viu o que Valéria falou na reunião”?. Quando eu participava de uma reunião depois era um comentário: “Valéria falou isso, isso e isso”. Porquê? A maioria das mulheres ficavam caladas, né? Não se colocavam e eu, não sei por que eu já tinha essa coisa do pulso firme, de colocar e colocar firme, mesmo tendo 18, 19 anos, eu sempre conseguia me colocar! Hoje, faço essa avaliação também: - Poxa, desde antes que eu já vinha militando, que eu já vinha lutando em prol da das mulheres quilombolas, mas só me dei conta disso depois! Eu me decepcionei, não quis ficar no município, não quis trabalhar na gestão. É muito difícil para mim, pra falar disso. Eu não sei se tenho coragem realmente de falar disso aqui, porque é algo que mexe comigo emocionalmente, me convidaram pra trabalhar mas, assim, um convite muito informal. Disseram que ia trabalhar na secretaria de Agricultura, que a minha formação é na área de agronomia, no primeiro mês quando fui ver meu contracheque descobri que eles tinham me colocado como Auxiliar de Serviços Gerais. Eu quase caí pra trás, quase morri dura ali, porque eu era jovem que briguei com meu pai e teve uma parte que eu nem contei... É difícil falar do histórico de vida, viu Rosalia? É muito difícil. Eles realmente sacanearam, pra mim eu vi isso como machismo, eu vi isso como racismo... Se fosse uma mulher da cidade, uma mulher branca se tivesse feito

engenharia agrônômica, ou mesmo se estivesse estudando ali. Mas como eu sou da comunidade remanescente de quilombo, negra. Hoje eu não tenho por que esconder isso. Na verdade, eu nunca escondi, eu só não tinha coragem de falar. Era difícil colocar isso pra fora! eu saí... em 22 de janeiro de 2015, I Encontro Territorial das Mulheres Negras do Velho Chico, surgiu a proposta de ir para o NEDET – Núcleo de Pesquisa e Extensão de Desenvolvimento Territorial³⁹, que é o Núcleo que eu trabalho hoje. O Coordenador do NEDET estava no Encontro e o NEDET tem esse viés de trabalhar com grupos, associações e cooperativas de mulheres. “Mande seu currículo para mim, nós estamos precisando de uma engenheira na equipe” (falei: que barato!) Tem um ano e pouco que estou no NEDET, IF Baiano (fala com orgulho). Depois passei em duas Pós (cursos de Pós-Graduação) sendo a do IF Baiano e na UNEB, quarenta vagas e eu fiquei em segundo lugar no Projeto. Passei na outra da UFBA me cadastrei... consegui ser cadastrada no Laboratório de Políticas Públicas e Ruralidades. E é isso que eu venho fazendo desde 2015. Trabalhando, estudando e militando. Eu tô crescendo, ...viu? Eu estou estudando, ...viu? E eu não vou aceitar. Eu não aceitei e nunca vou aceitar isso aí que vocês fizeram. Eu me revoltei vez por toda e me filiei ao PSOL. Tem que lutar contra isso, contra as pessoas que inferiorizam a gente, mesmo a gente estudando, principalmente pelo fato de eu ser mulher, é continuar estudando. Porque assim, baseado em Paulo Freire, pra mim o conhecimento é libertador, a partir do momento que você se apodera, que você tem conhecimento, que você tem formação e que você sabe o caminho, entendeu? Você consegue chegar além e, eu sou o que sou hoje graças ao conhecimento (bate forte na mesa), não só conhecimento de academia, mas o conhecimento de mundo, a formação que eu adquiri no movimento social, a formação que eu adquiri nos conflitos que eu já participei, das mobilizações lá no INCRA em Salvador, tomando chuva na cabeça, pedra voando... as pessoas passando na rua e chamando a gente de vagabunda... então assim, eu estava entendendo o que era aquilo, né? E assim, hoje eu vejo que tudo somou para eu fosse a Valéria Porto e tivesse a coragem de militar em prol de mulheres e, o que mais me orgulha, mulheres quilombolas! E tem esse recorte aí de que eu sou mulher quilombola e eu estou hoje com as mulheres quilombolas nesse sentido de discutir e de se empoderar e lutar contra as pessoas que querem nos oprimir, que querem nos calar e que, acham que a gente não vai conseguir. Então assim, não importa que hoje só tem praticamente eu, que consegui entrar na universidade, que consegui tá... tendo contato com pessoas que podem,

³⁹ O NEDET é vinculado ao Instituto Federal Baiano – IF Baiano.

de uma certa forma, me mostrar mais conhecimento, para que eu possa avance mais e mais. Não importa! Eu acredito que futuramente eu vou conseguir trazer outras! Outras Valérias! (PORTO, 2016).

II. 9. Zélia Amador de Deus

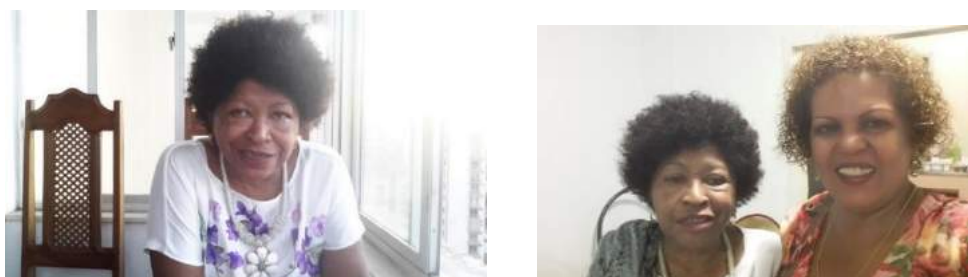


Figura 12: Arquivo pessoal Rosalia Lemos

Eu sempre digo que sou uma pessoa que tive muita sorte. [Figura 12]. Sou insistente, eu não desisto nunca, fui criada pela minha avó e a minha avó sempre me ensinou muita coisa da questão do racismo, desde cedo que ela me dizia, "tú és preta". Então, eu já cresci sabendo que eu era preta, eu nunca me iludi que eu não era preta. Para mim, sempre estranho quando diz que se descobriu preto já grande. Porque eu desde sempre já sabia que eu era preta. Eu só não sabia que ser preta era um obs, pois minha avó dizia isso todo dia: "Tu és preta, mas não és inferior a ninguém". Isso para mim era o máximo. Ela me ensinou uma coisa que eu faço até hoje, eu devia ter uns oito anos e ela dizia assim: "Tú não és inferior, quando um branco vier te tratar mal, tu olhas para ele e tu pensas, ele come igual a mim. Ele discome igual a mim. Tú sabes que eu tenho isso até hoje, quando alguém vem com arrogância para cima de mim, eu me molho até a testa, e penso, imagino aquela criatura. Aí desarma, desaba e eu vou para cima. Quando teve esse projeto genoma agora, Brasil África, eu disse que eu quero fazer, pois a minha origem está em Guiné, com certeza, primeiro que eu encontrei em um evento da CPLP⁴⁰, uma guineense que era igualzinha a mim, eu fiquei arrasada ao mesmo tempo e chocada, porque eu nunca tinha visto alguém tão igual a mim. Ela falava, até o gesto, tudo, tudo. E ela se olhava para mim, fechava igual a mim, até que depois, a gente resolveu chegar e sentar para conversar, porque semelhança era? Muito forte. Penso que sou angolana, mas

⁴⁰ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <http://www.cplp.org/id-2752.aspx>. Acesso 02 de set. de 2012.

também digo que era guineense, porque a minha avó devia ser de um grupo, que devia ter quizila com bijagó⁴¹. Porque ela dizia o tempo todo

Pergunto que é bijagó. Os bijagós são fortes, eles têm umas danças lindas, são umas criaturas fantásticas, mas devia ter alguma quizila, porque ela dizia para mim, tudo que ela não gostava falava: ah, parece bijagó, vai sujeitar que tu tá parece bijagó. Bijagó para ela era coisas ruim. Eu acho que é de Guiné, acho que ela é de uma etnia, que eu não sei qual é, que devia ter quisilha com Bijagó, porque tudo que não prestava, ela me olhava e falava: vai, igual bijagó, vai. (rimos muito). E daí eu comecei a estudar desde cedo, ela que me botou para estudar, eu morava com ela. A minha mãe era empregada doméstica, morava na casa dos patrões, e eu ficava com ela o tempo todo, tanto que eu chamava de mãe para ela, sempre chamei e, para o meu avô de pai. Para minha mãe, eu não chamava de mãe, porque ela me teve muito nova, com quinze anos. Inclusive, eu nasci no Marajó todo mundo veio embora de lá, exatamente porque a minha mãe engravidou de mim e, quando eu nasci veio todo mundo para cá, porque a minha avó falou que eu tinha que estudar para não ter o mesmo destino. Então ela me colocou para estudar, e eu tive sempre facilidade no estudo, muita facilidade mesmo, por isso eu digo que é sorte, mas eu falo que é inteligência, eu sempre falo que a perseverança, persistência e sorte. Podia não ter, mas eu me dava bem, me dei bem, eu tirava de letra esse negócio do estudo. Eu comecei a estudar numa classe multisseriada, numa escola pequena, só tinha uma professora que atendia todo mundo, primeira, segunda, terceira e quarta série. E, eu sempre fui muito observadora, quando ela dava aula para terceira, para a quarta, eu ficava observando, quando eu saí de lá na terceira série, eu já sabia tudo. Então eu era muito boa de matemática. Eu era muito boa de matemática, então quando eu cheguei para o colégio, era um colégio pública, mas dirigido por umas Freiras, lá no Sacramento, aonde eu morava, era o único colégio que tinha [...] a Freira percebeu que eu era boa de matemática e ela me colocava junto das colegas que tinham dificuldade em matemática, para eu ajudar as colegas. Então, isso eu fiz desde a terceira série. Mas, a Freira me fez ver o que era racismo, lá que eu saquei. Foi a minha primeira sacada. Eu sempre gostei de dançar, adoro dançar, até hoje, uma das melhores coisas do mundo, adoro. E aí, chego

⁴¹Conhecida por sua lealdade, gentileza, honestidade, respeito pelo outro e, sobretudo, pelos mais velhos, a etnia Bijagó é um grupo de referência na Guiné-Bissau – país que abriga em seu pequeno espaço geográfico (36.125km²) cerca de 30 grupos étnicos. Esta etnia dá nome ao conjunto de 80 ilhas que formam o Arquipélago dos Bijagós. Único arquipélago deltaico da costa oeste africana, classificado em 1996 pela UNESCO como Reserva da Biosfera, os Bijagós representam 70 por cento da população que ali habita e o modo de vida que eles desenvolvem em harmonia com a natureza explica o seu estado de conservação. Fonte: <http://www.buala.org/pt/a-ler/bijagos-sociedade-matriarcal>, . Acesso em 10 de jun. de 2016.

alguém na sala, tinha aquela música, Labamba, que eu achava linda [...] hoje me dou conta de que aquele convite já foi um convite racista. [...] dizendo que estava procurando umas meninas para dançar macumba com a música Labamba, mas eu tinha nove anos. A Freira disse: "Quem quiser se levante. Aí eu levantei. A Freira, portanto, foi escolhendo, fulano, fulano, fulano, eu permaneci em pé e ela não me escolheu. Aí eu sentei. Sentei e pensei: Filha da mãe. Aí quando terminou a aula e perguntei para ela. Eu fiquei de pé e a senhora não me mandou dançar, quero saber porquê? Ela disse assim: "Para essas coisas a gente escolhe as meninas mais bonitinhas". Eu, EM ABSOLUTO ME ACHAVA FEIA, NÃO ME ACHAVA FEIA. Isso me causou uma inculcação, porque ela tinha mandado, uma menina que sentava do meu lado, a Benedita que era branca, mas ela, no meu ponto de vista, era uma pessoa muito feia. Eu olhava para a Benedita e achava a Benedita com uma cara de cavala. Eu fiquei muito inculcada. Mas, a senhora chamou a Benedita.... Aí, tá, ficou por isso. Depois eu fui olhar para as meninas que ela tinha mandado ir e, eu percebi que a diferença entre mim e as meninas é que eu era preta e as meninas eram clarinhas. Foi meu primeiro momento com a questão do racismo. Eita! Eu engoli essa, né? Mas, nunca mais eu sentei para ajudar a Freira ensinando matemática. (rimos demasiadamente). [...]. Não ia ensinar mais colega nenhuma! Esse foi meu primeiro momento com o racismo, porque a gente se apelidava na rua, as colegas me chamavam de "preta da macumba", eu chamava de "branca sebosa", "branca sebenta". Eu ia para a porrada, puxava o cabelo, derrubava, brigava na rua, e ficava por isso. Mas assim, mais evidente foi esta questão da dança. Hoje quando eu penso, a própria dança, já era uma questão uivada de racismo, Labamba tinha que ser a macumba. Depois terminei o primário, fiz admissão, passei na escola pública e sempre fui me dando bem, conseguia um certo respeito junto das colegas, porque eu só tirava notão. Eu representava a escola, eu estudei no Instituto de Educação do Pará, eu representava a escola num campeonato que tinha de quem respondia às perguntas certas, eu era de Ciências, aí eu tinha um Fã Clube na escola. Então, eu sempre fui respeitada pelo fato de tirar notas boas. Eu até nem sei que era inteligência, eu achava que era facilidade, o que tudo mundo achava difícil, eu achava fácil. Aí, com dezesseis anos, eu comecei a militância política. Comecei na AP - Ação Popular, uma célula da AP. Primeiro no Movimento Estudantil Secundarista, criamos uma Associação que se chamava Frente de Ação Secundarista Paraense, para reagir à UESP porque a UESP era indicação do Jarbas Passarinho, então para reagir à essa UESP, que era uma entidade secundarista do poder, naquele tempo era os militares, em 1968. A gente criou a FASPA - Frente de Ação Secundarista Paraense. E, aí a gente

fazia nossas ações, foi aí que eu conheci a Pedrina de Deus, foi minha colega de FASPA, e depois disso acabei parando na AP, fazendo parte de uma célula da AP, fiquei até ela se transformar em PCdoB, então eu saí. Todos tinham que se proletarizar, a gente lia o livro de Mao-Tsé-Tung, um livro vermelho, todo mundo tinha que se proletarizar, eu ficava pensando, eu já era proletária, eu não precisava me proletarizar. E nesse processo de proletarização, você não tinha que estudar. Mas, para mim a única forma de conseguir alguma coisa era estudar, como eu iria parar de estudar tendo uma família que precisava de mim? Seria a primeira da família que teria condições de fazer curso superior, e a família precisava de mim. Eu nem entrei no PCdoB. Fiquei um ano neste conflito, eu ia fazer Física, quando eu voltei desse um ano, eu resolvi que tinha que fazer alguma coisa que me desse muito prazer, que me desse algum dinheiro e que me desse prazer. E como eu gostava muito de ler, eu resolvi fazer Letras, mas na verdade eu continuo gostando de Física até hoje. Mas, eu não me arrependo de ter feito Letras, no meio do caminho eu fiz escola de Teatro, o que foi bom para mim, porque eu era uma pessoa muito tímida. Teatro foi a minha grande terapia, hoje se eu não tivesse feito teatro eu não sei qual seria o meu caminho, porque eu vivia num casulo. Eu até não sei, eu era tímida, mas também tinha coragem de me expor. Eu sempre acho que eu ainda sou tímida, mas as pessoas não acreditam, só que eu tenho coragem de me expor. Porque? Eu era tímida, mas ao mesmo tempo, eu ia enfrentar Campeonato Colegial Igarassu, que era você na televisão todo mundo lhe vendo na televisão e você tendo que responder, você se expõe, porque se você erra está ferrado. Então, era uma tímida que tinha uns certos laivos. Eu acho que na verdade, eu sempre fui mesmo exibicionista, eu fui fazer teatro para me vingar das freiras. Porque assim que eu pude, eu fui, lá mais ou menos do terceiro ano ginasial eu comecei a escrever peça. Eu escrevi umas esquetes horróricas, hoje em dia nem quero saber, mas eram horróricas. Eu escrevia e eu montava. E eu atuava. Na verdade, meus laivos eram de exibicionismo. E assim que eu pude eu fui fazer Escola, fazer teatro foi minha grande terapia, acho que eu passei a ter mais coragem, para os embates. Foi muito bom. Eu aprendi muito argumentar, eu tenho um poder de argumentação que eu sei que é forte. Eu acho que aprendi muito nos embates, lendo textos, sabendo como você tem como contra-argumentar. Como a gente trabalha no Movimento Negro, a gente tem que trabalhar com o contra discurso e nesse processo a gente aprende a ficar sagaz, não tem jeito ou tu ficas sagaz ou tu danças, então eu acho que essa sagacidade você vai adquirindo na luta. A luta vai lhe dando essa sagacidade, porque as pessoas nem acreditam em racismo, aí você tem que comprovar, tem que provar para elas que o racismo existe. Você tem que mostrar para

elas, que não só existe, mas que ele é estrutural e estruturante de todas as relações que acontecem no continente americano e elas não percebe. E aí, você acaba tendo que ficar sagaz, e acaba tendo que ter um contra discurso eficiente para mostrar para essas pessoas, a existência dos racimos, para mostra r que ele estrutura a vida das pessoas, para mostrar que ele impede que as pessoas realizem plenamente o seu potencial, para mostrar que a discriminação vilipendia direito, treinando tanto esse contra discurso que a gente acaba ficando mais sagaz. Trabalhei de professora, fui professora inclusive, naquele tempo era primeira à quarta, curso primário, durante muito tempo professora do primário. Eu entrei na universidade em 1978, mas eu trabalhei em escola privada, em escola pública, trabalhei com o ensino médio, que naquele tempo era segundo grau, trabalhei com o primeiro grau. Trabalhei com tudo que se possa imaginar, trabalhei com o que hoje é EJA, que naquele tempo a gente chamava de MOBREAL. Trabalhei com tudo, dei muita aula, e adoro dar aula, ainda não me aposentei porque gosto do que faço, me divirto, faço com prazer e é isso. [...] A consciência de ser negra eu sabia desde pequena. A consciência de uma mulher e de negra vem depois, porque, então, eu participei aqui da criação de movimento e mulheres, movimentos mistos - brancas e negras. Esse processo todo a gente fez parte. Ajudei a criar o Conselho da Condição Feminina. Agora, o CEDENPA sempre teve uma vantagem, porque ele foi muito mais de mulheres o tempo todo ele tinha homens, mas a participação dos homens era muito pequena. A gente tinha muito mais mulheres à frente do CEDENPA. A participação dos homens sempre foi mais periférica, quando você vê já está dentro do processo sem nem perceber. Você já está atuando no processo. (DEUS, 2016).

Ao finalizar a apresentação dos fragmentos de vida das colaboradoras da pesquisa, a intenção não foi a de fazer a interpretação dos depoimentos, mas sim apresentar para as leitoras e leitores deste trabalho as feministas que colaboraram com a pesquisa, uma vez que corroborando Alberti (2004, p. 90) conhecer suas biografias permite compreender melhor o relato de suas experiências, seus discursos e suas referências mais particulares. E nos próximos capítulos, as percepções se farão constantes e receberá o mesmo tratamento, seguido por considerações relevantes para compreensão das reflexões que forem desenvolvidas.

A seguir serão refletidas as razões que levaram as mulheres negras marchar.

CAPÍTULO III

RAZÕES PARA LUTAR E MARCHAR

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas.... Nem parece preto.

(Lélia Gonzalez)

As indagações em Lélia Gonzalez demonstram a atemporalidade no que tange à percepção do racismo na sociedade brasileira, por retratar a percepção social sobre a diversidade humana e, em especial, aos descendentes de africanos no Brasil. Este senso comum no qual se encontram estruturadas as relações raciais, se configura em abrigo para relações simbólicas e se constitui em um conjunto de micro espaços, onde se desenvolvem tensões, conflitos, disputas entre os indivíduos. É a eterna busca por alteridade que produz frases como a indicada na epígrafe. De um lado, o racismo que incide de forma violenta contra a população negra, do outro, a resistência e luta por dias melhores.

Longe de acreditar que tais crenças têm fundamento apenas na dimensão econômica, ou seja, que só vive o racismo quando em estado de pobreza ou miserabilidade. Corroborando Bourdieu (2012, p. 133), este pensamento reduz o campo social - que é um espaço multidimensional – que vai desde o campo econômico, às relações de produção econômicas constituídas e, em coordenadas da posição social. Deve ser rompido o objetivismo, que caminha ao lado com o intelectualismo levando a ignorar as lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos, e nas quais está em jogo a própria representação do mundo social e, sobretudo, a hierarquia, no seio de um dos campos e entre os diferentes campos.

As dinâmicas sociais não são frutos do acaso, ocorrem por múltiplos determinantes e sofrem influência direta nos indivíduos, que, via de regra, provocam mudanças agindo como um campo de força interferindo nos rumos da sociedade. Entretanto, as mudanças contextuais nestas dinâmicas são orientadas pelo capital cultural, capital social e capital

simbólico dos indivíduos dentro do campo social, o que, para Bourdieu (2012, p. 134-135), pode ser descrito como um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis.

Na primeira dimensão, os agentes se distribuem segundo o volume global do capital que possuem como propriedades, títulos escolares, níveis sociais, características étnico-raciais. Logo, a construção ou transformação em uma nação, ocorre fundamentada fundamentadas nessas correlações de forças possibilitando – ou não – a mobilidade e a potencialidade dos capitais já mencionados, para os agentes individuais e coletivos em um movimento de interseção de espaços.

No caso dos negros e negras brasileiros, o capital simbólico parte de um ponto de extrema desvantagem, por estar inserido no regime escravista, limitador de direitos. Faz-se imperioso o desenvolvimento de estratégias para sobrevivência e busca de dignidade. Assim, de acordo com Moura (1988, p. 53), os conflitos nas lutas contra o racismo, em uma sociedade rigidamente dividida e hierarquizada, em senhores e escravos, do ponto de vista do escravo há uma organização de movimentos para desordenarem a estrutura. Estes movimentos se constituíram em uma única forma de readquirirem a sua condição humana, do ponto de vista político, social e existencial.

A origem das lutas e resistências do povo negro demarcaram os primeiros eventos para a garantia de cidadania, que, de acordo com Carvalho (2012, p. 09), apresenta diversas dimensões, que vão desde a liberdade, participação e igualdade para todos, que se materializam através do desdobramento em direitos civis, políticos e sociais.

Os direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. São eles que asseguram relações civilizadas entre as pessoas e a própria garantia de existência da sociedade civil, após o desenvolvimento do capitalismo, tendo como eixo central, a liberdade individual.

Sobre os direitos políticos, Carvalho (2012, p. 10) discorre que se referem à participação do cidadão no governo da sociedade indo além do direito ao voto. Trata da garantia em fazer demonstração políticas, de organizar partidos, de votar e ser votado e têm como instituição principal os partidos políticos e um parlamento livre e representativo.

Por fim, os direitos sociais permitem a redução das desigualdades, uma vez que incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria, que contribui para a divisão da riqueza de uma nação e assim proporcionar justiça social (CARVALHO, 2012, p. 10). De acordo com cada sociedade, esses direitos se organizam e

se redimensionam, no entanto, em todas, as pessoas se tornam cidadãs à medida que passam a se sentir parte de uma nação e de um Estado.

Vale lembrar que em relação no Brasil, os escravos, por serem propriedades do senhor não tinham direitos civis básicos por não possuírem liberdade e igualdade perante à lei; por serem impedidos de votar e de se associar, não exerciam os direitos políticos e sem acesso à educação, aos salários, à saúde e à aposentadoria não tinham direitos sociais, o que leva à conclusão que não eram cidadãos. Para Carvalho (2012, p. 21), o poder do governo terminava na porteira das grandes fazendas.

Com isso, o sentimento de pertencimento ao Novo Mundo, talvez tenha se manifestado de forma mais acentuada com a prática religiosa de matrizes africanas, que funcionou não só como uma forma de proteção – real e espiritual –, como refúgios – porém escassos – para a experimentação de uma vida social liberta e com a coexistência de trocas culturais. A religiosidade, concluo, se configurou em um contramovimento no processo de sujeição humana que foi a escravidão.

O conceito de contramovimento tem relação com as reflexões sobre o início do sistema de mercado, ou melhor, a institucionalização do capitalismo liberal na Inglaterra foi caracterizada pelo nascimento da sociedade de mercado autorregulado. Esse processo acarretou um contramovimento que tencionou a sociedade na busca de frear a intensidade desse novo modelo econômico e social, com vistas a minimizar os efeitos danosos dessa nova ordem econômica, controlada e dirigida apenas pelos mercados. Toda essa dinâmica social, fruto da dicotomia entre a economia e a vida social, uma vez que antes, as transações comerciais eram organizadas por princípios de reciprocidade, redistribuição e pela domesticidade, acarretou uma transformação radical do homem e da natureza, sendo os primeiros tratados e classificados como mercadorias. A desumanização, a exploração, a desagregação social e cultural, a pauperização, e outros tantos males configura-se em um verdadeiro *moinho satânico*, no qual a sociedade humana poderia ter sido aniquilada não fossem a existência de alguns contramovimentos protetores que cercearam a ação desses mecanismos autodestrutivos. (POLANY, 2012, p. 82).

Para compreender estas implicações na nova ordem social, é fundamental ressaltar, que embora os contramovimentos fossem vitais para a proteção da sociedade eram, em última análise, incompatíveis com a autorregulação do mercado e, portanto, com o próprio sistema de mercado. As corporações econômicas formadas de um lado se tornam universais e imperialistas, por outro lado, a sociedade em busca de defesa passa a enfrentar a ação do mercado em relação aos fatores da produção, que foi caracterizado pela interação

do homem com a natureza, clamando-se assim para uma proteção através de leis. (POLANY, 2012, p. 146). Nascia assim o capitalismo.

O padrão mundial do poder capitalista tem na colonialidade um dos elementos constitutivos e específicos, sendo sustentado pela imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo, como pedra angular de um poder que opera em todos os planos da existência social. Este contexto teve como ponto de partida a América, em especial, a América Latina (QUIJANO, 2010, p. 84). Como reação a esse poder, na América Latina, durante o século XVIII, precisamente no ano de 1804, uma colônia da América Central (o Haiti) foi protagonista da primeira revolta de africanos colonizados. Esta revolta pode ser caracterizada como um contramovimento definido por Polany (2012) sobre os territórios que sofriam a ação das grandes potências colonizadoras.

No Brasil, a religião favoreceu, de certa forma, o exercício parcial de direitos, apesar de mecanismos repressores existentes estruturados e fundamentados nos dogmas da religião dominante, o catolicismo (e atualmente pelas religiões evangélicas) e funcionou como ponto de inflexão para a contínua luta por cidadania plena. E com a proliferação dos terreiros de candomblé, esses territórios seguros ampliaram o espaço de expansão de uma cidadania emergente. As religiões dominantes procuraram – e procuram –, de forma hegemônica, inferiorizar as religiões de matrizes africanas, a partir da posição social onde seus seguidores se situam. A análise objetiva, imparcial, da cosmovisão dessas religiões é desconsiderada, como seu universo cosmogônico e o significado do seu ritual (MOURA, 1981, p. 54). Situação que não só perdura até os dias atuais, como se intensifica, e tem sido fundamentada numa ideologia racista e de negação da diversidade⁴².

Com o nascimento da República – influenciado pelo processo do *racismo científico* –, a ausência dos direitos civis era a marca das relações de poder existente e cerceava a esperança na ampliação de direitos e inclusão, o que se configurou em uma retórica política. Retrocessos nos direitos civis são enunciados conforme Carvalho (2012, p. 62), ao constatar na Constituição de 1891 a revogação da obrigatoriedade do Estado de oferecer educação primária, presente na Constituição de 1824, influenciada pelo predomínio de um liberalismo ortodoxo, já ausente em outros países. Não cabia ao Estado promover a assistência social, passando ao cargo das irmandades oficiais e leigas e das associações, ficando também proibida a interferência do governo na regulamentação do trabalho.

⁴² A luta foi árdua, e segundo Moura (1981, p. 54), tanto a religião católica quanto as evangélicas exercem força material e social para desarticular as religiões de matrizes africanas, por terem ao seu lado a estrutura dominante, que qualifica o candomblé, como uma religião perigosa e transformada em religião de bruxaria.

De acordo com Carvalho (2012, p. 82), a República foi uma ação das elites de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, com baixo envolvimento do povo, pois se as classes dominantes se encontravam irritadas com a abolição da escravatura. Como grande parte da população negra era monarquista, acredita-se que parte da Revolta da Vacina, teve influência na rejeição ao novo regime, que concentrou forças na perseguição aos capoeiristas⁴³ acarretando prisões e deportações, uma vez que se constatou participações em atos hostis no final da Monarquia, contra Republicanos.

O processo histórico tem demonstrado não só a insistência do racismo na promoção das iniquidades e o limitado exercício de uma cidadania plena. Indica também, a importância de interações coletivas, negociações e renegociações individuais e coletivas, com vistas a potencializar uma nova ordem dentro da coletividade social, funcionando como resistência às susceptibilidades da influência de padrões alienígenas à necessidade brasileira, para a valorização e integração da população negra, que tem sido contabilizado ao longo da história negra na diáspora e na sociedade brasileira. Este quadro justifica o Estatuto da Igualdade Racial, os Movimentos Negros, os Feminismos Negros e a Marcha das Mulheres Negras 2015.

Com o passar dos tempos, o racismo adquiriu novas modelagens e nuances, que tem retroalimentado e massificado comportamentos hostis e violentos, que insistem em eleger as gradações cromáticas de humanos, como indicador do grau de pertencimento à humanidade e vem redefinido as escalas de privilégios hierarquizadas. Assim, permanece a forte influência no deslocamento de negros e negras nas escalas de mobilidade social e econômica, uma vez que, quanto mais escura for a cor da pele, menos acesso a direitos são exercidos.

Atitudes explícitas nas ações das forças de segurança pública; nas condições das áreas residências habitacionais; no acesso à educação; na ocupação de cargos e empregos de relevância social, no patrimônio cultural e na ascensão econômica e social são verificados nesse jogo pernicioso no país no qual

O racismo, elemento estruturante da formação da sociedade brasileira, fundada na escravidão e, posteriormente, no elogio à miscigenação e no mito da democracia racial, está na origem das profundas desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros. Nada justifica que, mais de 120 anos após a abolição, os negros sigam representando 70% dos cidadãos

⁴³ A capoeira constava no Código Civil, através do Decreto de 11 de outubro de 1890, no Capítulo XIII - Dos vadios e capoeiras. No ano de 1935 foi liberada durante o governo de Getúlio Vargas (CORDEIRO E CARVALHO, 2013). O Ministério da Educação e Cultura em 26 de dezembro de 1972 a classificou como modalidade desportiva.

em extrema pobreza ou 68% dos analfabetos do país. (IPEA, 2013, p. 438).

E assim, o mito da democracia racial se estabelece no Brasil de forma sistemática, influenciando o progresso de negras e negros, uma vez que a crença sobre a igualdade de condições se encontra na esfera do discurso e da retórica, o que não corresponde à prática, uma vez que o racismo institucional é visível e pernicioso em diversas instituições e no imaginário das pessoas. Reconhecem que existe racismo no Brasil, mas se negam a admitir serem transmissores das práticas racistas, pois “tenho até um amigo, namorado (a) negro”. E o mais grave, é a tentativa de inculcar na sociedade como um todo, que se vive uma democracia racial, o que para Moura (1988):

significa que, por mecanismos alienadores, a ideologia da elite dominadora introjetou em vastas camadas de não-brancos os seus valores fundamentais. Significa, também, que a nossa realidade étnica, ao contrário, diferencia, hierarquiza e inferioriza socialmente de tal maneira que esses não-brancos procuram criar uma realidade simbólica, onde se refugiam, tentando escapar da inferiorização que a sua cor expressa nesse tipo de sociedade. Nessa busca simbólica, eles desejam compensar-se da discriminação social e racial de que são vítimas no processo de interação com as camadas brancas dominantes que projetam uma sociedade democrática para eles, criando, por outro lado a ideologia do escamoteamento capaz de encobrir as condições reais sob as quais os contatos inter-étnicos se realizam no Brasil. (MOURA, 1988, p. 63-64).

Do conceito de “branqueamento democrático” de 1911, foi criado o mito da democracia racial nos anos 1940, para construir uma imagem positiva da nação diante do pensamento mundial moderno sobre raça. Para isso, a criação de uma teoria alternativa era necessária, visando minimizar o complexo de inferioridade das nações colonizadas. A teoria da cooperação mútua entre negros e brancos no Brasil, fundamentada na ausência da relevância das barreiras de cor, colocaria o país numa posição privilegiada em relação a outras nações consideradas por ele distintas na prática escravocrata, uma vez que a segregação era recrudescida. Tal pensamento não era verídico, uma vez que os maus tratos, assassinatos e estupros também ocorreram em larga escala no Brasil e são comprovados em documentos históricos de diferentes fontes.

A pretensa democracia racial preconiza a igualdade de direitos para todos os entes federativos, no entanto torna-se um mito, uma vez que esta igualdade não existe de fato, o que é visível conforme investiguei nos indicadores sociais no capítulo I.

O mito da democracia racial dá sustentação para a prática racista que tem atuado de forma incansável na vida da população negra traduzida nas análises dos indicadores sociais, como demonstrarei neste capítulo em relação às mulheres negras. Barreiras, muitas

vezes aparentemente invisíveis, são aprimoradas dia a dia, demonstrando a violência do poder hegemônico. Contudo, como no passado, são produzidos conflitos entre os movimentos contra-hegemônicos e a estrutura de poder, a luta é por mudanças do quadro de desigualdades como também por mudanças na cultura de hierarquização que tenta reservar os piores lugares para a população negra, o que foi registrado por Gomes (2005):

É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que, aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. Aprendemos, na cultura e na sociedade, a perceber as diferenças, a comparar, a classificar. Se as coisas ficassem só nesse plano, não teríamos tantos complicadores. O problema é que, nesse mesmo contexto não deixamos de cair na tentação de hierarquizar as classificações sociais, raciais, de gênero, entre outras. Ou seja, também vamos aprendendo a tratar as diferenças de forma desigual. E isso, sim, é muito complicado! (GOMES, 2005, p. 49).

Assim, o racismo, a exclusão, a miséria e a pobreza, as desigualdades (educacional, social, política, etc.), as segregações residenciais urbanas e as violências – institucional, física, psicológica e *simbólica*, dentre outros –, são os principais problemas ao considerar o caso brasileiro, que é caracterizado por uma fronteira que demarca e separa brancos e negros do acesso aos bens comuns já refletido por Gonzalez (1984):

Por que será que dizem que preto correndo é ladrão? Ladrão de quê? Talvez de uma onipotência fálica. Por que será que dizem que preto quando não caga na entrada, caga na saída? Por que será que um dos instrumentos de tortura utilizados pela polícia da Baixada é chamado de “mulata assanhada” (cabo de vassoura que introduzem no ânus dos presos?). Por que será que tudo aquilo que o incomoda é chamado de coisa de preto? Por que será que ao ler o Aurélio, no verbete negro, a gente encontra uma polissemia marcada pelo pejorativo e pelo negativo? Por que será que “seu” Bispo⁴⁴ fica tão apavorado com a ameaça da africanização do Brasil? Por que será que ele chama isso de regressão? Por que vivem dizendo prá gente se por no lugar da gente? Que lugar é esse? Por que será que o racismo brasileiro tem vergonha de si mesmo? Por que será que se tem “o preconceito de não ter preconceito” e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados? (GONZALEZ, 1984, p. 237-238).

Ao denunciar não só o racismo na sociedade brasileira, bem como o uso de signos negros ou pretos para classificar negativamente coisas ao nosso redor, que foram incorporados culturalmente, a autora diz que o racismo é uma *construção ideológica cujas*

⁴⁴ No texto Lélia faz referência ao Bispo da Bahia: “Quando se lê as declarações de um Dom Avelar Brandão, Arcebispo da Bahia, dizendo que a africanização da cultura brasileira é um modo de regressão, dá prá desconfiar. Porque afinal de contas o que tá feito, tá feito. E o Bispo dançou aí. Acordou tarde porque o Brasil já está e é africanizado.” (GONZALEZ, 1984, p. 236).

práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial (GONZALEZ, 1982, p. 94).

E o paradoxo é aquele que a mesma parcela da população não denuncia, a cultura da imposição de uma inferioridade inata à população negra, muito menos os empreendimentos na luta por mudança na ordem “natural” das coisas daqueles e daquelas que sofrem com a exclusão, com o racismo, preconceitos e discriminações. O quadro acima descrito, de certa forma, tem provocado novas reações de setores da sociedade com certo grau de desconforto epistemológico diante das práticas racistas, ao desenvolvimento humano e à cidadania plena e tem tencionado a um novo *establishment* no Brasil.

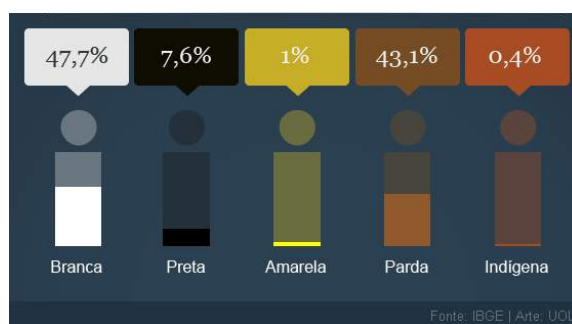
A crença na harmonia racial brasileira data desde o fim formal da escravidão (1888), documentada por Gilberto Freyre no ano de 1933, e foi sendo desde então inculcada (BOURDIEU, 2007) nas relações societárias, nas instituições e exerce influência até os dias atuais. Schwarcz (2011), refletindo sobre o Congresso Universal das Raças ocorrido em Londres, no ano de 1911, informa que a comunicação oficial do governo brasileiro foi possível devido à difusão da ideia de que o Brasil era exemplo do cruzamento extremado de raças, após os relatos de viajantes europeus e norte-americanos.

Para os viajantes, éramos um “laboratório racial” que representava um exemplo de degeneração. João Baptista de Lacerda, que representou o governo brasileiro na ocasião, então presidente do Museu Nacional e influente médico com estudos na antropologia física, defendia a tese de que em três gerações o Brasil seria branco devido à miscigenação. Construiu seu texto usando dois contrapontos: de um lado, a comparação com os Estados Unidos e Inglaterra - países desenvolvidos e considerados como modelos escravocratas de extrema violência -, do outro a referência às outras colônias da América Latina que haviam se rebelado, especialmente o Haiti, que fez uma guerra de libertação em 1804 (GATES JR, 2014).

As comparações com o Haiti serviram de base para que advogasse uma imagem de que o Brasil não vivia nada parecido, muito pelo contrário, recorrendo ao quadro *Redenção de Can*, do artista acadêmico Modesto Brocos (1852-1936), evocou de forma enfática o *Darwinismo Social* para elaborar a previsão sobre o processo de *embranquecimento* do Brasil, que não se confirmou, pontuando que o Brasil não se igualava às demais “republichetas vizinhas” e, em sua “fé cega”, dizia que o processo da escravidão tinha sido mais pacífico no território brasileiro.

Ao observar o Brasil na atualidade, Gráfico 02, concluo que ele é preto, pardo, amarelo, indígena e branco, com a maior parte da sua população considerada não branca⁴⁵. No entanto, é majoritariamente negro, uma vez que negros representam o somatório de pretos e pardos.

Gráfico 02 – População Brasileira – Raça/Cor



Do conceito de “*branqueamento democrático*” de 1911, foi criado o mito da democracia racial nos anos 1940, para construir uma imagem positiva do Brasil diante do pensamento mundial moderno sobre raça. Para isso, conforme mencionei anteriormente, a criação de uma teoria alternativa era necessária, visando minimizar o complexo de inferioridade das nações colonizadas.

E como a maior incidência deste modelo de Estado recai sobre as mulheres negras, discutirei como será debatido seguir.

III. 1. As Dimensões do Racismo na Vida das Mulheres Negras

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós, o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de

⁴⁵ Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/04/29/brancos-sao-menos-da-metade-da-populacao-pela-primeira-vez-no-brasil.htm>. Acesso em: 04 de ago. de 2012.

mulata, doméstica e mãe preta. (Lélia Gonzalez, 1984, p. 224).

Ao abordar a questão da mulher negra na sociedade brasileira, *Lélia Gonzalez* (1984, p. 228) foca na *mulata, na doméstica e na mãe-preta*, afirmando que *é no momento do rito do Carnaval que o mito da democracia racial é atualizado com toda sua força*. O Carnaval é, portanto, um momento no qual aparentemente todos estão em uma interdependência momentânea, em que parece não existir as barreiras raciais verificadas no dia a dia. Em Santos (1983) podem ser encontradas pistas que exemplificam as consequências da sujeição à aparente democracia racial, uma vez que:

O mesmo mecanismo de construção da identidade total da pessoa a partir de um único atributo tem sua contrapartida na identificação do sujeito ao papel ou função social de artista. Deixando de ser negro para ser artista, o sujeito troca o atributo desprezado por um outro, apreciado e valorizado pelo branco. A situação de alienação, por ter sido invertida, não perde, entretanto, suas características fundamentais. Tanto faz “perder a cor” para tornar-se artista. O resultado é sempre o mesmo: a identidade negra existe como um apêndice do desejo e da palavra do branco. (SANTOS, 1983, p. 13).

E talvez esta seja a face mais cruel do *racismo à brasileira*, a própria negação de sua existência. O *mito da democracia racial* oculta algo para além daquilo que mostra em torno da *doxa* da harmonia entre as raças. Assim, exerce sua violência simbólica sobre toda a população negra e, de maneira especial, sobre a mulher negra, pois, entre outros tantos aspectos, *quando ela está no cotidiano, é a doméstica e não a mulata – endeusada no Carnaval* (GONZALEZ, 1984, p. 228).

Gonzalez (1984) aponta que a categoria *mãe preta* define o momento que a mulher negra é vista como gente, quando se referencia aos estudos de Caio Prado Júnior no momento que ele associa à “figura boa da ama de leite”. Lélia pontua que é essa mulher negra que terá para si a maior atribuição na sociedade, que tem o racismo como sintomática e que caracteriza a neurose cultural brasileira⁴⁶, que é o de exercer o papel de mãe. Assim, enquanto mucama, ela é mulher e enquanto “*bá*”, é a mãe. A mulher branca é a outra, se restringindo à procriação sem necessariamente ter o exercício da sua função

⁴⁶ Lélia Gonzalez utiliza o conceito de neurose e recalcamento em Freud para analisar o pensamento de Caio Prado Jr. sobre a mulher negra escrava e diz que é uma expressão privilegiada do que chamaríamos de neurose cultural brasileira. Ora, sabemos que o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalcamento. Na verdade, o texto em questão aponta para além do que pretende analisar. No momento em que fala de alguma coisa, negando-a, ele se revela como desconhecimento de si mesmo (GONZALEZ, 1984, p. 231-232).

materna. Como consequência dessa função, é a mãe preta que exercerá o papel de transmissão cultural:

E quando a gente fala em função materna, a gente tá dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito prá criança brasileira, como diz Caio Prado Júnior. Essa criança, esses infans, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente (Gonzalez, 1979c). Ela passa prá gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura, exatamente porque é ela quem nomeia o pai... a gente entende porque, hoje, ninguém quer saber mais de babá preta, só vale portuguesa. Só que é um pouco tarde, né? A rasteira já está dada. (GONZALEZ, 1984, p. 235).

O interessante é que Lélia registra a constatação da transmissão da cultura negra pelas mães-pretas e a rasteira dada à ação das “bás”. Conferem-se às “bás” o poder da transmissão da cultura negra para as crianças brancas - apreendida na transmissão da língua -, no entanto, o que se constata é que a linguagem não garantiu transformação do imaginário branco, que reproduz na sociedade as práticas racistas. E para este debate, Lélia deixou apontamentos relevantes quando diz que:

A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela prá tudo nesse sentido (1). Só que isso tá aí... e fala. (GONZALEZ, 1984, p. 227).

A existência do racismo pode ser explicada de forma dialética. Pode ser percebida no movimento de sua reprodução e de seu recrudescimento, e em consonância com as questões que sobressaem. Quando se reflete sobre este aspecto na sociedade brasileira, as inquietações podem ser pensadas a partir das seguintes indagações: O que aconteceu com o poder da mãe preta na transmissão cultural africana aos “donos do poder”? Será que o poder dominante falou mais alto? Essas crianças esqueceram os ensinamentos e foram cooptadas em busca de poder e *status quo*? Não restou nada da memória dos contos,

fábulas e músicas ouvidas quando crianças? Ou não entenderam o *pretuguês*⁴⁷ (o português foi dominante)? O português que falamos hoje é culturalmente negro (de acordo com pesquisas recentes, como as da professora Yeda Pessoa, da Universidade da Bahia)⁴⁸? Mas, se nossa língua é negra, o que justifica reproduzir a linguagem negra e negar sistematicamente o negro? Quando e como este elo se rompeu? Ou foi coisa “para inglês ver”? Então, a questão que se indagada é: a educação transmitida pelas mulheres negras não impediu a retroalimentação do sistema? Enfim, são questões que ficam destacadas para estudos futuros sobre as relações raciais no Brasil.

A mãe preta exerceu um papel importante sim, porém, seu papel foi menosprezado, por esta mãe ser considerada apenas um objeto que poderia proporcionar a vida aos descendentes do poder, os brancos. Sua utilidade era em função de ter um seio cheio de leite e possibilitar a perpetuação da espécie dominadora. A “teta” deve ter sido considerada um recipiente com o líquido da vida e, talvez, por esse motivo, seus ensinamentos se dissiparam quando se cristalizou a consciência do dominante. Só restou o “*pretuguês*”, pois ela tinha pouca – ou nenhuma – importância social.

Mas, voltando à categoria “domésticas” em Gonzalez (1984, p. 230), a autora vê o *engendramento* de suas funções aos da mucama dos tempos escravistas (FREYRE, 2006), uma vez que as duas exerciam – e exercem –, obrigações similares nas diferentes residências das classes dominantes. No entanto, a doméstica é o lado oposto à exaltação da mulata no Carnaval, ainda que sejam a mesma pessoa associando a essa dúbia imagem àquela feita para todas as mulheres negras, quando são vistas como empregadas domésticas independente da profissão que possam exercer:

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais

⁴⁷ Lélia Gonzalez dizia que os negros no Brasil tinham uma linguagem que misturava o português às línguas de origem africana, logo, o pretuguês, tanto é que seus textos utilizavam palavras que não eram comuns ao rigor da linguagem acadêmica impregnada de erudição e eurocentrismo.

⁴⁸ Segundo a professora Yeda Pessoa, da Universidade da Bahia, na entrevista "A língua portuguesa que falamos é culturalmente negra", concedida à Marcello Scarrone, da Revista de História, em 01 de maio de 2015: “Nós não temos um falar crioulo do português, como no Caribe, na Guiana ou em outras regiões onde os portugueses foram os colonizadores. Mas percebi uma coisa: Angola e Moçambique também não têm falar crioulo. Por quê? Devia haver um link, não só uma coisa extralinguística, mas algo de tipo intrínseco, que impediu que emergisse um falar crioulo em Angola, em Moçambique e no Brasil. E eu vi que foram as mesmas línguas que entraram em contato: o português arcaico e as línguas do grupo bantu, especialmente as do Congo e de Angola, pois o tráfico com Moçambique foi muito menor e posterior. No Congo descobri o que aconteceu no Brasil: a proximidade que houve por acaso entre o português arcaico e as línguas do grupo bantu, que resultou no português que falamos hoje”. (PESSOA, 2015. p. 02).

crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a brancas” ou “clarinhas”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no carnaval ou nos oba-oba [...] só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço. E, pensando bem, entrada de serviço é algo meio maroto, ambíguo, pois sem querer remete a gente prá outras entradas (não é “seu” síndico?). É por aí que a gente saca que não dá prá fingir que a outra função da mucama tenha sido esquecida. Está aí. (GONZALEZ, 1984, p. 230).

Sem dúvida alguma, Gonzalez considera que o que ocorre no Carnaval, associado ao mito da democracia racial, vai além de seus entroncamentos com as mulheres negras, mas também com os dos homens negros, quando diz:

Não é por acaso que nesse momento, a gente sai das colunas policiais e é promovida a capa de revista, a principal focalizada pela tevê, pelo cinema e por aí afora. De repente, a gente deixa de ser marginal prá se transformar no símbolo da alegria, da descontração, do encanto especial do povo dessa terra chamada Brasil. É nesse momento que Oropa, França e Bahia são muito mais Bahia do que outra coisa. É nesse momento que a negrada vai prá rua viver o seu gozo e fazer a sua gozação. (GONZALEZ, 1984, p. 239).

As reflexões de Iêda Leal (2016) sobre as questões refletidas acima, são importantíssimas. Inicialmente, ela tinha feito referência a um trecho do filme *Histórias Cruzadas*⁴⁹ e avaliou: sobre o trecho que as empregadas domésticas conversavam sobre o tratamento que recebiam nas casas em que trabalhavam, *e a mulher fala assim: E eu? Criei elas e não adiantou nada, não adiantou nada! Então hoje, se Lélia estivesse aqui, a gente teria que debater até mesmo essas afirmações. Por quê? Não adiantou, porque elas eram empregadas domésticas. Criavam as meninas, elas casavam e elas continuavam empregadas domésticas. As crianças que tinham cuidado continuavam querendo o banheirinho separado, querendo todas as coisas somente para si. Nós precisamos entender que, por mais esforço que tenhamos com alguns brancos que se alimentaram da gente, eles não deram conta de superar o racismo. Porque o racismo é muito forte, ele se renova. Eu sempre estou dizendo assim, é uma situação tão complicada, que conforme o andar dos tempos, ele vai se organizando para ser ainda mais cruel. Então, beber da*

⁴⁹ O filme é ambientado em Mississippi, EUA, década de 1960. Skeeter acabou de terminar a faculdade e sonha em ser escritora. Ela põe a cidade de cabeça para baixo quando decide pesquisar e entrevistar mulheres negras que sempre cuidaram das “famílias do Sul”. Apesar da confusão causada, Skeeter consegue o apoio de Aibileen, governanta de um amigo, que conquista a confiança de outras mulheres que têm muito o que contar.

Elenco: Emma Stone, Jessica Chastain, Bryce Dallas Howard, Mike Vogel, Sissy Spacek, Allison Janney, Viola Davis, Chris Lowell Direção: Tate Taylor Gênero: Drama. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Cqn4XN21O1g>. Acesso em: 16 jun. 2016.

fonte, beber do leite, aprender algumas palavras não foi suficiente para aquelas pessoas entenderem. Às vezes o que recebemos é apenas uma homenagem no dia do meu aniversário, ou um presente no Natal. Mas isto não é suficiente para entender o que eu represento.... Você toma conta, você dá a vida, você se anula! E aí, o que você recebe? O que eu vejo e o que a gente está vendo é que, no dia do Natal, a mulher negra faz a ceia, levanta para atender a todas as pessoas da casa. O que sobra para a gente nesse dia... Eu acho que o feminismo negro, o movimento negro de mulheres, começa muito tempo atrás, aí eu começo a perceber que é isso mesmo, eu não nasci na cozinha.

Sem dúvida alguma, o pensamento de Lélia Gonzalez falava na perspectiva da afrolatinamericanidade, pois se olho para a história da América Latina e do Caribe, por exemplo, encontro muitas semelhanças, uma vez que, e de acordo com Hall (2003, p. 30-31), o Caribe, como foi denominado, renasceu dentro da violência e através dela. Essas percepções me levam a concluir que a via para nossa modernidade está marcada pela conquista, expropriação, genocídio, escravidão, pelo sistema de engenho e pela longa tutela da dependência colonial. E no seu estudo, Stuart Hall (2003) afirma que a imagem de dominação apresentada é a da mulher indígena como objeto sexual, no Brasil. Entretanto, para além das Iracemas “de Lábios de Mel”⁵⁰, as mulheres negras se tornaram sinônimo de lascívia e devassa, como também de cuidadora da casa, dos idosos e das crianças, assumindo, ainda, forçadamente, a iniciação sexual dos meninos da Casa-Grande e a resolução da libido do senhor de engenho.

Assinala Carvalho (2012, p. 20-21) que a miscigenação que se deu nesse período tinha o estupro como regra. Freyre (2006, p. 456) irá registrar que era a mulher negra da senzala e da casa-grande, a responsável por facilitar a “*depravação do menino nos tempos patriarcais*” ao “*abrir as pernas ao primeiro desejo do sinhô-moço*”. O autor ignora a existência do fator racial e a dominação nas relações de poder e de gênero ao apresentar tal argumentação e recorre apenas às justificativas econômicas em

A verdade, porém, é que nós fomos os sadistas; o elemento ativo na corrupção da vida de família; e moleques⁵¹ e mulatas o elemento passivo. Na realidade, nem o branco nem o negro agiram por si, muito menos como raça, ou sob a ação preponderante do clima, nas relações do sexo e de que se desenvolveram entre escravos e senhores no Brasil. Expressiu-se nessas relações o espírito do sistema que nos dividiu, como um deus poderoso, em senhores e escravos. Dele deriva toda a exagerada tendência para o sadismo característica do brasileiro, nascido e criado em

⁵⁰ Iracema, musa indígena, homônimo do romance de José Alencar, lançado no ano de 1865, retrata a relação de um português e uma mulher indígena.

⁵¹ Para Freyre (2006), moleque designa crianças e jovens negros, já menino, para os de pele branca.

casa-grande, principalmente em engenho; e a que insistentemente temos aludido nesse ensaio (Freyre, 2006, p. 462).

A percepção e a ação sobre a mulher negra construídas e praticadas (pautada numa perspectiva europeia, incorporada em solos brasileiros), sempre estiveram associadas aos apelos sexuais. Estes apelos são visíveis em diversas modalidades documentais que registram desde as relações cotidianas, às construções de teorias científicas e, até mesmo, nas artes produzidas, mesmo que em tempos remotos, quando são adaptadas nos dias atuais, como debate a seguir servirá como exemplo.

Algumas imagens antigas da cultura francesa servem para exemplificar tais afirmações. Uso como exemplo, duas pinturas clássicas, que tiveram releituras atuais comerciais e midiáticas, que ainda reproduzem pensamentos racistas e arcaicos. A primeira, o “*Retrato de uma Negra*”, de Marrie-Guilhermine Benoist⁵², e, a segunda, o “*Retrato de uma Menina*”, de Jean Baptiste-Camille Carot⁵³, ambas de 1800, corroboram minha observação que, para Mauad (1996, p. 15). A história embrenha as imagens, nas opções realizadas por quem escolhe uma expressão e um conteúdo, compondo através de signos, de natureza não verbal, objetos de civilização, os significados de cultura.

Figura 13 – Retrato de um Negra e de uma Menina



Fonte: <http://temasdeartecontemporanea.blogspot.com.br/2013/07/publicidade-mescla-o-moderno-e-o-vintage.html>

Na obra *O Retrato da Mulher Negra*, o corpo seminu chama atenção para o corpo exposto da negra contrapondo-se à pureza no *Retrato da Menina*, [Figura 13] totalmente vestida com rendas mostrando sua “candura”. A cor, estritamente associada à definição e demarcação das funções, demonstram os papéis que as raças desempenham social e culturalmente. Na releitura comercial, os seios tendem a pular do vestido que cobre seu

⁵² As imagens trazem a arte original e apresenta a leitura atual ao ser usada como peça de propaganda.

⁵³Disponível em: <http://temasdeartecontemporanea.blogspot.com.br/2013/07/publicidade-mescla-o-moderno-e-o-vintage.html>. Acesso em: 15 de maio de 2014.

copo e assume um semblante sedutor. O cabelo exposto da branca, cuidadosamente penteado, entra em choque com o da negra, na tentativa indelével de esconder sua “carapinha”, num turbante que combina com o pano cobrindo metade do seu corpo. O negro, um corpo disponível e o branco, protegido, mesmo que os semblantes das duas, na leitura moderna, insinuem “algo mais”.

Ainda no campo das peças publicitárias, no dia 06 de março de 2014, para celebrar “O dia da mulher brasileira”⁵⁴, nas vésperas do Dia Internacional da Mulher, a Riachuelo⁵⁵ apresentou sua campanha de joias⁵⁶ e levou ao ar um vídeo de trinta segundos, no qual uma mulher negra – tal como um acessório à parte – colocava um colar em uma mulher branca. Seu rosto não aparecia. Eram os braços, as mãos colocando os acessórios da marca – colares e sapatos – na modelo principal. Estava, mais uma vez estampada, em atitude de subserviência tão comum na cultura brasileira. Houve grande reação nas redes sociais⁵⁷, forçando, diante de muita pressão, a empresa a retirar o comercial do ar, afirmando que a exclusão racial, nas bases de classificação da cor das pessoas, não mais faria parte das coleções ou comunicações da marca e, em nota se justificou:

“A Riachuelo tem o maior orgulho de ter sido a primeira grande rede do Varejo de moda a perseguir uma meta: DEMOCRATIZAR A MODA. Para nós, todas as mulheres são especiais. Elas não têm cor, raça ou credo. E todas brilham. Democratizar é incluir sempre e cada vez mais. A exclusão nunca fez e nunca fará parte de nossas coleções ou de nossa comunicação” (ADNEWS, 2014).

Devo destacar que o argumento usado tem, mais uma vez, o teor racista, uma vez que a Riachuelo se desculpa afirmando que as mulheres não têm cor. Segundo Fanon (2008), isso não corresponde à realidade por ser a cor um componente definidor de papéis e estabelece ao negro total invisibilidade:

Deslizo pelos cantos, captando com minhas longas antenas os axiomas espalhados pela superfície das coisas, - a roupa de preto cheira a preto – os dentes do preto são brancos – os pés do preto são grandes – o largo peito do preto, - deslizo pelos cantos, permaneço silenciosos, aspiro ao anonimato, ao esquecimento. Vejam, aceito tudo, desde que passe despercebido! (FANON, 2008, p. 108).

No mundo midiático, o poder exercido pelos meios de comunicação é enorme, uma vez que o poder simbólico se constrói através de sua programação que contribui para a

⁵⁴ Apesar de ter sido retirada do ar, algumas cópias circulam no Youtube. Ver em: <http://youtu.be/3GPFMI5WtFI>. Acesso em: 05 de mar. de 2014.

⁵⁵ Loja de departamento atualmente presente nos principais shopping Center do país.

⁵⁶ Disponível em: <http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/internautas-acusam-campanha-da-riachuelo-de-racista>>. Acesso em: Acesso em 11 de mar. de 2014.

⁵⁷ O blog Blogueiras Negras denunciou a presença da mulher negra no comercial apenas para servir. Ver em: <http://blogueirasnegras.org/2014/03/06/dia-internacional-da-mulher-branca/>. Acesso em: 28 de maio de 2014.

naturalização e manutenção de estigmas e estereótipos em virtude da cor⁵⁸. Observo tanto no nome quanto na arte utilizada para divulgação e abertura da novela “Da cor do pecado”, [Figura 14], quando o uso do colo da mulher negra faz associação direta ao prazer proporcionado pelo corpo negro, aliada à advertência pecaminosa de tal transgressão.

Figura 14 – Logomarca da telenovela “Da Cor do Pecado” – Rede Globo de Televisão/2004



Fonte: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/da-cor-do-pecado.htm>.

Outro caso recente que recorreu de forma similar foi o seriado “*Sexo e as Nêgas*”⁵⁹, que provocou muitos protestos e indignação de parte das ativistas negras. Mais uma vez, ativistas entraram em cena, fazendo lembrar o conceito de Foucault (2010) de biopoder, o que mereceu carta de repúdio assinada por diversas mulheres negras direcionada ao diretor do seriado:

Tal expressão transforma o corpo da mulher negra em peça, como eram chamados os escravizados, a ser consumida por uma sociedade racista. Nos coloca no lugar de mercadoria de segunda mão em que não receberá o mesmo tratamento da carne branca delicada. Aquela não é “suas nêga”. A expressão é embutida não apenas de pensamento escravocrata, mas também de machismo, cujas consequências sentimos na pele por sermos mulheres negras. Trata-se, portanto de uma dupla violência que categoriza mulheres de acordo com sua cor de pele, qualidade que determinará qual valor e o lugar que têm. (BLOGUEIRAS NEGRAS, 2014).

Ressalto, mais uma vez, que o teor das críticas não tinha como intenção o cerceamento da liberdade de criação de qualquer teledramaturgo, mas sim, questionar o papel ocupado por mulheres negras no mercado midiático e, assim, denunciá-lo e repudiá-lo.

⁵⁸ Como exemplo, a novela *Da Cor do Pecado*, exibida no ano 2004 tendo como protagonista Thaís Araújo (a primeira atriz negra a ser protagonista de uma telenovela).

⁵⁹ Seriado escrito por Miguel Falabella estreado em 16 de setembro de 2014, na Rede Globo, versão de “*Sex & The City*” ambientada no bairro de Cordovil, na Zona Norte do Rio de Janeiro.

Comportamentos sempre naturalizados, que tentam se afirmar em um discurso da benevolência dos brancos ao oferecerem oportunidades econômicas para negros nas telas da TV. Trata-se de uma forma de camuflar o jogo de poder contido nas relações raciais no acesso ao trabalho. Este foi o argumento usado por alguns – e algumas - artistas para defesa do seriado e do autor, alegando que era o único que dava a oportunidade de emprego e renda para as mulheres negras terem papéis na televisão.

A cultura de desqualificação da mulher negra está disseminada na sociedade e nela encontra ressonância. Existe a banalização do corpo negro, do corpo da mulher negra, inclusive no interior da comunidade negra. No exemplo em questão, observo o dissenso entre as próprias mulheres negras, no qual o discurso recorrente é a defesa do acesso ao mundo do trabalho para as atrizes negras – que é escasso nos meios de comunicação de massa, conforme esta passagem de Elisa Lucinda:

Acho muito grave essa conversa toda porque é preciso que a gente faça conviver os avanços dos direitos humanos, a democratização das oportunidades de trabalho com os espaços de criação e a liberdade do humor. Isto está muito confuso, Miguel é conhecidamente, um dos caras, senão o maior, que mais escrevem para nós negros na televisão e conseqüentemente é o que mais emprega. Conheço-o, sei que ele está nesse momento em algum hotel do Brasil levando seu teatro digno, e com o coração dilacerado porque em sua vida prática, individual e pública esse cara não é racista e sabe que dá trabalho para vários de nós, que em todos os setores mais bacanas da sociedade temos menos chances em relação aos brancos. É foda, mas essa é que é a verdade. Miguel tem um coração suburbano (LUCINDA, 2014).

Na defesa pública do autor, Elisa Lucinda, mulher, negra, atriz e militante da defesa das mulheres negras, se reporta à *liberdade do humor*, o que pode ser entendido como uma busca para isentar a responsabilidade sobre as mensagens que são publicitadas pela indústria midiática do país. E isto pode ser muito perigoso, pois acarreta a permissividade e aceitação da “naturalização” no tratamento preconceituoso atribuído a negros e negras. A atriz e poeta, na construção da sua posição, aborda as relações econômicas em interface com as questões raciais, uma vez que as artistas – não só atrizes, como também cantoras e muitos homens negros da mídia e da academia – saíram em defesa do seriado e do autor recorrendo ao argumento da benevolência do homem branco, que oportunizou emprego e renda para as “excluídas” atrizes negras.

Entretanto, a visão da benevolência do homem branco remonta ao processo de Colonialidade. Quijano (2010, p. 86) adverte, que o eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominadores do capitalismo

mundial, mas também integra um conjunto de educados sob sua hegemonia. De acordo com ele:

A “corporalidade” é o nível decisivo das relações de poder. Porque o “corpo” implica a “pessoa”, se se libertar o conceito de “corpo” das implicações mistificadoras ao antigo “dualismo” eurocêntrico, especialmente judaico-cristão (alma-corpo, psique-corpo, etc.). E isso é o que torna possível a “naturalização” das relações sociais. Na exploração é o “corpo” que é usado e consumido no trabalho e, na maior parte do mundo, na pobreza, na fome, na má nutrição, na doença. É o “corpo” o implicado no castigo, na repressão, nas torturas, nos massacres durante as lutas contra exploradores. (QUIJANO, 2010, p. 126).

O “corpo” da mulher negra se insere no contexto do poder, o que justifica as críticas e denúncias quando constatada esta violação nas relações sociais. E, para Quijano (2010, p. 125), no capitalismo eurocentrado, é sobre a base da “naturalização” da colonialidade do poder, que a cultura universal foi e continua a ser impregnada de mitologia e de mistificação na elaboração de fenômenos da realidade.

Na perspectiva apontada por Quijano (2010) para que os fenômenos da realidade sejam veiculados, o poder da mídia televisiva desempenha papel relevante, porém muito questionável, como se viu no aparecimento de intensas críticas quando o anúncio do seriado “*Sexo e as Nêgas*” foi ao ar. Repudiou-se a cultura do corpo-dominância-visão da mulher negra na cultura brasileira.

Por outro lado, na representação política, será necessário muito empenho para alcançar a equidade na ocupação dos cargos eletivos. Com a minirreforma eleitoral, em função da aprovação da Lei nº 12.034/2010, os partidos políticos deverão preencher um mínimo de 10% das vagas com candidaturas de mulheres (frisamos que não estamos falando de reserva para concorrer, mas sim de reserva de assento). Outro ponto importante desta reforma foi a destinação de, no mínimo, 5% de suas receitas para ações relacionadas à participação política das mulheres e à instituição de tempo mínimo de difusão em rádio e televisão para incentivar a igualdade de gênero e a participação das mulheres na política (BRASIL, 2015).

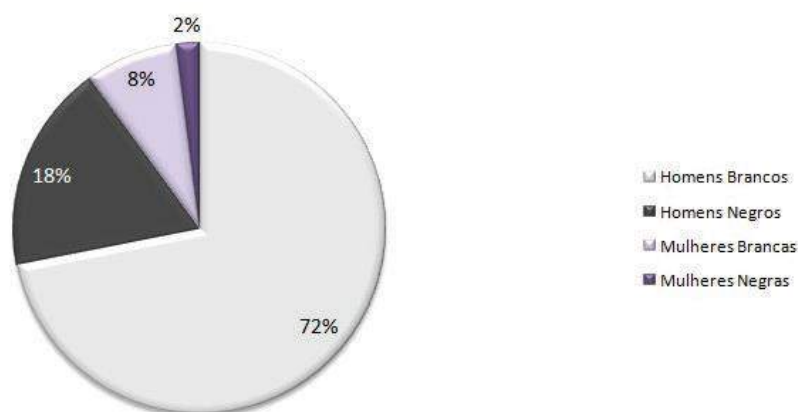
A mudança da acentuada sub-representação da mulher negra é imprescindível, pois o quadro de participação das mulheres na política é muito baixo. No entanto, paradoxalmente, o eleitorado brasileiro nas eleições de 2014 foi composto por 52,1% de mulheres e 47,9% de homens.

O gráfico 03, apresenta outro exemplo que confirma a falta de democracia na participação política. Homens brancos representam quase a totalidade das vagas de deputados federais, ou seja, 72%, enquanto os homens negros estão na ordem de 18%. As

mulheres, como se pode observar, correspondem a apenas 10% dos assentos, sendo que as mulheres brancas totalizam 8% e as mulheres negras, mais uma vez na base da pirâmide, são apenas 2% na Câmara Federal.

Os dados apresentados confirmam a agenda da militância negra que sempre apontou para a necessidade de ações do Estado brasileiro que modificassem a realidade do negro no país. As reivindicações são antigas e exemplificadas pela Declaração Final do I Congresso do Negro Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, em 1950, atestando que grande parte das recomendações, feitas há 55 anos, até a presente data, não foram realizadas em sua totalidade. Este fato levou Nascimento (1982, p. 09) a afirmar que os problemas apresentados, as questões levantadas, as propostas emitidas, continuam até hoje sem resposta e sem solução.

Gráfico 03 – Composição da Câmara Federal/Brasil, segundo sexo e raça (2014)



Fonte: TSE – Tribunal Superior Eleitoral (2014) -

Destarte a baixa observância para a situação de homens negros e mulheres negras, algumas políticas específicas vêm sendo implementadas nos últimos 33 anos, tais como: cotas raciais no acesso ao Ensino Superior; demarcação de terras quilombolas; estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Estatuto da Igualdade Racial; Programa de Atenção Integral à Saúde da População Negra e das Mulheres Negras.

Os avanços verificados foram motivados e influenciados pelas ações dos Movimentos Negros e dos Feminismos Negros, que, além de afirmarem suas identidades, denunciaram o racismo como entrave para o exercício de direitos humanos, sociais, econômicos e culturais. No entanto, o quadro atual ainda é desafiador, uma vez que a discriminação parece não perder o fôlego. São constantes as atitudes e conflitos

envolvendo racismo expresso, violência simbólica, física e psicológica que acompanham a vida da população negra, e cabe registrar que também aumentam as denúncias e as consternações presentes nas constantes reportagens e entrevistas pela mídia brasileira e internacional.

Segundo Dallari (2013, p. 304), o princípio da “igualdade de possibilidade” toma uma dimensão importante, pois os desníveis sociais profundos, mantidos em nome da liberdade, e a impossibilidade prática de acesso aos bens produzidos pela sociedade tornam impossíveis, para muitos, o próprio exercício dos direitos formalmente assegurados. Para ele, a concepção de igualdade como “igualdade de possibilidade” corrige essas distorções, pois admite a existência de relativas desigualdades, decorrentes da diferença de mérito individual, aferindo-se este por meio da contribuição de cada um à sociedade.

A sub-representação das mulheres negras não se limita aos cargos eletivos, no acesso aos empregos de maior remuneração, no caso, o público federal, essa realidade se confirma mais uma vez e será ilustrada a seguir, através de uma série de tabelas extraídas do estudo efetuado pela ENAP – Escola Nacional de Administração Pública (2014), estão em grande desvantagem no acesso aos cargos mais bem remunerados do país. São 26,4% diante dos 51,7% das mulheres brancas.

Quando é aferida a representação nos diferentes ministérios, os dados são tão surpreendentes quando verificados outros indicadores, sendo possível observar que as mulheres negras só estão em índices acima de 10% nos Ministérios das Cidades (11%), Cultura (14%), Defesa (13%), Desenvolvimento Agrário (13%), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (21%), Educação (11%), Fazenda (15%), Integração Nacional (14%), Meio Ambiente (11%), Pesca e Agricultura (14%), Planejamento, Orçamento e Gestão (12%), Saúde (13%) Trabalho e Emprego (13%) e Turismo (15%). Já Relações Exteriores (4%) e Ciência, Tecnologia e Inovação (6%) apresentam valores ínfimos. De forma ambígua, os maiores valores estão nas carreiras consideradas de baixo prestígio social que fazem parte do Ministério de Desenvolvimento Social, de acordo com o gráfico 04.

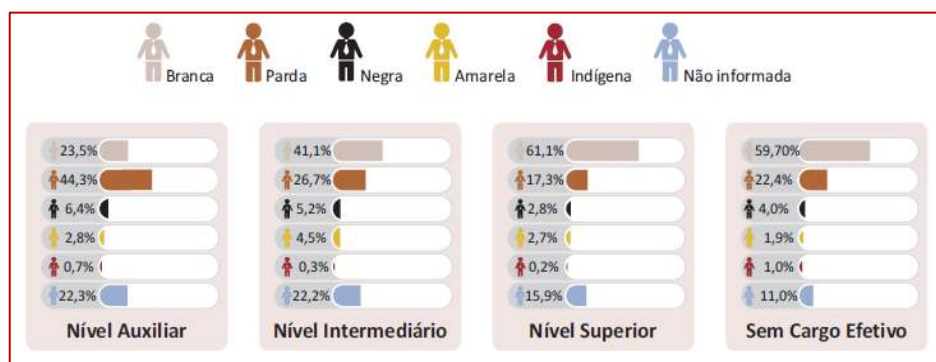
Gráfico 04 – Percentual de Mulheres no Poder Executivo, segundo Raça/Cor, por Órgão – 2014



Fonte: Siape (Extrator de Dados)/MP, junho de 2004 - Inclui Administração Direta, Autarquias e Fundações. As Secretarias com *status* de Ministério estão incluídas na Presidência da República.

No gráfico 05, a seguir, nota-se que a presença negra se acentua nos cargos de menor prestígio, o nível auxiliar totalizando 50,7% e no nível superior diminui um pouco mais, com o percentual de 31,9%. Ao chegar à análise para quem tem o nível superior a situação piora, porque somos apenas 20,1% e, por fim, os “sem cargo efetivo” somam 26,4% de mulheres negras.

Gráfico 05 – Distribuição por Raça/Cor – População Brasileira x Ocupantes de Cargos no Poder Executivo – 2014

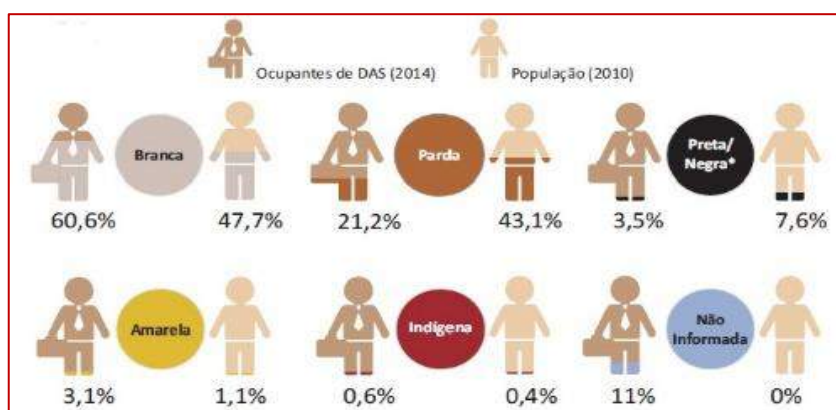


Fonte: Siape (Extrator de Dados)/MP, junho de 2004.

A categoria “Sem Cargo Efetivo” corresponde àqueles que não possuem informações de escolaridade do cargo cadastrado do Siape, porém são contratados como força de trabalho, nas seguintes situações: requisitado, nomeado para cargo de comissão, sem vínculo, natureza especial, requisitado de outros órgãos, requisitado militar, contrato temporário, exercício provisório, celetista/empregado, colaborador do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e de Instituição Científica e Tecnológicas e exercício conforme § 7º, art. 93 da Lei 8.112/90. (ENAP, 2014).

Acerca dos cargos comissionados são nomeações livres que não passam por concursos, os chamados QI (quem indica). As mulheres negras somam 24,7% ocupantes de DAS, em contrapartida, as mulheres brancas representam 60,6%, o que demonstra a preferência por um grupo racial em detrimento do outro.

Gráfico 06 – Distribuição por Raça/Cor – População Brasileira x Ocupantes de DAS⁶⁰



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e Siape/MP.

Os gráficos apresentados acima, confirmam a necessidade de ampliar o espaço às mulheres negras, uma vez que fica evidente a hegemonia branca nos espaços de decisão. É interessante registrar que, apesar do aumento do número de mulheres à frente de ministérios, após a eleição de Dilma Rousseff à Presidência da República em 2010, apenas sete ocuparam seus postos, correspondendo a quase 18% do primeiro escalão do Governo Federal, e apenas uma mulher negra, mesmo assim em uma pasta de orçamento irrisório e de baixo prestígio social, a SEPPIR – Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SPM, 2015, p. 44).

⁶⁰ Importante: A nomenclatura utilizada pelo Siape para raça/cor difere da utilizada pelo IBGE. O IBGE usa a nomenclatura “preta”, enquanto o Siape usa a nomenclatura “negra”. Cabe ressaltar isso pode causar certa confusão diante das diversas nomenclaturas utilizadas pelo IBGE e pelo Siape e do percentual consideravelmente alto da categoria “não informada” no Poder Executivo.

A situação ficou mais grave, uma vez que no atual governo brasileiro, no ato da nomeação do ministério, nenhuma mulher ou negro (a) foram alçados (as) ao cargo de ministro. A figura 15 é o registro desta crítica⁶¹:

Figura 15 – Governo Temer e a Branquidade Brasileira⁶²



Fonte: Mídia Ninja

A atual preocupação dos movimentos sociais está canalizada para a defesa das conquistas de políticas públicas que atuavam na mudança dos indicadores sociais que demonstravam o quadro desfavorável vividos por negros e negras no Brasil diante da constatada inexistência de igualdade de acesso aos bens produzidos.

O sistema político no país segue o modelo dos Estados modernos, o qual se estrutura na esfera do mundo público da produção e reprodução da cultura centrada no homem branco, uma vez que o racismo tem impedido e dificultado o pleno desenvolvimento e participação de homens e mulheres negras nos espaços de

⁶¹ Reportagem atenta para a falta de mulheres no governo Temer, porém a ausência de negros e negras causa a mesma indignação e desconforto. MIAZZO (2016).

⁶² A imagem é uma composição da foto que registra o presidente militar, Castelo Branco, assinando o AI – 2 em 27 de outubro de 1965, que composto por trinta e três artigos que estipularam o uso definitivo das eleições indiretas para presidente, a dissolução de todos os partidos que, a ampliação do número de ministros do Superior Tribunal Federal. Autorizou a cassação de mandatos parlamentares e a suspensão dos direitos políticos, acabou com o foro especial por prerrogativa de função, terminava com o subsídio dos vereadores a serem eleitos, estabelecia a paridade de salários entre os três poderes e criava a Justiça Federal. Além disso, ampliou os poderes do presidente ao determinar que o mesmo poderia decretar 180 dias de Estado de Sítio sem a aprovação prévia do Congresso Nacional. Paralelamente, os outros artigos autorizavam a intervenção nos cenários políticos estaduais, a demissão dos funcionários que não se adequassem ao novo governo e a emissão de decretos e complementos relacionados aos assuntos ligados à segurança nacional. Aproveitando desse último artifício, Castelo Branco decretou quais punições poderiam ser deferidas contra os que fossem acusados por crime político. Além disso, visando sustentar uma aparência democrática, o mesmo documento estabeleceu a oficialização do sistema bipartidário. De um lado, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) representando o governo. Do outro, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) compunha uma fraca oposição controlada. Adaptação do artigo de ROMANO (2015).

representação do país. Diante disso, o Feminismo Negro tem empreendido ações para aumentar a participação política das mulheres negras nos diferentes setores da estrutura governamental. Isso por que a presença de mulheres negras nos espaços de poder serve como indicador de mudanças no quadro das desigualdades entre os sexos e raça no âmbito da política. Essa mudança deve ser pautada no enfrentamento do patriarcado, do racismo e da concentração de renda. O sentido de nossa organização em movimentos sociais, movimentos autônomos de mulheres negras, se fundamenta na luta pela transformação social.

Tradicionalmente, o espaço reservado na sociedade para as mulheres em geral tem sido o da esfera do mundo privado, que se dá na reprodução, nos cuidados com a família, de crianças e idosos e da natureza, conseqüentemente gera ambigüidade, a representação das mulheres negras na representação político-partidária somos esmagadora minoria.

O racismo, portanto, incide sobre as mulheres negras e se manifesta, tanto nas relações no âmbito público como no privado. No entanto, existe uma reação que se caracteriza como um contramovimento diante da ordem dada e isso veremos a seguir no papel do feminismo negro e de suas ativistas.

III. 2. Percepções das Colaboradoras da Pesquisa

A inclusão pró-forma de mulheres negras nos estudos feministas e encontros profissionais assume aspectos desumanizantes. As mulheres negras são tratadas como uma caixa de bombons dada de presente para as mulheres brancas para prazer destas, que podem decidir para si mesmas e para as outras, quais os bombons são mais gostosos

(bell hooks)

Esta epígrafe pontua a importância da experiência no trabalho docente em sala de aula e serve para dimensionar esse ponto da tese, que parte da premissa de que as vozes das colaboradoras da pesquisa sobre o Feminismo Negro possibilitarão difundir a diversidade de percepções e socializar experiências singulares, como forma de ilustrar este conceito que ainda comporta inúmeras discussões.

Para Zélia Amador de Deus, *o feminismo negro é algo muito importante que a gente conseguiu sobretudo no processo de construção da III Conferência Mundial, porque o feminismo negro se empodera, se organiza melhor, tanto que a participação das mulheres negras brasileiras naquela Conferência e das mulheres da diáspora, foi*

importantíssima e foi marcante. Destaca que o processo preparatório da III Conferência acaba dando uma injeção de ânimo muito grande no feminismo negro, inclusive no processo preparatório, que vai surgir o conceito de interseccionalidade, porque só gênero é insuficiente para dar conta da nossa questão. Lélia Gonzalez já dizia que a gente sofria tripla discriminação: por ser mulher, por ser negra e por ser pobre. Então, só o conceito de gênero, que vai animar o feminismo branco, é insuficiente para nós, não vai dar conta de responder as questões das mulheres negras, que são muitas, que são as oprimidas das oprimidas. (DEUS, 2016).

O entusiasmo tomou conta de Bia Onça ao refletir sobre o feminismo negro e relatou: *conversando aqui com você, eu fiquei pensando sobre os grupos que participo hoje no Facebook e de como o feminismo negro avançou. Cita como exemplo sua prima, moradora de Seropédica (RJ), falando de feminismo negro. Ela está com um Black lindo e ela quer fazer Nutrição. Mas tem toda uma contradição, no sentido, de ser evangélica. Quando ela for para a faculdade, ela vai ver o que é. Porque ela já é inteligente, ela adora esse discurso de feminismo negro, mas ao mesmo tempo ela é evangélica.*

Eu sou feminista e agora estou no mestrado. Na 1ª aula do curso de mestrado, na semana passada, eu me coloquei como mulher negra feminista. Todo mundo ficou quieto, escutou, fizeram cara de paisagem. No final da aula uma menina branca veio e disse: "Ah, você se colocou como feminista, que legal". (ONÇA, 2016). Retruquei: "Não, como feminista negra". Aí ela: "Ah, porque eu sou de um grupo feminista e queria te convidar". Eu falei: "Beleza, anota meu e-mail aí e me manda o convite, aí eu vou ver". Essas brancas estão nos estudando... (ONÇA, 2016).

Importante ressaltar que a visão negativa sobre a autodeclaração como feminista negra está mudando, uma vez que tem muitas mulheres negras tem se apropriado deste conceito, além de estarem produzindo uma literatura específica de mulheres negras, por mulheres negras a exemplo da própria Onça (2016).

A colaboradora destacou que *tem muitos grupos, como o Enegrecendo o Feminismo, Feminismo Negro Interseccional, Feminismo Negro Puro.... Nesse momento, eu destaco que acho "o máximo!"* (risos), e então perguntei o que seria feminismo negro puro? Ela explicou:

As meninas alegam que é uma raiz. Porque algumas feministas negras não trabalham com a interseccionalidade. Eu gosto de trabalhar com grupos que trabalham com a interseccionalidade, com algumas autoras que trabalham assim... Eu tô falando do meio acadêmico em que você escolhe sua opção. Gosto das discussões sobre gênero, sobre

a população trans, sobre a perspectiva da mulher negra e sobre a questão do feminismo negro. Isso tudo. E se nós não pensarmos nessa perspectiva mais ampla, a gente vai ficar para trás. Não é verdade? Se a gente não pensar que um cara que fez uma operação, hoje ele é trans e tal. E se você falar "Não, você é homem", você está por fora. E eu falo de um campo que não é mais somente do Rio de Janeiro, é do Brasil. A rede social te dá isso, essa magnitude da coisa. Essa semana eu li sobre Negrilismo. Eu falei: "O que que é isso?". Esse termo eu não conheço. Uma menina, eu não sei se é do Pará, que está escrevendo sobre isto. Agora também tem a questão das Mulheristas e do Mulherismo Africano. (ONÇA, 2016).

A visão mais ampla que abarca a diversidade é hoje bastante verificada nos diferentes tipos de abordagens sobre o feminismo negro. Este fenômeno é uma grande evolução, se compararmos com o que acontecia nas décadas de 1970 e 1980. Considero que o Mulherismo⁶³ se aplica às mulheres africanas, tendo em vista a grande opressão que incide sobre os homens, em função das guerras e do pós-colonialismo, mas no Brasil, ainda é necessário construir uma aliança com o homem negro, uma vez que eles rivalizam com as mulheres negras a todo o tempo. Inclusive as críticas mais ácidas sobre a Marcha das Mulheres Negras 2015 não foram produzidas só por homens brancos, mas também por homens negros. Isto será refletido no Capítulo V, *Análise das Parcerias*, quando abordarei as relações estabelecidas com os Sindicatos, homens negros, mulheres brancas e partidos políticos.

Neste aspecto, Bia Onça destacou suas lembranças sobre essa relação com os homens negros: *Eu fico pensando [que] isso acontece também na minha geração, desde quando eu era criança! Queríamos falar e eles desqualificavam a nossa fala e colocavam a gente para ser secretária, limpar o chão. Outro aspecto destacado por Bia refere-se que o feminismo negro está causando muita porradaria no meio acadêmico e no meio social... Hoje as meninas negras, as meninas maiores de 18 anos, que estão entrando em uma universidade, estão se descobrindo enquanto mulheres negras e estão pegando o feminismo para elas. E isso para mim é foda, porque eu peguei para mim, entendeu? (ONÇA, 2016).*

⁶³ Atualmente, algumas subdivisões do Feminismo Negro têm sido construídas, tais como Mulherismo (sua origem é o Womanism de Alice Walker e ressignificado por feministas africanas); Feminismo de Favela, Feminismo de Periferia, Feminismo Quilombola, Feminismo Negro Interseccional (parece um pleonasma, uma vez que o feminismo negro é por definição interseccional). Mas, este aprofundamento será minha próxima produção, não sendo comportada nesta tese.

As reflexões de Cristiane Mare da Silva complementaram o que Bia Onça falou. Para ela, o feminismo negro *é essa coisa de você se ver como uma mulher negra, nessa condição da luta em torno dos nossos direitos. É também a percepção que você vai sofrer opressões, que não vai ser só racial, que não vai ser só de classe, né? São essas coisas que dialogam o tempo todo, só que ao mesmo tempo, quando você se vê desse modo, você é uma feminista negra. Como feminismo, o que te levou a isso são sofrimentos, né? Ou seja, são questões que são da esfera do privado. São essas questões que você vai ter que parar para pensar, como mulher. Pensar em como você foi tratada esse tempo todo, né? O que aconteceu no meu casamento, eu cheguei à conclusão que foi o de menos, aí eu vi que eu deveria tratar a pedofilia que sofri na infância. Tratar a questão de um aborto que eu tinha feito, e fiz sozinha - o cara tipo assim, finge que a questão não é com ele, né? Uma questão é quando você olha para suas amigas brancas e ver as diferenças... é você ter tido orientação durante a universidade ...e quando você passa a ver o que você não tem. Acho que o feminismo te dá isso, de ver o que você não tem, mas ao mesmo tempo você ganha toda uma comunidade, que é de muitas mulheres negras que vão te apoiar. A literatura, a música, a gente tem todo um alicerce cultural, que é muito grande que te dá uma base enorme e, quando você vai trabalhar com as mulheres que ainda se veem nesse diálogo, já tem toda essa estrutura para discutir a questão racial. Tem outras questões que você também tem que trabalhar, que tem a ver com a sua condição de gênero, que tem a ver com aquilo que você tem no meio das pernas, simples assim, né? Quando você compreende isso, vai ter que rever a sua vida, e rever a vida, provoca mudança que traz conflitos. Nem sempre, nós estamos dispostas a entrar nesses conflitos.* (SILVA, 2016).

Ao refletir sobre o trabalho, a colaboradora destacou: *A gente trabalhava, e tinha a questão estética, né? Daí surgiu o Afro Divas - que discutia a questão do cabelo, do turbante, das tranças. É importante dizer para as mulheres o quanto isso tudo é importante para as nossas vidas: a questão cultural, o empoderamento racial, a autoestima e como é imprescindível se sentirem seguras... A questão estética, não é só estética, ela é um empoderamento que também é político, né? Quando você ganha uma mulher para refletir sobre estas questões, você vai ganhar ela para tudo, e aí, ela vai virar uma outra metralhadora (risos). Isso é que foi acontecendo quando a gente marcava, pois também a gente via em São Paulo, no Rio, assim, Ah! Papo com as pretas, né? Aí vinha a questão do café, até porque as mulheres trabalham pra caramba, então também aquilo, tem que ser uma coisa gostosa, tem que ser uma coisa legal para elas. Então, no início era*

assim: a questão do café, do cabelo. A gente sempre pensou como vai trazer a mulher. (SILVA, 2016).

Maria Malcher resgatou sua participação política nos grupos de mulheres em Santa Cruz das Barreiras: *O clube de mães que participava era diferente do movimento que eu participo hoje. Era mais ligado à igreja, às questões sociais, sua função era a de entender a pobreza, a caridade, o assistencialismo. Na universidade eu comecei a estudar, ler uma coisa ou outra. Na universidade eu consegui um texto sobre quilombos, de Neuza Maria Gusmão, hoje ela não escreve mais sobre quilombo, escreve sobre africanidade, mas tem uns artigos dela que já traz essa questão de posicionamento, ela é feminista, mas não traz o feminismo negro. Os textos da Beatriz do Nascimento... foi por essa via da questão quilombola, e também fui buscar textos para entender essa temática. Encontrei autoras como Lélia Gonzalez e as publicações do CEDENPA, que sempre tem alguma coisa de empoderamento de gênero, então foi a partir dessas leituras que comecei a refletir sobre tudo isso. Eu não participei de nenhum grupo específico, nunca tinha participado de nenhum grupo específico sobre feminismo negro, nem um debate específico, mas, assim, a partir de entender essa questão quilombola, eu sempre priorizei ler um texto e também a questão afro-religiosa, de entender, né, essa questão de orixás, a questão religiosa, sempre acabava que eu lia um texto com essa compreensão. (MALCHER, 2016).*

Diferentes contextos molduram o feminismo negro atualmente no Brasil, e Maria Malcher trouxe a experiência do espaço rural quando foi convidada para realizar uma palestra: *Uma colega lá pediu para que falasse sobre feminismo negro, no Congresso Nacional de Agroecologia. Falei o que era o feminismo negro no contexto rural, porque não falo do feminismo negro no contexto urbano. Sou uma mulher periférica em transição, a minha relação é muito forte com o rural ainda e na minha vida. Eu não quero morar no rural, mas eu sempre quero me aproximar dessa questão agrária, a cada dia mais, segurança alimentar. Mesmo morando aqui em Belém, meu doutorado é sobre isso, onde tem saúde eu quero ir para lá, pensar a questão do campo, lá no campo, lá no espaço agrário. (MALCHER, 2016).*

Refleti com elas sobre a demarcação de fronteira entre o feminismo negro e o feminismo branco, enfatizando que não era aquela coisa de cada uma se colocar “no seu lugar”, mas que cada uma saiba de qual lugar estava falando. O feminismo negro traz isso para a gente, uma vez que o patriarcado incide distintamente sobre as mulheres negras e, enquanto o racismo e a pobreza, também produzem marcas independentes do lugar que se

mora. Existe também uma grande diferença entre as mulheres negras também das cidades – umas com as outras –, entre as do meio rural ou quilombola.

Valéria Porto enriqueceu o debate sobre os novos feminismos negros. Perguntei o que ela considerava como o ponto de inflexão ou um ponto importante em seu ativismo no feminismo negro: *Desde muito cedo eu via as dificuldades. Vim de uma família simples, humilde, mas a gente nunca passou fome por causa da agricultura, da pesca, mas era tudo muito simples. Eu via ali a casa de taipa, a gente mal tinha uma cama razoável para dormir. Eu sempre dizia para minha mãe: "Mãe, eu vou estudar, um dia eu vou estudar. Eu me lembro, por volta de oito anos, eu dizia: 'Mãe eu vou estudar, um dia eu vou ajudar a senhora a construir uma casa'. Eu via com meus 10 anos de idade algumas coisas que eu não me conformava. Eu via homens gritando com mulheres, homens chegando bêbados em casa, homens que não respeitavam a companheira, homens traindo, casos de traições. E eu comecei a fazer uma avaliação, que talvez eu conseguisse não ser uma daquelas mulheres, que eu poderia futuramente ser uma mulher diferente daquelas. Quando eu passei de fato a militar, passei a entender a necessidade de ir para o enfrentamento, de reivindicar direitos. Nesse momento eu formalizei, de uma vez por todas, a necessidade de sair daquela zona, que acha que é conforto, e ir para o conflito, ir para o campo de conflito para se ter direitos, ou pelo menos, para reivindicar direitos negados. Eu penso assim, o que me levou para essa questão do feminismo, foi o fato de querer crescer, querer procurar alternativas para não ter que ser igual àquelas mulheres e, também para adquirir conhecimento, para ter uma profissão e para poder ajudar minha mãe, eu via muito essa coisa de ajudar a minha mãe, ajudar minha mãe... (PORTO, 2016).*

Em seguida queria saber o que a tinha motivado a começar a militância: *Eu vejo como ponto principal o fato de ser quilombola. Eu me deparei com a situação onde as pessoas, estavam lutando, brigando pelo reconhecimento de terras. Eu comecei a entender que se a gente não militasse, que se a gente não lutasse, a gente não teria a área. Hoje eu sou quilombola, essas terras são minhas e do meu povo, a gente tem que enfrentar os fazendeiros para que a gente possa garantir. E, assim, eu já estava meio que envolvida no processo. Então, assim, eu comecei essa militância, justamente, a partir do momento que eu tive esse entendimento e a questão do feminismo se inseriu posteriormente a isso. Primeiro foi a luta pela terra, de querer ser diferente. Quando eu entrei na militância eu já tinha esse sentimento comigo, de querer ser diferente. Então eu não queria ser, ser mais uma mulher mandada pelo homem, ou que o homem chegasse gritando e eu tivesse que obedecer. Então, assim, eu faço uma junção. Eu faço uma junção disso assim, da*

militância, da discussão pela luta, pela terra, pelo direito à moradia, pelo direito à saúde e tal. Lá por volta de 10 anos eu já conseguia visualizar isso: Poxa, isso não é legal, isso não é bacana. Então, assim, eu não sabia o que é que era, ninguém me disse, eu não vi isso na escola, assim como eu não vi a minha própria história na escola, não me vi lá, porque nunca se teve educação contextualizada nesse país. (PORTO, 2016).

Falei para Valéria que esta situação da falta de contextualização na educação não encontra um ponto final, pois se continua brigando até hoje. E minhas visitas à Pau D'Arco, à Parateca e outras comunidades quilombolas da região, constatei que as mulheres quilombolas ainda não têm acesso a muitos direitos e que o feminismo negro pode emergir como uma força política, como uma expressão de mulheres no sentido de estar exercitando o poder de interferir, de mudar, de transformar e formular políticas. Pois, entendia o feminismo negro como um poder de formulação de ações, de políticas de intervenções e de mudanças de paradigmas sociais, em relação às diferentes formas de discriminação e, também, como enfrentamento à ideologia heteronormativa.

Valéria Porto começou a imaginar uma nova frente de atuação política em torno de feminismo negro, e dividiu comigo suas inquietações: *Me fez pensar aqui em algumas questões, você trouxe aí umas questões como começar a cobrar porque não tem participação nas decisões. Por exemplo, pegar o município de Malhada, começar a pautar e analisar, qual o nível de participação das mulheres quilombolas.* (PORTO, 2016). Vejo que, de fato, ela tem razão, percebo que a cobrança deve ser, não só quanto à participação nas atividades, mas, também, quanto ao nível de representação. Como, por exemplo, saber qual o cargo que a mulher quilombola ocupa na prefeitura e nas instituições de classe. Um outro ponto interessante, seria tentar mapear o quantitativo de mulheres quilombolas que estão nomeadas em cargos públicos comissionados e o nível dos mesmos, para então estartar algumas ações políticas.

Valéria me informou sobre a ausência das mulheres quilombolas nesses espaços e completou: *Eu já vi várias mulheres negras ocupando alguns espaços na sede no Município de Malhada, ocupando cargos importantes, mas eu nunca vi nenhuma mulher quilombola. Eu já vi algumas mulheres, como as que conseguiram se eleger e estavam lá no Legislativo do município, mas eu nunca vi uma mulher quilombola. Mas, é justamente isso, a minha indignação, essa questão da mulher quilombola, do feminismo quilombola. A gente não consegue participar dos processos de intervenções, a gente de fato não tem representatividade. A gente falou de minha filha hoje, tem mais de 15 anos e tal. Ela falou que a gente briga muito, é justamente por isso, porque eu falo: “Você não deveria estar na*

comunidade não, você deveria estar em Malhada, tudo bem-estar na comunidade, finais de semana e tal, mas você deveria estar lá, no Município de Malhada, na sede do município representando e se representar enquanto mulher”! No entanto, ela não consegue sair da comunidade, porque as pessoas que ela apoiou e que eu também apoiei, não a veem como alguém capaz o suficiente, pois ela só pode ocupar o cargo lá no quilombo dela, e olhe lá, lá no quilombo. (PORTO, 2016).

Perguntei à Valéria quais seriam as diferenças entre o feminismo negro e o feminismo quilombola. E, depois de muitas tentativas para me convencer, ela explicou que, *de fato foi muito bacana a nossa conversa sobre o feminismo quilombola, eu vou pesquisar, eu vou trazer e eu vou pontuar, vou pontuar sim. (PORTO, 2016).*

Valéria continuou sua reflexão sobre a ausência de mulheres negras quilombolas ocupando espaços de decisão política e completou: *Porque a gente não consegue se ver lá, como mulher quilombola e, porque a gente consegue ver as outras? E assim, ver principalmente as brancas. Porque que Valéria não pode ir para uma Secretaria de Agricultura? E por que Valéria não pode nem assumir a Diretoria Quilombola, que poderia ser específica para atender as demandas dessas comunidades? Por que que as comunidades quilombolas - dizem o tempo todo aí que tem prioridade para as áreas -, e a gente não tem uma pasta específica para educação quilombola? Então, assim, qual o nível de importância que essas mulheres quilombolas têm para organização, para as decisões políticas, para as ações do município como um todo? (PORTO, 2016).*

Com esta exposição de Valéria fiquei muito mais curiosa sobre o feminismo quilombola. Na palestra que fiz nas comunidades Pau D’Arco e Parateca, vi muitas mulheres na atividade: mulheres negras, mulheres não negras, algumas brancas, poucas, pouquíssimas. Vi apenas uma indígena. Valeria falou que ela era da pós-graduação, mas não morava em uma comunidade quilombola. Ela me disse que havia mulheres lá que não eram quilombolas. E, fiquei com inúmeras indagações: Essas mulheres brancas pensam o papel da mulher dentro do quilombo da mesma forma que as mulheres negras? As mulheres brancas quilombolas têm mais privilégios do que as mulheres negras quilombolas? E, Valéria falou que não conseguia ver diferenças dentro da própria comunidade e, a mesma resposta, foi dada a mesma resposta quando perguntei sobre a percepção para fora da comunidade, com os políticos, por exemplo. E diante desta constatação, falei que essas questões são importantes para conceituar o feminismo quilombola e, quando ela responder às indagações, poderá formular o conceito para sua

nova categoria. Todavia, está posto mais uma derivação do feminismo negro, que é o feminismo negro quilombola.

Já para Nilma Bentes, *a rigor, parece que o feminismo me alcançou porque, quando eu era jovem, o feminismo era mais ou menos o que hoje é considerado “feminismo”, ou seja, o contrário do machismo, e não o que é hoje, uma proposta ampla, igualitária, não é a de colocar a mulher acima (como era divulgado naquela época), e sim buscar a equidade; hoje isso está mais nítido, mas ainda há discussões sobre diferença entre “feminismo” e “movimento de mulheres”*. (BENTES, 2016).

As escritas de Maria Amália de Almeida Teles (1999) contribuem para se refletir sobre a distinção entre movimento de mulheres e movimento feminista:

A expressão “movimento de mulheres” significa ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e trabalho. Quanto ao “movimento feminista” refere-se às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua própria história. (TELES, 1999, p. 12).

No depoimento de Nilma, o feminismo negro é tratado como feminismo de uma forma geral, não utiliza a categoria feminismo negro. No entanto, para Iêda Leal, existem muitos elementos para se delinear a fronteira entre o feminismo branco e o feminismo negro. Falou sobre o seu rompimento com a militância no feminismo e da sua migração para o movimento de mulheres negras. Para ela, *é tudo tão próximo, eu não sei separar. Eu acho que o feminismo negro para mim, o meu feminismo, nasceu por conta dessas atuações da mulher negra e acho que a gente tem que reafirmar esse feminismo negro para a gente fazer o debate com essas feministas brancas*. (LEAL, 2016).

Quando eu fui para o Encontro das Mulheres Negras, em Valença, eu era uma menina com uma esperança e eu vi coisas que eu estava certa, assim, nós temos que romper, nós sofremos, nós estamos sofrendo, e essa violência não é de agora. Não foi em 1938, 1940. E aí, isso saiu da boca de outras mulheres falando da dificuldade da gente sobreviver, dessa vontade das pessoas de nos eliminar, eliminar mesmo a mulher negra, eliminar, a mulher negra tem que ser invisível mesmo, é de “engole o choro”, de servir de objeto para saciar a fome do homem branco. Eu escutava isso, mas não sabia o grau da minha... eu fiquei muito indignada, que às vezes eu achava que era meio que natural: nossa é mesmo, a mulher falava assim: tinha orgulho de ser ama-de-leite. O que é ser ama-de-leite para uma mulher negra? É perder a sua identidade, é dar vida para uma outra vida e perder seu filho! (LEAL, 2016).

E, Iêda Leal vê *todo esse processo com muita humildade. E, quando nós pensamos a Marcha das Mulheres Negras, nós sabíamos alguma coisa, mas não sabíamos de tudo e a organização das mulheres negras no Brasil surpreendeu e nós precisamos contar a história dessas mulheres negras que estão por aí fazendo história. Nós não temos! Para mim, o que é que eu faço agora com aquilo? Porque tem organização de mulheres negras de tudo quanto é jeito, de tudo.* (LEAL, 2016).

Na oportunidade, dividi com Iêda minhas experiências as mulheres negras que estava entrevistando. Conteí um pouco da minha ida à comunidade quilombola de Pau D'Arco e Parateca, meu encontro com Valéria Porto de 28 anos e, em função dela ter feito uma agenda cheia para mim, com casamento, palestra.... Lá, eu era um ser sem nenhum domínio sobre mim, estava sendo levada sem nenhum comando próprio. Disse que ela trouxe um conceito novo, o de Feminismo Negro Quilombola, argumentei que, diante do novo conceito que ela elaborou durante a entrevista, quais seriam as fronteiras que demarcariam o feminismo negro do feminismo quilombola, uma vez que maioria das mulheres que residem em comunidades de remanescentes de quilombos são negras. Como ela apresentou apenas as bandeiras de políticas públicas, a desafiei a refletir, uma vez que a novidade despertou em mim grande interesse e curiosidade, para a necessidade de fazer uma nova leitura sobre o feminismo negro. Atualmente, tem surgido outras definições de feminismo por mulheres de favelas, periferia, dos guetos etc.

Iêda perguntou o que seria o feminismo quilombola e justificou sua surpresa tendo em vista que *a gente fica separando tudo. Eu me lembro que teve uma época que fomos trabalhar com os quilombolas, que eles queriam ser quilombolas e não movimento negro. Na minha concepção, do que eu aprendi, tudo que se movimenta, nós somos quilombolas, nós somos mulheres negras, nós somos de terreiro.... Nós não somos Movimento Negro? Eles falaram que não. Mas, qual era a discussão? Para eu ser do Movimento Negro, era uma discussão muito rasa, tinha vagas, mas se eu for do quilombo, aí se eu for das mulheres, se eu for dos terreiros. Começou uma coisa assim, para ocupação de poder.* (LEAL, 2016).

Falei para Iêda que eu considerei essa lógica interessante e ela, assertivamente, continuou: *aí vai na vaga do quilombo. Ué, mas a vaga do quilombo é do Movimento Negro, não é? Não, é outra coisa! Então eu disse assim: Gente, nós vamos nos perder. Nós vamos nos perder nessa história. Você sabe que eu estou refletindo agora? O que é esse feminismo quilombola?* (LEAL, 2016).

Entretanto, Iêda retomou seu pensamento acerca do feminismo negro e disse: *Olha, me levar para uma viagem internacional e me colocar uniforme de babá, ah, gente! Falei que eu quando fui babá não quis usar uniforme de babá. Iêda fala da prima que trabalha em São Paulo que quando liga para ela pede a quem a atende, para falar com a Rosileia, não, não tem ninguém com esse nome aqui. Eu falo: tem sim, esse número aí é Rosileia, está escrito aqui. Não, não tem. Tem sim, uma moça que trabalha aí olhando as crianças. Ah! Você quer falar com a bá? Você perdeu a identidade. Agora eu tenho que saber o que é isso. Se esse movimento que eu faço é um feminismo negro, é o que eu posso chamar disso? O que é o feminismo quilombola?* (LEAL, 2016).

Refleti que estamos vivendo a era das especificidades, pois enquanto feministas negras, vamos “perder” parte da militância para essas novas denominações de feminismo negro. Entre nós, concordamos que, de fato, é o ciúme, nosso lamento porque as mulheres quilombolas, mulheres de favelas vão se separar. É uma época das identidades. O desafio é trabalhar e se preparar para esta fase das identidades, pois somos diversas. Não basta sermos mulheres negras e, segundo Bauman (2005, p. 91), a construção da identidade assumiu a forma de uma experimentação infundável.

Assim, as realidades diferentes provocam agregações e identidades também diferentes. A mulher negra das comunidades quilombolas, por exemplo, não tem mobilidade plena. Uma moradora de Parateca, Ninha Acotirene, não foi ao casamento de Leiliane Borges de Almeida, organizadora da Marcha das Mulheres Negras 2015, pois o motorista da Van que a levaria, bebeu muito, dormiu e não foi buscá-la. Diferente de outras mulheres que podem pegar seus carros e irem aonde quiserem, outras não têm mobilidade. Tem mulheres que estão lutando pela questão da agroecologia, mas a gente não luta por agroecologia! Digo que estamos, sim, comendo transgênicos demasiadamente e nem questionamos, nem olhamos o rótulo ou a embalagem. Compramos pela beleza, porque passa na televisão. Eu não faço isso, mas é assim que funciona.

Iêda ficou mais inquieta ainda, e comentou: *Eu acho que a sua tese e essas conversas, nos obriga a ter que sentar e discutir feminismo negro! Eu estou pensando que a gente vai ter que discutir isso.* Considerei a proposta de Iêda maravilhosa e entendo que temos que discutir profundamente isso e sugeri que façamos um Seminário, na perspectiva da educação, para que possamos reunir outras mulheres que sentem a mesma necessidade epistemológica. Ela continua: *Nossa, eu falei assim, acho isso tão importante, gosto de saber que tem negros estudando negros, fazendo teses com um outro olhar, sabe? Tem que ir lá para dentro ajudar os outros a fazer.* (LEAL, 2016).

Tentando repensar na questão de sua autodenominação, Iêda se definiu como feminista negra, ela resumiu dizendo que *eu não tenho como fugir disso, tem esse movimento. Agora, o que você trouxe para mim é, o que é o feminismo negro? Como é que está se comportando? É a coisa da identidade. Nós vamos desenvolver esse olhar: existem outras mulheres que são negras e que também são feministas.* (LEAL, 2016).

Corroborei o pensamento de Iêda Leal tendo em vista que a mulher urbana tem uma demanda, a rural tem outra e a quilombola, outra. Iêda disse que quer discutir com Carmem⁶⁴ no Fórum da CUT, sobre as mulheres negras das Margaridas, pretende saber *qual é a pauta dessas mulheres e completou: E Carmem falou que ela também quer fazer isso. Elas são rurais e são negras, elas vêm na rabeira e só as mulheres brancas falam. E nós? Pronto, já está escrito lá que nós vamos discutir. A gente coloca cem mil mulheres na Marcha das Margaridas⁶⁵ com uma pauta para a presidente da República, como entregamos da outra vez, e a questão racial ficou aonde? A visibilidade dessas mulheres? Lembrei à Iêda da líder quilombola, Francisca Chagas Silva, de 34 anos, que foi estuprada e assassinada no dia 01 fevereiro de 2016, em Miranda do Norte, município do estado do Maranhão. Ela disse que é por isso que as rurais terão que discutir. E completou: *Por isso é importante discutir, lá dentro da direção da CUT. Eles vão dizer assim: “não aguentamos vocês mais”. Nós somos mais de 60% de negros na CUT, então nós queremos o poder, uai! Gostei, nós vamos fazer isso!* (LEAL, 2016). Sobre este aspecto da entrevista, Foucault (2010, p. 26) ressalta que o indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constitui.*

⁶⁴ Carmen Helena Ferreira Foro. Em 2006 assumiu a vice-presidência da CUT, e mais uma vez cumprindo ciclos e avançando sempre, tornou-se a primeira mulher, e além, a primeira filha do campo e da Amazônia, a presidir interinamente por 10 dias uma central de trabalhadores na história do Brasil. De 2009 a 2012 foi a primeira dirigente a assumir a recém-criada Secretaria de Meio Ambiente da CUT, idealizando um modelo de desenvolvimento humano que possa ser sustentável e solidário. Atualmente, reeleita consecutivamente vice-presidenta da CUT, continua sua história de lutas pela categoria trabalhadora do Brasil. Disponível em: <http://www.cut.org.br/secretarias/vice-presidencia-97f5/>. Acesso em 09 de mai. De 2016.

⁶⁵ “Mais sobre a Marcha: criada há quinze anos, a Marcha das Margaridas é um movimento feminista das mulheres do campo e da floresta, batizado em homenagem Margarida Maria Alves, líder sindical que morreu assassinada, em 1983, por defender os direitos das mulheres rurais. Desde 2000, muitas conquistas já foram alcançadas. Em 2003, a Marcha das Margaridas reuniu 50 mil mulheres, mais de 70 mil em 2007 e cerca de cem mil em 2011. O evento já faz parte da agenda do país e o governo federal recebe, avalia e responde as reivindicações das mulheres”. (FERREIRA, 2015). Disponível em <http://entretenimento.r7.com/mulher/marcha-das-margaridas-livro-eterniza-luta-e-beleza-em-fotos-22072015>. Acesso em: 27 de fev. de 2016.

Percebi que esta tese estava abrindo possibilidades de novas parcerias e compromissos. Segundo Iêda, a Marcha das Mulheres Negras 2015 propiciou o nosso retorno, para avançar ainda mais. Ela questionou a frase “Uma Sobe e Puxa a Outra” usada por algumas ativistas do movimento de mulheres negras e disse ser uma retórica, uma vez que não se verificava esta solidariedade na prática. Afirmou que *a frase certa seria “Uma Sobe e Empurra a Outra”*. Rimos um pouco com o trocadilho e falei que, para mim, a frase que exemplifica o que ocorre nas relações pessoais e políticas entre mulheres negras seria: “Uma Sobe e Puxa a Outra para Baixo”. Mas Iêda disse acreditar que *devemos mudar isso*, no que eu concordo. No entanto, o comportamento negativo de uma ou de outra, não é uma regra geral. Têm muitas mulheres negras que, de fato, têm potencializado outras companheiras em situações diversas. Iêda reforçou este argumento e falou que *temos que ter de fato esta prática*.

Como a entrevista com Iêda foi no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, compareci à atividade que a CUT organizou tendo Iêda e outras mulheres liderando o ato no Centro de Goiânia (GO). Lá, conheci o grupo Batuque Feminista e *eu via gente mais velha, gente mais nova, a menina que subiu e falou assim: “Eu sou médica formada em Cuba”. Quase tive um treco. Então, como é que eu vou poder fazer alguma coisa que as decepcionem?* (LEAL, 2016).

Comentei com Iêda sobre o Coletivo de Meninas Black Power da PUC-Rio, que tem desenvolvido ações, como o I Seminário Internacional Encrespando, de 03 a 05 de novembro 2015, sob a coordenação geral da Professora Dr^a Thula Rafaela de Oliveira Pires e se preparam para a segunda versão do evento.

Iêda, mais uma vez, quis se posicionar em relação ao feminismo negro: *Olha, do fundo do meu coração, eu sou uma mulher negra feminista? Eu acho mais palatável assim, não ser feminista, mas feminismo negro me seduz mais. Eu acho que eu me coloco muito mais..., mas eu acho que eu me coloco como mulher negra, mas tem a coisa do feminismo. Ah, eu quero discutir mais isso! Eu quero dizer com propriedade: eu sou uma feminista negra! Eu acho que você veio mexer mais com a gente! Vamos reunir todas as entrevistadas. Olha, vamos conversar com a Rosalia sobre ser feminista...* [muitos risos]. (LEAL, 2016).

A indagação de Iêda Leal tem relação direta com a reflexão feita por Bentes (2016) anteriormente e, sem dúvida alguma, Iêda Leal é feminista negra e o que é mais fascinante, é o caráter surpreendente destas entrevistas, que demonstra a riqueza que circula na

autodenominação de ser uma feminista negra, e, ao mesmo tempo, abre inúmeras possibilidades de debates e estudos para o aprofundamento do tema.

As políticas públicas que incidem sobre as mulheres negras será nosso próximo ponto de abordagem.

III. 3. Os Feminismos Negros: reações aos sistemas de opressões

Enquanto muitos homens negros ativistas políticos simpatizavam com a causa da defesa dos direitos das mulheres, eles não queriam perder a sua própria oportunidade de ganhar o voto. As mulheres negras foram colocadas num duplo dilema; ao apoiarem o sufrágio feminino implicava que elas estavam a aliar-se às mulheres brancas ativistas que tinham publicamente revelado o seu racismo, mas ao apoiarem apenas o sufrágio do homem negro estavam a endossar a ordem social patriarcal que não iria conceder-lhes nenhuma voz política. Sojourner Truth foi a que mais abertamente se pronunciou sobre este assunto. Ela argumentou publicamente a favor das mulheres ganharem o voto e enfatizou que sem este direito as mulheres negras teriam de se submeter à vontade dos homens negros. O seu famoso discurso, “há uma grande agitação sobre os homens negros terem os seus direitos, mas nem uma palavra sobre as mulheres negras; e se os homens negros tiverem os seus direitos, e não as suas mulheres negras, vocês verão os homens negros serem donos das mulheres, e será tão mau como foi até então”, lembrou ao público americano que a opressão sexista era uma ameaça real à liberdade das mulheres negras tal como a opressão racial. Mas apesar dos protestos das mulheres ativistas brancas e negras, aconteceu o dia em que os homens negros receberam o voto.

(bell hooks)

O resgate das primeiras sinalizações para a construção do conceito de Feminismo Negro encontra a vida e a *herstória*⁶⁶ das mulheres negras norte-americanas, como já mencionado na fala de Iêda Leal (2016) ao citar o filme *Histórias Cruzadas* aqui nesse estudo. Vivências, como estas, ocorreram em diferentes partes do mundo, não só devido à diáspora africana provocando o encontro das mulheres negras contra as forças de opressão, como na realidade vivida pelas mulheres africanas. Entretanto, nem toda a produção chegou ao conhecimento público de modo universal, uma vez que a oralidade e a exclusão no acesso à educação impediram seu escoamento, para além das barreiras de fundo linguístico. Fatores que foram determinantes para tal situação.

⁶⁶ June Sochen destaca “el androcentrismo de la disciplina histórica a través de la descomposición de history: his- (su de él) e -story (historia): historia del varón, tal y como denunciaron las feministas de los años sesenta y setenta. Historia de la mujer, como forma de reclamar una narrativa propia y exigir que la historia de las mujeres fuera incluida en la Historia oficial” (JABARDO VELASCO, 2012, p. 210-211).

Trazer bell hooks para a epígrafe deste item significa dar luz a mais um testemunho das experiências das mulheres negras em diáspora. A intenção não é falar acerca da produção de um segmento de um país que exerce hegemonia sobre os demais ou que exerce o domínio no campo intelectual sobre os países de Terceiro Mundo, ou em Desenvolvimento. É também, perceber que, sem dúvida alguma, esta hegemonia se estende ao domínio econômico, político, geopolítica, “modelo de cultura”, dentre outros. O que se pretende, de fato, é refletir sobre as experiências de mulheres negras que viveram à margem do poder e de representação, que foram subjugadas ao longo de suas vidas, sofreram a exploração em suas próprias peles, quando tentaram invisibilizá-las em diferentes partes do mundo.

A primeira mulher que se destacou publicamente e que causou grande impacto, quanto ao enfrentamento ao racismo e ao sexismo norte-americanos, não só em função da época em que o fato ocorreu, mas também por denunciar publicamente e de forma impactante o conjunto de confluências de opressões que poderiam lhes fazer calar a voz, foi Sojourner Truth. [Figura 16]. Nascida em 1797, sob o nome de Isabella Betsey, em condição de escravidão e depois se tornou empregada doméstica. Esta mulher negra impôs sua fala durante o II National Convention on Women’s Rights, em 1852⁶⁷, em Worcester, Massachusetts.

Mais de cem anos se passaram desde o dia em que Sojourner Truth ficou perante uma assembleia de mulheres brancas e de homens numa reunião anti-escravatura no Indiana e expôs os seus seios para provar que era de facto uma mulher. Para Sojourner, que viajou na longa estrada da escravatura até à liberdade, expor os seus seios era de pequena importância. Ela olhou a audiência sem medo, sem vergonha, orgulhosa de ter nascido negra e mulher. No entanto, o homem branco que gritou a Sojourner, “Eu não acredito que tu sejas realmente uma mulher”, não sabendo deu voz ao desprezo e desrespeito pela natureza feminina negra. Aos olhos do público branco do século XIX, a mulher negra era uma criatura sem valor para o título de mulher; era meramente a propriedade de alguém, uma coisa, um animal. Quando Sojourner Truth ficou de pé perante a Segunda Conferência Anual do Movimento do Direito de Mulheres em Akron, Ohio, em 1852, as mulheres brancas que acreditaram desadequado que uma mulher negra falasse na sua presença, numa plataforma pública gritaram: “Não a deixem falar! Não a deixem falar! Não a deixem falar!” Sojourner aguentou os seus protestos e tornou-se uma das primeiras feministas a chamar a atenção para o destino da mulher negra escrava que, forçada pela circunstância de trabalhar lado

⁶⁷ O registro do ano de 1852 do discurso de Sojourner Truth entra em conflito com outras fontes, uma vez que em DAVIS (2013, p. 49) registra-se o ano de 1851, assim como outras que foram consultadas. No entanto, adotarei o ano de 1851, mesmo que a pesquisadora Jabardo Velasco (2012) em “Feminismos Negros: Uma Antologia”, também se reporta às duas datas, o que considero ser um equívoco de digitação. Disponível em: <https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Feminismos%20negros-TdS.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

a lado com os homens negros, era uma viva personificação da verdade que as mulheres podiam ser iguais aos homens no trabalho. (HOOKS, 2014, p. 115).

Este episódio demarca o acirramento em torno do direito ao voto. Sojourner era sufragista, abolicionista e feminista negra. O seu discurso resgatado com o passar dos tempos traz um amplo leque de críticas às diferenças na condição feminina sobredeterminada pela raça, classe social da sociedade americana, que influenciou inúmeras feministas negras por seu conteúdo realista e pontual quanto às reivindicações das mulheres negras:

No está bien. Ahora es el momento de hacer una firme demanda por el derecho de las mujeres. Qué hermoso será cuando podamos ver a mujeres sentadas como abogadas y juezas. Vemos a pobres mujeres que vienen a ser juzgadas por hombres. Si vamos a ser juzgadas por hombres, ¿por qué no podemos formar parte del asunto y juzgarles a ellos también? Cuando una pobre mujer está frente al juez, a veces el hombre que la mira desde arriba tiene la nariz roja como un cigarro encendido. [Carcajadas] Ninguna mujer se atreve a hablar en su defensa. Le hacen ciertas preguntas para divertirse y ninguna mujer dice nada. Los hombres no tienen toda la autoridad. Yo quiero a mujeres en su lugar. [Carcajadas] Ellas sabrían qué preguntar y qué decir, cosa que los hombres no saben, porque yo he estado de pie, escuchando, y he visto a las pobres mujeres marcharse y los hombres reírse: «Je, je, je». [Risitas] (TRUTH, 2012, p. 64).

Esta é uma parte do discurso que Sojourner fez no primeiro aniversário de Associação Americana para a Igualdade de Direitos, em 21 de junho de 1851 e a grande história desta mulher que aos 80 anos reafirmou sua luta por direitos iguais, quando o sistema patriarcal e racista tentava cercear tantas vidas. Seu depoimento é um legado para todas as feministas negras em diáspora e finalizo sua contribuição com outro trecho de seu discurso:

Ya llevo aquí ochenta años —que es tiempo suficiente para cualquiera. Hay una gran cantidad de trabajo por hacer, así que voy a tener que quedarme. Yo fui esclava durante cuarenta años y he sido libre durante otros cuarenta, y me gustaría vivir otros cuarenta si pudiera conseguir igualdad de derechos. (TRUTH, 2012, p. 64).

Figura 16 – Pioneiras do Feminismo Negro Norte-americano – Sojourner Truth



Fonte: <http://www.blackpast.org/aah/truth-sojourner-isabella-baumfree-ca-1791-1883>

Outra pioneira no Feminismo Negro, foi a jornalista e socióloga, Ida B. Wells, [Figura 17], nascida em 1862, no estado de Mississippi - Holly Springs, também nasceu durante a escravidão. Sua jornada foi a luta contra linchamentos em Memphis, Tennessee:

Así mostró que entre 1880 y 1891 en torno a 100 negros fueron linchados. En el año 1892, año en el que mataron a sus amigos, otros 160 hombres fueron linchados, la mayoría por asesinato (58) y por violación (46). Denunció que los linchamientos se utilizaban para frenar el posible ascenso social de la población negra en el Sur. Señalando las lógicas desde las que se denunciaba como violación cualquier contacto (a veces meramente verbal) entre un hombre negro y una mujer blanca, Wells introdujo uno de los temas que sería central en el feminismo negro: la forma en la que la intersección entre «raza» y género construye de forma desigual la sexualidad de la población blanca y de la población negra. Lo hizo subrayando los mecanismos a través de los cuales se demonizan las relaciones raciales entre hombres negros y mujeres blancas — usando el término de violación para cualquier tipo de contacto o acercamiento entre unos y otras — y la forma en la que se naturaliza cualquier forma de agresión sexual (violación) de hombres blancos a mujeres negras. (JABARDO VELASCO, 2012, p.31).

Os registros históricos apontam para a relevância do papel desempenhado por Ida B. Wells (1893), quanto a definição sobre o conceito de interseccionalidade, ao destacar as diversas formas de opressão a que as mulheres afroamericanas estavam subjugadas:

Wells' resistance to both racial and gender inequality reveals a sophisticated political philosophy. A committed campaigner for the rights of both women and African American regardless of gender, she never sacrificed one group for the other, or the black women who inhabited both. She apparently understood what scholars like Kimberle Crenshaw have termed the "intersectionality" of oppression. As her anti-lynching campaign shows, she was keenly aware that sexism, racism and other forms of oppression were mutually constitutive and reliant (THOMAS, 2011).

Figura 17 – Pioneiras do Feminismo Norte-americano – Ida B. Wells



Fonte: Image Domínio Público.
<http://www.blackpast.org/aah/barnett-ida-wells-1862-1931>.



Fonte: Image Ownership: Public Domain.
<http://www.blackpast.org/1909-ida-b-wells-awful-slaughter>.

De acordo com Jabardo Velasco (2012):

Escoger entre las cientos de voces rescatadas de este periodo a dos de ellas no era una tarea fácil. Sin embargo, Ida Wells y Sojourner Truth son sin duda dos de las más significativas. Lo son porque tanto desde posiciones teóricas — en el caso de Wells — como desde el coraje y la lucidez de una mujer iletrada — como Sojourner Truth —, sentaron las bases de lo que sería el pensamiento del feminismo negro, la clara alianza entre la reflexión teórica y las estrategias de movilización. También porque son reflejo de la forma colectiva de generar pensamiento del feminismo negro. A diferencia del feminismo blanco, que tiene su momento fundacional en la Ilustración y reproduce la racionalidad del pensamiento ilustrado, el feminismo negro surge en un contexto esclavista. Desde aquí, se pretende romper con la construcción individual del pensamiento filosófico ilustrado, apostando por la inclusión de distintos saberes, lógicas, actrices sociales. (JABARDO VELASCO, 2012, p. 28).

No ano de 1974, *The Combahee River Collective*, coletivo integrado por feministas negras e lésbicas, publicaram *A Black Feminist Statement* (Declaração Feminista Negra) que estabelecia compromissos para o desenvolvimento de lutas contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe. O feminismo negro foi definido como um movimento de lógica política para combater as múltiplas e simultâneas opressões a todas as mulheres negras. Em um de seus enunciados, foi ressaltado o valor de todas as mulheres negras para a libertação, tendo em vista que nenhum outro movimento progressista tivesse considerado esta luta como prioridade, ou mesmo nunca se empenharam para buscar o fim das opressões. O documento afirmava que são as mulheres negras que deveriam liderar, de forma consciente, esta libertação.

Above all else, our politics initially sprang from the shared belief that Black women are inherently valuable, that our liberation is a necessity not as an adjunct to somebody else's may because of our need as human persons for autonomy. This may seem so obvious as to sound simplistic, but it is apparent that no other ostensibly progressive movement has ever considered our specific oppression as a priority or worked seriously for the ending of that oppression. Merely naming the pejorative stereotypes attributed to Black women (e.g. mammy, matriarch, Sapphire, whore, bulldagger), let alone cataloguing the cruel, often murderous, treatment we receive, Indicates how little value has been placed upon our lives during four centuries of bondage in the Western hemisphere. We realize that the only people who care enough about us to work consistently for our liberation are us. Our politics evolve from a healthy love for ourselves, our sisters and our community which allows us to continue our struggle and work (The Combahee River Collective, 1978, p. 02).

Buscando agora as experiências das mulheres africanas, que se autodominam no exercício dos direitos e se inserem neste pioneirismo de maneira distinta das feministas norte-americanas e europeias. Contudo, enfatizam que trazem profunda identificação com o feminismo negro:

A contextualização e as teorias sobre os feminismos africanos emergiram nos anos noventa do século XX como uma resposta à exclusão por parte da segunda vaga dos feminismos brancos ocidentais. Se se diz que os anos oitenta do século XX foram a década dos feminismos de mulheres de cor (e dos feminismos afro-americanos), já a década seguinte assistiu ao desenvolvimento dos feminismos africanos. Se os feminismos afro-americanos criticaram fortemente os feminismos brancos de mulheres de classe média por se esquecerem, convenientemente, da realidade e desigualdades com que as mulheres negras se deparavam, os feminismos africanos, por sua vez, lutaram e exigiram do feminismo ocidental incluir na sua análise outros aspectos muito importantes que iam para além das questões de gênero, tais como colonialismo, etnicidade e imperialismo (TELEGA-SOARES, 2014, p. 32).

A definição para o Feminismo Africano foi transcrita da entrevista que Amina Mama concedeu à *The Feminist Wire* ⁶⁸ e esclareceu que preferiria usar o termo "Feminismos na África" ou "feminismos africanos", em vez de usar o termo singular "feminismo africano", porque as teorias e práticas que compunham a luta pela libertação das mulheres variavam muito de acordo com o contexto. Assim como em diferentes partes do mundo, tais movimentos surgiram da rica variedade de histórias políticas e ideológicas, culturas, línguas, credos e classes.

O trabalho de Amina Mama (2014) está focado na aplicação do feminismo para a análise e desmistificação da opressão das mulheres interseccionando as interações de gênero e sexualidade com outras dimensões da injustiça sistêmica como nacionalismo, etnocentrismo, estratificações de classe, casta, localização e status social, a heteronormatividade, regimes políticos e econômicos injustos e antidemocráticos:

Many of us have direct or indirect experiences of war, conflict and military rule. The appalling consequences this has for our societies and for future generations has compelled many women to work for demilitarization and peace. This was evident in the work of the women's movements in Liberia and Sierra Leone, where women played key roles in ending disastrous conflicts during which men specifically targeted women's and children's bodies for rape, mutilation and other violations designed to terrorize ordinary people. Women's movements continue to work against the long-term social and economic consequences of war and other violent attacks on communities, in ways that deserve far more support than they are currently getting (MAMA, 2014).

Assim, as lutas das feministas africanas se dão de acordo com a cultura local, mas atuam de forma sistemática por uma cultura da paz e da libertação do militarismo que produz mutilações, estupros de crianças e mulheres, e outras violações.

No Brasil, mesmo que algumas mulheres negras tenham se destacado na luta pelos seus direitos e pelos direitos de todas as mulheres negras⁶⁹, somente na década de 1970, que as mulheres negras, de forma mais coletiva e ampla no território nacional, intensificaram suas organizações e empreenderam intensos debates acerca de direitos sociais, políticos, econômicos e civis. Era o momento de demarcar as especificidades das ações políticas do movimento de mulheres negras; das demandas das mulheres negras; da situação dessas mulheres negras e de suas necessidades ou condições de vida, com o objetivo de construir a identidade do movimento com foco nas desigualdades.

⁶⁸ Feminists We Love: Professor Amina Mama. Outubro de 2014. Disponível em: <http://www.thefeministwire.com/2014/10/feminists-love-amina-mama/>. Acesso em: 20 maio 2015.

⁶⁹ São destaques, entre outras: Felipa de Souza, (1560-1600), Dandara (...-1694), Teresa de Benguela (século XVIII), Maria Filipa (1822-1873), Luiza Mahin (século XIX), Mãe Menininha do Gantois (1894-1986), Lélia Gonzalez (1935-1994).

Especialmente no Rio de Janeiro, mulheres de favelas se inseriram nesses espaços de luta. Estas mulheres agregaram ao debate racial e de gênero, a classe social como determinante e definidora de graus de dominação. Os temas que inquietavam diversas mulheres não encontravam eco no movimento feminista branco devido às diferenças de origem racial e social. Por outro lado, o sexismo pragmático do Movimento Negro reservava às negras um lugar de segunda categoria no exercício político e de sua própria existência.

Um exemplo que posso resgatar nesta tese, diz respeito ao texto publicado pelo historiador Joel Rufino, quando estava presidente da Fundação Cultural Palmares, ocasião em que comparou a mulher negra, mas o termo que ele usou foi “mulata”, e escreveu, em Lemos (1997, p. 45) no livro *Atrás do Muro da Noite* (BARBOSA, 1994), que a mulher ideal seria a mulata, pois ela reúne a beleza da branca e a facilidade da preta:

A parte mais óbvia da explicação é que a branca é mais bonita que a negra e quem prospera troca automaticamente de carro. Quem me viu dirigindo um Fusca e hoje me vê de Monza tem certeza de que já não sou um pé-rapado: o carro como a mulher é um signo. Há no Brasil uma multidão de pretas bonitas, mas a forma da beleza é branca. A preta que se aproxima dela passa a cabrocha, jambete, mulata, etc. Um brasileiro é que percebeu isso bem, ao explicar a queda nacional pela mulata: é a mulher ideal, pois tem, ao mesmo tempo, a beleza da branca e a facilidade da negra (RUFINO, 1994, p. 163).

À época, a afirmação gerou muita polêmica e tensão entre as feministas negras e o historiador. Destaco a crítica de Carneiro (1995), que traduz a percepção sobre o incidente:

Sob outro aspecto é fundamental e estratégico para ele desqualificar em especial a mulher negra porque atrás do rosto escuro de cada uma de nós estão mães, avós, irmãs, escravas, mucamas de cama, mesa e banho. Testemunhas de uma história de derrotas e fracassos da qual somos todos herdeiros e que nenhuma **estória** de mobilidade social individual pode apagar. Soa recuperação coletiva de nossa capacidade de autodeterminação poder fazê-lo. E é isto que homens e mulheres negros organizados buscam realizar através das inúmeras entidades negras espalhadas por todo o país, que na luta política cotidiana contra o racismo e a discriminação racial forjam propostas de emancipação social e de resgate da dignidade de todo o povo negro deste país.

Mas, paradoxalmente, Joel Rufino prefere esquecer a história e opta por escrever **estórias** em que seres humanos são transformados em Fuscas e Monzas, pilotados por um pobre neguinho que um dia dormiu e sonhou que era campeão de Fórmula 1. (CARNEIRO, 1995, p. 552).

A partir deste período, a epistemologia feminista negra se intensifica no país, quando ativistas dos Movimentos Negros, Feministas e dos Movimentos de Mulheres Negras no Brasil, iniciaram reflexões sobre a especificidade das mulheres negras no enfrentamento do racismo e do sexismo. Destacando-se, dentre elas, Lélia Gonzalez, que

teve intensa atividade na denúncia das opressões que incidiam sobre as mulheres negras, que eram potencializadas de acordo com a classe social e com a orientação sexual que pertencessem. Este período é demarcado por muitos conflitos, conflitos entre as mulheres negras e ativistas destes grupos – mulheres brancas e homens negros – por terem suas pautas secundarizadas – muitas vezes ridicularizadas.

O que estava em jogo era a busca pelo direito de falar e fazer, com as próprias vozes e mãos, suas *herstórias*. O que as mulheres negras brasileiras exigiam era aliar a luta contra o racismo, contra o sexismo, contra o preconceito e contra a exploração vivida pelas mulheres de favelas e o repúdio às normatizações de comportamentos sexuais –, pois tais pautas quando anunciadas pelas mulheres negras não eram consideradas importantes nem mesmo relevantes, se articuladas como especificidades para a autodeterminação das mulheres negras.

Suely Carneiro observa que:

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. (CARNEIRO, 2003, p. 119).

E sobre as ações políticas das mulheres negras ao longo dos tempos, vale resgatar o Conselho Nacional das Mulheres Negras que foi criado em 1950, dentro do Teatro Experimental do Negro, quando não havia nenhum conselho de outra espécie.

Continuando nesta efervescência, na década seguinte foram realizadas, sob os auspícios do TEN, duas Convenções Nacionais do Negro. Ambas encaminharam à constituinte, através do então senador Hamilton Nogueira, uma “proposta de inserir a discriminação racial como crime de lesa-pátria” (Huntley e Guimarães, 2000, p. 97). Prosseguindo na sua intensa lide organizativa, com eventos marcantes para a atividade política e cultural do negro brasileiro, também sob a batuta do TEN estavam a Conferência Nacional do Negro Brasileiro, o Primeiro Congresso do Negro Brasileiro e foi constituído o Conselho Nacional de Mulheres Negras (SILVA, 2003, p. 222).

Portanto, a concepção deste Conselho une-se à ação política de Truth, Wells e *The Combahee River Collective* como antecipadores das reflexões do que viriam a ser definidas como interseccionalidade, tão em voga nos dias atuais.

O Feminismo Negro⁷⁰ tem sido alvo de meus estudos nas últimas décadas. Na construção de minha dissertação de mestrado, concebi os Movimentos Negros - misto, laico e pluripartidário -, registrando que seus militantes transformavam o lugar comum para as lutas de resistência ao racismo em espaços de segunda classe para a incorporação e participação política das mulheres negras, ou seja, desqualificavam sua presença. O espaço enaltecido por eles se resumia à arrumação da sala para reuniões, convocação de participantes por telefone (naquela época não existiam as Redes Sociais), o “poder” de secretariar a mesa de debates e na confecção das atas de reuniões e, em alguns casos, o assédio para relação sexual alternativa e sem compromissos. Uma visão reducionista-reprodutivista que esses companheiros tinham em relação às suas “irmãs”. Dessa relação tensa, hooks demonstra que:

A grande maioria das feministas brancas não via com bons olhos nossos questionamentos dos paradigmas feministas que elas buscam institucionalizar; e, por outro lado, muitos negros simplesmente viam nosso envolvimento como a política feminista como um gesto de traição e desconsideravam nosso trabalho (HOOKS, 2013, p. 165).

O depoimento de bell hooks demonstra que reações similares ocorreram em outros locais. Aqui, a participação das mulheres negras no feminismo branco se dava com muitos embates. Suplicy (1992, p. 13) define o feminismo branco como feminismo tradicional - fruto da ideologia introjetada e da identificação com o opressor tentando provar que a mulher pode ser igual ao homem, repudiando o sem-valor do feminino, e vivendo o masculino como o superior a ser almejado e copiado. Assim como nos Movimentos Negros, os embates para a participação das mulheres negras eram frequentes. As ativistas feministas preconizavam os valores hegemônicos da raça branca, por conseguinte, não estavam imunes às práticas que desconsideravam as diferenças étnico-raciais.

Porém, a década de 1970 foi marcada por debates intensos sobre a organização das mulheres e dos negros no Brasil. O foco eram as especificidades. De um lado, as mulheres negras ao participarem do Movimento Feminista identificavam que as especificidades entre brancas e negras não eram contempladas em suas bandeiras, ações e discursos. Cito, como exemplo, a campanha que as feministas brancas lideravam pela extinção do Programa

⁷⁰ Atualmente adoto a terminologia Feminismo Branco, uma vez que tradição por tradição, as mulheres negras também foram feministas em épocas remotas, mesmo não sendo reconhecidas como tal, uma vez que o senso comum considerava mulher, apenas a mulher branca e, conseqüentemente, as ações políticas das mulheres negras que lutavam por igualdade de gênero não eram consideradas como lutas de feministas. Também não adoto o termo Hegemônico, uma vez que sempre houve resistência por parte das mulheres negras contra a imposição de um modelo de feminismo das classes dominantes brancas, por questões diversas que vão desde o uso da oralidade para transmissão do conhecimento à fragilidade no acesso ao ensino regular, fazendo com que as produções das mulheres negras foram invisibilizadas.

Bem-Estar Familiar no Brasil - Bemfam⁷¹ (BERQUÒ; ROCHA, 2005), que empreendia o controle da natalidade no país, mais especificamente nas favelas e no Nordeste. Do outro lado, estavam as militantes do Movimento de Mulheres Negras – em sua maioria moradoras dessas comunidades – que, mesmo cientes da ideologia de esterilização em massa de pobres do Terceiro Mundo que norteava esse serviço, defendiam essa política contraditória, por ser a única opção para o acesso aos métodos contraceptivos, diante da inexistência de políticas públicas universais com tal finalidade (LEMOS, 2015, p. 208-209).

A reivindicação por creches feita pelas mulheres negras era outro ponto de dissenso com as feministas brancas, que consideravam uma contradição, pois associava a mulher ao espaço doméstico. Falávamos que por estarmos nas cozinhas delas, liberando-as para trabalhar, precisávamos de espaços seguros para os filhos. A briga era contra a concepção eurocêntrica de desconsiderar e ignorar a diversidade existente entre as mulheres.

Outra passagem que fiz questão de destacar, por merecer atenção, foi a experiência vivida por Lélia Gonzalez e relatada em *A Mulher Negra na Sociedade Brasileira*⁷² (1982, p. 101), na qual trata do resgate de quando as mulheres negras introduziram o racismo nos debates durante o Encontro Nacional da Mulher, no Rio de Janeiro, em março de 1979, e foi possível ver as reações contraditórias. Ela destacou que existia um consenso quanto às exigências na luta contra a exploração da mulher, do operariado, entre outras, mas as falas das mulheres negras ao abordarem o racismo foram classificadas de emocional e revanchistas. Gonzalez (1982) considerou que as representantes de regiões mais pobres entenderam perfeitamente do que se estava falando, por serem mestiças em sua maioria, encarando esse episódio de tensão como demonstração de um duplo sintoma que colocava de um lado o atraso político – principalmente dos grupos que se consideravam mais progressistas – e do outro, a negação do racismo para ocultar a exploração da mulher negra pela mulher branca.

Em relação à participação das mulheres negras no Movimento Negro, o debate de gênero era pouco desenvolvido e, esta perspectiva inicial e de crítica embrionária. A temática feminista ou feminina – como queiram -, não era contemplada. A participação nesses espaços de ativismo negro, se restringia à arrumação das salas e convocatórias para reunião, além de secretariar as reuniões, encontros e eventos (LEMOS, 1997). Com isso,

⁷¹ Programa subsidiado por agências como o Banco Mundial, a Fundação Ford e a Fundação Rockfeller.

⁷² O texto foi apresentado no Spring Symposium THE POLITICAL ECONOMY OF THE BLACK WORLD, entre 10 e 12 de maio de 1979, na Universidade da Califórnia (UCLA), Los Angeles - EUA (GONZALEZ, 1982, p. 01).

inúmeros conflitos ocorreram e, as instituições específicas de Mulheres Negras foram alavancadas no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, como reação radical à esse sistema de opressão. Dá início à busca de espaços de ativismo que incorporassem as especificidades de gênero, aliados ao combate ao racismo, ao sexismo e às discriminações de classe e orientação sexual.

Diante dos dois polos incongruentes, Feminismo Branco e Movimento Negro, o Feminismo Negro toma forma e se intensifica, chegando ao auge nos anos 1980 com a criação de diversas ONGs de mulheres negras, que irão se avolumar nos anos 1990. Como exemplo, cito Remunia – Reunião de Mulheres Negras Aqualtune (1978), Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo/SP (1982), NZINGA: Coletivo de Mulheres Negras/RJ (1983), Maria Mulher – Organização de Mulheres / Porto Alegre/RS (1987), Geledes (1988), E'LÉÉKÒ: Gênero, Desenvolvimento e Cidadania (1996), Imena – Instituto de Mulheres Negras do Amapá/AP (1999), entre tantas outras.

Em sua pesquisa, Santos (2009, p. 283) resgatou o papel das ONGs de Mulheres Negras no Brasil, identificando que essa ação política foi vital, no que se refere à mobilização nacional e internacional das afrodescendentes – bem como de vários outros atores sociais e instituições –, para pensar as formas pelas quais o racismo operava historicamente pelo mundo.

Não só o racismo foi alvo de denúncia, como também o sexismo e o capitalismo. Assim, o debate acerca da ação política de mulheres negras passou a ocupar as esferas públicas, mesmo sendo negligenciado por muitos governantes. Para além da exploração, a invisibilidade⁷³ da mulher negra foi outro processo que teve que ser rompido. Era uma realidade factual que nunca discutia o racismo no interior do feminismo tradicional. Uma das poucas pesquisadoras que reconheceu esse problema foi Azeredo (1991, p. 129):

A minha própria experiência é de em 1980 ter escrito um livro sobre identidade sexual e social da mulher, juntamente com meu grupo de reflexão no Rio. Apesar de o livro conter experiências de 50 mulheres, muito diferentes umas das outras, o termo “mulher” do título está no singular representando uma identificação através da opressão, (...) nem uma vez mencionamos o dado cor da pele ou “raça” dessas mulheres. (AZEREDO. 1991, p. 129).

Na atualidade, verifico maior interesse de pesquisadoras do Feminismo Negro e por parte das ativistas das diferentes neodenominações, como foi visto anteriormente, sobre o

⁷³ Atenção para a não naturalização desse termo, uma vez que é possível detectar a visibilidade da mulher negra em situações de negatividade e não no enaltecimento de suas positivities.

termo, que ampliam as análises e propõem estudos interseccionais com grande variedade temática: educação⁷⁴, saúde⁷⁵, organização⁷⁶, trabalho⁷⁷, dentre outros.

As ativistas do Feminismo Negro estão em constante diálogo com a atualidade, quando as urgências passam da esfera da identidade de grupo de ação à potencialização de mecanismos que possibilitem um olhar multidimensional para a realidade multifacetada, com vistas a transformar bandeiras de lutas e denúncias em ações concretas e propositivas de mulheres negras que têm demarcado seu campo de luta pela autodeterminação e melhoria de suas vidas.

A Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver se caracterizou em um ponto focal para a organização de mulheres negras, para o resgate de grupos em inatividade, para o surgimento de novos coletivos feministas negros e, ainda contribuiu, para a difusão de conhecimentos sobre o tema.

A seguir, demonstrarei esse processo, através das vozes das colaboradoras da pesquisa e suas percepções sobre o feminismo negro.

⁷⁴ (DEUS, 2010)

⁷⁵ (WERNECK, 2009), (CRUZ, 2003) e (LÓPEZ, 2011).

⁷⁶ (BARRETO, 2005), (SANTOS, 2009) e (CARDOSO, 2012).

⁷⁷ (ASSIS, 2010).

CAPÍTULO IV

AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Modernamente, como esclarecem Alcock (1996) e Baldock et al. (1999), a política social se refere tanto a uma disciplina acadêmica, que é estudada em estabelecimentos de ensino, quanto ao conteúdo dessa disciplina. Ademais, ela é identificada como uma política de ação, que tem perfil, funções e objetivos próprios e produz impacto no contexto que atua. Neste último caso, ela tem forte traço empírico, embora não se reduza a ele, visto que, como política, também ela é fruto de escolhas e de decisões definidas nas arenas conflituosas de poder. Trata-se, portanto, a política social, de uma categoria acadêmica e política, de constituição teórica e prática, que não apenas se dispõe a conhecer e explicar o mundo real, mas também a agir nesse mundo.

(Potyara A. P. Pereira)

Estamos a todo o momento ouvindo falar e falando sobre políticas públicas, seja ao acusar ausência, apontar correção ou na proposição das mesmas. Os Movimentos Negros e os Feminismos Negros ao longo de suas trajetórias têm criticado enfaticamente grande parte das políticas públicas em curso no país, mas também têm pontuado para a emergência de transformação no foco de ação e, na maioria das vezes, reivindica novas ações em busca da redução das desigualdades, que irão definir graus de desigualdades em sociedade estratificada como a nossa, por exemplo, que possui o racismo e o sexismo como estruturantes. Daí se entende seu caráter empírico e os conflitos que ocorrem no país.

Segundo Pereira (2011, p. 164, 165), não é tarefa fácil definir o que seja política social, uma vez que existe grande diversidade de interpretação de autores e de escolas que a conceitua de acordo com as realidades sociais, uma vez que não só os parâmetros científicos são utilizados para tal, como também valores éticos e cívicos. É através do acesso às políticas sociais que os direitos sociais se realizam e as necessidades humanas são atendidas na perspectiva da cidadania ampliada.

Para Pereira (2011), política social é o gênero da política pública (*public policy*), ambas as terminologias são *policies* (políticas de ação) e integram o ramo de conhecimento *Policy Science*. Logo, fazem parte deste escopo, todas as políticas que requerem

participação ativa do Estado, sob o controle da sociedade, no planejamento e execução de ações voltadas para o cumprimento de necessidades sociais. De acordo com a autora, política social:

Refere-se à política de ação que visa, mediante esforço organizado e pactuado, atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea, e requer deliberada decisão coletiva regida por princípios de justiça social que, por sua vez, devem ser amparados por leis impessoais e objetivas, garantidoras de direitos (PEREIRA, 2011, p. 171, 172).

Então, diante da definição da política social enquanto um veículo para diminuição das desigualdades e para a busca da equidade em uma sociedade com altos índices de direitos negados, os depoimentos sobre as análises dessas políticas realizadas pelas colaboradoras serão apresentados, a seguir e, se configuram como testemunhos que revelam a precariedade de ações que tenham o foco na mulher negra. Entretanto, antes serão apresentados alguns indicadores sociais que sustentam as vozes entrevistadas.

Os indicadores sociais colocam em xeque o próprio mito da democracia racial, que parece existir como uma entidade mística evocando uma igualdade inatingível, que só se concretiza em crenças e suposições de um povo que se imagina ter como princípios a justiça, seja no âmbito racial, social e distributiva. Entretanto, esta percepção permanece apenas na esfera do desejo e não se constitui enquanto realidade.

Um exemplo que posso destacar se refere ao julgamento da constitucionalidade da ADPF 186⁷⁸, referente ao Sistema de Cotas na UnB – Universidade de Brasília, quando o ministro do Supremo Tribunal Federal, o relator Ricardo Lewandowski (2012), usa como um desses argumentos para sustentar sua aprovação:

Ora, as políticas que buscam reverter, no âmbito universitário, o quadro histórico de desigualdade que caracteriza as relações étnico-raciais e sociais em nosso País, não podem ser examinadas apenas sob a ótica de sua compatibilidade com determinados preceitos constitucionais, isoladamente considerados, ou a partir da eventual vantagem de certos critérios sobre outros. (...). Elas devem, ao revés, ser analisadas à luz do arcabouço principiológico sobre o qual se assenta o próprio Estado

⁷⁸ Trata-se de arguição de descumprimento de preceito fundamental, proposta pelo partido político DEMOCRATAS (DEM), em dia 20 de julho de 2009, contra atos administrativos da Universidade de Brasília que instituíram o programa de cotas raciais para ingresso naquela universidade. É ajuizada exclusivamente no STF, que tem por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público. Neste caso, diz-se que a ADPF é uma ação autônoma. Entretanto, esse tipo de ação também pode ter natureza equivalente às ADIs – Ações Diretas de Inconstitucionalidade, podendo questionar a constitucionalidade de uma norma perante a Constituição Federal, mas tal norma deve ser municipal ou anterior à Constituição vigente (no caso, anterior à de 1988). A ADPF é disciplinada pela Lei Federal 9.882/99. Os legitimados para ajuizá-la são os mesmos da ADI. Não é cabível ADPF quando existir outro tipo de ação que possa ser proposto. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/glossario/verVerbete.asp?letra=A&id=481>. Acesso em: 10 de maio de 2014.

brasileiro, desconsiderando-se os interesses contingentes e efêmeros que envolvem o debate (LEWANDOWSKI, 2012, p. 14-15).

E mais, ao responder aos principais argumentos do DEM⁷⁹ contestou-os e afirmou que, critérios ditos objetivos de seleção, empregados de forma linear em sociedades tradicionalmente, marcadas por desigualdades interpessoais profundas, como a nossa, acabavam por consolidar ou, até mesmo acirrar as distorções existentes (*Ibidem*, p. 15). Além disso, destacou que é importante ver nesses critérios de seleção alternativa, o ganho social para a sociedade como um todo. O relator afirmou a importância de o ensino universitário ir muito além da mera transmissão e produção de conhecimento em benefício de poucos, que logram transpor os seus umbrais, por partilharem de pontos de largada social e economicamente privilegiados (LEWANDOWSKI, 2012, p. 16).

Diante disso, parece-me ser essencial calibrar os critérios de seleção à universidade para que se possa dar concreção aos objetivos maiores colimados na Constituição. Nesse sentido, as aptidões dos candidatos devem ser aferidas de maneira a conjugar-se seu conhecimento técnico e sua criatividade intelectual ou artística com a capacidade potencial que ostentam para intervir nos problemas sociais. (*Ibidem*, p: 17).

Na sustentação oral⁸⁰, o ministro argumentou que seria preciso fazer um balanço entre esses diferentes valores, pois aqueles que hoje são discriminados têm um potencial enorme para contribuir, no sentido de que nossa sociedade avance culturalmente e socialmente, nos termos de uma harmonia social mais avançada. Outrossim, a advogada do DEM – Partido Democratas, Dr^a Roberta Fragoso Menezes Kaufmann, durante a defesa, explanou o pensamento baseado na ideologia segregacionista, que cerceia a mobilidade com igualdade de condições para estudantes negros em um país que hierarquiza direitos em função de classificações raciais ao dizer que:

A diferença em que nós colocamos aqui nessa ação, é que em todos os países que implementaram uma política de cotas de recorte exclusivamente racial, e quando eu digo isso eu me refiro especificamente à política norte-americana de cotas raciais, à política instituída na África do Sul e à política também instituída em Ruanda. Em todos esses países, que implementaram cotas, houve antes, um século de segregação institucionalizado. (KAUFMANN: 2012 - Vídeo 1/10, 2012, 7:20 min.).

⁷⁹ O Partido da Frente Liberal (PFL) – fundado em 24 de janeiro de 1985 –, se transformou no DEM (Democratas) em 28 de março de 2007, de centro-direita/direita, sua ideologia política é o liberalismo e o neoliberalismo. Sua história progressa tem origens com dissidências do antigo Partido Democrático Social (PDS) apoiador da Ditadura Militar (1964-1985), antes Aliança Renovadora Nacional (Arena).

⁸⁰ Analisei tanto o texto escrito quanto a sustentação em Plenário no dia do julgamento. Ver vídeo 08/10, 16:35 min). Disponível em: BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, TV JUSTIÇA. VÍDEO8/10.

Entretanto, o processo histórico tem demonstrado não só o recrudescimento do racismo na promoção da equidade e no exercício de uma cidadania plena (Carvalho, 2003, p. 199-200). O tempo é irrelevante diante de tantas atrocidades cometidas no colonialismo. Racismo é racismo em qualquer tempo-espço, como tem indicado a premência de interações políticas e legais, para promoção de novos arranjos de redistribuição de poder, com vistas a potencializar uma nova ordem social.

O fato é que as classes que sempre estiveram no poder, quando não dispostas em partilhá-lo podem recorrer a dispositivos – legais ou não –, para a manutenção de privilégios, algo observado nos argumentos usados pela advogada, ao apelar para o “jeitinho brasileiro” na tentativa de convencer os ministros para aceitação da tese favorável à ação:

Nós podemos ser criativos e pensar um modelo de ação afirmativa à brasileira, em que nós possamos partir de critérios objetivos, para integrar justamente os negros, por que se dentre os pobres no Brasil, 73%⁸¹são negros, se nós fizermos uma política de recorte social a partir de critérios objetivos como, por exemplo, renda mínima, como, por exemplo, haver estudado em escolas públicas, nós faremos a integração necessária, sem criarmos os riscos de dividir o Brasil racialmente. (KAUFMANN - Vídeo 1/10, 2012, 14:03 min.).

Ao clamar por um “modelo de ação afirmativa à brasileira”, numa visível demonstração de tentativa de invisibilizar a realidade educacional dos negros e das negras, percebo a ironia. Outro ponto que resalto diz respeito ao resgate do debate sobre raça, segundo o ponto de vista genético, quando Kaufmann (2012) recorre às recentes pesquisas do genoma humano ao substituir o termo ascendência africana por ascendência escrava:

Em outras palavras o fato de nós termos tido uma miscigenação bastante intensa, desde o início da colonização, faz com que seja impossível você olhar para um negro hoje e dizer que ele, necessariamente, descende de escravo. Da mesma sorte que é impossível, você olhar para um branco e dizer que ele, necessariamente, descende de senhor de engenho. Só são dez genes que definem a cor da pele de um total de vinte e cinco mil genes. O problema, essa pesquisa mostra, que, por exemplo, Neguinho da Beija-flor possui 70% da sua ancestralidade genômica europeia. (A plateia se inquieta e o câmara que filma a sessão, faz uma tomada mostrando tal inquietação 12:38) Então, Neguinho da Beija-Flor, Dayane dos Santos, Hilde Silva, dentre outras inúmeras personalidades que foram pesquisadas, mostram que como só são 10 genes que definem cor é possível que a pessoa na aparência tenha a pele escura, mas que não necessariamente descenda de escravos no Brasil (KAUFMANN - Vídeo 1/10, 2012, 11:52 min.).

⁸¹ Esse dado na sustentação oral da advogada, não corresponde ao que foi informado no documento do DEM.

Como pode ser visto, não houve a crítica histórica pelo fato de o conceito de raça ter sido construído para justificar a exploração de povos subjugados pelos europeus, quando foi criado o *racismo científico*, a partir das teorias nas ciências naturais do final do século XIX, ao adaptarem o conceito de *seleção natural* para as relações humanas. E, a partir daí, estruturaram uma sociologia peculiar, baseada na noção de que a sociedade era um universo bastante vago de grupos sociais em conflito, o *darwinismo social*, tanto criticado por Manuel Querino (1980).

E, mesmo assim, em pleno século XXI, a advogada Fragoso (2012) afirmou que:

Não é preciso afirmar, mas a imposição de um modelo de um Estado racializado, por óbvio, traz consequências perversas para a formação da identidade de uma Nação. Você cria então identidades paralelas, identidades bipolares. Você não cria um sentimento de cultura nacional, você cria um sentimento de culturas segregadas, porque o critério não é objetivo. (KAUFMANN - Vídeo 1/10, 2012, 09:16 min.).

A história universal tem na racialização o ponto de partida para construção dos grandes impérios econômicos. A advogada ao se referir à identidade nacional não atualiza o debate sobre o conceito, mas, de acordo com Bauman (2003):

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais para o “pertencimento” quanto para “identidade”. Em outras palavras, a ideia de “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa ideia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada às vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada. (BAUMAN, 2003, p. 17-18).

Na (re) definição de uma Identidade Nacional, o julgamento focou aspectos da inclusão de grupos sociais inseridos num sistema estruturado em grave quadro de exclusão, na tímida universalização de políticas públicas, nas inúmeras formas de preconceitos, na estruturação do racismo e na intensa discriminação sobre 51% da população brasileira. Vive-se uma era, na qual é imperativo refutar as resistências para a valorização, potencialização e reconhecimento de negros e negras, com fins à real integração no país, a exemplo da implementação de políticas públicas para o acesso ao ensino superior que, de acordo com Guimarães (2003):

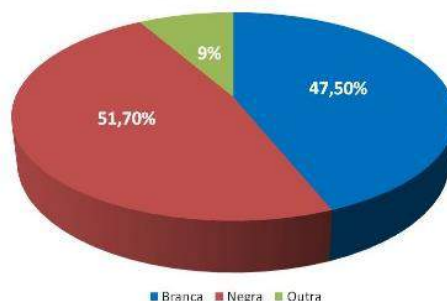
Quem empunhou a nova bandeira de luta por acesso às universidades públicas foram os jovens que se definiam como “negros” e se pretendiam porta-vozes da massa pobre, preta e mestiça, de descendentes dos escravos africanos, trazidos para o país durante mais de trezentos anos de escravidão. Essa juventude estudantil negra começa a realizar assim o

ideal de luta socialista, verbalizado por Florestan Fernandes (1972), no final dos anos de 1960: o negro seria o mais oprimido e explorado de todos, e a sua luta a mais radical das lutas de emancipação. (GUIMARÃES, 2003, p. 252).

O estudo de Guimarães (2003) demonstra que as reivindicações para o acesso ao ensino superior sempre foi prioridade para ativistas e intelectuais negros e negras. Os avanços atuais, na implementação de algumas políticas públicas, têm influência direta das ações dos Movimentos Negros e Feministas Negros, que, além de afirmarem a identidade negra, tencionam a sociedade com a luta contra o racismo que, via de regra, dificulta a qualidade de vida. Por outro lado, refutam a *doxa* da harmonia entre as raças no Brasil com a alusão à necessidade de justiça.

E essa força que tem resistido às desigualdades impostas por um sistema perverso que corresponde a 51,7% da população feminina que se declararam negras (SPM, 2015, p.16) no Brasil, de acordo com o Censo Demográfico IBGE em 2012, como indica o gráfico 07:

Gráfico 07 – Distribuição percentual da população feminina por cor ou raça – Brasil – 2012

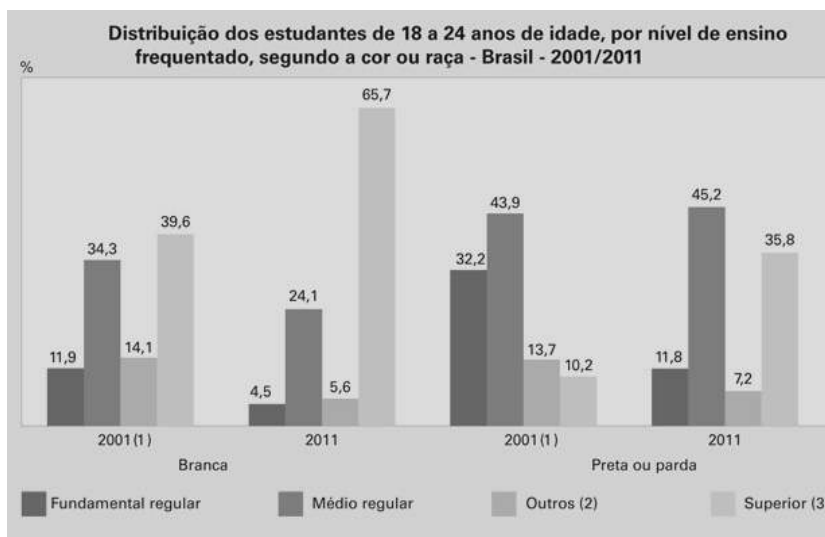


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, 2012

E foi a partir deste ponto de vista, que as mulheres negras brasileiras apresentaram o debate sobre as políticas públicas como combustão para a organização da Marcha das Mulheres Negras 2015. Tendo em vista que, segundo a PNAD 2011, os negros correspondem a apenas 26,7% daqueles que concluíram ensino superior ou pós-graduação. Apenas 3,8% da população negra concluiu este nível educacional, contrastando com 10,9% da população branca (IPEA, 2013, p. 429). Ainda que este percentual seja de um modo geral baixo para a população brasileira como um todo – tanto para negros como para brancos – há que se destacar as desigualdades raciais que ele expressa. Por outro lado, de acordo com o IBGE (2012), esse aumento na frequência entre jovens pardos ou pretos não foi

suficiente para alcançar a mesma proporção apresentada pelos jovens brancos dez anos antes – que era de 39,6%. Hoje, o número de brancos entre 18 e 24 anos que estão na universidade atinge 65,7% do total o que pode ser visto no gráfico 08, a seguir:

Gráfico 08 – Distribuição dos Estudantes de 18 a 24 anos de idade, por nível de ensino frequentado, segundo a cor ou raça – Brasil – 2001/2011



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 2012

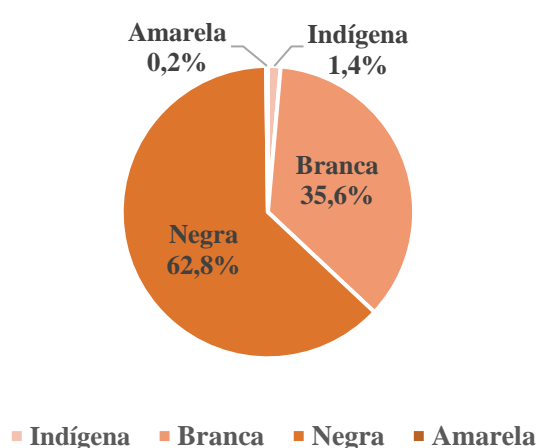
Em se tratando de mulheres negras matriculadas no ensino superior, público e privado, o *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher* (SPM, 2015, p. 24) registra que em 2012, 24,6% das mulheres brancas e 19,7% dos homens brancos de 18 a 24 anos frequentavam o ensino superior, enquanto somente 11,6% das mulheres negras e 7,7% dos homens negros nessa faixa etária o faziam. Da mesma forma, as mulheres em geral são 57,2% das/os matriculadas/os e 61,2% das/os concluintes de cursos de graduação. Vale destacar que as mulheres negras estão em vantagem em meio à desigualdade de acesso ao ensino superior se comparadas aos homens negros, e que o percentual de mulheres que frequenta o ensino superior é maior tanto para negras como para brancas, quando comparadas aos homens.

Ao analisar os indicadores sociais educacionais, as mulheres negras matriculadas no ensino superior, público e privado, representavam 55,1% do total de matrículas, sendo 51,8% no sistema público e 56,3% no sistema privado. Apesar de as mulheres terem maior acesso ao ensino superior, a tendência de crescimento da matrícula está mais concentrada no ensino privado. Esta tendência também é verdadeira para os homens.

Quando se compara estes indicadores com a análise educacional precedente, nota-se que há uma inversão da hierarquia de gênero, ou seja, as mulheres permanecem mais tempo na escola, por um lado; e, por outro, participam menos no mercado de trabalho, indicando inflexões distintas na trajetória feminina, tanto para esfera educacional como para a laboral. Tais dados influenciam a trajetória profissional das mulheres negras, pois estas vivenciam mais precocemente a concorrência entre trabalho e escola, o que pode implicar para elas em prejuízo imediato, cujos danos serão provavelmente sentidos na redução de chances de melhor alocação e ascensão profissional (IPEA, 2013, p. 64-66).

No que diz respeito à saúde, gráfico 09, constata-se que no Brasil os óbitos de mulheres negras correspondem a mais de 60% das mulheres mortas durante a gravidez e o puerpério, sendo que as mulheres negras representavam quase 52% da população feminina brasileira. Os óbitos de mulheres brancas decorrentes de causas obstétricas eram, em 2012, da ordem de 34%, ao passo que elas correspondiam a 47,5% da população feminina brasileira. As mulheres indígenas, por sua vez, eram cerca de 0,40% do total da população feminina brasileira em 2010, e 1,3% das mortes maternas era de gestantes indígenas. E, mais uma vez, as mulheres negras são as que mais morrem em decorrência da gravidez/parto (BRASIL, 2015, p. 30).

Gráfico 09 – Mortalidade materna, total e distribuição, por cor ou raça – Brasil, 2012



Fonte: Ministério da Saúde/SV S/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2012.
Nota: Dados preliminares para 2012.

O gráfico 10, ilustra mais um indicador da péssima qualidade de vida das mulheres negras, mas não se limita aos dados educacionais ou de saúde. A participação política é outro desafio a ser enfrentado. De acordo com o *Painel Temático: Saúde da População*

Negra do Ministério da Saúde (2016, p. 41), a mortalidade materna ganha contornos ainda mais graves quando se percebe que cerca de 90% dos óbitos poderiam ser evitados, muitos deles por ações dos serviços de saúde.

No acompanhamento e análise de políticas públicas, realizados pelo IPEA (2009, p. 324), afirma-se que, após 20 anos da Constituição Cidadã, por trás destes processos sociais, se verifica um triste quadro de tragédias pessoais, em que a construção de autoestimas negativas se soma à reprodução de trajetórias interrompidas e de marginalização social, restringindo as perspectivas e as potencialidades de parte expressiva da população brasileira. Segundo Pochmann (2010, p. 43), com políticas governamentais descomprometidas com uma agenda social, o Estado mínimo permitiu que o país continuasse convivendo com brutal desigualdade interna, desfocado, inclusive, de ações orientadas ao desenvolvimento urbano e industrial.

Quando se fala em violência contra a mulher, a situação da mulher negra se agrava drasticamente. O Mapa da Violência 2015 traça o perfil das vítimas de homicídios no Brasil:

São meninas e mulheres negras. As taxas de homicídio de brancas caem na década analisada (2003 a 2013): de 3,6 para 3,2 por 100 mil, queda de 11,9%; enquanto as taxas entre as mulheres e meninas negras crescem de 4,5 para 5,4 por 100 mil, aumento de 19,5%. Com isso, a vitimização de negras, que era de 22,9% em 2003, cresce para 66,7% em 2013. Isto significa que:

— Em 2013 morrem assassinadas, proporcionalmente ao tamanho das respectivas populações, 66,7% mais meninas e mulheres negras do que brancas.

— Houve, nessa década, um aumento de 190,9% na vitimização de negras.

— Alguns estados chegam a limites absurdos de vitimização de mulheres negras, como Amapá, Paraíba, Pernambuco e Distrito Federal, em que os índices passam de 300%. (WAISELFISZ, 2015, p. 73).

Políticas públicas diversas são necessárias para frear este quadro de violência contra as mulheres negras, que vão desde o a reformulação da segurança pública, rediscussão do papel do judiciário para a garantia da punição aos (às) agressores (as). No entanto, tal aspecto tem sido negligenciado suscitando crítica e preocupação. A impunidade é presente e constante e o mau atendimento uma realidade. E o pior, existe a tendência em culpar a vítima. Sendo assim, a potencialização dos organismos governamentais de atenção às mulheres vítimas de violência, merece maiores investimentos para de apêndices na composição de governos, passar a exercer o protagonismo na defesa das mulheres negras, com orçamento, prestígio e respeito

necessários, para um acolhimento e monitoramento no atendimento multidisciplinar e qualificado.

Outro foco para ser investido é a reformulação curricular, mesmo que a autonomia das instituições escolares esteja ameaçada, em virtude da retirada do debate de gênero⁸² nos currículos escolares no Brasil, a abordagem nas diferentes disciplinas complementará a formação de profissionais mais capacitados, não só para julgamento de ações, como no atendimento médico à essas mulheres.

A educação não racista também deve ser potencializada. Ações como as do Conselho Nacional do Ministério Público –CNMP, são vitais, que por meio da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF), em parceria com os demais ramos e unidades do Ministério Público, criou o grupo de trabalho sobre “*Enfrentamento ao Racismo e Respeito à Diversidade Étnica e Cultural*”, que formulou o Guia *Ministério Público e a Igualdade Étnico-racial na Educação – contribuições para a implementação da LDB alterada pela Lei 10.639/2003*, sobre a atuação do Ministério Público e a igualdade étnico-racial na educação com enfoque na implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação alterada pela Lei 10.639/2003⁸³. De autoria do Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Racismo e Respeito à Diversidade Étnica e Cultural (GT4) e pela organização não governamental Ação Educativa. Segundo o Conselheiro Nacional do Ministério Público e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, Fábio George Cruz da Nóbrega, esta publicação:

Dispõe de diretrizes para os membros do Ministério Público brasileiro no monitoramento da implementação da lei no âmbito local e traz modelos de instrumentos práticos de atuação. Espera-se que, por meio deste Guia, a Lei 10.639/2003 alcance a efetividade pretendida na sua finalidade, garantindo a igualdade de direitos de acesso às diferentes fontes da história e cultura que compõem a nação brasileira, para o reconhecimento e a valorização da cidadania em suas respectivas singularidades. (NÓBREGA, *apud* SILVA e CARREIRA, 2015, p. 07).

⁸² A polêmica contra a Ideologia de Gênero teve início em 2014 levando o Congresso Nacional retirar todas as referências relativas ao tema. LEI Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação - PNE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 30 set. 2015.

⁸³ Norma que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, como mecanismo reparador das distorções históricas que as narrativas hegemônicas fizeram prosperar na educação do País e, conseqüentemente, no imaginário social.

Durante séculos, a educação básica do Brasil não se dedicou a expor a importância do povo negro para a construção social, política, econômica e cultural do País. Tampouco se refere à África e aos africanos com a relevância que possuem para a formação da sociedade brasileira. Visando a transformar tais bases educacionais, foi instituída a referida Lei, que, após 12 anos em vigor, ainda não foi adequadamente implementada. (SILVA e CARREIRA, 2015, p. 07).

Saindo da esfera da educação, em se tratando de políticas públicas para o acesso à renda, Telles (2012, p.89) aponta que sob o ponto de vista econômico, o Brasil é o campeão mundial da má distribuição de renda ocupando o terceiro lugar, conforme o relatório do ano 2000 do Banco Mundial, precedido pela Suazilândia e Serra Leoa.

As desigualdades se consolidam não só na concentração de renda, como na concepção de sociedade que tem como marca identitária a desigualdade. Segundo Dallari (2013, p. 304), o princípio da *igualdade de possibilidade* toma uma dimensão importante, pois os desníveis sociais profundos, mantidos em nome da liberdade, e a impossibilidade prática de acesso aos bens produzidos pela sociedade tornavam impossíveis, para muitos, o próprio exercício dos direitos formalmente assegurados. Para ele, a concepção de igualdade como *igualdade de possibilidade* corrige essas distorções, pois admite a existência de relativas desigualdades, decorrentes da diferença de mérito individual, aferindo-se este através da contribuição de cada um à sociedade.

Quanto à análise do Estatuto de Igualdade Racial, necessário formular protocolos especiais para o desenvolvimento de políticas específicas que considerem esses indicadores e pesquisas similares, a fim de desenvolver uma base de informação e proposições relevantes, a partir da qual se analisem as consequências específicas da raça e do gênero na vida das mulheres negras.

E essas mulheres estão observando, analisando e repudiando este quadro de injustiça social, o que pretendo demonstrar a seguir.

IV. 1. Os Ecos da Realidade

Negro drama
Entre o sucesso e a lama
Dinheiro, problemas
Inveja, luxo, fama
Negro drama
Cabelo crespo
E a pele escura
A ferida, a chaga
À procura da cura
Negro drama
Tenta ver
E não vê nada
A não ser uma estrela
Longe, meio ofuscada
Sente o drama
O preço, a cobrança

No amor, no ódio
A insana vingança
Negro drama
Eu sei quem trama
E quem tá comigo
O trauma que eu carrego
Pra não ser mais um preto fodido
O drama da cadeia e favela
Túmulo, sangue
Sirene, choros e vela
(Racionais MCs)

A letra da Música Negro Drama dos Racionais MCs⁸⁴, apresenta o problema vivido pela população negra e traz a poesia para iniciar as reflexões deste tema. Como foram apresentados no item acima, os indicadores sociais sobre as mortes de jovens de periferia e favelas, tais dados incidem de forma interseccional na vida das mulheres negras que são mães e, de forma indireta, em outras mulheres que sejam moradoras de favelas ou não. Um exemplo foi na década de 1990, quando se acompanhou a luta das *Mães de Acari* em busca de justiça para encontrar os corpos de seus 11 filhos e exigir punição aos policiais envolvidos. Elas influenciaram movimentos similares de luta pelos direitos humanos, como: Mães de Sorocaba, Mães da Praça da Sé, Mães do Rio, Mães de Vítimas de Violência, Mães da Cinelândia.

Outro exemplo recente de protagonismo de uma mãe que teve o filho assassinado por policiais foi o de Maria de Fátima Pereira⁸⁵ [Figura 18], em decorrência do assassinato do filho bailarino Douglas Rafael da Silva Pereira, conhecido como DG, de 26 anos, no dia 23 de abril de 2014. O papel da mãe de DG na denúncia contra policiais da UPP - Unidade de Polícia Pacificadora do Morro do Pavão-Pavãozinho foi determinante para identificá-los como os responsáveis pela morte. Este caso ilustrou mais uma vez a ação de policiais sobre a população negra pobre, em especial contra a juventude negra. O dançarino não morava na favela, mas era frequentador por ter laços de amizade e uma filha com uma moradora da comunidade. O jovem estava tão exposto quanto qualquer outro morador que cotidianamente é tratado com violência e descaso pela polícia do Rio de Janeiro, que tem como rotina “primeiro atirar e depois perguntar”.

⁸⁴ Formado em meados da década de 1980, os Racionais se tornaram, ao longo dos anos de 1990, o mais conhecido grupo de rap do país, com enorme popularidade na periferia das grandes cidades brasileiras e grande ressonância também na classe média. Especialmente a partir de 1997, quando lançam *Sobrevivendo no inferno*, os integrantes, suas letras e músicas se tornam nacionalmente conhecidos. (ZENI, 2004, p. 228).

⁸⁵ Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/fotos/as-melhores-fotos-do-dia-23-de-abril-slideshow/as-melhores-fotos-do-dia-23-de-abril-photo-1398275506641.html>. Acesso em: 29 mai. 2014.

Figura 18 – A imagem da revolta e da resistência de uma mãe



Fonte: <https://br.noticias.yahoo.com/fotos/as-melhores-fotos-do-dia-23-de-abril-slideshow/as-melhores-fotos-do-dia-23-de-abril-photo-1398275506641.html>

O papel da mãe de DG foi exemplar ao recusar comparecer à audiência organizada pelo governador Luiz Fernando Pezão⁸⁶, no Palácio da Guanabara. Assim, foi inaugurado novo paradigma na modificação do comportamento de quem vive a violência policial no Rio de Janeiro em áreas pobres, para com as autoridades governamentais. Era comum infinitos pedidos de desculpas e oferecimento de indenização pecuniária, num ato que poderia ser denominado de cerimônia de “beija-pés”, como formas de compensação para mais esse tipo de racismo institucional. De forma determinada, a mãe de DG argumentou:

“Eu não vou ao Palácio (Guanabara). O governador está querendo se projetar em cima da imagem do meu filho. Mas eu não vou deixar nenhum político fazer isso. Existem outros crimes iguais ao do meu filho que não foram solucionados, como o da servente Cláudia (que teve o corpo arrastado por uma viatura da Polícia Militar), o do Amarildo, e o do filho da Cissa Guimarães e da engenheira Patrícia Amieiro”, afirmou. (PEREIRA, 2014).

Para além da polêmica em torno do envolvimento ou não da vítima com bandidos da área, a regra na cultura policial no Brasil, que sempre reagem com violência e com truculenta, diante de qualquer incidente que fuja ao “controle”. E nas áreas pobres, tudo fica mais acentuado. No entanto, mesmo se o jovem DG fosse um bandido, o tratamento deveria ser o cumprimento da prisão e não o abatimento a tiros.

Diariamente, notícias de conflitos se multiplicam pelo país. De acordo com a pesquisa do IPEA, *Vidas Perdidas e o Racismo no Brasil* (2003):

Analisando os dados sobre letalidade violenta no Brasil, apontamos que a violência atinge diferentes grupos da população brasileira. No entanto, as mortes violentas – homicídios, acidentes de transporte, suicídios e outros

⁸⁶ Eleito governador do Estado do Rio de Janeiro em 2014, pelo PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, atualmente licenciado por questões de saúde.

acidentes – geram perda maior de expectativa de vida ao nascer para os homens e, dentre estes, para os negros (IPEA, 2003, p. 14).

Segundo o estudo (IPEA, 2013, p. 08), quando consideradas todas as violências letais – isto é: homicídios, suicídios e acidentes –, os homens de cor negra são os que apresentam a maior perda de expectativa de vida, tendo 3,5 anos de vida, contra 2,57 dos homens de outra cor/raça. Proporcionalmente, esse diferencial é bem maior quando considerados apenas os homicídios. Enquanto o homem negro, ao nascer, perde 1,73 ano de vida, o homem não negro perde 0,81 devido a essa causa de mortalidade, que se constitui no principal componente do diferencial de perdas totais. Entre as mulheres, a perda de expectativa de vida devido a todas as mortes violentas é bem menor: 0,65 para as negras e 0,74 para não negras. É interessante notar ao comparar as mulheres negras e não negras, há uma inversão nas perdas totais, que ocorre em face de uma maior vitimização de mulheres não negras por acidentes.

Esses dados corroboram críticas feitas à política de Segurança Pública no estado do Rio de Janeiro, mas que não difere muito das outras regiões do país. Outros episódios poderiam ser citados para ampliar o estudo e aumentar a consternação sobre os conflitos raciais na atualidade provocados por ausências de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento da comunidade negra, como foi a morte de Cláudia Ferreira, que após ter sido baleada na favela do Morro da Congonha, no bairro de Madureira, em um domingo, dia 16 de março de 2014, foi colocada no porta-malas de uma viatura policial e arrastada por 350 metros. Chegou morta e com o corpo todo dilacerado⁸⁷ ao hospital. Essa ação policial entra no rol dos piores exemplos de perversidade já cometida pela corporação no Rio de Janeiro.

Confirmando a 3ª Lei de Newton, que diz: a cada ação, uma reação com a mesma intensidade em sentido contrário, surgem reações, articulações e denúncias diante destes episódios citados, organizados por ativistas dos movimentos sociais, os contramovimentos, que unem pessoas de diferentes espaços de atuação para promover resistências e exigir mudanças. É no olhar crítico sobre as diferentes formas de opressão vividas pelas mulheres negras que se têm norteado a luta na atualidade. Como sinaliza Patrícia Hill Collins (2014)⁸⁸, a interseccionalidade permite pensar as conexões de lutas no espaço político e intelectual com as questões da nossa era.

⁸⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/arrastada-por-carro-da-pm-do-rio-foi-morta-por-tiro-diz-atestado.html>. Acesso em: 18 mar. 2014.

⁸⁸ Conferência “Nós que acreditamos na liberdade não podemos descansar: lições do Feminismo Negro”, realizada em 24 de julho de 2014, Brasília, durante o Festival Latinidades 2014: Griôs da Diáspora Negra Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-07/patricia-collins-convoca-mulheres-negras-se-engajarem-contra-o-racismo>. Acesso em: 04 jun. 2014.

E para identificar como as feministas negras entrevistadas pensam sobre as políticas públicas, a seguir compartilho suas percepções.

IV. 2. Vozes das Colaboradoras da Pesquisa

As mulheres de periferia retomam a luta por creche, com novos aliados: grupos feministas e alguns sindicatos. Essa aliança propiciou a popularização do feminismo. Obrigou também as feministas a traçar panos de ação imediata.

(Edward E. Telles)

As políticas públicas, segundo a avaliação de Nilma Bentes, *ainda são incipientes, apesar de que a questão das cotas sociorraciais e reservas de vagas para quilombolas na Universidade, possibilitarem avanços na luta pela equidade, mas ainda é muito pouco. Também a Lei nº 12.990, de 9.6.2014, pode ampliar as chances da população negra e a regulamentação do trabalho doméstico trouxe algum avanço, mas a dinâmica do mercado de trabalho coloca-nos sempre na base da chamada pirâmide social.* (BENTES, 2016).

Ao fazer a pergunta à Valéria Porto ela disse que *é como se não existisse*. E perguntei o porquê. Ela disse que *porque não chega! Se tem, de certa forma a gente não vê, ela não chega na base*. Argumentei que muitas pessoas falam do Bolsa Família e perguntei se ela considerava esta política como uma política social para as mulheres negras. E afirmou que: *Não, eu não acho. Também é para a mulher negra, mas não só para elas*. Decerto que Valéria tem razão, uma vez que esta política tem um caráter geral, mas indiretamente, as mulheres negras estão sendo beneficiadas, por uma razão, lamentavelmente desagradável, que é o nosso nível de pobreza.

Demonstrei meu interesse em saber quais seriam as políticas específicas para as mulheres negras. E Valéria Porto destacou que: *A educação, para mim, é prioridade. Porque, por exemplo, eu não tenho Bolsa Família, eu não tenho Defeso de Pesca⁸⁹, eu não sou associada à Colônia dos Pescadores da minha comunidade, não recebo Defeso de Pesca. Por que eu não recebo? Porque eu tive uma formação e eu tenho entendimento de que eu posso pleitear alguns espaços e lutar para ter o reconhecimento enquanto profissional e ter um salário. Então, as mulheres que estão lá na base, que são mães de*

⁸⁹ LEI Nº. 10.779, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.779.htm. Acesso 10 de jul. de 2016.

família e que não podem sair, ou pelo menos elas se sentem impossibilitadas porque já são mães... é complicado, se elas não conseguem sair para adquirir esse conhecimento, elas vão permanecer lá e vão usufruir dessas políticas. Penso que para a mulher negra seria importante trabalhar a questão da educação, principalmente da formação. Contribuir para que a mulher negra saia da condição de oprimida, saia dessa condição de mulher que historicamente foi mandada. Historicamente, a gente sabe que teve algumas mulheres que conseguiram sobressair na história do Brasil, mas até hoje a gente ainda se vê como mulheres presas a determinados padrões, a determinadas questões que a gente até chama como cultura. (PORTO, 2016).

Além disso, é importante a questão da formação específica para as mulheres negras do espaço rural, porque hoje estão brigando para ter o ATER MULHER⁹⁰, que é uma assistência técnica específica para as mulheres. Eu acho que talvez tivesse uma ATER, uma assistência técnica voltada para as mulheres negras e que trabalhasse não somente a questão da agricultura, mas o empoderamento delas enquanto agricultoras e enquanto empreendedoras, para que tivesse a área produtiva delas, com um empreendedorismo e que elas conseguissem cuidar e ter uma renda a partir disso, por exemplo. Eu acho que isso seria uma política pública viável. (PORTO, 2016).

E Valéria continuou sua avaliação: Hoje nós temos o PRONAF Mulher⁹¹, que é um programa de crédito, mas que, infelizmente, ele não funciona, a gente não vê a efetivação dele. (PORTO, 2016).

Indaguei se o programa teria cota para atingir às mulheres negras, caso positivo, a ação poderia se configurar em algo importante para a luta das mulheres quilombolas. Ela respondeu que sim, eu acho importante essa questão das cotas, extremamente importante, mas para nós, as mulheres quilombolas, a gente precisa de um certo direcionamento. Igual ao que a gente sabe hoje que tem cotas específicas nas universidades para quilombolas. Eu acho ótimo isso, no caso dessa política atinge sim. (PORTO, 2016).

Hoje alguns quilombolas passaram no vestibular em Universidades Federais pelas cotas. É importante, assim, extremamente importante, mas quando eu falo que é como se não funcionasse, porque, infelizmente, Rosalia, ainda tem muitas comunidades

⁹⁰ Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/POLITICAS_PUBLICAS_PARA_MULHERES_RURAIIS_NO_BRASIL.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

⁹¹ Os créditos ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf - Mulher) têm como finalidade o atendimento de propostas de crédito de mulher agricultora, conforme projeto técnico ou proposta simplificada. 2015. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#16. Acesso em: 19 jun. 2016.

desprovidas da informação. Nós não estamos mais no tempo de cobrar informação, com a internet. Essa coisa da internet e tal, mas é uma coisa que infelizmente ainda tem. Você pode chegar às vezes numa comunidade dessas daí, do município do interior, e falar assim: Oh, você sabia que estava aberto o processo seletivo lá na UFBA, que tinha vagas específicas para quilombolas? E pode ser que digam que não. (PORTO, 2016).

E quando eu falo que é dessa forma, como se não existisse porque às vezes não chega de fato, talvez não é nem a questão da política, mas é justamente a informação a respeito da política. (PORTO, 2016).

As considerações de Valéria Porto me inquietaram, por ver a importância de as políticas específicas para as mulheres negras serem sempre tratadas como apêndices de enunciados globais e nunca como um compromisso real do Estado brasileiro.

Bia Onça também caminhou na mesma direção do pensamento de Porto (2016) e considera as políticas públicas *muito deficientes*. *E aí eu posso falar da experiência que tive com a minha mãe, a minha sendo uma funcionária pública federal com plano de saúde, não conseguiram detectar nela que ela estava com câncer. Como é que pode isso? É uma pergunta que eu sempre fiz...* (ONÇA, 2016).

Perguntei se ela percebeu o racismo institucional nesse caso. Ela não tem dúvida ao responder: *Eu acho que sim. Hoje. Antes eu era muito nova, eu não tinha esse entendimento. Hoje, sim, com certeza! O óbito da minha mãe chamou atenção. Foi "câncer de colo do útero". Começou no colo do útero. Eu via minha mãe sempre trabalhando, cuidando da gente. Não sabia muito de sua história. Não sabia se minha mãe saía, se ia para um pagode. Eu vivia com a minha avó. Eu só conhecia a minha mãe como aquela pessoa certinha, muito certinha. Depois soube outras coisas... E aí eu fiquei assim pensando como eu não sabia disso. Eu achei esquisito quando minha mãe teve câncer no colo do útero e tal, minha mãe teve uma vida sexual ativa e eu nem imaginava.... Eu comecei a me perguntar um montão de coisas. Sobre a questão da saúde, pergunto-me como minha mãe morreu de câncer de útero se ela ia periodicamente ao médico? Ela ia ao médico. Como que é isso? Você está me entendendo? Ela tinha plano de saúde, funcionária federal...* (ONÇA, 2016).

Bia Onça abordou algumas questões da saúde que são muito caras para as mulheres negras, a morte da mãe acometida por um câncer, o racismo institucional nas instituições de saúde. Para corroborar as reflexões, cito Jurema Werneck e de Fernanda Lopes (2000):

De imediato, apresenta-se como um desafio para o desenvolvimento eficiente, eficaz e resolutivo da PNSIPN⁹² a compreensão sobre o que é racismo institucional. E, principalmente, o estabelecimento de mecanismos capazes de fomentar uma nova cultura institucional não discriminatória e efetivamente democrática. O que implica romper com a naturalização do viés discriminatório das políticas públicas e das ações do Estado. Estes são requisitos inadiáveis para a constituição de mecanismos de gestão (incluindo monitoramento e avaliação) coerentes com os objetivos da Política e das lutas negras no campo da saúde até aqui (LOPES e WERNECK, 2000. p. 19).

A questão da saúde é um grande desafio que se agrava com a prática do crime de racismo, muitas vezes dissimulado nas instituições e de acordo com Cristiane Mare da Silva: *acho que se a gente pensa em torno da saúde, que é uma importante questão para se pensar. Eu vejo assim, que as Coordenadorias⁹³ vêm tendo essa preocupação, né? Estou pensando mais de quando a gente tinha a SPM. E como são importantes os encontros que temos (falei sobre as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres). Nós já estamos nesses espaços, ou seja, as nossas pautas já começam a entrar nesse âmbito nacional.* (SILVA, 2016).

Ainda é muito forte a questão da saúde e em torno da violência. Mas o que ainda falta para nós, é aquilo que nos é tão custoso, que pensarmos as práticas políticas em torno do nosso Bem Viver, pois, de um modo geral, o que nós temos é que essa mulher já está destruída, sabe? A questão é pensar no resgate dessa mulher. Mesmo as políticas que não são direcionadas diretamente para as mulheres negras, como o Bolsa Família, a gente percebe os ganhos que nossas mulheres tiveram. Não tem como não colocar. Permite uma maior autonomia. Outro ponto é você poder dizer Não à Violência, né? Eu fico pensando quando estou trabalhando também com as mulheres: como é que é, quando a gente vai pensar as políticas em torno do resgate. Eu vejo que deve ser logo. (SILVA, 2016).

Ao perguntar à Giselle Anjos dos Santos sobre políticas públicas para as mulheres negras, ela rebateu e redirecionou outra questão para mim: *Isso é uma pergunta ou é uma pegadinha?* Respondi que não, que é uma pergunta para compor a tese, mas demos muitas gargalhadas. Ela atendeu ao meu pedido e disse: *Eu acho que está mais para uma*

⁹² A PNSIPN - Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - pode ser considerada um instrumento do Estado para posicioná-lo perante sua sociedade e a sociedade mundial, de que aqui neste país há uma definição clara de que a igualdade somente pode ser alcançada por meio da superação das iniquidades, e que o Estado adota os meios necessários para sua efetivação (PAINEL TEMÁTICO: SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA, 2016, p. 09).

⁹³ Organismos Governamentais de Promoção de Políticas para as Mulheres, nas esferas Nacional, Estadual e Municipal.

pegadinha, porque quando a gente para e pensa as políticas diretas focadas para as mulheres negras, você fala: peraí, existe alguma? (SANTOS, 2016).

Eu acho que essa pergunta é complexa, porque é possível identificar políticas públicas que atendem em sua maioria mulheres negras, exatamente por conta do foco de ação, do recorte etc., mas elas não, necessariamente, são políticas públicas que foram colocadas, pautadas e colocadas a partir desse lugar. Um exemplo de ação é o Bolsa Família, eu entendo que beneficia um número expressivo de mulheres negras, mas nem por isso é uma política social colocada especificamente para as mulheres negras. O Bolsa Família já é tão criticado por todos e todas por aí, por ser uma política pública para pobres e carentes, imagina se fosse colocado, especialmente, para as mulheres negras. Eu acho que não tinha nem sido aprovada. (SANTOS, 2016).

Expliquei que foi por esse motivo que perguntei sobre as políticas públicas que atingem as mulheres negras. Giselle então continuou:

Acho que pegando exatamente esse exemplo que eu mencionei agora do Bolsa Família, é possível interpretar que elas poderiam ser muito mais profundas, se identificasse antes de mais nada, o público alvo. A partir do momento em que se define que são as pessoas de faixa econômica mais baixa e, no caso as mulheres - porque é sempre a mulher que recebe o recurso -, porque é um grupo que está na base da pirâmide. A mulher negra ainda vive, de alguma medida, sob a égide do mito da democracia racial, a gente ainda não consegue se desvencilhar desse recorte e, com esse recorte, eu acho que a gente tem muito mais dificuldade de construir intervenções muito mais efetivas. (SANTOS, 2016).

Então, por exemplo, a política de prevenção HIV/AIDS, inclusive ano passado no processo de mobilização e articulação com a Marcha, a gente construiu uma parceria com um grupo, apresentou uma pesquisa nesse evento que a gente teve junto, pensando, divulgando etc. Os dados realmente são muito graves, pois apontam que na cidade de São Paulo, o público que tinha um crescente, no sentido da infecção, era o grupo das mulheres negras. Mas quando se refere à construção da política social, ela é pensada para todas as mulheres - vamos falar da prevenção do HIV e colocar de forma ampla, genérica, sem considerar a partir desses diferentes marcadores. Não se focaliza a partir da opressão de gênero, opressão de classe, opressão racial. Mas, existem grupos que são mais vulneráveis que outros. Sem pensar estes pontos a construção da política acaba sendo menos efetiva. (SANTOS, 2016).

Eu acho que antes de mais nada existe muita fragilidade, pois dificilmente os recortes são feitos. As duas instituições que estavam e estão à frente dessas pautas, como a SEPPIR e como a SPM, também não constroem esse recorte, quando se constrói, de uma forma ou de outra, estas questões aparecem de modo enviesado. No caso da SEPPIR, essa perspectiva interseccional é mais frequente do que a SPM, por exemplo. É uma batalha muito grande para nós, mulheres negras, construirmos parcerias com o movimento feminista hegemônico (prefiro chamar de hegemônico do que colocar dentro dessa dicotomia de branco com preto, por mais que a gente saiba que ela está dada e está colocada, essa dicotomia existe e acho que mais que entender sua existência, é entender que ela marca a construção do feminismo no Brasil). A forma que a SPM trabalha a particularidade da mulher negra é vergonhosa, considerando que essa Secretaria, que agora já não é mais, já não sei o que é que é. (SANTOS, 2016).

Na oportunidade, informei para Giselle que antes era Secretaria Especial, mas no segundo governo de Dilma Rousseff havia pedido o *status* de Ministério, ou seja, passou a ser uma Secretaria⁹⁴ comum. O quadro mais tarde se agravaria, tendo em vista que o governo que se instalou no Brasil em 2015, rebaixou ainda mais as duas instâncias. Dias depois a intenção governista foi oficializada⁹⁵.

Santos (2016) prosseguiu com seu raciocínio: *O lugar que a SPM atribui para a condição, para a experiência das mulheres negras é a condição do não lugar. O feminismo historicamente contribuiu para todas nós, a SPM é uma política recente. A construção desse organismo é muito recente se a gente for parar e pensar a construção do movimento feminista. Eu acho que muita coisa deveria ser amadurecida, exatamente porque já tinha o percurso aí na estrada, anos de crítica do movimento de mulheres negras, no sentido de trazer à tona essa desigualdade, essa invisibilidade entre mulheres negras e, parece que não, não entenderam o recado e nem querem entender, acho que antes de mais nada é isso, né? (SANTOS, 2016).*

⁹⁴ Em outubro de 2015, foi criado o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, na reforma administrativa anunciada pela presidenta Dilma Rousseff. Com o objetivo de fortalecer e aprimorar as políticas de gênero, de combate ao racismo e de proteção dos direitos humanos no País, a pasta é comandada pela acadêmica Nilma Lino Gomes, que já chefiava a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Ela foi também a primeira mulher negra a assumir a reitoria de uma universidade federal no Brasil. (Retrospectiva 2015 – Destaques da Política de Promoção da Igualdade Racial.2015).

⁹⁵ O presidente interino ao fazer a Reforma Ministerial, em 2016, extinguiu a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria de Cultura, dentre outras. No entanto, diante dos protestos da sociedade civil e da classe artística, houve o recuo da ação, pois na época a Cultura foi fundida à Educação, por causa dos protestos da sociedade civil através da classe artística contra este equívoco. Lamentável o mesmo não ter ocorrido com as demais pastas relacionadas aos direitos das mulheres e de negros.

Falei para Giselle que este “não olhar” é muito cômodo, funciona como uma venda invisível para fugir às responsabilidades e aos compromissos em solucionar problemas. É o eterno mau costume de tentar invisibilizar as mulheres negras no foco de políticas públicas. O mesmo pensamento foi desenvolvido por Zélia Amador de Deus ao falar que: *Eu acho que as políticas públicas na questão racial ainda estão muito sem fazer o foco mulher. Elas ainda estão muito generalizadas para negro, sem fazer o recorte para a mulher negra. Não vejo de um modo geral as políticas que saíram da SEPPIR fazendo recorte de gênero.* (DEUS, 2016).

Para Iêda Leal, as políticas públicas são muito tímidas, acho que não tem alcance, a gente tem uma, é uma coisa aqui, outra coisa acolá... muito estanque daquilo que a gente precisa. *Eu continuo vendo as mulheres negras sofrendo muito. Sofrendo por causa da falta dessas políticas para a gente. Não existe um recorte para a mulher negra! Não vejo, eu vejo experiências.* (LEAL, 2016).

Vejo algumas pessoas que se colocam em alguns lugares e que fazem algumas coisas. Por exemplo, aqui em Goiânia mesmo, nós temos políticas públicas para as mulheres negras, aí nós temos alguém que está na secretaria de saúde que discute anemia falciforme. Alguém! Não é uma política de Estado! Eu tenho alguém, que diz que eu estou falando na saúde, mas na educação.... A Lei 10639/2003, por exemplo, se não tiver uma pessoa que faça, não acontece. Isso não é política! (LEAL, 2016).

Esta constatação é visível em outras regiões, a personalização na execução das políticas públicas, que deveria ser uma responsabilidade do Estado e não de indivíduos ou de ativistas comprometidas com a temática. Partilhei o sentimento de Iêda e ela continuou partilhando sua indignação: *disso até adoço. Nos relatórios do povo que está lá, entra tudo como se estivesse fazendo as coisas. Eu vou mais além, mas eu não domino, mas como é que está a situação das mulheres que estão presas. Ahhhh... eu acho que deve estar.... Eu vou na educação e na saúde, mas eu fico imaginando o que não está rolando nos presídios.* (LEAL, 2016).

De fato, a situação da mulher em situação de encarceramento é muito grave, apenas recentemente elas tiveram direito ao Indulto de Natal, coisa que os homens tinham acesso. Ao realizar pesquisa na internet, após a entrevista com Iêda Leal, encontrei o Relatório que foi encaminhado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Este relatório descreve a situação nacional das mulheres encarceradas no Brasil e incluiu contribuição de sugestões para a Declaração de Princípios sobre a Proteção das Pessoas Privadas de

Liberdade após análise das violações encontradas. Segue um fragmento das considerações do referido documento:

Representando menos de 5% da população presa, a mulher encarcerada no Brasil é submetida a uma condição de invisibilidade, condição essa que, ao mesmo tempo em que é sintomática, “legítima” e intensifica as marcas da desigualdade de gênero à qual as mulheres em geral são submetidas na sociedade brasileira, sobretudo aquelas que, por seu perfil socioeconômico, se encontram na base da pirâmide social como é o caso das encarceradas⁹⁶. Quando se toma como análise o campo da formulação das políticas penitenciárias propriamente ditas, é certo que, não obstante sua precariedade – se voltam apenas a propostas de expansão física do sistema – contemplam unicamente os homens, não alcançando a medida mais primária que se refere à dotação de vagas e à construção de estabelecimentos carcerários femininos. As violações contra os mais diversos direitos das mulheres encarceradas, que são cotidianamente promovidas pelo Estado brasileiro, afrontam não apenas as recomendações, tratados e convenções internacionais (como as Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos), mas a própria normativa nacional que, a partir de estatutos legais e da própria Constituição Federal, reconheceu um extenso rol de direitos e garantias às pessoas privadas de liberdade no país (RELATÓRIO SOBRE MULHERES ENCARCERADAS NO BRASIL, 2007, p. 06, 07).

E segundo as análises do perfil destas mulheres, a maioria é composta por mulheres negras. Logo, tal política pública deve ter maior atenção, o que foi objeto do DECRETO Nº 8.615, de 23 de dezembro de 2015, quando a presidenta Dilma Rousseff incluiu as mulheres nos seguintes artigos:

VI - condenadas a pena privativa de liberdade superior a oito anos que tenham filho ou filha menor de dezoito anos ou com doença crônica grave ou deficiência que necessite de seus cuidados e que, até 25 de dezembro de 2015, tenham cumprido:

b) se mulher:

1. um quarto da pena, se não reincidentes; ou
2. um terço da pena, se reincidentes;

VII - condenadas a pena privativa de liberdade não superior a oito anos, quando mulher, por crime cometido sem violência ou grave ameaça, que tenham filho ou filha menor de dezoito anos ou com doença crônica grave ou com deficiência que necessite de seus cuidados, até 25 de dezembro de 2015, e tenham cumprido um quinto da pena, se não reincidentes, ou um quarto, se reincidentes;

§ 3º - A comutação será de dois terços, se não reincidente, e de metade, se reincidente, quando se tratar de condenada mulher, por crime cometido sem violência ou grave ameaça, e que tenha filho menor de 18 anos ou com doença crônica grave ou com deficiência que necessite de seus

⁹⁶ Embora precários os dados nacionais que deem conta do perfil biográfico e social da mulher encarcerada, um censo penitenciário realizado no estado de São Paulo em 2002 revelou que: 54% das presas são pardas e negras, quanto ao grau de instrução, 61% não concluíram sequer o nível fundamental, 82% são mães, mas apenas 27% se declaram casadas (Cf. FUNAP/SAP/SP, Censo Penitenciário do Estado de São Paulo, 2002) (Relatório sobre Mulheres Encarceradas No Brasil, 2007, p. 07).

cuidados, até 25 de dezembro de 2015 (DECRETO Nº 8.615, de 23 de dezembro de 2015).

Esta iniciativa demonstra a importância para alertar o Estado, visando o cumprimento de sua responsabilidade na execução de determinadas políticas públicas. Pois, se não for assim, a crítica feita por Iêda tem total relevância, ela aponta que, *o que fica parecendo se existe alguém ligado ao Movimento Negro em algum lugar, que existe política pública, a política pública vai acontecer, se não nada acontece. Nós dissemos isso para a Presidenta lá e nós dissemos que não queremos isso, que é muito tímido. Nós temos que fazer alguma coisa, não estou dizendo que tem que acabar isso, mas, assim, eu não desprezo quem faz, porque eu acho que tem o compromisso, né? Mas se a pessoa morre? Ninguém faz?* (LEAL, 2016).

Observei que as colaboradoras da pesquisa até então, fizeram as análises similares em relação às políticas públicas, como também Maria Malcher: *Olha, as políticas públicas ainda estão muito deficientes, sobretudo, se nós formos fazer o recorte regional, enquanto uma mulher negra amazônica, as políticas não chegam aqui, muito embora a gente tenha atuado muito no Conselho Estadual de Mulheres.* (MALCHER, 2016).

Para Piedade Marques, as políticas públicas para as mulheres negras estão *muito ruins. Primeiro, porque as mulheres negras não são consideradas. Não são nem consideradas as políticas para a população negra, muito menos para as mulheres negras.* (MARQUES, 2016).

Perguntei se não havia a política de promoção da igualdade racial, o PNSIPN? Ela informou que sim, *mas que não é considerado. É isso que eu tô dizendo, porque, a política social ela rebate a partir... O que é que tá mais próximo? São exatamente os municípios. De alguma forma, o Estado. O governo federal por máximo que ele faça, tudo rebate, inclusive abrindo chamada, mas rebate aqui. Eu sou coordenadora do Conselho de Igualdade do município, nós conseguimos construir a Marcha aqui. Não mudou nada, nada. Para você ter uma ideia, falando nem só da política para mulheres negras, durante o processo...* (MARQUES, 2016).

Piedade tentou retomar o debate sobre a Marcha, mas eu solicitei que ela centrasse suas percepções nas políticas públicas: *Falando da política mesmo, não das mulheres negras, mas da população negra. Durante o processo da construção, aqui no município, para você ter uma ideia, a gente pensou em construir um seminário para a saúde da população negra, que existe, tá lá, tá posto e tal. Sou do Conselho, mas era do Comitê, levamos a discussão para o Conselho, o Conselho aprovou. Está na construção desse*

seminário, que era um seminário basicamente para quem está na saúde. Não era um Seminário aberto para a população, não. A gente queria uma discussão com quem está na ponta, com agente de saúde, com enfermeiro, com médico, com dentista, com assistente social. Fizemos uma conversa com o secretário de saúde. O custo disso era ele trazer os funcionários que eram do município. Se você está trazendo funcionários do município, pelo menos, um lanche. Nós poderíamos estar trazendo a arte, que fosse uma arte específica com o nome de todo mundo. Esse material de divulgação. De custo, era isso. E pelo menos um transporte para buscar o pessoal que fosse de fazer apresentação. Porque a gente já tinha feito uma articulação com o Estado e com Recife, que tem essa coisa da saúde bem estruturada, organizada, por dentro. Até hoje, nem uma ligação para dizer "não vai acontecer". Depois de anunciar. Se você, por exemplo, hoje for consultar no Google: "saúde da população negra no Cabo", tem lá como se isso existisse. (MARQUES, 2016).

Esta ponderação de Piedade é corroborada pelo estudo realizado por Isabel Cruz (2006) que conceitua como iniquidade, os resultados de uma determinada ação ou política que evidenciam diferenças, demonstram prejuízo para determinados grupamentos sociais. Para a autora, a iniquidade é uma diferença carregada de injustiça (CRUZ, 2006, p. 02), que poderia ser evitada com ações de governos, por exemplo, e parece similar à crítica:

A iniquidade é patente. A taxa de mortalidade das mulheres negras (212,80) é quase seis vezes maior do que a taxa de mulheres brancas (37,73) ainda que, para ambos os grupos tenhamos um valor absurdamente elevado. Como os gestores ainda não se sensibilizaram quanto à discriminação racial vivida pelas mulheres negras, verifica-se, por exemplo, o estabelecimento de metas universais para a redução da mortalidade materna, desconsiderando a possibilidade de implementar uma política afirmativa que busque a equalização da solução. Assim, tendo em vista que a meta do MS é de reduzir em 25% a taxa de mortalidade materna, com base nos dados de São Paulo⁹, a taxa para as mulheres brancas cairia de 37,73 para 28,33, um valor ainda alto para um país em desenvolvimento como o Brasil. Contudo, a meta de redução de 25% para as mulheres negras ainda seria de baixo impacto, pois a taxa cairia de 212,8 para 159,6 - valor ainda inaceitável. Para tornar a taxa de mortalidade igual para as mulheres brancas e negras, o MS teria de se comprometer com uma meta 22 vezes maior para as mulheres negras do que para as mulheres brancas. Bem, sabemos que isto não implica em estabelecer uma política racista, como muitos ainda insistirão em dizer. Todos ganham com políticas de equidade e humanização da assistência (CRUZ, 2006, p. 12).

A análise de Cruz (2006) reforçou as críticas de Piedade Marques, que demonstrou grande indignação com a situação da saúde em seu município, e continuou:

Então, no final das contas, que isso para mim é que é mais sério e acho que é mais sério para quem inventa de estar nos governos. Porque você termina validando como se existisse. Há um tempo atrás eu tinha ido para um seminário da saúde da população negra, que tinha umas representações aqui no Cabo, só que as pessoas diziam: "eu represento, mas não tenho o poder". E eu não acredito que Política de Promoção de Igualdade Racial vá ser construída. (MARQUES, 2016).

A descrença de Piedade se fundamenta na análise realizada por Pereira (2011):

O que garante a inviolabilidade de uma política pública é o seu caráter público – que não é o monopólio do Estado, na garantia de direitos; mas compromete também a sociedade na defesa da institucionalidade legal e integralidade dessa política ante os seguintes eventos: assédio de interesses particulares e partidário; clientelismo; cálculos contábeis utilitaristas e azares da economia de mercado (PEREIRA, 2011, p. 174).

Questionei-a se não achava que a criação da SEPPIR em 2003, de certa forma, teria como missão a sistematização dessas políticas pública. Questionei-a sobre qual avaliação faria em relação à inexistência deste compromisso. Piedade, então, respondeu:

Olhe, eu apontaria várias coisas, acho que a cooptação de lideranças foi uma coisa ruim lá atrás. Fez com que lá atrás a gente se sentisse mais segura, quando tinha essas pessoas lá. Só que estar lá foi uma construção individual, não foi coletivo. Não foi a partir do que o movimento estava construindo. Era mais ou menos assim, o que cada pessoa conseguia levava consigo da construção do movimento, ótimo. Mas não foi o movimento. (MARQUES, 2016).

Argumentei que o processo de escolha da primeira gestão da SEPPIR, a ministra da Igualdade Racial Matilde Ribeiro, foi feito por uma indicação do processo de discussão do coletivo de negros e negras do Brasil. *É certo que o nome de consenso não acompanhou o acompanhamento disso. Eu digo "é tu" e tu te viras. Tu vais por tu. Depois disso, o próprio movimento não tinha, não teve, não tem - e depois piorou. Por quê? Porque essa reprodução lá de cima, além de não rolar cá embaixo, porque as indicações não são do movimento, são... (MARQUES, 2016).*

Eu até acho que só a Matilde chegou lá com isso e o fato de estar lá não representou que o movimento acompanhasse isso. Sustentasse. Então, você é uma pessoa de consenso. É mais ou menos assim, "é uma pessoa ótima, ela é calma, ela tem habilidade" e tal. Quando todo mundo acha que o negócio não foi, chegou. Ótimo. E aí? Porque para além disso quem está aqui, tem que continuar. (MARQUES, 2016).

Piedade continuou sua reflexão: *Mas quando eu falo de retrocessos está exatamente nessa postura do "eu preciso pagar minhas contas", entendeu? E acho que o maior problema mesmo, um é esse, e outro que é os movimentos negro. Eu acho que os movimentos de mulheres negras avançam muito mais do que os movimento negros, porque a gente está onde as mulheres negras estão e aí a gente consegue mexer, não na necessidade de aparecer aqui, mas no trabalho inclusive do miúdo, dessa relação mais próxima com as pessoas. E aí essa rede é um pouco maior. Acho que a gente precisa estar fortalecendo mais isso, para que isso seja reconhecido como força política. Acho que esse para mim... E por isso é que as políticas públicas dão retrocessos, estão dando retrocessos. Eu acho que, por exemplo, o último ano da SEPPIR. O último governo da SEPPIR com a Luiza, eu acho que muitas coisas conseguiram avançar pela capacidade de várias pessoas que estavam lá, da compreensão, de estratégia, de avanço. E aí você tem a questão das cotas...* (MARQUES, 2016).

Tenho percebido, em função da avaliação de algumas ações - que vão desde a atuação movimentos sociais, na academia, nos programas e projetos em desenvolvimento que tem apresentado resultados exitosos -, que os movimentos de mulheres negras e dos feminismos negros estão avançando, como constatou Piedade. Isso me leva a acreditar que, sem dúvida alguma, as mulheres negras têm sido mais propositivas e dinâmicas, em relação às entidades mistas dos movimentos negros e dos homens negros no Brasil, por estarem atualizando as pautas de luta e estabelecemos alianças diretas com mulheres negras de diferentes setores da sociedade e setores de fomento, para colocar em prática seus projetos.

Resgatei o assunto sobre a ocupação de cargos para benefício próprios com Marques (2016) e chegamos à conclusão, que este é um fenômeno comum na esfera governamental e se coloca como um dos desafios para que as ações sejam mais técnicas e eficazes. De acordo com Dennis de Oliveira (2014)⁹⁷:

Um dos problemas da SEPPIR, assim como vários outros órgãos específicos de combate ao racismo nos governos estaduais e municipais, é o fato das indicações serem de caráter pessoal e não são precedidos de uma discussão estratégica do papel destes órgãos. O próprio movimento negro não tem nítido o papel que estes órgãos devem desempenhar. Diante disto, acaba prevalecendo uma política de "balcão" com as indicações aos cargos comissionados e o financiamento de projetos. (OLIVEIRA, 2014).

⁹⁷ Blog Quilombo. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/quilombo/2014/11/17/gog-na-seppir-uma-opcao-que-pode-renovar-acao-governamental-combate-ao-racismo/>. Acesso em 04 de fev. de 2015.

O problema da qualificação nos de cargos para o desenvolvimento das políticas públicas de promoção da igualdade racial, assim como demais aspectos acerca das políticas públicas discutidos neste item, como o racismo institucional, a saúde, dentre outros, soma-se à insatisfação das colaboradoras da pesquisa. Neste sentido, é imprescindível não só agregar um corpo técnico competente e eficiente, como também realizar, sistematicamente, o monitoramento das políticas públicas, com o objetivo de ampliar e fundamentar o conhecimento científico, buscando a sua eficiência.

O EIR é um instrumento que elenca diferentes possibilidades de ação para a implementação de políticas públicas, que visem a melhoria da vida da população negra e será objeto de reflexão, a seguir.

IV. 3. Uma Política Social em Análise: O Estatuto da Igualdade Racial

A avaliação de políticas públicas, programas e projetos governamentais tem finalidades bastante precisas: (1) accountability, significando estabelecer elementos para julgar e aprovar decisões, ações e seus resultados; (2) desenvolver e melhorar estratégias de intervenção na realidade, ou seja, a avaliação tem que ser capaz de repor algo a respeito da política que está sendo avaliada; (3) empoderamento, promoção social e desenvolvimento institucional, significando que a avaliação deve ser capaz de abrir espaço para a democratização da atividade pública, para a incorporação de grupos sociais excluídos e para o aprendizado institucional e fortalecimento das instituições envolvidas.

(Maria das Graças Rua).

A importância em fazer a análise e avaliação do Estatuto da Igualdade Racial reside no fato de investigar os benefícios obtidos – ou não – e sua aplicabilidade para a população negra. Corroborando a visão de Rua (2003), que destaca que ao analisar uma determinada política pública, dever-se-ia também perceber como se dá a democratização da atividade pública, a sua incorporação pelos segmentos beneficiados e sua utilização da mesma por outras instituições no aprimoramento de suas funções. E ainda, estas podem levar ao empoderamento de negros e negras no Brasil. Neste sentido, destaca-se a importância de se investigar o processo que antecedeu a formulação do PL N° 3.198/2000, uma vez que os aspectos que antecederam sua formulação, a implementação e os resultados advindos darão maior amplitude e conhecimento sobre a Lei N° 12.288/2010. (CAVALCANTI, 2007, p. 251).

Ao observar o processo de desenvolvimento da Análise de Políticas Públicas no Brasil, percebo que este se expande a partir dos anos 1980, uma vez que o processo de transição política levou à necessidade de se buscar maior entendimento sobre o impacto na formulação de políticas públicas que contribuam para a melhoria de vida da população, em especial, as mais vulneráveis. Segundo Costa e Castanhar (2002):

Com efeito, nos anos oitenta, a crise da dívida externa e a interrupção de um longo ciclo de crescimento econômico aprofundaram as desigualdades sociais presentes na realidade do país. Por seu turno, as reformas estruturais empreendidas nos anos noventa – abertura comercial e integração, Reforma do Estado, desestatização, entre outras – alargaram ainda mais essas assimetrias na medida em que aumentou o desemprego, precarizaram o emprego remanescente e, conseqüentemente, reduziram os salários reais. A conjuntura econômica desfavorável provocou um crescimento da demanda por ações e serviços sociais, especialmente os de natureza compensatória (COSTA; CASTANHAR, 2002, p. 01).

De certo modo, os anos 1980 foram difíceis para brasileiros e brasileiras, porém foram vitais para o processo de redemocratização do país. No entanto, nos dias atuais novas lutas devem ser empreendidas em busca da garantia dos direitos conquistados nestes quase 40 anos – uma vez que grupos hegemônicos de interesses das elites, aliados aos representantes de religiões fundamentalistas –, têm conseguido importantes recuos de determinadas políticas em função de suas crenças e orientações partidárias.⁹⁸

O sentido de uma política pública não se esgota na sua elaboração e muito menos no processo de sua implementação. Torna-se necessário, no período que ela entre em vigor, o monitoramento de seus caminhos, a percepção da relação dos beneficiários com a mesma, os seus resultados, os entraves encontrados, as ações exitosas, pois, apropriadamente, refletem Souza (2006), uma vez que a avaliação deve ser entendida:

(...) como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

O acompanhamento de determinada política pública auxilia na verificação de seu cumprimento, de sua eficácia e eficiência. Desse modo, é possível identificar quais os

⁹⁸ Existe hoje no Congresso Nacional uma assimetria entre os interesses nas matérias, pois grande parte tem estrita ligação aos interesses dos blocos políticos hegemônicos, que compõem a bancada BBB (Boi, Bíblia e Bala). Apelido dado pela deputada Erika Kokay (PT-DF), em referência à quantidade de religiosos, delegados e ruralistas eleitos que, como conservadores, apresentaram uma pauta robusta nesta legislatura (2014). (CASTRO, 2015).

pontos que merecem atenção maior, seus limites e potencialidades. Nessa perspectiva é oportuno corroborar Flexor e Leite (2006) quando fazem o seguinte alerta:

No caso das políticas públicas, a avaliação é uma função que consiste em apreciar os efeitos atribuídos a ação do governo. A avaliação é, portanto, uma atividade normativa: individualmente ou em grupo, os avaliadores agem em função de quadros de referências, de seus valores e normas, de suas percepções. (FLEXOR; LEITE, 2006, p. 11).

No caso específico do EIR como política pública, sua formulação aconteceu durante o processo preparatório da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas. Esta Conferência motivou alguns países a repensarem as relações da diversidade humana em seus territórios. No Brasil, novos rumos deveriam ser readequados, além do próprio reconhecimento da existência do racismo, uma vez que:

(...) como regra geral, o racismo e a discriminação servem para proteger os interesses políticos e econômicos daqueles que discriminam. (...). Os benefícios da discriminação são sistêmicos. (...). Nesse sentido, o racismo e a discriminação racial podem ser descritos como respostas racionais no interior de sistemas racionais. Consequentemente, grupos específicos sofrem exploração e privação social, econômica e política específicas. (THOMAZ; NASCIMENTO, 2003, p. 17).

Um dos desdobramentos da Conferência de Durban pode ser exemplificado na iniciativa do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso instituir, por meio do Decreto Presidencial Nº 4.228⁹⁹, o Programa Nacional de Ações Afirmativas com foco nos afrodescendentes, mulheres e pessoas portadoras de deficiências, em 13 de maio de 2002.

Assim, o EIR é outro desdobramento e, traduz, em forma de lei, o reconhecimento da existência do racismo e propõe alternativas para o desenvolvimento de medidas para superar a enorme defasagem econômica, social, educacional, de condições de vida, de saúde e de acesso às políticas públicas. Tais áreas distanciavam, e ainda distanciam, os brasileiros negros e indígenas do restante da população não negra deste país. No entanto, grande parte dos não brancos ainda considera a não existência de racismo presentes no país baseando-se no denominado Mito da democracia.

Enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo: negros, brancos e nós todos juntos refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos uma *práxis* de conscientização da questão da discriminação racial nesse país, vai ser muito difícil o Brasil chegar ao ponto de efetivamente ser uma democracia racial. No lastro do todo das questões que estão colocadas, o que se percebe é que estamos num país em que as classes dominantes, os donos do poder e os intelectuais a

⁹⁹ Ementa: Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4228.htm>. Acesso em: 20 mar. 2014.

serviço dessas classes, efetivamente, não abrem mão. Eles não estão a fim de desenvolver um trabalho no sentido da construção de uma nacionalidade brasileira; nacionalidade esta que implicará efetivamente na incorporação da cultura negra. (GONZALEZ, 1985, p. 01).

Lélia Gonzalez (1985), fundamentada em uma visão de feminista negra e de ativista da luta política de mulheres negras e homens negros, contribui para repensar a construção de nação, que ao longo de sua história tem relegado à população negra os piores índices de qualidade de vida em uma nação que se fundamenta em um conceito abstrato de democracia racial. O mesmo pensamento é compartilhado por Paulo Paim PT/RS quando faz reflexão similar durante a Audiência Pública¹⁰⁰ para discutir o EIR na sede do Ilê Aiyê, em Salvador:

Parece que a consciência humana, porque percebo pequenos avanços, já não aceita mais imprimir a desigualdade racial, do tom superficial como era feito até pouco tempo neste País, que, como todos sabem, foi o último País do mundo a abolir a escravidão. É nosso dever aprofundar o debate interno, dentro de nós mesmos, é um passo fundamental. Se a consciência de cada um for despertada, ela contribuirá e muito para que a consciência coletiva também venha a ser provocada. Pois quando isso é compartilhado, a sociedade também aprofunda o debate, e o resultado, com certeza, é o bem coletivo. (SENADO FEDERAL - PARECER Nº 1.950, 2005, p. 39718).

As duas manifestações citadas guardam em si um desejo de ver a igualdade e a não discriminação imperar no Brasil. Entretanto, sabe-se que não existe democracia racial num mar de desigualdades e muito menos Democracia Plena quando o racismo persiste em uma sociedade. O racismo, a expressão mais radical da discriminação, se alicerça nas concepções sobre cor da pele, nas diferenças raciais e na questão de classe. Tais fatores podem ser perceptíveis quando são analisados os indicadores educacionais, econômicos, políticos e sociais, que dão o diagnóstico da democracia de um país. O racismo é um fenômeno complexo, apesar de alguns estudiosos considerarem apenas seus aspectos sutis. O racismo, escamoteado pela visão da cordialidade, encontra-se presente nas práticas cotidianas e constantemente é resgatado como apanágio para uma sociedade que não quer se reconhecer como racista, apesar de reconhecer a existência do racismo, como foi visto no capítulo II.

Os indicadores reafirmam o mito da democracia racial, uma vez que segundo a PNAD 2011, os negros representam 51,3% da população e correspondem a apenas 26,7% daqueles que concluíram ensino superior ou pós-graduação. Apenas 3,8% da população

¹⁰⁰ Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/58268>. Acesso em 20 de março de 2014.

negra concluiu este nível educacional, contrastando com 10,9% da população branca (IPEA, 2013, p. 429). Ainda que este percentual seja de um modo geral baixo para a população brasileira como um todo - tanto para negros como brancos - há que se destacar as desigualdades raciais que ele expressa.

Os desníveis apresentados pelos indicadores sociais, econômicos e políticos, que demonstram a desproporcionalidade entre negros e brancos, reforçando a necessidade de criação de mecanismos não artificiais para corrigir tantas desigualdades. Como consequência, uma nova ordem se faz necessária na sociedade brasileira, para que seja repactuada a existência de todos e todas, com o respeito à humanidade de cada indivíduo para construir as bases de uma Nação alicerçada em princípios da igualdade, da ética e da democracia racial.

Este foi o motor de combustão para a formulação do EIR: ter uma lei que pudesse atuar na regulamentação de políticas públicas para a efetivação da democracia racial no Brasil. Entretanto, o processo até a sua aprovação, além de longo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (2000-2010), descaracterizou, de forma exemplar, as proposições iniciais. Dez anos de espera para a consolidação de um importante instrumento legal para a promoção de uma sociedade inclusiva, foi um depósito de esperanças para o surgimento de uma Nação mais justa para a maioria dos segmentos negros brasileiros, ao final poucos foram os avanços e a inovação.

As resistências verificadas, sem dúvida alguma, se fundamentaram em crenças de segmentos segregacionistas e adeptos da falácia de “todos somos humanos, todos somos iguais”, gerando perdas e robustez do EIR:

Não obstante, a justificativa apresentada para instauração da legislação alega que tal medida tem por fim uma suposta necessidade de reescrever a história da participação do povo afro-brasileiro na formação da população brasileira, através da alteração de todos os livros referentes ao povo negro existentes no país. Trata-se, sem dúvida, de uma tarefa praticamente inconcebível. Seria demasiado ingênuo acreditar que é possível modificar a história de uma nação tão somente por alterações nos registros bibliográficos, visto que se trata de processo consideravelmente mais amplo do que a realização dessas simples mudanças. Nessa senda, a justificação da proposta, ainda, buscou equiparar a trajetória da população brasileira à da África do Sul, marcada pelo regime do *Apartheid*. Ocorre que, na realidade, jamais houve no Brasil quaisquer indícios de uma separação social tão demarcada em razão do simples critério de “raça”, como se denota na trajetória da África do Sul. (GENRO; ROSSI; RIBAS, 2012, p. grifos dos autores).

O exemplo acima demonstra o poder latente do mito da democracia racial. A Lei nº 12.288/10 instituiu novo marco legal. O EIR tem por objetivo, conforme o artigo 1º,

“*combater a discriminação racial e as desigualdades raciais que atingem os afro-brasileiros, incluindo a dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado*” e, certamente ela não deveria existir, pois se vive sob o senso comum de maneira arraigada de o Brasil ser um paraíso da igualdade entre os humanos, ou seja, uma “Ilha da Fantasia”.

Na atualidade, a igualdade ainda é abstrata e se configura como utopia de diferentes gerações de negros e negras que, historicamente, lutam por justiça social e racial.

A igualdade foi apenas formal, pois os desníveis sociais profundos, mantidos em nome da liberdade, e a impossibilidade prática de acesso aos bens produzidos pela sociedade tornavam impossíveis, para muitos, o próprio exercício dos direitos formalmente assegurados (...). A concepção de igualdade como *igualdade de possibilidade* corrige essas distorções, pois admite a existência de relativas desigualdades, decorrentes da diferença de mérito individual, aferindo-se este através da contribuição de cada um à sociedade. (DALLARI, 2013, p. 304).

Elza Soares quando interpreta a música, *A Carne* (de Marcelo Yuka, Cappelletti e Seu Jorge), fornece concretude à afirmação do jurista citado:

(...) A carne mais barata do mercado é a carne negra
Mas mesmo assim
Ainda guardo o direito
De algum antepassado da cor
Brigar sutilmente por respeito
Brigar bravamente por respeito
Brigar por justiça e por respeito
De algum antepassado da cor
Brigar, brigar, brigar
A carne mais barata do mercado é a carne negra (...)

Esse lamento/constatação/denúncia tem sido a herança que passa de geração em geração da Diáspora Africana no Brasil, e segundo Memmi (1977, p. 119) e ao mito negativo, imposto pelo colonizador, sucede o mito positivo de si mesmo, proposto pelo colonizado, que ao longo de sua história desenvolve estratégias para mudar sua realidade. Vale citar o alerta de Santos (1995) diante das dificuldades desse movimento:

(...) uma vez que todas as culturas tendem a distribuir pessoas e grupos de acordo com dois princípios concorrentes de igualdade e diferença: *as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza*. Esse é, consabidamente, um imperativo muito difícil de atingir e de manter. (SANTOS, 1995, p. 30, grifos do autor).

A tarefa de construir uma nação regida por justiça distributiva não é simples, por deslocar os *status quo* consolidados, considerados eternos para uma parcela privilegiada da sociedade. No entanto, há que pressionar e construir alternativas para a democratização “da

coisa pública” e caminhar para obtenção de alternativas, ainda que sejam por meio de tensionamentos promovidos pelos movimentos sociais.

É necessária maior atenção, zelo e o envidar de esforços, para que uma ação política no âmbito jurídico não se esgote no ato de sua aprovação. É necessário, ainda, a vigilância quanto ao processo de implementação, do monitoramento, dos caminhos virtuosos ou não, dos equívocos e dos acertos desta política pública. Essencial é avaliar a relação com os beneficiários, perceber e interferir nos conflitos e entraves, mapeando as ações exitosas, pois a avaliação de uma política social deve ser entendida:

(...) como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 26, grifos do autor).

Vislumbrava-se, com a implementação completa do EIR, uma etapa relevante no país, para abertura de caminhos no sentido da construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Isso porque o processo de construção do EIR se configurou de extrema importância para a nação brasileira diante dos indicadores sociais que anunciavam e denunciavam a precariedade nas vidas de negros e negras brasileiros.

A visão que as feministas negras entrevistadas construíram após a vigência da Lei 12.288/2010 e a leitura de textos produzidos durante os dez anos de tramitação do EIR no Senado Federal e na Câmara dos Deputados foram relevantes para a construção desta tese, uma vez que de acordo com Baptista (2011):

(...) se partilharmos a crítica à concepção racionalista e universal de Estado talvez seja interessante buscar compreender as diferentes relações de poder que se estabelecem entre grupos sociais na construção das políticas em Estados específicos. Neste raciocínio, não é suficiente tratar os processos políticos apenas no que é aparente ou formalmente estabelecido; é preciso romper com uma visão normativa e descritiva das políticas e trazer o que há de vida na sua construção. (BAPTISTA, 2011, p. 63).

A seguir, então, o Estatuto da Igualdade Racial será analisado.

CAPÍTULO V

O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL

Ningún deseo más natural que el deseo de conocer. Todos los medios que a él pueden conducirnos los ensayamos, y, cuando la razón nos falta, echamos mano de la experiencia, Por varios usus artem experientia fecit, exemplo monstrante viam, que es un medio mucho más débil y más vil; pero la verdad es cosa tan grande que no debemos desdeñar ninguna senda que a ella nos conduzca. Tantas formas adopta la razón que no sabemos a cual atenernos: no muestra menos la experiencia; la consecuencia que pretendemos sacar con la comparación de los acontecimientos es insegura, puesto que son siempre de semejantes.

(Michel Montaigne)

O desejo de conhecer, como bem define o filósofo renascentista Montaigne (1580), é inerente aos seres humanos e, conseqüentemente, busca estruturar elementos que derivariam em um conhecimento científico. Esta é a meta deste capítulo ao aliar o ativismo de mulheres negras, com o debate sobre a Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver, ao estudo de uma determinada política pública, objeto desta tese, o Estatuto da Igualdade Racial – EIR.

O EIR se caracteriza por uma política compensatória, especificamente, uma política de ação afirmativa que busca desenvolver ações para atingir níveis mais elevados da vida da população negra no Brasil, assim como o acesso universal às políticas públicas em todas as áreas: social, econômica, política e cultural.

As ações afirmativas foram implementadas inicialmente na Índia, na busca de melhores condições de vida para a casta inferior denominada *intocáveis*¹⁰¹. No entanto, são

¹⁰¹ A estratificação social hindu na Índia se baseia em recursos financeiros, na fortuna, em fatores de ordem religiosa e na transmissão hereditária do legado de cada casta, teve início com a chegada dos árias - povos de origem indo-europeia, portadores de pele clara -, nas terras hoje pertencentes à Índia. A primeira divisão ocorreu entre os árias, denominados 'varnas', de um lado, e os dasya, antigos habitantes desta região, transformados em escravos ou dasas, distintos dos imigrantes por sua epiderme escura. Tem início então o sistema de castas, vigente há pelo menos 2600 anos no subcontinente indiano. A partir deste momento os árias ou 'varnas' foram hierarquizados conforme cada elemento do corpo de Brahma, o Deus Maior do hinduísmo. A boca desta divindade constitui os brahmin, uma elite composta por apenas 15% da população, os quais compõem os sacerdotes, professores e filósofos. Logo depois vêm os braços de Brahma, dando origem aos Kshatriya, membros das instituições políticas e militares, dependentes das orientações transmitidas pelos brâmanes. As pernas de Brahma geram os vaishas, responsáveis pelas atividades

nos Estados Unidos da América, a partir de meados do século XX, após a promulgação das leis dos direitos civis (1964), que tais medidas, se difundiram pelo mundo. Fruto de constante pressão dos grupos organizados da sociedade civil, nas décadas 1960-70, impulsionadas por lideranças como Martin Luther King, Malcolm X e grupos radicais como os "Panteras Negras", na luta pelos direitos iguais para os afro-americanos, que denunciavam a situação do negro, os argumentos jurídicos associados ao movimento social foram capazes de efetuar profundas mudanças de diferentes nuances. Assim, as ações afirmativas investiam em medidas para acabar com as práticas discriminatórias nas empresas numa base neutra em relação à raça. Buscou-se que fossem eliminadas inclinações raciais nos testes para emprego e que empregados qualificados fossem selecionados tanto em comunidades negras quanto brancas. Com isso, medidas compensatórias foram adotadas para aqueles que eram discriminados por seus empregadores acarretando concessão de empregos, promoções ou indenizações pecuniárias.

A política de ações afirmativas, que no Brasil surgiu com maior intensidade na década de 1990, foi impulsionada pelas análises dos indicadores sociais que apontavam grande defasagem, não só da presença negra nas Universidades Públicas do país, como os baixos índices de acesso aos bens públicos, qualidade de vida e acesso à riqueza produzida.

De acordo com Cashmore (2000, p. 31), ação afirmativa visa ir além da tentativa de garantir igualdade de oportunidades individuais ao tornar crime a discriminação, tendo como beneficiários os membros de grupos que enfrentam preconceitos.

Segundo Vieira Júnior (2006):

As políticas de ações afirmativas nasceram da vontade de contrapor tendência existente nos Estados modernos que, como visto, ao pretenderem ser imparciais no tratamento aos seus cidadãos estimulando a igualdade formal na forma da lei e vedando qualquer espécie de discriminação, terminaram por inviabilizar, de fato, a almejada igualdade. O objetivo principal das ações afirmativas, então, é promover e concretizar o princípio de igualdade de direitos humanos. O reconhecimento da existência e permanência de atos e ideologias discriminatórias por parte da sociedade civil e do Estado é uma condição

comerciais e agrícolas, enquanto os shudras nascem dos pés do deus, constituindo os camponeses, trabalhadores fabris e artífices, os quais só recentemente conquistaram o direito de acesso à sabedoria hindu. À margem das castas há os dalit, chamados 'intocáveis' ou párias, que de alguma forma transgrediram alguma norma social pertencente ao sistema de castas, sendo por isso excluídos. Esta punição se estende a todos os seus descendentes. São considerados impuros, por isso têm que lidar com o que é considerado imundo socialmente – limpar esgotos, coletar o lixo, manipular os mortos. Hoje, apesar de ser considerado ilegal pela Constituição, o sistema de castas mantém sua força e já registra mais de três mil classes e subclasses nos meios sociais indianos. (Sistema Indiano de Castas. Disponível em: <http://www.infoescola.com/sociologia/sistema-indiano-de-castas/>. Acesso em: 13 de maio de 2015.

para a implementação de ações afirmativas. (VIEIRA JÚNIOR, 2006, p. 31).

O reconhecimento do racismo por meio da constante denúncia dos Movimentos Negros e Feministas Negros acarretou a formulação do Estatuto da Igualdade Racial, através do Projeto de Lei – PL Nº 3.198/2000¹⁰², mesmo diante de vastas análises produzidas na academia e agências de pesquisa e fomento –, ainda guarda potencial para novos estudos e, por isso, consideramos que o tema não se esgota, quando se elege como tema de pesquisa o estudo das relações raciais no Brasil:

A proposta de construção de um Estatuto da Igualdade Racial foi originalmente oferecida pelo então deputado Paulo Paim, em junho de 2000. Apresentada como fruto do debate do movimento negro, a redação original do PL nº 3.198/2000 reunia, em 36 artigos, propostas nas áreas da saúde, educação, trabalho, cultura, esporte, lazer, acesso à terra e à justiça. (SILVA, 2011, p. 08).

O EIR é definido como um importante instrumento legal que demarca as relações raciais no Brasil. É um marco para institucionalização de políticas públicas para a população negra. Nesta tese será feita uma breve análise de toda tramitação nas duas casas legislativas do poder federal, dando ênfase ao debate político. Estudos mais detalhados poderão ser consultados diante das produções disponíveis¹⁰³. Aqui, a ênfase será nos aspectos gerais do processo que culminou na criação da Lei Nº 12.288/2010, estabelecendo o diálogo com as proposições da Marcha das Mulheres Negras 2015, com o auxílio do discurso político das colaboradoras entrevistadas.

O texto do EIR incorporou as bandeiras dos Movimentos Negros e Feministas Negros. Traduziu lutas anteriores, como a Campanha por Reparação¹⁰⁴, cujo título era

¹⁰² Elaborado pelo deputado federal Paulo Paim (PT/RS).

¹⁰³ Como sugestão de produções para o aprofundamento sobre a análise do Estatuto da Igualdade Racial, consultar Salles (2011); Silva (2011); Jesus (2013); Relatório Final GT Estatuto da Igualdade Racial (2012) e Parecer Nº 1.950, DE 2005, de 2005. Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Estatuto da Igualdade Racial. Diário Oficial, Brasília, DF, 21 jun. 2001. Seção 1, p.39662 a 39749.

¹⁰⁴ Transcrevo o trecho da matéria publicada em 21 de novembro de 1995. “O Movimento pelas Reparações- Já propôs ontem na sessão este texto é uma matéria que tem a fonte no final dela, a solene em homenagem aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, na Câmara dos Deputados, que haja uma indenização de US\$ 102 mil para os descendentes de africanos escravizados à época da colonização do Brasil. Cerca de 60 milhões de pessoas receberiam o benefício como reparação. Segundo um dos autores do projeto, Fernando Conceição, 36 anos, o presidente Fernando Henrique Cardoso teria direito à indenização, pois declarou “ter o pé na cozinha durante a campanha eleitoral”. O movimento elaborou um projeto de lei que foi entregue informalmente ao presidente da Mesa, deputado Wilson Campos (PSDB-PE). Pela proposta, também seriam asseguradas cotas para ingresso de descendentes africanos nas escolas e no funcionalismo.

O valor da indenização foi estimado com base nos supostos salários que deveriam receber os 4 milhões de africanos escravizados por 400 anos, tempo gasto para “construir” o Brasil. Chega-se a um total de US\$ 6,14 trilhões. Considerando que 45% da população do país é de negros e mestiços, isso equivale a 60 milhões de descendentes. Portanto, cada um teria direito a sua parcela de US\$ 102 mil.” (FOLHA DE SÃO PAULO,

Reparações-Já. Nesta campanha se preconizava a compensação pecuniária para todos descendentes de povos escravizados. Entretanto, devido à grande resistência e pressão de parte dos grupos conservadores e contrários à proposição, a campanha não manteve o fôlego para prosseguir até o parlamento.

Segundo a Folha de São Paulo (1995), o deputado federal Wilson Campos (PSDB/PE) recebeu informalmente uma cópia da proposta de PL proposto pelo Movimento *Reparações-Já*. Contudo, mesmo inclusas reivindicações polêmicas e outras amenas – que iam desde indenização compensatória à instituição de cotas na educação e no funcionalismo –, nenhuma ação efetiva ocorreu na Câmara dos Deputados.

O Parlamento brasileiro se configurou e, se configura até os dias atuais, como uma instância de poder que, ao longo de sua história, tem demonstrado significativa resistência para aprovar matérias desta natureza. Um dos componentes vitais para esse comportamento hostil aos grupos discriminados, talvez seja em função de seus representantes acreditarem que não existe racismo no Brasil. Uma outra linha de pensamento, pode encontrar explicação na doxa de que não é de bom tom racializar¹⁰⁵ o país. Tais noções contribuíram para que a maior parte dos parlamentares, atuem – e se comportem – como epígonos cegos do mito da democracia racial.

O mesmo fenômeno aconteceu, anteriormente, com o PL N° 1.332/1983, de autoria do deputado federal Abdias do Nascimento (PDT/RJ)¹⁰⁶. Este PL foi apresentado formalmente e arquivado seis anos depois. Essa atitude, mais uma vez evidencia a falta de prioridade e descaso dos políticos brasileiros quando direitos para negros e negras são reivindicados nas esferas institucionais brasileiras. Outro fato que chama a atenção se deve ao seu não apensamento no Projeto proposto pelo senador Paulo Paim (PT/RS).

1995). Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/cotidiano_21nov1995.htm. Acesso 27 de abr. de 2016.

¹⁰⁵ “O Brasil, que conseguiu a façanha de não criar essas terríveis identidades étnicas insuperáveis não é o mesmo que quer agora criá-las para combater desigualdades. A justiça que os brasileiros desejam não se baseia na separação entre afrodescendentes e eurodescendentes. Os brasileiros não querem abandonar o ideal de uma nação arco-íris, que se expressa há tantos anos a ponto de sermos um país de 43% de autodeclarados pardos, ou seja, misturados, nem brancos e nem pretos, um gradiente de cor que aproxima em vez de separar”. (MAGGIE, 2010, p. 05). Texto de Ivone Maggie se posicionando contra a votação do sistema de cotas na UNB e lido na Audiência Pública, como rito preparatório para o julgamento que levaria o Supremo Tribunal Federal aprovar por unanimidade a ADPF N° 186, em 24 de abril de 2012.

¹⁰⁶ O Deputado Federal Abdias do Nascimento (PDT/RJ), militante do antigo PTB, após o golpe de 1964 participou desde o exílio na formação do PDT. Já no Brasil, liderou em 1981 a criação da Secretaria do Movimento Negro do PDT.

Como primeiro deputado federal afro-brasileiro a dedicar seu mandato à luta contra o racismo (1983-87), apresentou projetos de lei definindo o racismo como crime e criando mecanismos de ação compensatória para construir a verdadeira igualdade para os negros na sociedade brasileira. Como senador da República (1991, 1996-99) continuou nessa linha de atuação. Disponível em: <<http://www.pdt.org.br/index.php/camara-homenageia-abdias-nascimento-e-dragao-do-mar/>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

É fundamental destacar que a conjuntura política no momento de apresentação do PL Nº 3.198/2000 era muito distinta daquela dos anos de 1980, devido à iminência da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, em Durban, África do Sul, que aconteceu no ano seguinte. Este momento foi, politicamente, propício para o acolhimento da proposta, ainda que o produto final tenha sido acentuadamente descaracterizado. E foi este PL que materializou a Lei Nº 12.288/2010, um dos objetivos de discussão desta tese.

Nesta breve introdução ao capítulo, verifica-se que a luta por inclusão de políticas que favoreçam a população negra e que visam a promoção, o avanço social, político, econômico e cultural é histórica e pode ser resgatada em diferentes períodos de formação e desenvolvimento do país e, pensando neste processo, este capítulo visa o estudo e análise do EIR.

No primeiro item, *Na trilha da Lei Nº 12.288/2010*, apresento a trajetória do EIR estabelecendo um diálogo com a iniciativa do deputado Abdias do Nascimento (PDT/RJ) no ano de 1983 e com a ação do deputado Paulo Paim (PT/RS) ao apresentar o PL Nº 3.198/2000. Resgatarei a conjuntura internacional em torno da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, a Conferência Contra o Racismo de Durban, África do Sul, que ocorreu de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, e a ação do Movimento *Reparações-Já* organizado pelo Movimento Negro.

Em seguida, no segundo item, *Ação, Reação, Euforia e Decepção*, serão apresentadas as críticas e comemorações do processo de tramitação no Congresso Nacional, assim como as manifestações do resultado final do EIR. A análise será construída por meio da análise de documentos elaborados por entidades e ativistas dos Movimentos Negros e Feministas Negros e das instituições dedicadas aos estudos desta área de conhecimento.

A definição de Cavalcanti (2007) sobre o enfoque da análise de política pública é o ponto central do terceiro item deste capítulo, como também a Análise do Discurso Político, uma vez que algumas colaboradoras participaram de etapas para a formulação do EIR e guardam *Sentidos e Sentimentos na Análise das Feministas Negras sobre o Estatuto da Igualdade Racial*.

No capítulo V, portanto, estarei falando de legislação inclusiva e reparativa, de busca de direitos, de reparação, de indignação com a nação que ainda guarda traços fortes de racismo em suas estruturas. Estabelecerei o diálogo com as colaboradoras da pesquisa sobre as expectativas na construção de uma nação que promova o acolhimento e integração

da diversidade populacional. Conversaremos sobre as lutas e batalhas do povo negro por dignidade, direitos e respeito.

Sendo assim, a função deste capítulo é refletir sobre uma etapa da luta do povo negro por políticas específicas, luta esta, que se arrasta por 516 anos neste território de nome é Brasil. A regulamentação do Estatuto da Igualdade Racial, Lei Nº 12.288/2010, cuja função é a de atender aos anseios do maior contingente de brasileiros e brasileiras, a população negra, será o objeto de estudo a seguir, iniciando com a apresentação dos caminhos percorridos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

V. 1. Na trilha da Lei Nº 12.288/2000

A turbulência consistia em fazer eu parte do Partido Liberal; e, pela imprensa e pelas urnas, pugnar pela vitória de minhas e suas ideias; e promover processos em favor de pessoas livres criminosamente escravizadas; e auxiliar licitamente, na medida de meus esforços, alforrias de escravos, porque detesto o cativo e todos os senhores, principalmente os Reis.

Desde que fiz-me soldado, comecei a ser homem; porque até os 10 anos fui criança; dos 10 aos 18, fui soldado.

(Luiz Gama)

Ao iniciar com a epígrafe da autobiografia de Luiz Gama (1830-1882) procuro trazer à tona, de forma temporal, a luta da população negra, resgatando algumas das provocações que intelectuais negros faziam às instituições nacionais na busca por direitos. Por outro lado, também se constitui em uma homenagem ao primeiro advogado que introduziu na norma jurídica brasileira o princípio da legítima defesa¹⁰⁷; ressaltar as inegáveis vitórias quando subia ao púlpito para defender negros que reagiam contra os maus tratos matando seus senhores de engenho, em um período que humanos eram tratados como coisas, propriedades e domínios irrestritos. Uma época em que as estruturas se

¹⁰⁷ “A carnificina que ocorre no período regencial, tendo como exemplo máximo a Cabanagem (1835-1840), com cerca de 30.000 mortes, equivalente a mais de um terço da população do Pará, efetiva a noção moderna do projeto liberal: a violência vai cada vez mais se consolidando como um aparato do Estado. O governo prossegue no seu discurso centralizador e, com a crueldade, tenta fazer valer o terror. Entretanto, a violência continua não sendo monopólio absoluto do governo e da classe dominante. “Todo escravo que mata o seu senhor comete um ato em legítima defesa”, teria afirmado, mais tarde, Luiz Gama. Se o poderio repressor do Estado é capaz de intimidar, com sua truculência, não consegue zerar os efeitos das contradições do próprio sistema socioeconômico de que faz parte, mesmo porque as explosões de revolta já são resultados de relações cotidianas violentas, em especial no trabalho, que geram indignação, ânsia de liberdade e desejo de vingança. Revoltar-se contra o poder central faz perceber que é necessário revoltar-se contra o poder local. A máxima “Eu me revolto, logo existimos” tem em sua recíproca uma verdade”. (SILVA, 2011, p. 22, grifos do autor).

baseavam no conceito de que negros eram elementos de segunda classe, homens e mulheres.

Uma das denúncias históricas da população negra no Brasil tem sido o problema do racismo estrutural e, em especial, a violência – na maior parte do tempo cometida por policiais – que atinge a população negra jovem. O estudo produzido pelo IPEA (2013, p. 08), *Nota Técnica: Vidas Perdidas e Racismo no Brasil*, já apresentado anteriormente demonstra o problema na área de Segurança Pública.

A violência é um exemplo de um grande problema, dentre os demais enfrentados pela população negra. Posto isso, ao estudar quaisquer aspectos do EIR há de ser resgatada a primeira iniciativa de regulamentação de direitos no parlamento do Estado brasileiro, uma vez que a frase: *Nossos passos vêm de longe* demarca uma ação política reafirmada no cotidiano das ativistas negras e dos ativistas negros no Brasil.

Neste sentido, torna-se imprescindível resgatar o PL Nº 1.332/1983 do deputado Abdias do Nascimento (PDT/RJ), que *dispõe sobre ação compensatória visando à implementação do princípio da isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira, conforme direito assegurado pelo Art. 153, § 1º da Constituição da República*. (DOSSIÊ – PL – 1.332/1983).

Nota-se que a contar a data de apresentação do PL Nº 1.332/1983 com a do PL Nº 3.198/2000 que resultou a Lei Nº 12.288/2010, demarca o processo de extrema lentidão para uma urgência de grande parcela da população brasileira de 27 anos para que fosse dada a devida – mesmo que reduzida – atenção para a regulamentação de uma legislação que visasse direitos – apesar de tímidos – para a maioria de brasileiros e brasileiras. Não obstante, a demora tem direta relação à atuação de grupos contrários à formulação de uma legislação que evidenciasse e reconhecesse o racismo no Brasil, mas este aspecto será discutido mais adiante.

O primeiro artigo do PL 1.332/1983 traz o seguinte texto:

Art. 1º. As autoridades públicas, os mandatários governamentais e a sociedade civil brasileiros deverão tomar medidas concretas, de significação compensatória, para implementar, para os brasileiros negros (de ascendência africana), o direito que lhes é assegurado pelo Art. 153, § 1º, da Constituição da República, à isonomia concedida a todos os brasileiros, nos setores de oportunidade de trabalho, remuneração, educação e tratamento policial, entre outros. (DOSSIÊ – PL – 1.332,1983, p.01).

As palavras *medidas concretas e de significação compensatória* merecem ser destacadas, uma vez que remetem às reivindicações e orientações elaboradas por

intelectuais e ativistas que divulgaram a declaração final do I Congresso do Negro Brasileiro, publicada na imprensa brasileira em 4 de setembro de 1950. Dentre elas, destaca-se a que aludia a inclusão de homens de cor nas listas de candidatos de agremiações partidárias, a fim de desenvolver a sua capacidade política e formar líderes esclarecidos, que pudessem traduzir em formas ajustadas às tradições nacionais, as reivindicações das massas de cor (RAMOS, 1954, p. 35).

A iniciativa do deputado Abdias do Nascimento (PDT/RJ), por meio da apresentação do PL no ano de 1983, tentava resgatar as orientações feitas pelo I Congresso Nacional do Negro 33 anos depois de sua formulação. Entretanto, mesmo diante de anos de omissão do Estado brasileiro para que garantisse direitos iguais para todos e todas, este PL não seguiu adiante e, o pior, não foi desarquivado em nome do reconhecimento e validação de toda uma vida dedicada ao combate ao racismo e à elevação da condição de vida do negro realizados pelo parlamentar.

Outro ponto que merece a atenção no PL 1.332/1983 se refere à ação policial evidenciando, já naquela época, a preocupação direta com os aspectos do racismo institucional presentes na ação dos agentes de segurança pública. Neste PL consta ainda a instituição de cotas de 20% para homens negros e 20% para mulheres negras em todas as repartições estaduais, municipais e nacionais, inclusive nos poderes Legislativos, Ministérios, Secretarias Estaduais e Municipais, Forças Armadas, Poder Judiciário, além das autarquias e fundações (DOSSIÊ – PL – 1.332/1983, p. 02-03), alertando para ausência da inclusão da população negra em carreiras historicamente de hegemonia branca.

Abdias do Nascimento apoiava-se em direito assegurado pelo artigo 153, § 1º da Constituição de 1967, elaborada na ditadura militar, e seu projeto tratava da educação, do mercado de trabalho e da violência policial, estabelecendo cotas mínimas para homens e mulheres negras.

A estratégia usada pelos opositores da iniciativa para sufocar o debate foi a aprovação unânime, o que ocorreu no andamento da proposição na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na Comissão de Trabalho e Legislação Social (CTLS) e na Comissão de Finanças (CF). Esse percurso aparentemente tranquilo, que acabava sugerindo a aquiescência de todos os partidos, escondia na verdade a decisão política de se evitar a discussão da temática racial. A tramitação iniciada em dezembro de 1983 foi concluída em setembro de 1985. Em seguida, após esperar quase quatro anos por debate e votação no Plenário, o projeto foi arquivado em 05 de abril de 1989. (RELATÓRIO FINAL DO GT DO GRUPO DE TRABALHO DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL, 2012, p. 06).

O ativismo dos Movimentos Negros e Feministas Negros continuou por meio de diferentes manifestações, como a Marcha do Tricentenário da Morte de Zumbi – Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida –, em 1995:

No plano federal, a conquista do movimento no centenário da abolição foi a construção da Fundação Palmares, um órgão ligado ao Ministério da Cultura, o qual canaliza demandas do movimento ligadas à dimensão cultural, não enfrentando, assim, os problemas de desigualdade, uma vez que o órgão não tinha essas finalidades em sua missão institucional. Ademais, as administrações dos estados costumam promover grupos negros apenas durante o carnaval, e isso fica bem nítido na pesquisa de Souza (2006) sobre o Ilê Aiyê no estado da Bahia. Diferentemente desse tipo de relação que se estendia para o Brasil inteiro, a proposta da Marcha de 1995 tinha um caráter mais ousado: pretendia propor ao Estado o enfrentamento das desigualdades raciais e isso exigia a destinação de verbas específicas para lidar com essa demanda. (RIOS, 2008, p. 124).

Outra iniciativa tomada pelo governo federal foi a criação do Decreto que cria o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra em 20 de novembro de 1995. Esta data é de grande importância para os Movimentos Negros e Feministas Negros, pois foi celebrado os 300 anos da morte de Zumbi. Assim, as manifestações – permanentes, porém, nem sempre intensas – colaboraram para provocar uma reação em cadeia, influenciando outras instituições, que se inquietaram diante dos efeitos do racismo e das discriminações.

Também houve a iniciativa de protocolar na Câmara dos Deputados o PL N° 73, de 1999, de autoria da deputada Nice Lobão (PFL/MA, em 24 de fevereiro de 1999). Este projeto de lei dispõe sobre ingresso nas universidades federais e estaduais, cuja ementa era: *Reserva cinquenta por cento das vagas para serem preenchidas mediante seleção de alunos nos cursos de ensino médio - cota universitária.*

O Senado Federal também se imbuíu na formulação de legislação que contemplasse as reivindicações da população negra. No ano de 1999 é protocolado pelo Senador José Sarney (PMDB/AP), o PLS N° 650/1999 com o seguinte propósito: *instituir quotas de ação afirmativa para a população negra no acesso aos cargos e empregos públicos, à educação superior e aos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)*¹⁰⁸. Este projeto, mais tarde, seria apensado ao PLS que o Senador Paulo Paim (PT/RS) apresentou no Senado Federal, uma vez que o PL N° 3.198/2000 estava parado na Câmara dos Deputados.

Os trâmites na Câmara dos Deputados serão discutidos a seguir.

¹⁰⁸ Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/42616>. Acesso em: 20 mar. 2015.

V.1. i. Na Câmara dos Deputados

A linha de vida do EIR inicia sua longa caminhada e duraria uma década. Segundo Salles (2011, p. 14), no dia 07 de junho de 2000, o Senador Paulo Paim (PT/RS), na época Deputado Federal, protocolou na Câmara dos Deputados o PL N° 3.198/2000 cuja ementa: “*Institui o Estatuto da Igualdade Racial, em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça e/ou cor, e dá outras providências*”, sob o N° 3.198/2000.

Um ano depois de ser protocolado, no dia 12 de setembro de 2001, a Câmara dos Deputados instala a Comissão Especial do Estatuto da Igualdade Racial¹⁰⁹, cujo presidente era o Deputado Federal Reginaldo Germano¹¹⁰ (PFL/BA). Chama a atenção o tempo para composição e instalação completa da Comissão Especial do Estatuto da Igualdade Racial, se comparado aos PL’s de interesse dos grupos hegemônicos no Congresso Nacional, o que induz ao questionamento acerca da importância conferida à questão racial neste país – pouca ou nenhuma – tendo em vista um período de doze meses e mais um mês na definição do 1º vice-presidente –, para, finalmente, serem iniciados os trabalhos.

É oportuno contextualizar o ano de 2001, no que tange ao debate racial, na perspectiva internacional, como um ano singular por ter demarcado um momento histórico de busca da eliminação do racismo, da discriminação e de outras formas de intolerâncias correlatas no mundo. Este ano foi escolhido pelas Nações Unidas para celebrar o Ano Internacional de Mobilização contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata para chamar a atenção do mundo para os objetivos da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, a Conferência Contra o Racismo de Durban, África do Sul, entre 31 de agosto a 8 de setembro de 2001.

Registra-se ainda, que o ano de 2001, foi proclamado, por decisão da Assembleia Geral, o Ano das Nações Unidas de Diálogo entre as Civilizações, com ênfase na tolerância, o respeito pela diversidade e a necessidade de buscar bases comuns entre as civilizações e no seio das civilizações, para que enfrentem os desafios comuns à

¹⁰⁹ De acordo com a Agência Câmara, houve a eleição dos integrantes, que contou com a presidência do deputado Saulo Pedroza (PSDB-BA); 2º vice-presidente, Luiz Alberto (PT-BA); 3º vice-presidente, Almerinda de Carvalho (PPB-RJ); e relator, Reginaldo Germano (PFL-BA). O 1º vice-presidente só foi indicado em 31 de outubro de 2001, deputado Osmar Terra (PMDB/RS). (CÂMARA, 2001).

¹¹⁰ O Partido da Frente Liberal (PFL) – fundado em 24 de janeiro de 1985 –, se transformou no DEM (Democratas) em 28 de março de 2007, de centro-direita/direita sua ideologia política é o liberalismo e o neoliberalismo. Sua história pregressa tem origens nas dissidências do antigo Partido Democrático Social (PDS), apoiador da Ditadura Militar (1964-1985), antes Aliança Renovadora Nacional (Arena).

humanidade que ameaçam os valores partilhados, os direitos humanos universais e a luta contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata por meio da cooperação, da parceria e da inclusão (DECLARAÇÃO DE DURBAN, 2011).

Sem dúvida alguma, tais acontecimentos na esfera diplomática induziram o Brasil a ter posicionamento assertivo em torno desta questão, que há muito tempo carecia de regulamentação, como foi dialogado anteriormente. Na reunião da Delegação Brasileira em Durban, com o Chefe titular da delegação do Brasil, Ministro da Justiça José Gregori, anunciou-se que seria implementado programa de ação afirmativa para o ingresso na diplomacia brasileira¹¹¹. Na oportunidade, houve o reconhecimento oficial, por parte do governo, da existência do racismo na sociedade brasileira perante o mundo. Tudo muito tardio, considerando as denúncias sobre a situação deplorável vivida por negras e negros no Brasil.

A delegação brasileira presente na Conferência Contra o Racismo foi a maior, depois da africana, com mais de 200 participantes da sociedade civil. Segundo o estudo realizado pelo Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo (2003):

Ao longo do período que durou a Conferência, representantes do Estado brasileiro e da sociedade civil (ONGs, movimentos sociais) presentes na África do Sul procuraram oferecer um panorama sobre a situação em nosso país que contribuísse para um debate. De um lado, representantes do governo brasileiro destacavam os avanços do país no que diz respeito à superação de uma injustiça histórica, enquanto de outro lado, líderes, militantes, movimentos e organizações sublinhavam o muito que havia por fazer, para além de chamar a atenção para a particularidade do Brasil no que diz respeito ao tratamento da “questão racial”, que seria um país marcado pela ausência de políticas públicas e por uma profunda hipocrisia no âmbito da sociedade. Parecia evidente que parte da militância associada às demandas dos afrodescendentes absorvia os termos do debate “racial” de outras paragens, particularmente dos Estados Unidos e da África do Sul. (THOMAZ e NASCIMENTO, 2003, p. 01).

Afinal, a segunda maior população de negros e negras em um país fora da África encontra-se no Brasil. Sendo assim, grande parte de brasileiros e brasileiras, não poderiam permanecer sem respostas concretas às reivindicações dos movimentos sociais negros e

¹¹¹ O Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco – Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia constituía-se, inicialmente, na concessão de bolsas de estudos para candidatos afrodescendentes selecionados por meio de provas e entrevistas. O objetivo era proporcionar a estes candidatos meios para que pudessem custear a preparação para o concurso de admissão na carreira diplomática. Poderia, então, ser caracterizado como uma medida de divulgação e recrutamento, conforme anteriormente descrito (SILVA e DA SILVA, 2014, p. 10).

feministas negros e, muito menos, continuar assinando Convenções, Tratados e Decretos Internacionais como letras mortas, sem nada fazer de concreto em seu território.

No ano de 2001 a conjuntura política favoreceu o acolhimento de regulamentação – apesar de tardia – para se avançar na implementação de políticas compensatórias em função das desigualdades sociais, políticas, culturais e econômicas no Brasil, nas barreiras discriminatórias e na cultura racista. Edward Telles (2012, p. 181) reflete que a raça é um componente demarcador e (re) afirmador das desigualdades no Brasil e da situação do negro brasileiro, que se desdobra com seus efeitos e causas para a população brasileira como um todo.

No processo de organização/mobilização para a Conferência de Durban, ocorreu a articulação em todo o território nacional e, neste sentido, só restava ao EIR seguir sua trilha, para enfim ser implementado. Na primeira versão do EIR apresentada na Câmara dos Deputados, após análise da Comissão Especial, o Deputado Federal Reginaldo Germano (PFL/BA) apresentou um substitutivo, que foi aprovado em 03 de dezembro de 2002 e de acordo com Salles (2011):

Ao se comparar esses dois projetos, o original com o substitutivo, verifica-se que o primeiro, de autoria do deputado federal Paulo Paim (PT/RS), tinha 36 artigos, enquanto o substitutivo, proposto pelo relator Reginaldo Germano (PFL/BA), tinha 67 artigos. Ou seja, a proposta do relator ampliou significativamente o projeto original do parlamentar Paulo Paim, quase dobrando o número de artigos do projeto. A ampliação do Estatuto aconteceu, entre outros fatores, porque foram incorporados ao projeto original novos artigos ou proposições. De igual forma, muitos artigos do projeto original receberam uma nova redação, embora alguns artigos ou proposições, bem como capítulos, tenham sido suprimidos. (SALLES, 2011, p. 14-15).

O papel da comissão não se limitou ao espaço do legislativo. No decorrer do processo foram realizadas audiências públicas, seminários e debates em alguns estados para discutir o projeto. De acordo com Salles (2011) e Silva (2012), o substitutivo melhorou a qualidade do PL original, a segunda citada destaca:

Além de inovações, como a seção dedicada à liberdade religiosa e aos cultos de matriz africana, destaca-se, no substitutivo, a referência à elaboração de Programa Especial de Acesso à Justiça para a população afro-brasileira, contemplando a temática racial na formação das carreiras jurídicas e a criação de varas especializadas. Tendo em vista os óbices para imputação criminal do racismo, e até mesmo para acatamento de registros das queixas em departamentos policiais, essas ações revestiam-se de extremo significado e relevância. Outro aspecto importante foi a ampliação da proposta inicial de criação de uma Ouvidoria permanente na Câmara dos Deputados. Com a nova redação, a determinação passaria a ser estendida a todas as casas legislativas do país. (SILVA, 2012, p. 09).

Poderia discutir outras modificações que ocorreram, no entanto, os documentos produzidos por Salles (2011) e Silva (2012) apresentam detalhamento sobre o assunto e o **quadro 02 – Estatuto da Igualdade Racial: principais propostas**, página 198, contém o resumo das perdas e dos ganhos normativos na redação final do EIR. O fato é que após aprovação do substitutivo na Câmara dos Deputados o processo parou e no ano de 2002, o deputado Paulo Paim (PT/RS) foi eleito senador da república. Assim:

Como o substitutivo ao PL 3.198/2000 não andava, ou seja, não tramitava na Câmara dos Deputados, o que o impedia de ir ao plenário para a votação definitiva na Casa iniciadora, o já senador Paulo Paim (PT/RS) resolveu apresentar formalmente no Senado Federal uma nova proposta do Estatuto da Igualdade Racial. Contudo, a nova proposição assumiu o mesmo texto do substitutivo do deputado Reginaldo Germano (PFL/BA) ao projeto original outrora apresentado na Câmara dos Deputados. Ou seja, percebendo que o seu projeto havia sido aperfeiçoado e melhorado com as alterações da comissão especial durante a tramitação na Câmara dos Deputados, o senador Paulo Paim endossou e ratificou todas as mudanças e/ou inovações feitas pela referida comissão. Desta forma, o senador Paulo Paim foi coerente com a afirmação feita na justificativa do projeto: “sabemos que esta proposta poderá ser questionada e, conseqüentemente, aperfeiçoada para que no dia de sua aprovação se torne um forte instrumento de combate ao preconceito racial e favorável às ações afirmativas em favor dos discriminados”. Eis que surge, apresentado formalmente ao Senado Federal pelo referido senador, o Projeto de Lei do Senado (PLS) n.º 213/03, de 29 de maio de 2003. (SALLES, 2011, p. 17).

E o que aconteceu no Senado Federal veremos a seguir.

V.1. ii. No Senado Federal

Foi apresentado o texto do substitutivo, aprovado na Comissão Especial do Estatuto da Igualdade Racial na Câmara dos Deputados, numerado no Senado de Projeto de Lei do Senado – PLS N° 213/03, que apensou o PLS 650/1999 do senador José Sarney, em 29 de maio de 2003. E o senador Paulo Paim (2009) resumiria relevância do EIR:

O projeto do Estatuto reúne um conjunto de ações e medidas especiais que, se adotadas pelo Governo Federal, irão garantir direitos fundamentais à população afro-brasileira, assegurando entre outros direitos, por exemplo: - o acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde (SUS) para promoção, proteção e recuperação da saúde dessa parcela da população; - serão respeitadas atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer, adequadas aos interesses e condições dos afro-brasileiros; - os direitos fundamentais das mulheres negras estão contemplados em um capítulo. - será reconhecido o direito à liberdade de consciência e de crença dos afrobrasileiros e da dignidade dos cultos e

religiões de matriz africana praticadas no Brasil; - o sistema de cotas buscará corrigir as inaceitáveis desigualdades raciais que marcam a realidade brasileira; - os remanescentes de quilombos, segundo dispositivos de lei, terão direito à propriedade definitiva das terras que ocupavam; - a herança cultural e a participação dos afro-brasileiros na história do país será garantida pela produção veiculada pelos órgãos de comunicação; - a disciplina “História Geral da África e do Negro no Brasil”, integrará obrigatoriamente o currículo do ensino fundamental e médio, público e privado. Será o conhecimento da verdadeira história do povo negro, das raízes da nossa gente; - a instituição de Ouvidorias garantirá às vítimas de discriminação racial o direito de serem ouvidas; - para assegurar o cumprimento de seus direitos, serão implementadas políticas voltadas para a inclusão de afro-brasileiros no mercado de trabalho; - a criação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial promoverá a igualdade de oportunidades e a inclusão social dos afro-brasileiros em diversas áreas, assim como a concessão de bolsas de estudo a afrobrasileiros para a educação fundamental, média, técnica e superior. Importante: O Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial da forma como estava contemplado no estatuto só poderia ser autorizativo, caso contrário, seria inconstitucional. Devido a isso, apresentamos a PEC 2/2006 que especifica a origem e o percentual dos recursos a serem destinados para o Fundo; determina que o mesmo terá conselho consultivo e de acompanhamento, formado por representantes do poder público e da sociedade civil; versa sobre a distribuição de seus recursos, sua fiscalização e controle, bem como do conselho. (PAIM, 2009, p. 04, 05).

Após passar por diferentes comissões¹¹² o PLS sofreu alterações, dentre elas, a extinção da proposta de criação do Fundo de Promoção da Igualdade Racial e supressão do artigo que previa cotas para negros nas Universidades Federais e Escolas Técnicas Públicas. De acordo com reportagem do site do Supremo Tribunal Federal¹¹³:

Os senadores também rejeitaram um artigo que acrescentava à Lei Eleitoral a exigência de reserva de 10% das vagas de cada partido ou coligação para candidatos representantes da população negra. Outro artigo rejeitado propunha alteração do Código Penal para dispensar a exigência de representação do ofendido para processamento de crimes contra a honra (injúria, calúnia ou difamação) praticados contra funcionário público em razão de suas funções. (...). Foi suprimido também um dispositivo que permitia ao poder público conceder incentivos fiscais às empresas com mais de 20 empregados que mantivessem cota mínima de 20% de trabalhadores negros. (SENADO FEDERAL, 2014).

¹¹² Estas foram as Comissões que apreciaram o EIR: (1) Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cujo relator foi o senador César Borges (PFL/BA); (2) Comissão de Educação (CE), tendo como relatora a senadora Roseana Sarney (PFL/MA); (3) Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que contou com o senador Rodolpho Tourinho (PFL/BA); e (4) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), esta última contou com o mesmo relator da CAS, sendo considerada a mais importante, pois sua decisão era terminativa.

¹¹³ Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/entenda-o-assunto/lei-da-igualdade-racial>. Acesso em: 11 nov. 2013.

Apesar da ausência do artigo sobre a regulamentação de cotas no EIR, no ano de 2012 foi aprovada a Lei das Cotas Nº 12.711¹¹⁴, de 20 de julho de 2012, o que pode ser considerado um ganho indireto garantido pela sistematização do debate sobre o princípio de igualdade no Brasil. No final desta parte aprofundarei este tópico.

O fato é que no Senado Federal foi necessária muita articulação política do senador Paulo Paim (PT/RS) para aprovar o EIR, o que aconteceria em 9 de novembro 2005, logo há de se observar um prazo razoável, se comparado com a Câmara dos Deputados, uma vez que depois de 2002 nada acontecia. É interessante observar a aliança estabelecida com o PFL – Partido da Frente Liberal, que esteve presente na relatoria de todas as Comissões da casa. De acordo com Salles (2011):

Vale destacar que o senador Rodolpho Tourinho (PFL/BA) somente finalizou seu parecer após realizar, em Salvador (BA), no dia 26 de setembro de 2005, uma audiência pública na sede do grupo Ilê Aiyê, que foi o primeiro grupo afro do Estado da Bahia, fundado em novembro de 1974. Em realidade, esta foi a única audiência pública realizada pelo Senado Federal para instruir a votação do referido projeto antes da sua aprovação em 9 de novembro de 2005, com decisão terminativa da CCJ. (SALLES, 2011, p. 20).

A Audiência Pública permitiu ao relator finalizar seu relatório a partir da colaboração e reflexão de ativistas dos movimentos negros e feministas negros. A secretária de Educação de Salvador – BA, Olívia Santana, por exemplo, chamou a atenção para a necessidade de incluir um capítulo específico sobre as Mulheres Negras. O relator Rodolpho Tourinho incluiu um capítulo para atender a demanda, de acordo com o Parecer Nº 1.950/2005: *Propomos a inclusão de novo capítulo terceiro no Título II – Dos Direitos Fundamentais, intitulado “Dos Direitos da Mulher Afro-Brasileira”, constituído dos arts. 30 a 33, com o fim de nele dispor sobre as questões que dizem respeito especificamente à mulher negra.*

Esta foi a decisão do relator após ouvir os argumentos da Secretária de Educação de Salvador. E vale reproduzir a fala de Olívia Santana (2005):

É absolutamente fundamental, porque precisam entender que a história do colonialismo, que a história do escravismo no Brasil se deu com a presença das mulheres negras, com a subtração do direito à humanidade da população negra, em especial do direito à maternidade, do direito ao afeto, ao amor, ao companheirismo. São marcas que acompanham as mulheres até os dias atuais. Então, essa cidadania roubada historicamente precisa ser devolvida com juros e correção monetária. As coisas acontecem de maneira simultânea. Não é preciso que um instrumento seja

¹¹⁴ Ementa: Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1032851/lei-12711-12>. Acesso em: 25 de mar. de 2013.

aprovado para que outras leis possam acontecer, a exemplo da Lei nº 10.639, que é uma lei que precisa realizar-se. A luta do movimento negro é uma luta pela conquista de mais e mais instrumentos legais que criminalizem o racismo, que promovam a igualdade racial. Ao mesmo tempo, a nossa luta também é para que esses instrumentos não se transformem em letras mortas. Esses instrumentos precisam operar no cotidiano da vida, da dinâmica das relações sociais no Brasil. (SENADO FEDERAL - PARECER Nº 1.950, 2005, p. 39723).

O Senado Federal aprovou a inclusão do Capítulo V, relativo à Mulher Afro-brasileira:

Art. 35. O Poder Público garantirá a plena participação da mulher afro-brasileira como beneficiária deste Estatuto da Igualdade Racial e em particular lhe assegurará:

I – a promoção de pesquisas que tracem o perfil epidemiológico da mulher afro-brasileira a fim de tornar mais eficazes as ações preventivas e curativas; **II** – o atendimento em postos de saúde em áreas rurais e quilombolas dotados de aparelhagem para a prevenção do câncer ginecológico e de mama;

III – a atenção às mulheres em situação de violência, garantida a assistência física, psíquica, social e jurídica;

IV – a instituição de política de prevenção e combate ao tráfico de mulheres afro-brasileiras e aos crimes sexuais associados à atividade do turismo;

V – o acesso ao crédito para a pequena produção, nos meios rural e urbano, com ações afirmativas para mulheres afro-brasileiras e indígenas;

VI – a promoção de campanhas de sensibilização contra a marginalização da mulher afro-brasileira no trabalho artístico e cultural.

Art. 36. A Carteira Nacional de Saúde, instituída pela Lei nº 10.516, de 11 de julho de 2002, será emitida pelos hospitais, ambulatórios, centros e postos de saúde da rede pública e deverá possibilitar o registro das principais atividades previstas no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, especialmente as diretamente relacionadas à saúde da mulher afro-brasileira, conforme regulamento.

Art. 37. O § 3º do art. 1º da Lei nº 10.516, de 11 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º 1º

.....
§ 3º Será dada especial relevância à prevenção e controle do câncer ginecológico e de mama e às doenças prevalentes na população feminina afro-brasileira.”

(NR)

Art. 38. O § 1º do art. 1º da Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º 1º

.....
§ 1º Para os efeitos desta lei, entende-se por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, inclusive decorrente de discriminação ou desigualdade racial, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.

.....” (NR)

Figura 19 – Audiência Pública do Senado sobre o Estatuto da Igualdade Racial em Salvador



Foto: Geraldo Magela¹¹⁵

A Audiência Pública realizada no Ilê Aiyê [Figura 19], foi especialmente rica para as mulheres negras brasileiras, uma vez que ficaram definidas políticas públicas necessárias para a melhoria de suas vidas. No entanto, esta conquista seria derrubada na Câmara dos Deputados, como veremos a seguir.

V.1.iii. O Retorno à Câmara dos Deputados

No dia 25 de novembro de 2005 foi feita a apresentação do PLS N° 213/2003, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial no plenário da Câmara dos Deputados sob a denominação de PL 6.264/2005.

No dia 01 de dezembro de 2005 constituía-se a Comissão Especial, que passaria pelas seguintes Comissões: Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Ciência e Tecnologia; Comunicação e Informática; Trabalho, de Administração e Serviço Público; Educação e Cultura; Seguridade Social e Família; Direitos Humanos e Minorias; Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Em 30 de março de 2006, no plenário da Câmara dos Deputados, a Presidência decidiu criar Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei N° 6264/2005. A Comissão foi composta de trinta e um membros titulares e de igual número

¹¹⁵ **Fonte:** http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/pesquisas/noticias_senado/146%20-%20NS%20Comunidade%20negra%20baiana%20avalia%20sua%20trajet%C3%B3ria%20durante%20debat e%20sobre%20o%20Estatuto%20da%20Igualdade%20Rac.pdf. Acesso em: 20 mar. 2016.

de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas.

Porém, nada avançou até o final da legislatura em 31 de janeiro de 2007. Então, a resolução foi a de aguardar a criação da nova Comissão Especial, que só iria acontecer em 09 de novembro de 2007. Esta, naquele momento composta de 17 (dezessete) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente. A comissão especial foi constituída em 10 de março de 2008.

De acordo com o relator deputado Antônio Roberto (PV/MG) em seu Relatório Final, apresentado em 16 de julho de 2008:

Como não poderia deixar de ser, dada a amplitude de matérias nele tratadas, o PL n.º 6.264, de 2005, em consonância com o art. 34, Parágrafo II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, provocou a criação, em 9 de novembro de 2007, de Comissão Especial para sobre ele proferir parecer quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, à adequação financeira e orçamentária e ao mérito. A Comissão Especial foi constituída, por Ato da Presidência da Casa, em 10 de março de 2008, e instalada dois dias depois, com a eleição do Presidente, deputado Carlos Santana, e a designação do Relator. Posteriormente, em 14 de maio, foram eleitos, Primeiro Vice-Presidente, o deputado Damião Feliciano; Segundo Vice-Presidente, o deputado Eduardo Barbosa; e Terceira Vice-Presidente, a deputada Janete Rocha Pietá. (RELATÓRIO COMISSÃO ESPECIAL PL 6264/2005, 2008, p. 02).

Um detalhe interessante é que a Câmara dos Deputados deixou de ser a iniciadora para se transformar em Casa revisora, efetuando o descarte das contribuições da comissão anterior, em uma conjuntura política muito diferente dos anos 2000 e politicamente adversa.

É a partir de 2005, segundo Salles (2011), que grupos contrários ao EIR se organizam e articulam diversas intervenções para frear a aprovação do Estatuto. O Movimento Negro Socialista – MNS se articulou em 2015, com o propósito estatutário de lutar contra o EIR e se alia a forças conservadoras da sociedade como: Yvonne Maggie¹¹⁶.

¹¹⁶ Yvonne Maggie liderou um grupo de intelectuais que entregaram ao presidente da Câmara dos Deputados o livro “Divisões perigosas. Políticas raciais no Brasil Contemporâneo” (2007), organizado pelos intelectuais Peter Fry, Yvonne Maggie, Marcos Chor Maio, Simone Monteiro e Ricardo Ventura dos Santos. De acordo com Salles (2011, p. 37):

Aliás, segundo o próprio livro, “os textos, curtos, porém densos, foram publicados, em sua maioria, em jornais e revistas dirigidas para o grande público, e alguns deles foram especialmente preparados para este livro. Divulgados nos últimos quatro anos, quando colocados em conjunto, ganham uma organicidade que ultrapassa os recortes específicos de reflexão que os caracterizam individualmente”

(Fry et. al., 2007: 18, grifo nosso). Esta afirmação no próprio livro confirma a nossa assertiva de que a grande mídia impressa divulgava maciçamente naquela conjuntura (toda a década de 2000) opiniões contra o Estatuto da Igualdade Racial e/ou o sistema de cotas para estudantes negros nas universidades públicas.

Segundo Salles (2011), o então presidente da Câmara dos Deputados – Arlindo Chinaglia (PT/SP) ao receber os grupos para debater o EIR – favoráveis e contrários ao EIR-, o tratamento foi desigual:

Diante do que os fatos indicam, o presidente da Câmara dos Deputados naquela época, Arlindo Chinaglia (PT/SP), eleito com o aval e o suporte do governo Lula, não tinha apreço pelo projeto do Estatuto, e o governo Lula sabia disso, porque ficou visível quando o presidente da Câmara não somente foi cordial com o grupo contrário ao projeto do Estatuto da Igualdade Racial, como foi no mínimo indelicado com os representantes de organizações dos movimentos negros que apoiavam essa proposta quando ela tramitava na Câmara dos Deputados. Mais do que isso, o deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP) ameaçou explicitamente estes últimos ativistas negros, ao bradar: “(...) **Isso vai ser usado contra vocês na reunião do colégio dos líderes**, que vai ser noticiado e é bom que seja noticiado o fato e a minha opinião”. (SALLES, 2011, p. 38-39, grifos nossos).

Vale resgatar o artigo de Lélia Gonzalez, que nos idos dos anos de 1983, ao tornar pública a importante crítica ao programa eleitoral do Partido dos Trabalhadores – PT, transmitido em cadeia nacional no dia 05 de agosto daquele ano:

Para não fugir à regra, o PT na TV não deixou por menos: tratou dos mais graves problemas do País, exceto um, que foi “esquecido”, “tirado da cena”, “invisibilizado”, recalcado. É a isto, justamente, que se chama de “racismo por omissão”. E este nada mais é do que um dos aspectos da ideologia do branqueamento, que colonizadamente, nos quer fazer crer que somos um país racialmente branco e culturalmente ocidental, eurocêntrico. Ao lado da noção de “democracia racial”, ela aí está, não só definindo a identidade do negro, como determinando seu lugar na hierarquia social; não só fazendo “a cabeça” das elites ditas pensantes quanto das lideranças políticas que se querem populares, “revolucionárias”. (GONZALEZ, 2014, p. 85).

É bom lembrar que este fenômeno não está restrito a esse partido, sendo realidade a todos no Brasil. Registra-se, atualmente, que as demandas da população negra são recorrentemente apresentadas em quase todas as agremiações partidárias, inclusive com apresentadores (as) negros (as) em grande maioria. No entanto, quando se verifica a composição racial em suas instâncias internas, é visível a ausência de negros e negras ocupando cargos de comando, além das escassas proposições legislativas sobre as relações raciais.

De acordo com Salles (2011, p. 39), outro episódio que demonstrou o apoio discursivo e não concreto do PT ao EIR se deu em 9 de dezembro de 2009, durante o discurso do senador Paulo Paim (PT/RS), quando manifestou a sua indignação com a

Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=LLCVfDn2K00&feature=related>. Acesso em: 3 jan. 2011).

quebra do acordo entre o DEM e o PT para a aprovação do projeto do Estatuto no Senado. Foi uma manifestação contra o relator do EIR na CCJ, o senador Demóstenes Torres (DEM/GO), então relator do projeto do Estatuto da Igualdade Racial, mas não obteve apoio nem do líder do governo no Senado Federal, nem do líder do PT.

Mas nem todos os parlamentares do PT estavam avessos ao EIR na sessão plenária de 26 de novembro de 2007, cuja presidência era do deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP). O intuito era de buscar subsídios para a discussão e votação do projeto do EIR com o pronunciamento de convidados e deputados favoráveis e contrários. Na oportunidade, houve o questionamento do deputado Carlos Santana (PT/RJ) em seu pronunciamento:

O silêncio desta Casa sobre o Estatuto e outros projetos que tratam da cidadania negra é constrangedor. Há uma demanda social, há uma urgência, e o Estatuto da Igualdade Racial está desafiando esta Casa sobre, afinal, quais são os vínculos e as conexões que queremos efetivamente estabelecer com os brasileiros excluídos e discriminados. (SANTANA, 2007).

O pronunciamento do deputado militante Carlos Santana (PT/RJ) indignado com a aliança estabelecida não só para propagar informações contrárias ao EIR, como para impedir o seu prosseguimento no Congresso Nacional, e tal consternação em relação à morosidade e resistência em aprovar o EIR é reverberada pelo deputado Carlos Santana (2007):

Com a nossa omissão e o nosso descaso, deixamos crescer um abismo de desigualdades. O resultado está aí à vista de todos: a cor das pessoas decide o acesso ao mercado de trabalho, a cor das pessoas decide salário e renda, a cor das pessoas decide as oportunidades educacionais, a saúde, o acesso ao esgotamento sanitário e ao Poder Judiciário. A violência e as arbitrariedades dos agentes de segurança pública e de grupos de extermínio, espalhados em todo o país, atingem preferencialmente a juventude negra e ameaçam nosso futuro como grupo étnico-racial. A população negra clama pelo direito à vida, Sr. Presidente! (SANTANA, 2007).

Críticos (as) do EIR não queriam reconhecer, que no país, eram constantes e vigorosas as discriminações raciais, bastando analisar os indicadores sociais. Tais grupos utilizaram os recursos disponíveis, que iam desde o discurso científico contra a *racialização* do Brasil ao assessoramento dos discursos dos parlamentares para embasarem seus textos contrários à proposta. Alguns intelectuais avessos ao projeto de lei prestaram assessoria gratuita com intuito de frear os direitos de negros e negras discriminados no país – dentre eles, muitos que ganharam dinheiro, ao longo de suas carreiras, com projetos e programas em universidades com a temática racial. Este momento, foi mais uma lamentável passagem da história desta nação. Porém, se recordarmos o processo

abolicionista não veremos muita diferença para a nossa época, uma vez que a simples assinatura da Lei Áurea, com dois artigos que diziam: 1). Fica abolida a escravidão e 2). Publique-se; e nenhum direito a mais foi implementado para garantir a vida e promover o bem-estar dos recém-libertos. Poderia até acrescentar a má vontade de parlamentares conservadores que tudo faziam para impedir a abolição dos nossos antepassados.

O caminho percorrido pelo PL 6.264/2005 se resume ao relatório do relator:

Com base nos requerimentos do Relator e de vários parlamentares membros da Comissão Especial, foram realizadas, de 2 de abril a 14 de maio, audiências públicas com as seguintes personalidades: Edson Santos, deputado licenciado, ministro da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial; Paulo Paim, senador, autor dos Projetos de Lei n.º 3.198, de 2000 (Câmara dos Deputados), e n.º 213, de 2003 (Senado Federal); Edson Lopes Cardoso, diretor do Jornal *Írohìn*; Débora Silva Santos, coordenadora do Núcleo de Promoção da Igualdade Racial da UnB; Edvaldo Mendes Araújo (Zulu Araújo), presidente da Fundação Cultural Palmares; Luiz Alberto Silva dos Santos, secretário de promoção da igualdade racial no estado da Bahia; Walter Claudius Tothemburg, procurador regional da República no estado de São Paulo; Jurema Werneck, representante da ong “Criola”; Ana Emília Moreira Santos, representante da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão – ACONERUQ; Mário Lisboa Theodoro, diretor de Cooperação e Desenvolvimento do IPEA; Frei David Santos, ex-secretário executivo da Educafro.

Concomitantemente com a realização de audiências públicas na Câmara dos Deputados, foram organizadas, nos estados, reuniões de iniciativa dos deputados membros da Comissão Especial. Registramos a reunião de 24 de abril, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, sob o patrocínio de sua Comissão de Participação Popular; a reunião de 25 de abril, no Rio de Janeiro; a reunião de 26 maio, em São Paulo.

Em 30 de maio, abriu-se o prazo para o recebimento de emendas, encerrado em 24 de junho de 2008. Foram apresentadas doze emendas, de autoria, nessa ordem, dos deputados Lelo Coimbra (uma), Abelardo Lupion (três), Gervásio Silva (três), João Almeida (três) e Dr. Rosinha (duas). As dez primeiras emendas recaem sobre o capítulo respeitante ao direito dos remanescentes das comunidades dos quilombos às suas terras; as duas últimas referem-se, uma, ao elevado número de normas autorizativas contidas no Projeto, outra, ao financiamento das políticas de promoção da igualdade racial. (RELATÓRIO PL N° 6.264/2005, 2008, p. 03-04).

Ao retirar artigos que regulamentariam reivindicações históricas dos Movimentos Negros e Feministas Negros, o Estatuto não agradou parte da população que tem lutado por décadas e décadas em busca da justiça racial, justiça distributiva e democracia. Destaco, a seguir, as principais propostas, assim como aquelas que foram descartadas no período de tramitação.

Quadro 02 – Estatuto da Igualdade Racial: principais propostas

Principais propostas descartadas ao longo da tramitação	Principais propostas mantidas no Estatuto da Igualdade Racial
Financiamento e gestão da política	
<ul style="list-style-type: none"> • Indenização pecuniária para descendentes afro-brasileiros; • Criação do Fundo de Promoção da Igualdade Racial; • Previsão de recursos orçamentários nos diversos setores governamentais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação do PPA e do orçamento da União com observância a políticas de ação afirmativa; • Discriminação orçamentária dos programas de ação afirmativa nos órgãos do Executivo federal durante cinco anos; • Instituição do Sistema Nacional de Igualdade Racial; • Monitoramento e avaliação da eficácia social das medidas previstas no Estatuto;
Sistema de cotas	
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de cota mínima (20%) para preenchimento de: - cargos e empregos públicos em nível federal, estadual e municipal; - vagas em cursos de nível superior; - vagas relativas ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies); e - vagas nas empresas com mais de 20 empregados. • Reserva mínima de 30% das vagas a cargos eletivos para candidaturas afrodescendentes; • Instituição de plano de inclusão funcional de trabalhadores afrodescendentes como critério de desempate em licitações; • Possibilidade de conceder incentivos fiscais a empresa com mais de 20 empregados e com participação mínima de 20% de negros. • Fixação de meta inicial de 20% de vagas reservadas para negros em cargos em comissão do serviço público federal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa; • “Implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do serviço público e o incentivo à adoção de medidas similares” em instituições privadas (Lei nº 12.288/2010); • Possibilidade de definição de critérios para ampliação da participação de negros nos cargos em comissão e em funções de confiança do serviço público federal.
Saúde	
<ul style="list-style-type: none"> • Definição do racismo como determinante social da saúde; • Pactuação da política nas três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS); • Prioridade na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra com base nas desigualdades raciais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de diretrizes e objetivos da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra; • Inclusão do conteúdo da saúde da população negra na formação dos trabalhadores da área.
Dados desagregados	
<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão do quesito raça/cor no Censo Escolar do MEC para todos os níveis de ensino; • Inclusão do quesito raça/cor em todos os registros administrativos direcionados aos trabalhadores e aos empregadores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da qualidade no tratamento de dados desagregados por cor, etnia e gênero dos sistemas de informação do SUS.
Meios de comunicação	
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de mínimo de 25% de imagens de pessoas afrodescendentes na programação veiculada por emissoras de televisão; • Estabelecimento de mínimo de 40% de participação de negros nas peças publicitárias veiculadas na TV e cinema. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão de cláusulas de participação de artistas negros nos contratos de caráter publicitário na Administração Pública Federal.
Justiça e direitos humanos	
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de Programa Especial de Acesso à Justiça para a população afro-brasileira – temática racial na formação das carreiras jurídicas da magistratura, defensoria pública e ministério público e criação de varas especializadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituição de Ouvidorias Permanentes em Defesa da Igualdade Racial no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo.

Quilombolas	
• Detalhamento do processo de regularização fundiária.	Possibilidade de instituição de incentivos específicos para garantia do direito à saúde de moradores das comunidades de remanescentes de quilombos.

Fonte: Proposições que resultaram na Lei nº 12.288/2010. Elaboração: IPEA. (SILVA, 2012, p. 18).

É interessante notar que no estudo realizado pelo IPEA, o capítulo suprido relativo à Mulher Afro-brasileira não foi mencionado, porém o faço por considerar uma perda irreparável, tendo em vista a situação de opressão e a dívida que esta nação tem com esta parcela da sociedade, algo que já mencionei anteriormente quando citei a intervenção da secretária Olívia Santana durante a Audiência Pública, realizada na cidade de Salvador, no ano de 2005.

Os argumentos do relator para justificar a exclusão soam, no mínimo, uma preocupação cartesiana e de limite genealógico:

A inserção de capítulo referente aos direitos da mulher afro-brasileira – o segundo conjunto de inovações advindas do Senado – constitui uma mudança de maior magnitude no arcabouço do Projeto. Embora não haja dúvida quanto ao valor substantivo da preocupação que se expressa nesse capítulo, a introdução do recorte de gênero (ou qualquer outro) em um diploma legal que focaliza, especificamente, o recorte racial levanta dificuldades conceituais importantes. (RELATÓRIO COMISSÃO ESPECIAL DO PL 6264/2005, 2008, p. 15).

Este argumento é uma demonstração da ausência de informações sobre os sistemas de opressão que incidem sobre a mulher negra, como já foi iniciada a discussão na metodologia da pesquisa ativista feminista negra e no próximo capítulo será apresentada a reflexão completa sobre os sistemas de opressão.

Outro argumento necessário para refletir foi em relação à supressão das cotas raciais. O relator justificou que já tramitava o PL Nº 73, de 1999, de autoria da deputada Nice Lobão (PFL/MA) de 24 de fevereiro de 1999, e segundo o relator:

Tomemos, por exemplo, o art. 70, § 2º, situado no capítulo referente ao sistema de cotas, para mostrar como o texto de 2005 se pode mostrar compatível com as normas que venham a surgir – ou que já tenham surgido – na área de incidência do Estatuto. Acontece que o Projeto de Lei n.º 73, de 1999, objeto de discussão em curso na Câmara dos Deputados, e o dispositivo referido do Estatuto incidem exatamente sobre a mesma questão: a reserva de vagas nas instituições federais de ensino superior, a ser preenchidas, na formulação do PL n.º 73, de 1999, “por curso e turno, por autodeclarados negros e indígenas, no mínimo igual à proporção de pretos, pardos e indígenas na população da unidade 31 da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE”. Ora, tal norma pode perfeitamente funcionar como uma concretização do previsto no Projeto de Lei n.º 6.264, de 2005, sob nossa apreciação. Para comprovação do fato, basta comparar a formulação acima transcrita com

a do art. 70, § 2º, do Estatuto, que reza: “A implementação de ações afirmativas nos estabelecimentos públicos federais de ensino superior poder-se-á fazer mediante a reserva de percentual de vagas destinadas a alunos egressos do ensino público de nível médio na proporção mínima de autodeclarados afro-brasileiros da unidade da Federação onde estiver instalada a instituição”.

Apesar dessa compatibilidade de fundo entre o texto original do PL n.º 6.264, de 2005, e a fórmula atualmente em discussão do Projeto de Lei n.º 73, de 1999, a Relatoria optou por adotar, dentro do próprio Estatuto, a redação de outro diploma, que articula de forma mais clara a cota racial com a cota social. Com isso se busca, ademais, tornar transparente o apoio desta Comissão Especial àquela proposição e, eventualmente, dada a celeridade que podemos e devemos imprimir à tramitação do Projeto de Lei sob nossa responsabilidade, garantir a rápida aprovação daquelas normas, mesmo no caso de lentidão no andamento do diploma específico sobre a matéria.

(RELATÓRIO COMISSÃO ESPECIAL DO PL 6.264/2005)

V.1. iv. A Volta ao Senado Federal

O PL 6.264/2005 foi protocolado no Senado Federal em 04/11/2009, tendo como relator o senador Demóstenes Torres (DEM/GO) e foi encaminhado às comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Educação, Cultura e Esporte; de Agricultura e Reforma Agrária; de Assuntos Sociais; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa. No dia 16/06/2010, o relator senador Demóstenes Torres (DEM/GO), da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania encaminha seu relatório com inúmeros cortes, conforme a passagem a seguir:

No Senado, o projeto é distribuído para diversas comissões. Na CCJ, a relatoria é avocada por seu presidente, o senador Demóstenes Torres, que promove, em novembro de 2009, uma audiência pública para instruir a matéria. Ao final, em seu relatório, ao defender que não existem raças no âmbito da genética, o parlamentar rejeita todas as expressões relativas a esse termo, bem como qualquer referência a uma identidade negra diversa da identidade nacional. Promove ainda expressivas alterações no capítulo referente à saúde da população negra e sistema de cotas. (SILVA, 2012, p. 16).

O momento mais polêmico durante a finalização do EIR no Senado se deu durante a Audiência Pública em 26 de novembro de 2009, quando o Senador Demóstenes Torres (DEM/GO) deixou evidente sua ideologia política em relação às mulheres negras, o que levou o Blog da ONG Geledés¹¹⁷ fazer a seguinte crítica:

A tesoura de Demóstenes risca do projeto de Estatuto o termo “terras de quilombos”. Mas não fica por aí. Coerente com o discurso feito na

¹¹⁷ Disponível em: <http://www.geledes.org.br/>. Acesso 02 de fevereiro de 2009.

audiência pública promovida pelo Supremo Tribunal Federal, em março, que discutiu a questão das ações afirmativas e cotas, quando pretendeu fazer a revisão da história do Brasil para dizer que os casos de estupro durante o escravismo haviam sido consentidos pelas mulheres negras, o senador passa a tesoura em todo o dispositivo que garantia que as medidas de ação afirmativa deveriam se nortear “pelo respeito à proporcionalidade entre homens e mulheres afro-brasileiros, com vistas a garantir a plena participação da mulher afro-brasileira como beneficiária deste Estatuto” (GELEDÉS, 2010).

Ainda que com ressalvas dos movimentos negros e feministas negros, na data de 20 de julho de 2010, mais um capítulo da luta da população negra no Brasil é encerrado com a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. A figura 20 ilustra o momento da comemoração.

Figura 20 – Senador Paulo Paim e deputados durante aprovação do Estatuto da Igualdade Racial



Foto: Roberto Stuckert Filho/O Globo

Após a aprovação as manifestações foram imediatas, o que será apresentado a seguir.

V.2. Euforia, Decepção, Ação e Esperança

Os embates foram ferrenhos no extenso período para a aprovação do EIR, mas uma pergunta que não quer calar: Não houve pressão dos Movimentos Negros e Feministas Negros para a organização de ações que protegesse o texto original do EIR? Evidente que

houve, mas diante da dificuldade de deslocamento para Brasília, a falta de apropriação do EIR e outras dificuldades de mobilização da comunidade negra favorável impediram a pressão necessária para proteção e defesa do EIR. De acordo com a deputada federal Janete Rocha Pietá (PT/SP):

A adoção de um Estatuto da Igualdade Racial dotado de mecanismos incisivos para promoção da igualdade teria caminhado de forma mais decisiva para a consolidação dos avanços já obtidos. Entretanto, faltou a pressão necessária para que isso acontecesse, e faltou uma Câmara de Deputados menos conservadora. (PIETÁ, 2009).

Foi verificada pouca defesa do EIR dentre os (as) ativistas dos Movimentos Negros e Feministas Negros. Para resgatar algumas vozes que corroboram esta constatação, cito o texto de Edson França (2009)¹¹⁸:

Há ignorância no interior do movimento negro. Muitos não leram o texto aprovado, não acompanharam o processo que resultou na aprovação ou desconhecem o funcionamento do Parlamento. Não avaliaram a correlação das forças políticas e sociais que debateram o Estatuto no Senado, Câmara e sociedade. Não compreendem que as leis apontam caminhos a serem concretizados. Quando em atenção ao povo, chegam quando há pressão organizada. Existe também oportunismo daqueles que desejam temas que justifiquem seus argumentos e teses para subsistirem. Na verdade, desejam colorir os dados-show, capricharem nas curvas de seus gráficos, alimentarem de dados suas retóricas e com isso manter abertas as linhas de contatos com a burguesia nacional e internacional. Em outras palavras se alimentam do racismo e não das conquistas sociais do movimento negro. (FRANÇA, 2009).

Fazendo uma análise contrária à de França (2009), Yedo Ferreira¹¹⁹ (2009), militante do Movimento Negro Unificado, fez críticas contundentes ao EIR ao analisar os bastidores, que o levou à seguinte constatação:

O Estatuto aprovado, portanto, é um Estatuto concedido pelos brancos latifundiários racistas que o seu preposto Índio da Costa (Deputado Federal/DEM/RJ) com arrogância – sempre familiar aos seus iguais da UDR – ainda afirma que “nós democratas não votaremos favorável ao Estatuto” e mais adiante conclui com desmedida prepotência que “retiramos do texto os absurdos”. (FERREIRA, 2009, p. 01-02, grifos do autor).

O posicionamento do deputado federal Índio da Costa (DEM/RJ) em relação do EIR, segundo a concepção de Ferreira (2009), foi inaceitável, uma vez que não acolheu a

¹¹⁸ Yedo Ferreira é Historiador e Coordenador Geral da Unegro. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=2576&id_coluna=15. Acesso 02 de fevereiro de 2014.

¹¹⁹ Disponível em: <http://cenbrasil.blogspot.com.br/2009/10/estatuto-vitoria-da-elite-fundiaria-por.html>. Acesso 02 de fevereiro de 2014.

luta histórica da população negra, quanto à reivindicação por políticas públicas, como medida para superação da precariedade de vida de negras e negros brasileiros.

As manifestações que foram apresentadas acima, demonstram que a comunidade negra brasileira guarda suas especificidades nas diferentes formas de organização, na visão de mundo, nas escolhas por filiação partidária, portanto, não é homogênea.

As avaliações, talvez tenham relação com a frustração quanto à expectativa com o EIR ter sido grande, uma vez que o Brasil se destacou na III Conferência Contra o Racismo¹²⁰ e as organizações negras haviam ampliado o debate sobre as ações afirmativas, o combate ao racismo, a instituição de políticas públicas universais. Existia, ainda, a consciência das discriminações nos partidos políticos e, algumas ações estavam em curso, no sentido de potencializar a participação de mulheres e homens negros nas estruturas de poder partidário.

Destarte, esse mesmo grupamento social não reuniu força suficiente para pressionar o Congresso Nacional no andamento mais célere do EIR. Penso que com a entrada do PT – Partido dos Trabalhadores, houve um arrefecimento dos movimentos sociais ou mesmo uma acomodação por parte da militância, o que para alguns pode ser chamado de cooptação. A partir deste momento, as ações eram mais institucionalizadas. Assim, a participação popular se deu no âmbito da “chapa branca”, por meio da participação em Audiências Públicas, Conselhos, Reuniões em Brasília, dentre outras.

Inclusive essa observação esteve presente nas entrevistas com as colaboradoras da pesquisa, como será apresentado no item V.3 – *Sentidos e sentimentos na análise das Feministas Negras sobre o Estatuto da Igualdade Racial*.

Destacando a Saúde da População Negra, importante ponto que foi suprimido no texto final, Jurema Werneck¹²¹ registrou que:

Foi um dia de indagações: o que significam as mudanças no capítulo sobre saúde? Supressão da obrigatoriedade de registro da cor das pessoas nos formulários de atendimento e notificação do Sistema Único de Saúde? Abandono da necessidade de pactuação entre União, Estados e Municípios para a descentralização de políticas e ações em saúde da população negra? Abdicação da definição de indicadores e metas na política pública? Afinal, o que eles queriam negar? O que pensaram aprovar? (WERNECK, 2010, p. 01).

A exclusão da Saúde da População Negra era muito grave, como tornou pública suas reflexões sobre o EIR Jurema Werneck (2010). A iniciativa da deputada federal

¹²⁰ A relatora da III Conferência foi uma brasileira: Edna Roland.

¹²¹ Disponível em: http://www.criola.org.br/mais/Estatuto%20Igualdade_Racial.pdf. Acesso em: 13 de abril de 2013.

Benedita da Silva (PT/RJ), que tramita na Câmara dos Deputados, o PL 7.103/2014, que *modifica a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), para incluir o quesito cor ou raça nos prontuários, registros e cadastramentos do Sistema de Informação em Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS)*, talvez venha a cumprir papel importante, não só para construir dados científicos que possam auxiliar na proposição de políticas públicas para a população negra, como também pode contribuir para aquecer o debate do tema no Sistema Único de Saúde e seu desempenho para esta parte da população.

Ainda na esfera parlamentar, além do projeto de Benedita da Silva (PT/RJ), tramitam na Câmara dos Deputados as seguintes iniciativas:

PL 7.720/2010 - do deputado federal Vicentinho (PT/SP) *que "modifica o Estatuto da Igualdade Racial para incluir o quesito cor/raça em instrumentos de coleta de dados referentes a trabalho e emprego e para dispor sobre a realização de pesquisa censitária que verifique o percentual de trabalhadores negros no setor público". Explicação: Altera a Lei nº 12.288, de 2010.*

PL 2.559/2015 - da deputada federal Tia Eron (PRB/BA) - *que "acrescenta § 9º ao art. 4º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 - Lei Rouanet -, para dispor que pelo menos 40% (quarenta por cento) do Fundo Nacional de Cultura deverão ser empregados em projetos vinculados à cultura e às artes negras".*

PL 7.383/2014 - deputado federal Alceu Moreira (PMDB/RS) - *que "altera a Lei nº 10.671, de 2003 para inserir o art. 41-H". (Apensado: PL 451/2015) Explicação: Tipifica como crime injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro com a utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia ou origem em estádios, ginásios ou qualquer outro recinto esportivo.*

Entretanto, nem todos os projetos de lei propostos pelos parlamentares são positivos para a comunidade negra. Tramita na Câmara dos Deputados o PL-4650/2016, de autoria do deputado Cleber Verde (PRB/MA) que retira a referência sobre população negra do Estatuto da Igualdade Racial - Lei 12.288/10. O argumento do deputado é questionável: *É necessário mudar o foco da definição de quem deve ser beneficiado, além da população negra temos várias outras etnias que também padecem com discriminação e preconceito e não estão contempladas dentro do Estatuto da Igualdade Racial.* (CÂMARA NOTÍCIAS, 2016).

Pode-se concluir, que a urgência legislações alternativas que supram as ausências do Estatuto da Igualdade Racial é um fato real. Algumas estão sendo apresentadas no Congresso Nacional, outras estão sem apreciação. As iniciativas de parlamentares devem

ser entendidas como ações reparadoras ou compensatórias, uma vez que a regulação de direitos para a população negra apresenta defasagem de mais de meio século.

É importante destacar, que algumas instituições ligadas à justiça têm desenvolvido valorosas ações de divulgação do EIR. Destaco a elaboração de material específico, para orientar, de forma prática, juristas na aplicabilidade da lei para a defesa de direitos ligados à justiça racial.

Um bom exemplo a ser citado, é o do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, que por meio da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF), que apresentou uma recomendação para a criação de órgãos especializados na promoção da igualdade étnico-racial, a inclusão do tema em editais de concursos e o incentivo a formação inicial e continuada sobre o assunto. Destaquei as partes que tem relação direta com o debate em curso:

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial -prevê a implementação de diversas políticas de promoção da igualdade racial, na área da Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Liberdade de Consciência e de Crença, Acesso à Terra, Moradia e Trabalho, entre outras, bem como hipóteses específicas de atuação do Ministério Público na fiscalização dessas políticas e na responsabilização criminal por atos de discriminação racial ou intolerância religiosa, em especial nos artigos 24, 52 e 55; (2016, p. 03).

Art. 1º Os ramos do Ministério Público da União e dos Estados que ainda não disponham, deverão constituir, com a brevidade possível, órgãos especializados na promoção da igualdade étnico-racial, com atuação preventiva e repressiva, com atribuição extrajudicial e judicial cível e criminal.

Parágrafo único. Para o cumprimento do previsto no caput, podem ser criados, por exemplo, unidades ministeriais, núcleos, coordenadorias ou grupos de atuação especial. (CNMP, 2016, p. 06).

Como foi visto nesta parte da tese, as reações ao Estatuto da Igualdade racial são diversas, porém é inegável a contribuição que a referida legislação tem dado aos avanços de políticas públicas para a população negra. As análises e avaliações das colaboradoras entrevistadas será o último ponto a ser discutido neste Capítulo II.

V.3. Sentidos e sentimentos na análise das Feministas Negras sobre o Estatuto da Igualdade Racial

Hoje, a luta contra a exploração/dominação implica, sem dúvida, em primeiro lugar, o engajamento na luta pela destruição da colonialidade do poder, não só para terminar com o racismo, mas pela sua condição de eixo articulador do padrão universal do capitalismo eurocentrado. Essa

luta é parte da destruição do poder capitalista, por ser hoje a trama viva de todas as formas históricas de exploração, dominação, discriminação, materiais e intersubjetivas. O lugar central da “corporeidade” neste plano, leva à necessidade de pensar, de repensar, vias específicas para a sua libertação, ou seja, para a libertação das pessoas, individualmente e em sociedade, do poder, de todo o poder. E a experiência histórica até aqui aponta para que há outro caminho senão a socialização radical do poder para chegar a esse resultado. Isso significa a devolução aos próprios indivíduos, de modo direto e imediato, do controle das instâncias básicas da sua existência social: trabalho, sexo, subjetividade.

(Anibal Quijano)

A colonialidade é um forte traço na construção da identidade do Brasil e que ainda é muito presente, não só no que se refere às questões reativas ao racismo estruturado nas instituições, como se encontra impregnada na prática das relações cotidianas no aspecto social, político, cultural e econômico. Nas relações de poder, como assinala Quijano (2012), esta colonialidade se verifica quando é visível o privilégio às comunidades brancas e masculinas. Com isso, o lugar do corpo negro neste contexto ocupa papel de irrelevância ou quando se é mais otimista, este corpo é invisibilizado não só na preocupação do cuidado de quem detém o poder, como na sua utilização propriamente dita. Consequentemente, a população negra brasileira não controla as instâncias básicas de sua existência social, como o trabalho, a educação ou sua própria subjetividade, uma vez que os parâmetros do que seria adequado se referencia em um outro corpo, que é branco, masculino e detentor de riquezas.

E o EIR foi imaginado e desejado em diferentes estágios dos Movimentos Negros e Feministas Negros, como uma ação de enfrentamento de luta e resistência contra a exploração e dominação branca. Se almejava trazer para cena pública as demandas reprimidas, desde a colonização do Brasil, para potencializar a vida da população negra.

A Constituição de 1988, denominada de Constituição Cidadã, trouxe a ampliação dos direitos políticos. Houve a recuperação de alguns direitos civis, como a liberdade de expressão, de imprensa e de organização. No entanto, no que diz respeito à criminalização do racismo e do preconceito racial, são observados poucos avanços, mesmo aqueles incluídos no texto constitucional. Uma das suposições, para tanta indiferença, pode encontrar resposta na não incorporação pela sociedade do crime de racismo, em função da persistência em se acreditar que vivemos em uma democracia racial. Existe um outro suposto argumento, que busca justificativa legalista para tal comportamento. Falam sempre das dificuldades de constituir a prova do ato de discriminação ou as resistências

encontradas no interior do sistema policial e judiciário em reconhecer a motivação racista dos atos denunciados, são alguns dos fatores que explicariam o limitado recurso às normas antidiscriminação (IPEA, 2009, p. 271).

Entretanto, há que se destacar algumas conquistas resultantes da ação política dos Movimentos Negros e dos Feminismos Negros.

Em meados da década de 1980, por exemplo, campanhas políticas e o Estado Brasileiro – mesmo que timidamente –, incorporaram a temática racial em suas agendas públicas: o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, em 1984, no estado de São Paulo, pelo Governador Franco Montoro; e no primeiro escalão do estado do Rio de Janeiro, a criação da SEDEPRON¹²² - Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras, em março de 1991, durante o governo de Leonel de Moura Brizola dedicado à formulação e desenvolvimento de políticas de combate à discriminação racial e de ação compensatória em favor das populações negras, que em seguida foi denominada SEAFRO – Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras, são alguns exemplos.

E, não é por acaso, que indicadores sociais apontam os piores índices para o povo negro, seja no acesso à educação, saúde, habitação e tantos outros que discutem esta perspectiva fazendo o recorte com a classificação social. Portanto, essa parte da história o Brasil ainda está devendo – e muito – e, precisará de algumas décadas para que as distorções no quadro para instalar um país de igualdades. Isto só será conquista com ações de reparação, superação de desconfianças e credibilidade, além das medidas compensadas.

As colaboradoras da pesquisa têm muito a dizer sobre esse debate.

Iêda Leal

Quando fiz a pergunta sobre o EIR, notei certa inquietação em algumas colaboradoras. A que mais chamou atenção, foi Iêda Leal, uma vez que seu empenho direto foi muito intenso e a implicação, não só de ordem pessoal, mas também por sua militância sindical e no MNU. Foi visível a decepção, frustração e indignação. Ela explicou o motivo: *Porque nós perdemos a essência do Estatuto* (LEAL, 2016), corrobora o sentimento de muitos negros e negras que tanto lutaram por políticas sérias de inclusão racial neste país.

¹²² Disponível em http://www.abdias.com.br/secretarias_estado/seafro.htm. Acesso em 09 de ago. de 2014.

Eu acompanhei muito de perto, lutei, muitas discussões... Fomos a Brasília... eu tenho a primeira versão do Estatuto, o que a gente queria, o que a gente achava que era o correto... que poderia ajudar no combate ao racismo, que iria mexer com o Estado brasileiro [fala com sofrimento]. Então, pergunto o que aconteceu, pergunto. (LEAL, 2016).

Porque nós perdemos a essência do Estatuto. Aquilo que era mais essencial. A questão das cotas, a questão das titulações das terras, de verdade! Aquelas coisas que a gente brigou... que a gente gritou... que a gente colocou de verdade! Que não era só para resolver, mas tinha que ser dessa forma de ser colocada! Para a gente colocar, o Estado se mexer e aí foi limpando para atender tantos outros, que no dia da aprovação, é que eu fiquei.... Eu comemorei não, mas eu disse.... É, está aprovado! Ehhhh.... Mas não era, não foi e não é ainda! Eu disse assim, nós vamos ter que mudar muita coisa, aí pensei num futuro próximo, que a gente pudesse discutir, debater com um outro Congresso, com outras pessoas... (LEAL, 2016).

Esse desencanto foi proporcionado pelos tensionamentos de diferentes conformações das forças políticas, dentre os deputados e os senadores. A análise momentânea foi a de considerar que o texto final não tinha o poder necessário para ampliar direitos e definir prazos para execução das políticas públicas. Na primeira avaliação, o EIR parecia carta de intenções. As inúmeras modificações puderam – ou não –, dependendo da ideologia política, ter colocado em xeque a meta almejada para a busca da igualdade racial no país.

No entanto, argumentei que o Supremo, depois de passados dois anos, deu a resposta do conteúdo que os parlamentares retiraram do EIR e, julgou constitucional ADPF Nº 186/10, na Universidade de Brasília, o que acabou influenciando a aprovação da Lei nº 12.711/2012. O pensamento de Iêda era similar ao meu no início da pesquisa, uma vez que considerava que o EIR não deu conta das leis que almejávamos, porém no decorrer da pesquisa descobri o potencial do mesmo e mudei minha avaliação de que era um conjunto de enunciados.

O debate travado em torno das cotas raciais implementadas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e na Universidade de Brasília, que ocupou as ruas, praças, vielas e instituições, o que foi um exemplo promissor, acarretando na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF Nº 186, impetrada pelo DEM – Partido Democratas, em 2009, cuja a advogada, Roberta Kauffman Fragoso, considerava inconstitucional as ações administrativas da Universidade de Brasília – UnB, por

estabelecerem reserva de 20% das vagas para candidatos negros e 20 vagas para indígenas de todo o território nacional, para acesso ao ensino superior.

O STF realizou uma Audiência Pública nos dias 03, 04 e 05 de março de 2010, e a radical argumentação acadêmica de Maggie (2010, p. 03), anunciando que as *leis raciais viriam para ficar e iriam se espalhar, como erva daninha, em todas as instituições, na mente e no coração dos brasileiros transformados em cidadãos diversos e legalmente definidos pela cor de sua pele*, indignou grande parcela da sociedade, devido ao seu histórico na universidade com a temática racial. Apesar desses revezes, o Supremo Tribunal Federal, em 25 e 26 de abril de 2012, julgou constitucional a medida, desconsiderando também, a pressão da grande mídia, se fazendo representar por Ali Kamel (2006), alto funcionário do Sistema Globo.

O relator, destacou a importância das políticas de ações afirmativas por provocarem mudança na atitude subjetiva dos integrantes desses grupos, aumentando a autoestima, além de preparar o terreno para progressiva e plena integração nacional. (2012, p. 26-27). Ressaltou, ainda, o papel simbólico das ações afirmativas, que desempenhariam relevante significado para uma criança negra ao ver um negro ocupar um lugar de evidência na sociedade, o que a levando projetar naquela liderança e alargaria as possibilidades de seus planos de vida. Destacou, também, o componente psicológico multiplicador da inclusão social nessas políticas (2012, p. 29) e a importância do convívio entre estudantes de diferentes origens, propiciando um ambiente escolar múltiplo e com diversidade cultural e social.

Vale ressaltar que o papel das novas legislações tem valor imensurável para a melhoria de vida das populações negra e indígena, por estabelecer tratamento desigual aos que sempre foram tratados com desigualdade, o que torna real a busca pela igualdade. E essa igualdade só será plena quando os desníveis sociais, políticos, civis e econômicos forem corrigidos e, assim, ser alcançada a cidadania plena. A Lei nº 12.711/12 foi a primeira regulamentação indireta como tentativa de correção do EIR, ou seja, uma ação concreta para anular os equívocos dos parlamentares contrários à proposta durante a tramitação no Congresso Nacional.

Para Iêda, o fato da necessidade da existência de leis complementares demonstra que só temos este caminho e questionou: *Para a gente ter o Estatuto como a gente queria, não precisaria ter lezinhas para corrigir o Estatuto. O que nós temos é isso, nós temos o Estatuto, que é o marco histórico na América, no mundo. Estatuto da Igualdade Racial, do Idoso... um monte de coisa.... Tem vários Estatutos... da Criança. Sem dúvida alguma, a*

crítica tem fundamento e, é de nosso conhecimento que o Brasil adora conceber estatutos. Porém, Iêda considerou essa tendência perniciosa e falou que, *é para não cumprir Estatuto! Eu acho que eles limpam o Estatuto para aprovar.* (LEAL, 2016).

Demonstrando muita indignação, Iêda Leal recordou o nome de um deputado federal que foi um dos maiores opositores do EIR: *O pior de todos? Daqui de Goiás! Demóstenes Torres! Ah, com aquela conversa que nós, mulheres, facilitamos para o homem branco estuprar as mulheres negras? Gente, horrível, traduz o conservadorismo de todo mundo ali. Mas, nós batemos nele aqui.... Não foi o suficiente, porque ele não aprendeu... mas, onde ele está, onde tem uma mulher negra a gente faz uma manifestação... [perguntei se isso acontece até hoje...]. Até hoje, mas ele desapareceu, perdeu o cargo, está recebendo... Mas Demóstenes, a vergonha nacional! Então, onde ele vê uma mulher negra, ele sabe muito bem o que nós estamos pensando.... Nós falamos assim: 'Você é um traidor das mulheres negras! Você precisa aprender'! Ihhhh.... Nós fazemos um barraco..., mas ele sumiu! Sumiu! Para mim, a tradução pior é este senhor!* (LEAL, 2016).

O episódio protagonizado pelo deputado Demóstenes Torres (DEM/GO) foi estarrecedor, o parlamentar usou a tribuna para justificar a cultura do estupro e a naturalização da mulher negra neste contexto foi inadmissível.

Sendo assim, fiquei interessada em saber os pontos que Iêda considera de grande importância no EIR. Iêda faz uma longa pausa e diz: *Acho que ele ficou tão suave... tão sem... Para mim, o Estatuto é um tratado para não acontecer nada! Assim, eu nunca disse isso para ninguém... porque eu fiquei muito chateada com a aprovação da forma que foi. Então, é um monte de palavras que não diz absolutamente nada. São palavras! Então, assim, você pedir para eu destacar... eu não destaco nada! Sabe? Assim... não foi... Foge do propósito!* (LEAL, 2016).

O que mais chamou a atenção no EIR foi o uso da palavra racismo apenas duas vezes. E foi interessante, quando eu o peguei para ler com o olhar de pesquisadora, pois foi diferente de quando o li como uma pessoa participante do movimento. Fato corroborado pelo artigo do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal do Estado de Mato Grosso¹²³, anos depois de sua aprovação:

Na mesma direção, foi rejeitado o termo escravidão, pois ele foi considerado como tradicional e inadequado, pois se trata de algo do passado. Como a sociedade brasileira está em transição, emergindo para

¹²³ Disponível em: <http://sindjufe-mt.jusbrasil.com.br/noticias/112120374/estatuto-da-igualdade-racial-aprovacao-de-uma-farsa>. Acesso em: 24 abr. 2016.

uma sociedade democrática, com propostas de ações afirmativas que visam acabar com as desigualdades sociais, escravidão não seria o termo mais adequado.

Ora, a escravidão do negro no Brasil durou quase quatrocentos anos, em contraste com apenas 122 anos de trabalho livre, o que constitui uma prolongada experiência histórica que até hoje deixa marcas profundas nessa população, tanto no que se refere ao acesso aos bens materiais e culturais, como na dificuldade de construção da identidade étnica.

Não restam dúvidas que o Estado brasileiro tem uma dívida histórica com o povo negro. O estatuto seria uma forma de buscar assegurar direitos políticos, econômicos, sociais e culturais desta população, através de uma política de ações afirmativas que dessem conta das demandas históricas. (ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL: A APROVAÇÃO DE UMA FARSA, 2014).

Iêda resgatou seus sentimentos em relação à redação do EIR: *Sabe quando você começa a ler uma coisa e vai tendo uma esperança. Vai chegar alguma coisa! Passa uma página, passam duas, passam três, chega ao final e você fala: ‘Gente??!!!’... Então, assim, vou dizer para você... é um monte de palavras, um monte de palavras!* (LEAL, 2016).

No decorrer da construção da tese, pude ver um outro papel do EIR, como já foi mencionado anteriormente.

Piedade Marques

Os sentidos desenvolvidos em Piedade Marques não diferem daqueles demonstrado por Iêda Leal, entretanto, ela pontuou um aspecto positivo no EIR: *Eu acho assim: o Estatuto, ele consegue trazer primeiro: a responsabilidade do município, né? Você consegue construir trazendo um pouco o link para o próprio SINAPIR, o Estatuto traz essa construção da necessidade da política, não é? Uma política que seja de promoção dessa população negra. Ele... então nessa perspectiva de você ter, primeiro, o reconhecimento da população negra e da importância dela. Você trazer e tirar lá debaixo e trazer como elemento principal, né? Eu acho que ele é algo extremamente importante para que a gente possa estar na perspectiva do próprio reconhecimento. Acho que o Estatuto no seu processo de construção de idas e vindas, de perdas, né? Por que se a gente for pensar o que foi a proposta inicial e o que saiu. Saiu um caldinho bem pequenininho no final, não é? Tudo o que era o de mais consequente, que estava na construção inicial, a porra do Congresso conseguiu derrubar!* [risos irônicos de nós duas].(MARQUES, 2016).

O Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR, foi uma proposta incluída no EIR, elaborado pela Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial tem a missão de se articular ao Conselho Nacional de Promoção da Igualdade

Racial - CNPIR e ao Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial - FIPIR¹²⁴, para a consecução do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

A mesma coisa você imaginar a Lei 10.639/03, né? Das coisas legais que estavam sendo construídas, o que poderia dar liga, né? Inclusive na própria perspectiva de financiamento da política, né? É algo que cai assim. O caldo que ficou, não é o caldo grosso, né? Diferente quando a gente está fazendo leite de coco, você bota um pouquinho só de água e fica aquela coisa densa, mas a água que foi, foi muita, e a gente terminou com um caldo ralo. (MARQUES, 2016).

Perguntei à Piedade, se além do SINAPIR, qual outro ponto destacaria no EIR, ou se não destacaria mais nada. E, de forma contundente, sentenciou: *Eu não destacaria nada! Particularmente eu não destacaria.*

Por fim, procurei saber se ela participou de alguma etapa para a elaboração (mobilização, reivindicação, assinatura de abaixo-assinado, organização de debates, atos, dentre outros) do EIR, e ela se lembra de que: *lá no início sim, até porque quando o Estatuto começou a ser construído bem lá atrás, a gente ainda estava aqui em Pernambuco, de alguma forma, com uma certa sintonia e logo depois foi um período que eu me afastei, viajei, não sei. (MARQUES, 2016).*

O processo histórico tem demonstrado que o EIR tem caminhado para “engrossar” seu caldo, não só por estar sendo usado como um instrumento de referência na consolidação de direitos na esfera judicial, como por instituições que tem orientado a utilização do mesmo em normas de seus órgãos colegiados, como foi discutido no item anterior.

Valéria Porto

A colaboradora da pesquisa, **Valéria Porto**, estava com apenas 12 anos quando Paulo Paim (PT/RS), impetrou na Câmara dos Deputados o PL N° 3.198/2000. Suas impressões foram baseadas na história oral, uma vez que ela *soube do Estatuto nas discussões, através de lideranças mais velhas do Movimento Quilombola, sempre falando do Estatuto da Igualdade racial...* (PORTO, 2016).

Porém, com seu ativismo ao longo de sua juventude, desenvolveu análises relevantes a respeito da luta dos quilombolas em nosso país. *Essa questão quilombola, por exemplo. Ela tem que ser mais consistente, ela deve ser tratada de uma forma mais, de*

¹²⁴ Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/destaques/Principal.2007-11-18.5353>. Acesso em 14 de out. de 2011.

forma que contemplasse os quilombolas a partir da realidade do sujeito mesmo. Da forma que eles estão inseridos hoje em suas áreas. Inclusive essa questão da regularização das áreas. Por que a gente ainda sofre tanto com essa questão do Decreto 4.887/2003¹²⁵ que garante essas áreas? E que a todo momento: Vai cair, vai cair, vão derrubar? Entendeu? Por que esse Estatuto da Igualdade Racial, ele não! Não sei se seria brecha, mas algo que se trabalhasse, que fizesse que garantisse isso? Eu tenho um entendimento de que sem a terra, sem a terra, a nossa garantia da nossa terra, nós não temos nada, nós não construímos nada! E eu disse isso numa reunião que teve de construção do Plano Estadual de Agroecologia, a gente começou a entrar nessa pauta da regularização das áreas quilombolas e o pessoal que estava coordenado ficou meio balançando, querendo fugir disso. Queria falar de ações, de políticas que iam ser desenvolvidas, mas não queria falar do principal que é o reconhecimento, a entrega da posse da terra! Então, eu disse: ‘Para mim, não adianta estar aqui discutindo uma lei que vai garantir as ações da agroecologia, se as áreas onde serão efetivadas essas ações não forem garantidas’, eu disse isso! Porque é o principal, Rosalia, não adianta ficar pensando em Lei 10.639/2003, pensar numa educação contextualizada, em construir casa, e construir escola e tal, se a área ainda não foi entregue como nossa, se não tem um título dessa área! Então, como é que vai se construir isso? Então, por que isso não é trabalhado como uma forma... isso mesmo! (PORTO, 2016).

Os conflitos agrários no país devem ser enfrentados com maior seriedade, uma vez que os grupos ligados ao agronegócio empreendem ações criminosas, estes parlamentares são identificados como a bancada BBB – Bíblia, Bala e Boi¹²⁶. Este assunto já foi refletido anteriormente, mas as a referência demonstra que os 40% dos votos na Câmara dos Deputados confere a esse grupo um grande poder para fazer valer suas proposições.

¹²⁵ Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003: “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”.

¹²⁶ Somados, os BBB dispõem de 40% dos votos da Câmara, mas são capazes de formar maioria com tranquilidade, diz André Luís dos Santos, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). “Eles não têm dificuldade para angariar apoio de outros blocos, até por ocuparem postos-chave na estrutura de poder da Casa”. Nessa frente, a ala mais numerosa é a ruralista, formada por 109 deputados e 17 senadores, segundo a “Radiografia do Novo Congresso”, atualizada a cada nova legislatura pelo Diap. Após Kátia Abreu assumir o Ministério da Agricultura, o oposicionista Ronaldo Caiado, do DEM, emergiu como uma das principais referências da chamada Bancada do Boi no Senado. Campeão de votos no Rio Grande do Sul, Luis Carlos Heinze, do PP, mantém a liderança do grupo na Câmara.

A Bancada da Bíblia, por sua vez, aumentou de 73 para 75 o número de deputados eleitos, além de preservar três senadores, registra o Diap. O pastor Marco Feliciano, do PSC, quase dobrou a quantidade de votos obtidos de 2010 para 2014, e segue como uma referência importante. Mas é o peemedebista Eduardo Cunha, fiel da Igreja Sara Nossa Terra, quem ocupa o palco, por definir o que entra ou não na pauta da Câmara. (CARTA CAPITAL, 2015.) Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/844/bbb-no-congresso-1092.html>. Acesso em: 20 abr. 2016.

E, Valéria continuou com a sua análise do EIR: *Como estamos hoje na base? Como isso vem acontecendo? Ou talvez eu não consiga aqui nessa minha fala colocar minuciosamente, assim, como é que seria essa inserção dentro do Estatuto? Ele fala do Bem Viver, ele fala do bem-estar, então, assim, como é que é o Bem Viver dos quilombolas, se os quilombolas estão e se sentem ameaçados a todo momento, né? Se a todo momento pode cair um decreto e todas as conquistas que se conseguiu até agora ir por água abaixo? Para mim, isso é prioridade, assim... essa questão da regularização das áreas e os respectivos títulos das áreas quilombolas.* (PORTO, 2016).

Zélia Amador de Deus

A preocupação com as terras de Quilombos, assinalada por Valéria Porto, foi o ponto central destacado por Zélia e considerou a grande perda no processo de discussão e construção do EIR na Câmara dos Deputados. Ela destacou que foi *uma briga muito grande, o Estatuto saiu muito defeituoso, ele não é um Estatuto que se queria, né? De alguma forma ele é um avanço. Ele é um avanço porque não só é um instrumento a mais que nós temos, como também ele é um instrumento do Estado brasileiro, que se reconhece um Estado racista. E que, portanto, tem que ter um Estatuto para se construir a Igualdade Racial. Então, nisso que está a força do Estatuto, embora ele tenha saído capenga por causa da nossa...* (DEUS, 2016).

O racismo é muito forte nesse país, a nossa correlação de força no Congresso é muito pequena, a gente tem que negociar. O Joel Zito¹²⁷ mostra no filme “Raça” os entraves que o Paim enfrentou, não só entraves, como a negociação. Tem que negociar lá com os brancos retrógados, enfim... (DEUS, 2016).

De acordo com Zélia, *saiu um Estatuto que é um Estatuto muito mais a cara do Brasil do que a nossa. Muito mais a cara de um Brasil que sabe que tem racismo, mas ao mesmo tempo, não quer reconhecer esse racismo, do que de fato nosso Estatuto, para ser um instrumento de luta para a construção da Igualdade ou para combater... eliminar a*

¹²⁷ Joel Zito Araújo é cineasta e produziu o filme “Raça”, cuja sinopse é: Raça capta a história de três pessoas na linha de frente da batalha contemporânea pela igualdade, em um país que se orgulha de ser exemplo de democracia racial. Entre eles, o esforço do Senador Paulo Paim para sancionar a lei do “Estatuto da Igualdade Racial” no Congresso Nacional, em Brasília. Autor do projeto original que demorou quase uma década para ser aprovado. O documentário também apresenta a luta de Miúda dos Santos – neta de africanos escravizados e ativista quilombola – pela posse das terras e pelo respeito às suas tradições ancestrais da Comunidade Quilombola de Linharinho, no Espírito Santo. E Netinho de Paula e os bastidores da trajetória do cantor, apresentador e empresário durante todo o processo de criação e tentativa de consolidar o seu canal TV da Gente, formado majoritariamente por profissionais negros. Disponível em: <http://racafilme.com/sobre-o-filme.html>. Acesso em: 04 abr. 2014.

discriminação racial, digamos assim. Mas, de qualquer forma, ele é um instrumento que está aí e que a gente pode utilizar a qualquer momento. Pode e deve! (DEUS, 2016).

Solicitei que destacasse o que considerava como o mais relevante, o que a fez se reportar ao tratamento ruim dado às terras de Quilombos: *Olha, a questão dos Quilombolas para a gente, a questão das terras, foi a grande perda. E que, ainda, estamos com ela até hoje, né? Está no Supremo e não tem resposta até hoje. A questão da terra de Quilombo, né? Como, para a gente, o Quilombo tem sido muito caro, a gente eu digo para o CEDEMPA¹²⁸, então eu acho que isso foi uma grande perda. Eu destacaria como uma das grandes perdas, que a gente teve no Estatuto, foi essa questão da terra, a terra de Quilombos.* (DEUS, 2016).

As reflexões de Zélia Amador de Deus alertam para a emergência na atenção às terras quilombolas, que até os dias atuais o Supremo Tribunal Federal não finalizou o julgamento da ADI 3239/2003, mais uma vez impetrada pelo DEM – Partido Democratas:

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) retomou hoje 25 de março o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239 ajuizada pelo Partido Democratas (DEM) contra o Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de comunidades dos quilombos. O julgamento foi retomado com o voto-vista da ministra Rosa Weber, mas, em seguida, houve novo pedido de vista, desta vez formulado pelo ministro Dias Toffoli.

A ministra Rosa Weber abriu a divergência e votou pela improcedência da ação, entendendo pela constitucionalidade do decreto presidencial. Esclareceu que seu voto estava pronto cinco dias após seu pedido de vista, que ocorreu em 18 de abril de 2012. Naquele dia, o relator, ministro Cezar Peluso (aposentado), votou pela procedência da ação e, portanto, pela inconstitucionalidade do decreto questionado. Em seu voto, entretanto, o relator modulou os efeitos da decisão para “declarar bons, firmes e válidos” os títulos de tais áreas, emitidos até agora, com base no Decreto 4.887/2003. (NOTÍCIAS DO STF, 2015).

Assim, a luta continua para frear os conflitos agrários.

Bia Onça

Segundo Bia Onça, uma das constatações de campo mais significativas foi a falta de apropriação do EIR no cotidiano dos negros e negras brasileiros. Ela refletiu, que *o pouco que eu li, que eu distribuí, né? De 2010, eu levava para diversos Congressos, para muitas atividades do “Coisa de Mulher”, a gente recebeu, temos um pacote até hoje, né?*

¹²⁸ Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, entidade do Movimento Negro fundado por ela e outras pessoas em Belém do Pará, fundado em 10 de agosto de 1980 e legalizado em 27 de abr. de 1982.

E, assim, ele foi bem contraditório. Tem um vídeo do Paim de como foi feito, né? Como foram as articulações políticas. Que algumas pessoas acham que teve avanços, outras dizem que não. É uma briga política que eu acho muito séria, né? (ONÇA, 2016).

No decorrer do nosso encontro quis saber um pouco mais sobre a avaliação do EIR. E, para Bia Onça, que acompanhou *via mídia, mídias, TV as discussões sobre o Estatuto, ouvi muitas coisas ruins a respeito do Estatuto, uma das coisas boas, que foi um avanço.* Neste momento perguntei qual era sua avaliação. *Para mim, qualquer documento que fale sobre a população negra, que é a grande maioria desse país e que vive ainda em desigualdade, eu acho que não é um avanço é mais um documento, um documento oficial, criado por pessoas ditamente capacitadas para tal, mas eu acho que ele pode melhorar.* (ONÇA, 2016).

Tive a curiosidade em saber os pontos mais importantes que destacaria. [e, nesse momento ela pega um exemplar do EIR sobre a mesa e eu falei: *Sem ler!!!* [rsss]. E me falou que: *Dois aspectos do Estatuto da Igualdade Racial que eu destacaria? A questão da saúde da população negra, um dos pilares que faz essa desigualdade ser tamanha, esse fosso... é fundamental a saúde da população negra. Ela deve ter um destaque muito maior nesse Estatuto. Acho que ela tem que abrir brechas.* (ONÇA, 2016).

Bia Onça destacou a saúde da população negra. E, o artigo suprimido, que tratava da Saúde, contou com muitas críticas no Estatuto, como foi visto no item V.2, através da análise de Jurema Werneck, que corrobora seu sentimento. Como falei anteriormente, a brecha a que se refere a colaboradora da pesquisa, foi aberta em 2014, quando a deputada federal Benedita da Silva protocolou o PL 7.103/2014, que está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Como as coisas “não caem do céu”, cabe aos movimentos sociais empreender esforços e fazer pressão na Câmara dos Deputados, para garantir a aprovação do PL 7.103/2014, pelas razões que já foram expostas anteriormente. A crítica em relação à baixa mobilização da comunidade negra na defesa do EIR, também é oportuna ser retomada atualmente.

Pontuei para Onça (2016) que ela adverte que o EIR está incompleto e passou a detalhar seu ponto de vista: *como está, está incompleto! A saúde da população negra tem que entrar de forma específica, de uma especificidade da saúde da mulher negra, eu acho que a mulher negra idosa, ela – é claro que é uma coisa muito específica, mas eu não sei como colocar isso, como criar lei -, mas a saúde da população negra eu acho que ela deve entrar no Estatuto de forma mais complementar, mais distribuída e, que a gente possa*

estar usando este Estatuto como ferramenta para nossas ações, não só do movimento social, mas como profissional de educação, como profissional da saúde, como profissional do jurídico. (ONÇA, 2016).

E, também, eu acho que a gente pode trabalhar no Estatuto a questão da mulher, da mulher negra especificamente, na parte... em todos os sentidos! Acho que o Estatuto tem que abrir uma – não sei como que é isso também –, a questão da mulher nesse país, a mulher negra na base – eu gosto de geografia econômica! – a mulher negra, ela que menos recebe em todos os setores; a mulher negra, em todos, em todos os sentidos, ela é mais discriminada; a mulher negra é vista de forma pejorativa em várias situações. Eu acho que a mulher negra neste Estatuto deve ter um capítulo! (ONÇA, 2016).

Perguntei sobre o seu envolvimento no processo de construção do EIR e ela disse não se lembrar. Então, fiz uma pergunta que não estava no roteiro: Você acha que a nossa comunidade não tomou para si o EIR? Eu vejo que não tomou para si o EIR! E Bia Onça afirma sem titubear: *Concordo plenamente. Não tomou para si o Estatuto! Nem sabe que isso existe. Nem sabe que existe! (ONÇA, 2016).*

Talvez a efetiva divulgação (campanhas nas mídias, formação continuada de professoras e professores, dentre outros), assim como para a comunidade negra, possa diminuir este distanciamento e estranhamento em relação ao EIR. E vale lembrar, que tais análises foram recorrentes nas análises de Valéria Porto e Bia Onça. E, Giselle dos Anjos Santos iniciou sua análise, justamente, com esta mesma crítica.

Giselle dos Anjos Santos

A paulistana Giselle dos Anjos Santos pensa que *é difícil fazer uma avaliação do Estatuto... assim... até devia ter feito a lição de casa, devia reler...* Aproveitei a oportunidade para dizer que essa foi a minha grande preocupação durante a construção da pesquisa, por isso tomei cuidado em não divulgar, antecipadamente, com as colaboradoras da pesquisa conversar sobre as perguntas que faria, para não interferir nas respostas. E ela disse, sorrindo: *Aí você pega todo mundo de calças curtas.* Nesse momento, paramos a entrevistas e demos boas gargalhadas. E continuou: *Aí as pessoas ficam... é... né??? O que é que falo agora???(SANTOS, 2016).*

Comentei que a análise por ela feita poderia ser uma visão, a grosso modo, genuína.

Então ela revelou: *Olha... [pausa grande]. No momento que eu tive contato com o Estatuto, e isso já tem um tempo, o espaço onde foi discutido... etc... O meu entendimento e avaliação, não estou falando nem do grupo. O entendimento e avaliação foi positivo, a*

grande questão e acho que aí que se encontra a Como eu não sabia a que grupo ela se referia perguntei, e ela continua: *Estou falando de um grupo de jovens que debateu o Estatuto.* Perguntei onde foi o debate: *Acho que foi na PUC, mas há muito tempo. Eles achavam positivo e eu também achei. Mas a grande dificuldade que se coloca, na verdade não é na construção do texto, pelo contrário, acho que o Brasil tem essa característica, né? De ter boas leis, bons Estatutos, ótimas referências, documentos norteadores, mas a hora de colocar em prática todas essas reflexões, e essas orientações, regras, leis, etc... A gente vê que existem entraves estruturais e políticos, que dificultam a implementação dessas leis que, por mais que sejam positivas, acabam ficando mortas no papel.* (SANTOS, 2016).

É importante destacar, a mesma análise em depoimentos anteriores, quanto ao fato do Brasil produzir vasta legislação sobre acesso aos direitos, mas sem dar a atenção merecida quanto à aplicabilidade, à análise e ao monitoramento como foi destacado anteriormente neste capítulo.

Solicitei que Giselle destacasse um ou dois pontos que considerava de grande importância. Ela respondeu que *tem elementos importantes, mas agora lembrar com detalhe, porque tem os diferentes enfoques que estão colocados, mas lembrar com detalhe algo que foi.... Acho que uma preocupação importante para o Movimento Negro, que é uma preocupação histórica e, que é fundamental, é a questão da educação e, eu não vou lembrar como isso aparece com detalhes no Estatuto.* (SANTOS, 2016).

Tentando deixá-la à vontade, pontuei que essa ausência de memória é muito importante e significativa, pois, ao contrário de considerar uma falha, ela quer dizer muita coisa. E, ela concordou: *Também diz muita coisa [rsss.]. Nossa... muita coisa!*

E, retomando a questão sobre os pontos que considerou relevantes a serem destacados, Gisele refletiu: *Eu acho que o Movimento Negro, de um modo geral, não se apropriou do Estatuto.* (SANTOS, 2016). Esta mesma observação ocorreu na entrevista com Valéria Porto, Bia Onça e Iêda Leal. Falei que tinha a mesma avaliação e que só não mencionei para não interferir na sua avaliação. E Giselle continuou:

Não se apropriou de fato do Estatuto, eu não vou ter condições de explicar o motivo, isso cabe a você que está desenvolvendo essa tese, mas já tiveram discussões onde eu participei, até eu me recordo de um Seminário, isso até foi mais recente, um Seminário que aconteceu na Câmara dos Deputados sobre Mulheres Negras e Juventude e esse evento me chamou muito a atenção. Foi organizado por um Coletivo de Jovens Negras Feministas, aqui de São Paulo, o Seminário tinha esse título, né? Mulheres Negras Jovens.

E todas as mulheres convidadas para falar na mesa eram mulheres velhas. Não necessariamente velhas, mas mulheres já na sua faixa de sessenta anos, quarenta, sessenta anos. Por exemplo: tinha Nilza Iracy¹²⁹ na mesa, tinha Cida Bento¹³⁰ na mesa, que é minha chefe, por exemplo, mas não tinham nada que estar ali, tinham várias mulheres que, enfim.... Têm sua grande importância no sentido de contribuir, para que a gente consiga a reflexão sobre várias coisas, e eu acho que elas tinham que estar no Seminário, mas não construir mesas só com mulheres que não têm... (SANTOS, 2016).

Percebi que a crítica tinha fundamento e pontuei que seria bom ter mesclado jovens e velhas, e ela disse: *Exatamente, tinha que mesclar. E aí, enfim, numa das discussões e tal.... Nós precisamos construir isso, nós precisamos construir aquilo; o Movimento Negro isso, o Movimento Negro precisa daquilo... (SANTOS, 2016).*

Aí teve uma garota que levantou a mão para fazer uma intervenção e ela falou: “Desculpa, isso que foi mencionado por fulano, aquilo que foi mencionado por beltrano, assim, várias das coisas que foram colocadas, enquanto grandes novidades e contribuições que precisavam ser elaboradas, tudo isso já está no Estatuto da Igualdade Racial. ” Então, mais do que brigar para que o Movimento Negro construa aquilo, ou que o Movimento Negro construa isso, a gente tem que brigar pela implementação de algo que já está no papel, né? (SANTOS, 2016).

Então a intervenção dessa garota ficou marcada para mim, pois ela fez sentido, né? Até dentro desse cenário, onde a gente tinha ali uma tensão que estava dada.... Perguntei se foi uma tensão entre as jovens e as velhas e ela continuou:

A tensão não estava dada pelo fato delas estarem ali, a tensão era fato! As pessoas que foram para participar desse Seminário tinham uma expectativa, até no sentido de ver a questão mais falada e problematizada.... Enfim, a crítica dessa garota, especialmente, ficou registrada na minha memória e... Eu já ouvi essa mesma crítica em outros espaços, mas nesse contexto, no qual tudo estava colocado da forma que foi construído e articulado, fez muito sentido e até por conta dessa questão geracional. (SANTOS, 2016).

As palavras finais de Giselle, mais uma vez, corroboraram as análises anteriores sobre a falta de apropriação do EIR pelos (as) ativistas dos Movimentos Negros e dos Feminismos Negros, que o tem relegado ao segundo ou terceiro plano em suas práticas

¹²⁹ Nilza Iracy jornalista, feminista negra, presidenta da ONG Geledés de São Paulo, Desde 1988 vem se dedicando a projetos de formação e capacitação de mulheres negras em TICs, Comunicação, Mídia e Advocacy, tendo realizado várias atividades no setor.

¹³⁰ Cida Bento é psicóloga social, coordenadora executiva do Centro de Estudos das relações do Trabalho e Desigualdades

cotidianas. Falta fazer uso das proposições legislativas. Penso, ainda, que o debate travado entre a jovem e as “antigas”, no referido evento, seja mais um fenômeno demarca a diferença de uma juventude “antenada” para o conhecimento de um instrumento, que tem sido negligenciado pelas gerações anteriores, e que tem buscado se informar acerca dos direitos conquistados. Mas isso é apenas uma hipótese que merece pesquisas para possíveis respostas e justificativas. *Inquietação boa*. (SANTOS, 2016).

Maria Malcher

Ao entrevistar Maria Malcher, foi possível perceber a construção de uma análise inovadora do EIR com o processo de organização da Marcha das Mulheres Negras 2015, informou que foi, nesse momento, que teve contato com o Estatuto: *Eu conheço, não profundamente*. Perguntei se tinha lido o texto da referida lei. Ela disse que: *nós tivemos um curso aqui na época da Marcha, de mobilizatório da Marcha, em sete municípios, que eram da negritude e feminismo, nós estudávamos estatutos: da Criança, Idoso, Adolescente, Igualdade Racial e essa questão da Marcha, né? Então, a gente lincou! Mas é muito superficial*. (MALCHER, 2016).

Solicitei, diante do seu conhecimento superficial, que fizesse sua avaliação: *Eu acredito que o Estatuto não amarra a questão punitiva mesmo, ele deixa brechas. Essa é a grande crítica – até reproduzindo falas de alguns textos que eu li para fazer essa capacitação. Mas eu tenho percebido, que mesmo não sendo o Estatuto que foi sonhado, há alguns avanços*. (MALCHER, 2016). De fato, o EIR foi um *sonho sonhado*, como canta Martinho da Vila¹³¹, fruto das ações dos Movimentos Negros e Feminismos Negros, em diferentes períodos na história da nação. No entanto, o sonho quase virou pesadelo, uma vez que retrocessos na tramitação no Congresso Nacional inibiram a construção de um amplo documento de compromissos, com a abrangência suficiente, para resgatar a inflacionada dívida contraída pelo Estado brasileiro com a população negra.

¹³¹ Martinho da Vila é um compositor e sambista do G.R.E.S. Unidos de Vila Isabel, é um artista que prioriza os temas afro-brasileiros e africanos em suas composições. O samba-enredo de 1980 da escola foi baseado no poema de Carlos Drummond de Andrade, “Um Sonho Sonhado”, falava sobre o sonho da liberdade em um país que ainda estava vivendo sob o medo e o temor da censura e ação dos militares:

(...). Um sorriso sem fúria, entre réu e juiz
A clemência e a ternura por amor da clausura
A prisão sem tortura, inocência feliz
Ai meu Deus
Falso sonho que eu sonhava (...)

A composição foi de Martinho da Vila, Rodolpho, Graúna, Beto Sem-Braço e Aluísio Machado. Fonte: <http://www.pedromigao.com.br/ourotetolo/2011/01/samba-de-terca-sonho-de-um-sonho/>. Acesso em: 10 mai. de 2016.

A questão punitiva aos crimes raciais, que estava prevista no artigo, que propunha alteração do Código Penal para dispensar a exigência de representação do ofendido no processamento de crimes contra a honra (injúria, calúnia ou difamação), praticados contra funcionário público em razão de suas funções, foi rejeitado. No entanto, alguns processos que tramitam hoje na justiça envolvendo denúncias de fraudes em concursos públicos, ingresso nas Universidades, questões trabalhistas, dentre outros, têm sido recorrentes a utilização do EIR, seja por parte do apelador (a) ou do juiz ao proferir sentenças, como já foi apresentado.

Então, solicitei que exemplifique os avanços e ela diz: *As pessoas ficaram... Mesmo tendo muitos casos de racismo, mas algumas pessoas ficaram com muito medo de... assim... Algumas pessoas, elas compreendem que tem o Estatuto e, se elas praticarem uma Injúria Racial, elas podem ser presas. Então, isso assim, coagiu muito racista e muitos ditos racistas.* (MALCHER, 2016).

Esta análise foi interessante, não havia pensado nessa perspectiva antes de ouvi-la, uma vez que diante da desinformação sobre o conteúdo do EIR, pessoas podem imaginar punições, mesmo que não estejam incorporadas ao texto. E, Malcher continuou: *A outra questão, não sei se está diretamente ligada, é essa questão das cotas, eu não sei se está mesmo. Como teve a Lei das Cotas, tanto para Universidade.* (MALCHER, 2016). Informei, que o tópico sobre as Cotas Raciais tinha sido retirado do EIR, que esta foi mais uma derrota para a comunidade negra. Ela continuou: *Pois é..., mas, acredito que toda essa mobilização, acredito que influenciou nas cotas.*

Nesse momento, perguntei se considera a Lei Nº 12.711/12 uma conquista indireta para a comunidade negra. Ela concordou e acrescentou que: *Foi uma conquista indireta, a questão das cotas, tanto a racial educacional quanto as cotas em concursos públicos.* (MALCHER, 2016).

Como já expus acima, as avaliações de Maria Malcher são corroboradas pelo estudo desenvolvido neste trabalho.

Nilma Bentes

De acordo com a avaliação de Nilma Bentes, que acompanhou indiretamente, *porque o CEDENPA também fazia parte da CONEN e estava participando das discussões, o EIR foi o possível de ser aprovado à época. Ocorreu algo similar no processo de aprovação/promulgação da Constituição de 1988, quando o Movimento Negro apresentou dezenas de propostas, mas só algumas poucas foram aprovadas e, mesmo assim, ainda*

hoje temos dificuldades de garantir a aplicação dos dispositivos constitucionais. (BENTES, 2016).

Ao solicitar que destacasse um ou dois pontos do EIR que considerava relevantes, destacou que a *questão da educação sempre deve ser a principal, por tentar garantir mudanças mais “sustentáveis”, mais sólidas a longo prazo.* (BENTES, 2016). E destacou também que *se o SINAPIR, se realmente for implantado, vai ser de grande valia para a população negra.* (BENTES, 2016). Vale lembrar que Piedade também considera o SINAPIR destacável como uma iniciativa positiva.

Cristiane Mare da Silva

Ao perguntar à Cristiane Mare da Silva sobre seu conhecimento acerca do EIR, não contive meu riso, aliás, nós duas rimos muito, diante da resposta inusitada:

Eu não ando com ele como uma Bíblia, né? Embora na minha casa ele fica espalhado por todo o lugar. Mas, assim, eu vejo sob o ponto de vista de nós termos um Estatuto, você tem ali questões que vão regimentar as políticas públicas, eu acho que não tem como você dizer que isso não é... lógico que isso é um ganho. É um ganho você pensar que tem um Estatuto. Ao mesmo tempo eu vejo para a gente que é como uma arma, por exemplo, como vai em escola, principalmente, né? E quando você chega ali com o Estatuto é legal o impacto que causa. Então, às vezes eu penso assim, que é interessante, assim: É quase como se fosse.... É um impacto [pausa] ... (SILVA, 2016).

Ao ouvir Cristiane – a segunda entrevista –, comecei a perceber o EIR de outra maneira. Até então considerava um documento com pouca eficácia e eficiência. No entanto, ao ler as sentenças em tribunais, leis que surgiram após sua apresentação em 2000, pude reformular minha hipótese de que o EIR era uma “Lei para Inglês ver”.

Cristiane trouxe um exemplo concreto à nossa conversa: *Vamos pensar numa escola, né? Que os alunos e alunas abrem – o EIR – e vão ficar assim [gesto de boquiaberto], mas principalmente aquelas.... Se você pensa assim, o corpo docente, os diretores, né? Dá um chega para lá! Porque ó, assim, não é mais você falando, né? No sentido de que.... Ah! Que parece que é uma experiência... Uma experiência da Cristiane, uma experiência da Rosalia.... Não! Ou seja, você tem leis, você tem pessoas que discutiram. E mais, você vê no sentido que tem coisas que não vamos mais discutir, sabe, no sentido assim que é como se as pessoas.... Sabe, como opinião? Como roupa, como sapato, né? Será que as pessoas têm ou não o direito de.... Ah, isso é muito forte.... Então, as pessoas veem.... Ah! Isso é tua opinião. Minha opinião, não! Isso é política! Então, para*

mim, o Estatuto, ele tem essa funcionalidade, que nós não estamos falando... São experiências das nossas vidas? São, né? Só que não é só isso, né? Nós estamos falando de política, né? Estamos falando de implementações e que, principalmente, não tem mais como você pensar nesse país a questão de uma equidade se nós não tivermos, né? (SILVA, 2016).

De fato, Cristiane tinha razão! É importante ressaltar que, apesar das perdas na Lei nº 12.288/2010, a lei que institui o EIR, *a priori*, tem sido destacado seu valor para a melhoria de vida das mulheres e homens negros, por estabelecer tratamento desigual aos que sempre foram tratados com desigualdade e, portanto, tornando real a busca por igualdade.

Cabe lembrar, que a igualdade só será atingida quando os desníveis sociais, políticos, civis e econômicos forem corrigidos e, assim, alcançar a cidadania plena, como já foi destacado anteriormente. Esta é uma categoria fundamental para erradicar as desigualdades: o princípio da equidade aliado ao conhecimento das iniquidades! Fato também lembrado por Cristiane:

Não dá para pensar em equidade sem que simbolicamente os corpos de mulheres negras e de homens não estejam lá. Então, quando a gente toma essa positividade e, ao mesmo tempo, essa compreensão, né, Rosalia? Dessa importância. Eu vejo assim, principalmente se você for trabalhar em escolas, né? Eu falo muito de escola, porque eu sou educadora. Então, trabalhando, por exemplo, com alguns pontos, mas eu vejo assim, de você ter aquele passe [simula jogar uma bola] que você dá para a criança... e que ela vai ter em casa, nem sempre a gente sabe se ela vai ler, mas ela vai ter aquilo tudo em casa. Então, só o fato dela ter aquilo e ela levar para casa, mesmo que os pais não discutam sobre nada, mas aquilo em si já é alguma coisa... (SILVA, 2016).

Perguntei se além da educação destacaria outro ponto que considera relevante no EIR: *Ah, a questão da criminalização, né?* Por ter percebido um ponto final em sua fala, mas solicitei que explicasse de qual criminalização estava se referindo: *No sentido de que a prática do racismo é um crime, né?* (SILVA, 2016).

Infelizmente, como já salientei anteriormente, este ponto não foi favorecido com a implementação do EIR de forma direta, apenas indiretamente, com a utilização do mesmo para fundamentar as sentenças proferidas de processos em curso na justiça. Mas, de fato, houve um ganho direto, uma vez que as Cortes, em todo país, têm utilizado o EIR no julgamento de sentenças de fraudes em concursos públicos, como também no ingresso às instituições de ensino.

Cristiane Mare da Silva também informou que não participou das etapas para a elaboração, mobilização, reivindicação, assinatura de abaixo-assinado, organização de debates, atos, dentre outros envolvendo o EIR.

As colaboradoras da pesquisa, em sua maioria, demonstraram pouca satisfação com o EIR, exceto Cristiane e Giselle, no entanto, cabe destacar que os exemplos de PL's em andamento no Congresso Nacional são ferramentas que poderão contribuir para torná-lo mais eficiente. Este é o desafio para ativistas negros e negras.

Novas legislações poderão resgatar o papel que foi desenhado originalmente no EIR pelo senador Paulo Paim (PT/RS), com as contribuições do deputado Reginaldo Germano (PFL/BA), tanto no atendimento às demandas dos Movimentos Negros e Feministas Negros, como na missão de regulamentar políticas públicas necessárias para a superação das desigualdades históricas e, principalmente, para o desmonte das estruturas mantenedoras do racismo contra a população negra nas instituições públicas e na sociedade como um todo.

A mobilização constante, para o acompanhamento das iniciativas no Congresso Nacional, o monitoramento permanente das políticas implantadas, a formação/qualificação de quadros técnicos, são algumas medidas que poderão ser adotadas para apurar o controle social das políticas em curso.

A Marcha das Mulheres Negras 2015 contribuiu para dar maior visibilidade às demandas por políticas públicas com ênfase na história das desigualdades de gênero, raça, classe, orientação sexual e outras formas de opressão. Buscou por um protagonismo histórico, quando mulheres de todo território brasileiro se empenham em pactuar e repactuar políticas públicas que possibilitassem um mundo melhor, baseadas em novos paradigmas econômicos, de consumo e de sociabilidade.

A seguir, se verá que a Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, em seu Manifesto, se reporta ao Estatuto da Igualdade Racial, discutido no capítulo V, uma vez que reivindicou e denunciou, justamente, as ausências de políticas públicas específicas para promover o Bem Viver.

CAPÍTULO VI

A MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015 CONTRA O RACISMO E A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER

A expressão viva da nação é a consciência em movimento da totalidade do povo. É a práxis coerente e esclarecida dos homens e mulheres. A construção coletiva de um destino é a aceitação de uma responsabilidade na dimensão da história. O contrário é a anarquia, a repressão, o aparecimento de partidos tribalizados, do federalismo etc. O governo nacional, se quer ser nacional, deve governar pelo povo e para o povo, para os deserdados e pelos deserdados. Nenhum líder, por maior que seja o seu valor, pode substituir-se à vontade popular, e o governo nacional deve, antes de se preocupar com prestígio internacional, restituir a dignidade a cada cidadão, enriquecer os cérebros, encher os olhos de coisas humanas, desenvolver um panorama humano porque habitado por homens conscientes e soberanos.

(Frantz Fanon)

O processo de descolonização argelino abordado por Fanon (1968), no livro *Condenados da Terra*, é um tratado sobre a busca pela autodeterminação do povo africano. Fala dos sentimentos e sofrimentos produzidos pela ação colonialista e os desafios para africanos construir uma nação, que se revolucionasse também à esfera do coletivo e do individual. Fala de sangue, de matança de mulheres, homens e crianças. O maior desafio que o autor leva a refletir é a superação de barreiras para o surgimento da criatividade e o estabelecimento de cumplicidades comprometidas pelas inculcações alimentadas pelos colonizadores, que dificultam alianças entre as concepções distintas do mundo. Para o autor, a consequência desta maledicência impedia e dificultava a ação política, uma vez que incentiva e acentua aquilo que separa e não o que une os oprimidos. E, a partir da tomada de consciência de um povo, os governos hão de ser pressionados para realizar mudanças.

Buscando expor os contextos adversos vividos pelas mulheres negras no Brasil realizou-se a Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver em 18 de novembro de 2015.

A ideia de realizar um evento dessa natureza foi gestada após o ano de 1992, quando aconteceu o I Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, realizado em San Domingo, na República Dominicana, com presença de representação de mulheres negras de 70 países, e se instituiu o 25 de julho como o Dia das Mulheres Negras da América Latina e do Caribe. Nesta data, se busca dar visibilidade às demandas políticas e às lutas da população negra nos países da região, com ênfase às desigualdades de gênero, de raça e de classe, uma vez que se têm em comum, as opressões de cunho racial, de gênero e as desigualdades sociais, econômicas, políticas e a discriminação de ordem cultural.

Desde 1992, a partir do “I Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-caribenhas”, realizado em San Domingo, na República Dominicana, com presença de representação de mulheres negras de 70 países, se instituiu o 25/07 como Dia das Mulheres Negras da América Latina e do Caribe. Este Dia tem o propósito de dar visibilidade às demandas políticas e lutas das descendentes de africanos na Diáspora, enfatizando a marca histórica das desigualdades de gênero, raça e de classe, que atingem as mulheres negras que vivem em sociedades que têm em comum as opressões do racismo, do sexismo/machismo/androcentrismo e as desigualdades socioeconômicas. Dados de 2011 informam que cerca de 80 milhões de mulheres negras vivem nos territórios da América Latina e no Caribe que, historicamente, têm sido marcadas pela exploração e opressão, como ocorreu com o longo período do escravismo e, como se mantém na atualidade, com o sistema capitalista, mantendo expressivas desigualdades econômicas, raciais e de gênero. Por outro, a memória de lutas de mulheres negras fortalece as mulheres negras da atualidade, levando conhecimento e inspiração para lutar em defesa de uma sociedade mais igualitária. A Marcha das Mulheres Negras 2015 resulta desse processo de luta de visibilidade e afirmação das mulheres negras em toda América latino-caribenha e a partir da luta histórica das mulheres negras no Brasil. (CUNHÃ, 2014).

Cerca de 80 milhões de mulheres negras, segundo dados de 2011, vivem nos territórios da América Latina e no Caribe e, historicamente, elas têm sido alvos de discriminações, desigualdades, exploração e opressão, desde o longo período do escravismo até os dias atuais. Não devemos perder a dimensão de que esta realidade é estruturada por um sistema capitalista que, ao longo de sua existência, tem mantido expressivas desigualdades de toda a ordem.

Vale lembrar que, no ano de 1988, foi realizada a Marcha Contra o Racismo, que se tornou um importante marco no Brasil contemporâneo, por evocar a transformação do modelo indenitário adotado até então e, segundo Flávia Mateus Rios:

Muitos outros autores flagraram os protestos negros do centenário através das lentes dos repórteres brasileiros. Segundo José Murilo de Carvalho,

no Rio de Janeiro, a “Marcha dos negros contra a farsa da Abolição” ocorreu no dia 11 de maio de 1988, na Avenida Presidente Vargas, em frente ao “Panteão de Caxias”. Esse protesto foi reprimido pelo comando militar, que mobilizou 600 soldados. Segundo Carvalho, a principal reivindicação dos negros dizia respeito às alterações das condições de vida da população afrodescendentes, por conta disso não se justificava a investida militar. Em suas palavras: “mesmo admitindo que houvesse da parte dos manifestantes a intenção de protestar em frente ao Panteão, a reação militar, nos termos que se deu não se justificava”. (RIOS, 2008, p. 116).

Também, as Marchas Zumbi dos Palmares – Contra a Abolição, contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, ocorridas em 1995 e 2005, contribuíram para ampliar o leque de reivindicações de políticas públicas. Para Nascimento (2008, p. 13), foram marcos para a expansão de reivindicações de políticas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial, com grande pressão sobre as instituições do Estado brasileiro.

No entanto, o que se observa nessas ações foi a proposição de reivindicações gerais e escasso protagonismo das mulheres negras no processo de organização, diferente da organização da Marcha das Mulheres Negras 2015 que envolveu um número maior de instituições de mulheres negras de diferentes regiões do Brasil e contou com um coletivo mais fortalecido, exercendo maior autonomia em relação aos movimentos negros e os movimentos feministas.

Outro fator que pode contribuir para explicar a determinação para organizar e mobilizar para a Marcha das Mulheres Negras 2015, tem relação com o estágio fortalecido e amadurecimento em que se encontravam algumas instituições de mulheres negras, a presença de novas lideranças de jovens negras em diferentes frentes de atuação e, o resgate de algumas ativistas e organizações que estavam inativas e viram a necessidade e oportunidade se reorganizar e reagrupar, inclusive com a criação de novas composições políticas.

Este amadurecimento e fortalecimento político, deve-se ao acúmulo participativo/organizativo em três conferências nacionais de políticas para as mulheres (2004, 2007, 2011) que se soma à participação em outras três Conferências Nacionais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2005, 2009 e 2013). Ainda neste cenário, é importante não esquecer da grande mobilização e participação das Mulheres Negras na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, em 2001. Nesses espaços, mulheres negras de várias partes do Brasil discutiram, avaliaram e propuseram políticas públicas para potencializar suas vidas e a da comunidade negra, que poderia ser definido como estágio

de ativismo feminista negro holístico, uma vez que renovou não só o discurso para a definição de um leque mais amplo das bandeiras de luta, como incorporou valores do conceito de Bem Viver.

O conceito de Bem Viver, de acordo com Gudynas e Acosta (2012)¹³², tem origem no início do século XXI, pelos povos Andinos, isto é, Equador e Bolívia. É um conceito em construção com distintas influências, que vão desde aquelas promovidas pela reflexão acadêmica às práticas dos movimentos sociais. Resulta de uma recuperação de saberes e sensibilidades próprias de alguns povos indígenas, constituindo-se em uma reação ao desenvolvimentismo convencional e como uma aposta em uma alternativa substancial. Dessa maneira, ficam afastadas as ideias ocidentais convencionais de progresso e são construídas novas concepções sobre o que seja uma vida boa, incluindo uma especial atenção à Natureza.

Ao ressignificar o conceito de Bem Viver, as mulheres negras brasileiras em seu Manifesto¹³³ [Anexo 03], afirmam que elas permanecem sendo a base para o desenvolvimento econômico e político do Brasil sem que a distribuição dos ativos do trabalho seja revertida para seu próprio benefício. Denunciam que vivem a face mais perversa do racismo e do sexismo por serem negras e mulheres, sendo assim, alvo de discriminações de toda ordem, limitando gerações e gerações de mulheres negras a desfrutarem aquilo que produzem (MANIFESTO DA MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015, 2014, p. 02).

O Manifesto traz a reflexão, de que mesmo diante de um quadro de mobilidade social pela via do consumo, percebido nos últimos anos, as estruturas de desigualdades de raça e de gênero se mantêm por meio da concentração de poder racial, patriarcal e sexista. Essas desigualdades acabam por alijá-las das possibilidades de desenvolvimento e disputa de espaços públicos, como deveria ser a máxima de uma sociedade justa, democrática e solidária. Além disso, repudiam serem vistas como objeto de consumo e como cobaias das indústrias de cosméticos, da moda ou farmacêutica¹³⁴.

Há que se destacar, que o Manifesto em nenhum momento se reporta ao feminismo negro, tendo sido incorporado durante o desenvolvimento do processo de organização da Marcha das Mulheres Negras 2015 através da adesão das feministas negras. A ausência da referência deste conceito no Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 indica que o

¹³² Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/507956-a-renovacao-da-critica-ao-desenvolvimento-e-o-bem-viver-como-alternativa>. Acesso em: 29 jun. 2014.

¹³³ Disponível em: <http://www.2015marchamulheresnegras.com.br/>. Acesso em: 10 ago. 2014.

¹³⁴ Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 (2014, p. 02-03).

acúmulo do tema no passar dos tempos não foi o suficiente para que a temática fosse incorporada no discurso das ativistas que propuseram e lideraram a Marcha. Neste sentido, a introdução do feminismo negro nas etapas de organização e mobilização indicou não só o amadurecimento e potência do feminismo negro, como demonstrou a influência das feministas negras na condução do processo político da Marcha das feministas negras brasileiras.

Ainda é pertinente destacar como motivação para a realização da Marcha, o acúmulo de conhecimento, experiência e participação política de negras brasileiras. Muitas das mulheres negras inseridas na execução, monitoramento e acompanhamento na gestão pública, em instituições públicas, privadas e em movimentos sociais. Essas mulheres se encontravam capacitadas para uma maior compreensão das políticas públicas necessárias para o grupo.

Entretanto, não posso esquecer a importância da participação de todas as mulheres, independentemente de sua inserção na esfera pública. A cultura patriarcal, ao determinar os papéis sociais, faz com que as mulheres sejam responsáveis pelo cuidado de crianças e idosos, mas, neste processo é ela quem estabelece o elo direto com os problemas relacionados ao uso dos equipamentos sociais e ao acesso às políticas disponíveis. Este procedimento faz com que seu senso crítico esteja mais alinhado com a realidade e com as necessidades de mudanças e readequações, ou mesmo, a detecção de ausências de políticas públicas necessárias. E, em se tratando de mulheres negras, devido ao racismo tanto nas relações sociais como nas instituições, a sensibilidade fica mais aguçada, o que gera maior senso crítico e, como consequência, é ela quem irá desenvolver, de forma mais sistemática, a consciência da emergência de mudanças diante do quadro vivido – teórico e prático.

Com vistas à estruturação do Capítulo V: *Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver*, a primeira parte, *A Marcha das Mulheres Negras 2015: Um Contramovimento Feminista Negro*, visa apresentar a origem da proposta para a realização da Marcha das Mulheres Negras 2015 e está dividida em quatro itens: no primeiro, *A inserção das Colaboradoras*, contará com os relatos sobre a inserção no processo de organização da Marcha das colaboradoras da pesquisa. No terceiro item, com *Missão dada, missão cumprida: relatos das regiões*, quando todas farão as análises do processo em suas Regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul, quando ter-se-á a oportunidade de discutir o processo de organização local, assim como, as estratégias adotadas para o alcance dos objetivos. No quarto item, *Análise das parcerias*, serão feitas as análises sobre as percepções sobre os partidos políticos, sindicatos e homens

dos Movimentos Negros, feministas brancas; O papel da Mídia será apresentado no quinto item, que fechará este capítulo.

VI. 1. A Marcha das Mulheres Negras 2015: um contramovimento Feminista Negro.

O amanhã
Brilhante diante de nós
Uma chama parece.
O ontem, uma coisa que a noite levou
Um nome de sol que fenece.
E a aurora hoje
Vasto arco sobre a estrada que se percorresse.
Marchamos!

(Poeta Anônimo, in Alain Locke)¹³⁵

As mulheres negras brasileiras marcharam! O dia 18 de novembro de 2015 foi testemunho de uma proposta idealizada, como utopia a ser perseguida e que se tornou real. [Figura 21]. O sonho se concretizou. Mulheres negras jovens, adultas e idosas caminharam por, aproximadamente, seis quilômetros, tendo como ponto de partida o Ginásio Nilson Nelson até o Congresso Nacional, com o encerramento no Complexo Cultural do Museu da República, na Esplanada dos Ministérios em Brasília.

Figura 21 – A Marcha das Mulheres Negras 2015/Brasília



Fonte: Comunidade Marcha das Mulheres Negras 2015 – Facebook

¹³⁵ Esta poesia consta do artigo O Novo Negro, no livro As malhas que os Impérios Tecem, de Alain Locke que se dedica à análise da situação dos negros nos Estados Unidos da América, publicado em 1925, diante das transformações do negro americano e o autor credita aos jovens uma nova psicologia, um novo espírito que anima as massas que estava a transformar a comunidade como um todo. Acreditava que o Novo Negro não passava despercebido ao sociólogo, ao filantropo, ao líder racial, incapazes de o explicar através das suas fórmulas limitadas. (LOCKE, 1969, p. 59).

A concentração foi marcada para nove horas da manhã, aos poucos era um mar de gente e a emoção tomava conta de todas. Abraços, risos, fotos, selfie, felicidade plena. Mulheres negras que chegavam de todas as regiões do país. Era um misto de sentimento de mudança, de denúncia e de novas proposições e expectativas para todas que estiveram em Brasília e marcharem, em torno de 5 km¹³⁶. Contudo, apesar da grande importância do evento, o impacto foi desproporcional para a grande mídia e para os formadores e formadoras de opinião, sociólogos, filantropos. Esse quadro vai ser aprofundado quando forem avaliados as parcerias e o papel da mídia na cobertura da Marcha.

A Marcha das Mulheres Negras 2015 se configurou em um contramovimento referenciado em Karl Polany (2012), que adverte que a sociedade humana poderia ter sido aniquilada não fosse a ocorrência de alguns contramovimentos protetores, que cercearam a ação dos mecanismos autodestrutivos com a economia de mercado. O autor, também ressalta, a importância do papel do Estado, para exercer um controle sobre o processo e consolidar leis de proteção social, na tentativa de garantir o funcionamento do novo modelo de mercado auto regulável (POLANY, 2012, p. 166). E por entender a importância do Estado para agir no sentido de atender ao mercado, e promover o bem-estar da população é que consideramos a Marcha das Mulheres Negras 2015 como um exemplo de contramovimento na atualidade, com a perspectiva de tencionar a ordem vigente e propor uma nova ordem social.

É esperado que a política e a participação democrática estejam vigilantes para seguir atuando como um contramovimento, visando atenuar os efeitos da acumulação da riqueza no sistema neoliberal e, assim diminuir ou eliminar os enormes bolsões de pobreza em todo mundo. E Fleury (2003, p. 12), fundamenta essa constatação, ao dizer que a complexificação do tecido social brasileiro, com a emergência de inúmeras organizações e movimentos populares de base, permite a introdução de novos temas na agenda pública, vocalizando-se as demandas sociais emergentes e se constitui em recurso organizacional que produz o adensamento da sociedade civil e o aumento do capital social.

Nesta perspectiva, se corrobora a teoria da cidadania inconclusa em Fleury (2003, p. 06), uma vez que a cidadania pressupõe a inclusão ativa dos indivíduos em uma comunidade política nacional que comparta um sistema de crenças em relação aos poderes públicos, à própria sociedade e ao conjunto de direitos e deveres que estão envolvidos nesta condição de cidadania.

¹³⁶ Como os ônibus tiveram como ponto de chegada e partida o Ginásio Nilson Nelson, as mulheres presentes na Marcha tiveram que caminhar após a Marcha outros 5 km.

Costumamos chamar essa dimensão pública dos indivíduos de cultura cívica, que é fruto dos mecanismos de socialização – escola, família, comunidade – e dos mecanismos de repressão – comunidade, polícia, segundo Fleury (2003, p. 06). A Marcha das Mulheres Negras 2015 também foi um exemplo de expressão da cultura cívica no que diz respeito à socialização e união da visão de diferentes mulheres negras sobre sua realidade no Brasil. Denúncias contra o racismo, o sexismo, a lesbofobia e o capitalismo foram potencializadas, assim como o debate sobre a ação política de mulheres negras, que passaram a ocupar as esferas públicas. Tais denúncias foram amplificadas e confluíram nas propostas para a realização da Marcha, e foram pautadas por um conjunto de objetivos, entre os quais: promover a afirmação das mulheres negras e dar visibilidade às suas demandas políticas e lutas, com ênfase na história das desigualdades de gênero, raça e classe e orientação sexual e religiosa.

O nível de insatisfação das mulheres negras tem se expressado ao longo dos tempos em diferentes formas de manifestação, a exemplo do processo de tramitação do Estatuto da Igualdade Racial no Congresso Nacional, quando mulheres como Jurema Werneck e Olívia Santana apontaram para a urgência em fazer o recorte de gênero com vistas ao atendimento das reivindicações históricas deste segmento.

Vale evidenciar, que foi no período de 16 a 20 de novembro de 2011, em Salvador, Bahia, durante o encontro paralelo da sociedade civil para o Afro XXI: Encontro Ibero-Americano do Ano dos Afrodescendentes, que a ideia se concretizou e foi aderida pelas participantes do evento. As ativistas presentes resolveram incorporar mulheres negras de todo o território brasileiro para organizar a Marcha das Mulheres Negras 2015 e, de acordo com Nilma Bentes (2016), que apresentou a proposta para o grupo, segundo Nilma Bentes:

Eu já vinha há tempos dizendo que precisávamos fazer uma atividade de mais impacto e que essa iniciativa deveria partir dos estados da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo ou Minas Gerais, por terem grande concentração de famílias negras, em números absolutos. Acho que o fato de estar participando da composição da coordenação na AMNB-Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, à época do Fórum Afro XXI (novembro de 2011), estimulou-me a apresentar a proposta da Marcha – que originalmente era a Marcha de 100 mil Mulheres Negras. Por ser uma proposta ousada, houve alguma reação, mas após algumas discussões a Marcha foi tomando forma, incluso pelos importantes apoios iniciais para segurar a proposição dentro da AMNB, como os de MARIA MULHER – RS (Conceição Fontoura, No-Homero), INSTITUTO ODARA-BA (Valdecir Nascimento/Naiara Leite), AMMA Psiquê – SP (Maria Lucia Silva), NZINGA-

MG (Benilda Brito), IMENA/MÃE VENINA-AP (Marias das Dores Almeida, Rosângela Ramos), MÃE ANDRESA –MA (Josanira Luz, Consita Catanhede), IROHIN – DF (Regina Adami), REDE DE FEMINISTA DO PARANÁ – PR (Alaerte Leandro) e o próprio CEDENPA-PA (Maria Malcher, Maria Luiza Nunes, Zélia Amador de Deus). Também foi importante no início do processo, a simpatia à proposta por parte da então titular da SEPPIR, Profa. Luiza Bairros. Olha, quando se cita nomes em entrevistas como essa sempre se corre o risco de omitir vários, insisto que o destaque aqui está ligado, apenas aos momentos ligados a garantir o início do processo da Marcha - e mesmo assim pode haver omissões; desculpem as cujos nomes não foram citados aqui. (BENTES, 2016).

No depoimento de Nilma Bentes pode ser observado que AMNB¹³⁷ contou com nove instituições de mulheres negras encarregadas do processo de organização e, vale apresentar algumas preocupações surgiram após a apresentação da proposta, através da reflexão em Iêda Leal (2016):

Eu dizia que tem que tomar cuidado, temos que saber dos parceiros, como eu vinha de uma área sindical, falava que fazer Marcha não é fácil, falei da Marcha das Margaridas, além de outras Marchas que a gente faz, dos Educadores. Nós sempre fazemos uma marcha uma vez por ano para Brasília. A estrutura, vai ser Brasília? Vai ser outro lugar? Ah, podemos fazer na Serra da Barriga, em que lugar? Se a gente vai fazer alguma coisa, quem é que vai organizar? Como é que vamos nos organizar, neste momento que todo mundo está se organizando, as suas entidades, e as entidades não tem financiamento? Porque a gente estava discutindo financiamento. Eu fiquei um pouco distante, observando tudo isso, como eu me envolvi muito na questão sindical, eu não me envolvi muito, mas a Ivana sempre me manteve informada, participando de algumas coisas, quando foi o momento de lançar a Marcha e ter um Comitê Organizador, Comitê Impulsor (LEAL, 2016).

Este resgate, demonstra a amplitude que a organização da Marcha tomaria, uma vez que Iêda Leal (2016) atuava na luta sindical, mesmo participando de entidades antirracistas

¹³⁷ A AMNB (Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras) foi fundada em setembro de 2000 e é atualmente constituída de 23 organizações provenientes das diferentes regiões do Brasil. Criada com o objetivo inicial de permitir o protagonismo das mulheres negras durante o processo de realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (África do Sul, 2002), após a Conferência, a AMNB passa a se dedicar ao monitoramento das recomendações e do Plano de Ação e a formulação de estratégias de desenvolvimento inclusivo para o Brasil, centradas na proteção e na promoção dos direitos; na geração de oportunidades no mundo do trabalho na cidade e no campo; na igualdade de tratamento na vida e no respeito à diversidade humana, sem racismo, sexismo, lesbofobia ou classismo seja para o Brasil ou para a América Latina. Extraído do site: <https://amnbnasconferencias.wordpress.com/quem-somos/>. Acesso em 20 de junho de 2016.

como foi visto na sua autodenominação, no capítulo II. A participação dos sindicatos, de fato, influenciaria na concretização de parcerias para o atendimento da logística para viabilizar as passagens das mulheres negras de todo o Brasil, que participaram do evento. E isso não foi tarefa fácil, como veremos no decorrer deste capítulo.

O foco central da Marcha das Mulheres Negras 2015 era a valorização da memória de lutas de mulheres negras, visando fortalecê-las na atualidade, com o resgate histórico, partilhando conhecimentos e inspiração, rumo a uma sociedade mais igualitária e democrática. A Marcha das Mulheres Negras 2015 materializou o desejo por uma nação que repensasse suas prioridades e contribuiu para denunciar a fragilidade do governo popular no Brasil, quando os índices expressam maior incidência de vitimização às mulheres negras, pois apesar da implementação do Estatuto da Igualdade Racial poucos progressos foram verificados.

A organização da Marcha das Mulheres Negras 2015 se estruturou através de um Comitê Nacional e, nos estados da Federação, em Comitês Impulsores Estaduais, com suas respectivas Comissões. O mesmo aconteceu nos municípios com seus Comitês Impulsores Municipais, que foram orientados politicamente pelo Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015, uma vez que pontua os pontos nevrálgicos das relações estado-políticas e públicas-mulheres negras. E isto veremos a seguir.

VI. 2. A Inserção das Colaboradoras da Pesquisa

É dever de uma direção ter as massas consigo. Ora, adesão implica consciência, compreensão da missão a cumprir, em suma intelectualização ainda que embrionária. Não se deve subjugar mentalmente o povo, dissolvê-lo na emoção e na confusão. Apenas os países subdesenvolvidos dirigidos por elites revolucionárias surgidas do povo podem hoje permitir o aparecimento das massas no palco da história. Mas, uma vez mais, é preciso que nos oponhamos vigorosa e resolutamente ao nascimento, de uma burguesia nacional, de uma casta de privilegiados. Politizar as massas é tornar a nação global presente em cada cidadão. É fazer da experiência da nação a experiência de cada cidadão.

Frantz Fanon (1968, p. 163,164).

Cabe reiterar, que o processo de organização da Marcha das Mulheres Negras 2015 incorporou mulheres de diferentes grupamentos sociais, e de todas as regiões do país, que chamaram para si a responsabilidade de materializar a proposta, de se unirem em torno de

uma consciência coletiva, de contribuir para mudanças nos rumos políticos do país em relação a este segmento. O desafio que estava colocado era o de, para além da disposição de realizar o trabalho de organização, conseguir superar as incertezas que acompanhavam o entusiasmo com o evento, como as barreiras para o levantamento de fundos que garantisse o apoio logístico para o deslocamento das mulheres negras das suas diferentes regiões. A Marcha almejou ser um marco na história do povo negro no Brasil, para ampliar antigas demandas às recentes reivindicações interseccionadas nos aspectos de gênero, raça, orientação sexual e religiosa, geracional e de classe.

É importante registrar, que em 2011, cerca de 80 milhões de mulheres negras viviam nos territórios da América Latina e no Caribe. Historicamente, estas mulheres têm sido alvos de discriminações, desigualdades, exploração e opressão, desde o longo período do escravismo até os dias atuais. A realidade de exclusões e discriminações é condicionada por um sistema capitalista que, ao longo de sua existência, tem mantido expressivas desigualdades econômicas, raciais e de gênero.

O lançamento público da Marcha das Mulheres Negras 2015 aconteceu na III CONAPIR, em 2013, no entanto, nos anais esta informação não consta nas resoluções aprovadas na plenária final, como proposta oficial da Conferência¹³⁸, e Iêda Leal se surpreendeu com essa informação:

Mas, como? Melhor coisa que aconteceu daquilo lá, tudo? Regina¹³⁹, Ivana, Luiza¹⁴⁰, que estava na SEPPIR, disseram para eu entrar no Comitê Nacional, eu disse que não tinha tempo, mas eu fui. Eu não tinha tempo, estava atuando Sindicato... eu viajo... faço um monte de coisa. Ai, eu me envolvi! E acho que foi correto, na hora certa, me envolveram e, eu fui. Foi como se elas tivessem tido a ideia e eu com muito medo de comprar aquela ideia, achava que não ia dar certo, mas eu acho que eu contribuí, eu escutei muitas coisas... nós andamos muito e o resultado foi espetacular. Se eu não tivesse participado disso eu teria me arrependido. E tenho uma dívida com elas. Elas me colocaram no meu lugar! Essa sacada eu tenho que agradecer a elas. Eu me auto afirmei de onde eu estava. Fiz a discussão da mulher negra pedindo financiamento junto com as mulheres negras de todo o país e de todos os sindicatos. Eu fazia o trabalho com os

¹³⁸ Resoluções aprovadas na Plenária Final da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – III CONAPIR. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-seppir/resolucoes-final-21-05.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

¹³⁹ Regina Adami ativista do Jornal IROHIN, da AMNB e ex-assessora da SPM – Secretaria Especial de Política para as Mulheres.

¹⁴⁰ Luiza Bairros, ativista fundadora do MNU, Doutora em Sociologia pela Universidade de Michigan. Participou de projetos do PNUD de combate ao racismo. Ministra da SEPPIR de 2011 a 2014. Faleceu em 12 de julho de 2016.

presidentes dos sindicatos... são muitos homens... eu discutia com quem cuidava da pasta questão racial. Eu falava que não é que não queria os homens do sindicato fossem, mas deveria ser primeiramente as mulheres negras da educação. Tinha muitas mulheres... aqui em Goiás, somos 80% das educadoras. Acredito que no Brasil, somos muitas trabalhadoras negras. E, eu dizia, a prioridade são as mulheres negras, professoras e do setor administrativo...queria encher o ônibus, também abrir para o movimento social. A resposta foi ótima. Em uma reunião do conselho nacional de entidades, que reúne todos os sindicatos, eu fiz um agradecimento. Falei sobre a participação de todos os sindicatos, e citei-os - mais de cinquenta sindicatos que participaram. Alguns não foram, mas mandaram ônibus ou ajudaram com outra coisa, passagem de avião, gasolina. As mulheres mobilizaram apoiadores, eu dizia pega o apoio, não importa o partido... vocês vão ter que ir para Brasília. Falava que a Marcha era de todas, não era da CUT, não é da CTB, não é da UGT. É para mandar as mulheres negras sindicalistas... todas foram. A minha responsabilidade era muito grande e elas sacaram isso? "Põe a Iêda lá, que".... Eu brigava, eu falava, não é assim que vão se dar as coisas. Eu me surpreendi, porque a gente chega local: "Chegou o Rio, chegou São Paulo, Salvador... Estar aqui e o povo não parar de chegar..." (LEAL, 2016).

O alojamento da Marcha das Mulheres Negras 2015 foi no Estádio Nilson Nelson, no entanto, nem todas as delegações ocuparam o espaço, enquanto outras delegações chegaram em Brasília, participaram da Marcha e regressaram a suas regiões no mesmo dia.

Figura 22 – Alojamento no Ginásio Nilson Nelson



Foto: Luciana O Rocha – arquivo pessoal



Foto: Rosalia Lemos – arquivo pessoal

Para Giselle dos Anjos Santos, a motivação se deu após entender que esse era um momento único. *Pelo fato de eu ser historiadora e ter participado de atividade de pesquisa e nestes contextos pude desenvolver reflexões a respeito das mulheres negras, mas sempre me vi limitada, ou recebendo justificativas de que não existem fontes, de que não é possível tratar sobre esse aspecto, que não existem referências, não existe.... É como se a gente não existisse. Mas, mesmo ouvindo todo esse discurso de negativas, você vai tentando furar os bloqueios e rastrear de alguma forma essa história..., mas, nesse momento eu me vi mais na condição de pesquisadora, ativista. Eu me vi mais na posição de alguém que tinha a possibilidade de construir essa história, tinha possibilidade de fazer parte de algo. Eu tinha a perspectiva de ser algo ímpar e, realmente foi. Eu já tive diferentes experiências de militância, participei também na Associação Frida Kahlo, enquanto estava desenvolvendo a pesquisa. Nesta organização, não foi só a relação trabalhista. Acho que a experiência da militância te fortalece, em grande medida, mas ela te provoca também muito, é muito complexa. Quando os pretos se reúnem ou quando as mulheres pretas se reúnem, a gente está reunindo pessoas que trazem, todas elas, as suas mazelas, as suas dores, as suas cicatrizes que muitas vezes não foram realmente sanadas. Depois dessa experiência na Frida eu tive esse sentimento. Por conta que eu já tinha vivenciado lá atrás, desde a minha primeira experiência de militância, mesmo sem ser dentro do movimento feminista e do movimento negro. Mas quando você está com seus pares de fato, que são iguais e estão construindo um discurso que vai no sentido de fortalecer, você acaba trazendo uma outra prática. Assim eu me vi com a necessidade de me reencontrar dentro desse espaço da autonomia mesmo. Esse envolvimento acho que teve esse objetivo de fazer parte dessa construção histórica de me reinserir em alguma medida nesse espaço de militância mais incisivo, de construir algo coletivamente.* (SANTOS, 2016).

Sem dúvida alguma, o que Giselle falou foi o resultado por ter percebido as nuances de sua individualidade, para participar coletivamente mais fortalecida e ciente, não só da estrutura do grupo em questão, como de seus limites para desenvolver as ações no âmbito da coletividade.

Os comportamentos entre as mulheres negras no ativismo têm origem nos sentimentos que são inculcados por uma sociedade racista e sexista, que são incorporados desde a infância estando, diretamente, relacionados às opressões que incidem sobre cada pessoa. Neste caso se verifica a tendência em se afastar sentimentos que possibilitem uma associação à fraqueza, como o amor, a tendência a suportar muito mais a dor e a “segurar o

choro”. Ao fazer isso, acreditam que estarão mais fortalecidas para o aumento da resistência frente aos preconceitos e discriminações, fato bem construído em *Vivendo de Amor*, de bell (2000).

Por outro lado, as tensões e conflitos, entre as mulheres negras talvez tenham relação com a falta de oportunidade para superar as barreiras existentes, que modifiquem suas vidas sob o ponto de vista econômico, social e cultural, com vistas a um convívio mais próximo e saudável. No livro *Tornar-se Negro*, Neusa Santos Souza aborda, justamente, a questão da ascensão social e seus impactos na identidade e na sociedade. Para a autora, a ascensão social se fazia representar, ideologicamente, para o negro, como um instrumento de redenção econômica, social e política, capaz de torná-lo cidadão respeitável, digno de participar da comunidade nacional (SOUZA, 1983, p. 21).

O que me levou a refletir que as questões sinalizadas por Giselle encontram também em Norbert Elias (1994) caminhos para justificar as disputas e brigas tão comuns no movimento de mulheres negras:

Não se compreende uma melodia examinando-se cada uma de suas notas separadamente, sem relação com as demais. Também sua estrutura não é outra coisa senão a das relações entre as diferentes notas. Dá-se algo semelhante com a casa. Aquilo a que chamamos sua estrutura não é a estrutura das pedras isoladas, mas a das relações entre as diferentes pedras com que ela é construída; é o complexo das funções que as pedras têm em relação umas às outras na unidade da casa. Essas funções, bem como a estrutura da casa, não podem ser explicadas considerando-se o formato de cada pedra, independentemente de suas relações mútuas; pelo contrário, o formato das pedras só pode ser explicado em termos de sua função em todo o complexo funcional, a estrutura da casa. Deve-se começar pensando na estrutura do todo para se compreender a forma das partes individuais. Esses e muitos outros fenômenos têm uma coisa em comum, por mais diferentes que sejam em todos os outros aspectos: para compreendê-los, é necessário desistir de pensar em termos de substâncias isoladas únicas e começar a pensar em termos de relações e funções. E nosso pensamento só fica plenamente instrumentado para compreender nossa experiência social depois de fazermos essa troca. (ELIAS, 1994, p. 25).

Pensar na estrutura do todo, dando especial atenção aos males causados pelo racismo e pelo sexismo, poderá tornar mais compreensível o contexto de vida das mulheres negras, as diferenças individuais existentes, que atuam como forças poderosas no *self* de cada uma. E quando se fala de estrutura e de indivíduo, o *habitus* auxilia para aumentar nosso entendimento sobre este problema.

O conceito de *habitus* foi formulado por Bourdieu (2007) que vai explicar, que a forma na qual se está inserido na sociedade – princípio de socialização – tem influência

direta no individual, outro princípio do *habitus*, que é um mediador entre o social e o individual:

Ao captar o modo como a sociedade torna-se depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então guiam em suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações de seu meio social existente. (WACQUANT, 2007, p.66).

Muitas vezes, a mulher negra ao passar por embates entre “iguais” pensa em se afastar do ativismo, por não ter condições emocionais para resistir diante das decepções, da falta de solidariedade, ou de atitudes de calúnia, difamação ou falta de ética. Mas, à medida que ela entende este fenômeno, as austeridades das parceiras de luta, as desavenças tendem a se tornar efêmeras. Nesse processo, passa a ser primordial o entendimento por todas de que *habitus* é um componente fundamental, talvez o maior responsável por estas situações. Mas, isto só é possível, quando se atingir também um nível razoável de compreensão do conceito de sororidade¹⁴¹.

Considero que o exercício de construção da sororidade não implica na perda da alteridade e não significa descartamos os processos pessoais e as identidades construídas. Somente com reflexão sobre a ciência das individualidades – que não são únicas e são construídas a partir da interação com o mundo real – é que poderá se instrumentalizar, positivamente, para participar de forma plena e mais tranquila do ativismo nos movimentos das mulheres negras e nos feminismos negros.

No entanto, é urgente a ruptura com práticas puramente hostis entre as mulheres negras – sejam elas feministas ou não –, em nome de um projeto político de resultados, e não de palavras de ordem. É imprescindível se encontrar um campo de convivência e de trocas para o nascimento de relações mais solidárias. Para ser mais, está mais do que na hora de incrementar relações baseadas no princípio da sororidade com os devidos entendimentos do processo social que passam as mulheres negras brasileiras.

É necessário, portanto, entender a importância da sororidade, para compreender que os comportamentos destrutivos prejudicam a libertação e o avanço das mulheres negras. Ao falar do tema, significa dizer que ao atuar de forma a resgatar o sentido de que juntas são mais fortes para enfrentar o racismo, o sexismo, a violência doméstica, a violência sexual, e tantas outras modalidades de preconceitos e de discriminações é reafirmar as

¹⁴¹ Segundo hooks, o conceito de sororidade significa entender que nós mulheres sofremos discriminações e violências que são determinadas nessa sociedade pelo nosso sexo (algo que não é só um dado biológico, mas também construção social, histórica e cultural). Diante disso, temos que nos solidarizarmos umas com as outras e nos unirmos para fazer frente ao machismo de forma coletiva.

chances de conquistas quantitativas e qualitativas que poderão aumentar significativamente. Não basta colocar nas redes sociais que “Juntas Somos Fortes”, se na prática não se exerce esta conduta.

Neste sentido, a sororidade contribui para conquistas de vitórias extraordinárias. Com isso, poderão ser potencializadas a solidariedade, a ética entre a legião de mulheres negras fortes, seguras e empoderadas, agindo coletivamente para prosseguir com a luta contra todos os tipos de opressões cotidianas. Fortes para combater o racismo institucional. Fortes para viver com mais felicidade, mais amor e menos ódio. Fortes para a construção de novos desafios.

O princípio da sororidade passará a atuar como um *habitus*, o que não é uma tarefa a curto prazo e, assim transpor as barreiras que retardam esta prática política a boa vontade de cada uma de nós para superar e inibir conflitos e tensões presentes no ativismo das mulheres negras.

Segundo Souza (1983, p. 23), a ascensão do negro é a história da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se faz hegemônico. É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação. Destarte, as mulheres negras que estão no ativismo não abdicaram de sua condição de negras e, muito menos, incorporaram os padrões brancos, elas permanecem na luta contra o racismo de forma sistemática, e mais, reafirmam sua identidade negra, seja nos aspectos da cultura, com uso de turbantes, roupas autorreferenciadas, adereços que reportam à identidade africana, dentre outros.

Em 2011, relembra Maria Malcher, *eu estava tinha terminado meu mestrado estava vendo o que eu faria, aí em outubro de 2011, a Nilma pediu para eu fazer um projeto para o CEDENPA. A gente estava fazendo projeto, ela foi para o Afro XXI, eu já conhecia muitas pessoas do CEDENPA, aí quando ela volta, pedindo para a gente fechar esse projeto, até um projeto da Rede Fulanas¹⁴², eu falei que queria entrar nessa Rede também, eu vou ajudar no projeto, mas eu quero entrar na Rede Fulanas, nem cogitava entrar no CEDENPA. E na volta, ela disse "Olha, nós vamos fazer uma Marcha", que seria em 2015. E ela pesquisando, sobre qual a data que seria melhor. Eu falei que topava e que a gente iria mobilizar essa Marcha aqui. Eu achava que essa Marcha era uma coisa dada pela AMNB, uma semana depois ela fez uns panfletinhos do Pará Você, lá na Conferência*

¹⁴² Articulação de Mulheres Negras da Amazônia — Fulanas.

Municipal de Promoção da Igualdade Racial, ela Luana e as Simone. Distribuímos os panfletos da Marcha com a data de 28 setembro de 2015, aí quando ela chegou "Nós temos que fazer um blog, um site". Eu fiz o blog, acho que tinha acabado de chegar o Facebook, eu fiz o site da Marcha linkado ao meu Facebook. Aí fizemos o blog, fizemos primeiro o site e fiz um email, só que aí, ela mandou carta para Deus e o mundo, porque Nilma é o movimento negro epistolar, né? Eu ia para as minhas comunidades e falava para todo mundo: "Olha vamos fazer uma Marcha" e as mulheres começaram a se mobilizar. Houve um conflito na AMNB que algumas instituições não queriam a Marcha, isso não é novidade para ninguém, tem umas donas que subiram no Trio, mas em janeiro de 2012 no Fórum Social Mundial, falavam mesmo assim: "Que a AMNB tem que refletir a Marcha, se era viável ou não fazer", na época era a Marcha das 100 mil Mulheres Negras¹⁴³. Só que a Conceição e a Nilma, elas foram muito incisivas no sentido de "Nós vamos fazer a Marcha". Eu digo: aqui só o Pará, nem que seja só o Pará, o Pará vai marchar. A reunião da AMNB foi em maio de 2012, e decidiram que teria a Marcha, mas que seria retirada 100 mil mulheres negras. Seria só Marcha das Mulheres Negras, aí fiz outro blog e fiz outro site. Não era uma coisa que chamava, porque tinha que ter uma equipe de comunicação. A Nilma insistiu com a Luiza Bairros, a ministra, que deveria ter uma reunião. Nós fomos convidadas para fazer uma oficina em setembro de 2012. Eu fui pela Rede Fulanas. Nilma foi pelo CEDENPA, a Valdecir¹⁴⁴ foi pelo ODARA. Numa oficina sobre a questão do PPA e as Mulheres Negra, nós passamos a conversar sobre a Marcha. O Nordeste topou, o Odara topou, então "Olha Valdecir, a gente vai fazer essa Marcha, nem que seja só a gente, nem que seja só o CEDENPA e o ODARA, a gente vai fazer a Marcha". A Alaerte viabilizou a nossa ida pela IFBA, nós fizemos a primeira oficina da Marcha em novembro de 2012 e, nós convidamos o Fórum, convidamos a AMNB. Havia também a reflexão se a AMNB ia ser só parceira e não só Comitê Impulsor, mesmo Analba¹⁴⁵ e outras companheiras nossas aqui... justificar que nós somos maioria 70% são mulheres negra. Tá tudo bem, 70% são mulheres negras, mas em cargos de lideranças esse 30% branca. Todos esses 30% branca estão no poder. A Alaerte e nós

¹⁴³ Carta de Maira Malcher ao Blog Negritude Socialista Brasileira do Distrito Federal datada de 24 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://nsbpsb-df.blogspot.com.br/2012/01/marcha-das-cem-mil-mulheres-negras-em.html>. Acesso em 23 de jun. de 2016.

¹⁴⁴ Valdecir Nascimento Mestre em Educação com atuação em educação das relações raciais, relações de gênero, violência contra a mulher, juventude e direitos humanos. Secretária Executiva do ODARA - Instituto da Mulher Negra - BA, Superintendente de Políticas para as Mulheres - Casa Civil do Governo do Estado da Bahia de agosto de 2008 a jul. de 2011.

¹⁴⁵ Analba Brazão Teixeira é militante da Articulação de Mulheres Brasileiras e Educadora do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia

*fomos na primeira oficina da Marcha, e aí que veio o tema - Contra o Racismo e Pelo Bem Viver, e também saiu a Carta de Curitiba*¹⁴⁶ [Anexo 04]. (MALCHER, 2016).

A Carta de Curitiba foi elaborada durante o VII Seminário Mulheres Negras e Saúde e no I Seminário Nacional Interseccionalidade de Raça e Gênero no Enfrentamento à Feminização DST/Aids, realizados pela Rede Mulheres Negras – PR, em Curitiba – PR, de 09 a 13 de novembro de 2012, seguindo a linha do Manifesto, não incorporou o feminismo negro e também não o faz em relação ao combate à violência, uma vez que enuncia que as mulheres negras estarão marchando “contra o Racismo e pelo Bem Viver”, neste sentido, a expressão “Contra a Violência” foi retirada dos propósitos. Lista as Conferências realizadas e denuncia que apesar de o Estado brasileiro ser signatário de todos os acordos e protocolos produzidos nestas e em outras conferências internacionais, não desenvolveu ações que visassem remover as barreiras que historicamente impedem a projeção, protagonismo e a participação das mulheres negras nos espaços de decisão e nas agendas do desenvolvimento brasileiro. Apesar de pontuar alguns objetivos, não se verifica a atenção às políticas públicas necessárias para se alcançar as metas listadas.

Malcher falou sobre a sensibilização das autoridades locais: *Aqui, no Pará, as prefeituras receberam seis versões diferentes de carta. Foram 144 que mandamos pelos correios protocoladas, a gente combinou que todo mundo vai ter essa publicação, quem era do Comitê... não vai ficar só no CEDENPA, entendeu? Todo mundo vai ter. Considero importante o Comitê de Belém do Pará disponibilizar toda a documentação a título de registro histórico. Ela continua: E aí, na oficina, no Seminário*¹⁴⁷, *promovido pela Rede Lai Lai, Nilma fez versões de carta nós construímos mais ou mesmo o que seria, já haveria a ideia do Comitê Impulsor, lá saiu que o nome Comitê Impulsor ia ser Ifé Nulé, e que as nossas oficinas seriam sobre negritude feminina nas mais diversas localidades.* (MALCHER, 2016).

Perguntei o significado de Ifé Nilé? Malcher respondeu que *é tipo um pontão de negritude, um ponto de referência, porque a primeira ideia era que não criasse um Comitê Impulsor Nacional, mas o Comitê do DF assumisse essa Marcha, a infraestrutura em Brasília, não a Marcha, mas na CONAPIR já foi outro processo. Aí, nós começamos o*

¹⁴⁶ Carta de Curitiba. Disponível em: <http://populacaonegraesaude.blogspot.com.br/2012/11/carta-da-marcha-das-mulheres-negras.html>. Acesso em 23 de jun. de 2016.

¹⁴⁷ VII Seminário Mulheres Negras e Saúde e no I Seminário Nacional Interseccionalidade de Raça e Gênero no Enfrentamento a Feminização DST/Aids, realizados pela Rede Mulheres Negras – PR, em Curitiba – PR, de 09 a 13 de novembro de 2012 em parceria com Rede Lai Lai Apejo-População Negra e Aids, contando com o apoio do Departamento DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde. Acesso em 23 de junho de 2016.

processo de nos aproximar do Nordeste, entendeu? Nós fazíamos Seminários, aproveitávamos para conversar sobre a Marcha, para refletir. Em 2013 houve lá o lançamento e a adesão das organizações nacionais para a Marcha, mas antes disso, nós já tínhamos feito um lançamento da Marcha no Maranhão. O Maranhão fez o lançamento da Marcha, em 2013 com uma campanha de Combate ao Racismo¹⁴⁸. O Bem Viver saiu no Carnaval em 2013 com uma faixa, com uma faixa já lançando a Marcha e aqui [Belém do Pará] a gente também lançou... nós saímos num carro com uma escola de Samba também, mas junto com você, com a Imperatriz, em 2014. Nós lançamos a Marcha aqui, mas nós já tínhamos tido oficinas. Quando eu estava como professora do PARFOR¹⁴⁹ - Programa de Formação de Professores que tem graduação - Plataforma Freire no Baixo Amazonas, eu aproveitava minha ida, e já aproveitava e fazia oficina lá no Baixo Amazonas. É muito caro ir daqui para lá, com as mulheres. Lá eu falava da Marcha, dos objetivos, da organização, da situação da mulher negra. Nós lançamos a Marcha aqui no dia 18 de maio de 2014, o lançamento nacional foi a partir de julho, né? (MALCHER, 2016).

Sem dúvida alguma as dificuldades das mulheres foram enormes para organizar e ter condições de deslocamentos em lugares como Acre, Amapá, Roraima e tantos outros nos quais a dimensão territorial é extensa.

Retomei, assim, o pensamento de Malcher: *Lá em Brasília tinha as representantes da AMNB e a gente se reuniu como AMNB. Acharmos que era interessante que a Regina Adami, que estava no Distrito Federal, ficasse como representante, juntamente com o ODARA e a Valdecir do ODARA. Então, elas passaram a ser as representantes da AMNB no Comitê Impulsor. Logo em seguida, houve uma comunicação construída por uma equipe de comunicação e pela Bel Clavelin, que mora Brasília. Eu passei tudo que já tinha sido feito da Marcha para ela, mas ela teve problemas pessoais, e logo em seguida a Naiara entrou, passou a assumir essa questão da comunicação da Marcha. (MALCHER, 2016).*

¹⁴⁸ Rivane Arantes. Mulheres negras anunciam marcha contra o racismo, a violência e pelo bem viver. 2013. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2013/novembro/mulheres-negras-anunciam-marcha-contra-o-racismo-a-violencia-e-pelo-bem-viver>. Acesso em 23 de junho de 2016.

¹⁴⁹ PARFOR - O Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica é resultado da ação conjunta do Ministério da Educação (MEC), de Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) e das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, no âmbito do PDE - Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação – que estabeleceu no país um novo regime de colaboração da União com os estados e municípios, respeitando a de autonomia dos entes federados. É destinado aos professores em exercício das escolas públicas estaduais e municipais sem formação adequada à LDB, oferecendo cursos superiores públicos, gratuitos e de qualidade. Disponível em: <http://www.proeg.ufam.edu.br/parfor>. Acesso em 23 de junho de 2016.

Segundo Valéria Porto, *foi justamente a necessidade de organização, enquanto mulher negra, que sabe que é muito difícil conseguir alguns benefícios e projetos, ainda mais voltados para o rural. Havendo uma organização que possa estar concorrendo a editais entre outras questões voltadas para a coletividade, aí é mais fácil. Então, um dos motivos é esse, a questão do Bem Viver e o fato de sermos mulheres negras quilombolas a gente também fazer parte desse espaço, desse momento de luta por direitos negados.* (PORTO, 2016).

As dificuldades das mulheres negras quilombolas para obtenção de benefícios e projetos tendem a aumentar, como foi discutido no capítulo III. Ainda que estes programas necessitassem de ajustes, existe a apreensão de que possam ser extintos. No mês de maio, com a destituição da presidenta Dilma Rousseff, o governo interino de Michel Temer editou a Medida Provisória 726/2016¹⁵⁰, na qual transferiu a atribuição de delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos e determinação de suas demarcações, que serão homologadas por decreto pelo Ministério da Educação e Cultura.

As preocupações sobre a medida que atenta contra as conquistas das comunidades de remanescentes de quilombos são pertinentes, pois, de acordo com Pedro Teixeira Diamantino¹⁵¹ (2016):

Quanto aos quilombolas, aos dois arranjos referidos, soma-se a alteração contida no artigo 27, IV, j, da MP nº 726, que torna compete o Ministério da Educação e Cultura para realizar “a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como determinação de suas demarcações, que serão homologadas mediante decreto”, retirando do Incra, a autarquia responsável pela execução da política agrária, esta atribuição que lhe é própria.

Numa canetada, o recuo de 15 anos na política de terras quilombolas. Retorna-se ao superado patamar da política quilombola de FHC, que impunha ao Ministério da Cultura atribuições que lhe eram totalmente estranhas, tais como a realização de intervenções de natureza fundiária. (DIAMANTINO, 2016).

Assim, muitas resistências ainda haverão de existir, visando, no mínimo, a garantia de direitos conquistados.

No Rio de Janeiro, Bia Onça se inseriu na *organização da Marcha das Mulheres Negras a partir do Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, após uma*

¹⁵⁰ Medida Provisória 726/2016: Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv726.htm. Acesso em: 02 ago. 2016.

¹⁵¹ DIAMANTINO, Pedro Teixeira. Numa canetada, o recuo de 15 anos na política de terras quilombolas. 2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/numa-canetada-o-recuo-de-15-anos-na-politica-de-terras-quilombolas>. Acesso em: 29 mai. 2016.

reunião que teve no Coisa de Mulher, enquanto coordenadora de pesquisa e esteve presente na 1ª reunião em julho, lá no Assentamento, no Centro do Rio, ficou a responsabilidade da gente trabalhar em uma questão macro, uma questão de 92 municípios. A gente ia trabalhar nível estadual e não da cidade do Rio de Janeiro. A gente iria trabalhar com a questão do empoderamento de cada cidade. A cidade que ia organizar suas coisas, as cidades que iam coordenar as suas plenárias, as suas reuniões. No Rio de Janeiro, que a gente queria colocar os 92 municípios para frente e tudo mais. Aí acabei na parte de infraestrutura da Comissão. A Marcha foi dividida por comissões e eu participei da de infraestrutura. (ONÇA, 2016).

Um fato curioso, diz respeito à data de adesão do estado do Rio de Janeiro na Marcha das Mulheres Negras 2015. No rol dos documentos enviados por Maria Malcher¹⁵², encontra-se a Carta do Rio de Janeiro [Anexo 06], formulada por mulheres negras que participaram do Seminário Nacional da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras “Democracia e Desenvolvimento sem Racismo: Por um Brasil Afirmativo”, realizado nos dias 27 e 28 de setembro de 2013, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, que também não se faz referência aos feminismos negros, porém apontava para efetivação de direitos em quatro eixos: direito a terra e território, contra o genocídio e pela vida, comunicação e políticas de ações afirmativas e de enfrentamento ao racismo e à discriminação racial.

Então, algumas indagações surgiram diante da existência deste documento. Por qual motivo, após a construção da Carta do Rio de Janeiro, não aconteceu nenhuma reunião para dar início aos trabalhos de organização e mobilização para a Marcha das Mulheres Negras 2015? Por qual motivo passaram nove meses, para acontecer a convocação da primeira plenária/reunião, assim mesmo sob liderança do Fórum Estadual das Mulheres Negras do Rio de Janeiro? Quais foram os motivos que levou as instituições que estiveram presentes na formulação da Carta do Rio de Janeiro não terem participado da I Plenária de Organização da Marcha das Mulheres Negras 2015 no Rio de Janeiro? E, se este evento foi organizado tendo como foco a democracia, como inexistente na Carta do Rio de Janeiro a alusão ao combate à violência e ao sexismo? Se as instituições da AMNB elaboraram a Carta do Rio de Janeiro, o que justifica a adesão apenas na Plenária de Nova Iguaçu, em 07 de fevereiro de 2015? Enfim, são questões importantes que trazem à tona o que foi

¹⁵² Dentre os documentos enviados, a Carta do Recife [Anexo 05], se destaca por apresentar um texto diferente das demais Cartas. Registro ainda, o envio da Carta de Brasília [Anexo 07].

discutido anteriormente, acerca dos conflitos e tensões nos movimentos de mulheres negras e nos feminismos negros durante a construção da Marcha.

Bia Onça compareceu à primeira reunião de organização da Marcha e falou que a motivação não foi uma tarefa da ONG, *foi tarefa pessoal. Eu achei que aquilo ali fosse uma coisa grande e quis participar. Eu também participo de outro grupo de mulheres (chamado Aquatune, criado em 2007, por mulheres negras universitárias, cuja maioria dessas meninas eram da 1ª turma de cotas da UERJ), independente da ONG, enquanto trabalho.* (ONÇA, 2016).

Assim como Giselle, a inserção de Bia Onça na organização da Marcha ocorreu em função de seu compromisso como ativista, que demonstra a consciência negra, que já foi discutido referenciado em Steve Biko, com as bandeiras de luta do feminismo negro. A consciência negra é a percepção da necessidade de juntar forças com outras mulheres negras em torno de sua causa de atuação e de agir como um grupo, a fim de se libertar das correntes que as prendem a uma servidão perpétua como bem definiu Steve Biko (1990, p. 66).

Esta força coletiva, o encontro de ações que movimentaram o país por um Bem Viver das Mulheres Negras foi pontuado por Bia Onça ao relatar sua emoção e felicidade no dia 18 de novembro de 2015 ao encontrar tantas referências marchando em Brasília:

Eu entrei nessa onda de ser feminista negra pelas Negras Jovens Feministas, que é um grupo de mulheres jovens na época, que a gente se intitulou, abraçou esse nome e o levou. Lá eu pude encontrar elas, que são de todo o Brasil. Encontrei Bia Leonel, que é de Goiânia, mas está em Salvador, entendeu? Encontrei Marlize, lá de Porto Alegre. Fui encontrando todas! Encontrei a Ana Flavia¹⁵³, ela é de Brasília e está fazendo pós-doc em Campinas. Pude encontrar essas pessoas que a gente conversou em uma universidade junto, em um processo de cotas... vocês inseriram a cota e a gente teve que brigar. Vocês inseriram para a gente, a gente chegou lá na 1ª turma. (ONÇA, 2016).

Este comentário de Bia Onça traduz o reconhecimento da continuidade das bandeiras pelas gerações subseqüente, além do reconhecimento do protagonismo de outras mulheres negras em luta. Mas, voltando a ela: *E aí, o que que a gente vai fazer? Eu não entrei por cota, mas eu me senti, porque como eu era do grupo de estudo, eu me sentia sendo a mesma coisa. E essa briga particular a gente abraçou. A gente estava na universidade quando a cota*

¹⁵³ Ana Flávia Magalhães Pinto faz pós-doutorado na Universidade de Campinas, doutora em História pela Unicamp. Tem experiência nas áreas de História, Comunicação e Literatura, atuando principalmente nos seguintes temas: imprensa, imprensa negra, intelectualidade negra, liberdade, cidadania e século XIX.

surgiu. E aí foi punk para todas nós, entendeu? Eu tive uma oportunidade de ver e encontrar com as mulheres negras de maior representatividade nesse país, foi demais... as pessoas de referência, pelo menos particular para mim, estavam lá. Então, eu falo assim "agora eu posso morrer feliz", as mulheres pretas do meu país todas estão aqui, no sentido geral da palavra, entendeu? (ONÇA, 2016).

Segundo Zélia Amador de Deus: Eu só fui me inserir mais tarde, porque eu sou uma pessoa que faço muitas coisas.... Eu dou aula, faço pesquisa, faço trabalho de extensão, eu brigo na universidade pelas propostas. O projeto de cotas na universidade é nosso, o projeto para vagas para quilombolas é nosso, então nós temos uma briga intensa na universidade 24 horas. No processo da Marcha, a minha ajuda é muito mais para ir para as reuniões, para ir para as audiências, porque eu acabei construindo um certo nome aqui, tá? Então, virei uma referência e a gente abusou disso e para a Marcha isso foi muito bom. Então, a minha participação, eu posso te dizer, ela foi muito mais para ir às audiências, para conseguir apoio para a Marcha, esse foi o meu papel. (DEUS, 2016).

É importante ressaltar que as funções desempenhadas pelas ativistas de um determinado grupo social devem resguardar os limites e potencialidade individuais, para que seja estabelecido o respeito às singularidades de cada integrante empenhada em determinada função. Não estou falando sobre hierarquias decorrentes do *status* social, político ou econômico, atento para a importância, na medida em que as ativistas identificam o potencial de cada uma, ver a divisão de tarefas como possibilidade de colocar em prática, as habilidades individuais, sem que sejam estabelecidas disputas desnecessárias quanto à representação política de uma determinada bandeira de luta. E, no caso das mulheres negras, este comportamento demonstrou aquilo que a sororidade indica como prática entre as mulheres, na qual uma oferece o que tem maior domínio, para o empoderamento da coletividade.

Cristiane Mare da Silva, ao começar a se envolver com a cidade, com a Coordenadoria de Mulheres de Florianópolis, com mulheres de 40 [anos] para baixo, observei que desde a adolescência estão trabalhando com tudo, não só na questão de gênero. Trabalham com gênero, racial e tudo que isso traz. Em São Paulo estive dialogando, escutando todas essas coisas sobre o feminismo negro e me encontrando com umas coisas assim, eu falava: "Caraca! São umas mulheres empoderadas, não só intelectualmente, mas é todo um corpo".... Para mim, São Paulo foi outro divisor de águas, foi muito bom, porque pude encontrar aquelas pretaiadas de todos os lugares. Assim, eu estava em São Paulo, mas ao mesmo tempo eu estava inserida num mundo negro

bem forte em Florianópolis. Era sempre essa conexão, São Paulo-Floripa. Uma pessoa que está fazendo isso, volta com muitas coisas fervilhando.... Eu lembro que estava com um grupo de três amigas e marcávamos uma vez por semana um café e a gente se encontrava e ríamos dos caras, e a gente compartilhava as questões de violência que a gente passava. Às vezes, eu dizia para elas, “poxa, já pensaram se a gente ampliar esse grupo? Ao invés de três fossem...” A gente podia pensar em mais mulheres, pois mais mulheres precisam de café..., mas, as pessoas acabam vivenciando experiências que são muito parecidas, né? Ainda mais quando você fala de mulheres negras. (SILVA, 2016).

O encantamento de Cristiane foi estimulante de se registrar, sendo necessário cada vez mais incentivar as novas gerações, para que possam fazer parte do ativismo, e que este seja uma tarefa prazerosa, não um lugar de disputas que só tendem a atrapalhar ou retardar as transformações, no plano político e cultural, almejados pelas mulheres negras.

Cristiane continuou sua reflexão, e *aí, quando eu comecei a ouvir e vi as coisas nos e-mails, foi em 2015, foi quando pegou forte, em janeiro aqui... fevereiro ali. Continua Cristiane Mare da Silva: *Aí, eu pensei assim: “É isso que eu quero! Já pensou um levante de mulheres negras? Se a gente pegar todo esse ódio que a gente tem de tudo, dos brancos dos homens negros, assim e Uhauuu...”. Extravasar, sabe? No NEAB eu encontrei uma outra, a Carol, uma guria de 20 anos, estava triste, vivendo o processo de solidão, bem forte. Eu falei para ela sobre a Marcha e ela sorriu. Eu falei para ela: “Topa? ” A Estela, aqui da UNEGRO, que é do Fórum Nacional, e em junho a gente estava indo para o Espírito Santo. Ela falou que a UNEGRO estava entrando na Marcha. A Marcha era algo, assim, que ninguém sabia exatamente o que era. A gente sabia que era uma marcha, a Marcha das Mulheres Negras, mas era como um vácuo, mas eu gostei bastante da ideia, sabe? E aí, o que a gente começou a fazer, o primeiro momento nós fomos fazer uma lista de entidades do movimento negro que tinha interesse na Marcha, só que passamos uns quatro meses tentando que as entidades tradicionais do Movimento entrassem, mas é como se fosse assim: se p está, b não entra. Era algo assim, essas questões das entidades eram maiores que as lutas de mulheres negras. (SILVA, 2016).**

A participação das jovens negras e sua adesão à Marcha das Mulheres Negras 2015 chamou minha atenção. Para ilustrar o processo participativo para construção da Marcha, destaca-se a Comitativa de Niterói era composta por 32% de mulheres jovens.

Ao relatar sua inserção na organização da Marcha em Recife, Piedade Marques lembrou que estava na III CONAPIR e *foi como convidada e lá encontrei várias pessoas e tal, e encontrei a companheira Valdecir, que disse: "a gente vai estar fazendo uma*

conversa sobre a Marcha". Massa! Aí fui para reunião que definiu quem conduziria politicamente, que era o movimento negro. As mulheres do movimento negro para além das organizações de mulheres negras. (MARQUES, 2016).

Com o depoimento de Piedade (2016) pode ser compreendida a ausência da referência do feminismo negro no Manifesto das Mulheres Negras usando-se apenas, ao longo de todo o conteúdo, a referência ao termo: movimento de mulheres negras. Como foi visto no capítulo II, o feminismo negro não foi incorporado de forma incisiva para o conjunto de mulheres negras. Existem aquelas, que se autodefinem como sendo do movimento de mulheres negras; ou que são feministas, mas se são negras, poderiam se autodefinir como feministas negras, o que gera certa imprecisão; existe, ainda, uma parcela, que se entende por mulherista ou mulherista africana. O fato é que o feminismo negro entrou na pauta da Marcha das Mulheres Negras 2015 devido à atuação das feministas negras nas diferentes regiões do Brasil, que acabaram por incorporá-lo nos encontros, atividades, reuniões e plenárias, o tema. Consequentemente, o feminismo negro iniciou sua fase de popularização, de divulgação e de presença nos espaços coletivos das ativistas e das mulheres negras sem atuação institucional, que atendiam ao convite para participar da Marcha.

Esta ausência de reconhecimento do feminismo negro e sua influência no combate às diferentes modalidades de opressão, a que estão sujeitas as mulheres negras, considero que seja um problema em relação a algumas ativistas, pois, muitas vezes, falta a sedimentação histórica para compreender o momento atual. Essa falta de sedimentação histórica, talvez também explique os tensionamentos no decurso do processo organizativo da Marcha das Mulheres Negras 2015, uma vez que o processo ideológico orienta os rumos de uma organização política. Com o receio de perder o controle do processo político, pelo grupo que não se autodefine como feminista negra, ficou estabelecido o conflito entre as duas vertentes identificadas: o movimento de mulheres negras e o feminismo negro.

Sabe-se que não é tarefa fácil tentar justificar a diversidade de intenção de uma ação humana, porém arrisco a afirmar que a tentativa de centralização, apropriação e “domínio” da Marcha das Mulheres Negras 2015, em algumas regiões, quando determinadas ativistas se autodefiniram – mesmo que veladamente – como as proprietárias do processo organizativo, não foi consolidado. Tais fatos evidenciam o dualismo entre as partidárias do movimento de mulheres negras e as do feminismo negro. Este processo de embates encontra-se permeado em várias falas no decorrer deste capítulo.

Mas, dando continuidade ao relato de Piedade Marques: *Na reunião da Marcha, uma coisa que eu escutei e eu me encantei, que me tocou para estar na Marcha: "A Marcha é para a gente dar o que a gente tem, não precisa fazer esforço, é a Marcha do prazer" e isso para mim que estava nessa coisa de estar aqui, fazendo as ações mais locais... "Poxa!", eu tinha saído do processo da construção da Conferência, que a gente teve vários embates com a Coordenação Estadual da Marcha, da Conferência. Aí, assim, para mim isso era massa, porque dava para fazer as duas coisas, ir mobilizando e não sei o quê. Eu que não sou de organização, sou uma militante, que todo mundo conhece, mas não estou vinculada a nenhuma organização... na minha cabeça, não tinha o direito inclusive de puxar a Marcha, tendo Vera Baroni¹⁵⁴ que era a pessoa, inclusive, capacitada até pelas informações que a gente não tinha. Não sei se foi no finalzinho de ano ou início do ano de 2014. Tinha uma história de uma reunião que eu soube por outras, mas não fui convidada. Foi uma reunião que não houve, porque Vera teve outra agenda e desmarcou. Fizemos uma reunião no SOS Pequena, porque em janeiro as ONGs estão de férias e muita coisa funciona somente no em torno das ONGs e elas ditam o calendário. Quando elas estão de férias, você não tem o espaço, não tem certas estruturas que com elas a gente tem. Mas, mesmo assim fomos para a 1ª reunião. A Rejane Pereira¹⁵⁵ foi quem me falou da reunião e disse que com meu jeitinho era bom que eu estivesse na coordenação. Eu disse: "Tá, vamos ver", porque tinha essa coisa de enfrentamento dessas situações que às vezes precisa ir de frente, mas às vezes precisa ir devagar, né? Acho que foi até atípico, mas conseguimos fazer duas reuniões antes do Carnaval. Não, uma antes e uma depois. E a gente organizou o lançamento. Após o lançamento, nós chamamos uma plenária.* (MARQUES, 2016).

Piedade (2016) relatou que o lançamento da Marcha das Mulheres Negras 2015 foi em 21 de março de 2014, aproveitamos a data simbólica do 21¹⁵⁶ e tal. E a gente começou

¹⁵⁴ Vera Baroni fez Pós-Graduação "Lato Sensu" em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho na instituição de ensino Universidade Católica de Pernambuco, formada em direito Direito, coordenadora geral da Uiala Mukaji – Sociedade das Mulheres Negras de Pernambuco e especialista em Direitos Humanos e do Trabalho.

¹⁵⁵ Rejane Maria Pereira é licenciada em História pela Universidade Católica de Pernambuco e especialista em Cooperativismo e associativismo – UFRPE e Políticas Públicas é professora de história e filosofia; coordenadora executiva do Grupo de Mulheres Cidadania feminina (2001-2010) e membro do comitê político da Articulação de Mulheres Brasileira (2008-2010) foi secretária da Secretaria Especial da Mulher de Recife.

¹⁵⁶ No dia 21 de março de 1960 ocorreu o Massacre de Shaperville, na cidade de Joanesburgo, capital da África do Sul, quando em torno de 20 mil negros – incluindo crianças - protestavam pacificamente contra a Lei do Passe, que os obrigava circular com cartões de identificação, mas quando chegaram ao bairro de Shaperville, as tropas do exército atiraram contra os manifestantes matando 69 pessoas e ferindo outras 186.

a pesquisar, pela internet, as informações de Salvador, depois Rio Grande do Sul, depois Recife, até chegar em Brasília e fazer o lançamento.... Eu estou na Rede de Mulheres Negras do Nordeste, pois a partir da construção da Marcha a gente conseguiu essa aproximação.... No encontro aqui em Recife me chamou atenção porque aconteceu em Recife e não teria gente de Recife, o que, para mim, era algo insustentável. Tanto de quem organiza, como de quem está lá. De olhar para lá e não colocar isso na roda, dizer "porra, cadê o povo daqui?", para fazer um pouco essa provocação. Depois, eu soube que era uma reunião da Rede, porque tinha até dificuldade, porque estava lá dizendo Rede e a gente não compreendia o que era Rede. Como a gente não participava, Pernambuco não participava. Ou participava com uma única participação. Ninguém sabia exatamente o que era aquilo. Falar que era Rede, não dizia nada para a gente... E olha que eu nem estava na dinâmica de perto e tal, não somente eu, mas boa parte das pessoas. Quando a gente foi, a primeira coisa que a gente fez foi organizar um Power Point para apresentar a Marcha e os seus objetivos. Já tinham várias coisas escrita, sido lançada e saído um Manifesto, uma carta inicial. Enfim, começamos. Já existia uma certa mobilização para que eu fosse coordenadora. A gente já tinha consenso que Vera deveria estar, principalmente, porque ela é da Articulação de Mulheres Negras, se reconhecia a importância que ela tinha. Na discussão, Rosa Marques¹⁵⁷ também ficou. Essas três pessoas iriam coordenar o processo da Marcha em Pernambuco. Pensamos que na organização deviam estar outras pessoas a partir de grupos: comunicação, infraestrutura, tal... (MARQUES, 2016).

Assim, após Piedade Marques, Bia Onça, Valéria Porto, Zélia Amador de Deus, Nilma Bentes, Maria Malcher, Bia Onça, Cristiane Mare da Silva e Iêda Leal assumirem a organização da Marcha das Mulheres Negras 2015 em suas regiões, os trabalhos de mobilização e formação política foram iniciados, visando participação de um expressivo número de mulheres negras na Marcha das Mulheres Negras 2015. A seguir apresento as reflexões sobre o processo de construção da Marcha nos territórios das colaboradoras da pesquisa.

A ONU – Organização das Nações Unidas – instituiu 21 de março como o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, em memória à tragédia.

¹⁵⁷ Rosa Marques Trabalhou na empresa Cáritas Brasileira e na Secretaria Executiva De Direitos Humanos De Pernambuco, estudou na instituição de ensino Unisinos e na Universidade Federal Rural de Pernambuco UFRPE e Universidade Federal Rural de Pernambuco.

VI.3. Missão dada, missão cumprida: relatos das Regiões

Cada região adotou uma metodologia de trabalho baseada na realidade local. No entanto, a preocupação com a formação política, com a discussão de temas relacionados às políticas de gênero e racial nortearam as ações de todos os Comitês Impulsores. O racismo e o sexismo (machismo) nortearam os trabalhos. Destacam-se, ainda, o enfoque à diversidade sexual e geracional, além de ações contra o genocídio da juventude negra.

Como os Comitês Impulsores locais estabeleciam contato direto com o Comitê Nacional, esta relação mereceu atenção nesta tese, tendo em vista que sua atribuição em coordenar ações em um país de grande extensão territorial indica o tamanho da dificuldade enfrentada.

Para Zélia Amador de Deus, *o Comitê Nacional trabalhou, e muito. Eu estive lá nos últimos dias, porque tive uma reunião da Candara e acompanhei o trabalho das meninas, foi um trabalho duro, mas elas aguentaram fortes. Eu destacaria o trabalho dessas meninas.... Isso foi fantástico, acho que a Marcha aconteceu um bocado pela tenacidade do Comitê Impulsor.*

No entanto, Maria Malcher tem outra avaliação, pois considerou que o Comitê Impulsor Nacional *não funcionou. Eu posso estar errada, mas ele esperou muito pela AMNB captar recursos e a AMNB não captou tanto recurso como deveria... deveria ter captado mais. Aqui no Pará, o CEDENPA captou recurso, nós tiramos assim: "Olha, vocês são livres para captar", mandamos cartas. Os professores universitários captaram. E a gente deveria captar mais recursos, havia a possibilidade...* (DEUS, 2016).

Maria Malcher continuou seu relato sobre *o Comitê Impulsor Nacional, que foi inexistente para a gente, tivemos muita dificuldade. Porque a coordenação na verdade não funcionou. Chegou um momento que a gente dizia assim: "A gente só sabe que vai, a gente só quer sabe se é 18 mesmo", "Queremos participar da Marcha". Eu acho que a coordenação fez com que as pessoas se sentissem assim: como todo mundo sabia da importância da Marcha, todo mundo colocou a Marcha na sua mão, coração, bolso, consciência. Todo mundo se organizou para ir. Na semana que antecedia a Marcha eu fui lá para dar uma ajuda e tal... fizemos um acordo e aí eu fui uma das pessoas que fui antes. Eles pagaram tudo. No final das contas só tinha a Regina Adami segurando a ponta lá, com Naiara, que é do Odara, que era da representação da AMNB, e outra do Rio Grande do Sul. O grupo que se colocava como coordenação praticamente chegou 2 dias antes.*

Todas as dificuldades que foram surgindo, basicamente, foram resolvidas aos trancos e barrancos por quem estava lá. Era Naiara e Regina Adami, e tinha uma menina do Pará, que é do CEDENPA, da Rede Fulanas [não lembrou o nome]. (MALCHER, 2016).

Em algumas regiões, como Niterói, houve o empenho em realizar eventos geradores de renda, como a feijoada, na qual os recursos arrecadados foram destinados ao pagamento da hospedagem em um hotel em Brasília para toda a delegação. Perguntei à Piedade se não realizaram atividades autogestionadas e geradoras de recursos. Ela informou que *Nós sempre advogamos que desde o início deveria ter uma secretaria operativa (tem que ter uma “pessoinha” para ir lá fazer o ofício e protocolar, pedir isso aqui e isso aqui), mas isso nunca aconteceu, ficaram sempre enrolando. A CONAQ¹⁵⁸ também mandou uma quilombola, a Jordânia, acho que um mês antes da Marcha, para ajudar nessa questão operativa. Já tinha uma pessoa lá, acho que a Samanta. Houve uma conversa com o BNDES que ele não financiaria a Marcha, mas financiaria a Feira com atividades e a menina do Fundo Elas. Eliane Custódio foi para Brasília, eu cheguei no dia e Eliane chegou no outro para fazer esse projeto. Ela fez o projeto, só que o BNDES não aprovou, e estávamos certas que o BNDES iria aprovar. Com toda aquela estrutura de Feira, oficinas... abrimos as inscrições, e o que acontece? No diálogo com a SEPPIR eles financiariam a ida de algumas pessoas, desde que fizesse aquele evento lá da SEPPIR e que tivesse durante o dia todo o evento. Assim, nós fizemos tudo sem estrutura. (MARQUES, 2016).*

Comentei que realizei a Oficina “Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha Das Mulheres Negras 2015”, no dia 17 de novembro, no Museu da República e não recebi nenhuma verba, nem passagem, nem mesmo verba para comprar o material para as dinâmicas. Pude perceber a falta de planejamento antecipado para a otimização dos trabalhos que aconteceriam na programação oficial. Isso demonstrou a falta de critério universal para o tratamento com as diferentes mulheres negras, que contribuíram para a realização da Marcha.

Malcher foi categórica quando afirmou: *Em Brasília, minha irmã, ninguém trabalha de graça. As pessoas se mobilizam, porque nós somos ativistas. A gente se organiza para ir, pelo nosso compromisso. (MARQUES, 2016).*

Para Bia Onça, o Comitê Impulsor Nacional foi *muito disperso, muito longe da base. Eu não conheço particularmente a Comissão Nacional, não sei quem foi, só conheço*

¹⁵⁸ Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – CONAQ.

algumas pessoas de ouvir falar. Algumas pessoas eu já conhecia em algum grau, em algum Congresso, porque eu sou uma mulher negra da academia, uma intelectual negra. Eu não conheço todo mundo. Não tive acesso ao Comitê Impulsor Nacional, porque o Rio de Janeiro tinha duas pessoas que eram da Coordenação Nacional, que era a Clátia¹⁵⁹ e Rosilene Torquato. (ONÇA, 2016).

O fato é que a experiência com o Comitê Impulsor no estado do Rio de Janeiro apontou para o não exercício do papel informativo, uma vez que nem sempre eram dados informes e nem existia a troca de experiências das outras regiões do país.

Sobre o Comitê Nacional, Iêda Leal relatou: *pena que a gente poderia ter tido um Comitê maior. Eu chamaria de Conselho, numa proporção mais representativa das regiões, nós pegamos entidades nacionais e nós esquecemos das regiões. Já falei isso algumas vezes e já pedi desculpas para algumas regiões, pois nós pegamos entidades nacionais, mas que tem inserções. Pecamos em não incluir as Centrais Sindicais, não na organização, mas na parceria, no diálogo, para não ter tido tantos problemas no final. (LEAL, 2016).*

Valéria Porto viu a tarefa do Comitê Impulsor Nacional *como uma grande responsabilidade e também foi um processo importante para que todo o Brasil fosse mobilizado. Se fez necessária essa Coordenação. Nós somos do interior, por isso, o contato acabou sendo maior com lideranças que estavam na capital, Salvador. A gente não tinha o contato direto com essa Coordenação Nacional, na verdade a gente tinha, com pessoas que estavam fazendo parte da Coordenação, isto é, o pessoal em Salvador que estava participando da Coordenação Nacional. (PORTO, 2016).*

E Nilma Bentes (2016) acredita *que foi correta a montagem de um Comitê Impulsor Nacional (CIN), embora soubéssemos, previamente, que algumas organizações teriam mais dificuldade que outras de cumprir suas, respectivas, tarefas; penso ser bom registrar o empenho do Fórum Nacional de Mulheres Negras, inclusive o feito pela Clátia Vieira (RJ). O bom foi que no final, pode-se dizer que tudo deu certo, pois acredito que, no mínimo, 99% das mulheres negras que participaram da Marcha saíram orgulhosas de terem feito parte daquela empreitada. Talvez o Comitê Impulsor Nacional pudesse apostar na criação de uma Frente de Mulheres Negras Brasileiras para dar conta da ampla diversidade que a “Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver” colocou na rua. (BENTES, 2016).*

¹⁵⁹ Clátia Vieira formada em Direito na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas/RJ é ativista do Fórum Estadual de Mulheres Negras do RJ.

Entretanto, Giselle desenvolveu sua análise em outra direção, da que foi construída por Nilma Bentes, quando considerou que: *esta Coordenação Nacional deixou a desejar em muitos aspectos, considerando que o Brasil é um país muito grande e pediria uma orientação mais próxima, com os diferentes núcleos. Não teve um estado que não teve uma articulação, uma mobilização para a Marcha. Considerando a magnitude do nosso país e as dificuldades que cada um desses núcleos impulsores vivenciaram individualmente. Teria sido muito importante ter tido uma relação mais próxima. A partir da troca do que o grupo x sei lá...por exemplo, do estado do Amazonas, com um grupo do Estado do Espírito Santo, ou do estado de Santa Catarina, eles poderiam trazer muita contribuição. De fato, Giselle teve razão, pois isso seria fundamental, inclusive para reforçar futuras ações pós-Marcha. Poderia também falar da dificuldade que o grupo x teve e o grupo y também teve, e colocá-los em contato para ver como superar. Eu acho que teria sido muito importante ter esse tipo de conexão feita especialmente pelo Núcleo Impulsor Nacional, mas ao mesmo tempo, a gente tem que reconhecer as limitações que estavam dadas na constituição desse Núcleo. No decorrer do processo, querendo ou não, os próprios núcleos foram criando estratégias, foram criando formas de garantir a mobilização e articulação de um maior número de mulheres. É óbvio que, talvez, se a participação do Nacional tivesse sido mais próxima, mais efetiva, o resultado poderia ter sido ainda maior, mas ainda assim, eu acho que é importante salientar, que por mais que tivesse tido essas brechas, para não dizer equívocos, eu preferi e coloquei como brechas, o resultado foi positivo.* (SANTOS, 2016).

Então, a seguir serão apresentados os relatos das regiões.

VI.3.i. Região Norte

Nilma Bentes

Segundo Nilma Bentes, *até por força das incertezas embutidas em uma proposta como essa (somos no Brasil mais de 49 milhões de mulheres negras), apostamos que o processo preparatório seria mais importante e que a Marcha viria ser a culminância desse processo. No final da preparação foi aventado que, a rigor, ela não seria a culminância, mas, ao contrário, um início de um processo diferente na organização das mulheres negras brasileiras. A diversidade geracional com forte participação de jovens negras (algumas com “visual arrojado”) traz a crença do surgimento de lideranças significativas em vários estados.* (BENTES, 2016).

De fato, muitas lideranças surgiram no processo organizativo para a Marcha das Mulheres negras 2015, assim como a criação de Redes e grupos de mulheres negras de diferentes faixas etárias, que veremos na última parte deste capítulo.

Zélia Amador de Deus

Para Zélia, o processo de organização dessas mulheres deve ser destacado. Nós fizemos uma avaliação e deu para perceber, naquela avaliação, que ficaram sementes e que a gente conseguiu semear coisas e, que a gente pode continuar com esse trabalho, porque é um trabalho capaz de dar frutos, com certeza.... Mobilizamos mulheres que nunca tínhamos tido contato. (DEUS, 2016).

Maria Malcher

De acordo com Maria Malcher (2016), aqui no Pará a gente fez uma experiência muito interessante, porque nós conseguimos incidir na política pública, por exemplo, os municípios que a gente acompanhou hoje têm, se não tinham, hoje têm os Conselhos da Mulher e têm os Departamentos. Nós aprendemos com a Marcha que tem que ter a moção, as mulheres aprenderam que não era só criar o departamento, mas tinha que passar pelo legislativo do município, pela na Câmara para aprovar. Não ser por Decreto, mas por lei e ficar independente do governo. O departamento em Ananindeua, na região metropolitana de Belém, foi criado o Departamento, após um Seminário que nós fizemos. Nós fizemos sete ou oito Seminários. Tínhamos as oficinas e os Seminários. As oficinas se constituíam de uma conversa com as mulheres informalmente e usava vídeos, dependendo da pessoa que ia fazer a dinâmica. O Seminário estava estruturado nas mesas, uma mesa sobre racismo e violência e outra mesa sobre o Bem Viver, que tinha a moderadora e a que ia falar o que entendia como Bem Viver. A falta de recursos não significava necessariamente dinheiro, então isso foi um dos principais problemas, o deslocamento, que aqui é muito caro. Nós fizemos oficina na fronteira do Gurupi do Maranhão com o Pará, chegar lá é muito caro, mas havia essa necessidade de se chegar. Nós conseguimos chegar em todas as regiões, mas isso foi muito difícil. No sudeste paraense, região de Altamira, as mulheres se mobilizaram e nós não conseguimos enquanto Comitê Impulsor chegar lá, mas mantínhamos contato e elas foram para a Marcha. Mas, nós fomos em lugares como Marabá que nunca tinha se discutido essa questão da mulher negra. Fizemos oficinas em Oriximiná. (MALCHER, 2016).

Experiência fantástica relatada por Maria Malcher. Isso é algo que muito me atrai, pois, uma questão é fazermos movimento no Rio de Janeiro e São Paulo, outra, de maior desafio, é estar nesses lugares e encarar as adversidades que já conhecemos, acrescidas das locais.

Maria Malcher considerou que a mudança da data de 13 de maio para o dia 18 de novembro provocou aumento de trabalho e o Comitê Impulsor do Pará¹⁶⁰ estava atuando desde 2012 e disse que: *manter essa força de maio.... Foi uma tortura, mas de novo? Bora começar do zero, bora remandar as cartas, mas, por outro lado, proporcionou o ingresso de outras organizações, como as quilombolas, com alguns grupos, algumas associações de grupos de mulheres e com a Academia, foi bem legal. Tanto que as meninas lá no IFPA – Instituto Federal do Pará, formaram um grupo Mulheres Negras em Rede, que foi um resultado. Eu já estava em Brasília, mas eu ajudei aqui na universidade, para questionar a universidade, porque a universidade disse que não sabia da Marcha, eu disse que não era verdade, pois eu participei de NEAB, disse que nós sabíamos quando vocês faziam o planejamento e mandamos uma carta para o Reitor, em novembro de 2014, vocês foram notificadas sim, agora, se vocês não se organizaram, isso é outra coisa. Porque teve universidade que deu ônibus...* (MALCHER, 2016).

Figura 23 – Mulheres de Belém na Marcha REFAZER



Foto: Arquivo Maria Malcher

¹⁶⁰ O Comitê Impulsor tinha o CEDENPA, o Instituto MOCAMBO, ASSIOMIR (terreiro de matrizes africanas), a CONEN, a MALUNGU e a UNEGRO.

Incrível a potência das mulheres que estavam na organização da Marcha no Pará, [Figura 23], que impulsionaram a organização de novos grupos de mulheres negras. Empolgada, perguntei o que ela destacaria a mais. E Malcher falou que *o fortalecimento dos grupos de mulheres, isso foi fantástico. E o surgimento de novos grupos e de novas lideranças. A gente conseguiu mobilizar uma juventude, é claro que elas já eram lideranças, né, nos seus espaços, mas a Marcha deu um gás para elas e estão aí, atuando. Isso foi muito legal. Nós conseguimos 7 ônibus mais um da CUT. Um dos nossos ônibus na hora não apareceu e era lá do Acará, nós fizemos um Seminário no Marco Alta, longe pra “cacete” daqui. As mulheres estavam todas organizadas, com faixas na beira da estrada. Na segunda-feira, às 3 horas da tarde, o cara que prometeu, que disse que o ônibus estava certo.... Todas na beira da estrada com farinha, com farofa, com tudo e nada de ônibus. E agora? Eu lá em Brasília, eu já sabia que o ônibus da CUT ia com algumas vagas, porque nós conseguimos 6 ônibus e um foi dividido com o PT, que pagou a metade e o Comitê local pagou a outra metade. Foi o nosso Comitê que ajudou. A única ajuda que o Comitê Nacional deu foram 2 passagens para as meninas de Altamira e 3 passagens para as meninas da Baixa Amazônica, só isso. A gente tem que dividir o pão igual, mas, o pão não foi tão igual assim. Mas, tudo bem, a gente conseguiu um ônibus pela ALEPA - Assembleia Legislativa do Estado do Pará e outro pelo Senador Paulo Rocha (PT/PA). O ônibus da ALEPA nós mandamos para o município de Concórdia do Pará, porque os quilombolas lá já estavam organizados. Foram essas mulheres quilombolas que desde 2012 faziam Bingo, para juntar cinquenta reais, trinta reais para comer na estrada. A ARQUINEC - Associação de Remanescentes de Quilombo de Nova Esperança de Concórdia do Pará é composta por 4 comunidades quilombolas - Curuperé, Campo Verde, Dona, Ipanema e Santo Antônio -, elas têm 6 grupos de mulheres e esses grupos faziam Bingo para conseguir o dinheiro de passagem. Nós falávamos que iríamos tentar conseguir o ônibus para elas. Nós fazíamos várias atividades lá, torneio esportivo, concurso de redação. É uma comunidade muito distante, 40 km do centro de Concórdia, que fica há umas 3 horas daqui, acho que são 200 km, mas o ramal é horrível. 80% dos adolescentes dessa comunidade iam estudar em outra comunidade à noite, longe, em uma turma do EJA. Nós trouxemos os meninos do Bosque para refletir sobre a Marcha e sobre a questão da natureza, do Bem Viver. Eles, tão organizados que eram, foram os primeiros que chegaram aqui em Belém, de tanta organização, sabe? O outro ônibus que foi financiando pelo Paulo Rocha, a gente pegou as mulheres desde de próximo do Gurupi, fronteira do*

Maranhão, Cachoeira do Piriá, Santa Luzia do Pará, Vizeu, Narcisa, Capitão Poço, Irituia tinha gente de Capanema e dois municípios nos arredores. Nós conseguimos um terceiro ônibus, esse foi o “bicho”, pela SEMOB¹⁶¹ - Secretaria de Transportes e o dividimos pelas organizações daqui: FORJUNE, Levante da Juventude, algumas pessoas do CEDENPA, GEIPAC que é das prostitutas, enfim, umas sete organizações. A gente achava que ia ser um ônibus de luxo porque foi a SEMOB que deu, mas era uma sucata velha e foi ele que deu defeito. (MALCHER, 2016).

Quando da estávamos no alojamento na noite do dia 17 de novembro, ficamos preocupadas com ônibus que quebrou durante a viagem do Pará para Brasília, uma vez que sabíamos que vinha de longe e com pessoas de idades diferentes, inclusive a presença de várias idosas.

E Maria Malcher continuou seu relato do Pará: *O quarto ônibus também foi a prefeitura de Belém que financiou, via convênio. Esse ônibus foi o sofrido. A gente assinou o convênio no dia 13 de novembro. Esse ônibus levou as mulheres evangélicas que se organizaram, fizeram camisas de tecidos, de customização africana e vendiam. Nesse ônibus teve um caso de racismo, o motorista chamou uma mulher de “nega fedorenta”. O incidente aconteceu por que a passageira usou o banheiro e não ficou um cheiro agradável e o motorista desferiu agressões de cunho racista. Ao chegar em Brasília uma menina disse que ele tinha chamado uma menina de “preta feia”. Fiz queixa para o dono da empresa e ele disse que só se a gente fosse em uma delegacia denunciar poderia agir e substituir o motorista imediatamente. Então, eu falei para as meninas. Bora na delegacia? Elas não quiseram ir. Falei para o motorista que tinham duas coisas: “Olha, o contrato de vocês era para vocês virem até aqui, estava chovendo, a segunda coisa é que as meninas vão bater tambor aí sim nesse ônibus, porque esse ônibus foi pago em dinheiro, dinheiro”. (MALCHER, 2016).*

Fiquei sobressaltada diante de tantos problemas relatado e, ainda mais, por ter acontecido um crime de racismo. Perguntei se não fizeram a denúncia do fato na delegacia e Maria Malcher informou que o grupo ao chegar em Belém fez o Boletim de Ocorrência.

Sobre o quantitativo de mulheres que foram à Brasília, de acordo com Malcher foram 492 pessoas (8 ônibus, 70 pessoas de avião e 20 do Projeto da CESI). (MALCHER, 2016).

¹⁶¹ Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém.

Quanto à hospedagem, ela informa que ao chegarem em Brasília, *o Fundo Baobá pagou passagens para 5 mulheres, só passagens, lá nos articulamos para elas ficarem em uma hospedagem solidária na casa de amigos nossos, algumas jovens da psicologia também ficaram, nós mapeamos umas 12. Algumas foram bate e volta, chegaram de manhã e voltaram à noite.* (MALCHER, 2016).

Fiquei imaginando todos os passos, percalços, estímulos, desafios, perseverança, potência e determinação no trabalho das mulheres da Região Norte. Superaram tantas barreiras, mas demonstraram tanta garra, que foi traduzida na quantidade de mulheres, que estiveram em Brasília. Um dado interessante é que essas mulheres negras foram as primeiras a iniciarem o processo de mobilização da Marcha das Mulheres Negras 2015 no Brasil.

VI.3.ii. Região Nordeste

Valéria Porto

As comunidades de remanescentes de quilombos Pau D'Arco e Parateca – foram os locais onde se constatou os entraves na vida das mulheres negras agravados pela falta ou deficiência de mobilidade – o mesmo aconteceu em outras regiões. Este problema foi um empecilho para a participação das moradoras e foi destacado por Valéria Porto (2016) durante a organização da Marcha:

A Comissão, aqui no território do Velho Chico, desde o primeiro momento, tinha preocupação muito grande com a formação das mulheres das comunidades quilombolas. E, como a Rede de Mulheres Negras estava ainda se formando, não se tinha estrutura para conseguir chegar até as comunidades e realizar as formações. Como tivemos o primeiro encontro em 21 e 22 janeiro de 2015, começamos a pensar como continuaríamos com essas atividades de formação, mas nas bases. Chegar até às comunidades foi um dos grandes entraves. Foi uma dificuldade muito grande, porque várias comunidades ficavam distantes, com estradas em péssimas condições – intransitáveis. Tem comunidade que é muito difícil o contato e acaba dificultando o processo de comunicação e de articulação. (PORTO, 2016).

No total, foram de 60 a 70%, dos municípios que o Comitê no qual Valéria Porto atuava, que participou de alguma atividade da Marcha das Mulheres Negras 2015. *Desse percentual, viajaram à Brasília, em torno de 135 mulheres nos 4 ônibus.*

Perguntei como foi o processo usado para conseguir os ônibus e de apoio para alimentação, então ela relatou que *em relação ao ônibus, nós tivemos o apoio do Instituto da Mulher Negra ODARA que manteve contato com uma empresa e conseguiu alguns ônibus para cá, para o território. A alimentação, água e camisetas, a gente conseguiu através do NEDET - Núcleo de Pesquisa e Extensão de Desenvolvimento Territorial, que é um núcleo que trabalha assessorando grupos, associações, cooperativas de mulheres, sejam informais ou formais. É um projeto que está sendo apoiado pelo IF Baiano, mas que é uma parceria do MDA e do CNP. Tivemos o apoio também da Secretaria de Igualdade Racial e Diversidade de Bom Jesus da Lapa, que cedeu o espaço para que as mulheres se reunissem; ocorreu também o encontro para a saída para Brasília para a formação, repasse de informações, de reflexão sobre a Marcha. Também foi apoiadora com relação às camisetas. Conseguimos comprar água com o apoio da Secretaria de Agricultura do Município de Bom Jesus da Lapa e da NEDET, parar alguns lanches para as mulheres na estrada e no dia 18 à noite e tivemos o apoio do INCRA. As mulheres viajaram em torno de 12 horas [Figura 24] e o perfil foi variado, porque nós tínhamos 10 meninas de 20 anos às senhorinhas de 60 e poucos anos. (PORTO, 2016).*

Figura 24 – Mulheres Quilombolas da Bahia na Marcha



Fonte: Arquivo Valéria Porto

Valéria Porto destacou como o potencial deste processo o *momento de construção, de aprendizado, potencialização, de organização que a gente tanto quer construir para que se possa, aos poucos, ir fazendo as mudanças e conquistando esse tão almejado Bem Viver. O processo de construção e mobilização da Marcha ficou muito por conta de 3 pessoas - eu, Carli de Almeida e Leiliane Borges. Depois a gente contou com a ajuda de algumas outras companheiras, mas, assim, de início, quem pegou firme foram 3 quilombolas, de localidades diferentes, mas que conseguiram se juntar num mesmo local e começar a desenvolver as atividades.* (PORTO, 2016).

O que se pode ser visto no trabalho de Valéria e das mulheres das comunidades quilombolas, foi a superação em relação às longas distâncias e a falta de investimento dos governos locais em garantir a mobilidade das pessoas. Por exemplo, ouvi o relato que pessoas morrem, pois não têm transporte para conduzi-las aos hospitais – que são raros e ficam nos centros urbanos. O Programa Brasil Quilombola¹⁶² deveria priorizar esta política pública, uma vez que não basta a titularidade das terras de remanescentes de quilombos, sem que sejam garantidos equipamentos sociais que promovam o bem-estar das moradoras e moradores. Destaco o papel do Instituto Federal Baiano, que atua diretamente com as comunidades quilombolas e, em nenhum momento, percebi tutela ou postura assistencialista, muito pelo contrário, o trabalho da equipe do NEDET é o de estabelecer parcerias para a formação/capacitação e no investimento de ações para o empoderamento local.

Piedade Marques

Já o Comitê Impulsor de Recife partiu de um processo de organização que Piedade refletiu da seguinte forma: *A primeira coisa que a gente construiu, foi a definição do 25 de julho, que nós optamos em 2014 e um grupo grande foi para o Latinidades. Nós aproveitamos uma proposta que as meninas de Salvador já vinham trabalhando e fechamos que todas as organizações e ativistas iriam pensar em uma ação pró-25. Essa história foi legal porque a gente construiu um volume de ação que foi muito bom. Fechamos a realização de um ensaio fotográfico aqui em Pernambuco. Era foto mesmo. Ensaio fotográfico foi o nome que saiu depois, era uma sessão de fotografia. E aí*

¹⁶² Para maiores informações consultar Fonte: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/destaques/diagnostico-do-programa-brasil-quilombola-2012-atualizado/view>. Acesso 11 de mar. de 2016.

fechamos quem ia conversar com quem que pudesse fazer na brodagem¹⁶³, porque não tinha dinheiro. Acho que isso que foi fantástico na Marcha, nós não tínhamos dinheiro. E aí a gente tinha que conversar com as pessoas que tivessem interesse de fazer na brodagem e estar lá, meia hora, uma hora e tal. Uma colega tinha uma amiga que era diretora da Mary Kay¹⁶⁴, e a minha colega conseguiu que ela levasse acho que 3, 4, expositores. A cena foi linda. Tínhamos 4 fotógrafos que se resumiu em 1, que se lascou porque pegou de 14h da tarde até às 18h quando não tinha mais sol, mas as pessoas chegaram lá, o pessoal do SOS, deixou cafezinho, tinha água, tinha bolacha, tinha um bolinho. Aí tinham as cadeiras, e tinham as meninas e os meninos que faziam a limpeza, faziam maquiagem e, assim, todo mundo circulou, a gente teve mais de 100 pessoas, quase 120 pessoas [Figura 25]. A ideia da gente era "vá, no seu tempo livre, porque você vai tira foto e tal". E foi muito isso, né? A proposta inicial era o ensaio e a gente com essas fotos do ensaio fazer uma exposição. Antes disso, nós fizemos uma feijoada, que na verdade foi a primeira ação depois do lançamento.

Figura 25 – Mulheres Quilombolas de Pernambuco em Marcha



Fonte: Arquivo de Piedade Marques.

Nós fizemos, mas não era nem por dinheiro... A intenção era de juntar as pessoas. Era uma forma de divulgar e estar junto. De encontrar as pessoas e tal e não ter que botar o dinheiro no bolso. Se fosse para pagar, que a gente conseguisse sair de lá sem débito para a gente. E isso a gente conseguiu. Sobrou ainda um restinho e tal, que não foi tanta

¹⁶³ Brodagem significa fazer algo por amizade sem cobrar, o mesmo que camaradagem.

¹⁶⁴ Mary Kay ver em <https://www.marykay.com.br/>. Acesso 11 de mar. de 2016.

grana. Aí quando fizemos, conseguimos uma faixa, do SINTEPE¹⁶⁵, conseguimos um espaço, fizemos vídeo. (MARQUES, 2016).

Perguntei sobre os encontros abertos, com todas as mulheres, que o Comitê realizou: *que nos encontros de formação, nós chegamos a ter umas 60, 70. Fazíamos no Recife. Interior ao final do ano. Em 21 de março foi o lançamento. No intervalo, a gente definiu uma dinâmica de encontro de uma vez por mês. Pensamos de 15 em 15 dias, mas as pernas não davam. Nesses encontros, a gente definiu também que seriam processos formativos. Cada encontro a gente tinha uma equipe de formação, que organizava dinâmica e fazia um processo mais de discussão. Conseguimos realizar alguns, acho que 2 ou 3. A gente foi se aproximando. Fomos até novembro de 2014 quando já estava inquieta, e virei para o pessoal e disse "gente, a gente não está conseguindo construir no interior". A partir de um empenho pessoal, Piedade fala que fomos para: Palmares, Caruaru, Belo Jardim, Garanhuns, Petrolina, Salgueiro, Afogados da Ingazeira, Triunfo. Garanhuns fica perto de Caruaru. A comunidade quilombola de Castainho é em Garanhuns e é a primeira referência de quilombo, junto com Conceição das Crioulas do Salgueiro. Garanhuns é identificada pelas pessoas que a amam como a Suíça pernambucana. E todas as pessoas que conheço de lá são brancas. Na minha cabeça, de pessoa comum, mesmo sendo militante, era um lugar de branco. Mas, eu sabia da existência do quilombo. Também fui fazendo outras articulações... eu abria o Facebook, olhava se era preto, se não era. Mulher preta, eu fazia o convite, mandava o convite. E aí fui construindo uma rede a partir daí. Acertamos com o pessoal do SINTEPE para ver um lugar. Eles conseguiram um auditório em uma escola, tal. E aí eu comecei a observar que em Garanhuns tinham muitos pretos, jovens pretos, crianças pretas, e eram mais do que brancos. No dia da reunião tinham 3 homens e nenhuma mulher para apresentar a Marcha. Mas, depois chegou mais uma mulher, mais outra, chegou outro homem. Aí, descobri que era uma briga interna do Sindicato, pois quem tinha feito a mobilização aqui em Recife foi um grupo, o grupo que estava lá era outro e senti como se fosse uma coisa de cima, aí foi para brigar, para dizer que eles é que mandam, aí eu olhei assim, nem do Estado eu sou, não sou funcionária do Estado, não adianta fazer essa briga comigo, eu só vim apresentar a Marcha. Fiz uma apresentação mais simples e pedi um esforço das pessoas para mobilizar as mulheres negras para a Marcha. Marcamos 15 dias depois, e já era em dezembro. Minha felicidade era tamanha, só tinha mulher, era um grupo pequeno, todas*

¹⁶⁵ SINTEPE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco.

praticamente de comunidades quilombolas. "Ah, graças a Deus, consegui chegar nas mulheres de quilombo". No mês de janeiro, eu consegui fazer uma articulação com a secretária da mulher que foi extremamente boa. Em 2015, organizamos uma marcha no Festival de Inverno de Garanhuns e foi simplesmente fantástico. Conseguimos garantir o som pela prefeitura, o governo do Estado contratou um Afoxé que fez uma batucada com a gente; fez uma faixa a partir da arte deles, que era uma coisa que a gente não queria, mas eles não pegaram nossa arte. Mas, olhe, foi fantástico. Festival tem essa vantagem. No cotejo que a gente fez, entre participantes e observadores, foram mais de 10 mil pessoas. E fomos para o palco, apresentamos a Marcha, conseguimos conversar com os locutores, passar o texto da Marcha, e eles liam no intervalo de uma apresentação e outra. Eu passei uma semana lá e realizamos no festival duas oficinas com mulheres. Lá tem 6 comunidades quilombolas e conseguimos mobilizar um pessoal da cidade. A gente conseguiu na comemoração do 8 de março do ano passado [2015], ir para Garanhuns, acho que foi dia 6, foi uma sexta-feira. E aí foi muito massa. A gente conseguiu colocar em Garanhuns a pauta. Fizemos atividades em alguns quilombos, visitamos todos os quilombos. [Figura 26]. Pelo menos conhecer, um por um, saber onde é, saber nome, não sei que lá. (MARQUES, 2016).

Figura 26 – Mulheres de Pernambuco em Marcha



Fonte: Arquivo de Piedade Marques.

Segundo Piedade, o estado de Pernambuco conseguiu três ônibus que conduziram as mulheres até Brasília. No entanto, outro ônibus levou mulheres para participar da Marcha, mas se negaram a ir com a delegação que o Comitê Impulsor mobilizou, o que deixou Piedade indignada.

Indaguei sobre os encaminhamentos para conseguirem os ônibus: *um ônibus foi cedido pelo SOS que tinha recurso para levar algumas pessoas de avião, e aí a gente terminou discutindo que era melhor completar e levar de ônibus. Então, no ônibus seria melhor do que algumas poucas pessoas de avião. Outro ônibus foi doado pela Assembleia Legislativa e o outro.... Eu não estou lembrando qual foi o outro, mas foram três.* (MARQUES, 2016).

Ao ser perguntado se o Comitê Impulsor de Pernambuco teve apoio do Comitê Impulsor Nacional da Marcha para contribuir para o transporte das mulheres, Piedade falou que não, entretanto, algumas regiões receberam significativos recursos para garantir o transporte de suas delegações. Esse é um dos indicativos de que os critérios para distribuição dos recursos não tiveram a transparência e a necessária distribuição igualitária entre todas as regiões do país.

Vencendo a falta de apoio, investindo na autoestima das mulheres negras da região, procurando inserção em áreas que não tinham a tradição do debate racial e fazendo o enfrentamento direto com as feministas brancas, as mulheres negras de Pernambuco superaram as diferenças e conseguiram realizar o trabalho de mobilização que superou as expectativas das ativista. Destaco a ação de sensibilização de jovens negras que passaram a se organizar politicamente no estado.

VI.3.iii. Região Sudeste

Giselle dos Anjos Santos

O processo de mobilização em São Paulo segundo a avaliação de Giselle foi complexo, como mostra em seu relato: *O Núcleo aqui de SP foi articulado no primeiro semestre, em 2014, que foi um ano de eleição presidencial. Muita gente estava preocupada com essa articulação. E o núcleo, independentemente do calendário político, se constituiu e se organizou e fomos construindo todo esse processo. Depois da eleição, que por sinal foi uma eleição super polêmica ... com segundo turno. As pessoas se lembraram que tinha*

a Marcha das Mulheres Negras e decidiram se inserir dentro do Núcleo Impulsor, que já estava constituído. Elas chegaram não para somar, mas para mandar. Aí, é óbvio que tinham todas as tensões, daquelas que eram dessa vertente político-partidária, das que não eram, o pessoal do sindicato, tinha a tensão geracional. Tiveram inúmeras e inúmeras dificuldades que permearam a construção desse processo. A Marcha Mundial de Mulheres é uma articulação política internacional, por mais que tenha muitas integrantes mulheres negras, quem está à frente desse processo são mulheres brancas, numa perspectiva do feminismo branco, hegemônico, que silenciam mulheres negras que estão na base dessa organização. Essa questão surgiu na primeira reunião da Marcha, e as mulheres negras falaram da importância de ocupação e articulação da Marcha por Mulheres Negras. Historicamente, as mulheres negras são invisibilizadas no movimento feminista... mais de uma pessoa na mesma reunião mencionou a experiência individual de militância na Marcha Mundial de Mulheres e foram invisibilizadas, silenciadas. A Marcha Mundial das Mulheres veio depois das eleições, foi no finalzinho de 2014 que elas surgiram e não surgiram para construir, porque elas entenderam que aquilo que estava dado não as contemplava e aí elas começaram a chamar as coisas à parte, elas começaram a fazer coisas outras. A ideia inicial era, “não vamos bater de frente com ninguém, aqui é um espaço onde todas as instituições vierem para somar, então, vamos somar!” Só que aconteceram coisas tão baixas, tão absurdas. E tem coisa que, realmente, entra numa esfera que eu acho que não dá mais para negociar, pelo menos para mim, eu não sei se eu sou muito dura em determinados aspectos, mas realmente existem algumas coisas que são nevrálgicas, que você não negocia, e a partir do momento que você está no espaço político, se não existe uma relação de confiança entre as pessoas, logo, fica muito difícil. Por estar empenhando toda a minha energia, o meu tempo em algo que acreditava, e estava lá exatamente porque eu acreditava e não porque eu estava sendo remunerada, por mais que eu estivesse representando a minha instituição. Nesse aspecto era ainda mais absurdo para mim, me deparar com determinadas situações, com determinadas práticas tão levianas. Teve momentos mesmo de eu me perguntar sobre o sentido de estar ali né? Tentava antes de mais nada, fortalecer uma construção política, tinha como objetivo empoderar as mulheres negras, mas na construção desse processo, vi tanta coisa baixa no meio desse caminho, tanta coisa rasteira, e num determinado momento percebi que eu já não estava mais com estômago para aguentar.... Eu falava...eu não dou conta! Se for para construir esse espaço político a partir desse lugar eu prefiro não construir. Mais próximo do final da data da Marcha eu fiquei mais ligada, mais vinculada ao Comitê de

Articulação da Marcha na Zona Leste de SP, do que ao Núcleo Impulsor do Estado de um modo geral. Quando o trabalho começou e tinham poucas pessoas, na hora da divisão de tarefas eu, do CEERT, fiquei responsável pelo GT de Articulação e Mobilização, a Juliana ficou responsável pelo GT de Comunicação. As grandes organizações de Mulheres Negras, por exemplo, da cidade de São Paulo, que são reconhecidas nacionalmente e internacionalmente, não estavam nesse momento do Núcleo. A gente estava carregando as coisas nas costas, mas num determinado momento quando já estava ficando feio, as pessoas decidiram sair de onde estavam escondidas, recolhidas, reclusas, e descansado para colocar a mão na massa. Até então havia uma sobrecarga de trabalho muito grande. Havia muitas tensões internas que eu acho que desgastavam muito.... Eu comecei a desenvolver umas atividades, especialmente na Biblioteca Cora Coralina (biblioteca que fica no extremo leste e que abriu a Sala Temática Feminista, que, na verdade, se transformou na primeira Biblioteca Feminista do Brasil, em Goianases, 35 minutos de trem do centro da cidade de São Paulo). (SANTOS, 2016).

Evidente que não há condições para tecer comentários sobre todos os pontos refletidos por Giselle. No entanto, escolhi falar sobre a relação das mulheres negras com as mulheres brancas, naquele momento representada pela Marcha Mundial das Mulheres. Explanei, no capítulo III, como tem sido difícil a convivência política desses grupos. Assim como existem tensões e conflitos com as entidades dos movimentos negros, além dos sindicatos e dos partidos políticos, batalhas são travadas cotidianamente na disputa política pelo “controle” dos movimentos de mulheres negras endogenamente. Constatei embates com as organizações não governamentais negras, que atuam de forma hegemônica na luta contra o racismo e o sexismo, com as que se denominam mulheristas africanas, com as mulheres que refutam o feminismo, dentre outras.

Perguntei à Giselle se criaram o Núcleo Impulsor lá na Zona Oeste, ela nos diz, que *o Núcleo Impulsor Estadual, diferente do estado do Rio de Janeiro que era itinerante, que sempre circulava, aqui ele se reunia no Centro. Tinha o objetivo de ser Núcleo Impulsor Estadual. Na prática, a gente até conseguiu envolver pessoas de municípios do interior, até da Baixada, pessoas que se aproximavam depois. Só que na prática as reuniões só aconteciam na capital e tiveram atividades pontuais. A pessoa saía daqui para ir lá na cidade não sei de onde, para refletir sobre a Marcha lá. Não que o Núcleo tivesse essa proposta itinerante. Por quê? O estado de São Paulo é gigantesco, tinha uma questão de recursos, que realmente inviabilizava essa circulação, então acabou funcionando muito mais a partir desse lugar que era a capital. A experiência da articulação da Marcha na*

capital é algo que a gente discutiu no início, refletimos sobre a necessidade de chegar até as mulheres negras que estavam na periferia, porque as reuniões aconteciam aqui no centro. A gente começou a se reunir na Casa do Professor, na República; depois a gente se reuniu no Sindsep¹⁶⁶, que fica ali na Praça do Patriarca, próximo da Sé Anhangabaú. E a mulher negra que não tinha condições de pagar a passagem para chegar, a gente sabe, né? Elas são as mais vulneráveis e são as que mais precisavam das pautas que a gente estava discutindo, debatendo. A partir de um determinado momento começaram a surgir vários convites para participar de eventos, rodas de conversas aqui e ali, e começamos a perguntar sobre a possibilidade para chegar a essa tal periferia que a gente tanto falava, mas também não tinha perna para fazer. Então teve essa primeira atividade na Biblioteca Cora Coralina. Eu vi que ali poderia ser um espaço de construção. A partir disso, começaram a acontecer reuniões periódicas e se criou um Comitê da Zona Leste, [Figura 27]. (SANTOS, 2016).

Figura 27 – Comitê Impulsor da Zona Leste de São Paulo em Ação



Fonte: Arquivo de Giselle dos Anjos Santos

A disputa política é algo normal, porém, muitas vezes, desgastante e desnecessária e aconteceu também no Rio de Janeiro. Contudo, no que pesem as disputas, todas conseguiram permanecer comprometidas com o trabalho de organização da Marcha até o final, sem que tivesse um racha aparente.

¹⁶⁶ Sindsep - Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo.

Perguntei à Giselle se o racha no núcleo foi o responsável pela decisão de construir o Comitê Impulsor da Zona Leste: *na verdade o Comitê Estadual já existia desde o início, só que, num determinado momento, a pessoa que estava puxando a Marcha aqui em São Paulo se afastou e ela era uma das representantes no Núcleo Impulsor. Esse processo foi muito desgastante, foi muito tortuoso ... trabalhávamos pela militância colocando meus próprios recursos. Foi muito importante essa articulação. Eu entraria na Marcha mesmo sem o vínculo com o CEERT, porque é uma pauta que faz parte da minha preocupação e da minha atuação há anos. Posso dizer que a partir do ano de 2009 para cá, este tem sido o meu foco, mulher negra, feminismo negro. A experiência que eu tive no mestrado me direcionou ainda mais para isso, pois, a partir dessa experiência, senti a necessidade de falar sobre a particularidade da mulher negra. Durante a graduação eu tive toda uma bibliografia branca e masculina, mas no Mestrado quis superar isso e ter maior contato sobre a experiência das mulheres negras. No Mestrado me deparei com uma bibliografia sobre mulheres, só que mulheres brancas de classe média etc. Como eu sempre falava durante todas as atividades, todas as rodas de conversa que eu tive a oportunidade de conduzir etc., que aquele era, sim, um momento ímpar, que precisava ser valorizado e entendido enquanto tal, exatamente por ser um divisor de águas, dentro dessa dinâmica na qual as mulheres negras tinham que estar sempre num lugar secundário, o lugar de carregar o piano, construir o processo, mas não estar na hora de sentar à mesa para discutir, de negociar as demandas primordiais, enfim. Se não me engano, eram 4 GTs (Grupos de Trabalho) no Núcleo de São Paulo, e dos 4, 2 eram coordenados pelo CEERT, então era esse lugar para as pessoas debaterem. Havia uns dias que nós éramos o ponto de apoio e havia dias que nos batiam. Para tentar minimizar os danos, não entrava nas provocações, mas tinham coisas que eram absurdas. Quando as coisas estavam bem tensas e esquizofrênicas mesmo, a gente optou por permanecer e, para mim, a coisa mais rica mesmo foi ter ajudado a impulsionar esse Comitê Regional, o que, no final das contas, acabou se tornando o Comitê da Zona Leste, porque as reuniões do Núcleo Impulsor eram mais nesse momento de disputa, porque tem as pessoas do grupo x, do grupo y, etc. (SANTOS, 2016).*

É complexo até falar sobre isso e doloroso reconhecer isso, mas também é necessário tocar nessas feridas, porque só a partir do momento que a gente olhar e encará-las de frente que a gente tem condições de superar esses problemas, não dá para jogar a poeira debaixo do tapete e imaginar que um dia ele vai se resolver por si só. Então, é delicado, mas é preciso ser dito, né? Eu acho que isso transcende inclusive o

machismo. Eu penso um pouco no texto da bell hooks, "Vivendo de Amor", que ela fala da dificuldade das relações entre as pessoas negras exatamente por conta do racismo, porque limita a construção das relações afetivas. Tanto o racismo como o machismo... (SANTOS, 2016).

Sobre o texto *Vivendo de Amor*, que foi citado anteriormente, destaco uma parte que sintetiza as reflexões de Giselle:

O sistema escravocrata e as divisões raciais criaram condições muito difíceis para que os negros nutrissem seu crescimento espiritual. Falo de condições difíceis, não impossíveis. Mas precisamos reconhecer que a opressão e a exploração distorcem e impedem nossa capacidade de amar. Numa sociedade onde prevalece a supremacia dos brancos, a vida dos negros é permeada por questões políticas que explicam a interiorização do racismo e de um sentimento de inferioridade. Esses sistemas de dominação são mais eficazes quando alteram nossa habilidade de querer e amar. Nós negros temos sido profundamente feridos, como a gente diz, "feridos até o coração", e essa ferida emocional que carregamos afeta nossa capacidade de sentir e conseqüentemente, de amar. Somos um povo ferido. Feridos naquele lugar que poderia conhecer o amor, que estaria amando. A vontade de amar tem representado um ato de resistência para os Afro-Americanos. Mas ao fazer essa escolha, muitos de nós descobrimos nossa incapacidade de dar e receber amor. (HOOKS, 2000, p. 188, 189).

Ainda sobre as atividades desenvolvidas no *Comitê da Zona Leste* [Figura 27], Giselle, retoma sua explanação ao dizer que *era um espaço muito mais propício e possível para troca e para formação. Era esse o foco, Roda de Conversa sobre a Marcha, mas que trazia uma pauta sobre a mulher negra de um modo geral. Teve atividade que a gente conseguiu reunir quase 40 mulheres.[...] Lá nas atividades em Goianases, eram mulheres da comunidade de periferia, mas ninguém tomou iniciativa para fazer isso de forma mais concreta, falar da mulher negra assim... É óbvio que é importante que a gente traga a mulher negra que está inserida no espaço universitário, mulher negra que é militante e que ainda, talvez não estivesse ali realmente envolvida, mas era mais importante aquela mais vulnerável, a mulher negra que nunca parou para pensar sobre as situações de racismo, que ela vivenciou durante o decorrer da sua vida, que ela nunca teve a oportunidade de falar porque o contexto que ela estava inserida não permitia... Todo mundo ali no mesmo patamar de discussão... você tem que ouvir, por mais que seja absurdo, tem que ouvir, tem que dar a palavra para o outro e não ficar só você como a palavra final. Vamos todo mundo conversar, né? Enfim, foi enriquecedor. (SANTOS, 2016).*

Na atividade a que se refere Giselle houve tensionamento quando uma participante branca questionou a existência do racismo, alegando que as mulheres negras já estavam quase equiparadas às brancas. Este fato causou indignação no grupo devido à consciência de que as mulheres negras vivem concretamente o racismo quando se observa os padrões de vida gozados por elas em comparação com os de uma mulher branca. Este quadro foi discutido no capítulo II quando analisei os indicadores sociais. Pode-se citar, por exemplo, que a partir da crença de que as mulheres negras sejam mais resistentes¹⁶⁷ à dor, parte integrante do racismo institucional no Sistema Único de Saúde. Estes contextos têm sido denunciados por especialistas da área da saúde como as doutoras Jurema Werneck¹⁶⁸, Isabel Cruz, Fátima Oliveira, Maria Inês Barbosa, dentre outras. Sistemáticamente tem-se buscado atuar no sentido de reverter a situação, inclusive tanto na proposição de novas alternativas de conteúdos educacionais na formação de profissionais da área de saúde como na defesa da aplicabilidade das legislações existentes, tendo o Estatuto da Igualdade Racial um exemplo para ser citado e de acordo com Jurema Werneck (2016):

As mulheres negras são as que mais adoecem e as que menos têm acesso a serviços de qualidade no SUS. Já houve casos de negros que não recebem anestesia e analgésicos porque são negros, pela justificativa de aguentar mais a dor. Um absurdo completo. A “Política Nacional de Saúde da População Negra” é um projeto de lei engavetado, que quase ninguém sabe que existe. (Werneck, 2016)

Migrando da área da saúde, é necessário ainda comentar sobre a participação de brancas nas atividades desenvolvidas durante a organização da Marcha das Mulheres Negras 2015, uma vez que este fenômeno não ocorreu apenas em São Paulo.

Na II Plenária de Mobilização da Marcha das Mulheres Negras 2015 do Rio de Janeiro, que aconteceu em Niterói, assim como na Plenária realizada em Nova Iguaçu, o mesmo embate ocorreu. De um lado, ao participar da organização da Marcha, algumas mulheres brancas demonstraram solidariedade com a luta de combate ao racismo e se enfileiraram às mulheres negras – numa espécie de irmandade – para unirem forças em prol das bandeiras que eram colocadas. No entanto, pela própria natureza dos conflitos, percebi que esta participação, que a solidariedade ou adesão às bandeiras contra o racismo, o sexismo e a lesbofobia ainda não foram incorporadas em sua prática política coletiva, por

¹⁶⁷ Este aspecto já foi refletido anteriormente neste capítulo, quando falamos sobre o sistema de opressão que impede a demonstração de sentimentos que possam denotar fragilidade.

¹⁶⁸ Werneck, Jurema: “Somos herdeiras de mulheres que construíram a própria força” Disponível em: <http://www.geledes.org.br/jurema-werneck-somos-herdeiras-de-mulheres-que-construiram-propria-forca/>. Acesso em: 02 ago 2016.

uma simples razão que é, a do não reconhecimento do racismo e do sexismo que reservam os piores níveis de humanidade para as mulheres negras.

Torna-se necessário, portanto, que as mulheres brancas não só reconheçam o racismo como uma força que aumenta a diferença entre ela e uma mulher negra, caso contrário a participação nas atividades da Marcha atenderão apenas os propósitos de garantir um “passeio” em Brasília. Em *Ensinado a Transgredir*, bell hooks acredita que somente após a criação de espaço feminino onde se possa valorizar a diferença e a complexidade, a irmandade feminina baseada na solidariedade política vai passar a existir uma ação conjunta entre negras e brancas numa possibilidade. (HOOKS, 2013, p. 149).

Retomando as reflexões de Giselle, perguntei acerca da quantidade de mulheres que mulheres incorporadas à Marcha e Giselle falou que *foram cinco ônibus que a gente conseguiu garantir pelo Núcleo, mas tiveram vários e vários ônibus que saíram, não necessariamente, por meio de nossa construção. Muitos sindicatos colocaram ônibus e a gente não tinha controle em relação a isso, muita gente foi de forma autônoma e a gente conseguiu 45 passagens aéreas que vieram via FORPIR (Fórum de Promoção Permanente da Igualdade Racial). Esta instância tem inúmeras organizações antirracistas espalhadas pelo país, não somente as organizações negras, mas organizações antirracistas dentro desse Fórum, como duas instituições de São Paulo que estavam muito envolvidas na Marcha, casos do CEERT e do Geledés. Até um determinado momento que a gente não tinha apoio nenhum para a Marcha, a gente pleiteou esse apoio do FORPIR para captar recursos para a Marcha e a, teve toda uma iniciativa, uma mobilização nesse sentido, a gente conseguiu a doação de uma instituição que se dispôs. Mas, o que foi mais doído foi ver pessoas que não tinham se envolvido com o processo, em nenhum momento, aparecer aqui nas vésperas da Marcha acontecer, gente que não foi em nenhuma reunião, nenhuma articulação e ainda conseguiu um ônibus... gente que está no movimento político partidário, que consegue construir determinadas articulações que nem todo mundo vai ter condições de construir, mas aí a pessoa liga e fala: "Oh, a gente está aqui com um ônibus e a gente precisa de nomes para encher". E era óbvio que a pessoa não tinha como encher o ônibus, por que ela não estava envolvida com a Marcha em nenhum momento da vida. Aí, ela consegue um ônibus e teve ônibus que foi com pouca gente, porque a coisa foi construída dessa forma torta. (SANTOS, 2016).*

Considerando que o coletivo no qual Giselle atuava recebeu 60 passagens aéreas e o grupo no qual Piedade, de Recife, não recebeu apoio algum para o deslocamento das mulheres negras que se mobilizaram para participar da Marcha das Mulheres Negras 2015,

confirmando a tese da ausência de uma atitude, que no meio jurídico garante a correção das desigualdades, que é a justiça distributiva. Entretanto, retomo a pergunta para Giselle, pois tenho interesse em saber de fato o quantitativo de São Paulo que foi a Brasília.

Giselle explicou que tem *muita dificuldade de falar. Tem os que saíram da capital articulados pelo Núcleo, mas tiveram vários que saíram da capital, dos sindicatos, que só se manifestaram e se pronunciaram em cima da hora... a gente não tem controle nenhum do que rolou, quanto pessoas foram, quantos ônibus foram. As 45 passagens aéreas a gente conseguiu atender especialmente mulheres idosas, ou que tivessem algum tipo de deficiência, algum tipo de restrição de mobilidade e que estivessem articuladas com a construção da Marcha, e que fossem periféricas. Foram esses critérios que a gente definiu, e eu consegui que um número importante dessas mulheres do Comitê Zona Leste conseguisse ir por meio dessas passagens de avião.* [Figura 28]. (SANTOS, 2016).

Figura 28 – Comitê Impulsor da Zona Leste de São Paulo na Mobilização para a Marcha



Fonte: Arquivo de Giselle dos Anjos Santos

O fato de Giselle ter dificuldade de falar sobre o quantitativo geral do Estado de São Paulo que esteve na Marcha das Mulheres Negras 2015 em Brasília, reflete as consequências da falta de unidade local que aconteceu no processo de organização, o que, de certa maneira, dificultou o agrupamento de dados relativos ao processo em geral, que

possam estar disponibilizados, até mesmo para a preservação da cultura e lutas do movimento de mulheres negras.

E sobre a visão que Giselle desenvolveu sobre o processo no qual esteve na qualidade de organizadora, ela entendeu o que *foi mais importante na construção da Marcha das Mulheres Negras foi essa articulação, a construção dos espaços de formação*, (SANTOS, 2016).

E, é algo que a gente vai ter condições de avaliar de fato, a médio e longo prazo, porque, como eu também mencionava e batia em cima dessa tecla, não dá para levar uma mulher negra a várias Rodas de Conversa, falar da importância dela ressignificar a identidade, dela se olhar no espelho a partir de um outro lugar, ressignificando a sua imagem etc., tendo em vista a construção da Marcha, que estava para acontecer no dia 18 de novembro, e depois do dia 18, depois que ela foi para a Marcha, cada uma voltar para sua casa e falar: “Oh, o empoderamento que você adquiriu no decorrer desse processo terminou aqui, então você volta para casa e você volta a fazer e tocar a sua vida como você tocava antes, não dá para fazer isso!” Sem dúvidas, a Marcha foi um marco para a maioria de nós, sem dúvida essas atividades de formação foram muito importantes para essas mulheres, considerando especialmente, as mulheres negras que não tinham essa experiência de militância, que não estavam inseridas nesse processo. Então, se o Núcleo Impulsor Nacional deixou brechas ou não, ainda assim o trabalho foi feito com a cara e a coragem, o que é uma característica nossa. Não é matar um leão por dia, mas matar um leão a cada esquina e fazer aquilo que muita gente duvidou e que muita gente torceu e agiu para que não desse certo. (SANTOS, 2016).

Alertei no capítulo III sobre o comportamento dos homens durante o período que as mulheres negras brasileiras estavam empenhadas na organização da Marcha das Mulheres Negras 2015. Neste capítulo, retomarei o tema através das reflexões das mulheres negras sobre este ponto especificamente. Porém, este comportamento não foi exclusivo aos homens e, pelo relato de Giselle, a torcida negativa se deu também em relação às mulheres brancas, como já foi pontuado anteriormente.

Bia Onça

Ao falar sobre a atuação no processo de organização da Marcha das Mulheres Negras 2015, Onça (2016) relatou que: *Eu entro e vou para essa Marcha com intuito não só de estar nessa Marcha, mas como uma questão política mesmo, de representatividade, como ser político, porque eu acredito muito nisso. Aprendi muito com vocês. E me coloco*

enquanto mulher negra, um ser pensante, para estar nessa Marcha e de ir até o fim dela, entendeu? Naquele dia, da 1ª reunião, deveriam ter de 20 a 30 mulheres, se eu não me engano, anexo 09. E aí, como falou, cada lugar vai assumir seu protagonismo. Nós do Rio de Janeiro, da cidade do Rio, não vamos chegar para Niterói e falar "vocês vão andar dessa forma", mesmo porque aqui tem sua liderança, entendeu? E alguns municípios não viram dessa forma, alguns municípios ficaram engessados. Isso não quer dizer que esse município foi acionado, de repente, à liderança, foi acionada uma pessoa que pudesse articular, entendeu? E aí isso foi uma dificuldade de diálogo com alguns setores, de alguns municípios. Outros não. Invejosamente, acho que Niterói bateu todos os recordes. Niterói despontou. Foi bacana para cacete. Engoliu. Foram tiradas comissões em Niterói, e aí muitas se colocaram por causa de seus partidos, por causa de suas questões pessoais. Acho que a cidade do Rio de Janeiro poderia ter sido muito maior ... eu tenho essa crítica também... (ONÇA, 2016).

Figura 29 – Comitê Impulsor do Rio de Janeiro Construindo a Marcha



Fonte: Arquivos de Ignez Teixeira e Rosalia Lemos

No que se refere ao potencial das ativistas do Rio de Janeiro [Figura 29] e o alcance para mobilizar mulheres negras que não eram ativistas, durante a organização da Marcha das Mulheres Negras 2015, sem dúvida alguma, Bia Onça fez uma avaliação pertinente, na

medida que se compara a extensão territorial de outras regiões por mim visitadas, o estado do Rio de Janeiro poderia ter tido maior representatividade em Brasília. No entanto, diante das questões que a própria Bia Onça destacou, ficou o desafio para as lideranças superarem alguns problemas de ordem pessoal e política, que tem prejudicado a permanência de mulheres na construção e continuidade dos movimentos de mulheres negras e dos feminismos negros na região.

É fato que este desafio também está posto para outras regiões que viveram as mesmas questões, como São Paulo, Florianópolis e Pernambuco, que para além de definir as metas para a conquista da equidade de gênero e racial, as mulheres negras precisam cessar as disputas pela hegemonia política dos movimentos, na perspectiva de que a diversidade existente permanecerá, uma vez que as motivações e origens das ativistas, sempre apontarão para a coexistência de lutas diferenciadas e enfoques sobre as relações raciais, de gênero, de orientação sexual, de classe, de orientação religiosa, dentre tantas outras no Brasil, também diversas.

Sobre a quantidade de ônibus que foram para Brasília Bia relatou que *nos ônibus que eu coordenei foram quase todos com 40 mulheres. Mas poderia ir mais gente. Mas, teve o ônibus da favela, da Rute Sales¹⁶⁹. As faculdades andaram para trás, como em Niterói*. No entanto, segundo sua avaliação, tudo acabou dando certo e considera que *quem está na linha de frente, tem que entender todos esses processos. Por exemplo, um menino que tem uma identidade feminina e vai falar para mim "não, eu sou gay e me vejo como mulher negra", quem sou eu para dizer não. Mas eu falei para ele, eu vou comunicar isso à comissão, porque foi tirado que não iria homem. Por mais que eu te entendo como identidade de mulher, algumas pessoas não vão entender e eu já vou te dizendo. Isso deu muito certo, essa cumplicidade de entender o processo do outro. A gente poderia ter sido escrota: "não, eu que estou mandando, eu mando quem eu quiser" e não foi isso.* (ONÇA, 2016).

Bia Onça se referiu à uma companheira trans que solicitou retornar de Brasília no ônibus do Rio de Janeiro. Lembrou que a mesma, estava inserida na delegação de Niterói, mas preferiu voltar no ônibus do Rio de Janeiro. O acolhimento se fez necessário como um exercício da prática feminista negra. Logo, as ativistas que estavam com a responsabilidade de organizar as delegações deveriam ter o compromisso de colocar em prática o que advogam em seus textos, palestras ou ações variadas sobre o princípio da não

¹⁶⁹ Rute Sales é ativista do movimento de favelas do Rio de Janeiro e de mulheres negras, possui segundo-grau completo, assessora parlamentar na ALERJ – Assembleia Legislativa do rio de Janeiro.

discriminação. Foi o momento que prevaleceu a sororidade e não a sororidade seletiva, que elege apenas as mulheres como merecedoras de solidariedade.

E sobre o quantitativo de ônibus, através da Superintendente de Promoção da Igualdade Racial do Estado do Rio de Janeiro, a Professora Mara Ribeiro¹⁷⁰ conseguiu ter acesso a esse dado que consta na figura 30, que totaliza 1180 mulheres do estado presentes na Marcha das Mulheres Negras 2015 em Brasília.

Figura 30 – A Delegação do estado do Rio de Janeiro na Marcha



Fonte: Arquivo enviado por Mara Ribeiro

Apesar dos problemas apontados por Bia Onça, ela considerou que o processo pelo qual passamos, foi um processo *de cumplicidade e foi uma viagem maravilhosa, foi um ganho nosso. Porque, tipo assim, conversou, falou, todo mundo adorou. Eu acho que o processo foi muito produtivo. E eu lembro da primeira reunião e mais da reunião que aconteceu em Niterói. Aquela reunião foi muito grande. "O importante não era só ir para Marcha, mas a construção". A construção de conhecer mulheres diferenciadas no meu estado, trabalhando na mesma causa, que é a questão da igualdade da mulher negra. Que estão trabalhando justamente na questão da mulher negra, isso para mim já era um avanço massa, né?* (ONÇA, 2016).

Solicitei que ela destacasse as potencialidades da Marcha, ela disse que era da área *de Geografia, eu trabalho em uma perspectiva espacial. Olha meu caso. Eu perdi o voo. A coordenadora que perdeu o voo (risos). Eu perdi, o meu voo saia às 7h10. 6h40 eu ainda estava no BRT, não consegui fazer check-in pelo celular, e chegando lá fechou o check-in na hora que eu cheguei e aí comecei a chorar e fiquei louca, louca, louca. "Fica assim*

¹⁷⁰ Mara Ribeiro Especialista em Gestão Pública – Professora/SEEDUC RJ – Instituto de Mulheres Negras Herdeiras de Candaces – Associação de Mulheres com Doença Falciforme do RJ Secretária – Nacional do PMDB Afrobrasileiro.

não, tem que respirar, não posso ficar chorando, chorando, chorando", perdi o voo. Era no dia da Marcha, dia 18. E aí uma senhora da limpeza perguntou porque eu estava chorando, uma senhora negra. Porque eu estava com a camisa da Marcha, primeiro ela falou "que camisa bonita. Isso existe?", como se não existe, está tão próximo... Aí falei assim "Senhora, existe uma Marcha das Mulheres Negras e vai acontecer agora, daqui a pouquinho, lá em Brasília". Ela, "Nossa, que legal, não sabia que isso existia". Olha isso, uma senhora negra, dizer isso para você.... Minha lágrima secou, secou na hora, eu falei assim, "Eu quero ir, só que eu perdi o voo". E ela disse: "minha filha, você vai conseguir". Porra, aquilo ali para mim... (ONÇA, 2016).

Ela continuou com muito entusiasmo. A Marcha para mim foi um marco de poder estar com pessoas que eu sou fã, como Rosalia Lemos, com pessoas que a gente só vê na televisão por causa da questão regional do próprio país. E aí pessoas que são fora do Rio de Janeiro, como a Sueli, como aquela do Consulado que estava lá, a Alexandra... aquelas mulheres puxando, foi foda, foi um estouro.... Eu não sei o nome daquelas mulheres, mas eu sei que as coisas que elas falavam, eu dizia, "Gente, será eu tô vivendo isso?". Porque você fica desacreditada. Eu faço parte de uma militância de negras jovens feministas, eu entrei nessa onda de ser feminista negra pelas negras jovens feministas que são um grupo de mulheres jovens na época que a gente se intitulou, abraçou esse nome e levou. E lá eu pude encontrá-las vi, que são de todo o Brasil. Encontrei Bia Leone, que é de Goiânia, mas está em Salvador, entendeu? Fui encontrando todas elas. Encontrei Marlize, lá de Porto Alegre. Fui encontrando todas... No meu caso, estar naquele espaço que foi Brasília e encontrar com essas mulheres negras que possuem representatividade nesse país, "foi do caralho, da buceta preta mais louca do mundo"! Todas nós trabalhamos, nos dedicamos, nos aborrecemos, né? Tem esse peso político da Marcha... esse do corpo preto, o corpo preto fala.... Estar naquele lugar, que é uma parte do país, e é onde está a administração da presidência da república, que manda e desmanda nas leis judiciais, executivas e legislativas... é de fundamental importância. Eu achei um máximo. Aquele dia era nosso. A gente ficou um ano, eu particularmente fiquei desde junho de 2014 nessa luta, nessa luta coletiva, não foi uma luta individual. Foi uma luta dos meus antepassados, entendeu? Eu não estava ali passeando.... Ver o aeroporto cheio de mulheres negras, de todos os tipos, de cabelo roxo, azul, amarelo, Black.... de turbante, sem turbante, de matriz africana, evangélica.... Eu acho que é isso, a mulher negra nesse país tem uma especificidade, ela sabe da sua história. Ela tem que ser respeitada.... Acho que a mulher negra não é só umbigo do mundo. Ela está em qualquer espaço, você vai para América do

Norte, para a Europa. Eu tenho certeza que a Eva era preta. Nós merecemos todos os respeitos, merecemos todas as credibilidades, merecemos todos os diplomas possíveis. E acho que a gente tem uma história, meus passos vêm de longe mesmo. Porque Rosalia estava lá, porque Jurema estava lá, porque Maria, Lélia, Beatriz Nascimento, todas essas mulheres... E outras mulheres que a gente não conhece. Tem minha mãe, minha avó, minha bisavó. Eu acho, assim, a gente tem que respeitar essas mulheres. Essas mulheres construíram esse país, tão quanto os homens brancos, tão quanto as mulheres brancas. E por que, hoje, eu não vou lutar para isso? Por que, hoje, não ser uma mulher negra feminista, com muito orgulho? Não tenho nenhuma dificuldade, não tenho problema nenhum de falar isso. Se incomoda alguém ou não incomoda, lamento informar. Eu acho que a gente tem que mostrar o que a gente é. Eu acho que a gente avança nesse sentido, nessa discussão. (ONÇA, 2016).

As reflexões de Bia Onça sobre a potencialidade da Marcha das Mulheres Negras 2015, destacaria a última parte de seu relato, por considerá-lo de grande potência para sintetizar seu pensamento, uma vez que reafirma a autodeterminação das mulheres negras, que é um empoderamento essencial para a garantia da autonomia dos movimentos de mulheres negras e dos feminismos negros: *Por que, hoje, não ser uma mulher negra feminista, com muito orgulho? Não tenho nenhuma dificuldade, não tenho problema nenhum de falar isso. Se incomoda alguém ou não incomoda, lamento informar. Eu acho que a gente tem que mostrar o que a gente é. (ONÇA, 2016).*

No depoimento de Bia Onça, poderia destacar várias passagens que se reportam aos movimentos de mulheres que poderiam contribuir para o debate sobre a diversidade, nos seus aspectos geográficos, econômicos, de gênero, empoderamento. No entanto penso em um futuro próximo, realizar outras reflexões em futuros estudos usando o arquivo completo da entrevista.

VI.3.iv. Região Centro-Oeste

Iêda Leal

A organização da Marcha em Goiânia, segundo a reflexão de Iêda leal, se pautou em traduzir a preocupação em relação à diversidade das instituições:

Uma coisa que eu achei assim, que não teria solução, é a diversidade das entidades. Nossa, eu achei que não teria, era uma para um lado, outra para o outro. Você tem entidades que não são mulheres que comandam, são homens. Você tem entidades que

são do movimento sindical. Aquela conversa atravessada, de gente desconfiada de que nós estávamos fazendo qualquer outra coisa, menos isso. Isso no início foi muito ruim, não era uma desconfiança pessoal, era uma desconfiança institucional, de desconfiar da outra entidade... qual a entidade que iria mandar, que não iria mandar.... Quando a gente percebeu que isso iria nos enfraquecer, nós começamos a conversar entre a gente, de uma forma mais fraterna, separando isso. As instituições eram instrumentos para fazer a Marcha, não era para dar o tom. “Ah, porque no documento vai sair...” Não, não vai sair nada do sindical. Vai sair da nossa aqui! A construção desta interligação, eu achei muito difícil, porque a gente travava, e trava, porque o outro não confia, porque está falando que não é para confiar, para mim isso é uma coisa. Quando destravou isso, foi legal, mas até então foi um problema.... Às vezes, tinham pessoas que chegavam: “Olha, cuidado com fulano e tal. Olha, se você não desarmar esse espírito... tem as entidades, elas têm que bancar isso e tem autonomia. ” Então, algumas falavam: “eu não posso decidir”. E nós falávamos assim: “Não, você está num Comitê, você está em uma organização e você tem que levar para lá para discutir? Então você pode largar! ” Criamos o Comitê de Goiás e trabalhávamos também no interior [Figura 31]. A pessoa fazia o Comitê, colocávamos as atividades no blog, dávamos material. Não ficamos apegadas àquela coisa. Todas falávamos: “Janira¹⁷¹, Roseane¹⁷², todas falavam e organizavam, Dandara do Cerrado”. Nós sabíamos que elas estavam desconfiadas da gente. Mas, falamos, vamos andar, vamos nos movimentar, igual mulher negra faz. Para o Interior quem vai, quem quer ir? Uma falava: “Eu tenho uma amiga lá. Então, tem um Comitê lá. ” Assim, as pessoas passaram a entender que era de todo mundo. “Oh, eu queria fazer uma galinhada lá no Professor Jamil, que lá tem um quilombo”. Então é mais uma atividade da Marcha. Era uma loucura, quando a gente chegou perto da tarefa para cumprir, a gente fazia duas reuniões na semana. Ninguém aguentava. A gente queria fazer Seminário em tudo quanto é lugar.... Assim, as pessoas foram entendendo que não tinha quem era dona e quem ia fazer. Eu

¹⁷¹ Janira Sodré Miranda é historiadora, mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Professora de filosofia Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Coordenadora do Programa de Estudos e Extensão Afro-brasileiro da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Tem experiência docente e de pesquisa nas áreas de teoria da história; história da África, estudos feministas e de gênero; africanidades e afrodescendências, teoria da história, políticas públicas de igualdade racial e educação.

¹⁷² Roseane Ramos Silva é professora da Rede Estadual de Goiás, Psicóloga, Especialista em Métodos e Técnicas de Ensino, Coordenadora do Fórum Permanente Educação e Diversidade Etnicorracial de Goiás, Secretária de Igualdade Racial do Sintego, Secretária de Combate ao racismo da CUT Goiás, Conselheira do Conselho Municipal de Igualdade Racial de Goiânia (COMPIR).

falava: “A gente tinha que arrumar ônibus e agora temos que dialogar, e agora é outro diálogo”. (LEAL, 2016).

Figura 31 – Mulheres Negras de Goiânia em Movimento REFAZER



Fonte: Arquivo de Iêda Leal

As relações que foram construídas em Goiânia, de acordo com o relato de Iêda Leal, serviram de exemplos a ser seguido pelas demais mulheres negras, por terem sido fundamentais para o sucesso em uma ação política. As mulheres negras de Goiânia investiram na solidariedade como já foi refletido anteriormente, ou seja, praticaram a sororidade. E demonstraram que o patrimônio intelectual, profissional e políticos individuais foram colocados à disposição para a construção do processo coletivo, visando o sucesso da delegação para participar da Marcha das Mulheres Negras 2015. Este foi um exercício que também aconteceu em Belém.

Perguntei sobre a quantidade de ônibus e Iêda informou que foram 70 ônibus de Goiás. Fiquei surpresa com o quantitativo e Iêda continuou com sua explanação: *Das regionais são trinta e sete que nós comandamos no Sindicato e teve regional que mandou dois ônibus, porque fez contato com o Quilombo, aí o quilombo encheu um ônibus e tinha que encher o outro. O IFGO disponibilizou ônibus e enviou os que estavam desocupados, para colocar as mulheres que estavam na lista de espera. Em alguns casos, pedíamos a*

nota e pagávamos. Quando um prefeito dizia que não ia dar ônibus, eu entrava em contato e falava que aquelas mulheres eram a base dele, então logo ele resolvia. Falaram que não tinha comida nos ônibus, eu pedi para os Sindicatos mandar comida, a CUT e todas as outras regionais para dar o lanche. Quando uma veio falar que no ônibus não tinha comida, eu pedia para olhar dentro da caixa de isopor dentro do ônibus. Nós tínhamos responsabilidade sobre todos os ônibus que saíram, pois, a gente tinha contato. Não tem farofa? Faz farofa, se não tem, vai na padaria, pede o pão, põe manteiga, água e refringente, pois isso dá para enganar. E o quanto de gente que chegou lá por que foi por conta própria? Eu falava: fotografa, pega o número... Nós tínhamos a tarefa de levar muita gente e nossa meta era cem ônibus. No total foram 40 pessoas por ônibus. Eu vi tanta gente de Goiás, e os nomes, eu pedi para elas levarem, para na hora lá, que a gente falar o nome de vocês e agradecer. Não esqueçam de estar identificadas. Uma falava assim, "Eu sou lá de Montes Belos", "Sou lá de Goiás. Eu dizia: "Amor, vamos lá Marchar..." (LEAL, 2016).

Figura 32 – Mulheres Negras de Goiânia em Movimento



Fonte: Arquivo de Iêda Leal

Goiânia [Figura 32] foi o local, ao lado de Florianópolis, que conquistou apoio importante dos Sindicatos, diante dos depoimentos, conclui-se que este fato se deve que a

primeira faz parte da instituição, o que favoreceu o contato e a sensibilização de sindicalistas para a adesão à causa e no caso de Floripa, como se verá a seguir, o apoio ocorreu por persistência e convencimento, através das relações partidárias das integrantes do Comitê Impulsor local.

Iêda dissertou sobre a potencialidade da Marcha: *Eu sempre falei muito isso. Eu acho que é a reorganização das mulheres negras do Brasil, é um jeito que os movimentos negros vão ter que entender, que vai ter que prosseguir. Sem essa organização das mulheres negras, os movimentos negros hoje não vão para lugar nenhum. Eu vi no olhar, no caminhar daquelas mulheres, no jeito delas.... Eu tenho que me mirar nessa organização das mulheres negras, nesse jeito da gente de se organizar. Esse conceito do Bem Viver, que eu sei que não é muito. Mas o que nós produzimos para nós? E, aí, quando a gente diz assim: “Defender a nossa juventude, a gente tem que manter nossa juventude viva”.* (LEAL, 2016).

Questionei a parte em que Iêda disse que: *sem essa organização das mulheres negras, os movimentos negros hoje não vão para lugar nenhum.* A afirmação mereceu o aprofundamento, isso porque, não se pode negar a conquista dos movimentos negros quanto ao reconhecimento do racismo na sociedade brasileira e, diga-se de passagem, esta foi uma aquisição preciosa tanto para a sociedade e assim o foi para os movimentos sociais, de uma forma geral. Houve muita resistência e, como consequência, este reconhecimento provocou o estado brasileiro atuar com maior presença na implementação de políticas de ações afirmativas e legislações antirracistas, visando a mudança da situação social, econômica, educacional e cultural de negros e negras.

Destarte, há que se observar que estes movimentos, na atualidade, vivem uma certa letargia, talvez a consequência seja o longo período em que, grande parte de seus ativistas, ocupou cargos nas estruturas do poder – geralmente cargos de baixo prestígio social e econômico, já discutidos no capítulo III – ou foram beneficiados (as) com verbas públicas, para o desenvolvimento de seus projetos. Isto, de certa forma, provocou a acomodação de alguns e de algumas.

E um dos desafios está em demarcar a fronteira na qual se possa construir agendas comuns, sem que se perca a autonomia das mulheres negras e das feministas negras, uma vez que, o que une tanto feministas negras, mulheres negras sindicalistas, mulheristas ou mulheres negras de partidos políticos é a continuidade da luta por igualdade de direitos, pelo fim do racismo, do sexismo e de todas as formas de opressão.

VI. 3.v. Região Sul

Cristiane Mare da Silva

Em Florianópolis, o processo foi intenso não só para as atividades de mobilização das mulheres negras para irem à Brasília, como também nas de formação política, que levou Cristiane Mare da Silva (2016), [Figura 33], falar com brilho nos olhos: *Em Joinville foi uma coisa linda... muito legal... O grupo de mulheres negras o qual a gente vinha dialogando era de entidades mistas, no que as redes sociais ajudaram muito. Essa Marcha de fato está ganhando novas caras. A gente foi para Criciúma e Siderópolis, de repente era uma coisa assim, que tinha que marcar na agenda e o grupo foi crescendo, e Floripa virou um Comitê Estadual. Fomos agregando quase todas as regiões, mas Chapecó foi uma cidade que a gente não conseguiu ir. A cidade de Siderópolis deve ter umas 15 mil pessoas e, de repente, sábado à tarde tem um auditório com 100 pessoas. Hoje, Siderópolis é uma base nossa. Nossa meta era levar pelo menos 200 mulheres e já não vai rolar porque ônibus furaram e vai ter que trabalhar com passagens aéreas. Para gente foi muito legal, quando falaram para sairmos de Floripa, pois toda capital tem muito cacique para pouco índio, fica-se muito mais a discursadeira do que nos fatos. De fato, o que a gente pode melhorar na vida dessas mulheres? Na vida das pessoas das quais a gente fala? Porque senão você fica como os brancos.* (SILVA, 2016).

Figura 33 – A organização da Marcha em Santa Catarina REFAZER



Fonte: Arquivo de Cristiane Mare da Silva

A periodicidade das atividades era quinzenal, em diferentes regiões. A gente falou que queria um Fórum Estadual, um relançamento, pois a gente tinha o Municipal, que pensasse para além das entidades, a questão era pensar nessa luta de mulheres negras e pensar o nosso empoderamento, que vai desde as questões familiares mesmo e a pensar assim: por que uma de nós não pode ser vereadora, deputada essas coisas todas, né? E também a preocupação com a formação, já que a nossa coisa é assim: se tem graduação, tem que ir para o mestrado; se tem mestrado, tem que ir para o doutorado, entende? (SILVA, 2016).

As preocupações de Cristiane com os rumos dos movimentos de mulheres negras e dos feminismos negros comportam o reconhecimento quanto à necessidade de agir para o cumprimento de uma determinada missão. Defendeu a associação de uma ação pontual à outras iniciativas futuras com vistas ao empoderamento das mulheres negras. Observou que não basta atuar em um determinado processo de construção, de mobilização e de formação das mulheres negras, sem que se tenha aspirações de continuidade para novas conquistas políticas, como foi o caso da Marcha das Mulheres Negras 2015.

Ao ser indagada sobre a quantidade de mulheres de Santa Catarina que foram à Brasília, Cristiane informou que foram todas de avião: *Foram 60 de Criciúma, ao todo fomos em torno de 90 mulheres. Aqui em Santa Catarina, quem bancou mesmo foram os Sindicatos. Por sorte, as meninas de Criciúma têm um sindicato muito forte lá e elas conseguiram se organizar, tanto que elas foram em maior número. Então, era assim, tudo que chegava para Floripa a gente ligava para as lideranças para perguntar quem não tinha conseguido passagem ainda. A gente continuou trabalhando até o fim com essa tática que somos todas [união e cumplicidade= sororidade]. Foi todo mundo que se engajou na Marcha. Faltava uns cinco dias quando chegaram as passagens, então era você acordar e dormir e fazendo listas e listas, aquela coisa assim quem vai, quem não vai.... Você tem que confirmar para ver se tem que colocar outra no lugar. Foi um dos momentos mais lindos da minha vida, porque eu tinha conseguido reescrever a minha história, só que não era eu sozinha, eu indivíduo reescrevendo a minha história, éramos nós, éramos todas nós. Tinha algumas que a gente já tinha conseguido a passagem e diziam que por causa do trabalho não poderiam ir. Eu falava assim: “Cara, tu tens ideia do que está fazendo? Nós estamos fazendo história! Vocês estão entendendo? É a nossa Marcha! A gente fala da Marcha Zumbi, e os livros vão estar falando da Marcha das Mulheres, tu tens ideia do que você vai perder? Tu vais se arrepender para o resto da tua vida. Porque é aquele feito que tu vais contar para teus netos.... Tu vais contar que você*

esteve naquela Marcha e tudo que fizeste para estar naquela Marcha. Você tem ideia? Você vai dizer não para isso? Você tem que ir”! Nós fomos e foi mágico, foi incrível porque tinha que estar naquele grupo, né? (SILVA, 2016).

De um lado, a insistência de Cristiane é louvável, mas se for pensar sobre as reais condições sociais e econômicas das mulheres negras, como foi visto no capítulo IV, nem todas podem colocar em risco seus empregos e priorizar o engajamento político, mesmo que seja de grande importância para o coletivo ou individualmente. O fato é que, a realidade das mulheres negras brasileiras dificulta a participação em espaços políticos e de formação, para o seu empoderamento. E, os entraves vão além do próprio reconhecimento das consequências em suas vidas do racismo e do sexismo, mas também em função da ausência de formas alternativas de mobilização, para a garantia a participação dessas mulheres nas atividades formadoras. O que resta é o desafio para equacionar este problema para as ativistas que lideram os movimentos de mulheres negras e os feminismos negros.

De acordo com Cristiane, quando a Caravana chegou em Brasília *era um oceano de mulheres negras, né? E aí, o que eu tive para mim foi: “Aqui está morrendo uma mulher, ou seja, aquela Cristiane que foi, eu já estava me achando interessante, mas aquilo que foi não foi o que voltou. Não foi aquela mulher que voltou porque eu me senti assim, eu estava enterrando mortos! Eu estou marchando por mim, eu estou marchando por aquilo que a gente vinha dizendo que o empoderamento, que parece que é só econômico, mas não é só o econômico, pois para você chegar nesse empoderamento econômico são muitas coisas antes. Primeiro, acreditar que você pode e dizer para as pessoas que te rodeiam que você é um ser humano de direito. Isso que a Marcha nos dá: “Ei, eu estou aqui, eu não vou embora e eu sou uma pessoa de direitos, queira você ou não! ” A gente pode dialogar como eu posso ir contigo para a porrada, entendeu? E, é aquela imensidão de mulheres, com aquela energia, com aquele Axé todo. Eu estava enterrando meu irmão que faleceu assassinado por violência urbana. Eu estava enterrando essa coisa que eu trazia arrastada, que ainda essa questão da pedofilia. Era essa questão do quanto não essa sociedade me deu. Só que, naquele momento, o sim, ou seja, para que a gente chegasse à Marcha, nós tivemos que dizer muitos sins, umas para as outras. E dizendo sim, sim, sim. E é muito legal. (SILVA, 2016).*

Toda vez que a gente diz não para a sociedade racista e machista, você diz sim para si mesma. Então tu dizes não para eles e sim para ti e de repente você se acostuma com essa posituação, você se acostuma com o sim, você se acostuma que você pode. Eu

pensava: “Caraca”! De repente essa pessoa que sai de uma situação tão frágil e você vira referência para outras mulheres, então é algo impactante. Impactante porque agora eu não era mais uma Cristiane... - é como também você se deixa de me pertencer. Tu abres lá teu Facebook e aí tem algumas mulheres que você nunca viu na vida e diz que ouviu dizer que podia conversar contigo.

Era engraçado que fossem homens negros, mulheres brancas dizendo assim: "Vai lá e conversa com ela, eu acho que ela pode te ajudar". Então, de repente você vira uma referência para outras mulheres. Dizia assim: Olha, eu sei que hoje vocês me veem como uma mulher forte. Eu quero que vocês saibam que quem me transformou nisso foram vocês, ou seja, isso aqui, que eu sou, eu devo a você e pelos sonhos que nós compartilhamos juntas. (SILVA, 2016).

Vale pontuar o desenvolvimento e crescimento desta grande mulher, que se transformou em Cristiane Mare da Silva no exercício de sua *práxis*, assim como todas colaboradoras da pesquisa demonstraram.

VI. 4. Análise das Parcerias

Segundo Nilma Bentes (2016), do Comitê Impulsor e Belém do Pará, *qualquer ato público é sempre um desafio para quem está na organização, pois não se sabe o quanto se vai conseguir de adesão, os aportes financeiros para viabilização. Os deslocamentos, tanto para as oficinas preparatórias quanto para a Marcha em si, foram realmente difíceis. Centenas de cartas, audiências, contatos foram feitos aos mais diferentes setores da sociedade, pois uma causa como essa – da população negra como um todo e das mulheres negras, em especial –, deve ser supra tudo (partidos, religiões, profissões etc.). (BENTES, 2016).*

As dificuldades para o levantamento de recursos não desmotivaram as mulheres atuaram nos Comitês ou Núcleos Impulsores e Piedade Marques falou que no Comitê Impulsor de Recife: *começou a pensar que tínhamos algumas discussões que a gente precisava em função do tema da Marcha: violência, racismo e bem-viver. Pegando esse enfoque, a gente começou a se organizar e dividir quem iria construir. Aí a gente mudou, ao invés de ser seminário, a gente começou a construir Rodas de Diálogos. Algumas pessoas ficavam responsáveis para provocação do tema e aí todas as reuniões passaram a ser assim, em um período do dia. A gente não conseguiu mais fazer coisas grandes, não*

tínhamos condição de fazer o dia todo, inclusive, porque, além disso, tinham os custos. Inicialmente, a gente fazia um esquema de dividir. Cada um levava uma coisa. Eu sempre levava um feijão preto com bastante carne para a gente comer, outra levava o arroz e outra levava frutas. Nossos encontros eram assim. Depois, quando foi passando, começamos a ter dificuldade de ter mais tempo. E aí a gente fez essa adequação de mudar em formato de Roda e informes. Depois, a gente criava link dos temas. (MARQUES, 2016).

E Zélia Amador de Deus (2016) relatou que em Belém do Pará, as mulheres negras responderam bem ao chamado. *As dificuldades são das companheiras não negras que querem sempre pegar carona no processo, mas a gente conseguiu até certo ponto administrar. Outra dificuldade é que esse é um estado muito grande e se tem dificuldade de mobilizar esse estado na sua totalidade, pois ele é muito caro. Então, nesse sentido, companheiras nossas da região de Santarém, do Médio Amazonas, já não puderam participar, porque saía tudo muito, muito caro. (DEUS, 2016).*

Cristiane relembrou as tensões que surgiram com outras mulheres negras, e por solicitação dela não colocarei as siglas das entidades destas mulheres, porém mantenho alguns registros por considerá-los complementares ao que também ocorreu em outras regiões.

Por exemplo, as mulheres da entidade mista X até começaram a entrar, mas boicotaram a Marcha, elas têm um grupo forte da UFSC, de meninas, elas estavam juntas conosco. Aí, quando a gente foi apresentar um documentário, aquele documentário que fala sobre o “Dia das Mulheres Negras, Mulheres Negras em Primeira Pessoa”, a gente ia fazer essa tensão na UFSC, aí elas boicotaram geral. No mesmo dia fizeram outro evento e no mesmo horário. (SILVA, 2016).

Falei que essa parte do depoimento era riquíssima, pois São Paulo viveu a mesma coisa. No Rio de Janeiro, foi menos tenso que São Paulo, porém, também se registrou uma tensão que foi contida. O que aconteceu em Floripa e nos demais lugares se constitui em um comportamento que deve ser refletido pelas ativistas e pode ser comparado à teoria dos estabelecidos e os *outsiders*, de Norbert Elias e John. L. Scotson, os estabelecidos, aqueles que estão mais próximos do poder, e que exercem o poder local, são tencionados – e tencionam – pelos *outsiders* (os sem poder, ou aqueles que são inferiores):

de uma povoação da classe trabalhadora, estabelecida desde longa data, em relação aos membros de uma nova povoação de trabalhadores em sua vizinhança, os grupos mais poderosos, na totalidade desses casos, veem-se como pessoas "melhores", dotadas de uma espécie de carisma grupal,

de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros. Mais ainda, em todos esses casos, os indivíduos "superiores" podem fazer com que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes — julgando-se humanamente inferiores (ELIAS E SCOTSON, 2000, p. 20).

A partir dos estudos de Elias e Scotson, as disputas acirradas que correram durante a organização da Marcha das Mulheres Negras 2015, sou levada à indagar sobre os motivos que levaram à superação dos conflitos, que impediram rupturas que pudessem comprometer os resultados que foram conquistados, que culminou em mais de 50 mil pessoas em Brasília.

Perguntei à Cristiane Mare da Silva, o que o grupo havia feito para enfrentar os conflitos entre mulheres negras surgidos durante a organização da Marcha e Cristiane responde: *O que a gente fez? A gente ia sair de Floripa, mas a gente olhou e viu o que nós tínhamos e foi muito legal. Mas, como eu venho do mestrado, estava fazendo mestrado, uma das que estavam tencionando com a gente, chegou a dizer que eu estava me aproveitando... que eu estava ganhando bolsa do CNPQ para fazer o mestrado... que eu estava usando a Marcha para fazer meu mestrado...* (SILVA, 2016).

Impressionante este momento na entrevista, pois aconteceu o mesmo comigo, quando foi comentado, por uma mulher negra que participava da organização da Marcha no Rio de Janeiro, que eu estava usando a Marcha para fazer meu doutorado. O que, mais uma vez, me fez lembrar do estudo de Norbert Elias e John Scotson (2000), quando analisa as fofocas e os mexericos na comunidade por ele estudada, que podem ser de caráter elogiosos ou depreciativos, mas nos exemplos aqui discutidos, é no espectro da depreciação que as afirmações foram feitas:

Assim, nessa pequena comunidade, deparava-se com o que parece ser uma constante universal em qualquer figuração de estabelecidos-outsiders: o grupo estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo do contato social não profissional com seus próprios membros; e o tabu em torno desses contatos era mantido através de meios de controle social como a fofoca elogiosa [*praise gossip*], no caso dos que o observavam, e a ameaça de fofocas depreciativas [*blame gossip*] contra os suspeitos de transgressão. (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 20, grifos do autor).

No meu entender, um dos grandes problemas verificados na organização da Marcha das Mulheres Negras 2015, tem relação com a intenção em personificação do processo. Algumas agiam como se o evento fosse propriedade de alguém ou de alguma instituição. Assim, houve tensionamentos entre aquelas se colocavam em uma posição de igualdade

com as que tentavam se apropriar do processo político, talvez, por sentirem seu suposto poder ameaçado, ou seja, parecia uma disputa entre as “estabelecidas” e as “outsiders”.

E como pode ser visto, a partir da resposta que Cristiane deu para o grupo que hostilizava, fica nítida que a tensão estava na esfera do poder de representação política das mulheres negras locais, no poder de uma sobre a outra. Então, ela contou que agiu da seguinte forma: *Eu me lembro que eu peguei o link do meu Lattes e falei: “Olhe, dá uma olhada aí. Você está achando o quê? Está falando com quem?” É aquela ideia assim, de desqualificar. Então, foi doloroso, mas eu vejo que uma coisa é - é lógico que sim, a minha condição hoje é muito diferente da que eu vivi. Mas é uma coisa que é muito forte no movimento. Eu falo: “Vocês estão trabalhando classe ou raça?” Entendeu? Parece, assim, que quando tu saís do Morro, então resolveu a questão. Eu falo assim, então vocês não estão entendendo que, quanto mais tu sobes degrau, mais pancada vai vir, pois você se deslocou do seu lugar, ou seja, seu lugar era lá, e você está saindo, os caras vão te dar porrada, porrada, porrada para ver se tu voltas, tu vais dizer: eu não vou voltar! Mas eles vão continuar te batendo, né?* (SILVA, 2016).

Então, quando eu vejo as parceiras caindo nessa ladainha também, que é dos brancos, ou seja, então no Brasil não existe Racismo, porque existe é um problema de classe, que se resolveu a classe está tudo resolvido? Então, é muito forte isso dentro do nosso movimento daqui. Só que aí deu uma abalada, mas eu sou ariana e sou de Iemanjá, então é uma coisa assim, tu disseste não, aí eu vou! Quando vinha as picuinhas – a gente tem que trabalhar com o cérebro, né? Se a gente ficar presa nessas negatividades, nessas questões de ego, parece que a meta vai se esvaziando para a gente, pois somos uma comunidade de mulheres negras. Então era muito maior o ganho que tínhamos em estarmos umas com as outras. Então a gente foi tomando muito cuidado nesse sentido, desse cuidado, umas com as outras e que a gente devia trazer mais mulheres para isso. Eu estava trabalhando. Trabalho com a questão da política do apartheid e trabalhei muito com essa transição e com a questão do luto. A gente dizia nosso lema: “Sou porque nós somos...” Essa era uma filosofia que de fato foi acontecendo no grupo... o cuidado de uma com as outras, nesses momentos quando acontece alguma coisa se vai lá, e se resolve com a mulher que é sua parceira. Era muito legal falar do feminismo, negro e então, de repente, as pessoas queriam saber, e as mulheres brancas também queriam saber o que a gente estava falando. (SILVA, 2016).

As questões abordadas por Cristiane já foram aprofundadas anteriormente, mas nunca é demais reafirmar a importância de não reproduzir comportamentos que impeçam a construção da solidariedade entre as mulheres negras.

Segundo Valéria Porto, as dificuldades para organizar a Marcha das Mulheres negras 2015 foram atenuadas ao se fazer uma parceria com outras mulheres. Ela refletiu que: *É importante a parceria, como o nosso público que somos nós mesmas, na verdade, o público são as mulheres quilombolas. Tivemos e temos o CETA - Coordenação Estadual de Assentados, Acampados e Quilombolas do Estado da BA, bem como a CRQ - Central Regional Quilombola. Então, resolvemos focar, justamente, nesse público que a gente já conhecia, que a gente já conhece e que tem contato. Isso facilitou muito porque acabamos pedindo apoio de outras lideranças que a gente ainda não tinha contato, mas através de companheiros que participam de atividades nesses movimentos que nos ajudaram a articular.* (PORTO, 2016).

Como foi visto nesta parte deste capítulo, os desafios enfrentados pelas mulheres negras foram diversos, porém a superação dos mesmos, foi conquistada através da tolerância e determinação.

VI.4.i. Homens Negros e Mulheres Brancas

Sobre a parceria com os homens negros e mulheres brancas, Valéria relatou que alguns homens ajudaram no processo de organização da Marcha das Mulheres Negras 2015. *Os homens participaram no sentido de passar contato, de mobilização, mas os telefonemas quem fez fomos nós, as mulheres. Também não tivemos a participação dos movimentos negros, somente de uma instituição do movimento de mulheres negras ODARA, mas das demais não.*

Em São Paulo, Giselle informou que *os homens não apoiaram. Acho que houve o silenciamento de boa parte deles, no sentido de: "Vamos ver no que vai dar", "Vamos ver se elas vão conseguir organizar esse negócio mesmo", porque até ali às vésperas da Marcha, muita gente ainda duvidava se iria acontecer ou não. Acho que sem dúvida, muitas organizações mistas do movimento negro não acreditaram na Marcha, não apoiaram e algumas delas, inclusive, jogaram contra no sentido de minar essa construção política, exatamente porque ela tinha como objetivo empoderar e visibilizar as mulheres negras.*

Giselle fez uma reflexão profunda sobre a relação dos homens negros com as mulheres negras: *a gente tem muita dificuldade de construir o diálogo entre nós e essa dificuldade está pautada por diferentes aspectos inclusive o machismo, reflete a dificuldade de ver uma outra mulher se empoderando.*

Como é possível identificar no depoimento de Giselle, que para além dos desafios de ordem material, existiam as dificuldades de outras ordens para ela, *as dificuldades são todas... as dificuldades são ter uma sociedade contra nós, ter toda uma sociedade que se estrutura e se pauta a partir de uma lógica que vai no sentido de provocar a nossa invisibilidade, o nosso silenciamento e o nosso aniquilamento enquanto seres humanos, nos negaram a humanidade, né? Que é daí que parte a lógica do racismo. Então, a dificuldade maior está dada pela própria sociedade, pela estrutura que a gente se encontra. Os nossos próprios companheiros, considerando homens negros, dos movimentos negros; mulheres brancas, do feminismo hegemônico, não estiveram em nenhum momento interessados em apoiar a construção desse processo; pelo contrário, tinha muita gente jogando contra.*

Certamente, às vésperas do dia 18 de novembro, saíram boatos de que a Marcha tinha sido suspensa e, para Giselle, *uma coisa que eu acho que foi muito importante na articulação da Marcha foi exatamente a junção de forças para construção de algo concreto. Se juntou pessoas de diferentes articulações, organizações e pessoas autônomas. Todo mundo focado em algo muito concreto, muito objetivo. Uma política de coalizão de forças.... Eu acho que essa junção trouxe um fôlego muito diferente para nossa luta de um modo geral.*

Comentei que no Rio de Janeiro alguns homens apoiaram. Era um apoio distanciado e às vezes mais próximo, porém não tão intenso como o desejável. Alguns homens foram aos eventos que organizamos. Na caminhada em Copacabana, por exemplo, estavam presentes alguns homens negros. Em Niterói [Figura 34], na primeira reunião de mobilização no GRES Acadêmicos do Cubango, alguns homens compareceram e participaram das dinâmicas. Foi uma experiência interessante.

Figura 34 - Comitê Impulsor de Niterói/RJ Mobilizando



Fonte: Arquivo de Rosalia Lemos

Apesar do passar do tempo, a prática sexista dos homens negros insiste em perdurar e se atualizar, perceptível na tensão em momentos de disputa do poder e na eterna insistência em tentar reservar espaços de subalternidade para as mulheres negras no campo de ação política. Mais adiante, Iêda Leal aborda a mesma questão.

Segundo Maria Malcher, os homens negros *ficaram só na expectativa, só olhando, de braços cruzados e assim, de fíga, para não dar certo. Nacionalmente, poucos fizeram e fizeram muito pouco... eu acredito que até que estavam querendo que não desse certo. Achavam que na hora não ia dar certo, não acreditaram até o último segundo. Alguns homens negros daqui não moveram uma palha, depois compraram suas passagens e para suas companheiras irem. Estavam lá, apareceram, apareceram no Trio. Iam aparecer num vídeo, que estou construindo, mas não vai aparecer, porque eles não fizeram nada pela Marcha e foi a postura nacional dos homens negros.* (MALCHER, 2016).

Cristiane relatou a relação com as mulheres brancas que *era muito boa, porque essa nossa posição política ajudou a ter uma postura bastante de mudança. E me lembro quando eu comecei a conversar com elas, já disse assim: "Vocês não me representam". Eu lembro que conversando com uma que trabalha aqui na Coordenadoria, elas trabalharam com um projeto muito legal aqui, que é o Mulheres na Política, só que essas mulheres são universalistas. Ela me chamou para conversar e disse assim para mim: "Eu não entendo, porque vocês estão reclamando?" Então, eu olhei para ela e falei assim:*

“Você se vê como uma mulher feminista? Ela falou que sim, “Então, agora vou fazer uma outra pergunta: quando você vai para alguma coisa organizada só pelos homens e que não tem mulheres, você se sente incomodada? Ela disse sim, eu falei, mas se você for perguntar para os homens, eles vão dizer que estão trabalhando para os seres humanos, a nossa proposta era atingir os seres humanos. Então, porque nós, negras e indígenas a gente tem que se ver quando olha para vocês? A gente não tem que se ver”! (SILVA, 2016).

Em relação a outras entidades mistas dos Movimentos Negros, Cristiane avaliou *que eles não acreditavam no potencial.*

Em Recife, Piedade recordou uma situação que demarcava um conflito de agenda entre a Marcha das Mulheres Negras 2015 e a agenda das feministas brancas: *As lideranças são importantes, mas às vezes as lideranças brancas, homens e tal, a gente quer que sejam aliados nossos para ajudar a chegar à tal mulher. Porque as pessoas para não serem julgadas como racistas. Então, lá em Caruaru, para mim, foi assim, foi um alerta, eu consegui perceber mais em Caruaru do que no Recife essa sutileza do movimento feminista branco. Porque de alguma forma estar em Recife exige, a gente tem mais volume de militância, mais gente que vai para cima, então o negócio fica mais feio, se você simplesmente desconsiderar, saca? No interior, tanto faz, eu não vou ser pressionada mesmo. Porque eu encontrei isso em Caruaru, mas encontrei em outros lugares também, porque é uma coisa que aconteceu também em Palmares. A pauta da construção não era na forma como foi construída. Era sobre violência. (MARQUES, 2016).*

Comentei que no Rio de Janeiro as mulheres negras tinham como uma das prioridades, a discussão da violência contra a mulher negra. E Piedade replicou, *mas aí é que tá. A pauta da violência do movimento feminista é a violência contra as mulheres. Como se a violência das mulheres negras não entrasse nesse item, saca? Porque assim, se você é uma organização branca e diz: "Estamos fazendo a discussão e a pauta é a violência". Elas conseguem dar mais prioridade à violência na perspectiva da lesbofobia, por exemplo, do que das mulheres negras. O problema está exatamente aí. (MARQUES, 2016).*

A observação de Piedade Marques, sobre a invisibilidade das bandeiras das mulheres negras por feministas brancas, é outro desafio a ser enfrentado, e também se reporta à comportamentos similares ocorridos nas décadas de 1970 e 1980, como foi refletido anteriormente.

Segundo Nilma Bentes, a avaliação do papel dos movimentos negros, ou seja, das instituições mistas, acerca da relevância ou não da Marcha das Mulheres Negras 2015 foi relativizada, *talvez a maioria das lideranças masculinas do movimento negro tenha ficado na expectativa tipo “ vou pagar para ver”*. *Alguns poucos manifestaram nitidamente apoio, talvez outros poucos torceram para não dar certo. Em todo caso, felizmente, não atrapalharam a Marcha.* (BENTES, 2016).

E Zélia entende que *os homens entraram no último momento. Eu acho que eles ficaram assistindo, para ver se dava certo, quando eles viram que era capaz de dar certo..., então vamos lá. O que foi bom, também porque a gente engrossa, a gente aumenta, mas na verdade, ficaram apostando: “Vamos ver se dá certo. Vamos ver se essas negras conseguem dar a arrancada”*. *Mas, aí entraram, o que foi bom. Somou, que aí você tem uma conotação mais coletiva, mas que ficou todo mundo olhando à distância para ver se dava certo. E aí na hora que, vai dar certo, então vamos embora.* (DEUS, 2016).

Segundo Iêda Leal, os homens dos Movimentos Negros *quase piraram com nosso movimento, pois eles não entenderam o nosso movimento. Eles têm uma dificuldade. Eu sou de uma entidade mista, Centro de Referência Negra Lélia Gonzalez, que eu sou coordenadora aqui em Goiânia, Goiás, é uma entidade mista, mas quem comanda são as mulheres, os homens são legais, eles ajudam. Eles duvidaram, depois que eles perceberam que era concreto, eles começaram a ter problemas, que acharam que a gente fosse, acho que superar. Acho que os homens têm que estudar um pouco para saber a relação que tem com a gente. Muitos deram força, outros ficaram na dúvida, muitos não apareceram e, eu não tenho problema nenhum em debater isso. Não é que nós não convocamos os homens negros, nós convocamos as mulheres negras. Aí diziam, ele pode ir lá carregar bandeira, eu falava, carregar bandeira, significa uma mulher a menos. Então, não era esse o debate, podia ou não.*

Agora, acho que depois que nós fizemos, que nós caminhamos, em alguns momentos com eles apostando contra a gente, eles precisam rever a nossa relação. Não é que temos que passar a limpo, não é um jogo, mas eu acho que os homens negros nos devem, diariamente um pedido de desculpas. Eu acho que os homens negros militantes de nossas instituições mistas devem pedir desculpas duas vezes ao dia. Eu fico magoada, porque eles sabem disso, fingem que não sabem. (LEAL, 2016).

Este problema vem de longa data e, é outro desafio, pois até hoje impera a visão do nosso lugar de subserviência na relação política e não como protagonistas políticas, como já foi refletido anteriormente. Tal comportamento, causa desconforto por parecer que as

mulheres negras são o substrato, o lixo da sociedade, como Lélia Gonzalez (1984) denunciava. Fico em estado de guerra com isso.

Iêda ressaltou que *eles vão ter que compreender que nós crescemos. Eu digo assim, “Olha, a criança cresceu, ela está respirando, ela caminha, ela está sozinha, procurando as coisas e você tem que entender isso”*. (LEAL, 2016).

Mais uma vez, reforço o meu entendimento de que os homens negros devem começar a olhar as mulheres negras como protagonistas do processo político neste país. Grande parte ainda não consegue enxergar como protagonistas, como pessoas que fazem heristórias e interferem na história, que modificam situações adversas na luta e no tensionamento político e social, onde os próprios homens negros estão inseridos. Somos nós quem saímos às ruas quando matam um menino na favela, quando matam um marido na favela, se não for o marido, é o irmão, é a namorada, é não sei o quê. São as mulheres negras quem fecham as ruas, que queimam os pneus, e os homens ficam nos botequins da vida e de acordo com Edna Roland (2000):

Reivindico a autodeterminação das mulheres negras porque acredito que esta categoria política é construída por duas dimensões hierárquicas essenciais da nossa sociedade e por mais que desejemos contar com a solidariedade dos nossos companheiros negros e das nossas companheiras brancas, eles se beneficiam dessas hierarquias! Portanto, as nossas relações serão provavelmente sempre permeadas por contradições (ROLAND, 2000, p. 253).

Acrescentaria apenas ao pensamento de Edna Roland, a categoria de classe social, que é fundamental para que se compreenda todo o processo vivido pelas mulheres negras no contexto da luta por dignidade, respeito e equidade no Brasil.

Iêda explicou que ao falar sobre o crescimento das mulheres negras, *é nesse sentido. Porém, digo que, nós sempre fomos grandes, desde o período da escravidão, com a manutenção da família. Eles reproduzem a visão de que, a mulher negra é para lavar e esculachar. Quando você diz o que eu penso dessas entidades, eu tive que trabalhar para as mulheres negras virem para cá e o outro é trabalhar para superar o ódio que eles têm da gente. Agora eu tenho uma coisa, eu não sei, eu faço tudo isso, mas eu quero esses homens do nosso lado*. (LEAL, 2016).

Iêda tem razão, quando ao seu esforço para a coesão e concluímos que os homens negros ainda não aprendem a lição [muitos risos]. Ela destacou, ainda, que *eles estão na fase que precisavam fazer isso. Eu tenho dois amigos que disseram que iriam fazer, mas até agora não vi nada. Falam assim, “Ah, mas agora vamos juntar esses negros e outros negros, que fazem mal para as mulheres negras. Isso, falo para eles, comecem com esse*

tema! Os meninos encrespados das universidades, a primeira coisa que eles fazem é ficar com uma menina branca”. (LEAL, 2016).

O interessante, é que no Rio tem muitos meninos negros com as meninas negras. Mas Iêda afirmou que em Goiânia *é um esculacho total*. E finalizou este ponto, dizendo que *nós saímos fortalecidas e com uma vontade de reorganizar do ponto de vista feminino, aí não vai ter para ninguém. Inclusive para os nossos companheiros... “Vem atrás, senão vai ficar para lá”*. Porque, a minha opção - e eu falo isso com todas as letras -, é para povo negro e, para mim quando eu falo povo negro, é que está incluído todo povo negro. (LEAL, 2016).

VI.4. ii. Partidos Políticos

Segundo Zélia Amador, no estado do Pará, as parcerias com os partidos políticos e o processo de aproximação se deu através do envio de cartas *para todos os partidos, mas, de fato, partido nenhum se pronunciou. Tivemos ajuda do Senador Paulo Rocha, mas não como partido, foi o senador Paulo Rocha que se interessou, o político Paulo Rocha que se interessou, mas como partido não*. (DEUS, 2016).

E Maria Malcher corroborou a análise de Zélia sobre os partidos políticos no Pará: *Olha, aqui todos ajudaram, assim: o prefeito (pergunto se foram partidos ou pessoas do partido). O partido em si não, mas pessoas de partidos. Mas, nós mandamos carta para todos os partidos políticos, todos, protocolando. Houve algumas doações, mas nada significativo*. (MALCHER, 2016).

O mesmo aconteceu em Niterói, a Ruth Sheila passou nosso Livro de Ouro e um político contribuiu com R\$ 10,00 reais. Para o nosso Comitê Impulsor, qualquer colaboração era válida. E Malcher lembrou que *o presidente da Câmara pediu para a gente ir lá com o livro de ouro. Segundo Giselle, as dificuldades foram inúmeras em São Paulo, especificamente, nós tivemos dificuldades com os grupos políticos partidários*. (MALCHER, 2016).

Piedade relatou que em Pernambuco os partidos políticos *nem chegaram. No máximo a gente conseguiu por aqui, fizemos conversa com alguns parlamentares*. (MARQUES, 2016).

É importante destacar, que mesmo recebendo algum apoio de partidos ou de parlamentares, não houve ingerências dos partidos políticos no apoio à Marcha, enquanto

um compromisso regimental. Este comportamento aconteceu em todas as regiões do Brasil.

Iêda Leal, mais uma vez esclareceu que *esta estratégia foi combinada, pois se uma pessoa que não quisesse ajudar, o bom seria não atrapalhar. Mas, agora, a gente fazer isso, como a gente fez isso? As pessoas já entenderam o que foi a nossa Marcha. Foi ótimo. Agora, isso feito, nós temos que nos organizar para deixar escrito, para formar mais pessoas com essa visão, porque na próxima [Marcha] serão mais mulheres.* (LEAL, 2016).

Prosseguiu Iêda: *eu falava assim, a Marcha das Margaridas é só um parâmetro. Como é que a gente começa uma Marcha? Tem o aquecimento. Quando chegavam e falavam que o Prefeito de uma cidade não iria apoiar, eu perguntava: de qual partido era o prefeito? Alguns eu procurava, outros eu falava: “Vai você que vai ser melhor, não fale meu nome não”. Quando eu dizia, “Prefeito, é a Iêda, presidente do Sindicato. Lembra-se, que nós estivemos aí em uma reunião”. Então, ele dizia, “Ah! A do piso”? – “Pois é, prefeito, o que está acontecendo? O senhor não vai deixar”? Ele respondia: “Não, se eu soubesse que era para você, minha filha”. (LEAL, 2016).*

Contei para Iêda que em Niterói o prefeito, Rodrigo Neves (PT/RJ), apoiou a Marcha, isto porque a vereadora Verônica Lima, desde a primeira reunião do Comitê Impulsor, participou de algumas atividades e se comprometeu em disponibilizar um ônibus. Então, seu gabinete atuou ao nosso lado de forma solícita e responsável, na cessão de faixas, boletim e camisetas. E mais, a Coordenação de Políticas para as Mulheres, através de Marcilene Souto e a Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial, com Tatiara Souza, atuaram durante todo o processo de organização da Marcha.

Iêda finalizou esta parte da entrevista dizendo: *eu falei com muita gente para a ajudar.*

Segundo Bia Onça, no estado do Rio Janeiro *a relação com os partidos políticos foi esvaziada. Por mais que eu ache esvaziado, apareceram muitas mulheres de partido. Ao mesmo tempo que foi esvaziado, tinha mulheres de partidos, muitas mulheres de partido, participando. Agora eu não sei se essas mulheres levaram para os partidos delas essa incumbência.* (ONÇA, 2016).

Sem dúvida alguma, em Niterói, por exemplo, um deputado assinou o Livro de Ouro com uma contribuição de R\$ 600,00 reais, que até hoje o Comitê Impulsor de Niterói espera receber a doação, uma vez que houve uma prestação pública [inclusa no Anexo 01]

do dinheiro arrecadado com as atividades geradoras de renda, para ajudar na alimentação e hospedagem da Caravana Niterói pelo Bem Viver em Brasília.

E Bia Onça ao finalizar suas reflexões sobre os partidos políticos e o apoio à Marcha das Mulheres Negras sacramentou: *É, foi uma Marcha das Mulheres Negras. Adorei!* (ONÇA, 2016).

Cristiane disse que a parceria com os partidos políticos e parlamentares *foi péssima, foi horrível. A gente está em um momento aqui no Brasil, eu acho que é muito parecido com aquele momento da década de 1970 dos EUA, ou seja, que é deixar de ter esses direitos; deixar de ter esses direitos enquanto instituições, e começar a atacar as nossas instituições. Eu vejo que os brancos, nunca estiveram tão reacionários, por quê? Porque, antes estava todo mundo, mulheres negras, homens negros, estava ali, todo mundo nos seus quadrados, redondo para eles, né? É como eu falo, “Pô, tu pega uma mulher como eu”. Na minha família era um círculo: todo mundo vira empregada doméstica, essas mulheres estiveram na intimidade dessas famílias brancas. Então, assim, eu paro e penso assim, ou seja, a gente conhece de quem a gente está falando e, esse círculo que eles estavam acostumados, pô. Eu vejo assim.* (SILVA, 2016).

Comento com Cristiane que “eles” achavam que nos conheciam, mas eles não nos conheciam em outro espaço de disputa de poder e de representatividade política, só nos conheciam sob a ótica de subordinadas. Quando a gente passa a disputar não só pão, mas o salaminho também, eles pensam: “ferrou!”. Porque intuo, que eles devem pensar assim: “Estava tudo tão bom, tudo organizadinho, por que elas foram inventar esse negócio, chamado de consciência, essa consciência racial, consciência de gênero, consciência feminista, que bicho é esse?”

A sociedade racista nos fez ser o que somos e isso tem relação direta com as ações empreendidas contra a gente. A nossa reação é fruto do esgotamento de viver sob a égide do racismo cotidianamente. Por isso somos guerreiras! A Marcha nas condições que foi organizada demonstrou a reação a todos os sistemas de opressão contra as mulheres negras no Brasil

VI. 4. iii. Sindicatos

Para Piedade Marques, os sindicatos: *não eram os atores principais e eles foderam a gente não só ali. Porque basta a gente lembrar da saída da Marcha, eu fiquei.... Quem*

não ficou encaralhada ali? Eu acho que principalmente o movimento sindical foi o aliado mais escroto que a gente teve na construção da Marcha. Olhe, em Pernambuco (risos) a gente só teve contato com as mulheres. Acho que só na Marcha de Pernambuco a gente conseguiu trazer a CUT e sindicatos em um apoio para gente de forma inteira, sabendo que nós somos nós. Porque o tempo todo que a gente ia e conversava, e olhe que assim, tinha umas coisas que eram assim delicadas. (MARQUES, 2016).

Analisando com um olhar de feminista negra, que não tem inserção na luta sindical, mas que vê a importância dos sindicatos, como nas Centrais Sindicais vejo que algumas mulheres negras que participam das Centrais Sindicais se potencializaram nos movimentos de mulheres negras, cresceram politicamente nestes movimentos, viraram referências e potencializaram seus nomes, por isso garantiram espaços de poder no meio sindical, que é um grande poder. No entanto, elas não conseguiram, em nome desse poder que parece quer preservar a todo custo, tornar a bandeira das mulheres negras uma prioridade. E isso é muito contraditório, tendo em vista que *à priori* foi isso que definiu sua escolha de eixo de ação. Parece que ficaram pulverizadas no poder interno dos sindicatos, salvo raras exceções como Iêda Leal, o que pode ter dificultado que os (as) sindicalistas considerassem a Marcha como algo de valor político, que de fato, acreditassem e apostassem no sucesso do evento. Por isso corroboro a conclusão de algumas colaboradoras da pesquisa, que os sindicatos só acreditaram na Marcha em sua reta final.

De fato, Iêda Leal esclareceu que a conversa só foi feita na reta final, e considerou essa postura um erro. *Aonde eu pude falar e dizer o que era, estava tranquilo. Quando entenderam que tinha gente que não estava dando conta de fazer, eles se surpreendiam. Então, a parceria tem que ter início bem antes. Faltou o diálogo ... como é que você vai levar tantas mulheres sindicalistas se você não faz o diálogo certo? Tem Centrais que têm problema de personalidade, eles acham que são do Movimento Negro e não são. Você tem que colocar o be-a-bá para o cara, “Olha, o Movimento Negro é isso! Vocês vão entrar com isto! E o motivo é porque nós somos 60% de pessoas dentro dessa Central e nesse que você vai ajudar tem tantos por cento”. Não teve dúvida. O que eu acho? A parceria tem que ser lá no início e tem que contar para todo mundo, não tem que fazer mistério. (LEAL, 2016).*

Nilma destacou que deu a impressão de que *o momento político no qual ela [a Marcha] foi realizada favoreceu a participação sindical e, tudo indica, poderá empoderar um pouco mais várias mulheres negras que participam do movimento sindical. (BENTES, 2016).* Este aspecto foi também refletido nas palavras de Iêda.

Zélia ressaltou que *os sindicatos deram trabalho na hora. Aqui ficaram de fora, mas, na penúltima hora, chegaram, agora o espaço é nosso, a gente quer dividir.* (DEUS, 2016).

Perguntei se os sindicatos ajudaram e citei os exemplos de Goiânia e Florianópolis, mas ela disse que *em Goiânia a Iêda está lá. Aqui a gente teve aqui e ali, a ajuda da menina da CUT, que é negra, que é quilombola, mas não foi uma coisa assim sistematizada. Foi a menina, porque ela se interessava. Porque ela é a preta. Porque ela é quilombola. Sabe? Não foi uma ajuda institucional do Sindicato.* (DEUS, 2016).

Segundo Valéria Porto, nas comunidades quilombolas não houve adesão dos Sindicatos à Marcha das Mulheres Negras 2015, mas ressaltou que considerou importante a participação deles em Brasília, *pelo fato de estar contribuindo para a ornamentação do espaço e mostrando o apoio, que apoia a Marcha, que apoia o movimento de mulheres negras do Brasil. Assim, de certa forma, também é um marketing está divulgando o trabalho, está divulgando a organização e os sindicatos vêm nesse sentido, que são apoiadores e que defendem a causa.* (PORTO, 2016).

Entretanto, esta análise de Valéria é vista de forma totalmente diferente por Giselle, pois o que os sindicatos fizeram *não foi só dar os ônibus, depois eles colocaram lá suas bolinhas, quiseram bem aparecer como se tivessem construído o processo. Eu acho isso bastante problemático. E isso cabe não somente para os sindicatos, mas cabe também para os partidos políticos. Quantos partidos políticos criam as suas secretarias disso e daquilo, se preocupam em atingir a cota de negros - de negros, não de mulheres, né? Mas tentam trazer negros que tenha algum tipo de projeção exatamente para ser candidatos e para trazer uma imagem de preocupação com a inclusão, mas na prática política essas pessoas ocupam um espaço dentro do partido, dentro do sindicato totalmente marginalizado. Então, eu acho que é delicada e numa próxima situação, essa relação precisa ser revista. Na verdade, não foi uma coisa da gente ter negociado, eles chegaram e se acharam no direito, e com legitimidade de colocarem seus estandartes etc. Eles não pedem permissão, né? Até porque eles têm dinheiro, eles chegam já com estrutura pronta. Isso precisa ser revisto.* (SANTOS, 2016).

Muito pertinente a avaliação de Giselle. A mesma avaliação foi feita por Bia Onça quanto ao papel dos sindicatos no evento: *foi bem polêmico, porque tinha a questão das bandeiras, a questão daquelas bolas e tudo mais. Assim, eu só vi as bolas e eu não sei o que aconteceu.* (ONÇA, 2016). Corroborando Edna Roland, que chama a atenção para este problema:

A maioria das mulheres que têm participado dos eventos políticos do movimento têm sua origem no movimento negro. Os métodos e práticas políticas desse movimento, de natureza dura e aguerrida, têm se manifestado frequentemente no movimento de mulheres negras. Nos últimos tempos é também crescente o número de mulheres sindicalistas que surgem no movimento a partir da criação das comissões e grupos antirracistas dos sindicatos e centrais sindicais (ROLAND, 2000, p. 252).

No Rio de Janeiro foi realizada uma reunião com os sindicatos, justamente para aparar as arestas e aproximar as mulheres negras sindicalistas da organização da Marcha e na oportunidade, ficou acordado que a parceria se daria para fomentar a ida preferencialmente das mulheres negras sindicalistas com os recursos disponibilizados.

De uma maneira geral, nota-se que nos locais aonde existia uma aproximação política das colaboradoras da pesquisa com os sindicatos, se verificou o apoio incondicional. O que é necessário fazer, a partir desta experiência, como ressaltou Iêda Leal, é procurar estabelecer parcerias antecipadamente e tentar torna-las permanentes e não pontuais.

VI. 5. Reflexões sobre o Papel da Mídia

As reflexões sobre o papel da mídia segundo Nilma Bentes demonstram o total distanciamento das corporações com a Marcha das Mulheres Negras 2015, por entender que: *pela quase ausência de pessoas negras nos chamados grandes meios de comunicação (TV principalmente), já sabíamos que a cobertura iria ser pequena, mas foi muito aquém do pouco que pensávamos poderia ser a cobertura. Infelizmente, esses meios de comunicação têm se constituído em um dos poderes da sociedade e o que tem feito um trabalho de des-serviço¹⁷³ político-educacional-pedagógico.* (BENTES, 2016).

De acordo com Maria Malcher, que durante a entrevista desenvolveu a ideia sobre a importância da mídia negra alternativa: *eu te falei de ter grupos de comunicação regionais que cuidassem - se dessem cinco contos para cada grupo regional -, a gente teria um produto bacana da Marcha no final e que essas pessoas se mobilizassem e fizessem produtos de cada região e no final, temos o produto da Marcha.* (MALCHER, 2016).

No Comitê Impulsor de Niterói a preocupação com a mídia sempre esteve presente. Alguns jornalistas colaboraram com o processo, mas contamos com uma assessoria de

¹⁷³ Termo usado por Nilma Bentes.

comunicação feita por Sandra Martins, do COJIRA¹⁷⁴; por dois jovens: o Rudá Lemos, da Bantu Comunicações¹⁷⁵, e Helena Bretas, do Coletivo Negro Osvaldo Orlando da Costa; contamos ainda, com o Marcos Romão, da rádio Mamaterra¹⁷⁶ e do Francisco Eduardo, da FAN – Fundação de Arte de Niterói, que fez a arte do Comitê Impulsor e do repórter do Jornal O Gonçalense, Isaac da Silva, cobriu vários eventos que o Comitê Impulsor

Para Malcher, a cobertura da *Marcha foi muito deficiente, eu pensava que ia ser mais divulgado, algumas reportagens foram mais ligadas à briga. Acho que repórter é assim, né? Só quer sangue, mas a Naiara fez um Guia de Fontes muito interessante e socializou, tipo assim, se você quer saber da Marcha no Pará procure fulano, fulano, sicrano, sicrano.* (MALCHER, 2016).

Bia Onça considerou o papel da mídia muito precário. *Eu acho que faltou nossas mídias, mídias negras. Vou dar um exemplo: no último momento me ligaram pedindo que eu pudesse levar um fotógrafo negro, um homem negro aqui do Rio de Janeiro (...) eu sei que ele tira foto, é do movimento negro e tudo mais.... Quando eu cheguei lá, encontrei com ele. Então, quer dizer, ele conseguiu chegar, né? Antes de mim... E aí, assim, eu acho que faltou uma mídia, uma mídia nossa, uma mídia que contasse nossa história realmente, todo nosso processo. Nesse sentido, eu acho que essa construção foi muito positiva, mas também faltou de repente, uma mídia que pudesse contribuir com a gente estar contando essa história. Em todas as reuniões, uma mídia ali gravando para contar essa nossa história, não é? E aí eu gosto muito de memória, gosto muito de foto, mas agora eu também gosto muito de mídia, de vídeo, de ouvir a outra falar. Eu acho que faltou isso para gente. A gente não gravou nossas reuniões, faltou isso. E a mídia que teve só falou da questão da briga, do homem maluco, a repercussão foi nesse sentido, de que teve lá um doido querendo dar tiro. Tentando dispersar e que não dispersou o grupo de Mulheres na Marcha.* (ONÇA, 2016).

Na visão de Valéria Porto: *a mídia tem papel importante, porém sabemos que ela não foi usada da forma devida, que seria de fato mostrar à população brasileira a importância desse momento e o que de fato ela nos traz de mudança, ela nos traz como*

¹⁷⁴ Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicato dos Jornalistas.

¹⁷⁵ Bantu Comunicações – O tambor de nossos ancestrais quando tocado reunia os membros da comunidade para suas trocas de informação. Inspirado nessa socialização inerente do povo, a Bantu Comunicações surge no século XXI usando as novas ferramentas para mediar esse contato entre as pessoas.
. Disponível em: <http://www.bantucomunicacoes.com.br/>. Acesso 03 de maio de 2015.

¹⁷⁶ Mamaterra é uma rádio na internet, criada pelo sociólogo Marcos Romão, para denunciar o tráfico de mulheres, manifestações de ódio racial, violência doméstica e contra crianças. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/niteroi/2014-06-21/marcos-romao-usa-radio-pela-internet-para-defender-os-direitos-humanos.html>. Acesso em 14 de jan. de 2015.

pauta de reivindicação para o Brasil, não só para nós mulheres negras, mas para toda a sociedade em si, chamar todo o país para responsabilidade, mas a gente sabe que é muita coisa que acaba não sendo mostrada. Nós não tivemos o destaque, por exemplo, não se falou nada na Rede Globo ou em outra rede de TV para mostrar a Movimento de Mulheres Negras, né? Mostrou, mostrou depois, mas a gente sabe que não teve a visibilidade que merecemos. (PORTO, 2016).

Ao ser perguntada sobre o papel da mídia, Piedade disse: *Olhe, da cobertura da Marcha se não fosse a mídia alternativa a gente não tinha, né? Porquê da oficial acaba ainda aquela velha fala ruim de que se não fosse o incidente, de fato o tempo que passaríamos lá seria menos do que foi. Eu só acho que o incidente tem que ser analisado por vários ângulos. Eu estava na hora e fiquei muito puta da vida, porque quem começou a história foram os homens. Não era do tipo, "ah, uma mulher...". Foram os homens da CUT. Eu lembro que quando eu vi aquela cena, eu estava a distância era daqui para o portão. Estava eu, Junior, Marcelo. Junior é o companheiro daqui que está na SEPPIR. Aí, quando a gente olha, a gente vê, um cara da CUT, aliás, uma mulher negra puxando, parecia uma, sabe aquela coisa de "briga de menino" e ela ia e puxava o boneco inflável e aí o outro cabra, um velho, ficou discutindo com ela. Era assim, um aqui e outro ali, sabe, briga de bêbado, "Eu vou dar em você. Vem aqui que eu dou em você". Ela puxava e não sei o quê. Até que os homens da CUT [sobre o boneco inflável] e o derruba. Quando eles puxam e quebram. Ontem eu tinha comentado com você que a cena que eu vi do juvenzinho de 17 anos lá na Paulista, que os caras estavam parecendo cachorro defendendo território, aí a postura era essa: quando o cara derrubou o outro veio e jogou a bomba. O boneco ainda estava lá, ele estava deitado. O que eu quero dizer, é que quem puxou, quem empurrou a estrutura... E aí, o que eu quero dizer com isso. É que eu vi muitas mulheres... A confusão era dessa disputa desse território do cachorro que diz que esse território é daqui e do outro que diz que é de todo mundo. Que não tinha a ver necessariamente com a atitude inclusive da mulher, que tava puxando. O que eu tô tentando dizer é isso. Isso aparece aqui e termina generalizando e muita gente terminou usando como se isso fosse, como se esse cabra tivesse indo para cima dessa mulher e não para essa representação da derrubada. Nesse jogo que eu estou falando. Obviamente, que a gente sai da Marcha de forma positiva dizendo "nós tiramos ele". Agora, o que me chamou atenção é que aquilo aconteceu daquele jeito, não porque nós provocamos. E nós, de alguma forma, fomos usadas naquele incidente. (MARQUES, 2016).*

Na visão de Giselle o papel da mídia *foi horroroso. No dia posterior eu chorava quando eu via a foto da dona Elizabeth e eu chorava quando eu conseguia pensar que tudo aquilo que estava envolvido na marcha, seja o seu processo de construção, seja a Marcha em si, com a mobilização que a gente conseguiu desenvolver levando 50 mil mulheres para Brasília e você vê uma notinha relacionada muito mais à situação do conflito por conta do boneco que caiu, os caras que deram tiro blá, blá, blá, do que com relação à Marcha. Então, é um misto de sentimentos realmente muito intensos, muito absurdos. Aí, a gente conseguiu ter mais uma vez a comprovação do racismo, do racismo institucional, do racismo que invisibiliza o protagonismo das mulheres negras na história, que silencia a figura da mulher negra. Então, o cara branco que deu o tiro foi o protagonista e parece que a gente estava ali parece que - é o que eu repeti várias vezes também - parece que a gente não foi para Brasília desenvolver a Marcha das Mulheres Negras 2015, parece que a gente foi para Brasília vivenciar aquele conflito e voltou, ponto. Mudou a relação, mudou ali a relevância do parâmetro da construção da ação a partir dos discursos da narrativa da mídia. Tiveram alguns órgãos de notícia que falaram que tinha 4 mil mulheres, vários que afirmaram que tinham 10 mil mulheres.* (SANTOS, 2016).

Como é possível notar, a partir das percepções das colaboradoras da pesquisa, a relação das parcerias no processo de organização da Marcha das Mulheres Negras 2015 foi muito questionada. Desde a desconfiança e falta de apoio por parte de alguns homens negros militantes, que em um primeiro momento se colocaram distantes “querendo ver aonde vai dar” ou o pensamento de que “será que elas conseguem? ”, aos problemas com algumas feministas brancas, que tentaram se apropriar e protagonizar o processo, que foi freado pela ação das ativistas que estavam liderando o processo.

Este processo demonstrou a necessidade em estabelecer um planejamento anterior, na busca de algumas instituições como os sindicatos. Ficou nítido que os partidos políticos ainda não têm como prioridade eventos desta natureza, uma vez que o apoio foi através das relações pessoais que determinados parlamentares estabeleceram com algumas ativistas.

Em relação à mídia, o que se viu foi a realidade denunciada há muito tempo. A cobertura midiática focou em publicar o incidente envolvendo o acampamento de grupos que pediam a saída da presidente Dilma Rousseff¹⁷⁷, além das incongruências na estimativa da quantidade de mulheres presentes no evento.

¹⁷⁷ Ver em: Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/500244-DEPUTADOS-DENUNCIAM-BOMBA-CONTRA-MARCHA-DAS-MULHERES-NEGRAS.html>. Acesso 06 de dez. de 2015.

Enfim, a Marcha das Mulheres Negras 2015 não contou com o apoio financeiro, nem mesmo uma fração relevante do que é destinado à Marcha das Margaridas como foi observado por LEAL (2016). Formas alternativas de geração de renda foram recuperadas, através de eventos autogestionados, que foi fundamental para garantir a mobilização das mulheres negras, assim como, para o desenvolvimento das ações de formação política, durante o processo organizativo. Estes recursos, garantiram também, à alguns grupos, a hospedagem em Brasília no dia 17 de novembro de 2015 e a alimentação durante a viagem.

VI. 6. Os Feminismos Negros no Pós-Marcha

A formação de novas instituições de mulheres negras, as atividades de formação, que incluía o debate sobre o feminismo negro e a renovação do mesmo, através da atuação das jovens negras no processo, são exemplos do impacto positivo nos desdobramentos da Marcha das Mulheres Negras 2015.

Sobre os feminismos negros no Pós-Marcha, Nilma Bentes tem a perspectiva de que *por sua própria natureza o feminismo é um movimento “progressista” (busca a equidade). O momento é de perdas políticas... estamos atravessando um período de perdas (retrocesso na questão de gênero e outras, via Congresso Nacional). Pode parecer paradoxal, mas acredito que a tendência é crescer, pois a demanda é para avançarmos na luta, inclusive por força da juventude e maior acesso às redes sociais.* (BENTES, 2016).

Segundo Cristiane, *esse feminismo negro para nós, ele se tornou esse Ubuntu, né? E que é essa capacidade de aprender a acolher mulheres, a gostar de mulheres, porque é muito legal, né? Sabe assim, é gostar de mulheres e que não importa se tu és lésbica ou não, entendeu? Entende? E a dar carinho para mulheres, e aí eu estou aqui falando de mulheres negras.... Para mim, hoje feminismo é isso, é a capacidade de acolher, de cuidar, de acarinhar. Pode parecer uma coisa assistencialista, mas não é. Porque quando você fala essas coisas todas, a gente vem falando que é o empoderamento, né? Que é fazer com que essa mulher olhe para.... Poxa, querendo ou não, Rosalia, a gente tem um arsenal aí de ações afirmativas, né?* (SILVA, 2016).

De certa forma, algumas conquistas foram importantes, como o Estatuto da Igualdade Racial, mesmo com as imperfeições, a Lei das Cotas, a introdução da História da África e Afrobrasileira nos currículos. Porém as instituições de ensino resistem e

demonstram isso com a baixa adesão das escolas, mas o fato é que na minha geração, iniciativa desta natureza não existia.

E Cristiane foi além, ressaltou que *agora estão discutindo a questão do nosso acesso para pós-graduação. Acho que vai ser como ocorreu ali com as cotas na graduação, começou com uma e outra e aí vai para outros lugares.* (SILVA, 2016).

E de acordo com Giselle, *o feminismo negro ele saiu fortalecido após a Marcha das Mulheres Negras, ainda que tiveram todas essas dificuldades, que tivemos para a construção da Marcha, essa sem dúvida foi uma ação muito importante que trouxe fôlego, que trouxe mais gás, que trouxe mais gente e que trouxe ânimo para que a gente dê sequência em um trabalho que já vinha sendo desenvolvida, para pensar mesmo na construção de novas estratégias, para construção da luta para inserção em outros espaços. A Marcha foi muito importante para dar condições para avaliar a nossa força política por ter desenvolvido aquilo que a gente teve condições de fazer mesmo com tanta coisa jogando contra. Então, eu entendo que o feminismo negro pós Marcha no Brasil ganha uma nova força e que pode ser inclusive, inspirador para outros países latino americanos. Acho que o Brasil tem isso, querendo ou não para a comunidade negra na diáspora, pensando particularmente a diáspora dos países Latino-Americanos e do Caribe, o Brasil tem um papel de referência, pelo número da população negra que é muito expressiva, pela articulação do movimento negro e esse papel acho que pode levar inclusive, as pautas que a gente defendeu, até mais do que isso, a própria experiência da Marcha enquanto inspiração para os outros lugares.* (SANTOS, 2016).

Segundo Valéria Porto, *o feminismo negro somou e vem somando, foi uma injeção de ânimo essa Marcha, as mulheres que foram para a Marcha e participaram do processo da caminhada, essas mulheres são outras hoje. Chegar e conversar com elas, que falam empolgadas da participação na Marcha. Potencializou e vem se potencializando. Assim, o feminismo negro e, especificadamente, o feminismo quilombola, de uma certa forma, se apropriou desse momento para que pudéssemos fazer uma avaliação e tentar entender qual o melhor caminho a seguir. Nós estamos agora num momento de formalização de uma comissão que vai começar a ir para as comunidades novamente, para fazer agora não um processo de mobilização e articulação para uma Marcha, mas um processo de articulação para que a gente potencialize, justamente, esse feminismo quilombola.* (PORTO, 2016).

Não se pode perder de vista, e é importante reafirmar, que as identidades dos diferentes feminismos negros, construídas ou reafirmadas no processo de organização da

Marcha, são relevantes, uma vez que desenvolvem a consciência de qual lugar que se está falando e de quais bandeiras são fundamentais para o desenvolvimento das mulheres negras.

Os feminismos negros no Pós-Marcha, têm contribuído para todas as mulheres negras, no sentido de valorizar o lugar de onde fala e atua e, quais são os referenciais de luta e bandeiras são definidas como prioritárias. Ou seja, quais são as *herstórias* do grupo? Por que, mesmo que sejam mulheres e negras, existem muitas singularidades que devem não só ser observadas e fortalecidas para fomentar o empoderamento das mulheres negras, seja na rural, nas comunidades quilombolas, com as lésbicas, as urbanas, as faveladas ou as de periférica. O que precisa ser feito é, a retroalimentação do poder de transformar realidades para a garantia de uma vida melhor para todas.

E como já foi discutido no Capítulo II, sobre o feminismo quilombola na visão de Valéria, está em processo de definição conceitual e poderá contribuir para ampliar os estudos de gênero, com recorte racial para a construção de novos conceitos científicos.

De acordo com Bia Onça, *o feminismo negro está causando muita porradaria no meio acadêmico. No meio social... [risos] O que que está acontecendo? Hoje, as meninas negras, as meninas maiores de 18 anos que estão entrando em uma universidade, estão se descobrindo enquanto mulheres negras, elas estão pegando o feminismo para elas. E isso para mim é foda, porque eu peguei para mim, entendeu? (ONÇA, 2016).*

É muito gratificante quando escutamos depoimentos como os de Bia, porém fico sempre surpresa, quando vejo negras e negros “se descobrindo” [estou falando de identidade mesmo], quando chegam nas universidades ou, quando vão para o exterior. Talvez, por eu ter nascido na Baixada Fluminense, Queimados, e ter sido criada em uma favela do Rio de Janeiro, nunca tive dúvidas de que era negra, pobre e inteligente. E, foi essa identidade que me fortaleceu no enfrentamento do racismo, ao longo da vida. Como a construção de identidades é um processo único, as pessoas precisam estar em sintonia com o seu ser, para se aceitar e ter orgulho de sua forma física.

Bia Onça reconheceu o que foi a existência a importância de muitas formas pontuado por mim e falou que além dela, *têm muitas... milhares de Bias. E assim, a rede social, a mídia social dá esse alavanco, saca? E aí quando tem grupo Enegrecendo o Feminismo, tem Feminismo Negro Interseccional, tem Feminismo Negro Puro.... Eu acho um máximo! (ONÇA, 2016).*

Perguntei à Bia, o que seria feminismo negro puro: *as meninas alegam que é uma raiz. Por que algumas feministas negras não trabalham com a interseccionalidade, e aí*

existem outras, que é que eu gosto, que eu gosto de trabalhar que trabalha com a interseccionalidade, que trabalha com algumas autoras... E aí, eu tô falando de um meio acadêmico que você escolhe sua opção. Eu sou mestranda de educação na UniRio. E eu gosto de trabalhar nessa questão da interseccionalidade, de eu não ver aquele gênero masculino e que hoje é trans e que está trabalhando em uma perspectiva de mulher negra, né? De uma mulher negra aonde ele está trabalhando com a questão do feminismo negro. Tem isso tudo. E se nós não pensarmos nessa perspectiva, a gente vai ficar para atrás. Não é verdade? (ONÇA, 2016).

A diversidade na abordagem do conceito feminismos negros tem atingido grande amplitude indicando que esta área de estudo tende a crescer, como já pontuado nesta tese. Por isso, corroborei a preocupação de Bia Onça em respeitar *a fala delas, o que elas trabalham... A Lua Nascimento*¹⁷⁸.... *Por mais que eu não concorde, eu respeito, porque é um protagonismo da mulher negra nesse sentido. Se ela apoia o que o homem negro fala e diz, tudo bem, por mais que eu não concorde, eu entendo. É a forma que ela está se protagonizando no mundo. Até ontem a gente não poderia falar, hoje ela já está falando.* (ONÇA, 2016).

Sem dúvida alguma, sou de uma geração que conviveu com a P2¹⁷⁹ no Diretório Acadêmico da Faculdade de Química da UFF, de ser obrigada assistir às aulas de OSPB – Organização Social e Política do Brasil, geralmente ministrada por um militar. Entretanto, o que mais nos impressiona é ver parlamentares da atual legislatura “sentindo falta” da disciplina, baseados nos seguintes argumentos: *“O Brasil que me dá saudade é o Brasil em que tínhamos OSPB na escola, que tinha estudos sociais na escola, em que cantávamos o hino nacional antes de entrar, chovesse ou fizesse sol”*, afirmou¹⁸⁰ o deputado federal Magno Malta (PR-ES), o que soa contraditório diante do Projeto Escola sem Partido¹⁸¹, uma vez que o que ele está defendendo é que as escolas possam desenvolver conteúdos, baseados na ideologia de direita.

Os feminismos negros no Pós-Marcha das Mulheres Negras 2015 é visto por Piedade Marque, *como a caminhada de ontem. A coisa da esperança, para a gente aqui em Pernambuco. A gente já sabe que tem um grupo de mulheres querendo construir uma*

¹⁷⁸ Lua Nascimento é do Rio de Janeiro e Articuladora de Redes Panafricanas Urbanas na empresa África Na Cidade. Disponível em: <https://www.facebook.com/Luanda.Maat/about>. Acesso em 15 de jun. de 2016.

¹⁷⁹ P2 é um serviço reservado da Polícia Militar, parte da inteligência, destinada à investigações similares à Polícia Civil.

¹⁸⁰ Maiores informações consultar: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2016/05/11/senador-sente-falta-de-ospb-nas-escolas-seu-retorno-seria-boa-ideia.htm>. Acesso em 09 de junho de 2016.

¹⁸¹ Consultar: <http://www.ebc.com.br/educacao/2016/07/o-que-e-o-escola-sem-partido>. Acesso em 28 de julho de 2016.

pauta específica de mulheres negras, porque, por incrível que pareça, se você olhar para o Estado e dizer assim: "Quais são as organizações de mulheres negras? Não tem!" (MARQUES, 2016).

O entusiasmo é contagiante quando Iêda Leal falou sobre suas expectativas com relação aos feminismos negros. Informou que a *Janira, por exemplo, ela não é do MNU, é do PROAFRO, mas temos uma ação conjunta. A Ivana tem o quilombo urbano, são setenta e três famílias negras, que o governo federal entregou no início do ano. O local, coisa mais bela, tem o lugar para fazer uma praça, tem o IF, tem uma escola municipal. O que vamos fazer com esse povo lá dentro o lugar é lindo, tem que ter um projeto. Tem que dizer para eles, que além de tudo isso, aqui é um bairro de gente negra. Então nós queremos fazer um monte de coisa. E a Ivana é do Lélio. A Janira é do IF Goiano, ela tem facilidade porque o IF existe em vários lugares. Então a gente leva nosso povo e usa as instalações. Vamos tentar fazer com que essas pessoas, quando a gente chamar para uma coisa estadual, regionalizado. O IF está dando um banho. Queremos não perder a essência do Bem Viver.* (LEAL, 2016).

Outro ponto importante de se destacar na Marcha das Mulheres Negras 2015 foi a incorporação do conceito do Bem-Viver como prática política das colaboradoras da pesquisa. Segundo Iêda Leal (2016) significa *manter, essas situações e que nós dominamos, viva na gente. O que que é isso? É o jeito que a mulher negra tem de se organizar no mundo, de viver de proteger os filhos, de proteger a família, de ver a vida, dessa rapidez nossa e desse jeito de fazer esses milhões de coisas, mas tem um propósito de fazer para viver, para Bem Viver, sabe? Então eu acho assim, como é que eu vou viver bem? Eu quero educação, saúde, quero trabalho, quero tudo isso, mas do meu ponto de vista, do meu olhar, do olhar de uma mulher negra, que faz tudo isso, que grita, que xinga, que chora, que corre para proteger, que se posiciona na frente da bala para proteger essa herança. Eu acho que essa situação que a gente vive e não é... e tem aquele conceito que o povo trouxe.* (LEAL, 2016).

A ressignificação do conceito feita por Leal (2016) está em sintonia com o atual debate sobre o conceito do Bem Viver, *Sumak Kawsay*¹⁸², uma vez que o debate sai da

¹⁸² O Sumak Kawsay pretende devolver à sociedade a forma pela qual se possa construir um tempo social fora da lógica da acumulação do capital, isto é, devolver aos seres humanos seu tempo pessoal e histórico, para que possam viver suas vidas plenamente. Na lógica do capitalismo e da modernidade isso é impossível. O tempo não pertence aos seres humanos. O tempo faz parte da acumulação do capital. Os seres humanos se resignam ao tempo do capital e sacrificam suas opções pessoais e seu tempo, porque este não lhes pertence. De fato, a moderna teoria do emprego acredita que o que os seres humanos vendem no mercado de trabalho

dimensão do indivíduo e passa a assumir uma responsabilização coletiva e familiar. Segundo Pablo Dávalos (2010)¹⁸³:

A noção de indivíduo é uma construção política da burguesia. Os indivíduos sempre estiveram condicionados por relações de família, de comunidade, de sociedade. Seu senso de individualidade sempre esteve na perspectiva de pertença a uma comunidade determinada. Os indivíduos sempre buscam referentes de sua identidade nos demais. O indivíduo só e atomizado do discurso liberal nunca existiu na história. O indivíduo separado de sua comunidade é uma criação da burguesia. As relações de poder que esta gera atuam justamente sobre os indivíduos para fragmentar qualquer solidariedade que estes possam gerar com sua comunidade e sua sociedade. A burguesia criou o mito de **Robinson Crusóé** no século XIX para fundamentar e legitimar as relações de poder que estava criando. (DÁVALOS, 2010, p. 02).

E Iêda falou que o conceito é legal, mas acredita que estamos traduzindo para um outro conceito, *essa relação que não só temos com o dinheiro, não é com o material, porque nós temos uma outra forma, nós sabemos para que serve esse material. Não serve para eu comprar uma casinha e viver no meu castelo, mas serve para eu fazer que a minha família dê conta para continuar vivendo, então essa relação que a gente tem com o financeiro, com o político, para que eu quero ser ou ter gente, um ser político, nessa concepção minha de sociedade. Então, para que serve.... Tem um livro que li que o homem volta, quando desce do avião ele se atira no chão e beija o chão... Ele reconhece o patriarcado, a mãe, a mulher. Ele sabe que ele é aquilo por causa da mulher. Não é que a gente cristalizou o conceito do Bem Viver, eu aprendi algumas coisas, eu acho que algumas coisas estão certas, a gente pode pegar algumas coisas, mas eu acho que pegar algumas coisas com outras mulheres, com a minha mãe, com a sua, com as outras mulheres do quilombo. Quando você falou do feminismo quilombola eu já pensei nessas*

não é sua capacidade de trabalhar, mas sim o uso ótimo do seu tempo. Por isso, ele é denominado, exatamente, emprego (pelo emprego de tempo).

A partir do Sumak Kawsay, é possível problematizar o tempo do capitalismo e propor uma alternativa plausível e possível. Um tempo que pertença à sociedade e em que esta possa se construir sem ter que hipotecar seu futuro na lógica da acumulação capitalista.

A noção do Sumak Kawsay põe a pobreza em coordenadas diferentes das econômicas: situa-a em um contexto político, em que a pobreza econômica é a expressão do controle político da escassez. A partir do Sumak Kawsay, a pobreza é resolvida mudando as coordenadas sociais e econômicas da sociedade. Não pode ser resolvida a partir da lógica do homo economicus, porque, à medida que se incrementa a renda econômica, incrementa-se seu desejo de consumir sem levar em consideração a natureza, a ética e a sociedade. Não se trata, portanto, de resolver a pobreza com os mesmos instrumentos do capitalismo, mas sim com lógicas diferentes e que sejam respeitadas para com a própria sociedade e com seu entorno natural. (DÁVALOS, 2010, p. 02).

¹⁸³ Pablo Dávalos é economista equatoriano e professor da Pontificia Universidad Católica del Ecuador. Foi vice-ministro de Economia do Equador. Hoje é coordenador do grupo de trabalho Movimentos Indígenas na América Latina do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – CLACSO e professor titular da Cátedra Florestan Fernandes: Povos Indígenas, Globalização e Estado Plurinacional, do CLACSO. É membro da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador – Conaie e edita as publicações do Instituto Científico de Culturas Indígenas – ICCI. (SHARDELOTTO, 2010, p. 01, 02).

coisas: como é que elas se organizam lá, como é que eu organizo para eu sobreviver? Para cuidar do filho da outra?

O interessante na percepção sobre o conceito de Bem Viver de Leal (2016), é o significado do conceito, como prática política e de vida. E mais uma vez vale citar o professor e economista Pablo Dávalos (2010):

É a partir dessa perspectiva política e histórica que deve ser visualizada a noção do Sumak Kawsay. Essa noção só pode ter sentido no interior dessa demanda por Estado Plurinacional¹⁸⁴, ou seja, como uma contratualidade que incorpora as alteridades radicais e como parte das propostas de interculturalidade, na perspectiva de abrir a sociedade ao reconhecimento e ao diálogo das diferenças radicais que a atravessam e a formam. A partir de um estado plurinacional e de uma sociedade intercultural, pode-se compreender e se construir uma forma diferente de relação entre a sociedade e a natureza, e a sociedade e suas diferenças. Essa forma de relacionamento, que não tem nada a ver com os comportamentos de indivíduos egoístas que maximizam suas preferências, pode ser atribuída à noção de Sumak Kawsay. (DÁVALOS, 2010, p. 01).

Esta forma de rever a relação entre humanos, com o reconhecimento e valorização das diferentes culturas. Um outro aspecto importante destacado por Dávalos (2010), no que diz respeito ao estabelecimento de novas formas de relacionamento entre indivíduos, percebi no I Seminário Empoderamento de Mulheres Negras, nas comunidades quilombolas Pau D'Arco e Parateca, a forma solidária de as mulheres se relacionar e a prática solidária entre elas. Tinha comida para mais de cem pessoas, as moradoras abriram a escola da comunidade e prepararam tudo. E, segundo Leal (2016), *isso é o nosso jeito de resolver os problemas*.

Para ela, em função desta forma de se relacionar no mundo, *nós não damos conta de ver nossos jovens morrer, não damos conta de ver nossas meninas se prostituírem, nós não damos conta de ver gente fora da faculdade, da universidade e da escola, porque isso também é muito importante. Mas, como é que a gente vai fazer, para fazer isso? Mas, se nós formos na pilha da sociedade, de que nós precisamos de ganhar dinheiro e quem ganha entra num carrinho e aí não serve ninguém?* (LEAL, 2016).

¹⁸⁴ No Estado Plurinacional, as demandas dos direitos coletivos mudam de perspectiva, porque o Estado deve se reconstruir de maneira tal que a contratualidade, que o constitui juridicamente, possa agora incorporar as diferenças radicais que o formam. Nesse sentido, no Estado Plurinacional os direitos coletivos perdem o sentido e a consistência que têm no discurso do liberalismo, porque abrem o discurso do direito a horizontes que não tinham sido considerados pela modernidade. Em outras palavras, os direitos coletivos não expressam o avanço do projeto político dos movimentos indígenas, mas sim a necessidade que o liberalismo tem de discipliná-los e integrá-los ao projeto capitalista, liberal e moderno. (DÁVALOS, 2010, p. 01).

Iêda Leal observou que nós, *mulheres negras, temos mais esta estabilidade. Não tem dúvida, estamos arrasando. Agora eu quero dizer assim, eu acho que é isso... eu preciso ter o necessário e quando a gente tem o necessário, dá um orgulho a gente ter, porque a gente está conseguindo, pois eu sei o quanto foi difícil. Acho que a gente tem e quer que outros tenham, o nosso diferencial é esse, porque tem gente que quer ter e ninguém mais pode ter. Não dá para a gente achar que o Bem Viver é, vamos dividir tudo.... Vamos ter sim, tem sentido querer ter, mas acho que esse conceito ainda não está cristalizado, não está fechado.* (LEAL, 2016).

Para Iêda, *a Marcha me deu a condição de estar numa Marcha falando, e eu olhar para quatro pessoinhas que estavam na Marcha, meus filhos, eu falei: Isso é o Bem Viver.* (LEAL, 2016).

Comentei que meu filho, Rudá Lemos, também foi para a Marcha e trabalhou com edição de vídeos, venda de camisetas. E Iêda lembrou *que os homens não dão conta de fazerem os filhos acompanharem eles. O mundo dos homens é o mundo público é o mundo deles sozinhos e não o coletivo. Iêda completou dizendo que o nosso coletivo é o Bem Viver!*

Segundo a percepção de Maria Malcher, o conceito de Bem Viver *é o viver bem. Se nós conseguirmos que a regularização dos Territórios Quilombolas entre na pauta mesmo do governo, que não do INCRA, porque ele tem uma tradição de assentar, ele não tem essa tradição de regularizar Comunidades Tradicionais e Quilombolas. Nesse caso, que a gente crie um mecanismo, que isso fique dentro do MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário, uma diretoria que cuide dessa pasta, isso para mim é Bem Viver, para mim outra questão também é que o Bem Viver, que está ligado com a Segurança Alimentar e Nutricional. Acredito que nós não tivemos tempo tentando convencer, nos convencer, nos gostar e convencer às pessoas que seria importante essa Marcha, não nos debruçamos muito no Bem Viver, mas acredito que tem esses dois caminhos para a gente customizar o Bem Viver. Acho que essa foi uma fala da Suely Carneiro, é por esse caminho das políticas públicas de fato, que vire política de Estado e não de governo.* (Malcher, 2016).

A definição elaborada por Malcher (2016) encontra fundamentos na literatura produzida na América Latina que tece radicais críticas ao modelo de desenvolvimento o que para Eduardo Gudynas e Alberto Acosta (2012) ¹⁸⁵:

¹⁸⁵ Eduardo Gudynas é sociólogo uruguaio. Alberto Acosta é economista equatoriano, professor e pesquisador da Flacso. Foi ministro de Minas e Energia e presidente da Assembleia Constituinte e deputado constituinte. (ANDRÉ, 2012).

O Bem Viver pode ser entendido como uma plataforma de encontro de diferentes maneiras de se entender o mundo, e o nosso papel nele. Com outras palavras, é uma plataforma para o debate político sobre as alternativas ao desenvolvimento, onde embora haja uma diversidade e superposição de diferentes posturas, de qualquer modo há elementos críticos em comum. Entre eles destacamos outra relação com a Natureza, a descolonização dos saberes, outra ética para reconhecer e atribuir valores, o abandono das pretensões de instrumentalização e manipulação do ambiente. Este espaço político reflete numa disposição de encontro, diálogo e interações entre diferentes saberes e afetos e que, dessa maneira, configuram comunidades ampliadas. Entendemos que é uma plataforma política, entendendo a “política” em seu sentido mais amplo, como o debate público que os sujeitos realizam sobre o bem comum, buscando ultrapassar o que vinha sendo descrito como desenvolvimento. (GUDYNAS e ACOSTA, 2012, p. 14).

Neste sentido, percebi que o debate sobre o Bem Viver na região Norte esteve mais presente nas ações das ativistas, talvez pela tradição do debate ecológico e Malcher (2016) explicou que *aqui a gente tem um projeto de adentrar para a Região Amazônia, da Rede Fulanas, não é de toda a militância aqui e, essa questão do Bem Viver, nos aportamos. Nos apropriamos, mas acredito que a gente precisa dar o nosso tom. E a gente sabe dar o tom. Pode não ter sido a gente que inventou o Feminismo Branco ou Tradicional, né querida? Nós demos um tonzinho bem bacana, que resinificou esse negócio que tá lascado. Mas, que a gente deu um tom, deu!*

Falei para Maria Malcher que, sem dúvida alguma, a gente demarcou uma fronteira essencial e necessária ao feminismo de uma maneira geral. Não só no sentido de ocupar o lugar da auto representatividade, enquanto mulheres negras, mas perceber de qual lugar estávamos falando e, que não precisaríamos de porta-vozes para explicar nossas questões, As mulheres negras falam por nós mesmas.

E Valéria Porto falou que o Bem Viver *trata, principalmente, de nós mulheres quilombolas. Eu consigo visualizar uma série de questões, desde à moradia à uma saúde de qualidade para as mulheres, a mulher ter o direito se ser atendida por determinados profissionais específicos da área da saúde, essa mulher também que ter a liberdade, que talvez seria, justamente, essa questão do empoderamento, de ter o poder de decisão de uma série de questões, uma série de processos no contexto de estar inserida.* (PORTO, 2016).

Esta percepção de Porto (2016) está corroborada a discussão anterior com Maria Malcher e teve origem nos povos indígenas, mas guarda similaridades com as comunidades quilombolas.

A seguir, apresentarei alguns exemplos de ações em curso e perspectivas futuras.

VI. 7. Para Além do Ato de Marchar: Ações em Curso

É por isso, que eu achei o processo da Marcha e, a Marcha em si, muito importante, muito. Não só importante do ponto de vista da Marcha acontecer, como aconteceu e que foi linda, mas do ponto de vista simbólico, é o último estamento da sociedade que se move e, quando ele se move, com certeza, muita coisa vai acontecer, porque tem muita coisa esmagada entre esse último estamento e a Casa Grande, a Casa Grande Branca, em cima esmagando e, tem muitos segmentos sendo esmagados, mas o último é o segmento das mulheres negras. Quando esse segmento se move, com certeza, ele vem trazendo muita coisa. Então, tanto que eu acho que a partir da Marcha o Brasil está sendo outro. Porque agora a gente está meio confuso para analisar o Brasil por causa da questão política, mas a questão política eu acho que ela passa pela questão do sexismo também, porque se a Dilma fosse homem, com certeza, as coisas estavam sendo diferentes. A Dilma está vivendo tudo isso pelo fato de ser mulher, mesmo mulher branca, a Casa Grande não aceita ser governada por mulher, mesmo branca.

(Zélia Amador de Deus)

O pensamento de Deus (2016) sintetiza o sentimento que tem sido comum entre as mulheres negras que organizaram a Marcha das Mulheres Negras 2015, que após a realização do evento continuaram em marcha, organizando eventos, participando de Rodas de Conversas, formação de jovens e adultos e a seguir, apresentarei exemplos de algumas experiências exitosas.

O primeiro exemplo vem das mulheres das comunidades de Pau D'Arco e Parateca, isso porquê, a motivação para continuar o processo de formação não esgotou no Pós-Marcha. A ativista Valéria Porto revela que *várias pessoas me procuraram pós-Marcha para saber como que a gente está se organizando, como é que a gente está pensando, como será o planejamento para 2016. Isso significa que foi positivo e que só tem a crescer.* No dia 06 de março de 2016, ela foi uma das organizadoras do Seminário Empoderamento de Mulheres Negras¹⁸⁶, [Figura 35], nas comunidades de Pau d'Arco e Parateca. (PORTO, 2016).

¹⁸⁶ Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=607665642720153&set=a.204425126377542.1073741826.100004301670651&type=3&theater>. Acesso em: 02 mar. 2016.

Figura 35 – Cartaz do Seminário Empoderamento de Mulheres Negras



Fonte: Claithiane Oliveira

Valéria explicou que esta já foi uma atividade que é resultado justamente da Marcha, da participação das mulheres do território do Velho Chico na Marcha, então pegamos três comunidades, Pau D'arco, Parateca e Tomé Nunes, que estiveram presentes em peso na Marcha. Estiveram presentes várias mulheres, justamente, no intuito de reforçar e debater, qual a nossa posição hoje no Pós-Marcha. Como estamos? Como vamos continuar as ações? Como vamos traçar? E, assim, levar também para as comunidades a nossa experiência enquanto Marcha, porque ali, na atividade, não estavam apenas as mulheres que participaram da Marcha. Estavam mulheres que não participaram e que nem sabiam o que de fato significou a Marcha.

Porto relatou que o Empoderamento das Mulheres Negras foi o Seminário. Discutir também esse nome, que vem sendo aí pautado nas nossas atividades o tempo todo. O que é esse empoderamento que a gente tanto fala e trazer um pouco a organização das mulheres e a importância dessa organização, para a busca dos direitos e, também para a concretização dessa busca, que eu acho assim, que a gente busca e, dificilmente a gente consegue ter a concretização. De que a luta, de que a busca está se formando no intuito de que a gente consiga o que a gente estava buscando, né? A gente acha extremamente importante que se faça esse tipo de atividade e, que depois tire algo, digamos, que seja produto da ação, da atividade. Eu acredito muito na construção a partir da organização e de discussões potencializadas, a partir de ações que já foram realizadas anteriormente.

Para Porto (2016), a perspectiva é que, diante da grande mobilização dos grandes encontros, das atividades de formação, que a gente vem realizando, desde a base até as

grandes capitais nos centros de poder, é importante registrar essa questão do racismo, da violência.

Valéria continuou sua reflexão dizendo que: *A minha perspectiva é que de fato, a gente atinja, não totalmente, mas pelo menos, que a gente consiga eliminar o racismo nas nossas vidas. Eliminar a violência contra as mulheres em nossas vidas. Outra perspectiva, é que a gente tenha mais visibilidade, a partir da Marcha, que a gente possa ter mais voz, e que as mulheres, de fato, se encorajam e tenham coragem de ir para luta, que tenham coragem de pleitear espaços, que as mulheres tenham coragem de disputar, seja nas comunidades, seja aqui na Sede, seja no interior, ou nas grandes capitais. Que as mulheres se sintam motivadas e, suficientemente, preparadas para ir para o embate que está sendo travado.* (PORTO, 2016).

O desejo de Valéria Porto encontrou eco em todas as regiões do país que estive presente e, segundo Iêda Leal, *nós fizemos reunião de avaliação e vamos desenvolver, com as diversas entidades, atividades no interior, para fortalecer a discussão no interior, sobre as mulheres negras. Formação, discussão com a juventude e a questão das escolas, da aplicação da Lei Nº 10639/03.* (LEAL, 2016).

Sobre esta legislação, ao ser promulgada, no ano de 2003, a Lei 10639 tornou-se um marco legal da luta, para que o papel destinado aos estudos da cultura e da história de afro-brasileiros (as) e africanos (as) seja repactuado e modificado, através da ênfase nos aspectos positivos da participação dessas comunidades na sociedade e na veiculação de conhecimentos científicos produzidos por seus representantes, em detrimento do antigo senso comum, que conferia tudo de ruim à comunidade negra na sociedade. No entanto, esta legislação não tem sido cumprida em todas as instituições educacionais, mesmo depois de 13 anos de existência.

Constantemente, os estabelecimentos escolares, desenvolvem atividades pontuais [as efemérides] ou de forma folclórica e decorativa, em festas ou eventos, nas quais não se verifica o desenvolvimento de uma consciência crítica da comunidade escolar. Por outro lado, em algumas situações, os conteúdos são insignificantes e não dão conta dos temas sobre a História da África e a do Brasil Africano. Nas disciplinas de História e Geografia, por exemplo, a abordagem prioriza o período escravista e, tem sido uma prática, reforçar o senso comum, em associar o racismo apenas como uma ideologia criada sob o ponto de vista econômico. Não fazem a atualização dos estudos sobre as relações raciais enquanto uma ideologia estruturante da sociedade brasileira. (LEMOS e CRUZ, 2012, p. 45).

Assim, as reflexões de Porto (2016) e as considerações acima, indicam que será necessário mais trabalho e empenho de toda a sociedade, para modificar este país.

Retomando a discussão central deste item, sobre as perspectivas no Pós-Marcha, na Região Sul, de acordo com Cristiane Mare da Silva, *a gente começou a dialogar com as mulheres indígenas daqui, mas as indígenas não foram para a Marcha. Hoje, nós formamos um grupo [por que depois da Marcha ficou a rede]. Nós saímos daqui com uma preocupação bem grande. As mulheres mais velhas diziam que a gente iria para Brasília e não íamos deixar nada lá (no Sul). Mas eu dizia que as mesmas pessoas que vão para Brasília, vão voltar e só não vai ter continuidade se as pessoas não quiserem. Eu não entendo isso, pois se você vai para Brasília, você vai voltar e, quando voltamos de Brasília, a gente voltou com isso, que a gente era uma Rede de Mulheres Negras e queríamos nos ver assim.* (SILVA, 2016).

Perguntei se as mulheres negras na região estavam atuando de forma integrada, respeitando os espaços específicos dos diferentes grupos, que tencionaram no processo de organização da Marcha das Mulheres negras 2015 e, se superaram as adversidades. Ela relatou o seguinte: *Então, assim, eu já as encontrei na primeira reunião da Coordenadoria de Mulheres que a gente teve, eu as cumprimentei. Eu disse: "Pô, tô feliz que elas estão aqui hoje, pois antes só era o pessoal da Rede". Se elas me cumprimentaram já tô bem feliz. Eu penso que pode ser uma questão de imaturidade, pois é o que você fala, nós nunca tivemos nada com elas, só que gerações anteriores brigavam, entendeu? E aí você não me conhece, não sabe quem eu sou. Mas aí, tu és fulana de tal então não vou conversar contigo, sabe essas pirações? Eu acho que se o tempo ali passou e elas.... Quando chegou na última semana da Marcha, elas estavam enlouquecidas. Enlouquecidas para tentar locomoção, para ir e tal, né? Não articularam conosco, mas como elas têm uma boa relação com um vereador daqui elas conseguiram.* (SILVA, 2016).

Sobre a cobrança, quanto a continuidade das ações políticas na região, Silva (2016) tem seu posicionamento bem definido por princípios éticos e comprometido com o processo e comentou que: *as pessoas diziam assim: "Mas será que vocês vão ou não continuar"? A gente não pode brincar com os sonhos das pessoas, que é de ir instigá-las, motivá-las e depois sumir? Porque você passa a ser alguém que é uma referência, né?* (SILVA, 2016).

No que diz respeito à questão geracional afirmou que *era muito legal quando também as mulheres negras mais velhas, também se sentiam felizes e surpresas porque, a gente sabe, que lógico, como era um processo muito forte da juventude daqui, né? Se de*

um lado acho que elas tinham essas coisas para fazer, por outro, acho que elas também viam como um processo - era como se fosse algo assim: "Ah, é a emoção da juventude!". Elas achavam que a gente ia ficar nessa onda. (SILVA, 2016).

E sobre as apostas para o fracasso da Marcha das Mulheres Negras 2015, Silva (2016) relatou: *se alguém desacreditava daquela Marcha... Eu lembro que o meu marido estava em Brasília um pouco antes e ele dizia assim: "Cara, vocês são fodas, vocês conseguiram, né?" Porque ele dizia, que não tinha mais passagens para Brasília. Já durante a semana ele dizia: "Nossa a mulherada toda está lá, estão se encontrando naquele aeroporto!" E foi muito legal quando ele falou assim: "Pô, se eu que sou homem negro estou assim, emocionado, ao ver tantas mulheres pretas nos lugares. Nossa, Cris, como é que vocês estão? Como é que vocês estão"? Eu falei assim: "Pode saber, a gente está empoderada, a gente está enlouquecida". A gente está tudo, porque eram muitas coisas juntas.*

Para Silva (2016), os compromissos do Pós-Marcha foi um processo emocionante e de comprometimento: *Dissemos que, depois da Marcha, a gente deveria inventar outra coisa, pois a nossa vida ficou muito agitada. A questão não é falar de, é falar com. E se estamos falando como mulheres negras, não tenho que achar que, porque tu estás no mestrado, isso foi pelas tuas oportunidades. Se você tem um poder de falar melhor, mas se a sua colega não tem, você vai incentivar para que ela possa fazer isso e a gente vai aprendendo. (SILVA, 2016).*

Sobre a região Norte, Maria Malcher comemorou alguns avanços: *no processo da Marcha eles – os moradores – construíram uma Escola de Ensino Médio dentro da comunidade. As mulheres construíram e nós acompanhamos todo esse processo. A Escola tem uma missão, já formou a sua primeira turma de ensino fundamental, a turma de Ensino Fundamental com os adolescentes erezinhos, em idade escolar, do lado do pai ou do tio, que era da turma do EJA da noite, nono ano. São 28 alunos. MALCHER, 2016).*

E, acreditando em novos desafios, Maria Malcher acredita que *nesse Pós-Marcha, passamos a ser muito mais respeitadas. A Nilma falava uma coisa muito interessante: "Nós não temos nada a perder", sobretudo fazendo uma Marcha. E realmente nós não temos nada a perder, pois já perdemos muito. (MALCHER, 2016).*

E, nesse momento eu falei a gente tem muito a perder, como sempre reafirmo, por discordar, justamente, da frase de Lélia Gonzalez em *A mulher negra na sociedade brasileira*, quando justifica o porquê considera importante a presença das mulheres negras no enfrentamento aos racismo: *uma vez que compreendendo que o combate ao racismo é*

prioritário, ela não se dispersa num tipo de feminismo que a afastaria de seus irmãos e companheiros, e nomeia algumas localidades dessas mulheres atuam, dentre elas as favelas (GONZALEZ, 1982, p. 103).

Mas sobretudo a mulher negra anônima, sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família é quem, ao nosso ver, desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite-nos a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. Mas sobretudo porque, como na dialética do senhor e do escravo de Hegel – apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, a aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder. (GONZALEZ, 1982, p. 104).

Sempre que lia esta parte do texto ficava pensando nas mulheres negras que moravam nas favelas, que desenvolviam ações educativas, geradoras de renda, políticas e culturais, na época que trabalhava na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura do Rio de Janeiro, era visível que todas tinham muito a perder. Perder alguém da família, um namorado, marido, namorada. As mulheres têm suas casas, seus barracos, têm a prateleira com o jornal ou papel rosa, tipo Kraft, cortado bonitinho, para as painéis ariadas fazerem parte da decoração ou, mesmo de serem usadas como espelho por tamanho o brilho. Por isso, esta frase sempre me causou incômodo, tendo em vista que as mulheres de favela, como eu fui um dia, tinham – e têm – muito a perder.

Além de ter muitas coisas a perder, as mulheres negras têm outras a reivindicar. A grande questão é identificar que valores, manifestações culturais e religiosas não sejam valorizadas, quando protagonizadas pela população negra. Lembro-me de um relato de Nilma Bentes, sobre um americano que lhe falou, que o negro brasileiro gosta de dançar, este pensamento pode indicar que, aos olhos do “estrangeiro”, a dança seja algo que representa uma “cultura menor” e, assim, desqualifica quem a pratica. Pura falta de alteridade!

Então, Maria Malcher explicou os motivos que citou a frase de Nilma Bentes: *quando falei essa frase, eu não ia falar essa questão da nossa sociabilidade da nossa história, mas sim da classe social*. Porém eu ressaltei que esta afirmação é muito perigosa. E disse que *lincava à essa coisa da posição social, não de tudo dessa nossa diversidade*. (MALCHER, 2016). Argumentei que, mesmo assim, a justificativa pela posição social, ainda, as mulheres negras, têm muito a perder. Inclusive, as próprias conquistas quanto à posição social que, aos seus olhos, pode ser algo que tenha modificado seu padrão de vida de forma considerável. E mais, grande parte das mulheres negras, como foi visto na autodefinição das colaboradoras da pesquisa no capítulo II, saiu de situação de

miserabilidade, o *script* eram os guetos, seja na periferia ou seja nas favelas do Rio de Janeiro, como foi o meu caso, por exemplo. No entanto, o Morro do Andaraí, que era rico. Rico de cultura, de samba com a Flor da Mina do Andaraí, com as festas, as tradições, como a Folia de Reis. Apesar de viver as adversidades da violência, da falta de saneamento básico, dentre outras ausências de Políticas Públicas, as pessoas sempre comemoravam quando pintavam o barraco no final do ano. Esses julgamentos desconsideram o Princípio da Relatividade¹⁸⁷.

Em São Miguel do Guamá, Maria Malcher relatou que *meu pai organizava a festa e o vizinho do lado tinha eletrola. É uma criatividade do viver, uma ideia muito interessante para pensarmos nossas famílias e amigades do nosso meio que nem todo mundo tem. Eu olho muito para as mulheres da minha família, entendeu? E não só da minha família, mas a história de vida da - quero muito aprender com a história de vida de algumas mulheres do cotidiano. Gosto muito do cotidiano, gosto muito de perceber isso no cotidiano, como uma pessoa superou essa questão. Acho que essa minha resiliência, parte dela, tem muita construção da história de vida de outras mulheres.* (MALCHER, 2016).

Então, após esta viagem no túnel do tempo, Maria Malcher retomou suas reflexões sobre o Pós-Marcha em Belém do Pará: *Fizemos uma reunião de avaliação, aqui houve pouca participação por conta da escolha da data dos municípios, porque atuo mais nos municípios, não atuo muito na região Metropolitana. E aqui houve vários questionamentos, acho que, se houver uma outra Marcha daqui a 5 ou 10 anos vai ser muito porreta. Acho que tem que ter um Encontro lincado com a Marcha. Não é aquela coisa que foi a Feira.* (MALCHER, 2016).

Perfeita a reflexão feita por Maria Malcher e acrescentei que poderia ser convocado o III Encontro Nacional de Mulheres Negras durante a Marcha, ou fazer um ano antes. Ela adorou a ideia e disse *que pode ser assim: Eu sou geógrafa, todo do mundo crítica, que geógrafo adora fazer encontro e no final, fazer trabalho de campo. Vambora ter coordenação coordenada, reunião de grupos de pesquisa, que seja da pesquisa, mas não que seja acadêmico, entendeu? Trocas de experiência, que venha uma poderosa para falar, dar um plá, assim. Aí depois, bora fazer uma Marcha. Quer seja no Rio ou em Brasília, que é mais aconselhável, né? Isso até é mais fácil. Como na agroecologia eles fazem muitos congressos e no final tem a caminhada, a jornada, a reivindicação das demandas.* (MALCHER, 2016).

¹⁸⁷ O princípio da relatividade, é um conceito da Física, que demonstra que nada é absoluto e que tudo é relativo. Um dos principais colaboradores desse princípio foi Albert Einstein.

Malcher informou sobre o planejamento que as mulheres do Pará estão desenvolvendo: *aqui na Amazônia. É continuar com o processo da Marcha, das atividades e fortalecer os grupos que foram criados. E, aí, agora esse ano, a gente tem proposta de fazer um Seminário em agosto, como fica a Marcha e, depois ter uma comunicação e continuar fazendo oficina com essas mulheres, acompanhar mais sistematicamente esses grupos, esses núcleos nos municípios de departamentos de Igualdade Racial e ampliar.* (MALCHER, 2016).

E sobre o trabalho com as comunidades quilombolas, Maria Malcher falou que: *Agora, a gente tem uma articulação com a Coordenação Estadual dos Quilombolas de Tocantins, com as mulheres, a gente está se aproximando de Manaus e aí, tem também uma aproximação com o Maranhão, tem uma parte do Maranhão que é Amazônica e as meninas do Amapá estão tentando ter uma relação mais próxima com o pessoal da Guiana, para ser uma Rede mais Amazônica. Agora estou com essa missão de aproximar o Acre e aproximar em outros estados. O Nordeste, porque tem a Rede de Mulheres Negras do Nordeste, pois nessa aproximação da Marcha, a gente ia para os encontros delas, elas vinham para os nossos encontros. Só que aí, o Nordeste tem uma ideia de criar uma Rede de Mulheres Negras Norte-Nordeste, só que nós falamos, nós temos a Rede Fulanas e nossa prioridade é a Rede Fulanas, no máximo que a gente pode fazer, é manter essa articulação Norte e Nordeste, ter o Encontro de Mulheres Negras Norte-Nordeste e ter um diálogo Inter Redes, essa é a nossa posição, Inter Redes, Aliança entre Redes.* (MALCHER, 2016).

Esta ideia de Redes e suas interdependências é um desdobramento interessante na Região Norte, o exemplo do Nordeste, sob a liderança de Valdecir Nascimento tem sido muito promissor. Espero que a proposta seja incorporada por demais regiões do Brasil.

Piedade Marques está em processo de articulação de uma nova entidade e tem conversado com algumas companheiras e diz que ela e a *Mônica, algumas pessoas, e dentre elas tem uma que se coloca de forma, assim, nós vamos realizar, porque nós não realizamos a avaliação ainda da Marcha, vai ser agora em 9 de abril que a gente vai fazer, trazendo a representação de todos os Comitês Impulsores.*

Piedade avaliou o Pós Marcha das Mulheres negras 2015: *Eu acho que a gente tem que pensar nos processos, porque não dá para achar que um resolve o outro. Um é: nós precisamos pensar organizações de mulheres negras, inclusive para ajudar essas companheiras que estão no interior, que não são necessariamente de organizações, inclusive são pessoas que se incorporaram, que são lideranças, que estão só, que*

organizem a organização, de mulheres negras no Estado; dois: a gente continua construindo um Fórum, um Comitê, um Coletivo de Mulheres Negras e aí, possa estar vindo organizações de mulheres soltas? Já que se você está em uma organização mista, que não queira participar, você vem. São dois caminhos que a gente tem que fazer, né? Eu acho que para frente, isso já desde o final do ano passado, já começava a trazer. Primeiro, que não vai dar para ter essa participação tão amorosa com o Movimento Feminista, porquê para elas, é ruim pensar que nós vamos andar com nossas próprias pernas. Conseguir garantir a nossa trajetória, nós por nós, não é algo assim que elas estão tão, assim, interessadas.

Para Marques (2016), o Pós-Marcha é muito essa coisa de que tem muita coisa para fazer, tem muita mulher esperando a gente para continuar. Muita mesmo. Todo mundo querendo fazer alguma coisa e acho que o convite inicial que ficou na memória, "cada um vem com o que tem", "cada uma vai dar o passo que vai dar", mas acho que, principalmente, o desafio é garantir que essas mulheres nesses espaços se pensem como protagonistas e protagonistas políticas. Porque, por exemplo, a gente não teve tempo ainda, estamos prestes de uma Eleição Municipal. Não dá, na maioria dos espaços, o que a gente construiu ainda é incipiente. Mas espero que se esse for o caminho, por que tem umas que não acreditam mesmo no caminho do parlamento, mas se for um caminho que o coletivo possa ser esse sujeito político, possa servir e se identificar pelo conjunto. (MARQUES, 2016).

Perguntei se ela seria candidata, disse que não, mas informou que existiam mulheres que poderiam ser.

Nilma Bentes refletiu sobre a necessidade e aumentar o nível de conscientização da necessidade de estimular o aumento da autoestima coletiva (inclusive via estética afro-negra e da reivindicação de aplicação de direitos, no meio urbano e rural) e a participação nos processos políticos em geral, inclusive político-partidários. (BENTES, 2016).

Sobre as ações em curso, Nilma informou que continuamos tentando fazer avançar o processo formativo que inclui tentar viabilizar nova versão do CFAN (Curso de Formação de Agentes de Negritude) e oficinas ligadas ao enfrentamento à violência contra mulheres negras/violência doméstica. Por outro lado, considerando que ainda estou na representação da AMNB no CNPIR - Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR, continuo tratando da temática naquele espaço. (BENTES, 2016).

Nilma incluiu uma reflexão que considerou importante, para ela, *talvez uma em que eu pudesse dizer que ainda é um enorme desafio para o Movimento Negro em geral e das Mulheres Negras, em especial - mesmo sem apoio dos grandes meios de comunicação, das igrejas e outras fontes de formação de opinião -, conseguir aumentar a autoestima coletiva de nossa gente e fazer com que a maioria acredite que é preciso se juntar ou criar organizações para enfrentar o racismo com mais contundência.* (BENTES, 2016).

Os projetos e programas que foquem na autoestima são fundamentais e, um dos desafios para todas as ativistas brasileiras, está na atuação com (os) estudantes cotistas, não só para garantir a permanência na instituição de ensino, como garantir a conclusão com êxito e um bom nível de empregabilidade.

Ao refletir sobre o Pós-Marcha, Bia Onça analisou o seguinte aspecto: *Hoje eu vejo, a partir da Marcha das Mulheres Negras, que uma perspectiva não só de visibilidade real, da gente botar a nossa cara, a nossa boceta preta e falar assim "ô, tamos aqui, a gente está aqui e vamos dividir por igual". Acho que é uma perspectiva muito de igualdade, uma perspectiva muito de "olha, eu estou aqui porque muitas se propuseram se estar aqui". Acho que não dá para passar batido mais.* (ONÇA, 2016).

Falei para Bia Onça que o conservadorismo e o recrudescimento do racismo que hoje se vive no Brasil, exige que a luta seja contínua. Perguntei como analisaria o quadro político atual. Ela ponderou: *isso pode estar atrapalhando. Porque esse conservadorismo... a gente vê aquela imagem emblemática ontem daquele casal branco com a babá com seu filho, de como você lutar pela democracia naquele sentido, naquele olhar, lutar pelos meus direitos de branco, de uma pessoa branca, de querer alguma coisa, mas ela está ali, ela é empregada. Por mais que eu pague o 13º, ela está naquele espaço social. E, na verdade, a gente não quer isso. Por mais que ela goste de ser babá, mas aquele lugar social dela, para aquela população branca olhar, é o que está posto. E eu não quero lutar por aquilo. "Ah, quero lutar para mim, quer ir para passeata" vamos como pessoa comum.* (ONÇA, 2016).

Então, resolvi problematizar a imagem¹⁸⁸. Quando estava babá, não aceitei usar uniforme branco. A primeira vez que estive na UFF, fui empurrando um carrinho de criança, depois eu voltei empurrando o carro da minha herstória. Depois voltei para fazer química na UFF. Ser babá não era nenhum demérito, mas não usava o tal uniforme, que me reportava à senzala. No entanto, o episódio a que se refere Bia, aos meus olhos, pareceu

¹⁸⁸ Não coloquei a imagem, em virtude de uma exposição desnecessária da trabalhadora doméstica.

muito mais uma hostilidade entre grupos de posicionamento político extremado – dos dois lados. Um fato curioso, foi o depoimento da trabalhadora informando que ela ganhava – e muito bem – para realizar aquele trabalho.

Solicitei à Bia Onça que falasse sobre as ações e atividades de desdobramento da Marcha. Ela informou que *no processo da construção da Marcha fiz a seleção para o mestrado em Educação, e aí também me motivou. Eu acho que a construção da Marcha me deu esse start de voltar para a academia, que eu já estava 3 anos já formada. Porque depois da Geografia fiz especialização em Gênero e Sexualidade no CLAM (Centro Latino-americano de Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos), lá na Medicina Social da UERJ, e aí eu falei assim, "pô, deu uma coisa, então, eu vou ver se eu vou". E aí, o que aconteceu com essa coisa da Marcha, envolvida com as pessoas que estavam envolvidas no processo da construção, fez com que me estimulasse. Até o meu próprio projeto para o mestrado, que é "Trajetória socioespacial de ONGs de mulheres negras a partir dos Pontos de Cultura". E, a partir do processo de gênero e raça na educação, a partir das leis e tudo mais. E acho que esse processo da Marcha fez com que eu desse um start na minha cabeça de falar assim "poxa, tenho que trabalhar com essas mulheres, com esse protagonismo dessas mulheres". (ONÇA, 2016).*

Bia Onça inseriu outra questão e suas reflexões que considerou relevante: *é um adendo para perguntar qual o papel da juventude negra nesse processo. Foi muito estimulante para as mulheres negras jovens. Eu acho que a partir da Marcha das Mulheres Negras, muitas mulheres negras se tocaram. Tem um bando de mulher preta que já está lutando para caramba para eu estar aqui nesse processo. E de como eu vou voltar para minha casa com um trabalho: eu tenho que mudar minha perspectiva, não só da minha família, mas, sei lá, da escola, do colégio. Tinha muita menina nova para cacete lá. Muita, muita, muita mesmo. E eu acredito que muitas delas voltaram para seus habitats de forma diferenciada. Não serão mais as mesmas que foram, sabe? (ONÇA, 2016).*

Nenhuma das mulheres negras que participaram da Marcha voltaram para suas casas da mesma forma, e fazendo uso da licença poética com Heráclito; “Nenhuma mulher pode banhar-se duas vezes no mesmo rio... pois na segunda vez o rio já não é o mesmo, nem tão pouco a mulher! ”. A Marcha *foi um rio que passou em nossas vidas!* (ONÇA, 2016).

Para Giselle dos Anjos Santos, *a perspectiva é de, ainda, mais trabalho, porque querendo ou não é isso! Acho que o racismo - tem uma frase da Arísia Barros¹⁸⁹, que é superinteressante, que ela fala que o racismo é camaleão poliglota, porque ele se transforma o tempo inteiro, então a gente dá um passo e consegue uma conquista política, aí eles vêm tentar puxar o nosso tapete e dão uma rasteira, no sentido de fazer com que aquilo que foi um grande ganho político seja revertido para eles próprios, os brancos, e que a gente fique ali de novo abanando.* (SANTOS, 2016).

Para ilustrar esta análise de Santo (2016), temos o exemplo com o que está acontecendo no acesso ao Sistema de Cotas, seja no ingresso ao ensino ou no trabalho, uma vez que tem havido consideráveis tentativas de fraudes, que levou à criação da Orientação Normativa Nº 3¹⁹⁰, de 01 de agosto de 2016, que dispõe sobre regras de aferição da veracidade da autodeclaração prestada por candidatos negros para fins do disposto na Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Esta iniciativa requer dos movimentos negros e feministas negros a participação para evitar reedições de métodos baseados em teorias eugenistas de comprovação de pertencimento racial.

E, de acordo com Santos (2016), *então, a gente tem toda uma mobilização política do Movimento Negro, considerando organizações mistas e organizações de mulheres negras para garantir a política de cotas nas Universidades e ações que garantam acesso e permanência etc. De repente, aquilo que tinha foco na população negra, que é algo que favorece toda a população sem o recorte racial e que acaba sendo um crivo e que muitos jovens negros não conseguem atingir. As cotas nas Universidades é um exemplo, muitas delas, não garantiram as cotas raciais, mas garantiram as sociais, e a gente sabe que no crivo que está estabelecido ali, o branco, mesmo que tenha estudado em escola pública, mesmo que more na periferia, ele tem muito mais condições do que a jovem negra. Então, a gente briga, briga, briga. A gente desenvolve um trabalho de militância que constrói resultados, mas nem sempre somos nós que colhemos os frutos.* (SANTOS, 2016).

E Giselle externado que *isso é muito assustador eu diria, porque sem dúvida, como eu acabei de mencionar, que é importante que a gente diga, movimento social negro, seja o movimento misto e as organizações de mulheres negras, desenvolveram ações muito importantes que beneficiaram a sociedade como um todo, mas quando a gente pensa num*

¹⁸⁹ Arísia Barros, é professora, publicitária e coordenadora do Núcleo Temático Identidade Negra na Escola da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Estado de Alagoas.

¹⁹⁰ Disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=54&data=02/08/2016&captchafiel=d=firistAccess>. Acesso em 02 de ago. de 2016.

recorte específico, na garantia de políticas para as populações negras e, especialmente para as mulheres negras, a gente vê que são os vários entraves e as várias barreiras e as poucas ações, para não dizer migalhas que chegam, ainda vem de forma que nos boicotam e que nos minam e nos tiram o protagonismo, no sentido de receber essa política pública deslegitimando e deixando de reconhecer que fomos nós que batalhamos pela garantia e construção dela, né? Então, é assustador, mas não existe outra possibilidade de transformação desse cenário que não seja por meio da atuação e da luta políticas. É triste, é cansativo, mas é a alternativa: continuar lutando. (SANTOS, 2016).

Ainda sobre o Pós-Marcha, Giselle continuou a reflexão: *Então, nesse sentido que tudo me leva a crer que a gente só tem mais trabalho, seria bom poder afirmar o contrário, que não, olha que maravilha, fizemos a Marcha das Mulheres Negras, agora a gente senta e descansa porque a gente trabalhou pra caramba. Então, agora a gente pode descansar?*

O trabalho de fato não pode parar diante dos inúmeros desafios e Santos (2016) pensa que, *pelo contrário, no final do ano passado, no mesmo mês de novembro, no mês que a gente fez a Marcha, saiu a pesquisa, o Mapa da Violência¹⁹¹, aponta que as mulheres negras tiveram um crescente vertiginoso no número de assassinatos em detrimento do número de assassinatos de mulheres brancas. Então, o que é isso, né? Como que as políticas públicas nesse país se desenvolvem a ponto de combater a política pública de um grupo e aumentar para outro? Isso é o absurdo que acaba colocando para a gente que nosso trabalho, eu não sei se um dia ele vai ter fim.* (SANTOS, 2016).

Os dados captados no Mapa da Violência, apontam um quadro assustador a que Santos (2016) destacou sobre os números em relação às mulheres negras. De acordo com o estudo, as taxas de homicídio de mulheres brancas caíram 11,9%: de 3,6 por 100 mil brancas, em 2003, para 3,2 em 2013. Em contrapartida, as taxas das mulheres negras cresceram 19,5%, passando, nesse mesmo período, de 4,5 para 5,4 por 100 mil. (WASELFISZ, 2015, p. 31). Sobre indicadores sociais para as mulheres negras os capítulos II e IV aprofundam o debate.

Diante dessas reflexões, faz-se necessário investir em ações com vistas a radicalizar a democracia, fortalecendo os movimentos organizados de mulheres negras e ampliando a participação delas nos espaços de comando e decisão política, em todas as esferas de

¹⁹¹ Dados publicados pelo FLACSO que aponta o aumento da violência contra as mulheres negras. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 20 nov. 2015.

poder. Um dos caminhos para o empoderamento das mulheres negras, pode estar no fortalecimento das Conferências e Conselhos, como espaços de deliberação das políticas, articulado ao processo orçamentário, em especial à elaboração do Plano Plurianual, na promoção de programas.

É fundamental o apoio para potencializar as mulheres negras nas disputas eleitorais, para caminhar em busca de mudanças na ideologia segregacionista no Congresso Nacional e demais Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, firmando pactos com os partidos políticos para a implementação de cotas no acesso ao Fundo Partidário

Urge elaborar e implementar novos processos educacionais para mudança do quadro atual. As perspectivas são de ampliar a participação e o aprofundamento de diferentes temas e, assim investir na formação política, para reunir elementos que fortaleçam a defesa e a reivindicação de políticas públicas/políticas sociais que interfiram diretamente em um novo padrão de sociedade, com vistas à melhoria da qualidade de vida para as mulheres negras brasileiras.

Por fim, alguns desafios merecem ser ressaltados: o investimento do Feminismo Negro em formas organizacionais mais eficazes e eficientes; definição de projeto político de nação; investimento na autonomia em relação às instituições governamentais; extinção da passionalidade na luta política; e, por fim, desenvolver maior organicidade nas ações para o cumprimento das metas.

Como é possível ver, são muitos os desafios e frentes de trabalho, para as mulheres negras brasileiras. E espero que seja uma tarefa da sociedade como um todo, que possa pensar no conjunto da nação e para reunir esforços visando uma sociedade justa e inclusiva.

A seguir apresento as considerações finais desta pesquisa.

CONCLUSÃO

A tese *Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha das Mulheres Negras 2015: uma Análise das Feministas Negras Brasileiras sobre as Políticas Públicas* se dedicou à pesquisa do Estatuto da Igualdade Racial e da Marcha das Mulheres Negras 2015. As reflexões sobre as políticas públicas, o feminismo negro e as relações raciais no Brasil foram abordadas para compor a pesquisa.

Destaco o relevante papel desempenhado pelas colaboradoras da pesquisa, Bia Onça, Cristiane Mare da Silva, Iêda Leal, Giselle dos Anjos Santos, Maria Malcher, Nilma Bentes, Piedade Marques, Valéria Porto e Zélia Amador de Deus que socializaram suas percepções, possibilitando a análise do objeto da pesquisa e foram imprescindíveis para a construção do conhecimento científico desenvolvido.

Para realizar o estudo, fiz a imersão no mundo dessas feministas negras nas diferentes regiões do país, visando radiografar as ações empreendidas na desconstrução dos sistemas de opressão no país, isso por que, a história, é sempre história de uma sociedade de indivíduos (ELIAS, 1994). E, sem dúvida alguma, este trabalho se insere no campo do registro dos fatos históricos referentes à luta das mulheres negras no Brasil e ter merecido seu reconhecimento na academia. Segundo Beatriz Nascimento ativistas tem por desafio, o desenvolvimento da epistemologia e da superação/resiliência negras: *fazer a nossa História, buscando nós mesmos (as), jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os enganando*. O complexo a que se refere a autora não está referenciado na psicologia, mas sim na área da História, e guarda semelhanças com as expectativas da sociologia de Guerreiro Ramos (1981), quando fez a defesa por uma ciência brasileira, liberta da centralização epistemológica europeia/norte-americana¹⁹² que tem dominado a cultura acadêmica no Brasil.

A pesquisa deu ênfase ao papel social e político desempenhado pelas mulheres negras brasileiras que protagonizaram a Marcha das Mulheres Negras 2015 e estabeleceu a

¹⁹² Para Nascimento (in RATTIS, 2007, p. 102) “Só o levantamento histórico da vivência do negro no Brasil levada a efeito pelos seus descendentes, isto é, os que atualmente vivenciam na prática a herança existencial, poderá erradicar o complexo existente nele, e assim como o preconceito racial por parte do branco”.

ponto com as reflexões sobre o conteúdo do EIR, numa perspectiva de ir além das análises puramente de cunho econômico, mas procurar observar as confluências de opressões que tem agravado a qualidade de vida das mulheres negras brasileiras.

E, para atingir os objetivos, a pesquisa foi referenciada nos saberes elaborados por intelectuais negros e negras, que guiaram meus caminhos para a compreensão do protagonismo da população negra, no que diz respeito às relações de gênero, classe e raça, dentre as quais destaco Beatriz Nascimento (1974), Abdias do Nascimento (1982), Guerreiro Ramos (1981, 1986), Lélia Gonzalez (1982, 1984), bell hooks (1981), Werneck (2007), CRUZ (2006).

Com a finalidade de orientar a coleta de dados, foram elaboradas três perguntas, como consta no capítulo I. A primeira, indagava se a implementação das políticas públicas, previstas no EIR, contemplava as reivindicações históricas do feminismo negro e do movimento de mulheres negras.

Em conjunto com as colaboradoras da pesquisa, foi possível identificar a relevância do EIR como ferramenta para consolidação e busca de direitos, porém as insatisfações quanto à efetividade da lei são significativas. Ainda ficou constatada, a falta de apropriação da legislação por parte da comunidade negra, como um instrumento que pode ser acionado para fazer valer os direitos.

Em que pese aos avanços na implementação de determinadas políticas públicas, como o EIR, a conclusão a que se chegou, destacou o racismo – que parece não perder o fôlego, já que está institucionalizado – e o papel limitado do Estado brasileiro em promover ações, projetos e programas amplos e comprometidos com mudanças no quadro social, político, econômico e cultural. Esses são apontados, como entraves a serem superados para o progresso das mulheres negras. Não obstante, apesar de algumas ações terem sido implementadas, as desigualdades persistem. Portanto, a adoção de políticas públicas universais e pontuais, além da readequação das existentes, são necessárias para a promoção de uma sociedade justa, igualitária e democrática.

A segunda questão perguntada na tese, indagava sobre o estágio atual do EIR, se corresponderia aos anseios das mulheres negras. Não obstante, quando se faz o balanço das legislações existentes, fruto da conquista dos Movimentos Negros e dos Feminismos Negros, conclui-se que: a instituição de Cotas Raciais para o acesso ao ensino superior; a demarcação de algumas terras Quilombolas; a promulgação da Lei 10639/03 – que torna obrigatório o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana –; a formulação da

Política Nacional de Saúde Integral da População Negra; a Lei das Cotas em concursos públicos, são exemplos de iniciativas louváveis e com potencial para provocar mudanças a médio e longo prazos, porém os sistemas de opressão no país parecem inalterados, impondo desafios, no sentido de pressionar os governos, quanto ao monitoramento, à avaliação sistemática e ao aperfeiçoamento dessas legislações, assim como à formulação de novas iniciativas que atendam às demandas reprimidas das mulheres negras.

O quadro tem sido agravado com o racismo institucional, a discriminação no mercado de trabalho, a violência doméstica e obstétrica, a inexpressiva participação e representação na política, o tem demonstrado que as leis, por elas próprias, não promovem as mudanças esperadas, tendo em vista a cultura de racialização consolidada no país, que além de concentrar renda e poder nas mãos de poucos e poucas, beneficiam homens e brancos no Brasil.

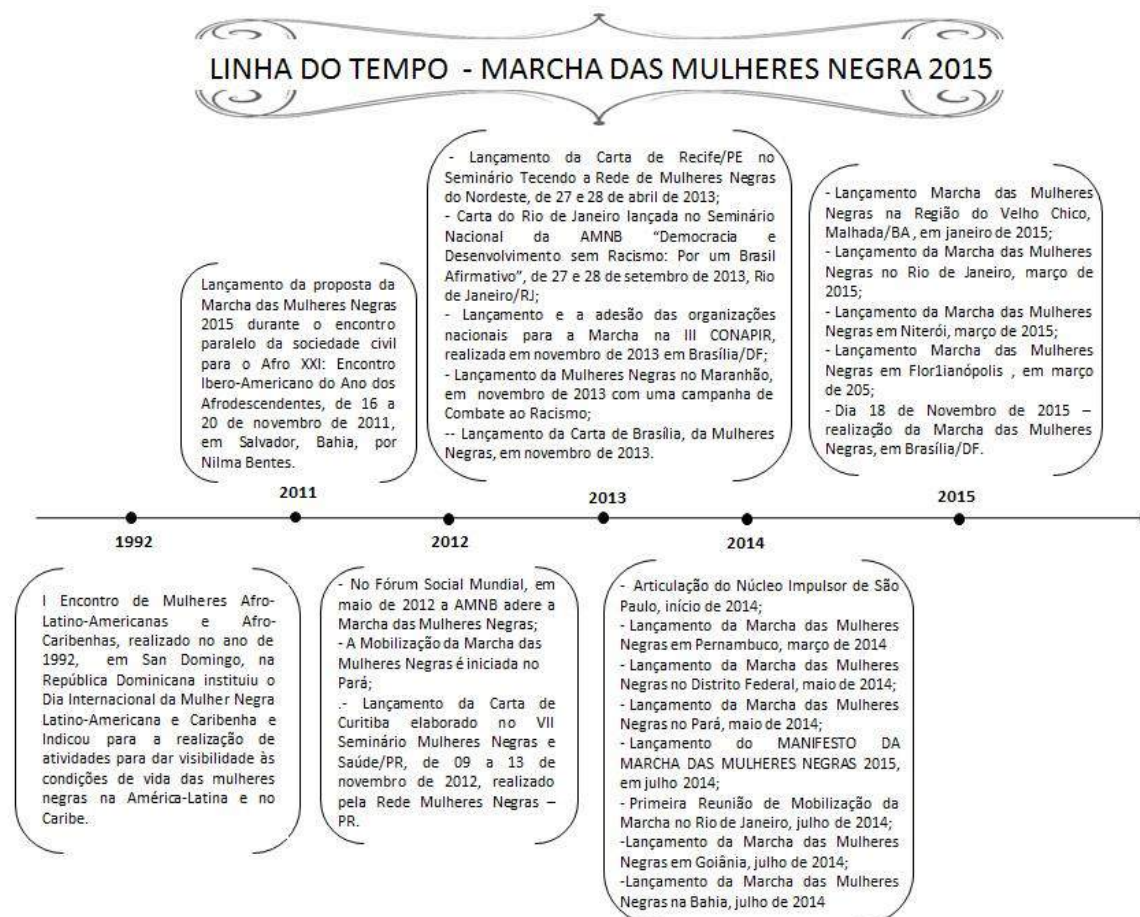
Diante das análises dos indicadores sociais, se constata que direitos políticos, econômicos, culturais e sociais não são extensivos, equanimemente, à população negra, o que torna imperativo atenção especial e determinação de luta para o gozo à cidadania plena.

Por outro lado, o investimento na profissionalização de quadros técnicos é fundamental na efetivação das políticas públicas, apontando para um outro desafio, que é o da qualificação dos organismos de Promoção da Igualdade Racial, que devem evitar as indicações apenas de cunho político. Tal iniciativa, poderá contribuir para eficácia e eficiência das ações que exigem conhecimento técnico para serem desenvolvidas.

Entende-se que a profissionalização de recursos pessoais é urgente, pois urgentes são os problemas a serem resolvidos, como a violência doméstica e obstétrica, a necessidade de se combater a cultura do estupro, assim como no que tange às questões relacionadas à educação, com o investimento em programa e projetos de apoio às alunas cotistas e na erradicação do analfabetismo. São exemplos de medidas fundamentais, que poderão mudar os indicadores atuais, que demonstram a gravidade da situação de violência contra crianças e adolescentes. Enfim, são muito os desafios e o que se tem visto é o baixo investimento na resolução dos mesmos.

A pesquisa cumpriu o papel ao refletir o EIR e seus desafios na efetivação de políticas públicas para potencializar a vida da população negra, que impõe desafios à sociedade, no sentido de fomentar novas iniciativas – governamentais e civis –, para garantir o desenvolvimento social, cultural, político e econômico à maioria da população que, historicamente, acumula índices de desenvolvimento humano abaixo do tolerável.

Esta radiografia do país, justificou a realização da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e Pelo Bem Viver. E, a terceira pergunta da pesquisa, que indagava se a atuação das mulheres negras brasileiras, no processo de organização da Marcha das Mulheres Negras 2015 foi suficiente para a realização do evento.



Antes desenvolver as conclusões sobre a análise da atuação das colaboradoras da pesquisa no processo de organização, sintetizado na Linha do Tempo acima, é importante destacar que os objetivos da Marcha das Mulheres Negras 2015 apontavam para a efetivação de medidas, que estavam condicionadas à elaboração de um Plano de Ação Governamental, com definição de prazos e metas a serem cumpridos, que depois do monitoramento poder-se-ia estimar seus resultados. Como exemplo desses objetivos, destaque: o fim do feminicídio; a investigação de todos os casos de violência e assassinatos; o fim do racismo e sexismo produzidos nos veículos de comunicação; o fim dos critérios e práticas racistas e sexistas no ambiente de trabalho; a garantia de atendimento e acesso à saúde; o fim do desrespeito religioso e, a garantia da reprodução cultural de nossas práticas

ancestrais de matriz africana. Todos de extrema relevância, porém exigem uma força tarefa para o desenvolvimento e implementação.

No processo de organização da Marcha das Mulheres Negras 2015, a participação de feministas negras influenciou à incorporação do termo Feminismo Negro nas atividades desenvolvidas. Esta constatação explica a baixa adesão ao conceito pelas entidades que formularam o Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015, no que diz respeito à autodefinição enquanto feministas negras.

Através da análise das percepções das colaboradoras da pesquisa, conclui-se que o processo de organização da Marcha das Mulheres Negras 2015 fortaleceu os Feminismos Negros, a partir das atividades desenvolvidas em todas as regiões do Brasil. Destaco a agradável surpresa em identificar, seu poder na sensibilização de gestores públicos, quanto à implementação de políticas públicas com recorte de gênero e raça, em determinados municípios, no quais o atendimento às demandas das mulheres negras era inexistente.

Nas etapas de organização da Marcha das Mulheres Negras 2015, ocorreram tensões e conflitos, no interior dos Comitês Impulsores, em disputas por representatividade e, a resolução do problema demonstrou o amadurecimento das ativistas, ao evitar danos à mobilização das mulheres negras na adesão à proposta. Floresceu um sentimento de superação das adversidades, com vistas a cumprir a tarefa política de marchar contra o racismo e violência e pelo Bem Viver”, no dia 18 de novembro em Brasília.

No que diz respeito às relações com as feministas brancas, homens negros, partidos políticos e sindicatos, nota-se outro momento de superação e amadurecimento. Isso porquê, a indiferença identificada no comportamento de alguns homens negros dos Movimentos Negros, em nenhum causou danos no transcorrer das atividades de mobilização e de formação política.

As tentativas de apropriação do protagonismo das mulheres negras, por parte das feministas brancas em alguns estados, foram freadas através do enfrentamento direto por parte das ativistas negras.

No caso dos partidos políticos, foi verificado o eterno descaso com a temática, que só se fizeram representar através da proximidade de alguns parlamentares com as feministas negras, em grande parte dos estados visitados.

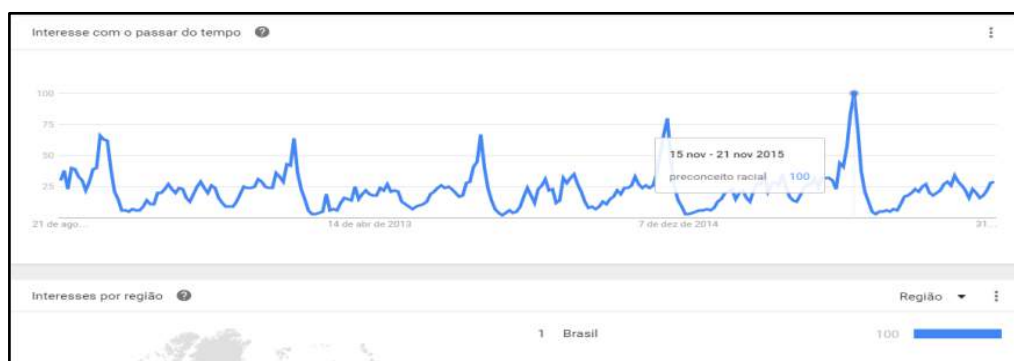
Por fim, no que diz respeito aos Sindicatos, apesar de terem exercido papel relevante em algumas regiões no apoio para o deslocamento das mulheres negras até Brasília, a ação ficou esvaziada em função do comportamento manifestado no dia da Marcha das Mulheres Negras 2015. Todos foram reprovados, diante da insistência em

manter seus balões e faixas que significou a intenção de roubar a cena no evento. Entretanto, foi destacado pelas colaboradoras da pesquisa, que se faz necessário buscar a aproximação para construir relações mais saudáveis, permanentes e duráveis.

Nas reflexões sobre o papel desempenhado pela mídia, quanto ao tratamento dado às informações sobre a população negra no Brasil, o fracasso, foi confirmado mais uma vez, não só pelo conteúdo das matérias veiculadas, que reservaram maior destaque para o confronto com o acampamento em frente ao gramado do Congresso Nacional, que protestava contra o governo da presidente Dilma Rousseff e pedia seu afastamento. Vale ainda destacar, que houve a subestimação na estimativa numérica do evento. Um evento que reuniu mais de 50 mil mulheres, nunca poderia ser manchete de jornais estampando 2 mil mulheres.

Independentemente do que foi noticiado, a título de exemplo sobre o alcance e avaliação da ação política da Marcha das Mulheres Negras 2015, realizei um rápido contato com a plataforma Google Trends. Pesquisei sobre o impacto do evento para fazer a leitura quantitativa, e mensurar o interesse da população pela busca da palavra preconceito racial. O que em princípio é uma ferramenta para jornalistas, pode ser usada para avaliar os fenômenos sociais de forma dinâmica. Pode ainda, auxiliar para o estudo de tendências e apontar para a formulação de políticas públicas.

Quadro 03 – Explorando Preconceito Racial no Brasil no Google Trends¹⁹³



Fonte: Captura de tela Google Trends

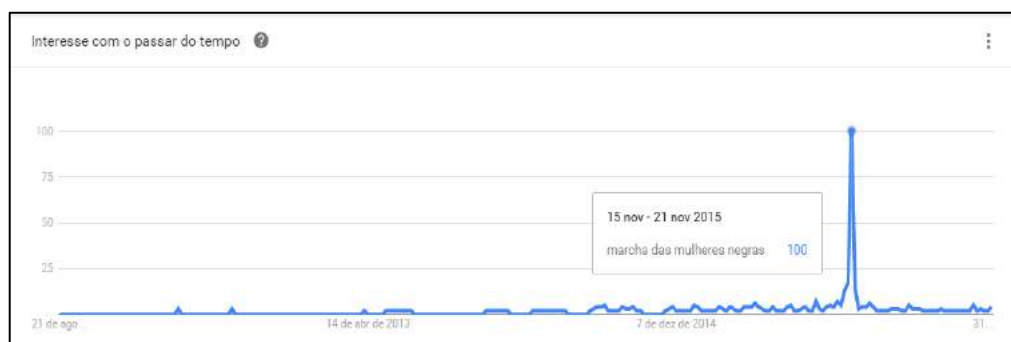
O quadro 03 demonstra que antes da Marcha existiam picos periódicos – sempre no mês de novembro – é normal o interesse aumentar tendo em vista o feriado do Dia Nacional da Consciência Negra – Dia 20 de novembro, no entanto ele sofre um desvio

¹⁹³ Disponível em: <https://www.google.com.br/trends/explore?q=preconceito%20racial&hl=pt-BR>. Acesso em: 22 de jun. de 2016.

ascendente e acentuado no ano de 2015, o que pode associar a este comportamento, que neste ano se deu a organização da Marcha das Mulheres Negras 2015, e ter influenciado no interesse pelo preconceito racial devido ao a visibilidade conquistada pelo nosso evento.

E quando analisamos o interesse pela palavra marcha das mulheres negras [Quadro 04], é possível ver na linha do tempo que não consta nenhum pico antes do ano de 2012. O motivo está relacionado com o fato de que a proposição para realização do evento ocorreu no ano de 2011. No entanto, o primeiro pico de interesse tem início no ano de 2012, ano em que a Região Norte iniciou o processo de mobilização da Marcha. Contudo, é no período de 15 a 21 de novembro de 2015 que o interesse ascende acentuadamente.

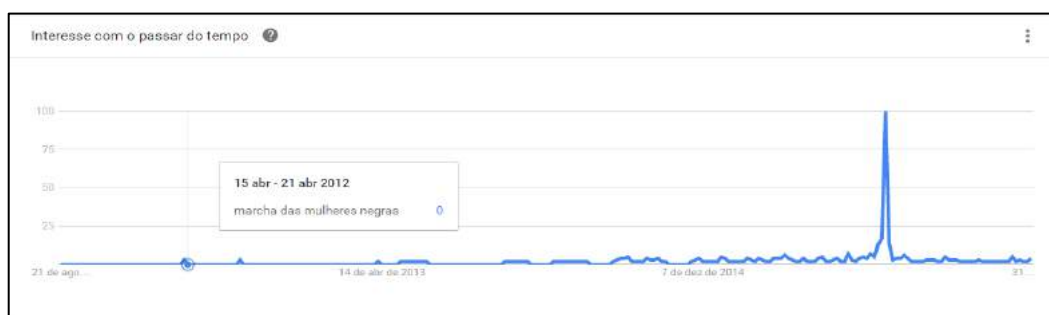
Quadro 04 – Explorando Marcha das Mulheres Negras 2015 no GooleTrends



Fonte: Captura de tela Google Trends.

Realizando a leitura do primeiro pico na linha do tempo da palavra marcha das mulheres negras, [Quadro 05], percebe-se o ano de 2012 demarca o início do interesse sobre o assunto, que sendo acentuado com o passar do tempo e, no período de 15 a 21 de novembro atinge maior índice, período da realização da Marcha das Mulheres Negras 2015.

Quadro 05 – Explorando Marcha das Mulheres Negras 2015 no GooleTrends



Fonte: Captura de tela Google Trends.

Os gráficos demonstram a influência da Marcha de Mulheres Negras - 2015 na potencialização do debate e do interesse sobre a temática negra no Brasil. É um dado relevante que agrega a visibilidade da ação política nas redes sociais, uma nova tendência para a análise de políticas públicas.

A ferramenta Google Trends pode ser utilizada para visibilidade da ação política e como uma nova tendência para a análise de políticas públicas. Pode indicar caminhos para programas e projetos de governança a ser negociada com diferentes partidos políticos em processos pré-eleitorais e; para a formação de quadros intelectuais, ativistas e candidatos dos movimentos sociais, com vista atender às demandas sociais. Fato corroborado em Machado (2014)¹⁹⁴, que considera que a rede social, se converteu em um espaço público fundamental para o fortalecimento das demandas dos atores da sociedade civil, que conseguem contornar a desigualdade de recursos para ampliar alcance de suas ações e desenvolver estratégias de luta mais eficazes.

A construção da tese, fez uso da metodologia da Pesquisa Ativista Feminista Negra, que emergiu como resposta ao dilema vivido por quem decide fazer do ativismo político-social, o campo de atuação para análise do objeto da pesquisa. Até o presente trabalho, foram dezenove anos de experimentação empírica da Pesquisa Ativista Feminista Negra, construídas no ativismo político, na governança pública e na academia.

O referencial da pesquisa ativista de Radha D'Souza (2010) serviu de bússola para concepção da proposta metodológica. Em todas as fases, foi constante a necessidade em equacionar o tempo, as tensões, os conflitos, as diferentes cognições sobre o objeto analisado, que exigiu atenção para não pôr em risco o prazo de finalização da pesquisa e não se perder nas armadilhas presentes no ativismo, que muitas vezes tiram o foco dos estudos. Assim, o método exigiu equacionar esses elementos, para construir atingir o objetivo do curso.

A Pesquisa Ativista Feminista Negra – PAFN é um método, no qual não há “sujeito da pesquisa”, mas sim colaboradora (as) da pesquisa, que são a (as) – protagonista (as) epistemológica (as) do objeto estudado - e tem a identidade revelada não só como afirmação de uma identidade feminista negra, mas para garantir a visibilidade de seu papel político e ativista na sociedade. Seus depoimentos são incorporados no corpo do trabalho e

¹⁹⁴ Movimentos sociais, tecnologias de informação e o ativismo em rede. Jorge Alberto S. Machado Professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. 2014. <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/geografia/0022.html>.. Acesso em: 3 de jun. de 2016.

não são reinterpretados, segundo as categorizações da pesquisadora. O se estabelece é a ética na preservação das respostas e o diálogo sobre os fatos analisados.

Portanto, a Pesquisa Ativista Feminista Negra registra as lutas das feministas negras. Aborda a pesquisa, a partir das experiências das feministas negras. Elege o objeto de pesquisa de acordo com a experiência/atuação no campo de luta por transformações protagonizadas por feministas negras. O que confere a ao método, a dinâmica no campo de pesquisa exigindo total imersão para apreensão dos fatos e impactos sociais.

A pesquisa demonstrou que Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, assim como a Marcha Zumbi dos Palmares, enquanto ação política, apontaram para a possibilidade de transformações sociais e políticas reais, que estão expressas nos organismos de promoção da igualdade racial e de políticas para as mulheres, que foram criados durante o processo de organização e após sua realização.

As colaboradoras da pesquisa desenvolveram ações que apontavam para a construção de novos caminhos, que exigem transformações nas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, sem perder a dimensão dos desafios internos dos Feminismos Negros, do Movimento de Mulheres Negras e do combate ao racismo e à violência contra as mulheres negras, agravados pelo conservadorismo que tenta se instaurar na sociedade brasileira.

Assim, as reflexões nessa tese transformaram meu olhar sobre o poder das mulheres negras; sobre as relações sociais baseadas em práticas racistas; na discriminação de gênero; de orientação sexual, religiosa e de classe. E reafirmo o empenho em repensar os feminismos negros, a importância em reconhecer as especificidades e suas diferentes nuances. Foi possível identificar, ainda, a necessidade de se investir em formas organizacionais mais eficazes e eficientes; definir um projeto político de nação; fomentar a autonomia dos movimentos sociais em relação às instituições governamentais; criar mecanismos autônomos de controle social; extinguir a passionalidade na luta política e; por fim, desenvolver maior organicidade nas ações para o cumprimento das metas.

Como consequência e desafio no Pós-Marcha da Mulheres Negras – 2015, há que se investir no poder de negociação, uma vez que o processo apresentou resultados satisfatórios em regiões nas quais as ativistas buscaram parcerias nos setores público e privado para garantir apoio às ações desenvolvidas e, com isso, aglutinaram um número expressivo de mulheres para participar da Marcha em Brasília.

Finalizo com Iêda Leal, *penso em três desafios para a gente: o que fazer depois da Marcha? Depois da Marcha nossa responsabilidade é empoderar as mulheres negras,*

porque nós somos muitas e fazer que elas fiquem lá no local desenvolvendo um trabalho de empoderamento das outras; ter esse conceito Bem Viver mais elaborado para a gente; nós vamos fazer outra Marcha, mas antes de fazer outra Marcha, mas a tarefa é fazer essa conversa no Brasil. Temos que fazer algumas coisas. (LEAL, 2016).

A lista dos nossos compromissos é muito extensa e esta tese é parte do compromisso em sistematizar uma fração do processo político, que as mulheres negras na atualidade têm protagonizado no Brasil e, que sigamos marchando mais empoderadas seja na academia, nos bairros, nos partidos políticos, sindicatos, nos movimentos e em todos os lugares, por que lugar de mulher, é em qualquer lugar!

Se empodera
PaguFunk

"Essas mulheres desconstroem o racismo em suas casas.
E na rua: agitam a Baixada!
Essas mulheres desconstroem o sexismo em suas casas.
E na rua: agitam a Baixada!
E na luta: transformam a Baixada!
Se empodera! Não dê trégua!
Chamei ela pro 8 de março e ela respondeu assim:
Eu vou! Por nós, pelas outras, por mim!
Eu vou! Por nós, pelas outras, por mim!
As minas chapa quente vão cantando assim:
Eu vou! Por nós, pelas outras, por mim!
Eu vou! Por nós, pelas outras, por mim!
Chamei ela pra ação direta e ela respondeu assim:
Eu vou! Por nós, pelas outras, por mim!
Eu vou! Por nós, pelas outras, por mim!
Se empodera! Não dê trégua!¹⁹⁵

¹⁹⁵ Página da PaguFunk: <https://soundcloud.com/pagufunk/se-empodera>. Acesso em 06 de maio de 2016.

REFERÊNCIAS

ADNEWS. Riachuelo comenta acusação de racismo em propaganda, março 2014. Disponível em: <http://www.adnews.com.br/publicidade/riachuelo-comenta-acusacao-de-racismo-em-propaganda>. Acesso em 11 de mar. de 2014.

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004. Disponível em: <http://neppi.ucdb.br/pub/cedoc/pdf/MANUAL%20DE%20HIST%D3RIA%20ORAL.pdf>. Acesso em 22 de jun. 2016.

ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2005.

AMNB (Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras), 2000. Disponível em: <https://amnbnasconferencias.wordpress.com/quem-somos/>. Acesso em 20 de jun. de 2016.

ASSIS, Jussara Francisca de. Mulheres negras no setor empresarial: possibilidades e limites do programa pró-equidade de gênero e do serviço social em prol da diminuição das desigualdades sociais no trabalho. Florianópolis, SC, Fazendo Gênero 09, 2010.

AZEREDO, S. A questão racial na pesquisa. São Paulo: FCC/DPE, 1991.

AZEVEDO, José. Metodologias qualitativas: Análise do Discurso. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1998. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8902>. Acesso em 25 de out. de 2013.

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. Salvador/BA, Afro-Ásia nº 23. UFBA, 2000. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n23_p347.pdf. Acesso em 18 de ago. de 2014.

BAPTISTA, T. W. F.; MATTOS, R. A. Sobre Política (ou o que achamos pertinente refletir para analisar políticas). In Mattos, R. A.; Baptista, T. W. F. Caminhos para análise das políticas de saúde. Online, 2011. Disponível em www.ims.uerj.br/ccaps.***. Acesso em 18 de mar. de 2013.

BARRETO, Raquel de Andrade. “Enegrecendo o feminismo” ou “Feminizando a raça”: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzáles. Rio de Janeiro, PUC-Rio, Departamento de História, 2005. Disponível em:

<http://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/enegrecendo-o-feminismo.pdf>.

Acesso em 18 de mar. de 2013.

BAUMAN, Zigmund. *Identidade: entrevista a Benedetto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BENTES, Nilma. Entrevista em 26 de março de 2016. Belém do Pará/PA.

BERQUÓ, E.; ROCHA, M. I. B. A Abep no contexto político e no desenvolvimento da demografia nas décadas de 1960 e 1970. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 22, n. 2, p. 233-246, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982005000200003>. Acesso em 20 de ago. de 2014.

BIGLIA, Barbara. Avances, dilemas y retos de las epistemologías feministas en la investigación social. En Mendiá Azkue, I., Luxán, M., Legarreta, M., Guzmán, G.; Zirion, I., Azpiazu Carballo, J. *Otras formas de (re)conocer. Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista*. Donostia-San Sebastián: Hegoa, 2014. Disponível em: http://publicaciones.hegoa.ehu.es/assets/pdfs/329/Otras_formas_de_reconocer.pdf?1429005444. Acesso 10 de abr. de 2016.

BIKO, Steve. *Escrevo o que eu quero*. Tradução do Grupo Solidário São Domingos. São Paulo, Ática, 1990. Disponível em: https://docs.google.com/uc?id=0B_W2MHgG528OaUVmaGtWNHFwcjg&export=download. Acesso em: 26 de abr. de 2016.

Blogueiras Negras. Ah! Branco, dá um tempo! Carta aberta ao senhor Miguel Falabella, 2014. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2014/09/10/ah-branco-da-um-tempo-carta-aberta-ao-senhor-miguel-falabella/>. Acesso em 11 de mar. de 2014.

BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre, CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude. *O Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, 16ª ed.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Câmara dos Deputados. DOSSIÊ – Projeto de Lei 1.332/1983, 1983. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1167638&filenome=Dossie+-PL+1332/1983. Acesso em 25 de abr. de 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei N.º 73, 1999. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/330424.pdf>. Acesso em 07 de set. de 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei N.º 3.198/2000, 2000. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=19262>. Acesso em 07 de set. de 2012.

BRASIL. JORNAL DA CÂMARA, Brasília, CÂMARA DOS DEPUTADOS, Sexta-feira, 14 de setembro de 2001, Ano 3 - N.º 631C20010914 instalação da Comissão Especial do Estatuto da Igualdade Racial, 2001. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/Jornal/JC20010914.pdf>. Acesso: 10 de mar. de 2015

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Decreto N.º 4.887, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso 12 de mar. de 2009.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei do Senado N.º 213/2003, 2003. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/80392.pdf>. Acesso em 02 de ago. de 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 6.264/2005, 2005. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=307731>. Acesso 2 de nov. de 2012.

BRASIL. Comissão Geral para Debater o Estatuto da Igualdade Racial, 2007. Disponível em: http://www.nacaomestica.org/hemero_071126_comissao_geral.htm. Acesso em 20 de set. de 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão Geral Sobre o Estatuto da Igualdade Racial, 2008. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1731/comissao_igualdade_racial_comissao_geral.pdf?sequence=2. Acesso em 08 de set. de 2012.

BRASIL. Senado Federal. Relatório da Comissão Especial Destinada A Proferir Parecer Ao Projeto de Lei N.º 6.264, de 2005, do Senado Federal, 2008. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/587413.pdf>. Acesso em 20 de set. de 2012.

BRASIL. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas Sociais: acompanhamento e análise - Vinte Anos da Constituição Federal - Volume 3. Brasília, Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. 2009.

BRASIL. Lei N.º 12.034, de 29 de setembro de 2009, 2009. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112034.htm. Acesso em: 2 de nov. de 2012.

BRASIL. AGÊNCIA DO SENADO. Aprovação do Estatuto da Igualdade Racial será celebrada em Plenário, 2010. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/07/08/aprovacao-do-estatuto-da-igualdade-racial-sera-celebrada-em-plenario>. Acesso em 19 de set. de 2012.

BRASIL. PARFOR - O Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica. Ministério da Educação (MEC), de Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) e das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, 2010. Disponível em: <http://www.proeg.ufam.edu.br/parfor>. Acesso em 23 de jun. de 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADPF 186, 2010. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=400108&tipo=TP&descricao=AADPF%2F186>. Acesso em 10 de nov. de 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. KAUFMANN, Roberta Fragoso Menezes. DEM – Partido Democratas – Peça Inicial da ADPF 186, 2010. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=400108&tipo=TP&descricao=AADPF%2F186>. Acesso em 10 de nov. de 2012.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Audiência Pública ADPF 186. MAGGIE, Yvonne. Um ideal de democracia, 2010. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=processoAudienciaPublicaAcaoAfirmativa>. Acesso em 02 de mai. de 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, TV JUSTIÇA. VÍDEOS DO JULGAMENTO.2012. YouTube. VÍDEO 1/10. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AKe2jG8hpzU>. Acesso em 12 de nov. de 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, TV JUSTIÇA. VÍDEO 2/10. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yNXbYiBeLyQ>. Acesso em 12 nov. de 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, TV JUSTIÇA. VÍDEO 3/10. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8cYPMIOpPvA>

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, TV JUSTIÇA. VÍDEO 4/10. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Bi7H1ByHXc>. Acesso em 12 de nov. de 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, TV JUSTIÇA. VÍDEO 5/10. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W8BmXQC7GOA>. Acesso em 12 de nov. de 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, TV JUSTIÇA. VÍDEO 6/10. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WqXA2fcQOcI>. Acesso em 12 de nov. de 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, TV JUSTIÇA. VÍDEO 7/10. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JB67Vkg1WoQ>. Acesso em 12 de nov. de 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, TV JUSTIÇA. VÍDEO 8/10. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H2JDG6V3wJ8>. Acesso em 12 de nov. de 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, TV JUSTIÇA. VÍDEO 9/10. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BkvY7AHbv5k>. Acesso em 12 de nov. de 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, TV JUSTIÇA. VÍDEO 10/10. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KEHx1X8FGUg>. Acesso em 12 de nov. de 2012.

BRASIL. IBGE. Em 10 anos, triplica percentual de negros na universidade, 2012. Disponível em: <https://noticias.terra.com.br/educacao/ibge-em-10-anos-triplica-percentual-de-negros-na-universidade,4318febb0345b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>.

Acesso em: 2 de mar. de 2013.

BRASIL. Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. Programa Brasil Quilombola - Diagnóstico de Ações Realizadas, 2012. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/destaques/diagnosco-do-programa-brasil-quilombola-2012-atualizado/view>. Acesso 11 de mar. de 2016.

BRASIL. Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. Relatório Final Grupo de Trabalho Estatuto da Igualdade Racial, 2012. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/.arquivos/gt-estatuto>. Acesso em: 26 de abr. de 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. LEVANDOWISKY, Ricardo. Íntegra do voto na ADPF 186. 2012. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF186RL.pdf>. Acesso em 02 de mai. de 2013.

BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população. Rio de Janeiro, RJ, 2013, Nº 32.

BRASIL. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes. [et al.]- Brasília: IPEA, 2013. p. 160. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20978&catid=336. Acesso em 10 de nov. de 2014.

BRASIL. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Nota Técnica Vidas Perdidas e Racismo no Brasil. Daniel R. C. Cerqueira (DIEST/IPEA) e Rodrigo Leandro de Moura (IBRE/FGV). Brasília, 2013, Nº 10. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131119_notatecnicadiest10.pdf. Acesso em 10 de nov. de 2014.

BRASIL. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas sociais: acompanhamento e análise. Brasília, Periódicos, v. 21 - (jun. 2013). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_19_completo.pdf. Acesso em 10 de nov. de 2014.

BRASIL. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_21_completo.pdf. Acesso em 18 de set. de 2014.

BRASIL. Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. Resoluções aprovadas na Plenária Final da III CONAPIR - Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – III CONAPIR, 2013. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-seppir/resolucoes-final-21-05.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Estudo mostra sub-representação de mulheres e índios nas eleições deste ano, 2014 (a). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/474545-ESTUDO->

MOSTRA-SUB-REPRESENTACAO-DE-MULHERES-E-INDIOS-NAS-ELEICOES-DESTE-ANO.html. Acesso em 25 de abr. de 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei Nº 7.103/14, 2014. http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=2E9054E9D1D95A787038480925772030.proposicoesWeb2?codteor=1348497&filename=Avulso+-PL+7103/2014. Acesso 10 de maio de 2016.

BRASIL. INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos. Eleições 2014: Congresso Nacional permanecerá desigual nos próximos 4 anos, 2014. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2014/outubro/eleicoes-2014-congresso-nacional-permanecera-desigual-nos-proximos-4-anos>. Acesso em 10 de abr. de 2015.

BRASIL. Presidência da República. ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. “Servidores Públicos Federais – Raça/Cor”. 2014. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/1099627-Servidores-Publicos-Federais-Raca-Cor-2014/>. Acesso em 25 de abr. de 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015. 181p. Disponível em: http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf. Acesso em dez. de 2015.

BRASIL. Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. Retrospectiva 2015 – Destaques da Política de Promoção da Igualdade Racial.2015). Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/dezembro/retrospectiva-2015-2013-destaques-da-politica-de-promocao-da-igualdade-racial>. Acesso em: 10 fev. 2016.

BRASIL. CÂMARA NOTÍCIAS. Proposta retira referência sobre população negra do Estatuto da Igualdade Racial, 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/509683-PROPOSTA-RETIRA-REFERENCIA-SOBRE-POPULACAO-NEGRA-DO-ESTATUTO-DA-IGUALDADE-RACIAL.html>. Acesso em 09 de jun. de 2016.

BRASIL. CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público, jun. 2016. Disponível em: http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/images/Normas/proposicoes_apresentadas/2016/GT4_RecomendaoORGAOESPECIAL.pdf. Acesso em 15 de jul. de 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Articulação Interfederativa. Painel de Indicadores do SUS – Temático Saúde da População Negra. Brasília, v.7, n.10, 2016.

BRASIL. Projeto Escola sem Partido, 2016. Disponível em: Consultar: <http://www.ebc.com.br/educacao/2016/07/o-que-e-o-escola-sem-partido>. Acesso em 28 de julho de 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Medida Provisória 726/2016, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv726.htm. Acesso em: 02 ago. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. NOTÍCIAS DO STF. Quilombolas: após voto divergente, julgamento tem novo pedido de vista. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=288144>. Acesso em 18 de abr. de 2015.

CARDOSO, Cláudia Pons. Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Salvador. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012. Disponível em: <http://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/enegrecendo-o-feminismo.pdf>. Acesso em 20 de ago. de 2014

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero." Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003: p. 49-58. Disponível em: <https://rizoma.milharal.org/files/2013/05/Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em 20 de ago. de 2012.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, Raça e Ascensão Social. Estudos Feministas, Rio de Janeiro: IFCS, UFERJ - PPCIS/UERJ,1995.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. ESTUDOS AVANÇADOS 17 (49), p. 117-136, 2003. <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/eav/article/viewFile/9948/11520>. Acesso em 20 de ago. de 2012.

CARTA CAPITAL. A bancada BBB domina o Congresso, 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/844/bbb-no-congresso-1092.html>. Acesso em: 20 abr. 2016.

CARTA DE CURITIBA, 2012. Disponível em: <http://populacaonegraesaude.blogspot.com.br/2012/11/carta-da-marcha-das-mulheres-negras.html>. Acesso em 23 de jun. de 2016.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil – o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2012.

CHARAUDEAU, Pierre. Discurso Político. São Paulo: Contexto, 2008.

CASTRO, Grasielle. 10 motivos para temer a bancada BBB, 'Bíblia, Boi e Bala', do Congresso Nacional, abril de 2015. HuffPost Brasil. Disponível em: http://www.brasilpost.com.br/2015/04/20/motivos-bancada-bbb_n_7082130.html. Acesso em 23 de jun. de 2015.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Natália Luchini. Seminário “Teoria Feminista”, Cebrap, 2013.

COLLINS, Patrícia Hill. Conferência “Nós que acreditamos na liberdade não podemos descansar: lições do Feminismo Negro”, jul. de 2014. Brasília. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-07/patricia-collins-convoca-mulheres-negras-se-engajarem-contr-o-racismo>. Acesso em: 04 jun. 2014.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a Outsider Within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e Estado, 2016. 31(1), 99-127. <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>. Acesso em 15 de jun. de 2016.

CORDEIRO, Albert Alan de Sousa e CARVALHO, Nazaré Cristina. Capoeira. Do crime à legalização: Uma história de resistência da cultura popular. Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.2, nº4 jan-jun, 2013, p.68-80. Disponível em: <file:///C:/Users/Rosálide/Oliveira/Downloads/417-981-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 de mai. de 2016.

CRUZ, Isabel. CF da. Health and racial inequities in Brazil: the Black population - a literature review. *Online Brazilian Journal of Nursing*, [S.l.], v. 5, n. 2, aug. 2006. Available at: <http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/400/95>. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/1676-4285.2006400>. Acesso em: 13 de jul. de 2016.

CRUZ, Isabel Fonseca – A sexualidade, a saúde reprodutiva e a violência contra a mulher negra: aspectos de interesse para assistência de Enfermagem. São Paulo, Revista da Escola de Enfermagem da UFF, 2003.

CRUZ, Isabel Fonseca da e LEMOS, Rosália de Oliveira. Manual do 171 do Movimento Negro. Rio de Janeiro, Digitado, 1995.

CUNHA, Marlene de Oliveira (1986). In RATTTS, Alex. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

CUNHÃ. Marcha das Mulheres Negras Brasileiras será lançada na Paraíba nesta sexta (26), 23 jul 2014. Disponível em: <http://www.cunhanfeminista.org.br/marcha-das-mulheres-negras-brasileiras-sera-lancada-na-paraiba-nesta-sexta-26/>. Acesso em 19 de mai. de 2014.

D'SOUZA, Radha. As prisões do conhecimento: pesquisa ativista e revolução na era da “globalização”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo, Cortez, 2010, p. 145-171.

DALLARI, D. de A. *Elemento da Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2013.

DÁVALOS, Pablo. Entrevista concedida a Sbardelotto, Moisés. *Sumak Kawsay: uma forma alternativa de resistência e mobilização*. Revista IHU Online #340, 2010. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3436&secao=340. Acesso em 15 de jun. de 2016

DAVIS, Angela. *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*, 1997. Disponível em: <https://we.riseup.net/radfem/as-mulheres-negras-na-constru%C3%A7%C3%A3o-de-uma-nova-utopi>. Acesso em 12 de dez. de 2014.

DAVIS, Angela. *Mulher, Raça e Classe*. Tradução Livre. Plataforma Gueto_2013. 1ª publicação na Grã-Bretanha pela The Women's Press, Ltda, 1982. Disponível em:

<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/angela-davis-mulher-rac3a7a-e-classe.pdf>. Acesso em -24 de jul. de 2013.

DECLARAÇÃO DE DURBAN. III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, realizada em Durban, na África do Sul, 2001. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf. Acesso em 07 de jun. de 2012.

DEUS, Zélia Amador. Os Regidos pelo Signos da Violência: as dores do racismo e da discriminação racial. II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte. Belém – Pará, 2010.

DEUS, Zélia Amador de. Entrevista em 25 de março de 2016. Belém do Pará/PA.

DIAMANTINO, Pedro Teixeira. Numa canetada, o recuo de 15 anos na política de terras quilombolas, 2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/numa-canetada-o-recuo-de-15-anos-na-politica-de-terras-quilombolas>. Acesso em: 29 mai. 2016.

DOSSIÊ MULHER 2015. Rio de Janeiro. Instituto de Segurança Pública (RJ). / organização: Andréia Soares Pinto, Orlinda Cláudia R. de Moraes, Joana Monteiro. – Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2015. <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2015/06/DossieMulher2015.pdf>. Acesso 13 de fev. de 2016

E. P. THOMPSON. A MISÉRIA DA TEORIA ou um planetário de erros uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro ZAHAR EDITORES, 1981. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n93/n93a05.pdf>. Acesso em 27 de mai. de 2015.

ELIAS, Norbert e SCOTSON J. L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. Disponível em: periodicos.ufes.br/simbiótica/article/download/4516/3520. Acesso em 21 de jul. de 2016.

ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

FANON, Franz. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S/A., 1968.

FANON, Franz. Pele Negra, Máscaras brancas. Salvador, EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Cláudia. *Marcha das Margaridas: livro eterniza luta e beleza em fotos*. Disponível em <http://entretenimento.r7.com/mulher/marcha-das-margaridas-livro-eterniza-luta-e-beleza-em-fotos-22072015>. Acesso em 27 de fev. de 2016.

FERREIRA, Yedo. *Estatuto – A vitória da elite fundiária*. Brasil. Blog do CEN – Coletivo de Entidades Negras, 2010. Julho de 2015. Disponível em: <http://cenbrasil.blogspot.com.br/2009/10/estatuto-vitoria-da-elite-fundiaria-por.html>. Acesso 02 de fev. de 2014.

FLEURY, Sônia. *Políticas sociais e democratização do poder local*. In S. C. Vergara & V. L. A. Correa (Orgs.). *Propostas para uma gestão pública municipal*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. Disponível em: http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/pp/peep/cap_liv/pol%C3%ADticas_sociais.pdf. Acesso em 29 de set. de 2012.

FLICK, Uwe. *Posturas teóricas subjacentes à pesquisa qualitativa*. In *Introdução à pesquisa qualitativa*. Flick, U. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo. Editora Martins Fontes. 2010.

FRANÇA, Edson *O Estatuto da Igualdade Racial não é um barco à deriva*, 2009. Portal Vermelho. Disponível em: <http://cenbrasil.blogspot.com.br/2009/10/estatuto-vitoria-da-elite-fundiaria-por.html>. Acesso 02 de fev. de 2014.

FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo. Global. 2006.

GAMA, Luiz. *Autobiografia de Luiz Gama*. *Novos Estudos* Nº 25, outubro de 1989. Disponível em: http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/59/20080623_autobiografia.pdf. Acesso em: 26 de abr. de 2016.

GATES JR, Henry. *Os Negros na América Latina*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

GELEDÉS. – Instituto da Mulher Negra. Blog. 2010. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/>. Acesso 02 de fev. de 2009.

GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra. *A tesoura de Demóstenes e o Estatuto*, 2010. Disponível em: <http://scl.io/mS3WQ4uI#gs.mnGDTOU>. Acesso em 10 de set. de 2012.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In, Educação Anti-racista: caminhos abertos pela lei 10.639/03. Brasília. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. MEC, 2005, p 39-62. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20 de mai. de 2016.

GONZALEZ, L. - A Mulher Negra na Sociedade Brasileira - Tendências - Graal: Rio de Janeiro, 1982.

GONZALEZ, L. A democracia racial: uma militância. Revista Uapê – Revista de Cultura. Nº 02, 2000 (republicação da entrevista divulgada em: Informativo SEAF, 1985).

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. São Paulo, ANPOCS, Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, 1984, p. 223-24. http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/247561/mod_resource/content/1/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf. Acesso em: 29 jun., 2009.

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1982.

GONZALEZ, Lélia. Racismo por omissão. In Lélia Gonzalez: O Feminismo Negro no palco da História. Brasília: Abravídeo, 2014.

GUDYNAS, Eduardo e ACOSTA, Alberto. A renovação da crítica ao desenvolvimento e o Bem Viver como alternativa, 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/507956-a-renovacao-da-critica-ao-desenvolvimento-e-o-bem-viver-como-alternativa>. Acesso em: 29 jun. 2014.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Acesso de Negros às Universidades Públicas, 2003. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 247-268, março/ 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16836.pdf>. Acesso em 29 de jun. de 2015.

HALBWASCHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende et all. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HOOKS, bell. Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo. 1ª edição 1981. Tradução livre. Rio de Janeiro, Plataforma Gueto, 2014. Disponível em: <http://www.princeton.edu/sociology/faculty/telles/livro-O-Significado-da-Raca-na-Sociedade-Brasileira.pdf>. Acesso em 09 de jul. de 2014.

HOOKS, Bell. Vivendo de Amor. In: WERNECK, Jurema. (Org.). O Livro de Saúde das Mulheres Negras: nossos passos vêm de longe. 2. ed. Título original: The Black Women's health book. Tradução Maisa Mendonça; Marilena Agostini e Maria Cecília MacDowell dos Santos. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2000, p. 188-198.

HOOKS, Bell. Alisando nossos Cabelos. Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y Artista de Cuba, janeiro-fevereiro de 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos. Retirado do blog coletivomarias.blogspot.com/.../alisando-o-nossocabelo.html. Disponível em: <http://www.criola.org.br/mais/bell%20hooks%20-%20Alisando%20nosso%20cabelo.pdf>. Acesso em 10 de mai. de 2010.

JABARDO VELASCO, Mercedes. Feminismos Negros Una Antologia, 2012, de la edición, Traficantes de Sueños. Disponível em: <https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Feminismos%20negros-TdS.pdf>. Acesso em 15 de fev. de 2016.

JESUS, Carolina de. Quarto de Despejo. Ática & Francisco Alves, 1969. Disponível em: <https://www.dropbox.com/sh/e67jbpvtzxv3azi/AAC9VZ1W6aFX2Y48Kg11YKPfa/1960%20-%20Quarto%20de%20despejo%20-%20Carolina%20Maria%20de%20Jesus..pdf?dl=0>. Acesso em 3 de mai. de 2013.

JESUS, Vinicius Mota de. Do silêncio ao estatuto da igualdade racial: os caminhos da igualdade no direito brasileiro. São Paulo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP, 2013. Disponível em: file:///C:/Users/RosáliadeOliveira/Downloads/Vinicius_Mota_de_Jesus_Versao_corrigida.pdf. Acesso em 5 de out. de 2015.

KAMEL, A. Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

LEAL, Iêda. Entrevista em 8 de março de 2016. Goiânia/GO.

LEMOS, Rosalia de Oliveira. A intersetorialidade na política de gênero. *Fazendo Gênero* 10. In: *Fazendo Gênero* 10, 2013, Florianópolis. *Anais Eletrônicos Fazendo Gênero* 10. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. v. 10. p. 01-13. Disponível em:

http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386714260_ARQUIVO_Rosalia_deOliveiraLemos.pdf. Acesso em 10 de abr. de 2014.

LEMOS, Rosalia de Oliveira. Mulheres Negras Marcham em 2015 pelo Bem Viver. *Revista SER Social*, Brasília, v. 17, n. 36, p. 207-224, jan.-jun./2015. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/14957/11996. Acesso em 28 de nov. de 2015.

LEMOS, Rosalia de Oliveira. O Feminismo Negro em Construção: a organização das mulheres negras no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. UFRJ – Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 1997. Disponível em: https://www.academia.edu/8587583/O_Feminismo_Negro_em_Constru%C3%A7%C3%A3o_a_Organiza%C3%A7%C3%A3o_das_Mulheres_Negras_no_Rio_de_Janeiro. Acesso em 10 de jun. de 2015.

LIMA, Lívia. Pretas, periféricas e sobreviventes. In Blog Frida Diria, 18 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.fridadiria.com/pretas-perifericas-e-sobreviventes/>. Acesso: 23 de abr. 2016.

LIMA, Patrícia Valle de Albuquerque. O Holismo em Jan Smuts e a Gestalt-terapia, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v14n1/v14n1a02.pdf>. Acesso em 10 de set. de 2015.

LOCKE, Alain. O Novo Negro. (1969, p. 59). In SANCHES; Manuela Ribeiro. *Malhas que os Impérios Tecem. Textos Anticoloniais Contextos Pós-Coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2011.

LOPES, Fernanda; WERNECK, Jurema. Saúde da População Negra: Da conceituação às políticas públicas de direito In: Werneck, Jurema (Org.) *Mulheres Negras: um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil*, 2009, p. 5-22. Disponível em <http://www.criola.org.br/publicacoes.htm>. Acesso 20 de set. de 2010

LÓPEZ, Laura Cecília. Uma Análise das Políticas de Enfrentamento ao HIV/Aids na Perspectiva da Interseccionalidade de Raça e Gênero. *São Paulo: Saúde e Sociedade*, v. 20,

nº 03, p. 590-603, 2011. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902011000300006&script=sci_arttext. Acesso 02 de fev. de 2014.

LUCINDA, Elisa. O sexo, as negras e as urnas, 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/elisalucinda/posts/700211453396622>. Acesso 10 de out. de 2014.

MACHADO Jorge Alberto S. Movimentos sociais, tecnologias de informação e o ativismo em rede, 2014. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/geografia/0022.html>. Acesso em: 3 de jun. de 2016.

MALCHER, Maria. Entrevista em 26 de março de 2016. Belém do Pará/PA.

MALTA, Magno. Senador sente falta de OSPB nas escolas; seu retorno seria boa ideia? UOL Educação, maio de 2016. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2016/05/11/senador-sente-falta-de-ospb-nas-escolas-seu-retorno-seria-boa-ideia.htm>. Acesso em 09 de jun. de 2016.

MAMA, Amina. Feminists We Love: Professor Amina Mama, outubro de 2014. Disponível em: <http://www.thefeministwire.com/2014/10/feminists-love-amina-mama/>. Acesso em: 20 mai. 2015.

Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra O Racismo e a Violência e Pelo Bem Viver, 2014. Disponível em: <http://www.2015marchamulheresnegras.com.br/>. Acesso em: 10 ago. 2014.

MARQUES, Piedade. Entrevista em 18 de março de 2016. Praia de Gaibu, no Cabo de Santo Agostinho, Região Metropolitana do Recife/PE.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: Fotografia e História Interfaces. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 73-98. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf. Acesso em: 03 de dez. de 2014.

MIAZZO, Leonardo. Âncora da Globo tenta explicar por que ministério de Temer não tem mulher, 13 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.ocafezinho.com/2016/05/13/ancora-da-globo-tenta-explicar-por-que-ministerio-de-temer-nao-tem-mulher/>. Acesso em 29 de mai. de 2016.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões na Senzala, Quilombos, Insurreições, Guerrilhas*, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1981.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

NASCIMENTO, Abdias. *O Negro Revoltado*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

NASCIMENTO, Alexandre. *Os manifestos, o debate público e a proposta de cotas*. Rio de Janeiro. Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Laboratório Território e Comunicação – LABTeC/ESS/UFRJ. Rio de Janeiro, UFRJ, n. 23-24 jan 2006-abr 2008.

NASCIMENTO, Beatriz. In RATTTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento, 1974*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

NÓBREGA, Fábio George Cruz da. In SILVA, Allyne Andrade; CARREIRA, Denise. *AÇÃO EDUCATIVA. O Ministério Público e a Igualdade Étnico-Racial na Educação – Contribuições para a implementação da LDB alterada pela Lei 10.639/2003*. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público e Ação Educativa, 1ª edição. 2015, Disponível em:

http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/images/Publicacoes/documentos/LIVRO_Guia_Ministerial_Igualdade_racial_WEB.pdf. Acesso em 04 de mai. de 2016.

OLIVEIRA, Dennis. *Blog Quilombo*, nov. 2014. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/quilombo/2014/11/17/gog-na-seppir-uma-opcao-que-pode-renovar-acao-governamental-combate-ao-racismo/>. Acesso em 04 de fev. de 2015.

OLIVEIRA, Elismênnia Aparecida. *Conhecimento Feminista nas Universidades Brasileiras: um ponto de vista descolonial*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos). Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384779729_ARQUIVO_ElismeninaAparecidaOliveira.pdf. Acesso em 18 de jun. de 2016.

ONÇA, Ana Beatriz (Bia). *Entrevista em 15 de março de 2016*. Niterói/RJ.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. A trajetória de uma intelectual negra: uma voz subalternizada? In XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador de 7 a 11 de agosto, 2011. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/321076709/A-TRAJETORIA-DE-UMA-INTELECTUAL-NEGRA-UMA-VOZ-SUBALTERNIZADA-Ana-Claudia-Pacheco>. Acesso em 38 de mai. de 2016.

PAIM, Paulo. Estatuto da Igualdade Racial, 2009. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180155/Estatuto%20da%20Igualdade%20Racial.pdf?sequence=7>. Acesso em: 02 de out. de 2012.

PEREIRA, Potyara A. P. Sobre a controvertida identificação da política social com o Welfare State In: PEREIRA, Potyara A. P. Política Social: temas & questões. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

PESSOA, Yeda. Nossa Língua Africana. Entrevista a Marcello Scarrone Revista de História, em 01 de maio de 2015. Disponível em: <http://rhbn.com.br/secao/entrevista/yeda-pessoa-de-castro>. Acesso 13 de maio de 2016.

PEREIRA, Maria de Fátima. In GOMES, Marcelo. Mãe de dançarino recusa convite do governador. São Paulo. O Estadão, 2014. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,mae-de-dancarino-recusa-convite-do-governador-do-rio,1158557>. Acesso em 10 de mar. de 2014

PICHARDO, Ochy Curiel. Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. In: Otras formas de (re)conocer. Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista. Organizadoras: Irantzu Mendia Azkue, Marta Luxán, Matxalen Legarreta, Gloria Guzmán, Iker Zirion, Jokin Azpiazu Carballo, 2014.

POCHMANN, Marcio. Desenvolvimento e Perspectivas Novas para o Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

POLANY, Karl. A grande transformação. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2012. pp.169-182.

PORTO, Valéria. Entrevista em 05 de março de 2016. Comunidades quilombolas de Pau D'Arco e Parateca. Malhada/BA.

QUERINO, Manuel Raimundo. 1980. "O colono preto como fator da civilização brasileira", Afro-Ásia, n. 13, pp. 143-158.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In Epistemologia do Sul, p. 84. São Paulo, Cortez Editora, 2010.

RACIONAIS MCs. ÁLBUM DUPLO: Nada como um dia após o outro, 2002. Disponível em: <http://www.baixarcdsgratis.com/racionais-mcs-nada-como-um-dia-apos-o-outro-dia>. Acesso em 29 de jun. de 2005.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema do Negro na Sociologia Brasileira Transcrito de Cadernos de Nosso Tempo, 2 (2): 189-220, jan./jun., 1954. Republicado em Simon Schwartzman, editor, O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo". Brasília, Câmara dos Deputados e Biblioteca do Pensamento Brasileiro, 1981, pp. 39-69. Disponível em: <https://ia800309.us.archive.org/14/items/OProblemaDoNegroNaSociologiaBrasileira/1981negritude.pdf>. Acesso em 15 de fev. de 2016.

RAMOS, Alberto Guerreiro. A Redução Sociológica. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. Negociação e Conflito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIOS, Flávia Mateus. A institucionalização do Movimento Negro no Brasil Contemporânea. São Paulo. Dissertação de Mestrado: USP – Universidade de São Paulo, 2008.

RIVANE, Arantes. Mulheres negras anunciam marcha contra o racismo, a violência e pelo bem viver, 2013. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2013/novembro/mulheres-negras-anunciam-marcha-contr-o-racismo-a-violencia-e-pelo-bem-viver>. Acesso em 23 de jun. de 2016.

ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileira: desafios e perspectivas. Tirando a máscara: ensaio sobre o racismo no Brasil.(org.) Antonio Sérgio Alfredo Guimarães & Lynn Huntley. Paz e Terra/SEF, SP, 2000.

ROMANO, Rogério Tadeu. O AI 2 E A JUSTIÇA FEDERAL, out. de 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/43988/o-ai-2-e-a-justica-federal>. Acesso em 10 de jun. de 2016.

RUA, Maria das Graças. Avaliação de Políticas, Programas e Projetos: Notas Introdutórias. 2003. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fUFAM-MariadasGraAvaliaPol.pdf>. Acesso em 05 de set. de 2014.

RUFINO, Joel. In BARBOSA, Wilson do Nascimento. *Atrás do Muro da Noite (Dinâmica das Culturas Afro Brasileiras)* Brasília, Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994, p. 163.

SANTANA, Carlos. Brasília. Discurso em 26/11/2007. CÂMARA DOS DEPUTADOS-DETAQ, 2007. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=331.1.53.0&nuQuarto=56&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:30&sgFaseSessao=CG%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=26/11/2007&txApelido=CARLOS%20SANTANA&txFaseSessao=Comiss%C3%A3o%20Geral%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&dtHoraQuarto=13:30&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>. Acesso em 13 de ago. de 2014.

SANTOS, Giselle dos Anjos. Entrevista em 17 de fevereiro de 2016. São Paulo/SP.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. *As ONGs de mulheres negras no Brasil*. Soc. e Cult., Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul./dez. 2009.

SBARDELOTTO, Moisés. Sumak Kawsay: uma forma alternativa de resistência e mobilização. Revista IHU Online #340, 2010. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3436&secao=340. Acesso em 15 de jun. de 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar. 2011, p.225-242.

SCHWARCZ, L. M. *Nem Preto, Nem Branco, Muito pelo Contrário*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, Cristiane Mare. Entrevista em 19 de fevereiro de 2016. Florianópolis/SC.

SILVA, Joselina da . *Feministas negras entre 1945 e 1964: o protagonismo do Rio de Janeiro*. São Paulo e Santa Catarina: Fazendo Gênero 7, 2005. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/J/Joselina_da_Silva_40.pdf. Acesso em 29 de abr. 2015.

SILVA, Joselina da. *A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50*. Estud. afro-asiát. [online], 2003, vol.25, n.2, pp.215-235. Disponível

em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2003000200002>. Acesso em: 04 de ago. de 2009.

SILVA, Tatiana Dias e DA SILVA, Josenilton Marques. Nota Técnica Reserva de Vagas para Negros em Concursos Públicos: uma análise a partir do Projeto de Lei 6.738/2013. Brasília, IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -, 2014.

SILVA, Tatiana Dias. O Estatuto da Igualdade Racial. IPEA. 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1712.pdf. Acesso em: 10 de dez. de 2012.

SOUZA, Cecília. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151745222006000200003&script=sci_pdf&tlng=pt. Acesso em: 31 jul. 2007.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

SUPLICY, Marta. Prefácio. In: TOSCANO, Moema e GOLDENBERG, Miriam. A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

TAVARES, Isabel, BRAGA, Maria Lúcia de Santana e LIMA, Betina Stefanello. Análise sobre a participação de negras e negros no sistema científico, 2015. Disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/1f95db49-f382-4e22-9df7-933608de9e8d>. Acesso em: 23 de mai. de 2016.

TELEGA-SOARES, Natalia. E OUVIRAM-SE AS VOZES DE MULHERES AFRICANAS...” O FEMINISMO AFRICANO E A ESCRITA DE CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE”. Dissertação (Mestrado) em Estudos sobre as Mulheres. As Mulheres na Sociedade e na Cultura. Universidade Nova Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2014. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/13589/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20em%20Estudos%20sobre%20as%20Mulheres.%20Natalia%20Telega.%202014.pdf>. Acesso 09 de abr. de 2016.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve História do Feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TELLES, Edward E. O Significado da Raça na Sociedade Brasileira. Tradução para o português de Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil, 2004.

Princeton e Oxford: Princeton University Press. Versão divulgada na internet em Agosto de 2012. Disponível em: <http://www.princeton.edu/sociology/faculty/telles/livro-O-Significado-da-Raca-na-Sociedade-Brasileira.pdf>. Acesso em 13 de set. de 2012.

THE COMBAHEE RIVER COLLECTIVE: "The Combahee River Collective Statement," A Black Feminist Statement, 1978. Disponível em: <http://circuitous.org/scraps/combahee.html>. Acesso 09 de jun. de 2016.

THOMAS, Adam. Her Birthday: Ida B. Wells. July 22, 2011. Disponível em: <http://www.thefeministwire.com/2011/07/on-her-birthday-ida-b-wells/>. Acesso 10 de jul. de 2016.

THOMAS, Omar Ribeiro e NASCIMENTO, Sebastião do. Entre a intenção e o gesto: a Conferência de Durban e a elaboração de uma pauta de demandas de políticas compensatórias no Brasil. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0306.pdf>. Acesso em 09 de set. de 2014.

TRUTH, Sojourner. IN JABARDO VELASCO, Mercedes. Feminismos Negros Una Antologia, 2012, de la edición, Traficantes de Sueños. Disponível em: <https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Feminismos%20negros-TdS.pdf>. Acesso 10 de jul. de 2016.

WACQUANT, L. Esclarecer o Habitus. Educação & Linguagem, nº. 16, p. 63-71, 2007. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/viewFile/126/136>. Acesso em: 23 de mar. 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015 Homicídios de Mulheres no Brasil. Brasília, 2015. Rio de Janeiro, FLACSO. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso 13 de jul. de 2016.

WELLS, Ida Barnett. "Lynch Law In All Its Phases", 1893. Disponível em: <http://www.blackpast.org/1893-ida-b-wells-lynch-law-all-its-phases>. Acesso em 02 de ago. de 2016.

WELLS, Ida Barnett. Online Encyclopedia of Significant People and Places in African American History, 1883. Disponível em: <http://www.blackpast.org/aah/truth-sojourner-isabella-baumfree-ca-1791-1883>. Acesso em 02 de ago. de 2016.

WERNECK, Jurema. Ou belo ou o puro? Racismo, eugenia e novas (bio) tecnologias. Rio de Janeiro, Criola, 2009. Disponível em: http://criola.org.br/artigos/artigo_ou_o_belo_ou_o_puro.pdf. Acesso 02 de fev. de 2014.

WERNECK, Jurema. Estatuto da Igualdade Racial é uma ameaça à Saúde da População Negra? 2010. Disponível em: <http://feminismo.org.br/estatuto-da-igualdade-racial-e-uma-ameaca-a-saude-da-populacao-negra/>. Acesso em 29 de set. de 2012

WERNECK, Jurema. Políticas públicas para as mulheres negras. Passo a passo, defesa, monitoramento, e avaliação de políticas públicas. Rio de Janeiro, Criola, 2010. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/883/78.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 29 de abr. de 2012.

WERNECK, Jurema: “Somos herdeiras de mulheres que construíram a própria força”, 2007, Rio de Janeiro. 297f. Tese (Doutorado em Comunicação) Faculdade de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/jurema-werneck-somos-herdeiras-de-mulheres-que-construiram-propria-forca/>. Acesso em: 02 ago 2016.

ZENI, Bruno. O negro drama do rap: entre a lei do cão e a lei da selva. Estud. av. [online]. 2004, vol.18, n.50, pp.225-241. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000100020>. Acesso em 09 de ago. de 2014.

ANEXOS

Anexo 01 - Dinâmica Do Comitê Impulsor do Município de Niterói –Abril/14



1- Este Núcleo Impulsor da Marcha de Mulheres Negras possui caráter: Municipal

2- Quais são as organizações que compõem este núcleo impulsor?

Bloco Saias na Folia;
E'LÉÉKÔ: Gênero, Desenvolvimento e Cidadania;
Articulação de Mulheres Negras Brasileiras
UNEGRO/RJ: União de Negros Pela Igualdade;
Coletivo Negro Osvaldo Orlando da Costa;
COJIRA/RJ – Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro;
ONG: Cidadania em Movimento;
Executiva do PT Niterói;
Executiva do PT Estadual /RJ e
Setorial de Cultura PT.

3- Qual o número médio de mulheres que frequentam as reuniões realizadas pelo núcleo? A média de participação nas quatro Reuniões de Mobilização estima-se em 48 pessoas que participaram das reuniões. No entanto, são organizadas atividades amplas:

A Feijoada Cultural Solidária contou com a participação de 200 pessoas.

Realizamos o Seminário “Empoderamento: Mulheres Negras de Niterói” e o Prêmio “Dona Iaiá: Mulheres Negras de Niterói”, no dia 25 de julho de 2015 contando com a participação de 60 mulheres.

4- Com que frequência se reúne o Núcleo Impulsor da sua cidade? Periodicidade mensal, salvo quando é organizada atividade ampla.

5- Que ações tem sido desenvolvida pelo Núcleo Impulsor para assegurar a ida à Brasília? Estamos solicitando apoio aos parlamentares locais: Deputado Federal Chico D’Ângelo, Deputado Estadual Waldeck Carneiro, Vereadora Verônica Lima e Vereador Leonardo Giordano. Outra ação tem sido a organização de eventos que possam gerar receita, como foi a Feijoada Cultural Solidária, ocorrida no dia 20 de junho de 2015. A prestação de contas está em anexo.

6- Qual o número aproximado de mulheres que este núcleo estima levar para Brasília? Estimamos levar para Brasília em torno de 60 (sessenta) mulheres.

7- Já existem recursos em seu estado assegurados para a viagem para Brasília? Não

Comente: Os organismos estaduais, que representam as pastas de Mulheres e Negros, ainda não se manifestaram quanto ao apoio à Marcha das Mulheres Negras 2015. Em Niterói, a CODIM-Nit - Coordenação dos Direitos das Mulheres e a CEPPIR - Coordenação de Promoção da Igualdade Racial estão apoiando a realização das Reuniões de Mobilização. Estamos em fase de de solicitação de maior apoio. Já foi sinalizado pela Secretária de Assistência Social, Verônica Lima para a cessão de um ônibus para ida à Brasília.

8- Quais são as estratégias escolhidas para divulgar, articular e mobilizar as mulheres negras para participar da Marcha? A mobilização tem sido feita através de contato direto com panfletagem dirigida dias antes da reunião e pessoas que conhecemos, divulgação das Reuniões de Mobilização por redes sociais, além de contato telefônico. Veiculação de matérias em mídias regionais – rádios, jornais, televisão comunitária e mídia virtual. Elaboração de vídeos; realização de Seminários e a Conferência Livre de Políticas para as Mulheres Negras de Niterói e participação em Congressos e Similares, além de entrevistas em Rádios e Televisão.

Clipping:

-20/06/2015– **Feijoada da Marcha das Mulheres Negras** – Niterói foi um tremendo sucesso. Blog **Marcha das Mulheres Negras 2015**. <http://blogmarchamulheresnegras2015.blogspot.com.br/2015/06/feijoada-da-marcha-das-mulheres-negra.html>.

- 09/06/2015 - **Marcha das Mulheres Negras em Niterói feijoada cultural solidaria** – O Gonçalves - <<http://www.ogoncalense.com/noticia/11875/marcha-das-mulheres-negras-em-niteroi-feijoada-cultural-solidaria.html> >

- 09/06/2015 – O Gonçalves TV - **MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015 CONTRA O RACISMO, A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER**. <http://ogoncalense.com/videos>.

- 22/05/2015 –No Rio de Janeiro, mulheres negras se mobilizam para marchar contra o racismo - Lidão, o periódico do jornalista carioca by Bernardo Moura - http://issuu.com/bernardomoura4/docs/lidao_maio_-_leve__1.

- 25/04/2015 – **II Reunião de Mobilização - Marcha das Mulheres Negras 2015** - Comitê Impulsor Niterói – Allevents - <http://allevents.in/events/ii-reuni%C3%83o-de-mobiliza%C3%87%C3%83o-marcha-das-mulheres-negras-2015-comit%C3%8A-impulsor-niter%C3%93i/1576755839241275>.

- 24/04/2015 – **Movimento negro promove reunião sobre a Marcha das Mulheres Negras de Niterói**. PT Diretório Municipal de Niterói. <http://ptniteroi.org/index.php/noticias/noticias-e-informes/item/386-movimento-negro-promove-reuniao-sobre-a-marcha-das-mulheres-negras-de-niteroi/386-movimento-negro-promove-reuniao-sobre-a-marcha-das-mulheres-negras-de-niteroi>.

- 22/04/2015 - **#Sindicato80anos: Cojira Rio traz exposição sobre a ativista negra Lélia Gonzalez** - Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro < <http://jornalistas.org.br/index.php/sindicato80anos-cojira-rio-traz-exposicao-sobre-a-ativista-negra-lesia-gonzalez/>.

- 22/04/2015 – **Marcha das mulheres negras no CE Guilherme Briggs**. Mulher crespa - Mulher crespa shared Mulheres Negras. https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1593881477563319&id=1576605399290927.

- 30/03/2015 – **Mulher evangélica reage contra a violência dentro de casa**. MamaTerra <https://mamapress.wordpress.com/tag/marcha-das-mulheres-negras-2015/>,

- 26/03/2015 – **Marcha das mulheres negras 2015- O filme – O manifesto** – MamaTerra <https://mamapress.wordpress.com/tag/marcha-das-mulheres-negras-2015/>

- 25/03/2015 – Preparação da Marcha das Mulheres Negras 2015. <https://www.youtube.com/watch?v=5XY79pmDwvY>.

- 13/03/2015 - O racismo no dia a dia das mulheres negras. Canal Ibase. <http://www.canalibase.org.br/marcha-das-mulheres-negras-lancada-no-rio-de-janeiro/>

- 11/03/2015 – **Mulheres negras se mobilizam para a marcha contra o racismo**. Afropress. <http://www.afropress.com/post.asp?id=17980>.

- 10/03/2015 – **Mulheres Negras se mobilizam para marchar contra o racismo**. O Cidadão On Line. <http://jornalocidadao.net/?p=857>

- 07/03/2015 – **Roda de Jongó – Marcha das Mulheres Negras ! Central do Brasil** – Rio de Janeiro – RJ – Flickr – <https://www.flickr.com/photos/midianinja/16764796911>.

- 07/03/2015 – **Marcha das mulheres negras vai dar um sacode em Brasília**. MamaTerra TV. <https://www.youtube.com/watch?v=9GZ7faS15tI>.
- Gonçalense <http://www.ogoncalense.com/noticia/10740/cubango-sedia-encontro-de-mobiliza--o-de-mulheres-negras.html>.
- 06/03/2015 – **Mulheres negras promovem evento no Rio de Janeiro contra o racismo** - Diário de Pernambuco - http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/brasil/2015/03/06/interna_brasil,564734/mulheres-negras-promovem-evento-no-rio-de-janeiro-contra-o-racismo.shtml.
- 06/03/2015 - **Mulheres negras promovem evento no Rio contra o racismo** – EBC Agência Brasil. <http://www.etc.com.br/noticias/economia/2015/03/mulheres-negras-promovem-evento-no-rio-contra-o-racismo>.
- 06/03/2015 - Mulheres negras do Rio de Janeiro lançam, mobilização para a Marcha Das Mulheres Negras no Rio: Contra o Racismo, a Violência e pelo bem viver. Fotos Públicas - <http://fotospublicas.com/mulheres-negras-rio-de-janeiro-lancam-mobilizacao-para-marcha-das-mulheres-negras-no-rio-contra-o-racismo-violencia-e-pelo-bem-viver/>
- 05/03/2015 - **A quadra da GRES Cubango (Rua Noronha Torreção, 560) vai sediar a reunião de mobilização para a Marcha das Mulheres Negras – Colégio Estadual Guilherme Briggs** - <https://www.facebook.com/ceguib/posts/592053257595698:0>
- 21/03/2015 - sábado - **Dia Internacional Contra a Discriminação Racial** - as 10 horas da manhã na radio manchete 760 am, Rosália Lemos, Carlos Alberto Medeiros, Jorge da Silva, Ele Semog e Benedito Sergio - debate sobre o racismo hoje no Brasil com as jornalista Gilsse Campos da Agenda Gilsse Campos, e no quadro Boutique da Mídia com Gisela. <https://www.facebook.com/januario.garcia.7/posts/945574575454641?pnref=story>.

Televisão

- 07/05/ 2015 - **Programa Sem Censura TV Brasil - Preconceito tem consequências** <http://tvbrasil.etc.com.br/semcensura/episodio/preconceito-tem-consequencias>.

Congressos, Seminários e Conferências

- 06/04/2014 - UFF Mulher – Por que ainda é necessário o 8 de março? Universidade Federal Fluminense. <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.678515642275998.1073741911.276212552506311&type=3&pnref=story>.
- 22/05/2015 - Seminário GÊNERO, RACISMO E VIOLÊNCIA: A Voz e a Vez das Mulheres Negras nos Espaços de Poder. CEDOICOM <https://www.facebook.com/events/955524624478356/>.
- 16/06/2014 - IX Curso de Atualização a Teoria e as Questões da Diáspora Africana nas Américas, coordenado por Criola, Universidade do Texas e UFF. Contribui com a Conferência A Luta contra o Racismo Patriarcal Heteronormativo : Uma Análise sobre a Relação entre Estado e Movimento (s) Negro (s) no Brasil. <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10153954417522538&set=a.10150113824587538.327039.742727537&type=1&theater>.
- 06, 07 e 08/08/2015 – I COPENE- Congresso de Pesquisadores Negros – Universidade Rural. Apresentação de Comunicação Oral: MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015 E O CARNAVAL AXÉ-NKENDA: *Segunda Reflexão*.
- 10/08/2015 - Seminário Raça, Gênero e Democracia - Em Perspectivas Comparadas: Diálogos Brasil e EUA I no IFICS UERJ. Palestra O Feminismo Negro, A Interseccionalidade e a Marcha das Mulheres Negras: Brasil e Estados Unidos".

Próximos Eventos

- 19/08/2015 - I Conferência Livre de Políticas para as Mulheres Negras de Niterói – I CLPMNN - acontecerá no dia das 16 às 20:00 horas, no auditório da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO/NITERÓI);
- 22/08/2015 - I Encontro de Mulheres Negras de Matrizes Africanas - Egbé Ilê Iyá Omidayê Axê Obalayó - São Gonçalo/RJ;

28, 29, 30/08/2015 - 4ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de Niterói – Comissão de Organização Niterói/RJ.

Homenagens pelo Trabalho desenvolvido do Comitê Impulsor de Niterói, na organização da Marcha das Mulheres Negras 2015;

11/07/2015 – Homenagem do Samba Brilha – Cinelândia/RJ;

25/07/2015 – II Prêmio do Dia da Mulher Afro latino Americana - Homenagem prestada pela ONG Aqualtune às mulheres negras que tem contribuído para o fortalecimento da Marcha.

Participação em Eventos Coletivos pró-Marcha

De Julho/2014 a Maio/2014 – Participação em todas as Plenárias Estaduais realizadas até então. (nos meses de junho e julho, não houve plenária);

- 26/07/2015 – Pré Marcha das Mulheres Negras em Copacabana/RJ

Junho de 2015 – O Comitê passou a integrar a Comissão de Organização da 4ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de Niterói.

9- Quais informações sobre a realização da Marcha que vocês consideram fundamentais?

Divulgação do horário e do local de concentração; e o que o Governo Federal está organizando para a nossa recepção em Brasília: barraca para as delegações; apoio de água; negociar hotéis e pousadas e dados sobre alimentação, para que possamos orientar nosso grupo para as despesas que poderão contrair. Precisamos contar com para termos preços acessíveis.

A questão da previsão do tempo, do meio ambiente, é importante, pois devemos considerar a chegada de mulheres que nunca estiveram em Brasília e não conhecem o clima da região e devem, minimamente, estar preparadas para possíveis eventualidades de mudança de meio ambiente.

10- Quais as principais dificuldades que o Núcleo vem enfrentando para viabilizar a viagem de mulheres de sua cidade/estado, para Brasília?

Estamos em processo de organização. Nossa primeira atividade geradora de renda fez uma caixa de R\$ 2.169,00 e previsão de entrada de receita - por doação e pagamento de convites - de R\$ 2.800,00. Foi aberta uma conta para gerenciarmos a renda. Assim, embora estejamos nos mobilizando para viabilizar a participação de todas nós na Marcha, acreditamos que a principal dificuldade será a garantia de transporte e hospedagem para todas as mulheres.

11- Quais são as suas sugestões para o fortalecimento dos núcleos impulsores para a realização da Marcha das Mulheres Negras?

Precisamos focar no (s) objetivo (s) da Marcha, pois o evento está sendo construído para ser um momento (ou ato) político de extrema relevância para a história da sociedade brasileira, sobretudo para a vida das mulheres negras do país. Outro ponto importante é a transparência das Reuniões do Comitê Nacional, uma vez que não é divulgada a ata dessas reuniões. Organizar atividades geradoras de rendimentos para tentar independência do Estado e de políticos (as). Evitar disputas pessoais, pois as mulheres que estão fora de nossas e participam de Plenárias e Reuniões de Mobilização precisam de um ambiente acolhedor e não de discórdias. Aproveitar esse momento para fazer formação política das mulheres, com a discussão de temas que dizem respeito às nossas vidas: saúde, educação, trabalho, lazer, cultura, sexualidade, feminismo negro, combate à violência, religiosidade de autodeterminação, história do povo negro, respeito às individualidades e ao coletivo, solidariedade, família e ativismo, família e direitos humanos e outros que forem definidos localmente.

Observações Finais

1) A metodologia adotada para o preenchimento do questionário foi o envio do mesmo, para o grupo de mensagens no Facebook para que todas as integrantes do Comitê Impulsor de Niterói tomassem ciência e pudessem construir coletivamente a reflexão sobre o processo. Houve a manifestação de 6 mulheres e, destas 3 contribuíram para a construção das respostas do primeiro envio para Angélica Basthi em 27 de junho de 2015: Rosalia Lemos, Roseli Rocha e Sandra Martins. A revisão foi realizada por Rosalia Lemos tendo colaboração de Sonia Maria Santos, que apontou alguns eventos a serem incluídos.

2). Sugiro que seja incluída uma pergunta sobre as parcerias estabelecidas. Em Niterói temos realizado ações contando com as seguintes parcerias: Conselho Municipal de Políticas para Mulheres de Niterói; Programa de Extensão UFF Mulher; CODIM – Coordenadoria de Políticas e Direitos das Mulheres de Niterói; CEPPIR – Coordenadoria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial de Niterói e NEPIMGE – Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Gênero da UNIVERSO; Escola Municipal Guilherme Briggs; CACES – Centro de Atividades Econômicas e Sociais; Instituto de Mulheres Negras Herdeiras de Candaces – Associação de Mulheres com Doença Falciforme do RJ Secretária – Nacional do PMDB AFROBRASILEIRO; Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH); Universidade Federal Fluminense; Pró-Reitoria de Extensão UFF; Núcleo de Estudos sobre Saúde e Etnia Negra - NESEN; Universidade Integrada Lusófona e Marcha das Mulheres Negras de Niterói 2015; Comitê Pró-equidade de Gênero e Raça da Fiocruz – Comitê Impulsor da Marcha das Mulheres Negras de Niterói; ONG Matrizes Que Fazem; Restaurante Bem Dito/Praia de São Francisco/Niterói.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO LANÇAMENTO DA MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015 – FEIJOADA CULTURAL SOLIDÁRIA

INVESTIMENTO INICIAL DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	FORMA DE PAGAMENTO	VALOR R\$
Adiantamento Vânia Bretas	Valor para pagamento da camisa e despesas.	Depósito em conta e dinheiro.	344,03
Adiantamento Fabricia Correa	Valor para pagamento da camisa e despesas.	Depósito em conta e dinheiro.	220,00
Adiantamento Rita Durr	Valor para pagamento da camisa e despesas.	Depósito em conta e dinheiro.	379,97
Adiantamento Ruth Sheila	Valor para pagamento da camisa e despesas.	Depósito em conta e dinheiro.	242,50
Adiantamento Rosalia Lemos	Valor para pagamento da camisa e despesas.	Dinheiro e Cartão de Crédito	843,70
Adiantamento Alcinea Souza	Valor para pagamento de despesas.	Dinheiro	145,99
TOTAL			2.176,19

DESPESAS

ITEM	DESCRIÇÃO	FORMA DE PAGAMENTO	VALOR R\$
Ressarcimento do Valor das Camisetas à Vania, Rosalia, Fabricia e Rita	Impressão de 100 peças	Dinheiro	1.300,00
Decoração	TNT, toalha de papel, bolas, guardanapo e tesoura	Cartão de Crédito Rosalia	116,52
Descartáveis	Pratos, copos, garfos, facas, fita durex, fita dupla face, toalhas floral e copos	Cartão de Crédito Rosalia e Dinheiro Vania	129,24
Material de Limpeza e diversos	Bombril, detergente, arroz	Dinheiro Alcinea e Fabricia	27,74
Cás	Entrega no Clube	Cartão de Débito Rosalia	48,00
Laranja	Complemento da Feijoada	Dinheiro Vania	11,97
Supermercado Diversos	Complemento da Feijoada	Cartão de Crédito Rosalia	105,18
Sopa de Ervilha	Ervilhas, temperos e carnes	Dinheiro Vania	21,92
Aluguel de Mesas	20 unidades	Dinheiro Rita e Rosalia	160,00
Farofa	Farinha, temperos e carnes	Dinheiro Rita	79,97
Sardinha	Compra direta no Box do Mercado de Peix e	Dinheiro Rosalia	40,00
Frigideira	Compra direta no vendedor	Dinheiro Rosalia	30,00
Couve	Compra por Rosely e Ruth	Dinheiro Rosalia e Ruth	62,50
Diversos Cozinha	Temperos	Dinheiro Rosalia	10,00
Papelaria	Barbante, fita colante, etc	Dinheiro Fabricia	12,31
Cerveja para Músicos	Aquisição de 82 unidades pequenas	Dinheiro Alcinea	115,00
Feijoada	Pagamento simbólico à Teia pela Feijoada pronta	Dinheiro Caixa	200,00
Limpeza do Clube	Cobrança do Tuninho (Presidente do Clube) à sua esposa Carmelia	Dinheiro Caixa	150,00
Serviço de Apoio	Pagamento à D. Rita por servir a feijoada e sopa, além de fritar as sardinhas	Dinheiro Caixa	150,00
Serviço de Apoio	Ajuda de Custo à Maria Marta	Dinheiro Caixa	50,00
Estacionamentos	Pagamento direto	Dinheiro Rosalia	14,00
TOTAL			2.834,35

ENTRADA

ITEM	DESCRIÇÃO	FORMA DE PAGAMENTO	VALOR R\$
Venda de Feijoada	Compra de Feijoada	Dinheiro	3.370,00
Sopa de Ervilha	Venda de 17 unidades a R\$ 5,00 reais	Dinheiro	85,00
Sardinha	Venda de 57 unidades a R\$ 2,00 reais	Dinheiro	115,00
Doação Rosângela Valle	Compra de uma feijoada	Dinheiro	20,00
Doação Angélica Basthi	Compra de duas feijoadas	Dinheiro	40,00
Doação	Alda Cota que mora na Holanda (Depósito em conta Rosália)	Dinheiro	68,00
Doação	Vereadora Verônica Lima	Dinheiro em mãos	600,00
Doação Tânia Müller	Compra de Feijoada	Depósito em conta	20,00
Venda de Camisas	Comercialização das camisas	Dinheiro	550,00
Fernanda Acessórios	Doação de 10% da venda realizada no evento	Dinheiro	17,00
Professora Eleonora Abad	Doação da venda integral das Bonecas Abayomi	Dinheiro	80,00
Vania Bretas Artesanato	Doação de 10% da venda realizada no evento	Dinheiro	8,00
Soul Turbantes	Doação de 10% da venda realizada no evento	Dinheiro	30,00
Receita de troco	Arredondamento	Dinheiro	0,35
TOTAL			5.035,35

VALOR EM CAIXA

ITEM	VALOR R\$
Despesas	2.834,35
Entrada	4.993,35
TOTAL	2.169,00

VALOR A RECEBER

ITEM	VALOR R\$
Venda de Camisas (previsão de venda)	2.000,00
Doação do Deputado Estadual Waldeck Carneiro	600,00
Pagamento de Convite da Feijoada Waldeck Carneiro	100,00
Pagamento de Convite da Feijoada Marcilene Souto	100,00
TOTAL	2.800,00

PREVISÃO TOTAL DO RENDIMENTO DO EVENTO

ITEM	VALOR R\$
Valor em Caixa + Valor a Receber	4.969,00

Torna-se pública a prestação de Contas do Evento de Lançamento da Marcha das Mulheres Negras 2015 – Feijoada Cultural Solidária, informando que será aberta uma conta por Ruth Sheila de Souza, com vistas à viagem para a Marcha das Mulheres Negras 2015: Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver. Eu, Rosália de Oliveira Lemos finalizo esse relatório renovando agradecimentos a todos e todas que compareceram ao evento ou colaboraram com doações e trabalho voluntário. (Niterói, 24 de junho de 2015).

Comissão Organizadora da Feijoada

Alcinéa Souza
 Fabricia Correa
 Rita Diir
 Rosália de Oliveira Lemos
 Ruth Sheila Souza Santos
 Vania Bretas

Anexo 02 – Roteiro do Questionário



Universidade
Federal
Fluminense

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
POLÍTICA SOCIAL
Doutoranda: Rosalia de Oliveira Lemos
Orientadora: Nivia Valença Barros

ROTEIRO DE ENTREVISTA GRAVADA E PRESENCIAL

TESE: DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL À MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015: UMA ANÁLISE DAS FEMINISTAS NEGRAS BRASILEIRAS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

01. Vamos começar com você falando um pouquinho de sua história de vida...
02. Como foi o seu percurso enquanto mulher negra até o feminismo negro?
03. Como se deu sua inserção na militância?
04. Na sua avaliação, como estão as políticas sociais que atingem as mulheres negras?
05. Você conhece o Estatuto da Igualdade Racial - EIR?
06. Em caso afirmativo faça sua avaliação sobre o EIR.
07. Pode destacar um ou dois pontos que considera de grande importância?
08. Você participou em alguma etapa para a elaboração (mobilização, reivindicação, assinatura de abaixo-assinado, organização de debates, atos, dentre outros) do EIR?
09. Como se inseriu na organização da Marcha das Mulheres Negras 2015? O que a motivou?
10. Quais foram as dificuldades que você encontrou?
11. E as potencialidades?
12. Para você, o que significou a Marcha das Mulheres Negras 2015, em Brasília?
13. Como viu o papel da organização nacional da Marcha das Mulheres Negras 2015 no dia 18 de novembro?
14. E o papel da mídia na cobertura da Marcha das Mulheres Negras 2015?
15. Na sua avaliação, como vê o papel do Movimento Negro, ou seja, das instituições mistas, acerca da relevância ou não da Marcha das Mulheres Negras 2015?
16. Como viu a atuação dos Sindicatos na Marcha das Mulheres Negras 2015?
17. Como vê o feminismo negro pós-marcha?
18. Quais são as suas perspectivas para as Mulheres Negras no Brasil?
19. Tem desenvolvido ou organizado ações como desdobramento da Marcha das Mulheres Negras 2015?
20. Caso afirmativo, favor descrever.
21. Qual a pergunta que eu não fiz, mas que gostaria de incluir?
22. O que achou da entrevista?

Muito Axé e minha gratidão por sua disponibilidade e colaboração!

Anexo 03 – Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver

Brasília – 13 de maio de 2015

Nós, mulheres negras brasileiras, descendentes das aguerridas quilombolas e que lutam pela vida, vimos neste 25 de Julho – Dia da Mulher Afrolatinoamericana e Afrocaribenha denunciar a ação sistemática do racismo e do sexismo com que somos atingidas diariamente mediante a conivência do poder público e da sociedade, com a manutenção de uma rede de privilégios e de vantagens que nos expropriam oportunidades de condição e plena participação da vida social.

Nesta data vimos visibilizar a incidência do racismo e do sexismo em nossas vidas, assim como as nossas estratégias de sobrevivência, nosso legado ancestral e nossos projetos de futuro e afirmar que a continuidade de nossa comunidade, da nossa cultura e dos nossos saberes se deve única e exclusivamente, a nós, mulheres negras. Transcorrido esse marco histórico e a atualidade de nossas lutas, nos valemos do Dia da Mulher Afrolatinoamericana e Afrocaribenha para anunciar a realização da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, que realizaremos em 13 de maio do próximo ano, em Brasília.

Somos 49 milhões de mulheres negras, isto é, 25% da população brasileira. Vivenciamos a face mais perversa do racismo e do sexismo por sermos negras e mulheres. No decurso diário de nossas vidas, a forjada superioridade do componente racial branco, do patriarcado e do sexismo, que fundamenta e dinamiza um sistema de opressões que impõe, a cada mulher negra, a luta pela própria sobrevivência e de sua comunidade. Enfrentamos todas as injustiças e negações de nossa existência, enquanto reivindicamos inclusão a cada momento em que a nossa exclusão ganha novas formas.

Impõe-se na luta pela terra e pelos territórios quilombolas, de onde tiramos o nosso sustento e mantemo-nos ligadas à ancestralidade.

A despeito da nossa contribuição, somos alvo de discriminações de toda ordem, as quais não nos permitem, por gerações e gerações de mulheres negras, desfrutarmos daquilo que produzimos.

Fomos e continuamos sendo a base para o desenvolvimento econômico e político do Brasil sem que a distribuição dos ativos do nosso trabalho seja revertida para o nosso próprio benefício.

Consideramos que, mesmo diante de um quadro de mobilidade social pela via do consumo, percebido nos últimos anos, as estruturas de desigualdade de raça e de gênero mantêm-se por meio da concentração de poder racial, patriarcal e sexista, alijando a nós, mulheres negras, das possibilidades de desenvolvimento e disputa de espaços como deveria ser a máxima de uma sociedade justa, democrática e solidária.

Não aceitamos ser vistas como objeto de consumo e cobaias das indústrias de cosméticos, moda ou farmacêutica. Queremos o fim da ditadura da estética europeia branca e o respeito à diversidade cultural e estética negra. Nossa luta é por cidadania e a garantia de nossas vidas.

Estamos em Marcha para exigir o fim do racismo em todos os seus modos de incidência, a exemplo da saúde, onde a mortalidade materna entre mulheres negras estão relacionadas à dificuldade do acesso aos serviços de saúde, à baixa qualidade do atendimento recebido aliada à falta de ações e de capacitação de profissionais de saúde voltadas especificamente para os riscos a que as mulheres negras estão expostas; da segurança pública cujos operadores e operadoras decidem quem deve viver e quem deve morrer mediante a omissão do Estado e da sociedade para com as nossas vidas negras.

Denunciamos as batalhas solitárias contra a drogadição e a criminalização do nosso povo e contra a eliminação de nossas filhas e filhos pelas forças policiais e pelo tráfico, há muito tempo! Denunciamos o encarceramento desregrado de nossos corpos, vez que representamos mais de 60% das mulheres que ocupam celas de prisões e penitenciárias deste país.

Ao travarmos batalhas solitárias por justiça num quadro de extrema violência racial, denunciamos a cruel violência doméstica que vem levando aos maus tratos e homicídios de mulheres negras, silenciados em dados oficiais. Lutamos pelo fim do racismo estrutural patriarcal que promove a inoperância do poder público e da sociedade sobre a exterminação da nossa população negra.

Estamos em marcha para reivindicamos o livre culto de nossas divindades de matriz africana sem perseguições, nem profanações e depredações de nossos templos sagrados.

Estamos em marcha contra a remoção racista das populações das localidades onde habitam. Lutamos por moradia digna; por cidades que não limitem nosso direito de ir e vir e contra a segregação racial do espaço urbano e rural; por transporte coletivo de qualidade; por condições de trabalho decente nas diferentes profissões que exercemos. Valorizamos nosso patrimônio imaterial em terreiros, escolas de samba, blocos afros, carimbó, literatura e todas as demais manifestações culturais, definidoras da nossa identidade negra.

Estamos em marcha porque somos a imensa maioria das que criam nossos filhos e filhas sozinhas, as chefes de famílias, com poucos recursos e o suor de nosso único e exclusivo trabalho.

Estamos em Marcha:

- . pelo fim do femicídio de mulheres negras e pela visibilidade e garantia de nossas vidas;
- . pela investigação de todos os casos de violência doméstica e assassinatos de mulheres negras, com a penalização dos culpados;
- . pelo fim do racismo e sexismo produzidos nos veículos de comunicação promovendo a violência simbólica e física contra as mulheres negras;
- . pelo fim dos critérios e práticas racistas e sexistas no ambiente de trabalho;
- . pelo fim das revistas vexatórias em presídios e as agressões sumárias às mulheres negras em casas de detenções;
- . pela garantia de atendimento e acesso à saúde de qualidade às mulheres negras e pela penalização de discriminação racial e sexual nos atendimentos dos serviços públicos;
- . pela titulação e garantia das terras quilombolas, especialmente em nome das mulheres negras, pois é de onde tiramos o nosso sustento e mantemo-nos ligadas à ancestralidade;
- . pelo fim do desrespeito religioso e pela garantia da reprodução cultural de nossas práticas ancestrais de matriz africana;
- . pela nossa participação efetiva na vida pública.

Buscamos num processo de protagonismo político das mulheres negras, em que nossas pautas de reivindicação tenham a centralidade neste país. Nosso ponto de chegada e início de uma nova caminhada é 13 de maio de 2015 – Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo – em Brasília/DF.

Conclamamos, a todas as mulheres negras, para que se juntem a esse processo organizativo, nos locais onde estiverem, e a se integrem nessa Marcha pela nossa cidadania.

Imbuídas da nossa força ancestral, da nossa liberdade de pensamento e ação política, levantamo-nos – nas cinco regiões deste país – para construir a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, para que o direito de vivermos livres de discriminações seja assegurado em todas as etapas de nossas vidas.

ESTAMOS EM MARCHA!

“UMA SOBE E PUXA A OUTRA!”

Brasil, 25 de julho de 2014.

COMITÊ IMPULSOR NACIONAL DA MARCHA DAS MULHERES NEGRAS CONTRA O RACISMO E A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER 2015

Anexo 04 – Carta da Marcha das Mulheres Negras Brasileiras em Curitiba – PR

Nós, mulheres negras, vindas de vários estados do Brasil, reunidas no VII Seminário Mulheres Negras e Saúde e no I Seminário Nacional Interseccionalidade de Raça e Gênero no Enfrentamento a Feminização DST/Aids, realizados pela Rede Mulheres Negras – PR, em Curitiba – PR, de 09 à 13 de novembro de 2012, vimos por meio desta, comunicar que no ano de 2015 nós mulheres negras brasileiras marcharemos contra o Racismo e pelo bem viver.

Acreditamos que a marcha das mulheres negras é fundamental para denunciar aos diferentes setores do Estado e da sociedade brasileira a situação em que se encontram as 49 milhões de mulheres negras no país.

O Brasil já possui todos os indicadores e projeções de desigualdades da população negra nas diversas áreas, da saúde à inserção no mundo do trabalho. Em 2015 contamos com 14 anos da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban - África do Sul, 2001), 20 anos da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995) e 21 anos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – CIPD (Cairo, 1994), apesar de o Estado brasileiro ser signatário de todos os acordos e protocolos produzidos nestas e em outras conferências internacionais, muito pouco ou quase nada foi feito para remover as barreiras que historicamente impedem a projeção, protagonismo e a participação das mulheres negras nos espaços de decisão e nas agendas do desenvolvimento brasileiro.

O nosso objetivo é fomentar a criação e fortalecer as organizações de mulheres negras brasileiras, dar maior visibilidade a situação de opressão secular das mulheres negras, homenagear nossas ancestrais e exigir do Estado brasileiro, bem como de todos os setores da nossa sociedade, respeito e compromisso com a promoção da equidade racial e de gênero, a fim de que possamos exercer plenamente os nossos direitos como cidadãs brasileiras e construtoras históricas deste país chamado Brasil.

Por isso, você mulher negra é parte deste processo, vamos construir a Marcha das Mulheres Negras Brasileiras contra o Racismo e pelo bem viver. **O PROTAGONISMO É Das MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS! Assim, convocamos você para reencantar este país, para pensar nos desafios que estão postos sob OS NOSSOS PONTOS de vista.**

Anexo 05 – Carta de Recife: Compromisso com a Marcha das Mulheres Negras Brasileiras

Nós, mulheres negras do Nordeste do Brasil, reunidas no Seminário Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste, realizado nos dias 27 e 28 de abril de 2013, em Recife, Pernambuco, declaramos nosso reconhecimento e nosso compromisso com o processo de construção da Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo e Pelo Bem Viver.

Consideramos de extrema importância essa iniciativa da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras no atual contexto de persistência das desigualdades raciais e de gênero na sociedade brasileira, de avanço dos fundamentalismos, de crescente criminalização dos movimentos sociais e retrocessos em direitos já conquistados.

O Estado não tem sido capaz de dar respostas efetivas que alterem significativamente esse quadro. Apesar de alguns avanços no marco legal, sendo o Brasil signatário de diversos instrumentos internacionais de proteção de direitos das mulheres e da população negra, temos assistido com preocupação a sistemática violação dos direitos das mulheres negras, o que é agravado no Nordeste pelas desigualdades regionais e pelas marcas deixadas pelo poder exercido pelas oligarquias na nossa região.

Reconhecemos a luta da nossa história, mulheres negras contra o racismo e o sexismo, protagonizadas desde o período da escravidão no Brasil, nos quilombos, mocambos, terreiros e irmandades, e é com a força dessa ancestralidade que seguimos resistindo e nos organizando para enfrentar coletivamente as diversas formas de violência, discriminação, subordinação e opressão que nos atingem.

Entendemos que o momento exige uma demonstração contundente da nossa indignação, em caráter nacional, e por isso chamamos cada mulher negra nordestina a se envolver na organização da Marcha, contribuindo para que a ela reflita o conjunto das realidades, contextos e reivindicações das mulheres negras do nosso país.

Recife, 28 de abril de 2013.

Anexo 06 – Carta do Rio de Janeiro: Compromisso com a Marcha das Mulheres Negras Brasileiras

Nós, mulheres negras brasileiras pertencentes a diversas organizações, reunidas no Seminário Nacional da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras “Democracia e Desenvolvimento sem Racismo: Por um Brasil Afirmativo”, realizado nos dias 27 e 28 de setembro de 2013, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, discutindo o que entendemos e o que queremos da democracia e do modelo de desenvolvimento reafirmamos que sejam realmente incluídas e que consigam dar conta da complexidade inerente à construção de uma sociedade saudável que respeite as mulheres negras. Nessa perspectiva construímos quatro eixos que consideramos inegociáveis e que são imprescindíveis para efetivação dos nossos direitos: direito a terra e território, contra o genocídio e pela vida, comunicação e políticas de ações afirmativas e de enfrentamento ao racismo e a discriminação racial.

Declaramos nosso reconhecimento e nosso compromisso com o processo de construção da Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, Violência e Pelo Bem Viver em 2015 a Brasília e acreditamos que essa marcha é fundamental para denunciar aos diferentes setores do Estado e da sociedade brasileira, a situação em que se encontram as mais de 49 milhões de mulheres negras no país.

O Brasil já possui inúmeros os indicadores e projeções que revelam as desigualdades que a população negra acumula nas diversas áreas como, da saúde, da inserção no mundo do trabalho, na educação e outras. O ano de 2015 marcará os 320 anos do assassinato de Zumbi dos Palmares; os 14 anos da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban - África do Sul, 2001); os 20 anos da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995); 21 anos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – CIPD (Cairo, 1994), e, apesar de o Estado brasileiro ser signatário de todos os acordos e protocolos produzidos nessas e em outras conferências internacionais, muito pouco ou quase nada foi feito para remover as barreiras que historicamente impedem a projeção, protagonismo e a participação das mulheres negras nos espaços de decisão e nas agendas do desenvolvimento brasileiro.

O nosso objetivo é fomentar a criação e fortalecer as organizações de mulheres negras brasileiras, dar maior visibilidade a situação de opressão secular das mulheres negras, homenagear nossas ancestrais e exigir do Estado brasileiro, bem como de todos os setores da nossa sociedade, respeito e compromisso com a superação do racismo, e com a promoção da equidade racial e de gênero, a fim de que possamos exercer plenamente os nossos direitos como cidadãs brasileiras e construtoras históricas deste país chamado Brasil.

Por isso, você mulher negra é parte deste processo, vamos construir a Marcha das Mulheres Negras Brasileiras contra o Racismo, Violência e pelo Bem Viver. **O PROTAGONISMO É DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS!**

Rio de Janeiro, 28 de Setembro de 2013.

Anexo 07 – Carta de Brasília - Compromisso com o Processo de Construção da Marcha das Mulheres Negras Brasileiras

Nós, mulheres negras brasileiras pertencentes a diversas organizações do movimento social de mulheres negras e do movimento social negro, participantes da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CONAPIR, realizada no período de 05 a 07 de novembro de 2013, em Brasília – DF, com o tema “*Democracia e Desenvolvimento sem Racismo: Por um Brasil Afirmativo*”, declaramos nosso reconhecimento e nosso compromisso com o processo de construção da Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo e Pelo Bem Viver – 2015, em Brasília.

Somos 49 milhões de Mulheres Negras que constroem cotidianamente a riqueza desse país, e, no entanto, somos a parcela mais pobre e discriminada da população brasileira, com acesso limitado à educação, à saúde, à moradia digna, ao saneamento básico, ao trabalho e renda decente, à segurança para nós e nossas famílias. Somos as que morrem em vida pelo genocídio engendrado contra nossos familiares.

Por isso marcharemos rumo à Brasília em 2015:

- Para exigir do Estado Brasileiro e dos diferentes setores da sociedade o fim do racismo, da discriminação racial e de toda a violência contra as mulheres negras;
- Por reparação da dívida histórica que o Brasil tem com as mulheres negras;
- Pelo fim do genocídio das mulheres negras, das crianças, dos jovens e dos homens negros;
- Para que o conhecimento do patrimônio genético brasileiro seja respeitado e patenteado pelas comunidades detentoras dos saberes;
- Pela democracia e pela inclusão da população negra e por outros modelos de desenvolvimento;
- Por um novo país, democrático, laico, diverso e igualitário com justiça social e sem corrupção;
- Pela livre expressão da fé e da religiosidade;
- Pelo fim do sexismo, da lesbofobia e da homofobia;
- Para que casos como o de Aline Pimentel, Beatriz Nascimento, Yá Mukumby, Amarildo, Douglas Rodrigues e tantas outras pessoas exterminadas pelo Estado Brasileiro, em suas diversas formas, não fiquem impunes;
- Para fomentar a criação e o fortalecimento das organizações de mulheres negras brasileiras, dar maior visibilidade a situação de opressão secular das mulheres negras em cada canto do país, a fim de que possamos exercer plenamente os nossos direitos como cidadãs brasileiras e construtoras históricas do Brasil.

Brasília, 07 de novembro de 2013.

Mulheres Negras Brasileiras marchemos firmes e coesas.

Venham construir a Marcha das Mulheres Negras Brasileiras contra o Racismo e pelo Bem Viver - 2015!

Comissão Organizadora:

Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB

Fórum Nacional de Mulheres Negras

Agentes de Pastoral Negros – APNs

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas – CONAQ

Coordenação Nacional de Entidades Negras – CONEN

Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - FENATRAD

Movimento Negro Unificado – MNU

União de Negras e Negros pela Igualdade – UNEGRO

Anexo 08 – Atividades das Regiões

REGIÃO NORTE – Pará - MARIA MALCHER – NILMA BENTES – ZÉLIA AMADOR DE DEUS

NOME DA ATIVIDADE: Lançamento da Marcha das Mulheres Negras no Pará

DATA: 18/05/2014

LOCAL: Belém

NÚMERO DE PARTICIPANTES: 1.000 pessoas

BREVE DESCRIÇÃO: Atividade realizada na Praça da República.

RESULTADOS OBTIDOS: Todas as atividades que envolveram a MMN2015 – Tanto as mobilizatórias, quanto a de participação efetiva em Brasília (DF) tem relação direta e indireta com o processo de fortalecimento das jovens mulheres quilombolas (sensibilização ligada à viabilização da Marcha das Mulheres Negras contra o racismo, a violência e o bem viver – 2015), Vale ressaltar que estas atividades foram realizadas em parceria com outras organizações do movimento social do estado do Pará através do comitê impulsor da Marcha das Mulheres negras no Pará.

DESDOBRAMENTOS SE EXISTIRAM: contribuiu para a visibilidade do processo de mobilização da MMNegras.





NOME DA ATIVIDADE: Feira Feminista Negra de Economia Solidária

DATA: 29/07/2015

LOCAL: Belém

NÚMERO DE PARTICIPANTES: 200

BREVE DESCRIÇÃO: Evento realizado em comemoração ao Dia da Mulher Negra, Latino Americana e Caribenha - 25 de Julho. "Dia da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha Em Belém reunimos as mulheres negras para celebrarem a data no dia 29 de julho, no Ingá - Quilombo da República. Foram realizadas diversas atividades culturais como grafiti, confecção de bonecas Abayomi, venda de artesanato, moda africana e show da Banda Afro Axé Dudu.

RESULTADOS OBTIDOS: Ampliar e fortalecer as organizações de mulheres negras, construir estratégias para a inserção de temáticas voltadas para o enfrentamento ao racismo, sexismo, discriminação, preconceito e demais desigualdades raciais e sociais.

DESDOBRAMENTOS SE EXISTIRAM: Capitação de recursos para o desenvolvimento de atividades da MMNegras 2015¹⁹⁶.

NOME DA ATIVIDADE: Seminários Paraense da Marcha das Mulheres Negras

DATA	LOCAL	NÚMERO DE PARTICIPANTES
28/03/2015	Belém	117
30/05/2015	Ananindeua	50
20/06/2015	Marabá	34
27/06/2015	Baião	29
15/08/2015	Concórdia do Pará	200
29/08/2015	Acará	57
18/10/2015	Salvaterra	43

BREVE DESCRIÇÃO: Os seminários paraenses marcha das mulheres negras teve como objetivo de mobilizar e convidar as comunidades paraenses para conhecerem e

¹⁹⁶

<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.517959598354438.1073741835.452875291529536&type=1&l=f53e1b6bf5>

fortalecerem este momento tão importante em nossa história. De forma geral a programação dos seminários estava estruturada da seguinte maneira:

8h00 às 16h00 - Exposição Fotográfica ParÁfrica

8h00 – Credenciamento

9h00 às 11h00 – Roda de conversa – Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência contra a Mulher.

11h00 às 12h00 – Oficinas/exibição de documentários/roda de capoeira.

12h às 13h - Intervalo

13h às 14h00– Oficinas/exibição de documentários/roda de capoeira.

14h00 às 16h00 – Roda de conversa – Mulheres Negras e o Bem Viver

RESULTADOS OBTIDOS: Criação de comitês municipais para viabilizar a participação da delegação de delegações municipais e intermunicipais para participar da MMNegras 2015.

DESDOBRAMENTOS SE EXISTIRAM: dentre algumas questões abordadas, estava a criação de um espaço/setor (Núcleo, Seção ou outro nome), para tratar das questões ligadas a defesa de Direitos Humanos e construção da igualdade-equidade racial (inclui indígenas), ou fortalecimento, caso esse espaço já existisse nos municípios.

Outros Registro fotográfico¹⁹⁷



¹⁹⁷Link de acesso e visualização de fotos, vídeos e depoimentos de todo o processo da Marcha das Mulheres Negras no Pará: <https://www.facebook.com/comitemnegraspara/?ref=hl>.





Textos e pronunciamentos escritos por mulheres amazônicas durante a Marcha das Mulheres Negras

3.2.1. – Manifesto da Rede Fulanas – Negras da Amazônia Brasileira para a Marcha das Mulheres Negras 2015¹⁹⁸

- 1) Nós, Rede Fulanas, saudamos a mulher negra afroamazônica Nilma Bentes por ser a idealizadora da Marcha das Mulheres Negras 2015, Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver.
- 2) A Rede Fulanas – Negras da Amazônia Brasileira acredita que o processo de construção da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, tem sido, talvez, mais importante que a própria Marcha. Indica para nós a culminância e o recrudescimento da luta contra o racismo, machismo/sexismo, pobreza e por um viver baseado em um modelo econômico incluyente e não predador da natureza humana e não-humana.
- 3) Estamos em marcha. Não apenas hoje, dia 18 de novembro de 2015, mas estamos em marcha desde quando começamos a sonhá-la. Trazemos como registro desta caminhada a busca e a não desistência de nos fortalecermos coletivamente enquanto mulheres negras da Amazônia.
- 4) A Marcha das Mulheres Negras 2015 tecida na perspectiva Amazônica contribui para o fortalecimento das mulheres negras da Amazônia, para que também sejam capazes de se apropriar e replicar informações sobre o papel e funcionamento do estado brasileiro: Executivo, Legislativo e Judiciário, nos níveis: Municipal, Estadual e Federal e a importância da participação no mesmo.
- 5) A mobilização para a Marcha das Mulheres Negras 2015 entre as mulheres negras da Amazônia, nos fortaleceu para uma atuação qualificada nos espaços de participação e representação política, no sentido de efetivar políticas públicas que contemplem as

¹⁹⁸ Fonte: <https://redefulanas.wordpress.com/2015/11/19/manifesto-das-rede-fulanas-negras-da-amazonia-brasileira-para-a-marcha-das-mulheres-negras-2015/>

realidades das mulheres negras da Região Amazônica, livre de racismo e estruturada na ótica do bem viver.

6) A construção da Marcha das Mulheres Negras 2015, pelas mulheres negras da Amazônia, coloca em pauta questões específicas das territorialidades amazônicas, como:

→ O corpo da mulher negra afroamazônica, como identidade e símbolo de uma resistência ancestral africana e indígena.

→ Desfazer o mito do vazio demográfico amazônico, inclusive reconhecendo que a região possui a maior população quilombola do Brasil que é diretamente afetada pelo racismo ambiental e pelas práticas de degradação das florestas, dos rios, da vida silvestre e, conseqüentemente, sendo impedidas de bem viver em seus territórios.

→ Promover a visibilidade das mulheres negras da Amazônia como aguerridas lideranças comunitárias e de resistência na diáspora afroamazônica. Trazer também ao debate, a invisibilidade dessas mulheres, no contexto da história Amazônica, sobretudo na conservação da biodiversidade. Reconhecemos o valor do protagonismo ao escrever nossas histórias, como estratégias para contribuir com o movimento de mulheres negras no Brasil.

→ Apontar as opressões praticadas contra as mulheres negras afroamazônicas em razão das especificidades de nossos territórios, como apresentam as estatísticas frequentemente divulgadas pelo movimento negro dos estados amazônicos e por instituições como IBGE, IPEA, IDESP, entre outros. E que tornam emergenciais a realização de ações mais articuladas e efetivas capazes de superar as desigualdades.

→ Ao longo dos encontros para a construção da Marcha das Mulheres Negras 2015, os depoimentos das mulheres negras afroamazônicas evidenciaram que, independente da realidade e da história de vida, o fator emocional é algo que afeta a todas. Mas, por outro lado, o processo de mobilização também acrescentou temas como a solidariedade racial como elemento de fortalecimento da autoestima e do processo organizativo.

→ O racismo institucional, amplificado pela mídia, ocasiona falta de reconhecimento e enfraquece a nossa autoestima.

→ Manter viva a memória da ancestralidade como garantia dos saberes tradicionais dessas mulheres para o futuro, que hoje está sendo dizimado pelo modelo de desenvolvimento imposto à Amazônia, como os grandes projetos. Há uma desvalorização do saber tradicional, que é visto como atraso a partir do olhar eurocêntrico, ou seja, é o atraso do desenvolvimento do Brasil.

8) No percurso para a construção da Marcha das Mulheres Negras 2015, reconhecemos que o feminismo e o feminismo negro não dão conta das especificidades das mulheres negras afroamazônicas, por isso trazemos para o debate também o feminismo afroamazônico. Porque falar do feminismo afroamazônico é trazer em nossas trajetórias de luta contra as hidrelétricas, mineradoras, plantação de soja, a não regularização de terras quilombolas, o desrespeito aos territórios sagrados como os quintais e os cemitérios, a contaminação dos rios como fatores que afetam diretamente o bem viver dessas mulheres.

9) O Estado deve servir de principal freio ao avanço aniquilador da classe dominante sobre as populações que têm sido vulnerabilizadas por séculos (caso da maioria dos que formam os segmentos negro, indígena e demais que foram jogados na pobreza econômica), sem que seja ele próprio um sujeito desta lógica mercadológica agressiva e genocida. Por isso, ocuparemos este espaço cada vez mais até como forma de conhecer seu funcionamento e para participar das decisões do nosso futuro e da sociedade.

10) Em uma região como a Amazônia, onde parte de sua população desconhece seus direitos, por força da educação/informação precárias e por um viver na sobrevivência, a formação de lideranças gasta muito mais tempo que nas regiões de dinâmica econômica mais acelerada. Ainda assim, a delegação amazônica trouxe presencialmente mais de 500

mulheres para a Marcha das Mulheres Negras 2015, mas nós todas trouxemos alguém de casa, não ficou ninguém de fora.

11) A Rede Fulanas é composta por mulheres autodeclaradas negras, que manifestam sentimento de pertencimento e semelhança ao biótipo das negras africanas que foram escravizadas nas Américas. As Fulanas, nome aqui vinculado à etnia africana Fula, de significativa representatividade na Amazônia, nasce, por constatar que o racismo, preconceito e discriminação racial continua atingindo, mais força, as mulheres negras e que diante disso, tornam-se necessárias ações mais articuladas, visando contribuir na superação das desigualdades raciais e de gênero na Amazônia e no Brasil como um todo.

12) A Marcha das Mulheres Negras 2015 é Fulana!

3.2.2. – As Ancestrais: *Quinhento anos em um dia.*¹⁹⁹

Havia ameaça, mas não choveu.

O que era um tantinho de mulher negra virou um tantão e comoveu.

Lembrava um rio onde flutuavam milhares de flores coloridas.

As dezenas de faixas traziam mensagens; traduziam anseios de vidas doloridas.

As falas emocionadas alternavam com as melodias cheias de ginga e exalavam alegria.

Nem os fascistas pró-ditadura, empanaram ou reduziram nossa energia.

No todo, um Estado um tanto indiferente, embora um governo reticente.

Os meios de comunicação não comunicaram, omitiram, silenciaram – mídia de brancos para brancos e brancas -, mas com o silêncio, não nos calaram.

Sim, mulheres negras se importam com outras e repudiam o extermínio de seus rebentos fêmeas e machos, pela mão do Estado que é o primeiro a violar a Lei das Leis.

Nunca poderemos sair deste ‘buraco’ puxando-nos por nossos próprios cabelos. Algo tem de acontecer além de nossos apelos.

Capitalismo só é bom para capitalistas.

Sim, quem lá esteve sabe que o tudo que fizerem ainda será pouco, neste país encharcado de racismo e machismo; ‘desatualizá-los’ é apenas um item das listas.

A maioria das que atenderam a ‘convocação’, pôde fazer uma catarse racial e aliviará o coração.

Pode ter sido só cócegas no poder, mas, é sabido que quando o piso se move, a estrutura da pirâmide trinca.

E ... com mulheres negras não se brinca.

Rimas pobres na língua do colonizador; não dá para roçar minha língua na língua de minha afro-etnia desconhecida por força da dor.

Crianças, adolescentes, jovens, adultas, idosas; cadeirantes, lésbicas, não-alfabetizadas, doutoras, empregadas domésticas, professoras e todas que lá estiveram, fizeram desse 18 de novembro de 2015, um dos dias mais significativos para a luta de nossa gente negra, contra a opressão, subalternização secular.

A AMNB –Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras e as demais organizações do Comitê Impulsor da Marcha de Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, podem reivindicar autoria desse “atentado” em favor da democracia racial, de gênero e amplamente participativa.

30 de novembro de 2015.

¹⁹⁹ Texto de Nilma Bentes - uma das fundadoras do CEDENPA-Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará; uma das atuais coordenadoras da AMNB e proponente da MMNegras 2015.

REGIÃO SUDESTE – SÃO PAULO – GISELLE DOS ANJOS SANTOS

NOME DA ATIVIDADE: Domingo no Parque - Roda de conversa "Cabelo, Poder e Resistência",

DATA: 05/072015

LOCAL: Parque do Ibirapuera

NÚMERO DE PARTICIPANTES: 25

BREVE DESCRIÇÃO: Primeira edição do evento Domingo no Parque, realizado pelo Núcleo Impulsor da Marcha de Mulheres Negras do Estado de SP. O tema da nossa primeira roda de conversa foi "Cabelo, Poder e Resistência", com as convidadas Débora Monteiro (Dóc. Rosas Negras) e Denna Hill (Manifesto Crespo). Foi um momento de troca e fortalecimento entre nós mulheres pretas. Essa foi mais uma atividade do Julho das Pretas

RESULTADOS OBTIDOS: Debate sobre os impactos do machismo e do racismo na sociedade brasileira; visibilização das pautas das mulheres negras e da Marcha; arrecadação de recurso para o caixa do núcleo, por meio da doação dos turbantes;

DESDOBRAMENTOS SE EXISTIRAM: Definição de apoio de integrantes do Museu Afro Brasil onde ocorreu o evento seguinte.

FOTOS em anexo.





NOME DA ATIVIDADE: Roda de conversa sobre a Marcha das Mulheres Negras – Núcleo da Zona Leste de SP.

DATA: 16/08/2015

LOCAL: Biblioteca Cora Coralina – Bairro de Guaianazes

NÚMERO DE PARTICIPANTES: 45

BREVE DESCRIÇÃO: Essa foi mais uma atividade do Núcleo da Zona Leste, que ocorreu na Biblioteca Cora Coralina, onde ocorreram inúmeros eventos e reuniões. Essa sem dúvidas teve o público mais expressivo. A atividade tratou sobre a proposta da marcha e as questões que tangenciam a experiência das mulheres negras na sociedade brasileira.

RESULTADOS OBTIDOS: Sensibilização das/os participantes sobre a pauta da Marcha; divulgação da Marcha; debate sobre o racismo e o machismo na sociedade brasileira

DESDOBRAMENTOS SE EXISTIRAM: agendamento de outra atividade da Marcha no município de Mogi das Cruzes

Roda de conversa na Zona Leste




Articulação e mobilização para a Marcha das Mulheres Negras


DIA 16/08 – domingo.

10h00

Biblioteca Temática Feminista Cora Coralina

Rua Otelo Augusto Ribeiro, 113. Guaianazes

 spmarchamulheresnegras2015@gmail.com

 Núcleo Impulsor do Estado de São Paulo da Marcha das Mulheres Negras 2015



NOME DA ATIVIDADE: “Nossos passos vêm de longe – Narrativas de Mulheres Negras”

DATA: 18/07/2015

LOCAL: (Centro de Formação do Sinpeem - Rua Guaporé, 240, Armênia).

NÚMERO DE PARTICIPANTES: 50 ao longo do evento

BREVE DESCRIÇÃO: “Nossos passos vêm de longe – Narrativas de Mulheres Negras” evento em homenagem ao Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, essa foi mais uma atividade do Julho das Pretas. Contou com a participação de Kiusam de Oliveira - Escritora. Bailarina e coreógrafa/ Francilene Gomes – Mães de Maio / Dida Dias – cientista social e pesquisadora do Centro de Estudos Africanos/USP / Nilza Iraci – comunicadora social, coordenadora executiva do Geledés - Instituto da Mulher Negra e Giselle dos Anjos Santos – historiadora, consultora do CEERT. Além das intervenções culturais, com: MC Soffia, Tula Pillar, Juliana Santos

RESULTADOS OBTIDOS: Divulgação da Marcha; debate sobre o racismo e o machismo na sociedade brasileira.





REGIÃO SUDESTE - RIO DE JANEIRO – BIA ONÇA

NOME DA ATIVIDADE: 1º Reunião da Marcha das Mulheres Negras

DATA: 05/07/2014

LOCAL: Ocupação Maria do Congo- Centro do Rio de Janeiro

NÚMERO DE PARTICIPANTES: Em torno de 30 mulheres do Estado do Rio de Janeiro

BREVE DESCRIÇÃO: A partir dessa reunião foram propostas outras reuniões em diversos municípios do estado do RJ com fortalecimentos de redes para construção da marcha das mulheres negras 2015.

RESULTADOS OBTIDOS: Desdobramentos de várias reuniões no estado para construção da Marcha das Mulheres Negras.



NOME DA ATIVIDADE: 3º Reunião da Marcha das Mulheres Negras – Comitê Niterói

DATA: 0/0 /201

LOCAL: CODIM- Município de Niterói

NÚMERO DE PARTICIPANTES: Em torno de 30 a 40 mulheres do Estado do Rio de Janeiro

BREVE DESCRIÇÃO: A 3º reunião em Niterói foi onde se decidiu e dividiu as mulheres negras em comissões para organização da Marcha as Mulheres Negras



NOME DA ATIVIDADE: Campanha para Divulgação da Marcha das Mulheres Negras
DATA: 08/03/2015

LOCAL: Central do Brasil- Rio de Janeiro

NÚMERO DE PARTICIPANTES: Em torno de 50 mulheres da Comissão da Marcha das Mulheres Negras do Estado do Rio de Janeiro e o mais ou menos 200 pessoas participaram das atividades de oficinas de saúde, oficina de tranças, roda de jongo e dança afro.

BREVE DESCRIÇÃO: Visibilidade da ação para divulgação da Marcha das Mulheres Negras com panfletos e imprensa.



NOME DA ATIVIDADE: Pré Marcha das Mulheres Negras

DATA: 26/07/2015

LOCAL: Orla de Copacabana

NÚMERO DE PARTICIPANTES: Em torno de 1.000 a 2.000 pessoas

BREVE DESCRIÇÃO: Visibilidade da Marcha das Mulheres Negras em Brasília com participações de varias entidades, instituições femininas e mistas, sindicatos todos em pro da marcha das mulheres negras

RESULTADOS OBTIDOS: Divulgação da Marcha das Mulheres Negras, em jornais de grande notoriedade.



NOME DA ATIVIDADE: Marcha das Mulheres Negras em Brasília

DATA: 18/11/2015

LOCAL: Brasília

NÚMERO DE PARTICIPANTES: Em torno de 50 mil pessoas

BREVE DESCRIÇÃO: Marcha das Mulheres Negras em Brasília com presença de diversas entidades de mulheres negras de todo o país com suas comitivas.



REGIÃO CENTRO-OESTE – GOIÂNIA – IÊDA LEAL

1 - Atividade - Beleza Negra

O Coletivo de Estudantes Negras e Negros da PUC Goiás apresenta a terceira edição do beleza negra buscando aproximações com a memória e ancestralidade, fontes para a estética afro-brasileira, no horizonte da identidade política do povo negro no Brasil.

PROGRAMAÇÃO

25/09/2015 - Auditório 1 C - Área 2 (Antigo Auditório do Básico)
19h - Apresentação Cultural - **Dança Afro**, com Zita Ferreira
19h30 - Conferência - **Ancestralidade e Memória: a experiência da nação Angola no Brasil** - Por Makota Valdina, da Casa Nzo Onimboyá/ Salvador/BA

26/09/2015 - Local: Área 1 da PUC Goiás/ Bloco F
08h30 - Apresentação Cultural - **AfriCanto**
09h - **Oficinas**

01 - Oficina de limpeza de pele - cuidados com a pele negra
Sala: 108 - Bloco F/Área1 - 40 vagas
Oficineira:

02 - Oficina de bonecas negras
Sala: 109 - Bloco F/ Área 1 - 30 vagas
Oficineiras: Alessandra Soares, Ana Carolina Andalécio

03 - Oficina de tranças e penteados afro
Sala: 110 - Bloco F/Área 1 - 30 vagas
Oficineiras: Maimuna Tcham (Guiné Bissau), Margarida Cassova (Angola), Janileia Barbosa (Brasil)

04 - Oficina de maquiagem *
Sala : 202 Bloco F/ Área 1 - 20 vagas
Oficineira: Angela Camargo e Aline Silva
* Esta oficina será feita no formato auto-maquiagem (ensinado a pessoa a se maquiar). Cada desta oficina deve trazer seu kit de maquiagem e espelho de bolso.

05 - Oficina de moda afro: estilo e acessórios
Sala: 204 - Bloco/Área1 - 40 vagas



A Coordenação da Marcha DAS Mulheres Negras de Goiás em parceria com a PUC – Goiás e o Pro afro realizou : Memória e Ancestralidade -Beleza Negra, nos dias 25 e 26 de setembro de 2015 em Goiânia, contando com um número de aproximadamente de 200 participantes com o objetivo de instrumentalizar a comunidade negra e também colaborar na preparação política e cultural para a participação da sociedade nas inúmeras atividades propostas para fortalecermos a organização do povo negro, em todos os espaços e também para orientar os participantes para, efetivamente, se juntarem ao Brasil na Marcha Nacional das Mulheres Negras em Novembro.

Resultado...

Com essa proposta conseguimos realizar a aproximação dos aspectos culturais da estética negra como ponto importante para aguçar as memórias e remeter aos que participaram a contínua busca da memória racial, do pertencimento racial e ir se transformando como mais um ser que reforçará a luta cotidiana contra o racismo, tendo como base nossa ancestralidade.



memória e ancestralidade

BELEZA NEGRA

25 e 26 | setembro | 2015

Apresentação Cultural
Roda de Conversa
Café da Manhã
Oficinas



ESCOLA DE FORMAÇÃO
DE PROFESSORES
& BOMBAZINHAS

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E
APOIO ESTUDANTIL
COORDENADORIA DE EXTENSÃO



2 – Atividade: Lançamento da Marcha em Goiânia

Lançamento da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, Violência e pelo Bem Viver, no dia da Mulher Negra da América Latina e Caribe em Goiânia em praça pública às 9 horas da manhã. A atividade teve como objetivo dialogar com a população que passa pelo centro da cidade e entregar os panfletos. Reafirmarmos o papel fundamental da mulher na América Latina e convocar todas que passaram pelo local pra virem conosco no dia 18 de novembro pra nossa Marcha das Mulheres Negras em Brasília. Sem precisão de público, pois ali é um local onde existe uma população que passa pra diversos setores da cidade, mas nesse dia distribuímos 3mil panfletos.



3 - ATIVIDADE: Diálogos entre mulheres

Diálogos entre mulheres negras, dia 21 de outubro de 2015, Goiânia, uma palestra para 100 mulheres de luta.

Feita antes da palestra, uma intervenção de rua, com a apresentação Grupo Black Force – street dance - pra chamar a atenção da população para a pauta das Mulheres Negras e com entrega de panfletos chamando pra Marcha.

Nesse dia com a participação de cinco mulheres para fazerem os depoimentos - histórias das suas vidas, *(como conseguiram sobreviver dentro dos espaços religiosos?). Mãe Valéria da Congada, Pastora Waldiceia de Moraes Teixeira Silva, Pollyana Marques, Erika Pereira e Luzia Quilombola, coordenação Iêda Leal. Momento ímpar onde todas puderam fazer o relato de suas vidas e reafirmar a cada depoimento, a necessidade de continuar a luta para honrar nossa ancestralidade. Organizar nossa luta contra o racismo com um olhar focado nas lutas femininas, pois a luta de todas ali vem sendo marcada pela defesa dos nossos filhos, da família, educação, saúde, moradia, justiça, alimentação. Viver Bem e construir nosso reconhecimento recontar sempre nossas histórias e continuarmos marchando.

MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015

CONTRA RACISMO, O SEXISMO E PELO BEM VIVER

Diálogos entre Mulheres Negras
PRIMEIRA EDIÇÃO

21 de outubro de 2015 - 17h30
Área 3 da PUC Goiás

17h30 - Momento Cultural: Grupo Black Force (street dance)
19h - Caldo e prosa
19h30 - Filme "Marcha Mulheres Negras" (Lecl Brandão e Companheiras de São Paulo)
19h40 - Mesa-redonda: "Nos Negras – experiência, militância, marcha e biografia"
Participantes: Mãe Valéria da Congada, Pastora Waldiceia de Moraes Teixeira Silva, Pollyana Marques, Erika Pereira e Luzia Quilombola
Coordenação: Rosenilda Costa
Diálogos: palavra franqueada

Realização:
Comitê Impulsor da Marcha de Mulheres Negras/Goiás

PELO QUE MARCHAREMOS?

MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015

CONTRA O RACISMO, A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER!

- Pelo fim do feminicídio de mulheres negras e pela visibilidade e garantia de nossas vidas;
- Pela investigação de todos os casos de violência doméstica e assassinatos de mulheres negras, com a penalização dos culpados;
- Pelo fim do racismo e sexismo produzidos nos veículos de comunicação que promovem a violência simbólica e física contra as mulheres negras;
- Pelo fim dos critérios e práticas racistas e sexistas no ambiente de trabalho;
- Pelo fim das revistas vexatórias em presídios e as agressões sumárias às mulheres negras, em casas de detenção;
- Pela garantia de atendimento e acesso à saúde de qualidade às mulheres negras e pela penalização de discriminação racial e sexual nos atendimentos dos serviços públicos;
- Pela titulação e garantia das terras quilombolas, especialmente em nome das mulheres negras, pois é de onde tiramos o nosso sustento e mantemos-nos ligadas à ancestralidade;
- Pelo fim do desrespeito religioso e pela garantia da reprodução cultural de nossas práticas ancestrais de matriz africana;
- Pela nossa participação efetiva na vida pública.

As mulheres de Goiás na luta contra todo tipo de preconceito e discriminação.

Dia 18 de novembro, em Brasília.

Site: www.marchadasmulheresnegras.com - Facebook: Goiás: Marcha Das Mulheres Negras Brasileiras - Goiás

SINTEGO, CPTM, 30, and other logos are visible at the bottom.

Este foi o panfleto que usamos ao longo das nossas conversas pelo Estado de Goiás.

REGIÃO SUL – SANTA CATARIANA – CRISTIANE MARE DA SILVA

NOME DA ATIVIDADE: I AFRO DIVAS, II AFRO DIVAS E TECENDO AFRICANIDADES: NOVOS LUGARES E DESAFIOS PARA AS MULHERES NEGRAS NA DÉCADA INTERNACIONAL DOS AFRODESCENDENTES, II ENCONTRO DE ARTE E CULTURA A MULHER NEGRO EM FOCO

RESULTADOS OBTIDOS: Fortalecimento e união das mulheres negras que participaram da construção da marcha no estado. Hoje existe a discussão sobre feminismo negro no estado e vem crescendo a discussão em torno do empoderamento e desafios para as mulheres negras nesse pós-marcha.

DESDOBRAMENTOS SE EXISTIRAM. A estruturação de Pretas em Desterro: Coletivo de mulheres Pretas, e a Rede Estadual de Mulheres Negras: Catarina Marcha.

II ENCONTRO DE ARTE E CULTURA “A MULHER NEGRA EM FOCO” 07/11/2015



Evento realizado em Joinville, finalizamos com uma Marcha, batuqueiros, povo de santo e do samba reunidos. Éramos cerca de 60 a 70 mulheres, foi um evento de uma tarde todo, com um público itinerante.



I Afro Divas, 18 de julho de 2015, em comemoração ao dia internacional da Mulher negra e afro-caribenha. O evento ocorreu na cidade de Florianópolis, foi o primeiro encontro estadual, onde homenageamos várias mulheres negras do estado, que vem fazendo história e resistindo. Neste evento reunimos cerca de 80 mulheres. Ele foi muito importante para nos consolidarmos como grupo impulsor, ganhar parcerias e mostrar, que embora fosse uma marcha realizada majoritariamente por mulheres jovens, nossos passos vinham de longe e éramos e somos muito gratas pela caminhada dessas mulheres que deram parte de sua vida pelo nosso bem viver.

Na festa do Colono na cidade de Siderópolis 13/08/2015, região sul de Santa Catarina, em sua comemoração à colonização europeia, Mulheres negras de Siderópolis e Criciúma Marcharam, por sua visibilidade, contra o Racismo e pelo Bem Viver. Diziam que, nunca haviam visto tantas mulheres negras e elas respondiam: Sempre estivemos aqui.



II AFRO DIVAS E TECENDO AFRICANIDADES: Novos lugares e desafios para as mulheres negras na década internacional dos afrodescendentes, na cidade de Florianópolis, no palácio Cruz e Souza no dia 31 de outubro de 2015, este foi o último encontro estadual, onde reunimos todos os demais comitês, da região sul e norte do estado. Por forças maiores não foi possível organizar o nosso fórum estadual das mulheres negras do estado, previsto para este dia. Mas igualmente foi um evento enriquecedor, ocorrendo pela manhã e tarde, trocas de experiências, muitas gerações envolvidas e a tônica do dia foi discutir nossos desafios e qual o lugar e papel dessa mulher negra no estado de SC. Em torno de 100 pessoas estiveram no palácio.





Nossa imensa felicidade por termos concretizado um sonho, nos dizeres de nosso cartaz “eu sou porque nós somos” Ubuntu, semeadas em esperanças de um mundo melhor, somos feministas negras, pensando como queremos nos ver e organizar nossa política e acolhimento, esse cartaz condensa o que queremos umas das outras quando pensamos sobre nosso feminismo negro. 18/11/2015 Núcleo impulsor de SC.



Para maiores informações sobre o Comitê Catarina Marcha, acessar a nossa página no Facebook e nossos vídeos no YouTube. <https://www.facebook.com/profile.php?id=100009484093649&ref=ts>
<https://www.youtube.com/watch?v=KGrA5TW2Plo&feature=share>

Anexo 09 – Mapeamento das Plenárias da Marcha das Mulheres Negras – 2015 - RJ

PLENÁRIA	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	LANÇAMENTO DO COMITÊ IMPULSOR RJ	IX
LOCAL	Rio de Janeiro	Niterói	Resende	Belford Roxo	Cabo Frio	Rio de Janeiro	São Gonçalo	Nova Iguaçu	Central do Brasil	São João do Meriti
DATA/HORÁRIO	Dia 05 de julho de 2014 11 às 14 horas	Dia 02 de agosto de 2014 11 às 14 horas	13 de setembro 2014 11 às 14 horas	11 de outubro 2014 – 11 às 14 horas	08 de novembro - 2014	6 de dezembro - 2014	10 de janeiro - 2015	07 de fevereiro - 2015	09 de março – 2015 09 às 16 horas	11 de abril - 2015
LOCAL	Ocupação Manoel Congo, Rua Alcindo Guanabara 20	CODIM*/Niterói – Rua Consul Francisco Cruz 49, Centro.	Casa dos Conselhos – Av. Gustavo Jardim, 446	Rua Virgínia Biccheri, 61 – Bairro das Graças	Associação Atlética Cabofriense – R. 13 de Novembro, 386 – Centro	ONG Arco Iris	Casa Movimento de Mulheres	Catedral Santo Antônio	Av. Presidente Vargas – Centro – RJ	Av. Automóvel Clube, 206 – Centro
ARTICULAÇÃO LOCAL	Sociedade e Civil	Priorizada articulação governamental local	Articulação não governamental	Articulação não governamental/governamental	Articulação não governamental e governamental	Sociedade Civil	Sociedade Civil e governamental	Sociedade e Civil	Coordenação Estadual da Marcha	Sociedade e Civil
DIFICULDADES	Nenhuma	Pouca divulgação para as mulheres da cidade.	Atraso na convocatória; transporte para mulheres não compareceu; baixa participação	Com a realização do ll turno das eleições baixa participação das mulheres locais.	Atraso	Falta de espaço fez atrasar a reunião A oficina não atingiu a maioria das pessoas	A discussão sobre o 8 de março foi impedida e outros debates, como a oficina	Ausência da Palestrante, resolvido pela Coordenação local	Nenhuma	Nenhuma
TEMA ABORDADO	Temática Geral	Temática Geral	Feminismo Negro	Saúde	Violência Contra mulher Negra – 16 dias de ativismo com recorte racial.	Beleza negra	O debate sobre violência não ocorreu.	Violência e Educação	Exposições, Oficina de Turbante, Jongô, Dança de Roda, etc.	Conjuntura Política

- Coordenadoria dos Direitos da Mulher da Prefeitura de Niterói
- Obs. Ocorreu a última Plenária em Duque de Caxias organizada por entidades do Movimento Negro, com apoio governamental
- Tabela elaborada por Rosalia Lemos – Coordenação Estadual da Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro